

Estudos em Homenagem ao
Professor Doutor
MÁRIO VILELA

Organização

Secção de Linguística

Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos

I VOLUME

Ficha Técnica

Título: **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela (I e II volumes)**

Organização: **Secção de Linguística / Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos**

Coordenação: **Graça Maria Rio-Torto / Olívia Maria Figueiredo / Fátima Silva**

Edição: **Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

Ano de edição: **2005**

Concepção Gráfica: **Maria Adão**

Composição e impressão: **Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira**

N.º de exemplares: **300**

Depósito Legal: **236732/05**

ISBN: **972-8932-06-5**

ISSN: **1646-0820**

© Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os artigos publicados são inteiramente da responsabilidade dos seus autores.

Índice deste volume

<i>Elogio do Homenageado</i> Maria de Fátima Marinho	7
<i>Currículo do Homenageado</i> Mário Augusto do Quinteiro Vilela	13
<i>Três estratégias cognitivas da figuratividade na língua: sinestesia, metáfora e metonímia</i> Mário Augusto do Quinteiro Vilela	21
<i>Gramática e texto publicitário</i> Alexandra Guedes Pinto	39
<i>Parâmetros (co)implicados na ordenación de constituintes oracionais em latín</i> Alexandre Rodriguez Guerra	51
<i>Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical</i> Amadeu Torres	71
<i>O português migrante: uma leitura da revista Peregrinação</i> Ana Paula Coutinho	79
<i>Ocorrências do MQP na 2ª e 3ª versões d'OCPA de Eça de Queirós: dados quantitativos para análise</i> Ana Paula Loureiro	89
<i>Novas notas sobre a construção com ser focalizador</i> Angela Bartens / Niclas Sandström	105
<i>Palavras e conceitos no tempo: para uma onomasiologia diacrónica e cognitiva do Português</i> Augusto Soares da Silva	121
<i>Le devoir faire et le pouvoir choisir dans le processus langagier</i> Bernard Pottier	141
<i>Características de variedades populares e rurais do português brasileiro contemporâneo que correspondem a documentação dos primeiros dicionários portugueses</i> Brian Franklin Head	147
<i>A arte de Grammatica da Língua mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus</i> Carlos Assunção / Maria do Céu Fonseca	161
<i>Criar ou pedir palavras?</i> Cristina Alves de Brito	177
<i>Dar a palavra à ciência: diálogos entre linguística e linguagens de especialidade a propósito de um dicionário terminológico</i> Fantina Tedim Pedrosa / Cecília Falcão / Cláudia Ferreira / Cláudia Martins / Manuel Silva	181
<i>Tentações de lucro ameaçam a Universidade</i> Fátima Sequeira	193
<i>Quantificação na língua e no discurso: o caso de parte em português</i> Fátima Silva	201
<i>Ensino médio: as contribuições da disciplina na integração da área de conhecimentos e suas interfaces com as demais áreas</i> Gilda Maria Lins de Araújo / Maria José de Matos Luna	213

<i>Organização de redes estruturais em morfologia</i>	
Graça Maria Rio-Torto	219
<i>Como não “pôr o pé em ramo verde” ou do papel da polissemia na construção do sentido</i>	
Hanna J. Batoréo	237
<i>Marcadores explícitos de tópico em Galego e Português: equivalências e divergências</i>	
Iago Bragado Trigo	253
<i>Léxico e progressão referencial</i>	
Ingedore G. Villaça Koch	263
<i>Algunas reflexiones sobre el estatus de las lenguas de señas de los sordos en el contexto de la globalización</i>	
Inmaculada C. Báez / M. ^a Carmen Cabeza	277
<i>Falar claro a mentir</i>	
Isabel Margarida Duarte	291
<i>“Onde está Madrid?”, “Onde é Madrid?” e “Onde fica Madrid?”</i>	
Jaime Ferreira da Silva	301
<i>E se todas as línguas fossem consideradas crioulas?</i>	
<i>Um olhar pós-colonial sobre a linguística</i>	
Jeroen Dewulf	305
<i>Interferenciais entre paradigmas derivativos. A propósito de los sustantivos en -ncia, -ada y -ería</i>	
Jesús Pena	313
<i>Estrutura interna e flexão de número dos nomes terminados em “-ão”: onde reside a “irregularidade”?</i>	
João Veloso	325
<i>Foco e Tópico: algumas questões terminológicas</i>	
Joaquim Barbosa	339
<i>Construções simétricas: argumentos e complementos</i>	
Jorge Baptista	353
<i>Verbos impessoais?</i>	
Jorge Morais Barbosa	369
<i>O léxico obscuro na prosa medieval portuguesa</i>	
José Barbosa Machado	377
<i>Habilidades e competências do jovem investigador em comunicação</i>	
José Esteves Rei	387
<i>Verbos aspectuales en español. La interacción de significado verbal y significado construccional</i>	
José M. García-Miguel	405
<i>Dois humanistas italianos no Alto Minho, no século XV</i>	
José Marques	419
<i>La adquisición de la preposición de en niños bilingües catalano-castellanos: separación de códigos lingüísticos y adquisición similar a los monolingües</i>	
José Ramón Blánquez Vico	439
<i>De cá para lá e de aquí para aí: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais cá/lá/(acolá) e aquí/aí/ali</i>	
José Teixeira	449

Reúnem-se nos dois volumes desta obra setenta e cinco textos escritos por discípulos, colegas e amigos em tributo e homenagem ao Professor Mário Vilela, por ocasião do ano da sua jubilação.

Tendo o Professor Mário Vilela dedicado a sua vida académica ao estudo da linguística e da língua portuguesa, é compreensível que grande parte dos contributos inscritos nestes volumes provenha das diferentes áreas das ciências da linguagem, aqui representadas na sua diversidade e multiplicidade de enfoques. Mas os amigos não se circunscrevem à esfera do estritamente departamental ou sectorial. A prová-lo, a presença de contributos de outras áreas das ciências humanas, como a Literatura, a História, a Geografia.

Esta obra, que afectuosamente organizámos para celebrar com o Professor Mário Vilela o ano da sua jubilação como docente universitário, tem por objectivo *dar a palavra à língua*, consubstanciando modelarmente o lema do magistério que sempre testemunhámos quando lhe pedíamos conselho, orientação, ânimo para prosseguir as exigentes tarefas da investigação. Tanto quanto o seu muito saber, dele recebemos amizade sincera, calor humano, apoio incondicional em todos os momentos. E um trato informal, como se de companheiros geracionais e hierárquicos se tratasse, mesmo quando ainda jovens aprendizes o procurávamos e o incomodávamos com dificuldades de principiantes. Sabemos que o ânimo positivo que sempre nos transmitiu nunca deixará de ecoar dentro de nós. E sabemos também que a sua disponibilidade, o seu enorme sentido de fraternidade e a sua afabilidade se manterão como um traço indelével do seu carácter.

Esperemos que esta homenagem, que tivemos a honra de organizar e que com muita amizade lhe dedicamos, constitua um motivo de júbilo e não desmereça os seus ensinamentos.

As coordenadoras

Graça Maria Rio-Torto

Olívia Maria Figueiredo

Fátima Silva

Elogio do Homenageado

Maria de Fátima Marinho
Universidade do Porto
21 de Maio de 2004

Exmo Senhor Vice-Reitor da Universidade do Porto
Exmo Senhor Presidente da Assembleia de Representantes
Exmos Senhores Presidentes dos Conselhos Directivo e Pedagógico
Exmos Senhores Presidentes dos Departamentos
Caros Colegas, Funcionários e Alunos
Minhas Senhoras e meus Senhores

A LÍNGUA PORTUGUESA

Esta língua que eu amo
Com seu bárbaro lanho
Seu mel
Seu helénico sal
E azeitona
Esta limpidez
Que se nimba
De surda
Quanta vez
Esta maravilha
Assassinadíssima
Por quase todos os que a falam
Este requebro
Esta ânfora
Cantante
Esta máscula espada
Graciosíssima
Capaz de brandir os caminhos todos
De todos os ares
De todas as danças
Esta voz

Esta língua
Soberba
Capaz de todas as cores
Todos os riscos
De expressão
(E ganha sempre a partida)
Esta língua portuguesa
Capaz de tudo
Como uma mulher realmente
Apaixonada
Esta língua
É minha Índia constante
Minha núpcia ininterrupta
Meu amor para sempre
Minha libertinagem
Minha eterna
Virgindade.¹

Assim se expressa Alberto de Lacerda e assim se poderia expressar o Prof. Mário Vilela que dedicou toda a vida à difusão da língua portuguesa e ao seu prestígio internacional.

Jovem estudante, acabada de sair do ensino secundário, fui sua aluna, no ano lectivo de 1971/72, de Introdução aos Estudos Linguísticos, como seria depois de Linguística Portuguesa I e II. Mais voltada para a Literatura do que para a Linguística, não posso deixar de reconhecer que foi o Prof. Mário Vilela que me abriu os horizontes de uma ciência que eu desconhecia totalmente. Há trinta e três anos, ele não diferia muito de que é actualmente, até o seu aspecto não se modificou demasiado nem a sua maneira de ser, descontráida e afectuosa. Não posso deixar de recordar o dia em que nasceu a sua filha, hoje médica. A preocupação e o carinho que então demonstrou e que, nós, jovens alunos do 1º ano, pudemos testemunhar, manteve-se ao longo da vida, sempre que a ela se referia.

De ar bem disposto, o Prof. Vilela soube sempre aliar uma bonomia que dispunha bem os estudantes com a seriedade própria de um investigador. Conta com graça que, estando em Copenhague, para trabalhar com afásicos, o seu nome (Mário Augusto) foi confundido com o correspondente feminino, Maria Augusta, pelo que esteve na emi-nência de ter de partilhar o quarto com uma senhora surda-muda.

Fazendo agora uma pequena resenha biográfica, lembremos que nasceu no dia 2 de Janeiro de 1934, em Vilarinho da Samardã (Vila Real). Fez os estudos liceais no Seminário Diocesano de Vila Real e no Liceu Nacional de Évora. Em 1963, ingressa na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se licencia, em 1969, em Filologia Românica com uma tese intitulada «Clérigo e Leigo: estudo semasiológico e onomasiológico». Em 1970, ingressa como Assistente da Faculdade de Letras do Porto,

¹ Alberto de Lacerda, «A Língua Portuguesa», in *Exílio, in Oferenda I*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Biblioteca de Autores Portugueses, 1984, pp.316-317.

para leccionar Introdução aos Estudos Linguísticos, Linguística Portuguesa e Linguística Românica. De 1975 a 1978, gozando de uma equiparação a bolsheiro para preparar o Doutoramento, permanece na Alemanha, na Universitat Tübingen, onde se doutora com uma tese subordinada ao tema: «Lexikalische Semantik – Wortfeltheorie. Theorie und Anwendung auf dem Portugisischen», estudando prioritariamente o léxico da simpatia. No ano seguinte (1979) é-lhe reconhecida a equivalência ao Doutoramento português. Em 1981, presta provas de Agregação, tendo proferido a seguinte lição de síntese: «Solidariedades Lexicais». No mesmo ano, é nomeado Professor Catedrático e passa a leccionar a disciplina de Linguística Portuguesa II e de Análise Contrastiva, quando o ramo de Tradução passou a funcionar em algumas variantes de LLM. A partir de 1987, coordenou o Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, leccionando um seminário intitulado «Estruturas Frásicas do Português». Enquanto a então Secção de Línguas e Literaturas Modernas carecia de professores doutorados, foi ainda responsável pelas áreas do Francês e do Alemão. Foi Presidente do Conselho Pedagógico (VER ANOS), tendo impulsionado a redacção dos primeiros estatutos do referido conselho e respectivas normas de avaliação. Foi Coordenador da Secção de Línguas e Literaturas Modernas. Dirigiu alguns anos o Curso de Verão para estrangeiros, a funcionar na FLUP.

Foi Membro da «Comissão Nacional de Língua Portuguesa», enquanto esta existiu; Comissário Nacional e depois Conselheiro Científico da «União Latina»; director do Centro de Linguística da Universidade do Porto; coordenador de uma unidade de investigação do CLUP; delegado nacional e/ou da Universidade do Porto em Bruxelas e no Luxemburgo, em questões relacionadas com a língua portuguesa; membro do Painel de Avaliação do Programa «Lusitânia».

Dirige variadas teses de Mestrado e de Doutoramento, em Universidades portuguesas e estrangeiras, nomeadamente do Brasil, Moçambique e Macau. Nos dois últimos lugares, teve experiências completamente diferentes: enquanto em Maputo, teve o prazer de testemunhar a política em defesa da língua portuguesa (ao contrário do que inicialmente supunha), em Macau, sofreu a desilusão de verificar a quase inexistência de falantes do português, que se limitam aos nacionais que lá vivem. Estas constatações levaram-no a tentar prosseguir na defesa e implementação da língua a cujo estudo se dedicou (dedica) toda a vida. Daí que as suas áreas de investigação sejam, de há muitos anos, a Lexicologia e a Lexicografia do Português, a Gramática da Língua Portuguesa e a Análise Contrastiva entre o português e outras línguas..

Durante o seu percurso académico e científico foi bolsheiro de várias instituições de renome: Fundação Calouste Gulbenkian (1963-69), Instituto de Alta Cultura, (1970-1978), Humboldt Gesellschaft (1978-1982), DAAD (1985), NATO (um mês em 1988, para trabalhar com alunos afásicos, em Copenhague), Governo Francês.

Em 1982, foi-lhe atribuído o prémio «Ciência» pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi Professor Visitante na Alemanha, (Freie Universitat Berlin e Colónia); no Brasil, (Universidades Federais da Paraíba, do Rio de Janeiro e do Ceará e Universidade Regional de URCA, no Ceará); em Espanha (Vigo, Corunha e Santiago); e na Finlândia (Helsinki). No Brasil, passou por uma estranha experiência, ao verificar que a mesma língua podia não ser entendida por todos os seus falantes: em João Pessoa (Paraíba), pediram-lhe para falar em Francês; no Ceará, perguntaram se era italiano.

Faz parte da Société de Linguistique de Philologie Romane, da Associa o Portuguesa de Linguística, dos Lusitanistas Alemães, dos Lusitanistas Norte-Americanos, da Associa o Portuguesa de Tradutores, da Euralex, do Centre Interdisciplinaire de Recherche en Linguistique et en Psychologie, da Associa o Portuguesa de Linguística (de que foi Presidente do Conselho Fiscal durante quatro anos) e do Centro de Linguística da Universidade do Porto, de que foi membro fundador.   Conselheiro científico das seguintes revistas: *Verba* (Santiago de Compostela), *Revista de Filologia* (Corunha), *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, *Humanidades* (Universidade Católica, Braga) e *Letras Humanas* (UTAD, Vila Real).

Participou em inúmeros Congressos, um pouco por todo o mundo, nas áreas da Linguística Rom nica, da Linguística Portuguesa, da Lexicologia e Lexicografia, das Terminologias, da Linguística Geral e da Linguística Cognitiva. De todos eles, gosta de salientar dois que, para ele foram especiais: o primeiro, em 1997, na Universidade de Toronto, na comemora o do cinquentenário do ensino do Português organizado pelo Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, intitulado «Portuguese in the Four Corners of the World», onde, a par da grande comunidade portuguesa residente no Canadá, teve o grato prazer de encontrar a comunidade cabo-verdiana que percebeu estar perfeitamente integrada na portuguesa; e um Congresso de Linguística Geral, em Berlim, realizado antes da queda do muro, onde uma judia brasileira desmaiou no momento de o atravessar.

Colabora em inúmeras revistas, das quais se salientam, além das citadas anteriormente, a *Biblos*, a *Diacrítica*, o *Bulletin de la Société de Philologie Romane* de Estrasburgo, o *Bulletin de l'Union Latine* de Paris, a *Lusorama* de Frankfurt, os *Cadernos de Estudos Linguísticos* de Campinas (Brasil) e os *Arquivos do Centro Cultural Português* de Paris.

Além de dezenas de artigos, há ainda a salientar os seguintes livros:

- *Clérigo e Leigo: Estudo Semasiol gico e Onomasiol gico* (1977);
- Alma Nacional: Revista Republicana, *Linguagem e Ideologia* (1977);
- *Léxico da Simpatia* (1978);
- *Estruturas Lexicais do Português* (1979);
- *Gramática de Valências: Teoria e Aplica o ao Português* (1980);
- *Dicionário Básico do Português* (1983);
- *Estudos de Lexicologia* (1989);
- *Estudos de Lexicologia do Português* (1990);
- *Gramática de Valências: 7 Estudos de Sintaxe do Português* (1992);
- *Tradu o e Análise Contrastiva: Teoria e Aplica o* (1994);
- *Gramática da Língua Portuguesa: gramática da Palavra, gramática da frase e gramática do texto/discurso* (1995);
- *Léxico e Gramática* (1996);
- *Metáforas do Nosso Tempo* (2002).

O *Curriculum* que acabei de enunciar fala por si.   toda uma carreira dedicada ao ensino do português e   sua expansão além fronteiras, com uma preocupa o especial na preserva o da língua nos jovens países africanos e no território de Macau. E a prova que a sua actividade continua e continuará, apesar de se ter recentemente jubi-

lado, é que já se comprometeu a ir passar dois meses a Sidney (Austrália), à Universidade de Macquire, para aí implementar o português e ajudar esta Universidade a estabelecer relações com Timor.

Consciente de que uma das principais apostas da Faculdade de Letras está hoje no ensino do português como língua estrangeira, o trabalho do Prof. Vilela é a todos os títulos meritório e cheio de actualidade. O seu exemplo na defesa da língua e da cultura portuguesas deve ser continuado e, por essa razão, peço à Exma Presidente do Conselho Directivo, Prof. Doutora Ana Monteiro, que lhe entregue a medalha de ouro da Faculdade. Ao concluir, só posso citar António Ferreira, na Carta a Pero Andrade de Caminha, quando aquele o exorta a escrever só em português. A defesa que faz da língua poderá assemelhar-se à do Prof. Vilela durante mais de trinta anos de carreira:

Floreça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já, onde for,
Senhora vá de si, soberba e altiva.

Se tèqui esteve baixa e sem louvor,
Culpa é dos que a mal exercitaram,
Esquecimento nosso e desamor.

Mas tu farás que os que a mal julgaram
E inda as estranhas línguas mais desejam
Confessem cedo, ant'ela, quanto erraram.

E os que depois de nós vierem vejam
Quanto se trabalhou por seu proveito,
Porque eles pera os outros assi sejam.²

² António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, notícia histórica e literária, selecção e anotações de F. Costa Marques, Coimbra, Atlântida, 1961, pp.97-98.

Currículo do Homenageado

BIBLIOGRAFIA (1973-2004)

I. Livros

Alma Nacional (Revista Republicana, 1910), Linguagem e ideologia, Porto, Civilização, 1977.

Estruturas Léxicas do português, Coimbra, Almedina, 1979.

O Léxico da Simpatia, campo lexical da determinação substantiva de simpatia humana e social (1850-1900) e respectivo contexto cultural, Porto, INIC (col. Textos de Linguística).

Definição nos dicionários de português, estrutura de explicação, Porto, Asa, 1983.

Gramática de valências, esboço de apresentação e aplicação ao português, Coimbra, Almedina, 1986 (em colaboração com Winfried Busse).

Dicionário do Português Básico (com colaboração de Isabel Margarida Duarte, Manuel Maria, Olívia Figueiredo e Olinda Santana), Porto, Asa, 1990.

Gramática de valências, teoria e aplicação (sete estudos), Coimbra, Almedina, 1992.

Estudos de Lexicologia do Português, Coimbra, Almedina, 1994.

Tradução e linguística contrastiva, teoria e aplicação, Lisboa, Caminho, 1994.

Verbo e estruturas frásicas, *Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica* (Leipzig, 22-25 de Novembro de 1993), em colaboração com Annett Endruschat, Gerd Wotjak, Anexo VI da *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, Porto, 1994.

Léxico e Gramática, léxico, dicionário e gramática, Coimbra, Almedina, 1995.

Actas do 1º Congresso Internacional de Linguística Cognitiva (Porto, Publicação da Faculdade de Letras) 2000, com colaboração de Fátima Silva.

Gramática da Língua Portuguesa, gramática da palavra, gramática da frase e gramática do texto/discurso, Coimbra, Almedina, 2001 (1ª ed. 1995).

Gramática da Língua Portuguesa, gramática da palavra, gramática da frase e gramática do texto/discurso, em colaboração com Ingedore Koch, Coimbra, Almedina, 2001.

Metáforas do nosso tempo, Coimbra, Almedina, 2002.

Diciomédia, Prontuário Multimédia da Língua Portuguesa no Domínio dos Verbos, Mário Vilela (coordenador), Fátima Silva, Helena Sereno, Maria João Moura, em colaboração com o INETI, Associação Portuguesa de Tradutores.

II. Artigos

«Considerações gerais sobre o género gramatical», in *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto, Série Filológica, I, 1974, 139-150.

«Clérigo, Estudo semasiológico e onomasiológico», in *Sillages* (Poitier), 4, 1974, 7-42.

«Leigo e secular, Estudo semasiológico e onomasiológico», in *Sillages* (Poitier), 5, 1977, 5-47.

«Análise componencial», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XIX, 1979, 857-861.

«Composição», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XIX, 1979, 861-862.

«Correlação», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XIX, 1979, 940-941.

«Actos de fala», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XIX, 1979, 1258-1260 (verbete actualizado na Ed. "Século XXI" da *Enciclopédia Verbo*).

«Ícone», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XX, 1979, 77-79.

«Lexema», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XX, 1979, 361-363.

«Léxico», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XX, 1979, 363-67.

«Símbolo», in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XX, 1979, 1198-1200.

«A norma purista no século XVIII (com base num exemplo)», in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Secção de História, II, 1982, 7-19.

«A antonímia como relação semântica lexical», in *Biblos* (Coimbra), LVIII, 1982, 45-74.

«O dicionário como solução dos conflitos na comunicação», in *Revista da Associação dos Professores de Português*, 4-5-6, 1983, 161-169.

«A "ilustração" na teoria da linguagem do Cardeal Saraiva», in *Boletim de Filologia* (Lisboa), XXVII, 1982, 412-425.

«Contribuição para o estudo das solidariedades lexicais», in *Boletim de Filologia* (Lisboa), XXIX, 1984, 319-354.

«A formação de palavras, componente independente ou apenas subcomponente?», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, III, Porto, 1986, 31-52.

«Classificação dos verbos, propostas e resultados», in *Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris e Lisboa), XXII, 1987, 71-99.

«Os acordes de um acordo, prós e contras», in *Linguística. Sociolinguística e Literatura Galaicolusobrasileira e Africana de Expressão Portuguesa* (Pontevedra-Braga), III, 11-12-13, 1987, 73-78.

«Contribuição para o estudo de *lassen, deixar, mandar fazer, ser possível* (estudo sintáctico e semântico)», in *Duas Línguas em Contraste - Português-Alemão*, Porto, 1989, 43-63.

«Contribution à l'étude des verbes de déplacement, approche sémantique et syntaxique», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, vol. 6, Porto, 1989, 9-41.

«Lengua de especialidad y Terminologías», in *Terminómetro* (União Latina), XII, 1989, 2-3.

«Reflexões sobre critérios a aplicar no "aportuguesamento" das terminologias científicas e técnicas», in *Boletim da CNALP* (Comissão Nacional de Língua Portuguesa), 1989, 169-178.

- «Caracterização do dicionário de tradução e suas funções, in *Traduction et Didactique*, Publicações do B.A.L. e do CLUP, Porto, Asa, 1990, 99-121.
- «A gramática de valências como “base” para o ensino das línguas», in PORTAL. *Revista da Associação Portuguesa de Professores de Alemão*, 1989-1990, 4, 37-46.
- «Comparação’ em Português, Francês e Espanhol», in *Intercâmbio*. Instituto de estudos Franceses da Universidade do Porto, Porto, 1992, 29-46.
- «O ensino da gramática na Escola, que saída e que futuro?», in *Diacrítica* (Braga), 8, 1993, 143-166.
- «A “cena” da “ação linguística” e a sua perspetivação por DIZER e FALAR», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, XI, Porto, 1994, 65-97.
- «Wortbildungslehre / Formação de palavras», in *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. VI, 2, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994, 173-199.
- «Lexikologie und Semantik / Lexicologia e Semântica», in *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. VI, 2, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994, 216-231.
- «A língua portuguesa e os seus dicionários», in *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (Lisboa, AULP), 11, 1994, 147-154.
- «O léxico do Português, perspetivação geral», in *Confluência*. Revista do Instituto de Língua Portuguesa (Rio de Janeiro), 8, 1994, 17-30.
- «La langue, catégorisation de la réalité ou création de la réalité?», in *Intercâmbio*, 4, Porto, 1994 (1993), 78-84.
- «Besitzverben des Portugiesischen, syntaktische und semantische Analyse», in Portugiesische und portugiesisch-deutsche Lexikographie, Herausgegeben von Udo L. Figge, *Lexicografica, Series Maior*, Bd. 56, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1994, 107-133.
- «Universalismo cromático e relativismo cultural, contributo para uma análise contrastiva», in *Quinto Império*. Revista de Cultura e Linguística Portuguesa Salvador (Bahia), 4, 1993, 69-89.
- «Do campo lexical à explicação cognitiva, *risco e perigo*», in *Diacrítica* (Braga), 11, 1996, 639-665.
- «O lexema predicativo como elemento dinâmico da frase e do texto», in Andreas Gather / Heinz Werner (Hrsg.), *Semiotische Prozesse und Natürliche Sprache*. Festschrift für Udo L. Figge zum 60. Geburtstag, Stuttgart, Steiner, 1997, 548-557.
- «Semântica do “Lugar Comum”, in *Sentido que a Vida Faz*. Estudos para Óscar Lopes, Porto, Campo das Letras, 1997, 869-883.
- «A metáfora na instauração da linguagem, teoria e aplicação», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, XIII, Porto, 1997, 317-356.
- «Diciomédia, projecto de dicionário de verbos do português», in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, XIII, Porto, 1997, 529-535.
- «Dicionário e ensino da língua materna, léxico e texto», in *Revista Portuguesa de Humanidades* (Braga, Universidade Católica Portuguesa), II, 1-2, 1998, 105-117.
- «A língua portuguesa em África, tendências e factos». In *Studia Africana*. Revista Internacional de Estudos Africanos, 1, Porto, 1999, 175-192.
- «O vinho nos provérbios ou o saber do povo na língua», in *Medicina e Saúde*, Ano 2, nº 15, 1999, 55-68.
- «O dicionário no ensino da língua», in *Revista Portuguesa de Humanidades* (Braga, Universidade Católica Portuguesa), 3 e 4, 1999, 105-117.

«Das palavras ao texto, palavra, frase, texto», in *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra), XII, 1999, 71-121.

«Estereótipo e estereótipos na língua portuguesa actual», in *Revista Galega de Filo-
loxía* (Corunha), 1, 2000, 11-33.

«A língua portuguesa em África, moçambicanismos», in *Africana Studia*, 1, 2000,
175-195.

«O ensino das línguas na encruzilhada das normas», in GELNE (Revista de Estudos
Linguísticos do Nordeste [Brasil]), Ano 1, nº 2, 2000, 91-14.

«Discussão a várias vozes», in *Expresso, Revista* de 7.7.2001, 50-53.

«Reflexões sobre a política da língua nos PALOP», in *Studia Africana*. Revista Inter-
nacional de Estudos Africanos, 4, 2001, 33-48.

«Limites e “performances” da semântica cognitiva», in A. Soares da Silva (org.), *Lin-
guagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, APL, UCP, Braga, 2001,
193-213.

«Português de Moçambique ou as metáforas “à solta”», in *Verba* (Santiago de Com-
postela), 30, 2003, 7-22.

«Reflections on Language Policy in Africans Countries with Portuguese as an Offi-
cial Language», in *Current Issues in Language Planning*, III, 3, Oxford, 2002, 306-
-316.

«A Medicina como Factor de Desenvolvimento Cognitivo da Língua Portuguesa ou
“o reino das palavras”», in *Arquivos de Medicina. Revista de Ciência e Arte Médicas*, 16,
Jan.-Fev. 2002, 60-63.

«Reflexões à volta do Professor de Português», in *Revista Portuguesa de Humani-
dades (Braga, Universidade Católica Portuguesa)*, 6, 1-2, 2002, 125-135.

«As metáforas na língua e no discurso», in *Actas do Encontro Comemorativo dos 25
anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, II, Porto (Clup), 2002, 159-189.

«O português de Moçambique ou língua em construção», *Cadernos de Estudos Lin-
guísticos* (Universidade Estadual de Campinas, SP), *Homenagem a Ingedore Koch*, 44,
2003, 145-158.

«As metáforas “à flor de pele” ou outra forma de ter nervos», in *Produção de senti-
dos, estudos transdisciplinares*, org. por Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, São Paulo,
Porto Alegre, Caxias do Sul, 2003, 181-200.

«Os estereótipos da metáfora animal, comer gato por lebre», in *Revista da Facul-
dade de Letras, Línguas e Literaturas. In honorem Joaquim Fonseca*, 2ª Série, XX, tomo
II, Porto, 2003, 329-446.

«Português de Moçambique ou as metáforas “à solta”», in *Verba* (Santiago de Com-
postela), 30, 2004 (2003), 7-22.

«The position of the adjective in Portuguese, centre and periphery of the adjective
class», em colaboração com Fátima Silva, in A. Soares da Silva, Amadeu Torres, Miguel
Gonçalves, (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição. Estudos de linguística cognitiva*,
Coimbra, Almedina, 2004, 661-690.

III. Actas

«A norma “purista” no século XVIII (com base num exemplo)», in *Actas do Colóquio
“O Porto na Época Moderna”*, III, INIC, Porto, 1981, 49-61.

«As categorias de “objecto indirecto” em Português», in *Actes du XVIe Congrès International de Linguistique et Philologie Romane* (Aix-en-Provence), 4, 1986, 139-151.

«Sintaxe latina e gramática de valências», in *Actas do colóquio sobre o ensino do Latim*, Lisboa, Departamento de Estudos Clássicos, 1987, 245-259.

«Tradução e análise contrastiva», in *Actas do Colóquio Victor Hugo e Portugal*, Faculdade de Letras do Porto, 1987, 161-177.

«Recepção de “Camões” nos jornais de 1880», in *III Reunião Internacional de Camonistas, Revista da Universidade de Coimbra*, 1985, 403-418.

«O dicionário do século XX (em comparação com os dicionários até agora existentes)», in *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo* (Lisboa, 28 de Junho a 3 de Julho de 1983), Lisboa, ICALP, vol. II, 1987, 133-145.

«Terminografia e lexicografia», in *Actas do Colóquio Internacional “Língua Portuguesa, que futuro?”*, Lisboa, Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa (Suplemento), 1989, 313-320.

«Contribuição para o estudo de *lassen, deixar, mandar - fazer, ser possível* (estudo sintáctico e semântico)», in *Duas línguas, Português e Alemão, Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão*, Porto, 1989, 43-63.

«O conceito de “Tradução” em “De optimo genere interpretandi” (de São Jerónimo), “Leal Conselheiro” (de D. Duarte) e “Sendbrief vom Dolmetschen” (de Martinho Lutero)», in *Actas do Congresso Bartolomeu Dias e a sua Época*, Porto, 1989, 399-501.

«Verbes de possession (du portugais), quelques aspects syntaxiques et sémantiques», in *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists*, ed. By Werner Bahner, Joachim Schilder u. Dieter Viehweger, Berlin Akademie-Verlag, 1991, 1108-1113.

«“Comparatia” in franceza, portugueza si spaniola», in *Colocviul omagial International, Eugen Coseriu / Studia linguistica in honorem Eugenio Coseriu*, Sectiunea IIIe, Tomul XXXVII / XXXVIII, Editura Universitatii (A. I. Cuza), 1991, 271-283.

«A gramática nos dicionários de língua, o verbo deixar», in *Actas del XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filología Románicas*, vol. II, A Coruña, 1992, 111-131.

«*Conbecersaber, connaître-savoir*; analyse contrastive», in *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romane* (Zürich), III (Section IV: Typologie des Langues Romanes), 1993, 413-427.

«Tendências da língua portuguesa em África», in *Einzelfragen der portugiesischen Sprachwissenschaft*. Akten des 2. gemeinsamen Kolloquium der deutschen Lusitanistik, Berlin Bd. 2, 1993, 169-192.

«Circunstantes e predicados complexos», in *Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica* (Leipzig, 23-25 de Novembro de 1993), Porto, Anexo VI da *Revista da Faculdade de Letras*, 1994, 195-216.

«A importância da gramática e do dicionário na tradução», in *1.ª Jornadas de Tradução. Traduzir e Interpretar. Da Formação à Interpretação*, Porto, ISAI, 1994, 1-10.

«O ensino do léxico nos diferentes graus de escolaridade», in *Actas do Colóquio O Ensino do Português nos Países da C.E.* (Luxemburgo, Junho de 1992), Universidade Aberta, Lisboa, 1994, 111-114.

«*Cortar-partir-quebrar*, campo lexical e “representações” cognitivas», in *Kognitive und kommunikative Dimensionen der Metaphorik in den romanischen Sprachen*,

Akten der gleichnamigen Sektion des XXV. Deutschen Romanistentages (Jena, 29.9.-2.10.97), *Bonn, Romanistischer Verlag, 1998, 498-521.*

«O seguro morreu de velho», contributo para uma abordagem cognitiva», in *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística cognitiva*, Publicações da Faculdade de Letras, Porto, 2000, 289-314.

«Multiculturalismo, tradução e ensino de uma língua estrangeira», in *Sextas Jornadas de Tradução. Tradução, Discurso e Saberes*, Porto, ISAI, 2000, 59-70.

«A metáfora ou a força categorizadora da língua, releitura de *Lições de Filologia Portuguesa* de Carolina Michaelis», in *Actas do Colóquio Internacional Carolina Michaelis de Vasconcelos*, Porto, 2001, 171-180.

«As metáforas na língua e no discurso», in *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, II, Porto (Clup), 2002, 159-189.

«A tradução da cultura inscrita nos estereótipos linguísticos», in *Actas do 1º Congresso Internacional de Estudos da Tradução*, 2001.

«Vom Wort zur Rede, Wort-Satz-Rede. Satzstrukturen und Adverbiale», in Ulrich Engel u. Meike Meliss (Hrsg.), *Depndenz, Valenz u. Worstellung, Tagung "Valenz in Lexikon und Grammatik"* (Santiago de Compostela 6-7 de Maio de 2002), München, Iudicium Verlag, 2004, 77-100.

IV. Prólogos

1. «Introdução» a *Semântica da Metáfora e da Metonímia* de Michel Le Guern, Porto, Telos, 1973, 5-12.

2. «Introdução» a *Problemas de lexicologia e lexicografia*, Porto, Civilização, 1979, 5-14.

3. «Prefácio» a *A pedagogia do léxico*, de J. de Freitas Ferreira, Porto, Edições Claret, 1985, 15-17.

4. «Sintaxis y semántica de los verbos en el español y el portugués de hoy», prólogo a *Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica* (Leipzig, 23-25 de Novembro de 1993), Porto, Anexo VI da *Revista da Faculdade de Letras*, 1994, 11-18.

5. «Introdução» a *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística cognitiva*, Publicações da Faculdade de Letras, Porto, 1999, 3-13.

6. «Prefácio» a *Os Textos Tradicionais na Aula de Português, os Provérbios*, de Leonor Jesus Marcos de Melo, Coimbra, Almedina, 2002, 9-18.

7. «Prefácio» a *A Pedagogia do Léxico. O Estiloso Craveirinba. As escolbas lexicais bantus, os neologismos luso-rongas e a sua função estilística e estético-nacionalista nas obras Xigubo e Karingana e Karingana wa Karingama*, de Calane da Silva, Maputo, Imprensa Universitária, 2002, xi-xvi.

V. Recensões

Sprachregister und Pronominalgebrauch im Portuguesischen, de Christoph Petruck, Münster, Kelinheinrich [Münsterche Beiträge zur romanischen Philologie, 1], 1989, X-296 pp., in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, VIII, Porto, 1991, 421-428.

Sprachliche Mittel der Hervorhebung in der modernen portugiesischen Umgangssprache, de Reingrad Kiesler, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag, 1989 [Samm-

lung romanischer Elementar – und Handbücher, Universitätsverlag, Bd. 16], XVIII, 370 pp, in *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas*, 2ª Série, VIII, Porto, 1991, 429-434.

VI. Traduções

O ensino individualizado, de R. Dottrens, Porto, Civilização, 1973 (do francês).

Problemas de Lexicologia e Lexicografia, Porto, Civilização, 1979 (do alemão).

VII. Textos a publicar

«O Português no mundo como língua e como crioulo».

«A tradução e a linguística ou os “desamores” da linguística pela tradução».

«Fórum e foro».

«As “solidariedades” lexicais em DICIONARIO POETICO de Cândido Lusitano».

Mário Augusto do Quinteiro Vilela

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Três estratégias cognitivas da figuratividade na língua: sinestesia, metáfora e metonímia

*«De amor e de poesia e de ter pátria
aqui se trata: que a ralé não passe
este limiar sagrado e não se atreva
a encher de ratos este espaço livre
onde se morre em dignidade humana
a dor de haver nascido em Portugal
sem mais remédio que trazê-lo n'alma»
Jorge de Sena 1989, 117 ("Aviso de Porta de Livraria")*

1. Observações preliminares

1.1. «Ultima non datur»: procurei cumprir este mandamento de boa conduta académica! Não me foi permitido. Desculpem. Depois, não vou dar 'aula', vou ler¹ ou 'ler em voz alta'. E posto aqui, podia escolher vários caminhos. Uma das vias possíveis seria o de falar de mim, da minha experiência. Mas a socialização faz com que o homem se torne uma metáfora de si mesmo, um ente cultural que se vá construindo uma imagem de si mesmo. Tecemo-nos uma máscara, para nos defendermos e lemos essa máscara como se fosse um absoluto que sirva de referência a tudo o que nos rodeia. Procuramos entrar nesse mundo de máscaras construindo o nosso território, em que a palavra é vista como um palco, que com o seu poder mágico, qual instrumento de percussão funcione como sinal do poder². Mas a palavra, para quem trabalhou muito tempo com palavras, deixou de ser vista não como o espelho da realidade mas como uma transformação, transfiguração e até como falsificação da realidade, que é cada vez menos "real": vejamos as autobiografias que se vão publicando. Preferimos diluir-nos num

¹ *Lesen, legere* significam bem mais do que simplesmente 'ler'. Afinal, não vou 'ler' apenas, mas *vorlesen*, que é 'ler em alta voz' e 'lição' equivale a *praelectio* e mais concretamente o que podemos designar por *vortrag*, 'fazer uma exposição' ou 'pôr diante de', coincidente com *propositio*.

² Recordemos o poder dos que têm entrada no "palco" televisivo.

“se” (*one, man, on*), num ontológico impessoal, num *diz-se, pensa-se, critica-se, ouve-se dizer...*³ Afinal, só somos capazes de falar dos valores que são tidos socialmente como tais: as crenças, as opiniões correntes, o validado para um determinado prazo. Estamos ligados a fórmulas e a estereótipos, com os quais fingimos, “fazemos de conta”. É que o princípio fundamental do homem é a imitação: o homem faz-se imitando, emulando. Somos um conjunto de recordações construídas, de citações implícitas ou mesmo explícitas. Somos memória, uma memória construída na multiplicidade de contingências. É preciso mais tempo para reconstruir a verdadeira recordação. Não é esse o caminho que vou seguir.

Um outro caminho possível seria o de me servir das palavras, das velhas palavras que velando o seu significado antigo se apossaram das coisas que os humanos manipulam a seu belo prazer: é que as vicissitudes das palavras são afinal as vicissitudes dos utentes dessas palavras. E ao abrirmos esse véu semântico das palavras poderíamos ver como o mundo é lido, projectado e mapeado de modo diferente consoante as latitudes. E ajudaríamos a verificar como o “admirável mundo novo” de Aldous Huxley (1923) se tornou numa nova página da Bíblia paradisíaca ou numa Babel feita de tiros e bombas: bastaria falarmos de nomes próprios com significado, como Porto Alegre, Quioto, Davos, Maastricht, Beslan, ou de nomes comuns como *saneamento* ou *cassamento* (o equivalente no Português do Brasil), *abate*⁴ ou *despedimento*.

Ou, ainda servindo-me das palavras, tentar explicar a retoma da metáfora do mensageiro ou o papel dos média nos abusos do poder, transformando a democracia numa teledemocracia⁵. Ou, penetrando na transparência semiótica das palavras, procurar mostrar como a teoria da guerra do petróleo se transformou na metáfora de guerra justa, encobrendo a guerra com o rótulo de “legítima defesa”, envolvendo a liquidação dos símbolos do mal (Saddam, Bin Laden)⁶. Ou explicar com uma «não-explicação» como se constroem grandes muralhas com as palavras onde as pessoas públicas se escondem. E aqui há uma expressão sintetizadora dessa atitude da retórica política actual «descalçando a bota» para a «não-resposta»: «não-qualquer-coisa». E neste contexto estão envolvidas outras expressões como a «não posição» ou o «nem sim nem não, antes pelo contrário»⁷ do deputado Guilherme Silva a propósito da despenalização do aborto, ou o «não-assunto» relativamente à resposta de António Vitorino sobre o que ele sentia no eventual apoio de Tony Blair à sua nomeação para presidente da Comissão Europeia, ou dizer-se que Cavaco Silva é, neste momento, um «não candidato» às próximas eleições presidenciais, ou o «não-empréstimo» a propósito daquele dinheiro que o

³ Seria interessante verificar as variantes portuguesas de “se”: *a gente, uma pessoa, nós, um indivíduo, um fulano*, etc.

⁴ A palavra usada para responder à “rácio” na Universidade, despedindo docentes.

⁵ Apenas para mostrar como este tema seria interessante, pois foi repetidamente glosado, cito uma leitura desse arremesso metafórico, a propósito da pedofilia na Casa Pia: «A metáfora é perigosa porque ela transmite a imagem de um jornalista irresponsável, cujo papel é apenas o de reflectir especularmente e acriticamente a realidade» (José Vítor Malheiros – Mensageiros, jornalistas e censores, Público, 13.01.04).

⁶ George Lakoff tem vindo a desenvolver metáforas desse género relativamente à vida nos Estados Unidos da América

⁷ Esta expressão provinda de uma crónica de Eduardo Prado Coelho a propósito da «não-posição do PSD» sobre o aborto, relativamente à entrevista de Guilherme Silva.

Governo recebeu do Citigroup Bank para resolver as contas do déficit⁸, ou a «não-relva» com todo o ar de relva dos estádios do Dragão e de Alvalade e, para concluir, a «não-explicação» de tudo o que publicamente não se quer ou não se pode explicar⁹. Ou denunciar designações que, sob a capa do “politicamente correcto”, encobrem as mentiras que nós vendemos aos cidadãos jovens, como, por exemplo, «retenção» em vez de «reprovação» dos alunos nas Escolas, mentiras que indicam que o «não-trabalho», a «não-ciência» levam a «nenhum-lado»¹⁰. E haveria outros percursos possíveis como discutir a política da língua, comentando atitudes como a de nomear para responsável pelo ensino do Português em França quem «não sabe francês e vai às reuniões com um intérprete ao lado. Ela fala, o intérprete traduz, ela ouve, o intérprete traduz, e assim vai dançando entre duas línguas»¹¹.

Um outro caminho, talvez mais sério, poderia ser o de tecer reflexões sobre o «desafio de Bolonha» retomando e repisando a palavra-chave: o regresso à universidade, visto como a mobilidade dos estudantes e sobretudo como a necessidade de formação ao longo da vida, por força da mudança vertiginosa e da imprevisibilidade da mudança impondo a requalificação dos saberes. Bastaria para isso descascar as três palavras-chave desse desafio: transparência, fiabilidade, mobilidade. Neste desafio não há possibilidade de “retenção”. Há mesmo chumbo em 2010, caso não se escancarem as três palavras. Mas estes caminhos que eu poderia seguir são muito penosos para um septuagenário.

Por isso, deixem-me ficar apenas no chão que melhor conheço, o da linguística e mais concretamente “as estratégias cognitivas da figuratividade (sinestesia, metáfora e metonímia)”.

1.2. Os dois gonzos explicativos da experiência humana são a teoria da imitação e a teoria da individualidade ou do génio. Subliminalmente, estamos todos ligados a fórmulas e a estereótipos, no espaço do inautêntico, prisioneiros das nossas figurações, em que não há coincidência entre as palavras e as coisas, em que as palavras não passam de metáforas, designando apenas as relações das coisas com o homem. As palavras pertencem como imagem do mundo ao *thesaurus* colectivo, tesouro no seu sentido etimológico. Somos guardiães da memória colectiva. O figurado é visto como resguardo e protecção. Clichés e estereótipos refazem-se, escondem-se e reaparecem, dando-nos a ilusão de um falso passado sem futuro. Mas vamos “poisar”.

O sentido figurado tem origem na mesma fonte onde mergulha o discurso não figurado: ou seja, é construído com base nos esquemas experienciais disponíveis para a produção de sentido a partir da nossa vivência do mundo. Qualquer exemplo pode servir, mas vejamos o seguinte:

«Na primeira noite, nesta minha nova casa, depois de um dia inteiro a arrumar livros nas estantes, estendi-me no soalho da sala, embrulhado num saco-cama, e adormeci. Acordei às duas da manhã, com a garganta entupida de poeira, sufocado a sonhar que me enterravam

⁸ Porque se fosse empréstimo, a UE não deixaria.

⁹ Todos os termos e expressões foram retirados de Joaquim Fidalgo – «Nem sim nem não», Público, 2004-03-03.

¹⁰ Leia-se, a este propósito, o que escreveu Clara Ferreira Alves acerca da inverdade da palavra “estudante” («Única» 98, Expresso 4. 08. 04 [O estudante]).

¹¹ Eduardo Prado Coelho – «A matemática da língua»; Público 2004-03-09.

vivo no deserto. *Tossi as entranbas, tossi a alma*, até que finalmente acalmei e voltei a adormecer» (José Eduardo Agualusa, *A casa ensombrada*, Público, 22. 2. 04) (O it. é meu)

A linguagem, ao representar a nossa experiência do mundo, tem, entre outras funções, a de pôr em ligação as palavras e o mundo¹². A escolha do caminho para a coincidência entre as palavras e o mundo no discurso figurado é contudo algo diferente do da representação normal na língua, é o da procura da coincidência entre as palavras e o mundo percebido pelo enunciador, portanto, uma via original, em que o individual e o social se interpenetram: *tossir as entranbas, tossir a alma*. A palavra latina FIGURATIO tinha já esses valores: configuração, figura, forma, imagem e FIGURARE era modelar, formar, representar, imaginar ou decorar com figuras. A língua configura figurando:

«Nem sempre havia sol. Creio que chovia de Setembro a Maio. O sol brilhava trinta dias em cada cem. O céu descia como uma pesada abóbada madreperla. As coisas perdiam o rigor dos contornos. As cores enchiam-se de sono. As casas prolongavam-se até às nuvens. Tudo parede» (Emanuel Félix – Tudo parede, 2003: 163)

Os conceitos formados não são concebíveis sem “corpo” (desencarnadas). Há um realismo experiencial resultante de práticas armazenadas, folheadas na vivência pessoal culturalizada. O sentido figurado, percebido como desfasamento relativamente às significações comuns, não é produzido pela fuga a um real a nomear, bem pelo contrário, é produzido na procura de uma adequação perceptiva, mediada pela experiência corporalizada do mundo, um modelo de compreensão e a conseqüente nomeação. Partimos do pressuposto de que na origem tanto do figurado como do literal há sempre fenómenos conceptuais, processos e modelos cognitivos, modos naturais de pensar e de agir, radicados na experiência humana e são esses processos e modelos que estruturam pensamento, linguagem e acção¹³.

Estes processos e modelos são extensivos a todos os domínios da língua. Vamos ficar apenas no domínio do léxico – do significado lexical – e, em vez de distinguir o figurado do literal, vamos propor uma outra distinção, a que é feita em três dimensões: sentido “literal”, o sentido “não-litera” e o sentido “figurado”. Aqui, a categorização (ou recategorização, no caso do dito sentido figurado), a transposição para o convencional (melhor diríamos convencionalizado ou pragmaticizado), a mudança semântica, a densificação em certas zonas da língua de polissemias, parece obedecer a uma certa “poética” mental (cfr. Gibbs 1994).

Tenha-se em atenção que, antes de arrancarmos para a nossa reflexão, acrescentá-mos um meio termo entre o figurado e o literal, que designámos por “não-litera”. Procurarei percorrer as classes maiores da língua: adjectivos, nomes e verbos.

2. Níveis da figuratividade ou as estratégias cognitivas

Uma das vias de distinção entre figurado e literal era a integração dos sentidos no grande universo da polissemia. Assim, em Vilela (1994: 177), a propósito da descrição dos adjectivos, escrevia-se:

¹² Cfr. Détrie, 2000, 141-169.

¹³ «Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature» (Lakoff / Johnson 1980: 3).

«Uma característica destes adjectivos [adjectivos que correspondem à categorização e lexicalização das diferentes categorias de percepção] é a sua polissemia (sendo por isso passíveis de vários antónimos) e a possibilidade de referência a várias escalas perceptivas (o que dá origem a sinestésias): *doce* pode funcionar numa escala acústica (*som doce*), táctil (*superfícies doces*), olfactiva (*perfume doce*), visual (*cores doces*), etc.».

Mas vamos começar pela distinção que implica uma terceira via: literal, não-literal e figurado. Examinemos os significados / sentidos de *doce*, como ocorrem em *laranja doce*, *água doce* (opondo-se a *água salgada*) ou *batata doce* (opondo-se apenas a *batata*), *clima doce* (opondo-se a *clima duro, agreste*), *palavras doces* (distinguindo-se de *palavras amargas, duras*). Em *água doce* e *batata doce* temos um uso não-literal de *doce*, facilmente verificável pela oposição que é feita relativamente a *água salgada* e a *batata*, fenómenos tanto de referência como de começo de fuga ao literal. Num caso e noutro não há a categorização ou conceptualização de algo que torne as entidades ‘doces’. E este uso não-literal de *doce* em *água doce* e *batata doce* leva-nos à não aceitação da distinção normalmente feita entre literal e figurado, considerando-se este uso como não-literal. Simultaneamente, será necessário ter em consideração que há vários graus na escala da figuratividade, por isso faremos aqui uma distinção fundamental: a que é feita entre metaforicidade forte e metaforicidade fraca. E as três principais vias para a construção da metaforicidade – digamos antes, os sentidos não-literal e figurado –, a nível do léxico, são a sinestesia, a metonímia e a metáfora. Estas estratégias cognitivas não são exclusivas das línguas, pois surgem em todas as formas simbólicas de expressão em que o espírito humano labora, sobretudo no domínio das artes, da arquitectura, da pintura, da música. Uma recente entrevista de Paulo Cunha e Silva, director do Instituto das Artes que considerava o “fado” como um estereótipo (“símbolo”) redutor da nossa identidade provocando reacções violentas, em que se denota precisamente esse lado simbólico (figurado):

«Acho chocante a maneira como Paulo Cunha e Silva, director do Instituto das Artes, se refere ao fado na sua recente entrevista a este jornal citando-o como exemplo de estereótipo redutor da nossa identidade cultural no estrangeiro (...). Apesar de não ser cosmopolita (...), o fado pode dialogar e inspirar outras disciplinas, outros criadores de outras culturas. Por que continuam a pensá-lo como “uma casa portuguesa” a contrapor a uma “casa do mundo”? (...). O fado ... auto-regenera-se continuamente. ... Pode também ser contemporâneo e um interessante ponto de partida para habitar o mundo – em Alfama e/ou em Berlim» (Mísia, in Público, 13. 01. 04).

Um especialista em arte, Joaquim Caetano, fez a seguinte afirmação:

«[Em Miguel Ângelo] o corpo humano é entendido sempre como uma metáfora, um princípio organizador de todas as artes» («Estudo para “Sibila Líbia”, Público 2003.12.27).

É fácil ver nos Jerónimos¹⁴ a metáfora do Renascimento e das Descobertas, com o seu espírito aberto ao sonho e à aventura, e no Centro Cultural de Belém e nas suas marcas escultóricas, a metáfora do que, com apreciação ou depreciação, designamos por marca da gestão “Cavaco Silva”, como símbolo de uma arquitectura pesada, a dos

¹⁴ Dirven (2002: 438) dá o exemplo da Torre Eiffel em Paris, apresentada como a metáfora da modernidade oposta à grande metáfora anterior, a do tempo das catedrais.

espaços rectilíneos e do pragmatismo (com espaços multi-usos). E não devemos esquecer neste ponto que o Centro Cultural de Belém procurava ser o contraponto moderno dos Jerónimos ou da Torre de Belém e, portanto, uma nova forma de metáfora dos tempos modernos. Mais em cima do nosso tempo, daríamos hoje o exemplo dos estádios “cinco estrelas” da FIFA, como metáfora do desfasamento entre o ser (o que somos) e o que sonhamos ser (e, portanto, não somos).

A diferença entre o literal e o figurado em todas as manifestações artísticas do homem – em que se situa também a linguagem – é que o literal na arte não é tão visível, ou mesmo não é visível, e na linguagem humana é fácil descortinar a estratégia cognitiva e a poética da mente.

No que à língua natural concerne, e para nos atermos apenas ao domínio das palavras, verificamos que as estratégias cognitivas se distribuem diferentemente pelas várias classes de palavras. Por exemplo, a sinestesia encontra-se mais na classe circundante aos adjectivos, a metonímia, na área dos nomes ou da nomeação, ao passo que a metáfora invade todas as classes.

A maior parte dos estudos até agora surgidos, andam à volta da metáfora (há quilómetros de papel escrito sobre a metáfora¹⁵) e da metonímia (embora esta em menor quantidade), mas já os estudos sobre a sinestesia ocorrem de forma esporádica.

3. A sinestesia a meio caminho entre a metáfora e a metonímia (ou a sinestesia vs. metáfora e metonímia)

A palavra sinestesia (do grego *synaisthanomai*) que, etimologicamente, quer dizer “experimentar duas coisas ao mesmo tempo”, denota o processo em que um estímulo sensorial pode provocar também um estímulo num outro órgão diferente. Em «The Mind of a Mnemonist. A Little Book about a vast Memory»¹⁶ de A. R. Luria encontramos o relato de uma experiência deste género:

«No caso de C., todos os sons [de palavras] produziam imediatamente sensação de luz, cor e ainda (...) de tacto e paladar» (pg. 45).

«Este relato sugere que no caso de C. não havia uma separação distinta, como há para alguns de nós, entre a visão e a audição, ou entre a audição e o tacto ou o paladar. (...) Um grande número de pessoas tem indícios de sinestesia, mas muito rudimentares: ao “ver” cores diferentes ao escutar notas mais agudas ou mais graves; sentir que algumas notas são “quentes” e outras “frias”... Mas para C. estas sensações sinestésicas surgiram não só nos primeiros anos de vida como persistiram até ao dia da sua morte e desempenhavam um papel fundamental no seu comportamento psíquico» (pg. 47).

«C. não transcrevia apenas as palavras que lhe tinham sido dadas: cada uma delas fornecia-lhe dados “adicionais” sob a forma de sensações sinestésicas visuais, gustativas e tácteis, todas elas originadas pelo som de uma palavra ou pela forma das suas letras» (pg. 55).

Para dar um exemplo mais próximo do da linguagem, o caso do poeta Emanuel Félix, para não citar as sempre citadas “Voyelles” de Rimbaud:

¹⁵ Basta só consultar qualquer catálogo nas bibliotecas ou na Internet.

¹⁶ Traduzido para português «Um Pequeno Livro sobre uma grande Memória», tradução feita por João Vilhena, Relógio D'Água Editores, 2003. As citações reportam-se a esta versão.

«Nos seus poemas estão as marcas do diálogo entre as artes plásticas, em que trabalhava na sua actividade profissional, e as palavras, com que lidava e brincava enquanto poeta...» (Mário Mesquita – O adeus ao poeta do rigor, Público, 22.02.2004)¹⁷.

«Percurso de palavras seduzidas pela visão, pela impossível imitação do contacto visual com a realidade e, por vezes, arrastada pelo salto metafórico que concebe a palavra como traço na caligrafia ritual de inscrição duradoura, a poesia de Emanuel Félix oferece em suma, aquele suplemento de olhar que permite ver para além da superfície.» (Fátima de Freitas Morna – «Apresentação» a Emanuel Félix 2003: 22)

Em Emanuel Félix, possivelmente, temos um dos exemplos mais acabados da interacção entre a estrutura linguística e a percepção visual, ou argumento claro da chamada explicação da categorização e conceptualização do mundo pela via da linguística cognitiva¹⁸.

A diferença entre a sinestesia patológica e a sinestesia linguística é a de que a primeira pode efectivamente estimular dois sentidos, ao passo que a sinestesia linguística não estimula efectivamente mais do que um sentido, mas apela para propriedades de diferentes órgãos que concretamente surge como a sua fonte. Por exemplo, uma *música doce* apenas provoca estímulo no ouvido e não no gosto ou no tacto, embora evoque (ou invoque), por interacção, as propriedades do órgão fonte.

Mas exemplifiquemos as estratégias cognitivas com a palavra *doce* e façamos a leitura do seguinte quadro:

percepção elementar: paladar / gosto:

1. significado básico: *'açucarado'* (*doce como o mel, algodão doce, vinho doce*)
2. significado polar ou antonímico:
água doce (vs. *água salgada*)¹⁹
*batata doce*²⁰ (diferente de batata)

transferência para outras experiências sensoriais ou sinestesia:

3. ouvido: *música doce, voz doce* (melodiosa e harmoniosa)
4. olfacto: *perfume doce* (agradável ou enjoativo)
5. vista: uma *paisagem doce* (aprazível)
6. tacto: *a pele doce de um bebé* ('macia', 'sem rugas'), *O clima doce* das ilhas atlânticas ('ameno'), (Gravura de) *talhe doce*

¹⁷ Um outro poeta assinala o mesmo tópico: «O Emanuel pintava com palavras e escrevia com tintas» (Ivo Machado, Público, 15.2.2004)

¹⁸ As duas estruturas, a da língua e a da percepção visual, patenteiam a convergência da experiência individual e a da expressão linguística («In both systems [linguistic and visual-perceptual structures] there is a primitive notion of an entity or physical object and an equally similar identification process: the 3D level of visual representation corresponds to basic constituents of the conceptual level (conceptual categories like 'entity') expressed in linguistic categories like Noun. Furthermore, the perception of each particular object always occurs in association with other objects related within a schema, a fundamental structure in both the structuring of meaning and visual experience, with analogous categorizing functions» (Violli 2001: 34)

¹⁹ A que brota de fontes, rios, veios subterrâneos, própria para ser bebida por humanos e animais, caracterizada pela presença reduzida de sais minerais.

²⁰ A contrário do que acontece com *água doce*, em *batata doce* temos uma planta própria (diferente de *batata*, que pertence à família das solanáceas) e o respectivo produto, caracterizado por ser 'doce' («Planta herbácea da família das convulvuláceas, de raízes tuberosas, doces e nutritivas ou tubérculo dessa planta» (Dicionário da Academia).

não relativo a outras experiências sensoriais ou metáfora:

7. avaliação de pessoas: *pessoa doce* (amável, delicada)

8. avaliação de comportamentos / atitudes: *palavras doces; a doce esperança* (de um futuro melhor); *o sorriso doce* das crianças; *o olhar doce* (do avô ao tratar dos netos)

não relativo a outras experiências sensoriais ou metonímia:

9. *falinbas doces / falinbas mansas*²¹

Se observarmos o esquema apresentado, tentando percorrer os vários significados de *doce*, temos o significado literal em (1), o significado antonímico em (2), sinestésias em (3-6), metáforas em (7-8) e metonímia em (9). Os significados polares em (2) são extensões não-literais do significado básico de (1) 'açucarado como mel', próprio do paladar, em que a associação com a presença activa deste gosto ou paladar está ausente²², mas em que não há figuratividade, pois permanecemos dentro do domínio do paladar. Já nos significados de (3 -6) há uma transferência de domínios. Poder-se-á pensar que estamos no domínio da metáfora, pois há uma transferência de domínios, mas o domínio fonte e domínio destino estão muito próximos e portanto há uma figuratividade fraca. Isto é, trata-se mais de subdomínios do que de domínios diferentes: continuamos em presença do domínio fonte, impressões sensoriais (olfacto, ouvido, vista, tacto) e, portanto, temos a sinestesia. Vemos que, efectivamente, é a classe adjectivo a que permite exemplificações mais directas neste âmbito de conceptualização e categorização.

Embora as actividades / acções correspondentes às propriedades lexicalizadas pelo adjectivo *doce* nas instanciações presentes no quadro operem com verbos – *gostar; saborear; ouvir; cheirar; sentir; ver* –, a estratégia cognitiva preferencial (da sinestesia) é a do adjectivo, onde a presença da metonímia é quase ignorada.

A extensão metafórica de *doce* surge em (7-8), em que se verifica a transferência do domínio sensorial para o domínio psicológico, emocional, onde entra a classe dos humanos: *o sorriso doce de uma criança, o olhar doce da avó, as palavras doces da lisonja*, etc.

Em (9), embora *doce* se mantenha como adjectivo, o significado da expressão já não é composicional, não resulta da soma dos significados dos componentes: trata-se de nomeação. Possivelmente teremos aqui simultaneamente metáfora e metonímia.

Na figuratividade metafórica não terá tanta importância a analogia ou semelhança entre dois domínios – como defende a grande tradição do estudo da metáfora –, mas sobretudo o contraste, a distância entre dois domínios que interagem e se envolvem na configuração do experienciado e vivido pelo enunciador.

Os exemplos documentadores destas transferências e contactos entre domínios são facilmente multiplicáveis, como pode ver-se pelos diferentes sinónimos que convocam certos adjectivos como *rijo, duro, fresco*²³:

²¹ «Conversa insinuante, suave, cheia de lábia [sic] e de hipocrisia. Feita com o objectivo de se conseguir alguma coisa em proveito próprio» (Dicionário da Academia)

²² O Dicionário da Academia dá ainda um outro exemplo mais claro: *sopa doce* («Que tem baixo teor ou falta de sal ou que não tem sal na sua composição...: *A sopa está doce, precisa de sal*»)

²³ Vide Vilela 1994: 165-186.

Rijo vs. *mole*: (colchão) *rijo* / (pessoa) *rija* vs. (colchão) *mole* / (algo flácido) vs. (pessoa) *mole*;

Duro vs. *mole*: (pessoa) *dura* / (coração) *duro* vs. (colchão) *mole* vs. (pessoa) *mole*;

Fresco: (fruta) *fresca* / (comida) *fresca* / (pessoa) *fresca* [e aqui a possibilidades de distinguir: *alguém ainda está fresco* e *alguém é fresco*] vs. (comida) *requeitada* / (fruta) *seca* ou *estragada*.

Concluindo, quanto à diferenciação entre sentido literal, sentido não literal e sentido figurado, o literal é o que aponta originariamente para o valor tido como primeiro (*doce como mel*), o não-literal é o sentido próximo desse primeiro valor (*água doce*, *batata doce*), em que não há afastamento entre fonte e destino (geralmente, é a área da metonímia ou nomeação) e o figurado começa na sinestesia (metaforicidade fraca: *música doce*, *perfume doce*, *paisagem doce*, *clima doce*) para acabar na metáfora propriamente dita (a área da metaforicidade forte: *palavras doces*, *o sorriso doce de uma criança*, *o olhar doce de x*).

Talvez seja necessário socorrer-mo-nos da chamada “mesclagem” (ou integração)²⁴ para explicarmos expressões como *falinbas mansas*, *falinbas doces*, simultaneamente metáfora e metonímia.

4. Semelhança e contraste na figuratividade

Se compararmos as estratégias cognitivas subjacentes à metáfora e à metonímia, verificamos que a metáfora exige tanto a presença de contraste como a de semelhança e a metonímia actua também dentro dos mesmos parâmetros, embora em grau diferente. Por outro lado, a metonímia, como acontecia com a sinestesia, pode levar à produção de extensões que são não-literais, que tanto podem ser figurativas como não figurativas.

Partimos da análise de *coração*, que no seu sentido básico denota o órgão impulsionador do sistema sanguíneo no corpo humano e animal. Mas este órgão é tido também como o centro da vida, o centro do pensamento, da memória e das emoções, acepções ilustradas por inúmeras sequências²⁵:

Desejo-te, do *fundo do meu coração* /de *todo o coração*, as maiores felicidades //
Ele *tem o coração ao pé da boca*;

Há *peessoas sem coração* / que *têm pêlos no coração* //Ela é um *coração lavado* //É preciso *ler no coração das pessoas*, para as entender;

Ela *mete-nos no coração* quando a abordamos // Ele não é capaz de *pôr o coração ao largo*: é demasiado perfeccionista // Ele *falou-me ao coração* e tive de ceder //
Quantas vezes não temos de *fazer das tripas coração*;

Corta-se-nos o coração quando vemos crianças a sofrer // *Cai-nos o coração* aos pés...// Estimo-o *do coração*// Somos *amigos do coração*;

É necessário *abrir o coração a alguém*, quando estamos tristes // Ele veio-me *com o coração nas mãos* a pedir...// Há pessoas *sem coração*, desalmadas // *Coração de ouro*, de pomba, de pedra;

²⁴ A palavra técnica usada e criada na linguística cognitiva é “blending”.

²⁵ Todas as expressões são encontráveis no Dicionário da Academia e do Michaelis (2002)

É precisamente *no coração da cidade* que se cometem as maiores barbaridades urbanísticas.

Em todas estas expressões o sentido básico anda perdido, mas lidamos sempre com o “coração” que não é já o órgão gestor do sangue no corpo dos animais e do homem²⁶, mas, metonimicamente, estamos perante “coração” visto como o órgão em que se sediam as faculdades mentais, o que científica e biologicamente se atribui ao cérebro. Esta localização é pensada como um contentor com várias secções:

No *mais fundo do meu coração*, nunca senti ódio ódio por ninguém, mas amar o próximo como a mim mesmo...isso já é uma outra história!
Não se pode *abrir o coração* a um qualquer...

Poder-se-á interpretar esta localização, a sede da vida, como sendo um contentor das emoções, portando já fora do sentido literal (‘não literal’), mas não há ainda sentido figurado. Torna-se talvez mais próxima a figuração, a identificação de *alma* e *coração*, ou a sua interpretação como complemento um do outro:

Entregar-se de *alma e coração* ao trabalho é o melhor meio de se chegar ao sucesso.

Atingimos o significado figurado claro quando o “coração” é apresentado como sendo a própria emoção na sua individualidade (‘coragem’, ‘cordialidade’, ‘ternura’, ‘candura’, ‘irascividade’, ‘dor’, ‘aflição’):

Caiu-me o coração aos pés quando vi um condutor em contramão na auto-estrada! (‘aflição’, ‘susto’);
Ele tem o coração ao pé da boca: exalta-se muito facilmente (‘irascividade’);
Parte-se-me o coração ao ver a rua pejada de jovens drogados (‘dor’).

Aqui *o coração*, em *cair o coração aos pés*, não é a sede da ‘coragem’ ou do ‘susto’, é a própria coragem ou susto que cai aos pés; assim como em *ter o coração ao pé da boca* é o ser-se desabrido, franco em demasia e *partir-se-me o coração* é a própria tristeza. O que caracteriza todos estes usos metonímicos é a presença simultânea de dois subdomínios: o primeiro domínio é o de uma entidade localizável no corpo e o segundo domínio é o das faculdades mentais como pensamento, espírito, memória, sentimento ou o de sentimentos individualizados. Diz-se que os dois subdomínios na metonímia são contíguos: bordejam o mesmo domínio ou se sobrepõem um ao outro. Tradicionalmente admite-se que a metonímia pressupõe apenas um domínio de experiência e a metáfora recobre dois domínios.

Parece que o problema se situa num outro aspecto: como é que e quando é que seremos capazes de delimitar domínios ou subdomínios? A noção de domínio tem de ser refinada e precisamos ainda de ter em conta a noção de contraste. Na metáfora os dois subdomínios pressupõem um contraste forte, na metonímia, por força da contiguidade de dois subdomínios, nunca poderá existir um contraste tão drástico. Mas, de qualquer forma, é exigido que haja sempre um contraste mínimo para que se produza

²⁶ «Órgão central do sistema circulatório, localizado no tórax...» (Dicionário da Academia)

uma leitura figurada. Parece-nos²⁷ que o importante é fixarmo-nos na noção de contraste. Na metáfora, os dois domínios ou subdomínios situam-se em pontos distantes: trata-se de um contraste forte. Na metonímia, a contiguidade dos dois domínios (ou subdomínios) não necessita de um contraste forte, mas mesmo aqui há necessidade de um contraste mínimo em ordem ao desencadeamento de um significado figurado.

Vejamos mais de perto algumas das expressões:

- em *de todo o coração*, parece haver contiguidade entre o coração e a sede do sentimento ‘boa vontade’ ou;
- em *de coração lavado* talvez haja contiguidade entre o coração e o sentimento de ‘franqueza’;
- mas em *cair o coração aos pés*, o *coração* é visto metonimicamente como a sede da emoção (‘surpresa’, ‘desilusão’) e metaforicamente surge o sentido de contentor da emoção individualizada.

Há nesta última expressão – *cair o coração aos pés* – simultaneamente uma metonímia e uma metáfora: a primeira, pelo facto de existir a contiguidade dos dois domínios – o “coração” como sede da ‘supresa’, a segunda, por existir algo que cai, um invólucro (ou contentor) que se desloca, em que o contraste é feito na própria relação entre o contentor e o conteúdo: ‘a desilusão’. Já em *de todo o coração* trata-se do contraste entre o lugar e o sentimento.

Devemos ter em consideração que o coração era tido como a sede da memória, ou a própria memória: *aprender de cor* [COR – CORDIS] configura precisamente essa conceptualização, mais visível ainda no fr. *apprendre par coeur* ou no ingl. *learn by heart*²⁸.

A metonímia surge mais claramente nas relações parte-todo, aqui a propriamente chamada sinédoque, por exemplo, em formas de tratamento como:

«Não chores coração, vais ver que tudo se resolve;
Minha querida, *meu coração*» (Dicionário da Academia).

Mas a palavra *coração* distancia-se totalmente do órgão humano – portanto, surge a metáfora no seu pleno – quando se reporta à parte central de um objecto, de um lugar, ou mesmo à parte central de um lugar abstracto, como um problema, uma estratégia, etc. E aqui a metáfora representa o seu núcleo duro de representação, o da figuratividade forte, reunindo ou fazendo interagir um órgão humano (a fonte) e um alvo distante (um lugar concreto ou abstracto):

«Beja fica em pleno coração da região alentejana» // «Coração da cidade, o mesmo que centro da cidade» (Dicionário da Academia).

«Como escrevia sarcasticamente a imprensa alemã, para ilustrar as dificuldades do candidato do SPD [às eleições na Baviera]: “[Franz] Maget pode passear tranquilamente na Marienplatz, o coração de Munique, sem correr o risco de ser reconhecido”» (Público, 2003-09-22, 13).

«*Ouçó o coração da noite*/ (o motor duma traneira que fundeu na baía)// Horas no mundo.../ Acordado, / *Escuto o coração da noite* / No seu bater apressado. (Emanuel Félix – Nocturno da Ilha, 2003: 54).

²⁷ Seguimos Croft 1995 e Dirven 2002: 340.

²⁸ Dirven (2002: 340) faz o mesmo raciocínio com *to learn by heart*.

Esquemáticamente teríamos:

Coração:

relativo ao órgão fisiológico ou à experiência psicológica: órgão humano:

vaso distribuidor do sangue:

literal sede das emoções

não-literal e não-figurativo equivalendo:

a vida

o sentimento

a inteligência

individualização das emoções: metonímia / sentido figurado:

a própria coragem, a cordura, a surpresa, etc.

não relativo às experiências supramencionadas:

forma de tratamento (ternura) (figurado)

sinédoque ('pessoa querida')

parte central de alguma coisa: figurado / metáfora:

parte central de lugar (*coração da cidade*)

parte central do tempo (*coração do Inverno / da crise económica*)

parte central de um problema, de uma questão²⁹

5. O concreto como via para a conceptualização / categorização de domínios abstractos ou os verbos na categorização metafórica

Lidámos até agora com nomes e adjectivos: estes estavam envolvidos sobretudo na verbalização de sinestésias, aqueles envolvendo a metonímia e a metáfora. Se passarmos aos verbos verificamos que predomina neles a metáfora, aliás domínio já amplamente referenciado por Sweetser (1990), Lakoff / Johnson (1980), como via preferencial para configurar domínios abstractos. Sendo os verbos a categoria conceptualizadora por excelência das actividades e dada a necessidade quase compulsiva de corporização do abstracto para abrir portais para a manipulação, é natural que se reduza o que é abstracto a concreto e sobretudo a um concreto tão materializado quanto possível. Assim *ver* e *ouvir*, são nitidamente verbos de percepção física:

ver as ondas cobertas de espuma e *ouvir* o seu bramar constante

mas podem conceptualizar a percepção intelectual³⁰:

Bem *vejo* que estás a perceber as coisas e

Eu bem te avisei de que a água molhava, mas tu não me quiseste *ouvir* e agora sofres as consequências!

Mas neste jogo de interacção concreto-abstracto, verbos e nomes acompanham-se, os primeiros como criadores do cenário relacional e os segundos como complementadores e entidades contextualizadoras desse cenário. *Corromper; sustentar; dar; trocar; tocar em, depositar em* podem reportar-se a coisas materiais e a coisas abstractas:

²⁹ Neste caso equivale a "cerne" da questão.

³⁰ Para uma perspetivação mais abrangente cfr. Vilela 2002, sobretudo 127-137.

As consciências deixam-se *corromper* e a matéria orgânica *corrompe-se* com o tempo
As pontes são *sustentadas* por pilares e as teorias são *sustentadas* pela sua viabilidade prática

Trocamos dinheiro num banco e *trocamos ideias* com os nossos amigos

Damos uma fortuna para comprar uma casa e *damos umas dicas* para que um nosso amigo possa sair de apuros

Tocamos com as nossas mãos na massa e *tocamos* apenas ao de leve num assunto melindroso

Depositamos dinheiro num banco e *depositamos* toda a nossa confiança em alguém e os pais *depositam* os filhos na escola

No último exemplo – *depositar os filhos na escola* – estamos já perante uma contra-metáfora: o ponto de partida é *depositar dinheiro* (concreto), passando depois a *depositar confiança* (abstracto: valor metafórico) e, finalmente, *depositar os filhos na escola* (contra-metáfora: ‘colocar’ os filhos na escola como se fossem objectos, como se fosse dinheiro, entregues totalmente ao seu destino). Isto é, convertemos ontologicamente as ideias, as teorias, a confiança, as palavras, etc., em objectos para as podermos manipular. O verbo denota um processo – que, no seu sentido etimológico, seria previsivelmente um molde para coisas concretas –, estabelece um quadro onde entram entidades abstractas mas tratadas como concretas.

A natureza na nossa ontologia partilhada altera-se e este processo é feito de um modo sistemático e de modo continuado. É esta a via de processamento das metáforizações, o modo com o qual damos vida aos seres inanimados personificando a natureza:

O mar *brama e grita*, quando está enraivecido

A lua *sonha* quando a natureza não a perturba

As árvores *dormem* tranquilamente quando o vento amaina

ou o modo como nos seres humanos caracterizamos traços físicos:

A Maria *canta*, quando fala

O João *fala* inglês e roufenho

6. Conclusão

A figuratividade não é, portanto, uma excepção, um embelezamento: lidar com ideias como se fossem objectos, não representa apenas um processo de representação linguística, é sobretudo um processo mental para a conceptualização e categorização do mundo. A própria mente está estruturada de tal modo que o mapeamento do mundo só pode ser feito pela via da corporização da actividade mental: é toda a estrutura da linguagem que assim está organizada. Afinal, a figuratividade na língua funciona nos mesmos moldes que a não-figuratividade ou a língua sem desvios: a corporização do conhecimento feita mediante a experiência vivencial dos falantes. Por outro lado, as estratégias cognitivas são as mesmas em todos os domínios da criação humana, só que as estratégias linguísticas são as mais facilmente detectáveis e por isso as mais estudadas.

O principal traço definidor da “figuratividade” como estratégia cognitiva na linguagem humana é o distanciamento entre o domínio fonte ou domínio do literal e o domí-

nio ponto de chegada ou domínio figurado. As três estratégias mencionadas – a metáfora, a metonímia e a sinestesia – distinguem-se pelos respectivos processos mentais nelas envolvidos:

- a sinestesia surge como consequência de operações sensoriais e mentais simultâneas;
- a metonímia caracteriza-se pela contrastividade fraca, dada a proximidade (ou contiguidade) dos (sub)domínios envolvidos;
- a metáfora define-se pela contrastividade forte dos vários domínios implicados.

Por isso mesmo, a tensão entre os elementos dos domínios envolvidos é construída pela interação da similitude e diferença, entre semelhança e contraste. Quanto maior for o contraste ou a distância entre os elementos (ou domínios), maior será a figuratividade e, consequentemente, maior será a metaforicidade. É a metáfora a estratégia mais representada em todas as categorias da língua, mas é a metonímia a que fornece o maior contingente de esquemas previsíveis na construção de esquemas lexicais da língua³¹; a sinestesia representa um menor grau de distanciamento dos elementos, a menos que se torne metáfora e metonímia simultaneamente. Possivelmente, a metonímia representa a estratégia mais regular e previsível³².

Finalmente, relembro um dos meus pontos de partida: a figuratividade faz parte da própria língua, seja a da literatura, seja a da vida quotidiana e as três principais portas de entrada para a figuratividade – metáfora, metonímia e sinestesia – mesclam-se, tornam-se indissociáveis, como se patenteia no seguinte texto de Emanuel Félix

*«eis-me sentado à beira da tua memória,
lembrando as tuas mãos de sementeiro da amizade,
recordando os teus olhos onde era sempre claridade»³³
«Deixados pelos Deuses sobre a areia
Os búzios são cofres com pedaços da noite
Pequenos transistors para as notícias do mar//
Encontrados pelas crianças na praia
Os búzios são caixas de música
São os ouvidos petrificados dos peixes»³⁴*

³¹ Cfr. Vilela 2002: 378-380.

³² Pensemos no caso das chamadas polissemias regulares, que poderemos designar por metonímia sistemática. A propósito da polissemia regular, Nunberg (1995) fala dos seguintes paradigmas:

- transmissões para automóveis: um 9.3, um condução automática
- pintores por obras: um Dali
- o continente pelo conteúdo: beber uns copos
- escritor pela obra: ler todo o Eça
- lugar pelos habitantes: a Califórnia votou Schwarzenegger
- árvore pela madeira: mesa de cerejeira

Para exemplos de metonímias situacionais – isto é, casos em que a metonímia nasce num dado cenário, numa situação bem tipificada, género, *o bife da vaca foi-se embora sem pagar* (num restaurante e relativo a um cliente que pediu esse prato) – vide Kleiber 1995.

³³ Emanuel Nunes – «Meu adeus a Martinho», 2003: 121.

³⁴ Emanuel Félix – Os Búzios, 2003: 42.

Comecei a minha docência universitária no tempo em que o estruturalismo perdia força e o gerativismo comandava a linguística; no tempo em que a linguística servia de modelo a todas as ciências, no tempo em que a linguística era o modelo e molde para todas as ciências sociais ou mesmo um lugar de referência para todas as ciências e termino essa docência com o tempo novo da linguística cognitiva, uma linguística simultaneamente social, cultural e contextual. E é através deste portal que a linguística assume novamente um papel fundamental para as ciências, pelo viés da metáfora:

«There exists an important class of metaphors which play a role in the development and articulation of theories in relatively nature sciences. Their function is a sort of catachresis – that is, they are used to introduce theoretical terminology where none previously existed» e «metaphorical expressions constitute, at least for a time, an irreplaceable part of the linguistic machinery of a scientific theory... Such metaphors are constitutive of the theories they express» (Boyd 1993: 342 e 486)³⁵.

Isto é, aos linguistas jovens, deixo a mensagem de que a linguística é o único material com que se faz a literatura, e uma das fontes modeladoras da ciência, por mais que façam reciclagens e saneamentos. Quando estudamos a língua no seu dever e sobretudo no seu percurso, estamos a devolver a alma às palavras, devolver-lhe a dignidade que sempre tiveram³⁶.

A palavra é a fundadora da humanidade – da *humanitas* – e o elemento fundamental na fundação da *civitas*, a instauradora da *urbanitas* em contraposição com a *rusticitas*. Mas devemos ter presente que o paradigma linguístico, seja ele qual for, também não é um absoluto³⁷: o absoluto é (ou está apenas em) a língua. Para terminar, peço desculpa de ter dado uma «não-aula» e ainda bem que a «retenção» se aplica apenas aos alunos do ciclo, de contrário teria ficado retido até ser abatido ou reciclado.

³⁵ «Metaphern geben für wissenschaftliche Forschung damit einerseits unausgesprochene Regeln vor, zum andren sind sie “opend-ended” ..., d. h. die Konzeptsysteme, aus denen sie stamen, erzeugen zusammen mit den Erfahrungen und ihrer Systematisierung auch immer wieder neue Vostellungen (Wharig-Schmidt, B. 1997 – Metaphern, Metaphern für Metaphern und ihr Gebrauch in wissenschaftshistorischer Absicht», in: Bernd Ulrich Biere, Wolf-Andreas Libert (eds.) – Metaphern, Medien, Wissenschaft, Opladen: Westdeutscher Verlag GmH, 23-48.

³⁶ Neste aspecto, o papel do linguista é o mesmo que cabe ao escritor: «esforço-me por escrever bem. Inimigo figadal do esteticismo vaio e caturra, tento, contudo, ser correcto no que digo, e dizer da melhor maneira. (...) Se na vida profissional procurei sempre ser honesto e capaz, porque não hei-de fazer o mesmo como escritor? Ora um escritor honesto e capaz deve escrever bem. (...). Não é uma boa prosa que ambiciono. Mas sim uma claridade gráfica. Gostaria de restituir às palavras a alma que lhes roubaram, e que a língua tivesse nas minhas mãos, além da graça possível, uma dignidade inofismável» (Torga 1995: 774-775).

³⁷ Longe vão os anos setenta, o tempo dos estruturalismos e os anos subsequentes da dogmática gerativista.

BIBLIOGRAFIA

- BLACK (1854/1962: 39), [M. Black 1954/1962 – «Metaphor», in: *Proceedings of the Aristotelian Society* 55: 273-294. Reimpresso em M. Black – *Modells and Metaphor*, Ithaca-London, Cornell Univ. Press].
- BOYD, R. (1993), «Metaphor and Theory Change: What is “Metaphor” For», in: Orthony Andrew (ed.) – *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 2nd ed., 481-532.
- CROFT, William (1995), The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies, in: *Cognitive Linguistics* 4 (4), 335-370.
- DÉTRIE, Catherine – «La figure, une “parole parlante” au plus près du monde vécu?», in: *Cahiers de praxématique* 35, 2000, 141-169.
- Dicionário da Academia – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Academia das Ciências de Lisboa, 2 vols., Lisboa, 2001.
- DIRVEN, René (2002), «Structuring of word meaning: figurative use of language», in: *Lexikologie/ Lexicology. Ein internationales Handbuch zur Natur und Struktur von Wörtern und Wortschätzen*, I. Handband, Berlin/ New York, pp. 337-342.
- FÉLIX, Emanuel (2003), 121 *Poemas Escolhidos*, Lisboa: Salamandra.
- GIBBS, Raymond W. (1994), *The poetics of Mind. Figurative Thought. Language, and Understanding*, Cambridge: Cambridge University Press.
- KLEIBER, Georges (1995), «Polysémie, transfert de sens et métonymie intégrée», in: *Folia Linguistica* XXIX /1-2 106-131.
- LAKOFF, George (1987), *Women, Fire and dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, George (1989), «The Invariance Hypothesis: Is abstract reason based on image-schemas?», in: *Cognitive Linguistics* 1 (1), 39-74.
- LAKOFF, George and JOHNSON, Mark (1980), *Metaphors we Live by*, Chicago: University of Chicago Press.
- LURIA A. R. (2003), *Um Pequeno Livro sobre uma grande Memória*, tradução feita por João Vilhena, Relógio D'Água Editores [The Mind of a Mnemonist. A Little Book about a vast Memory].
- MICHAELIS (1998), *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- NUNBERG, G. (1995), «Transfers of Meaning», in: *Journal of Semantics*, 17, 109-132.
- ORTHONY, R. (1979) (org.), *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- PERRIN, L. (1996), *L'ironie mise en trope*, Paris: Éditions Kimé.
- PRANDI, M. (1992), *Grammaire philosophique des tropes*, Paris: Les Éditions Minuit.
- RAIMONDI, Ezio (2002), *La retorica d'oggi*, Bologna: Mulino.
- RICHARDS, I. A (1936), *The Philosophy of Rhetoric*, Oxford Univ. Press.
- SENA, Jorge de (1989), *Poesia III*, Lisboa: Ed. 70, 117.
- SWEETSER, Eve (1990), *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press.
- VILELA, Mário (1994), *Estudos de lexicologia*, Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário (1995), *Léxico e Gramática*, Coimbra: Almedina.

- VILELA, Mário (2002), *Metáforas do nosso tempo*, Coimbra: Almedina.
- VIOLI, P. (2001), *Meaning and Experience*, Bloomington: Indiana University Press.
- TORGA, Miguel (1995), *Diário VIII*, ed. integral em dois volumes, Coimbra: Ed. do Autor.
- WHARIG-SCHMIDT, B. (1997), «Metaphern, Metaphern für Metaphern und ihr Gebrauch in wissenschaftshistorischer Absicht», in: Bernd Ulrich Biere, Wolf-Andreas Libert (eds.) – *Metaphern, Medien, Wissenschaft*, Opladen: Westdeutscher Verlag GmbH, 23-48.

Alexandra Guedes Pinto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto; alexandrapinto@net.sapo.pt

Gramática e texto publicitário

“Todo o ser humano que fala uma língua sabe gramática.”

Robert Rodman e Victoria Fromkin – *Introdução à Linguagem*

Duas das grandes razões que levam os alunos, desde cedo, a distanciar-se da Gramática são, por um lado, o discurso persistente por parte dos professores de que os alunos são ignorantes e incompetentes nesta matéria e, por outro lado, o facto de a Gramática com que contactam na sala de aula se encontrar desgarrada do exercício quotidiano da linguagem e da língua.¹

Com efeito, um comentário recorrente por parte dos professores de língua materna é o de que “os alunos não sabem nada de gramática”, sendo este tipo de desabafo frequente entre colegas, mas também um lugar comum na própria sala de aula, como uma espécie de reprimenda dirigida aos estudantes.

Assim, confrontados com este tipo de discurso recursivo, as crianças desenvolvem, desde cedo, a concepção de que a Gramática é um saber difícil, inacessível, um edifício teórico elitista, que em nada se relaciona com o seu quotidiano de falantes da língua. A reforçar esta concepção está, muitas vezes, uma abordagem gramatical que não favorece a ligação entre conhecimento linguístico e prática discursiva. Para os alunos que contactam com a Gramática como um conjunto de conceitos, definições e operações formais sobre frases geradas artificialmente “em laboratório” (e assépticas a todas as manipulações, que eles como criadores do discurso, na prática, exercem sobre elas), este edifício teórico e distanciado não parece, de facto, capaz de explicar a realidade discursiva. Aliás, para aqueles que interiorizam esta noção de Gramática, a ligação entre Gramática e o exercício quotidiano da linguagem pode nunca chegar a ser evidente. Demasiado opaco e complicado para reflectir o automatismo e a naturalidade com que falamos, este saber parece ser inútil. Se a isto somarmos o “discurso da

¹ O texto aqui apresentado constitui uma parcela de um trabalho mais extenso, organizado sob a forma de Acção de Formação sobre Gramática, para professores de língua, em coordenação com o núcleo de estágio de Português no Agrupamento de Escolas da Cova do Lobão.

Esta ligação da reflexão sobre a língua ao ensino da Gramática não é despropositada num conjunto de reflexões compiladas em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela, cujo percurso científico sempre se pautou pela tentativa de desenvolver investigação na área da Linguística em estreito contacto com os vários públicos que dela necessitam.

ignorância gramatical generalizada”, a que aludimos, obtemos os ingredientes suficientes para a criação de uma barreira entre alunos e Gramática, que pode perdurar toda uma vida.

A citação inserida em epígrafe a esta reflexão aponta para uma das mudanças de atitude que pode revelar-se determinante na eliminação desta indesejável barreira. É que o simples desenvolvimento da atitude mental certa para com este objecto de reflexão é fundamental para motivar a aproximação entre aluno e Gramática. Afinal, Gramática é língua e língua e ser humano são duas realidades indissociáveis.

Assim, ao contrário do que é comum fazer-se, os professores (de qualquer nível de ensino) deveriam começar por empenhar-se em mostrar aos alunos que a Gramática é uma construção mental interiorizada que todos os falantes de uma língua possuem e que lhes permite falar e perceber os outros; que a exposição à prática da língua conduz todos os falantes a, desce cedo, adquirir lentamente os padrões de funcionamento da sua língua aos níveis fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, semântico, pragmático; e que as regras gramaticais mais não são do que estes princípios de funcionamento ou regularidades que pautam o nosso comportamento linguístico. Decorrente disto, deveriam empenhar-se em mostrar que qualquer falante de uma língua, no início do seu processo de escolarização, conhece já profundamente a Gramática da sua língua, simplesmente porque – a evidência é inegável – sabe falar (ainda que com deficiências localizadas) e entender os outros.

Perspectivar a Gramática desta forma permite aos alunos perceberem que os modelos gramaticais que o professor tenta ensinar na aula mais não são do que tentativas de formalizar esse saber interiorizado extraordinariamente complexo que os falantes interiorizaram, mas do qual não têm perfeita consciência. São construções teóricas que, por mais complexas e completas que ambicionem ser, nunca poderão reflectir toda a complexidade do saber gramatical mental do falante. Desta forma, os alunos percebem que estudar Gramática é estudarmo-nos a nós mesmos, fazer uma espécie de corte no nosso cérebro e examinar o tipo de conhecimento que interiorizámos e que nos permite exercer o discurso. Desta forma, também, as regras passam a ser entendidas não como realidades distanciadas e impostas de fora para dentro, mas como realidades que existem dentro de nós, que usamos sem termos consciência disso, de cada vez que construímos uma frase, por mais simples que seja.

Esta perspectivação implica uma mudança na atitude e no discurso dos professores: uma mudança que passa pela valorização do conhecimento interiorizado sobre a língua, que o aluno já transporta quando chega à escola. Esta perspectivação implica que o “discurso da ignorância gramatical generalizada” seja repensado, já que a Gramática mental do falante é sempre inexcedivelmente mais complexa do que qualquer compêndio gramatical e que, portanto, o comentário-protótipo “Não sabes nada de Gramática” revela, até, uma certa ignorância sobre a verdadeira natureza da Gramática. Provavelmente, os alunos saberão pouco de Gramática formal², e terão pouca apetência por ela, mas conhecem, quase na sua inteireza, a gramática implícita, isto é, os

² Gramática formal, neste contexto, não é uma referência a uma corrente gramatical, mas, simplesmente, a referência a uma Gramática explícita, por contraponto com uma Gramática intuitiva e pré-reflexiva.

padrões de funcionamento da sua língua.³ Assim, em vez de “Não sabes nada de Gramática” pode dizer-se antes “Já sabes tudo aquilo de que te vou falar, mas de maneira diferente.”⁴

Investir um pouco de tempo com os alunos a desenvolver a atitude mental certa para a descoberta desse saber mental interiorizado não é perda de tempo, porque ajuda a vencer resistências e preconceitos que o percurso escolar vai sedimentando, abrindo caminho a que os alunos olhem a Gramática com outros olhos. Para isto basta pô-los a falar e forçá-los, conseqüentemente, a reflectir sobre a sua própria produção discursiva: os níveis de processamento envolvidos, desde a articulação de sons, à selecção lexical, a combinatoria das palavras e as compatibilidades do sentido, as escolhas enunciativas e pragmáticas. Todo esse processo explícito esconde uma estrutura cognitiva profundamente pesada, que qualquer falante-standard domina e que não pode ser desmerecida nem desaproveitada.⁵

Aliás, decorrente desta perspectiva, uma outra deve ser fomentada: a de que, sendo as línguas, basicamente formas de significar, conjuntos de sentidos que tentam reflectir a experiência, o mundo, o complexo feixe de relações que se estabelece na vida, a complexidade das línguas mais não é do que um reflexo da complexidade da vida. As necessidades de exprimir sentidos cristalizaram-se nas línguas fazendo delas objectos tão vastos e variados. Para servir e satisfazer todas as necessidades significativas dos falantes, as línguas tornaram-se estruturas complexas, mas esta complexidade não deve ser vista como um obstáculo, antes como uma marca da riqueza de sentidos que podemos exprimir; não um obstáculo, mas uma poderosa ferramenta e mais-valia⁶.

Uma outra forma de tornar explícita a ligação entre Gramática, conhecimento linguístico e prática discursiva quotidiana⁷ é trazer para a sala de aula discursos reais. A escola deve integrar a realidade que a circunda e integrar os discursos reais é uma forma de o fazer. Isto contribui para que os alunos não sintam que os conhecimentos abordados nas aulas nada têm a ver com a sua realidade, não sendo capazes de a explicar.

³ Tal como diz Amorey Gethin, no seu curioso livro *Antilinguistics* (1990: 10): “So I believe it is roughly in the simple and naïve way I have described that children, for example, experience language. They do not, of course, articulate that experience, and they do not need to. Neither they nor we need a ‘theory’ of language, yet another grand system of carefully defined and related concepts. It is only later, when the corruption of education sets in, that they become confused by the abstruse, complicated and tortuous views of their elders.”

⁴ Temos consciência de que, na maior parte das vezes em que os professores usam aquele comentário, estão a entender a Gramática como é mais usual fazer-se: Gramática como o saber construir frases correctas; ao passo que a concepção de Gramática que aqui propomos é uma concepção integrada, que inclui não só o saber sintáctico, como também todos os outros saberes envolvidos na capacidade discursiva: fonético/fonológico, morfológico, lexical, semântico, pragmático.

⁵ Como é claro, assumir esta atitude de valorização e verbalizá-la junto dos alunos não implica desistir de ensinar Gramática explícita, apenas implica lembrar insistentemente aos alunos que as regras e os conceitos que tentamos transmitir na aula são tentativas de formalizar conhecimentos intuitivos que eles já dominam, mas dos quais não têm consciência.

⁶ De qualquer forma, esta complexidade só passa a ser sensível e incomodativa para os falantes quando estes são obrigados a consciencializar a gramática que interiorizaram e a decorar noções e fórmulas que pretendem explicitar os seus padrões de comportamento linguístico.

⁷ Esta ligação é advogada há décadas pelas correntes de Linguística Aplicada. Confrontar F.I. Fonseca e J. Fonseca, 1977.

De entre estes discursos reais, vamos defender, nesta breve reflexão, por que é que o discurso publicitário pode ser um bom veículo para fazer a ponte entre a escola e a realidade e, particularmente, para ajudar a explicitar a relação entre Gramática, conhecimento linguístico e prática discursiva.

Uma das razões desta vocação é a de o texto publicitário ser um texto mediático, ao qual todos os falantes estão, pois, fortemente expostos. Uma outra das razões é a de o texto publicitário ser um texto persuasivo, por vezes assumindo abertamente essa função, por vezes, camuflando-a, mas sendo sempre um texto que, à semelhança do discurso político, merece uma descodificação mais avisada. Uma terceira razão é a de o texto publicitário ser um texto socialmente bem conotado, um discurso “da moda”, sempre sintonizado com as principais tendências sócio-culturais, recolhe muita receptividade, particularmente junto dos jovens. Uma quarta razão é a de que o texto publicitário é um texto lúdico, muitas vezes humorístico, dá prazer, cativa, conquista-nos pela afectividade, porque nos é inevitável gostarmos do que nos dá prazer e nos faz rir.

Uma quinta razão, e de grande peso, porque ajuda, mais do que todas as outras, a desmistificar uma concepção elitista de Gramática, reside no facto de o texto publicitário não ser um texto dirigido a uma elite, especialmente capaz de descodificar jogos de linguagem complexos, mas sim ser um texto construído para ser descodificado pelo maior número de pessoas possível. O facto de o texto publicitário depositar parte do seu investimento persuasivo em jogos de linguagem que, tipicamente, são descodificados pelo receptor comum é a prova de que os falantes comuns possuem competência linguística suficiente para identificar determinados mecanismos linguísticos.

Sabendo que o texto publicitário seria um bom veículo para a exploração didáctica de todos os níveis do conhecimento linguístico, já que, à semelhança do texto poético, trabalha cuidadosamente todas as componentes textuais, nesta reflexão, limitar-nos-emos a mostrar algumas possibilidades de, partindo de títulos publicitários, falar das componentes morfológica e semântica da Gramática.

Salientamos, ainda, que, de forma a isolar os fenómenos que em cada conjunto de slogans pretendemos analisar, não procederemos a um tratamento completo de todos os aspectos linguísticos que em cada um deles interagem.

1. Jogos morfológicos:

Muitos títulos publicitários brincam com a morfologia das palavras: constroem e desconstroem palavras, usando os processos de formação como meio de chamada de atenção. As técnicas usadas pelos criativos publicitários são as mesmas que a língua adopta, pela mão dos seus usuários, na criação de palavras novas a partir de bases já existentes, pelos processos da derivação e composição, ou na criação de formas diferentes da mesma palavra por processos flexionais. Em títulos como:

- (1) Aluno sem Internet não tem futurix. (Clix)
- (2) Fazer clix custa nix.
- (3) Polpe-se a esforços. (Sumol Néctar)
- (4) Hummburger. (Goody's)
- (5) Frangamente bom. (Kentucky Fried Chicken)
- (6) Ponto de encontro de Espizzalistas. (Pizza Hut)

- (7) DesCONTROLa-te. (Preservativos Control)
- (8) Jumbe-se a nós. (Hipermercados Jumbo)
- (9) Sidadania. (CNL contra a SIDA)

está presente o mesmo processo de aglutinação de palavras que recebe o nome de amálgama ou entrecruzamento que encontramos em situações como “diciopédia” (dicionário + enciclopédia), “espanholês” (português + espanhol) ou “nim” (não + sim). Por sua vez, este processo de aglutinação difere da aglutinação propriamente dita, devido ao facto de esta ser um processo diacrónico, ao passo que a amálgama é um processo sincrónico, executado intencionalmente num momento localizado no tempo para exprimir um dado efeito de sentido. É isto precisamente que acontece no texto publicitário, como refere Dyer (1995:149). “You might also have noticed unfamiliar adverbs and adjectives in advertising copy. These have usually been coined for the occasion (...). For instance, advertisements often contain words like: ‘tomatoful’, ‘teenfresh’, ‘temptational’, ‘flavoursome’, ‘cookability’, ‘peelability’, ‘out-door biteables’, ‘the orange-mostest drink in the world’, ‘ricicles are twicicles as nicicles’, ‘seweppervescence’, ‘lux-soft’(...)” Trata-se de fazer funcionar, ao serviço da publicidade, e da chamada de atenção dos receptores, os mesmos mecanismos que se responsabilizam pela procriação da língua, mecanismos que os próprios falantes usam e de que conservam consciência metalinguística suficiente para serem capazes de descodificar slogans como estes.

No discurso publicitário, encontramos, ainda, muitos exemplos da chamada derivação imprópria ou conversão, que os falantes tanto usam quando fazem funcionar as palavras numa determinada categoria sintáctica que não a sua de origem (“O comunicar”; “Os prós e os contras”...). Em publicidade são normalmente os nomes das marcas – nomes próprios – que se convertem numa outra categoria gramatical, que pode ser a de verbo, a de pronome, a de nome comum, entre outras:

- (10) Passa das palavras ao Atos. (Hyundai Atos)
- (11) Quêru mais (Queijo Quêru)
- (12) O meu primeiro Olá.
- (13) Galp de mestre.
- (14) Dim o que vestes.
- (15) Inesperado e Alfa Romeo.

Mesmo o processo da sufixação se encontra representado em slogans como:

- (16) Dioríssimo. (Christian Dior)
- (17) Alfistas. (Alfa Romeo)

A competência morfológica do falante comum inclui, pois, o reconhecimento das variações formais que uma mesma palavra pode sofrer, sendo que este reconhecimento implica, por sua vez, o reconhecimento de que a palavra é uma unidade muitas vezes internamente divisível e de que as unidades menores em que a palavra pode fragmentar-se transportam uma dada identidade formal e de sentido/funcional identificável. Muitos dos títulos publicitários jogam com estas variações formais que as palavras permitem, cruzando processos de flexão com processos de derivação para construir jogos de palavras chamativos. Não é a um receptor especialista em processos morfológicos

que estes slogans se dirigem, o falante comum reconhece intuitivamente os jogos gramaticais praticados, embora possa não saber dar-lhes nomes técnicos:

- (18) Crescemos fazendo outros crescer. (Caixa de Madrid)
- (19) Em dias de prova e nas provas diárias. (Pneus Goodyear)
- (20) Não se esqueça. Consulte os cadernos eleitorais... para não ficar esquecido. (Comissão Nacional de Eleições)
- (21) Em tudo o que você faz está a energia que nós fazemos. (EDP)
- (22) Telecel. Onde você estiver. Está lá.
- (23) A forma mais natural de voltar a ter formas. (Citropal)
- (24) Fazer bem feito faz bem. (Programa Infante)
- (25) Faz contas à tua conta e conta connosco. (Conta BES Universitário)
- (26) Contacto. Intacto. (Baton Helena Rubinstein)
- (27) Espere o inesperado. Açores, a natureza intacta.

2. Jogos semânticos

Os slogans oferecem um potencial excelente para explorar as propriedades semânticas e as relações semânticas entre as palavras. Permitem, por exemplo, compreender o tipo de compatibilidades e incompatibilidades semânticas (e pragmáticas) que os falantes interiorizam já que brincam muitas vezes com estas propriedades, produzindo frases anômalas, que chamam a atenção do receptor. Assentam frequentemente a sua construção num jogo de antónimos; exploram a polissemia das palavras, gerando frases ambíguas, entre outros jogos de natureza semântica que utilizam.

2.1. Jogos de antónimos

Conhecer uma língua implica, entre muitas outras coisas, possuir um léxico mental composto por dezenas, centenas ou milhares de palavras (consoante a idade e outros factores sócio-culturais do indivíduo) e ser capaz de estabelecer relações de vária ordem entre essas palavras. Um dos parâmetros pelo qual as palavras se encontram armazenadas na nossa competência lexical é o parâmetro das relações de sentido: estabelecemos redes de relações de palavras sinónimas, redes de relações de palavras antónimas, de palavras hiperónimas e hipónimas, entre outras redes de organização do léxico mental.

Estas redes são redes conceptuais estruturantes e perpassam de forma relativamente estável de falante para falante. Quando um slogan publicitário aposta, assim, a sua investida num jogo de contrários está suportado por um potencial conceptual garantido, partilhado por qualquer falante da língua:

- (28) Múltipla Fiat. Singular. Plural.
- (29) Igual a si. Diferente dos outros. (Hyundai Atos)
- (30) Introverso. E extroverso. (Smart)
- (31) Fnac. De longe, mais perto de si.
- (32) A Baixa em alta. (Via Catarina Shopping)
- (33) Fique por dentro...Para ficar de fora. (CNL contra a SIDA)

2.2. Jogos de ambiguidade lexical

Os textos publicitários constituem um manancial muito fértil para estudar as propriedades semânticas das palavras, em particular para compreender como o significado (o campo semântico) de uma palavra é tipicamente extensível e como a extensão desse campo semântico gera o fenómeno da polissemia e da ambiguidade. Esta forma de extensão do significado das palavras é simultaneamente uma prova da economia e produtividade das línguas, já que, mantendo o mesmo significante, as palavras renovam o seu significado.

Por outro lado, a forma como o fenómeno da polissemia é explorado no texto publicitário torna claro como a extensão semântica é um processo sociolinguisticamente marcado, fortemente explorado pelas linguagens parasitas e por registos de língua informais em parasitagem da língua-padrão, sendo, por esse processo de criação de “neologias semânticas” que a grande quota parte de individualidade de variedades sócio-culturais como as gírias, o calão e as linguagens técnico-científicas se constrói.⁸

2.2.1. Polissemia e ambiguidade

Tal como diz Grunig (1991: 14), “(...) le bombardement par des mots à sens multiples, ambigus, constitue l’un des actes majeurs du slogan publicitaire (...) » justamente porque, ao fazê-lo, os slogans apelam à consciência metalinguística que todo o falante de uma língua possui da polissemia e, logo, potencial ambiguidade, das palavras. Vários processos são usados para fazer emergir simultaneamente na percepção do receptor dois sentidos concorrentes relativamente ao mesmo significante. Um deles pode acontecer graças ao trabalho conjugado entre o texto e a imagem, sendo que, dada uma palavra com vários sentidos potencialmente disponíveis, o contexto verbal favorece a activação de um sentido, enquanto o contexto icónico favorece a emergência do outro:

- (34) Fidelidade. Uma companhia para toda a vida.
- (35) As grandes paixões exigem alta fidelidade. (Grundig)
- (36) Depois de si, este é o melhor leitor desta revista (Leitor de CD’s Sony)
- (37) Nova Sony MHC. Todos se vão curvar diante dela. (Mini-Hi-Fi Sony)
- (38) O melhor resultado líquido. (Cerveja Superbock)

2.2.2. Polissemia, ambiguidade e repetição lexical

O trabalho sobre a ambiguidade das palavras pode ser ainda mais explícito nos casos em que um mesmo significante é repetido no mesmo slogan, sendo que, em cada uma das ocorrências é activado um significado ligeiramente diferente. Slogans que se dirigem ao falante comum obrigam o mesmo a decompor o significado de uma palavra em traços de sentido de forma a perceber as nuances significativas que a palavra ganha na suas diversas aparições:

⁸ Veja-se, por exemplo, a gíria estudantil com palavras como furo, tiro, chumbo, que gera a sua especificidade a nível lexical (as outras componentes da Gramática não são normalmente afectadas) e sobretudo por um processo de parasitagem do léxico da língua comum, sobre o qual opera recuperando alguns significantes e injectando-lhes novos significados, que mantêm, normalmente, alguns traços semânticos em comum com o significado nuclear da palavra original. Por isso, este processo se mantém dentro das fronteiras da polissemia. Confrontar abaixo ponto 2.2.4.

- (39) Há mais do que uma vida na vida de uma mulher. (Perfume Quartz da Molineux)
- (40) Une touche de Naf-Naf e a vida ganha vida.
- (41) Tudo o que se passa passa na TSF.
- (42) Uma série fora de série. (Caterpillars CAT)
- (43) Um novo serviço ao seu serviço.

A título de exemplo, no slogan (39), os semantismos de *vida1* e *vida2* não podem recobrir-se inteiramente, sob pena de a proposição perder o sentido. *Vida1* activa os semas mais periféricos [espaço de actividade e de envolvimento] [personalidade] e *vida2* o sema mais nuclear [existência].

Já no caso do slogan (42), a dissociação entre as duas ocorrências de *série* é facilitada pelo facto de a segunda ocorrência acontecer no interior de uma lexia complexa, fenómeno que retira parte da autonomia significativa a *série 2*.

2.2.3. *Polissemia categorial* e ambiguidade

Ainda dentro dos fenómenos da ambiguidade lexical por exploração da polissemia, encontramos uma sub-espécie da polissemia, a que chamaremos provisoriamente *polissemia categorial*, detectável quando a mesma palavra activa traços semânticos diferentes em virtude da sua inscrição em categorias gramaticais diferentes: umas vezes ocorre como verbo, outras como nome, umas vezes como nome próprio, outras como nome comum, como os exemplos abaixo demonstram:

- (44) Foi neste banco que tudo começou. Gostaríamos que fosse no nosso Banco que tudo pudesse continuar (BCP)
- (45) A sua pequena ajuda ajuda muita gente. (APL)
- (46) O que é Nacional é bom.
- (47) Mais seguros com mais seguros complementares. (Seguros Eaglestars)
- (48) O meu primeiro Olá.
- (49) Um Natal cheio de Mimo's. (telemóveis MIMO TMN)

De notar que esta polissemia categorial tanto é trabalhável com base na repetição lexical, com acontece nos slogans (45) e (47), como sem essa repetição, como acontece nos slogans (48) ou (49).

2.2.4. Polissemia, ambiguidade e registos de língua

Tal como referimos acima, o fenómeno da extensão semântica é um fenómeno sociolinguisticamente marcado uma vez que é particularmente produtivo na produção de vocabulário nas variedades parasitas. Os slogans listados abaixo demonstram isso mesmo, fazendo parte de um conjunto bastante vasto de exemplos. Normalmente, o efeito alcançado pela exploração desta subespécie de polissemia, cuja particularidade é a de um dos sentidos concorrentes da palavra ser sociolinguisticamente marcado como pertencente a uma variedade que não a variedade padrão, é de carácter humorístico:

- (50) Passe para cá o seu dinheiro. (BANIF)
- (51) Se és jovem e não conheces a Europa, tudo bem. Nós damos um desconto. (De 25%) (Lufthansa)

- (52) Motive os seus colaboradores. Mande-os passear. (TAP)
 (53) Passe o fim-de-semana com duas de 24. (Filmes Kodak)
 (54) Vá para a cama com Adamo (Rádio Nostalgia)
 (55) Nada como passar um bom fim-de-semana a olhar para as paredes. (Turismo em Portugal – Museus de Portugal)

Note-se, por exemplo, como em todos os slogans listados, um registo familiar/ íntimo (Joos, 1968: 188) permite uma interpretação que é cancelada num registo neutro ou não-marcado.

2.2.5. Polissemia, ambiguidade e isotopia

Qualquer falante do Português se orienta na descodificação textual por determinados princípios de coerência baseados em pressupostos e expectativas geradas pelo próprio texto. Se uma sequência textual impõe como sema condutor o sema [habitação de luxo], as expressões *grande área descoberta* e *segurança 24 horas por dia* confirmam as expectativas do leitor configurando aquilo que se pode chamar de uma isotopia, dada a repetição em todas as palavras/expressões de um mesmo elemento semântico, que confere coesão à sequência. Isto mesmo parece acontecer na sequência textual que se segue:

- (56) Casa no campo, condomínio fechado, grande área descoberta, segurança 24 horas por dia.

Se, todavia, inserirmos esta sequência no seu contexto real que é de um anúncio da Amnistia Internacional contra campos de refugiados no Ruanda, cuja imagem mostra justamente um destes campos, com condições miseráveis, uma nova isotopia é imediatamente activada.

Este processo, onde a exploração da ambiguidade através da polissemia lexical recai em mais do que uma palavra, estendendo-se a toda uma sequência textual, gera o efeito de activar não uma mas duas isotopias textuais, tornando-se um efeito muito interessante.

O mesmo processo está presente nestes dois slogans:

- (57) Para a sua barriguinha não crescer, tome a pílula todos os dias. (Hermesetas)
 (58) Esta revista dá-lhe a melhor cobertura em assuntos íntimos. (Pensos Modess Ultrafinos – amostra gratuita).

No caso do slogan (57) de uma isotopia ligada a [gravidez] e [contraceptivos], passamos, com o conhecimento do produto, para uma isotopia relacionada com [gordura] e [comprimidos de emagrecimento]. No slogan (58), em que a página de revista traz uma amostra gratuita do produto, uma isotopia ligada a [noticiar] e [matéria jornalística] contrapõe-se a uma outra, relacionada com [penso higiénico] e [período menstrual].

2.2.6. Polissemia, ambiguidade e lexias complexas

Uma outra forma de explorar a polissemia das palavras é jogar com o seu duplo sentido enquanto unidades autónomas e unidades pertencentes a uma lexia complexa. As palavras integradas numa lexia complexa perdem a autonomia significativa, passando a significar como um todo no conjunto da lexia. Assim, os slogans listados abaixo tiram

partido do funcionamento das lexias complexas justamente forçando um efeito de desfixação da fórmula e de *literalização* da mesma:

- (59) Os portugueses estão sempre a passar por cima do nosso trabalho. (auto-estradas Brisa)
- (60) Não há como o apoio de um grande amigo do peito. (Soutiens Triumph)
- (61) Veja como este gráfico não fala só por si. Fala por muita gente. (TSF)
- (62) Não precisa de andar na brasa para se pôr ao fresco. (Ford Escord GT com ar condicionado)
- (63) Acima de tudo. (Range Rover)
- (64) Montes de luxo. (Range Rover)
- (65) O Correio da Manhã vai pôr tudo em pratos limpos. (Oferta de um serviço de louça)
- (66) Best-seller. (Páginas Amarelas)
- (67) A caixa que mudou o mundo. (Pizza Hut Delivery)

2.2.7. Homonímia, paronímia, homofonia e ambiguidade

Como vimos, os slogans publicitários constituem um bom material para a exploração da competência semântica dos falantes. Eles trabalham profusamente com jogos desta natureza porque sabem que os falantes comuns activam estes mecanismos no seu exercício discursivo quotidiano.

Algumas outras possibilidades de jogar com a ambiguidade de sentido resultam dos fenómenos da homonímia, da paronímia e da homofonia como retratam os slogans listados abaixo:

- (68) Leve. (Sony – Car Systems)
- (69) Saia, Curta. (Sony. Auto-rádio)

No slogan (68), a ocorrência de *leve* corresponde a duas palavras distintas: *leve*₁, adjectivo do campo lexical relativo a peso e *leve*₂, forma flexionada no presente do conjuntivo do verbo levar. O mesmo se passa no slogan (69), em que *saia* e *curta* são ocorrências que podem corresponder a nome (*saia*₁) e adjectivo (*curta*₁) ou a formas verbais dos verbos *sair* e *curtir* (*saia*₂), (*curta*₂).

Já nos casos seguintes, é um fenómeno de paronímia que potencia a ambiguidade:

- (70) Na 2, as séries são levadas a sério.
- (71) Sobre cor sabemos de cor... e salteado. (Jumbo – Colecção Primavera-Verão)

Ou ainda um fenómeno de homofonia, como os exemplos seguintes atestam:

- (72) Bom bom é Baci ... na boca. (Bombons Baci)
- (73) Puro. Deleite. (Jubileu)
- (74) Em flagrante. De leite. (Mars)
- (75) Qualidade DeVida. (Empreendimento imobiliário Torres Reais)

Esta breve análise de um *corpus* de slogans publicitários demonstrou-nos como é possível reflectir sobre Gramática a partir de discursos tão correntes como este. Neste trabalho, focalizámos aspectos da componente semântica e morfológica da Gramática,

o que não significa que os outros níveis do conhecimento linguístico não sejam explorados e exploráveis por este discurso. Note-se a saliência da componente sintática em todos os jogos que envolvem paralelismo estrutural – recursividade ((76) Para os homens que amam as mulheres que amam os homens. Azzaro); anáfora ((77) Todo um mundo que se vende. Toda uma cidade que se dá. Comércio Tradicional); permuta ((78) Eu gosto do meu carro, o meu carro gosta de mim. Opel Corsa); ou ainda a saliência da componente semântico-pragmática na exploração das anomalias ((79) Green Pen. A esferográfica azul mais verde do mundo; (80) Fale de fora para dentro. Marconi; (81) Alguns dos nossos melhores produtos são pisados antes de serem expostos. Feira de Vinhos do Jumbo; (82) Baixem o IVA. Queremos ouvir música. Fnac).

A focalização nas componentes semântica e morfológica num trabalho que se assume como uma reflexão sobre a Gramática permite, ainda, salientar a concepção integrada de Gramática que propomos: Gramática é, antes de mais, o conhecimento linguístico que o falante interiorizou sobre a sua língua e que lhe permite falar e compreender os outros, incorporando, assim, todas as componentes dessa vasta estrutura cognitiva: fonética, fonologia, léxico, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática; Gramática são, depois, as construções teóricas que se fazem sobre esse conhecimento linguístico, procurando descrevê-lo. Uma Gramática, neste segundo sentido, será, assim, um modelo descritivo que integra todas estas componentes do saber dos falantes e não apenas o sintático, como é comum pensar-se.

Assim, saber gramática – numa concepção pré-reflexiva – é um apanágio de qualquer falante de uma língua, que se apoia no seu conhecimento linguístico subjacente para construir o discurso. A valorização deste saber gramatical implícito que todo o falante transporta é importante para promover uma relação de proximidade entre o aluno e a Gramática enquanto construção reflexiva e metalinguística. Com mais ou menos deficiências localizadas na sua competência gramatical⁹, o aluno, aquando do seu ingresso na escola, possui já quase toda a gramática da sua língua interiorizada, sendo esta gramática usada quotidianamente nas mais simples operações de enunciação que executa.

A destreza com que os falantes interagem com os jogos de linguagem praticados pelo discurso publicitário é um claro sintoma desta competência gramatical subjacente. Estes jogos são concebidos para um público indiferenciado, apostando na capacidade do mesmo de decodificar mecanismos morfológicos, semânticos, sintáticos, pragmáticos.

O corpus reunido neste trabalho¹⁰ pretendeu demonstrar isto mesmo, salientando, ao mesmo tempo, que usar os discursos reais para abordar aspectos da Gramática é uma forma de integrar a escola no contexto envolvente, mostrando aos alunos que ali se desenvolvem saberes em tudo relacionados com a sua vida do dia-a-dia.

⁹ Estas deficiências são sensíveis sobretudo ao nível da construção textual escrita e explicam-se, pelo menos parcialmente, na medida em que, ao contrário do que acontece com a competência oral, em que a exposição acontece de forma natural e a interiorização dos padrões de funcionamento se faz de forma inevitável e gradual; no caso do texto escrito, todos sabemos que os alunos estão cada vez menos expostos ao mesmo, não podendo, assim, interiorizar os seus padrões de funcionamento. De pouco vale a exposição artificial que se recia cinco vezes por semana, durante uma hora, na aula de Português, sem o apoio da retaguarda que uma vida normal deveria proporcionar.

¹⁰ A reflexão aqui apresentada apoia-se num trabalho anterior, onde as principais recursividades retórico-pragmáticas do discurso publicitário são passadas em revista. Cf. Pinto, 1997.

BIBLIOGRAFIA

- DYER, Gillian (1995), *Advertising as communication*, London, Routledge.
- FONSECA, F. I. e FONSECA, J. (1977), *Pragmática Linguística e ensino do Português*, Coimbra, Almedina.
- FROMKIN, Victoria e RODMAN, Robert (1993), *Introdução à Linguagem*, Coimbra, Almedina.
- GETHIN, Amorey (1990), *Antilinguistics: a critical assessment of modern linguistic theory and practice*, London, Intellect Ltd.
- GRUNIG, Blanche-Noëlle (1990), *Les Mots de la Publicité: l'architecture du slogan*, Paris, Presses du CNRS.
- JOOS, Martin (1968), "The isolation of styles" in Fishman, Joshua (ed), *Readings in the Sociology of language*, The Hague, Mouton, pp. 185-191.
- PINTO, Alexandra Guedes (1997), *Publicidade: um discurso de sedução*, Porto, Porto Editora, Coleção Linguística.

Alexandre Rodríguez Guerra

Universidade de Vigo; xandre@uvigo.es

Parámetros (co)implicados na ordenación de constituíntes oracionais en latín*

É xa un lugar común que calquera aproximación á ordenación de constituíntes da oración latina ten que adoptar unha perspectiva multifactorial. Este enfoque é aínda máis necesario se o obxectivo é enxergar a evolución histórica do camiño que levou do latín ó romance (galego). Alén de factores como as variacións diamésica, diatópica e cronolóxica, ou doutros como o carácter formulístico, os recursos literarios, algunhas construcións específicas (Adams, 1976) ou o da propia autoría, convén realizar unha revisión de conxunto daqueles aspectos que dende a ribeira estritamente lingüística axudan (in)directamente a interpretar adecuadamente todos os datos relativos á ordenación dos constituíntes oracionais S, O e V en latín. Así, para o portugués actual o propio M. Vilela enuncia unha serie de elementos que poden condicionar a ordenación de constituíntes: “o tipo de estrutura, a construción do campo frásico, a ligazón valencial, o valor do elemento frásico, o ritmo e o valor comunicativo (inclusive o seu grao de determinación)” (1999: 391). Factores que non se afastan moito dos seis sinalados por H. Pinkster (1995) para o latín: número de constituíntes, función sintáctica, función pragmática, clase de elementos, estrutura interna e tipo de oración. O obxectivo das páxinas que seguen é, precisamente, recompilar criticamente algúns destes parámetros (cfr. con Rodríguez Guerra, no prelo).

1. A contorna do obxecto

1.1. Marca sintáctica sintética e liberdade posicional

P. Ramat nos seus comentarios das inscricións pompeianas, alén da peculiar natureza dun corpus homoxéneo cronolóxica e sociolingüísticamente, ofrece dous argu-

* A presente colaboración, desenvolvida ó abeiro do proxecto *Gramática Histórica Galega* - que, con financiamento da Xunta de Galicia, dirixe no Instituto da Lingua Galega Xavier Varela Barreiro -, complementa o noso artigo citado como ‘no prelo’. Agradezo dende estas liñas tanto os atinados consellos de R. Mariño e F. Ledo coma a amable e cara invitación para participar nesta merecidísima homenaxe ó profesor Mário Vilela.

mentos básicos para xustificar a notable liberdade dos constituíntes oracionais: o primeiro céntrase en que o latín pompeiano é unha fase lingüística intermedia, o segundo subliña que o latín, lingua flexiva, careceu sempre dunha orde rixida porque “ogni elemento della frase recava in sé la marca grammaticale della sua funzione” (1984: 140). A propósito desta afirmación, que entronca con toda a tradición gramatical que destacou sempre a liberdade dos constituíntes oracionais latinos ó abeiro da marcaxe casual, lembra Calcante (2000: 44-45) que, aínda que a latina sexa unha lingua con marca sintáctica sintética no ámbito nominal (caso) e isto exima a orde de constituíntes dese labor de marcación de función sintáctica, hai uns límites para a liberdade da segmentación e/ou disposición dos constituíntes: (i) estruturas moi complexas neste sentido “comportano un carico della memoria a breve termine maggiore di quello prodotto dalle più diffuse strategie a ordine non marcato” (2000: 45); e (ii) mesmo pode ocorrer que exista unha notable dificultade perceptiva na decodificación da mensaxe que dificulte “segmentare correttamente la frase individuando i confini [dos distintos marcos predicativos ou funcións sintácticas]” (2000: 46); cfr. *infra* §1.2.

H. Pinkster (1993) realiza un bo resumo da interrelación en latín entre caso e preposición e, despois de sinalar que a distinción grafo-fonética entre acusativo e ablativo non se realizaba aproximadamente dende mediados do século II d.C, precisa que xa no propio período clásico existía un notable sincretismo entre as distintas desinencias casuais. Á vista deste panorama conclúe que “la nécessité des formes compensatoires se faisait fortement sentir” (1993: 241). Ademais de destacar que a frecuencia con que aparecen as preposicións depende, entre outros factores, do tema e do tipo de texto, os datos que ofrece Pinkster poñen de manifesto que na prosa de César a proporción no uso de sintagmas nominais (non) adposicionais é favorable por 85:15 ós non adposicionais, na P.E. a relación é de 75:25 e nas linguas romances, aproximadamente, a relación é de 50:50. Como conclusión parcial Pinkster confirma que no período que vai ata comezos do s. V d.C. se comproba a progresiva diminución dalgunhas desinencias casuais e que as adposicións van gañando terreo, sobre todo nalgúns contextos específicos. Agora ben, todo o anterior non xustifica, nin moito menos, que se estableza unha relación de causa-efecto entre ambas as opcións de marcaxe, de aí que Pinkster insista en que é preferible non “considérer les déclinaisons et les prépositions comme des vases communicants” (1993: 243).

Valéndonos da exhaustiva información recollida no traballo de M. Théoret (1982) podemos observar cal é a distribución nos discursos de Cicerón da concorrencia entre a marca sintética (caso) e a analítica (preposición). Ofrecemos no seguinte cadro -de elaboración propia- os resultados segundo os oito grupos manexados por el:

-Cadro 1-

	Dativo/ <i>ad/in</i> + Ac.	Dativo/ <i>ab/de</i> + Abl.	Ablativo/ <i>ab/de/ex</i> + Abl.	Ablativo/ <i>in</i> + Abl.	Acusativo/ <i>ad/in</i> + Ac.	Acusativo/ <i>ab/de/ex</i> + Abl.	Xenitivo/ <i>de</i> + Abl.	Outras concor- renciais
%	XV/VX	XV/VX	XV/VX	XV/VX	XV/VX	XV/VX	XV/VX	XV/VX
MC	75,1/24,9	74,6/25,4	80,3/19,7	90,3/9,7	81,8/18,2	88,1/11,9	74,2/25,8	80/20
MP	87,1/12,9	90,6/9,4	78,8/21,2	77,9/22,1	66/34	82,6/17,4	62,1/37,9	69/31

[MC: Marca casual; MP: Marca preposicional; X: Constituínte (pro)nominal MC-MP; Ac.: Acusativo; Abl.: Ablativo; V: Verbo.]

E en todos os grupos (MC e MP) a orde de constituíntes menos marcada sitúa sempre V á dereita do constituínte nominal. Agora ben, non podemos obviar os seguintes factores¹: (i) as grandes diferenzas que hai entre os grupos, tanto coa MC (ata 16 puntos de separación entre o máximo e o mínimo) coma coa MP (ata 28 puntos de diferenza); (ii) dos oito grupos só nos dous primeiros hai unha porcentaxe maior de XV coa MP ca coa MC, nos outros seis sempre hai unha maior presenza relativa de XV coa MC ca coa MP; (iii) non é casualidade que neses dous primeiros grupos a marca de caso que interveña sexa a de dativo, nin tampouco o é que un 36,3% dos casos de MC e un 29,2% de MP sexan pronomes²; (iv) no corpus manexado existe algún exemplo individual (*adire*) en que mentres con marca casual, XV supón un 90,6% dos exemplos, con MP baixa ata o 58,3%. En consecuencia, e a falta de estudos máis fondos sobre este particular, estamos certos de que o progresivo aumento da opción analítica (prepositiva) como marca de función sintáctica coadxuvou no proceso gradual de reinterpretación da(s) orde(s) menos marcadas en latín.

A segunda das afirmacións de Ramat (cfr. *supra*) debémola relacionar con outra segundo a cal a orde dos tres elementos oracionais básicos (S, V e O) “sempra essere indipendente dall’eventuale perdita della desinenza” (1984: 139). E. Magni (2000) nun magnífico traballo demostra que a anterior afirmación non é fiel reflexo da realidade pois, tras unha análise exhaustiva de 76 oracións³ descobre que non se emprega a marca do caso acusativo no 23,6% dos obxectos na orde (S)OV e no 50% coa orde (S)V O. A desproporción é clara e evidente e, como sinala a investigadora italiana, necesita explicación⁴.

A interpretación tradicional do cambio (S)OV>(S)V O sitúa entre as causas do mesmo (i) a erosión do sistema fonético, (ii) que debilita a (xa de por si feble) morfoloxía casual e (iii) o sistema reacciona gramaticalizando unha ordenación máis rixida

¹ É certo que en ningún destes casos de concorrencia, aínda que se movan na vertente da argumentalidade, intervéñen o CDIR_(ac.) en estruturas prototipicamente transitivas (xustamente as que conforman a maioría dos esquemas que interveñen nos cómputos de S, V e O).

² Mentres que cos outros seis grupos só o 8,1% de MC e o 8,6% de MP son pronomes.

³ Constituídas por obxectos non pronominais, tres subordinadas de relativo en cada grupo e contadísimas expresións estereotipadas que exclúen versificacións e proverbios.

⁴ Malia a regularidade con que o CDIR posúe na P.E. o <-m> final, que V. Väänänen interpreta en termos de coñecemento dunha regra, o mesmo Väänänen subliña que “l’absence de -m est sans doute en rapport avec l’antéposition de l’objet” (1987: 20) sen que, iso si, se ofrezan porcentaxes de tal comportamento.

(S)VO (cfr., por exemplo, Vennemann, 1974). Magni pola súa banda, despois de confirmar que, efectivamente, a orde SVO se converteu en obrigatoria ó lle faltar a marca casual a O, sospeita que realmente interviñeron outros factores que puideron influír na fixación de V entre os sintagmas nominais e “*consequentemente*, l’indicazione dell’acusativo sia divenuta superflua” (2000: 8; a cursiva está no orixinal).

Con todo, unha cousa é que esteamos falando en termos de única causa xustificativa -explicítai Pinkster ó sinalar que “est très difficile d’admettre un rapport causal dans une seule direction” (1993: 247)- e outra negar que, no percorrido histórico do latín, a flexión nominal, cos seus reflexos sintácticos e pragmáticos, (ou os mesmos procesos fonéticos en marcha) non xogan un papel importante. Máis que unha relación causa-efecto unidireccional debemos pensar nun mecanismo complexo con múltiples engranaxes que, movéndose, provocan progresivamente non só unha resituación dalgunhas desas mesmas engranaxes (entre as que se contarían, por suposto, MC e MP), senón tamén un desprazamento global, por cativo que sexa, do mecanismo que, á vez, interactúa con outro(s).

1.2. Caracterización semántico-categorial do obxecto

Alén doutros investigadores, en Bolkestein (1989: 25) podemos ler que “there is a correlation between category and word order”. Tal aseveración baséase nos resultados recollidos no cadro 2:

-Cadro 2-

-Cadro 2'-

%	Cic. FN/Acl/ <i>quod</i>	Livio (<i>dicere, imperare</i>) Acl/ <i>ut</i>	Cic., Caes. Livio (<i>facere, efficere</i>) Dobre ac./ <i>ut</i>	Teren. C. Inf.	P.B. C.Inf./ C.Conx	H.A. (A) Subst./ C.Inf./ C.Conx.	Brau C.Conx.
OV	79/32/15,7	84/6,5	89,7/23		77,8/	47,4/24,3/10,4	37
VO	21/68/84,3	16/93,5	10,3/77	100	22,2/100	52,6/75,7/89,6	63

[Acl: Acusativo con infinitivo; C.Inf.: Completiva de infinitivo; C.Conx.: Completiva con conxunción; Subst.: Substantivo]

A acusada tendencia que reflicte o cadro 2, coa preferencia da subordinada con verbo finito (oración con *quod* ou *ut*) pola posposición ó verbo (V é sempre principal), relaciónaa Bolkestein coa distribución da información na estrutura oracional e, en principio, as maiores (fronte ás estruturas de verbo non-finito ou ás frases nominais) posibilidades de conter máis constituíntes periféricos.

Da información tanto do cadro 2 coma de 2' convén realizar unha lectura que subliñe (i) sempre que O é un constituínte ‘pesado’, neste caso, unha completiva con conxunción, verbo finito e con complementos propios, temos que (á vista dos datos e con independencia da época ou do autor) a súa posposición a V é case sistemática; (ii) sospeitamos non trabucarnos moito na interpretación dos feitos se destacamos que, no progresivo devalar do obxecto cara á dereita de V, foron as completivas de infinitivo (non con todos os verbos por igual) e en xeral os obxectos con complexidade interna

(cfr. *infra*) os que continuaron a tendencia; (iii) finalmente, debeu de ser o resto de obxectos nominais (CDIR_(ac.)), os que máis lentamente foron mudando a súa preferencia situacional (e dentro deles con distinto comportamento segundo os parámetros de animación e/ou definición, cfr. §1.2.1.).

Non podemos esquecer, como moi atinadamente lembra Belén López, que “La preferencia de los elementos más complejos o ‘pesados’ por situarse a la derecha es uno de los principios de los que se ayuda la tipología para explicar las tendencias universales de distribución de los elementos en la cláusula” (1997: 62-3, n. 12). Para Nocentini que o obxecto ‘pesado’ prefira a posposición débese a que “occupa cioè la posizione rematica in virtù del suo maggior carico d’informazione” (1990: 156). Bauer (1995) xustifícao en termos de que un O ‘pesado’ situado á esquerda do verbo complexizaría antieconomicamente os mecanismos de comprensión do falante, e Zamboni observa que un O ‘pesado’ anteposto ó verbo “appesantirebbe per così dire il ritmo della frase” (1998: 105)⁵.

Dende a perspectiva histórica non podemos esquecer que, se nun principio a meirande parte dos obxectos latinos eran ou nominais ou AcI, co paso do tempo foron gañando terreo as C.Conx. fronte á opción do AcI. Así a todo, é certo que as últimas investigacións relativizan o retroceso do AcI fronte ó avance de C.Conx. en latín tardío, en palabras de Roca Alamá “El retroceso del AcI en latín tardío, aunque destacado por la *communis doctrina* que reflejan las gramáticas latinas, es más aparente que real: sigue siendo en general la construcción mayoritaria hasta la llegada de las lenguas romances” (2003: 173); ou, como di Zamboni este cambio “si estende lentamente senza tuttavia mai generalizzarsi” (1998: 106)⁶. Porén, salientamos que (i) o aumento das C.Conx., aínda que paseniñamente, existe; e (ii) unha completiva de infinitivo tamén pode constituír unha unidade ‘pesada’ (cfr. *infra*)⁷.

Mentres unha oración completiva admite *in se* unha caracterización como construción ‘pesada’, e como tal opta prototipicamente pola posposición ó verbo, non é menos certo que outras unidades, frásticas por exemplo, tamén permiten un elevado grao de complexización interna (recursividade) o que, consecuentemente, tamén as pode converter en unidades ‘pesadas’. O xa mencionado Nocentini (1990) manifesta que, en realidade, o criterio que amosa a súa pertinencia á hora de explicarmos a orde VO na P.E. é o de que teñamos un obxecto ‘pesado’, con independencia de que o obxecto (con núcleo verbal ou non) leve como modificador unha subordinada de relativo (89,6% de posposicións ó verbo), un xenitivo (75,5% de posposicións) ou de que dependa dun participio ou dun xerundio (72,1% de VO). A suma total das formas ‘pesadas’ do obxecto, que se converte xa que logo no factor decisivo, explica segundo Nocentini (1990: 153) o 66% dos exemplos de posposicións do obxecto ó verbo na P.E. Non esquezamos tampouco que, como nos confirmou en comunicación persoal Xavier

⁵ A fin de contas cousa semellante é a que acontece na frase galega actual coa ordenación dos modificadores: segundo aumenta a complexidade do modificador a súa localización prototípica vai situándose máis cara á dereita (Inúcleo) + frase adxectiva + frase preposicional + subordinada de relativo).

⁶ A teor da situación que amosa a P.E. no s. V aínda asistimos ó proceso de consolidación da opción conxuntiva.

⁷ Non perdamos tampouco de vista a información dos cadros 2 e 2': en Cic., TEREN. e H.A. as completivas de infinitivo elixen maioritariamente a posposición ó verbo.

Varela, segundo nos achegamos ás etapas romances do galego, aumentan significativamente as posibilidades de complexización interna no nivel da frase.

Mais non acaba aquí a pertinencia do tipo de unidade do obxecto á hora de aproximarnos á orde dos constituíntes da oración latina. B. López, como veremos máis abaixo, argumenta a escolla de S e O nominais (non pronominais) no prototipo de oración básica “pues el uso de pronombres, dado su carácter défítico, implica presuposición” (1997: 49). Baséase B. López no mesmo parámetro empregado por T. Givón de maior ou menor presuposición discursiva o que aumenta a súa dependencia contextual. De observarmos os datos de dous autores como TER. e TERE. hai case vinte puntos de diferenza entre o obxecto nominal (72,9% de OV) ou pronominal (91,7% de OV) en TER. e case dez en TERE. (respectivamente, 74,1% e 65,6% de VO). A xeito de recapitulación, e á marxe de que a tendencia do pronome sexa a de anteposición ou posposición a V, o relevante é que habitualmente apareza a carón de V, que o seu devir posterior será o de cliticización e, neste sentido, o seu comportamento demostra unha especificidade fronte ó obxecto léxico (cfr. Adams, 1976).

1.2.1. A animación do obxecto

Como moi ben lembra Magni (2000) nas predicacións transitivas prototípicas o sintagma nominal máis animado adoita preceder o menos animado e, calquera desviación do tipo máis ‘natural’ interprétase como unha construción máis marcada. Do mesmo xeito, dende a perspectiva pragmática, a tendencia é a de anticipar o elemento temático diante do remático e, como o tema prototípico é o *sux*, a posición ‘natural’ que lle corresponde é a inicial. O sistema desinencial latino non sempre permite desambiguar nidiamente axentes e pacientes non prototípicos (dende a perspectiva da axentividade e da pragmática). Ademais, polo que se refire ó primeiro dos parámetros o sistema latino segundo Magni é fortemente asimétrico porque consonte a xerarquía da animación (cfr. Rodríguez Guerra, 2000) mentres os medios para distinguir os chanzos xerarquicamente máis altos son perfectamente claros (pronomes de primeira e segunda persoa) os que se sitúan nos chanzos máis baixos (sintagmas nominais inanimados) teñen serios problemas de identificación (á parte doutros coñecidos sincretismos do sistema morfolóxico latino, nos inanimados neutros nominativo e acusativo coinciden formalmente). Así, un exemplo como *ferrum inimicum necat* (SOV) séntese como marcado pola presenza dun *sux* [-animado], aínda que [+axentivo], e tamén pola alta animación do obxecto (paralelamente *inimicum ferrum necat* (OSV) seguiría sendo unha estrutura moi marcada e, como tal, pouco clara). A solución menos custosa para o sistema, sempre segundo Magni, pode pasar pola especial ordenación dos pacientes non prototípicos que se situarían, daquela, á dereita do verbo: *ferrum necat inimicum*⁸. Nestas coordenadas atopa Magni a fenda pola cal o sistema tipolóxico latino entendido como preferentemente SOV empezou a demostrar verdadeiros síntomas de debilidade. Segundo esta hipótese foron os sintagmas nominais *CDIR* máis atípicos (isto é, con maior

⁸ A pertinencia en latín de parámetros como a axentividade, a capacidade de control ou a non individuación compróbanse tamén, por exemplo, no ámbito do suxeito cando este é o único argumento nunha predicación, e que, xunto a outras propiedades do estado de cousas oracional, posibilita comprender o porqué da secuencia VS.

grao de animación e, progresivamente, tamén [+definidos]) os que antes comezaron a desviarse á dereita do verbo. Os feitos recollidos en I.Po. semellan avalar esta idea:

- (i) Os pronomes en acusativo (que non se verían afectados en principio por problemas de sincretismo nominativo/acusativo no singular) manteríanse máis tempo en posición preverbal: isto cúmprese en I.Po. no 77,3% das ocasións.
- (ii) Nas estruturas (S)VVO o obxecto é maioritariamente animado: en I.Po. isto acontece no 76,3% das ocasións (para avaliar correctamente esta cifra convén lembrar que só o 36% dos CDIRS en latín eran animados -64% de inanimados- (cfr. Rodríguez Guerra, 2000). No caso de (S)OV só o 15,7% dos CDIRS son animados.
- (iii) Ademais, a marca de acusativo cos CDIRS animados na orde (S)VVO alcanza o 36,8% dos casos, fronte ó 2,6% dos CDIRS animados presentes en (S)OV.

Magni non dubida en interpretar esta rede lingüística de interrelacións en termos de conversión da colocación do CDIR á dereita do verbo nun índice funcional co que a marca de caso sería completamente prescindible. De ser isto así as repercusións serían moitas porque “non sarebbero soltanto i fattori fonetici a decidere il destino delle consonanti finali” (Magni, 2000: 14). Así a todo o desprazamento para á dereita do verbo dos obxectos en latín non é máis ca un punto de chegada dun proceso de cambio moito máis amplo (cfr. *infra*).

O verdadeiramente transcendental da hipótese de Magni é que diseña unha explicación xeral do cambio sintáctico (no nivel que nos ocupa) segundo o cal “cambiano i criteri in base ai quali si decide il rapporto testa-modificatore” (2000: 27). Na súa lectura dos feitos, ó longo da historia da lingua latina foi callando cada vez con máis forza un novo criterio de distribución estrutural dos constituíntes (frásticos e oracionais) baseado nos parámetros de “individuazione / definitezza / animatezza del referente” (2000: 31). A intervención deste principio afectou á colocación de calquera modificador (adxectivo, xenitivo, relativas...) que se caracterizase cos trazos devanditos. Entre eles inclúense, obviamente, os CDIRS e os suxeitos menos prototípicos e “Da questo momento la sequenza SVO è divenuta più frequente e sempre meno marcata, avviando un processo di grammaticalizzazione dell’ordine dei costituenti frasali” (Magni, 2000: 31). Neste sentido, o latín fotografado en I.Po. atópase nunha fase intermedia que permite descubrir as motivacións das novas escollas “prima del completamento del processo e del definitivo fissarsi delle nuove strutture romanze” (Magni, 2000: 31).

2. A contorna da predicación

(a) *Predicación principal ou subordinada*. Sempre se chamou a atención sobre a distinta proporción estatística das ordes OV/VO en función da súa inclusión nunha predicación principal ou nunha subordinada. Ben é verdade que na meirande parte das ocasións os estudosos conxugan este dato coa posición (non) final de V e non tanto coa orde relativa dos constituíntes. No cadro 3 reproducimos información sobre esta última:

-Cadro 3-

%		OV		VO	
		Ppal.	Sub.	Ppal.	Sub.
III-II a.C.	PLAUT.	55,3	67,8	44,7	32,2
II a.C.	TER.	76,6 ⁹		23,4	
I d.C.	PETR.	57,6	82	42,4	18
II d.C.	TEREN. ¹⁰	18,2	70	81,8	30
IV-V d.C.	P.B.	71,4	100	28,6	
V d.C.	P.E. (A)	20		80	
	(B)	28,3	41,6	71,7	58,4
VI d.C.	A.V. (A) ¹¹	41,3	77,8	58,7	22,2
VII d.C.	BRAU.	68,2	79,5	31,8	20,5
IX d.C.	C.F.	20	84,6	80	15,4

[Ppal.: Principal; Sub.: Subordinada]

Como se pode observar a través dos datos precedentes confirmase (i) que as predicacións subordinadas sempre tiveron unha proporción máis alta de OV cás principais; (ii) que a diferenza é como mínimo de dez puntos e, nalgún caso chega a ser de máis de corenta (A.V.¹²) ou mesmo de máis de sesenta puntos (C.F.); (iii) que nas oracións principais foi onde se constatou o progresivo avance da opción VO, (opción que, en calquera caso, nunca baixou no corpus consultado de case a cuarta parte dos exemplos)¹³; (iv) que nas subordinadas, fóra do caso da P.E. (B), á vista dos datos precedentes non se pode falar de evolución senón máis ben de mantemento na preferencia por OV (cfr. co seguinte parágrafo); (v) que no único caso en que a información do obxecto inclúe o eido pronominal (TEREN.) comprobamos que o seu comportamento subliña as directrices sinaladas anteriormente mais afondando quíasticamente nas mesmas: catro de cada cinco exemplos en oracións principais presentan o pronome posposto ó predicado, en sete de cada dez oracións subordinadas vai anteposto¹⁴.

Consonte o sinalado en (iv) cómpre esfarelar un pouco máis a realidade da subordinación. Daquela, compróbase que as subordinadas que en H.A. amosan unha maior regularidade na colocación de V na fin se ordenan, en (A): condicionais co 77,1%, de

⁹ Oracións principais con obxecto nominal (non pronominal). Segundo Moreno Hernández (1989) é case o 67% das oracións principais predicativas a que posúe a orde OV.

¹⁰ Estas porcentaxes inclúen só o obxecto pronominal (CDIR e CIND).

¹¹ En (B), só oracións principais con verbo finito, o resultado é: OV 8,3%; VO 91,7%.

¹² Sobre esta distribución en A.V. chama a atención Bauer (1995) quen, nas súas conclusións, lembra que o verbo en posición final aínda persiste durante bastante tempo nas estruturas subordinadas.

¹³ Verbo da P.E. lembra Nocentini que “le innovazioni relative all’ordine delle parole si verificano nelle prime, [principais] mentre le seconde [subordinadas] o restano invariate o si allineano in ritardo” (1990: 152).

¹⁴ Cosa parcialmente distinta ocorre cando o obxecto é nominal xa que, a propósito do latín de TEREN., comenta Adams que, fronte ás principais, “in subordinate clauses the incidence of OV does not increase” (1977: 69).

relativo co 69,9% e as finais con *ut* co 71,8% de verbo final, e en (B): condicionais co 90,2%, interrogativas co 88,9% e de relativo co 78,7% de verbo final (cfr. Puche López, 1993). Cómpre advertir, pois, que o comportamento non é homoxéneo e que son as condicionais e as relativas as que maior regularidade de V na fin posúen. En PETR. algo máis do 25% das oracións subordinadas coa orde OV son de relativo (cfr. Hinojo, 1985). Ademais, convén precisar da lingua da P.E. (i) que o 50% dos exemplos de OV segundo Adams (1976), o 66% para Hinojo (1986) e o 61,2% segundo Nocentini (1990), pertencen a oracións subordinadas; e (ii) que algo máis do 33% dos casos de SOV (corpus A) son oracións subordinadas e, delas, o 25% sono de relativo; máis do 64% de OSV son subordinadas das cales o 50% son de relativo e, por último, un pouco máis do 80% de OVS son subordinadas, das que un 70% son de relativo. En consecuencia, unha cantidade nada desprezable de predicacións do tipo OV non só son subordinadas senón que o son de relativo (case a quinta parte do total de OV). Comentario específico merece o caso de C.F. xa que, alén da desproporción entre oracións principais e subordinadas no texto (43,5% e 56,5% respectivamente), o 61,5% das subordinadas sono de relativo (e en todas elas a ordenación relativa é OV).

(b) *Tempo verbal e modalidade oracional*. Son esencialmente os estudos de índole tipolóxica os que salientan que é a modalidade enunciativa a que deben posuír os esquemas oracionais identificados como básicos. A modalidade oracional e, subsidiariamente, o tempo verbal, é outro dos parámetros que intervén activamente na especial configuración da orde dos constituíntes oracionais. En principio sería esperable que, de non existir indicación do contrario, os datos baseados en exemplos latinos procedesen sempre de estruturas oracionais con modalidade enunciativa. Isto semella cumprirse coa modalidade interrogativa (que, ou non se incorpora ou, se o fai, é de xeito propio), mais non tanto coa imperativa porque, polo que se deduce, as oracións co verbo en imperativo adoitan incluírse máis ou menos sistematicamente a carón das que presentan outras formas verbais (in)finitas.

-Cadro 4-

%	Cic. (B) VnImper./VImper. <i>quod</i>	Teren. VF./VInf./Imper.	M.Ch. Enun./Imper. <i>ut</i>
OV	68,9/62,5	28,1/33,3/10	90,5/73,6
VO	31,1/37,5	71,9/66,7/90	9,5/26,4

[VImper.: Verbo en imperativo; VnImper.: Verbo nun tempo distinto ó imperativo; VF.: Verbo en forma finita; VInf.: Verbo en infinitivo; Enun.: Modalidade enunciativa; Imper.: Modalidade imperativa.]

No cadro 4 verifícase en todos os casos unha diferenza a favor de VO co verbo en imperativo que vai dende algo máis de 6 puntos en Cic. ata case 17 en M.CH. e 18 en TEREEN. Ademais, xa en Plauto “the order is sometimes reversed when the verb is imperative” (Adams, 1976: 92). Cabrilla (1999) á hora de comprobar cales son as causas que xustifican a diverxencia entre a orde de constituíntes de M.CH. e da P.E. (ambas do s. V) resalta que o tipo de texto fai que na primeira haxa unha porcentaxe moi elevada de oracións exhortativas (case duplican o número das enunciativas) o que repercute

considerablemente nun distinto comportamento a efectos de disposición dos elementos oracionais. Para Puche López (1993) a abundancia de imperativos no relato, sobre todo nos diálogos, é tamén unha das causas que explica que a forma verbal adoite encabezar as oracións (principais) en H.A.¹⁵

(c) *Plano informativo*. É sobre todo a partir de traballos orientados esencialmente dende unha perspectiva funcionalista cando se atende sistematicamente ó nivel pragmático como responsable inmediato na ordenación dos constituíntes da oración latina (cfr. cos estudos xa clásicos de Dirk G. Panhuis, 1982, e mais H. Pinkster, 1995)¹⁶. H. Pinkster reiterou en todos os seus traballos que a orde de palabras en latín “is to a large extent determined by pragmatic factors, such as contrast, saliency of information, and text organisation” (1992: 521). Este mesmo autor (1993 e 1995) pon de relevo que unha análise cualitativa dos textos revela que cómpre estudar atentamente uns principios pragmáticos que privilexian a información a través das posicións inicial e final dunha secuencia, alén da ordenación relativa dos constituíntes que a integran. Tanto en latín coma en galego é posible descubrir nun enunciado informativo os constituíntes ‘información coñecida’ (tema) e ‘información nova’ (rema), así como as funcións informativas foco e tópico (cfr. Pinkster, 1995 e Gutiérrez Ordóñez, 1997).

Conviría destacar, xa que logo, que, coma noutros ámbitos, o plano informativo non mudou substancialmente do latín ó romance galego, nin no repertorio de funcións identificables (cfr. coas anteriores), nin nas estratexias empregadas que eran, e son, de natureza esencialmente distribucional e prosódica (orde de palabras/constituíntes, entoación, pausas, acento de insistencia, posibilidade de elipse... -cfr. Gutiérrez Ordóñez, 1997-). Neste sentido concordamos no esencial con esta visión dos feitos, isto é, que a orde de constituíntes non posuía en latín, coma en galego, unha función de marca representativa de función sintáctica senón que era, e é, o principal recurso que dende a órbita distribucional permitía e permite distinguir e identificar as funcións informativas.

Daquela, e sen perder de vista a perspectiva histórica, cómpre comprobarmos cal é o comportamento da orde de constituíntes nun contexto informativamente neutro, e cun tipo oracional básico¹⁷. Isto é, diante dunha hipotética pregunta *-quid Marcus fecit?*, é *-(Marcus) / catenas rupit* a resposta máis ‘natural’?¹⁸ Consecuentemente, *-(Marcus) / rupit catenas* percibiríase como unha resposta cunha orde (máis) marcada, ‘dis-

¹⁵ Conviría coñecermos sempre en detalle as formas verbais que configuran o estado de cousas oracional: Nocentini (1990: 152), por exemplo, observa que o 79,1% das predicacións con verbo composto da P.E. posúe a orde OV (cando nesta obra a media xeral de OV non alcanza o 40% -cfr. G. Hinojo, 1986 e 2002-).

¹⁶ Así a todo a interpretación da orde de constituíntes latina en termos comunicativos xa se atopa de xeito embrionario nos propios gramáticos clásicos (Quintiliano ou Demetrio) que “elaborano una gerarchia delle diverse posizioni della frase sulla base del loro dinamismo comunicazionale” (Calcante, 2000: 36), dinamismo comunicativo que, dende os parámetros da retórica antiga, se define “su base stilistica e non linguistico-referenziale” (Calcante, 2000: 37).

¹⁷ Que características debe posuír unha oración para que sexa considerada básica ou prototípica? Este é un aspecto fundamental que só en contadas ocasións aparece convenientemente explicitado. Pódenmos servir de guía os modelos de Cabrilla (1999) para o latín (i) e mais o de B. López (1997) para o castelán (ii): (i) oracións principais, O e S substantivos, nomes propios ou frases nominais e o verbo nunha forma finita; (ii) oración principal (independente), declarativa e afirmativa con SUX e obxecto nominais, co esquema sintáctico SUX+PRED+CDIR e dous estilos: lingua oral e ensaio.

¹⁸ Interpretétese ‘tema / rema’.

torsionada'. Paralelamente, conviría comprobar se a unha pregunta como *-quid Marcus rupit?* lle seguiría prototipicamente unha resposta como *-catenas rupit (Marcus)* (foco -e información nova- en negra) co que outra opción, por exemplo *-(Marcus) rupit / catenas*, tamén se sentía como 'distorsionada' ou menos (ou nada) esperable. Cousa semellante ocorrería con *-quis catenas rupit?* > *-Marcus / catenas rupit*¹⁹. O transcendente é que tanto en latín coma en galego hai unha resposta máis adecuada (prototípica ou natural) para cada pregunta (pregunta que pode estar implícita ou suposta) e, en cada caso, debemos perseguir o coñecemento da orde de constituíntes con que se manifesta (sempre en igualdades estruturais e informativas).

De observarmos os textos dende a perspectiva pragmática poderemos, daquela, aclarar cales son os factores que en cada caso determinan a orde elixida. Mais debemos ser conscientes de que o labor non é doado e non só pola repetida queixa a propósito da imposibilidade de recoñecermos as estratexias de natureza prosódica nuns textos escritos hai dous milenios. Romero Gualda (1985) subliña a necesidade de distinguir tres niveis, [±marcados], no eido da orde de constituíntes: o sintáctico, o semántico e o informativo. A orde non marcada para o castelán sería, respectivamente, SUX-PRED, Axente-Acción-Termo e Tema-Rema. Ó abeiro desta proposta xorde a necesidade de diferenciar claramente os planos pois non hai nada que impida, polo menos teoricamente, que teñamos unha estrutura X (±)marcada nun deles e non nos demais ou viceversa. Observemos as seguintes oracións latinas:

	SOV	[Marcación pragmática] ²⁰		SVO
+				
Pro	(1) <i>Marcus catenas rumpit</i>	[-]	[+]	(1') <i>Marcus rumpit catenas</i>
to	(2) <i>Marcus Spedusam amat</i>	[-]	[+]	(2') <i>Marcus amat Spedusam</i>
tí	(3) <i>Ferrum inimicum necat</i>	[-+]	[-+]	(3') <i>Ferrum necat inimicum</i>
pi	(4) <i>Ferrum aurum rumpit</i>	[+]	[-+]	(4') <i>Ferrum rumpit aurum</i>
cos	(5) <i>[Tu] quod epulum dedi scis</i>	[+]	[-]	(5') <i>[Tu] scis quod epulum dedi (PETR.)</i>
-				

Verbo da escala de prototipicidade, os catro primeiros exemplos responden á identificación dunha oración básica, non así (5) en que O non é nominal; neles compróbase que en (4) S, [+axentivo], e O son inanimados; en (3) S, [+axentivo], é inanimado mentres que O é animado; en (2) S [+axentivo] e O son animados mentres que en (1) S, axente, é animado e O inanimado. As dúas columnas en que se dividen os exemplos responden estritamente á perspectiva sintáctica a través das ordes (S)OV e (S)VO. Dende a perspectiva informativa (columna central) teríamos que, (supoñendo que todos eles responden a unha hipotética pregunta do tipo *-quid facit S?*), os exemplos (1) e (2) non se sentirían como (nada) marcados, fronte a (3) e (4) en que si existiría

¹⁹ Os exemplos paralelos en galego serían: *-que fixo Marcos?* > *-(Marcos) / rompeu as cadeas* (e non **(Marcos) as cadeas rompeu*); *-que rompeu Marcos?* > *-(Marcos) rompeu / as cadeas; -quen rompeu as cadeas?* > *-as cadeas rompeunas / Marcos* ou *-Marcos / rompeu as cadeas*.

²⁰ Na caracterización dos distintos exemplos non acadimos a unha oposición dicotómica, (do tipo 'regra'/'excepción') en termos discretos, senón a unha asignación gradual que recoñece a existencia dunha xerarquía na marcación que fai que teñamos exemplos máis ou menos marcados.

a posibilidade de que, de maneira non tan excepcional, houberse respostas alternativas²¹ e (5) que si se identificaría como o máis marcado; de maneira complementaria (1') e (2') percibiríanse como exemplos moi marcados, dende logo moito máis ca (3') e (4') e, por último, fronte a (5') que sería xa a opción menos marcada de todas. Daquela, semella lícito sospeitar que o progresivo movemento na (re)interpretación da marcaxe informativa semella que se foi estendendo a través das estruturas menos prototípicas cara ás máis prototípicas toda vez que a propia sistemática da engrenaxe lingüística coadxuvou a que se fose reforzando, en distintos graos e non coa mesma velocidade -pero inexorablemente-, tal evolución nos distintos contextos.

Para finalizarmos este ítem queremos lembrar a interrelación que establece Nocentini (1990) entre orde de constituíntes, pragmática e aparición do artigo romance. A súa premisa inicial baséase nun argumento de Sandra Thompson segundo o cal a partir do momento en que o artigo posuía o trazo [±coñecido] a súa presenza puido contribuír, de non existiren outros mecanismos, a asociar o nome coas categorías pragmáticas de tema/rema ou coñecido/novo. De inicio interpreta en latín a existencia dunha orde non marcada SOV e dun sistema con flexión casual, que respondía primariamente ás esixencias sintácticas dunha dependencia lineal e, secundariamente, a unha sucesión de base pragmática. Nestas coordenadas a perda da flexión, garante da dependencia lineal, “ha costretto le strutture della lingua ad affidarsi all'ordine fondato su basi pragmatiche, più immediate e universali” (1990: 156). Esta valorización da sucesión tema-rema (lémbrese que a opción VO é xa a non marcada informativamente cando o obxecto é ‘pesado’, cfr. *supra*) implica unha emerxencia dos sinais que vehiculan a estratexia informativa, entre os cales cobra especial relevo o uso dos demostrativos como determinantes en función anafórica ó se converteren en sinais explícitos da tematicidade. Para concluír, “l'irrigidimento dell'ordine SVO, che da non-marcato diventa obbligatorio” nas linguas romances, mercé ó mantemento dos morfemas específicos tanto no ámbito verbal coma nominal (alén da concordancia), permitiu que esa rixidez só fose parcial. A isto contribuíu tamén o desenvolvemento completo do artigo que permite “la permutazione dei costituenti e in primo luogo l'oggetto determinato in posizione tematica e il soggetto indeterminato in posizione rematica” (Nocentini, 1990: 157).

3. A ‘consistencia’

Dende a perspectiva tipolóxica Moreno Cabrera (1991) explica que se proxectamos unha estruturación sobre un conxunto de distintos elementos lingüísticos (ou non) estes serán máis doadamente perceptibles e memorizables. Consonte o anterior Moreno Cabrera comenta que non é estraño, pois, que “las lenguas elijan uno de los órdenes *modificado + modificador* o *modificador + modificado* y que sean bastante consistentes en este sentido” (1991: 67). Isto é, (i) poden elixir -en principio- libremente unha orde; (ii) as ordes son basicamente dúas -presuponse de entrada unha homoxeneidade nos distintos niveis-; e (iii) acostuman ser consistentes, non adoitan aplicar precisamente de xeito arbitrario a elección. Moreno Cabrera subliña que o anterior é, obviam-

²¹ De feito, para Magni (2000: 11) preferiríase en (4) a construción pasiva *inimicus ferro necatur*; en (3), que tamén acudiría á pasiva, temos o problema engadido do sincretismo entre acusativo e nominativo nos neutros.

mente, unha tendencia e non unha lei de cumprimento inexorable, xa que sempre é posible atopar exemplos gramaticalmente correctos coa orde inversa. Agora ben, cada vez que esa estruturación dominante se vexa alterada convirá fixarse no significado especial que se poida asociar a esta orde, consecuentemente, marcada, quer no ámbito semántico, sintáctico ou informativo. Distintos autores (Lehmann, Hawkins ou Oesterreicher entre outros) teñen falado do criterio tipolóxico da consistencia entendida como resposta estrutural harmónica e homoxénea entre as ordes dos diferentes niveis e elementos dunha lingua. De aí que, en palabras de Magni, aumentou gradualmente a cantidade de obxectos posverbais “perché inserita in un processo di deriva talmente forte da causare un riassetto generale e complessivo della relazione tra testa e modificatore” (2000: 9-10). Sen pretendermos esgotar todos os que rodean a orde de constituíntes oracionais en latín²² ímonos centrar en dous básicos no seo da frase: o modificador adxectivo e o modificador coa marca en xenitivo. O cadro 5 recompila algúns datos sobre o primeiro:

-Cadro 5²³.

%		AN	NA
c. V a.C.	D.T.L.	41,7	58,3
III-II a.C.	CATO	19,6	80,4
II a.C.	I.A.X.	17,6	82,4
I a.C.	CAES.	82,5	17,5
	(B)	78,4	21,6
	CIC. (B)	64,8	35,3
	(C)	73,4	26,6
	PETR. ²⁴	62,6	37,4
	I.PO.	34,4	65,6
I-II d.C.	TAC.	86,7	13,3
II d.C.	TEREN.	26,4	73,6
IV-V d.C.	P.B.	78,9	21,1
V d.C.	P.E. (A)	32	68
V-VI d.C.	H.A. (A)	51,4	48,6
	(B)	47,2	52,8
VII d.C.	BRAU.	58,9	41,1

[A: Adxectivo; N: Nome.]

²² Xa Adams (1976) se serviu de moitos parámetros para poder advertir cal era a clasificación tipolóxica da orde de palabras en latín. Non facía máis que recoller a semente de Greenberg que, na súa lista de universais, se refería a elementos como as adposicións (pre/posposicións), a marca casual en xenitivo, o lugar que ocupan o adxectivo, as partículas interrogativas, as predicacións subordinadas, o auxiliar nunha perífrase, as comparativas de superioridade, as subordinadas de relativo, etc., como intervinientes na configuración tipolóxica dunha lingua.

²³ Os datos sobre CAES. e TAC. proceden de Hinojo, 1985.

²⁴ A Cena Trimalchionis amosa uns resultados diferentes ós datos globais de PETR.: AN 45,2%, NA 54,8%.

Dos datos precedentes poderíase deducir que a distribución en -acusados- dentes de serra semella non responder a unha distribución regular (polo menos dende a perspectiva cronolóxica). Coma noutras oportunidades, só coñecendo un pouco a fondo a realidade dos datos podemos enxergar mellor unha explicación coherente cos propios feitos lingüísticos. A heteroxeneidade dos datos estatísticos do cadro precedente compróbase, por exemplo: en D.T.L. e mais en I.A.X. só figuran os adxectivos cualificativos; en P.E., coma en PETR., exclúense posesivos, demostrativos, numerais e indefinidos, en I.Po. inclúense os numerais, en P.B. só adxectivos 'descriptivos', de TEREEN. sabemos que son principalmente os adxectivos de tamaño e cantidade os que ocupan segundo Adams (1976) a posición marcada (AN), e para Puche López cómpre avaliar os resultados de H.A. (A) á luz de dous aspectos: (i) o carácter formulario do texto; e (ii) as repeticións, que chegan a facer que a asignación sexa realmente mecánica. A información proporcionada por algúns investigadores permítenos discriminar o adxectivo segundo a clase a que pertence o que, a efectos de ordenación ten unha importancia transcendental como se pode advertir no cadro seguinte:

-Cadro 6-

%	AN					NA				
	I.A.X.	CATO	Cic. (B)	P.B.	H.A. (A)/(B)	I.A.X.	CATO	Cic. (B)	P.B.	H.A. (A)/(B)
Dem.	99,7	98,7	85,2	100	85,4 / 75,8	0,3	1,3	14,8		14,6 / 24,2
Pos.	45,5	30,4	48,5	12,5 5,5	13,4 /	54,5	69,6	51,5	87,5	86,6 / 94,5
Num.	67,1	71	83,1		79,2 / 81,7	32,9	29	16,9		20,8 / 18,3

[A: Adxectivo; N: Nome; Dem.: Demostrativo; Pos.: Posesivo; Num.: Num. e Indef.: Numerais e indefinidos.]

Os posesivos, demostrativos, cuantificadores e numerais antepóñense sempre en D.T.L. Constátase novamente, xa que logo, (i) a preferencia por unha posición ou outra de acordo coa clase categorial; e (ii) o distinto comportamento segundo as obras consideradas (con diferenzas que alcanzan os 24, 43 e os 14 puntos para *Dem.*, *Pos.* e *Num./Indef.* respectivamente). A necesidade de discriminarmos no estudo de calquera texto entre clases categoriais faise patente²⁵. Á marxe do precisado no cadro 6 a recapitulación no eido adxectival semella que pasa pola preferencia da opción NA, documentada dende antigo, opción que se foi consolidando como prototípica (cfr., entre outros, I.Po., TEREEN. e P.E.). Así, para Adams, por exemplo, a orde non marcada en latín é NA e a propósito do cambio AN>NA sinala que non se pode datar con total precisión mais "it must certainly have occurred long before Plautus" (1976: 90). Ademais, na súa concepción dos feitos teríamos xa un esquema arcaico coa orde A(subxectivo)+N e N+A(objectivo): cousa que segundo Ramat (1984) non encaixa cos datos presentes

²⁵ Neste sentido botamos en falta contarmos con datos só dos adxectivos cualificativos para todas as obras. Panchón (1986: 220) sinala que en CAES. (D) a orde usual dos adxectivos 'cualificativos propios' é NA.

en I.Po., a partir dos cales semella cobrar forza a hipótese do xurdimento dunha oposición baseada no carácter [±restritivo]. Consonte o anterior o adxectivo en A+N posuía o trazo [-restritivo] e N+A sería [+restritivo], nunha situación non moi afastada do camiño elixido polo adxectivo xa romance.

A propósito da ordenación de N e A, Cabrillana (1993) realiza un estudo comparativo por casos que revela a seguinte xerarquía tomando as posposicións (NA) e ordenadas de xeito descendente: dativo (46,2%), acusativo (45,6%), nominativo (38,4%), xenitivo (33,7%) e ablativo (22,8%). O parámetro do caso amósase pertinente e permite concluír que, polo menos no corpus estudado de Cicerón, si se pode falar de tendencia clara á anteposición (AN) no ablativo²⁶.

O cadro número 7 recompila porcentaxes de uso da ordenación relativa dos modificadores frásticos en xenitivo:

-Cadro 7

%		AN	NA
c. V a.C.	D.T.L	41,7	58,3
III-II a.C.	PLAUT.	50,9	49,1
	CATO	77,9	22,1
II a.C.	TER.	54,7	45,3
I a.C.	CAES. (A)	57,7	42,3
	(B)	48,5	51,5
	CIC. (A)	48,3	51,7
	(C)	50,6	49,4
	I.Po.	30,6	69,4
I d.C.	QUINT.	64,3	35,7
	PETR.	46,2	53,8
I-II d.C.	IUV.	70,4	29,6
	TAC.	59,5	40,5
II d.C.	TEREN.	30	70
	SUET.	50,4	49,6
IV-V d.C.	P.B.	55,6	44,4
	HIER.	19,9	80,1
	VEG.	51,3	48,7
V d.C.	P.E. (A)	6,5	93,5
V-VI d.C.	H.A. (A)	35,7	64,3
	(B)	40,3	59,7
VI d.C.	A.V.	9,3	90,7
VII d.C.	BRAU.	45,8	54,2

[X: Xenitivo; N: Nome.]

²⁶ Non se amosa relevante o tipo de oración, principal ou subordinada, na que se insiran os exemplos.

Adams (1976) contabiliza ata 23 exemplos de XN en PLAUT. (*Aulularia*) que posúen un carácter formulístico e dos tres exemplos de TAREN. de XN un é unha vella fórmula (*deorum beneficio*) e outro está nunha frase formal. Merchán (1982) despois de peneirar distintos exemplos de CATO queda só cos que non responden a un patrón formulístico e, con eles, as porcentaxes varían notablemente ó global reflectido no cadro, pois mentres XN supón o 31,1%, NX posúe o 68,9%. Nas dúas obras de CAES. a porcentaxe é idéntica: só diverxen nun punto entre elas. No caso de CIC. si hai unha diferenza de case dez puntos entre as dúas obras analizadas (*Pro Roscio Amerino* con 54,2% de XN e *Epistula ad Pisonem* con 44,8% de XN). No caso de HIER. rexistramos unha enorme diferenza entre os datos procedentes do libro da *Xénese* (1-4) cun 99% de NX e os procedentes de *Epistulae* I cun 63,6% de XN (non esquezamos o respecto na tradución bíblica polo orixinal en hebreo). Polo que se refire a PETR. o fragmento da Cena Trimalchionis lanza unhas porcentaxes lixeiramente favorables para a posposición do xenitivo: XN 42%, NX 58%.

Dos datos que reflicte o cadro 7 podemos deducir (i) que no propio latín arcaico se pode constatar non só que NX é case tan habitual coma XN senón que, a pouco que se investigue (cfr. co parágrafo anterior), se descobre que a meirande parte das estruturas fixadas ou cun carácter formulístico se sitúan na banda de XN; (ii) que, neste sentido, en ningunha fonte se constata un predominio absoluto de XN por riba de NX (só hai un exemplo en que XN alcance o 70% de uso e non hai ningún na franxa do 60%); (iii) mesmo nos autores prototípicos do clasicismo (CAES. e CIC.) hai textos con predominio da orde NX e, en todo caso, XN non desbanca a NX por unha marxe ampla; (iv) é significativo que nas tres fontes de referencia dende a perspectiva latinovulgar (I.Po., TAREN. e P.E.) NX non baixe do 70%; (v) dende o s. V NX sempre é maioritario; (vi) en non poucas ocasións, xa se comentou no parágrafo precedente, o aumento da orde XN débese á existencia de bastantes exemplos que repiten sistemática e case mecanicamente fórmulas fixas. Á vista desta panorámica e sen esquecermos que o herdeiro, e substituto, analítico do xenitivo foi a frase prepositiva con *de*, podemos concluír que o proceso que conduciu cara á interpretación da secuencia NX como a menos marcada das posibles lle leva certa dianteira ó propio avance da opción (S)VO no seo da estrutura oracional latina²⁷.

4. A xeito de conclusión

As reflexións precedentes centráronse, como selección parcial, nalgúns dos parámetros que demostraron a súa pertinencia á hora de enxergar historicamente a orde de constituíntes oracionais. Son estes e outros moitos os que interveñen en tanto que pezas da mesma estrutura lingüística e, como tales, non se amosan alleas ó movemento das demais. Á vista das páxinas anteriores, confirmamos que son moitos os datos necesarios para comprendermos realmente en toda a súa dimensión o preciso avance do mecanismo da ordenación de constituíntes oracionais en latín. Tan importante coma isto é que eses datos respecten obrigatoriamente unhas esixencias de rigor, cohe-

²⁷ Así, Ch. Elerick (1994) salienta que hai unha serie de cambios que non deberon de ocorrer á marxe dos outros: o cambio XN>NX estaba alcanzado no s. I d.C., o cambio AN>NA seguíuno a pouca distancia temporal e, por último, OV>VO probablemente recibiu un estímulo derivado da emerxencia de NX e NA.

rencia, sistematicidade, fiabilidade e representatividade con independencia do marco teórico elixido.

Sen caer nos eclecticismo, coidamos que neste punto en particular da sintaxe histórica tan inadecuado é (i) focalizar nunha única causa a explicación de todo o cambio, coma (ii) relegar automaticamente ó ostracismo da non-pertinencia aqueles factores que, relacionados (in)directamente, semellan ter un papel secundario (a partir de explicacións individuais -por veces *ad hoc*- dos feitos). Tan inadecuado é responsabilizar exclusivamente os factores fonéticos (ou a evicción do sistema casual) do cambio (S)OV>(S)VO, coma negarlles calquera influencia. Algúns dos cambios fonéticos coexistiron, interrelacionáronse e (des)aceleraron de maneira coimplicativa ó coincidir con outros de natureza morfosintáctica (perda do caso, aumento das estruturas prepositivas -analíticas en xeral-, a aparición do artigo...), semántica (pertinencia dos trazos de animación, individuación e definición...) ou informativa (que xa en época temperá prefería como opción menos marcada para un O pesado a posverbal, o mesmo ca con NX...). E todos eles, en distintos graos, etapas e combinacións, amosan unha influencia recíproca que, dende a perspectiva histórica e consonte o tema que nos ocupa, posibilitan comprender o comportamento, en identidade de condicións estruturais -senlleiramente pragmáticas-, de S, O e V nas distintas fases, incluída a latina, do noso idioma.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, J. N. (1976), "A typological approach to Latin word order", in *Indogermanische Forschungen*, nº 81, pp. 70-99.
- ADAMS, James N. (1977), *The vulgar Latin of the letters of Claudius Terentianus*, Manchester, Manchester University Press.
- ÁLVAREZ-PEDROSA NÚÑEZ, Juan Antonio (1986), "El orden de palabras en latín: inscripciones arcaicas de tipo jurídico" in *Archivum*, nº 36, pp. 89-104.
- BAUER, Brigitte L. M. (1995), *The emergence and development of SVO patterning in Latin and French*, Oxford, Oxford University Press.
- BOLKESTEIN, A. Machtelt (1989), "Parameters in the Expression of Embedded Predications in Latin" in G. Calboli (ed.), *Subordination and other topics in latin*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins, pp. 3-35.
- CABRILLANA LEAL, Concepción (1993), "Ordenación de constituyentes en la determinación adjetiva en latín" in *Verba*, nº 20, pp. 399-412.
- CABRILLANA LEAL, Concepción (1999), "Type of Text, Pragmatic Function, and Constituent Order", in H. Petersmann & R. Kettemann (eds.), *Latin vulgaire - latin tardif V*, Heidelberg, Universitätsverlag C. Winter, pp. 319-330.
- CALCANTE, Cesare Marco (2000), *Genera dicendi e retorica del Sublime*, Pisa / Roma, Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali.
- ELERICK, Charles (1994), "Phenotypic linearization in Latin, word order universals, and language change", in J. Herman (ed.), *Linguistic Studies on Latin*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins, pp. 67-74.
- GARCÍA SANCHIDRIÁN, M^a Luisa (1994), "El orden de palabras en las cartas de San Braulio", in *Actas del VIII C.E.E.Cl. (Madrid, 23-28/IX/1991)*, Madrid, Ediciones Clásicas, vol. 1, pp. 549-553.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador (1997), *Temas, remas, focos, tópicos y comentarios*, Madrid, Arco/Libros.
- HINOJO, Gregorio (1985), "Del orden de palabras en el *Satiricón*", in J. L. Melena (ed.), *Symbolae L. Mitzelena Septvagenario Oblatae*, Gasteiz, Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 245-254.
- HINOJO, Gregorio (1986), "El orden de palabras en la *Peregrinatio Aetheriae*", in *Studia Zamorensia* 7, pp. 79-87.
- HINOJO ANDRÉS, Gregorio (2002), "El orden de palabras en latín medieval", in M. Pérez González (coord.), *Actas III Congreso hispánico de latín medieval (León, 26-29/IX/2002)*, León, Universidad, vol. 2, pp. 627-635.
- LÓPEZ MEIRAMA, Belén (1997), "Aportaciones de la tipología lingüística a una gramática particular: el concepto orden básico y su aplicación al castellano", in *Verba*, nº 24, pp. 45-81.
- MAGNI, Elisabetta (2000), "L'ordine delle parole nel latino pompeiano: sulle tracce di una deriva", in *Archivio Glottologico Italiano* 85/1, pp. 3-37.
- MERCHÁN RODRÍGUEZ, Miguel-Ángel (1982), *Catón: "De Agricultura". Orden de palabras: estudio tipológico*, Universidad de Salamanca, Memoria de Licenciatura.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos (1991), *Curso universitario de lingüística general. I: Teoría de la gramática y sintaxis general*, Madrid, Síntesis.

- MORENO HERNÁNDEZ, Antonio (198), “Tipología lingüística y orden de palabras en el latín de Terencio”, in *Actas del VII Congreso español de estudios clásicos (Madrid, 20-24/IV/1987)*, Madrid, Universidad Complutense, vol. 1, pp. 523-528.
- NOCENTINI, Alberto (1990), “L’uso dei dimostrativi nella *Peregrinatio Egeriae* e la genesi dell’articolo romanzo”, in *Atti del convegno internazionale sulla Peregrinatio Egeriae, Arezzo 23-25/X/1987*, Arezzo, Accademia Petrarca di L.A.S., pp. 137-158.
- OSTAFIN, David M. (1990), *Studies in latin Word Order: A Transformational Approach*, Ann Arbor, UMI.
- PANCHÓN CABAÑEROS, Federico (1986), “Orden de palabras en latín (César, *B.G.I.*; Cicerón *Pro Milone*)”, in *Studia Zamorensia* 7, pp. 213-229.
- PANCHÓN, Federico (1996), “Orden de palabras y pragmática en la oración compuesta latina”, in *Minerva*, nº 10, pp. 77-86.
- PANHUIS, Dirk G. (1982), *The Communicative Perspective in the Sentence. A Study of Latin Word Order*, Amsterdam, Benjamins.
- PINKSTER, H. (1992), “Notes on the Syntax of Celsus”, in *Mnemosyne*, nº 45/4, pp. 513-524.
- PINKSTER, H. (1993), “Chronologie et cohérence de quelques évolutions latines et romanes”, in G. Hilty *et al.* (eds.), *Actes du XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Zurich, 6-11/IV/1992)*, Tübingen, Francke Verlag, vol. 3, pp. 237-50.
- PINKSTER, H. (1995), *Sintaxis y semántica del latín*, Madrid, Ediciones Clásicas. Trad. da versión inglesa de 1990. [1984¹].
- PUCHE LÓPEZ, M^a Carmen (1993), *Un estudio de las cláusulas en la novela Historia Apollonii Regis Tyri*, Univ. de Murcia, Tese de doutoramento, vol. 1.
- RAMAT, Paolo (1984), “Per una tipologia del latino pompeiano”, in *Linguistica tipologica*, Bologna, Il Mulino, pp. 137-142.
- RIZZI, Elena e MOLINELLI, Piera (1994), “Latin and Greek compared: word order in a bilingual papyrian text (*P. Bon. 5*)”, in J. Herman (ed.), *Linguistic Studies on Latin*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins, pp. 113-127.
- ROCA ALAMÁ, M^a José (2003), “El marco predicativo de *accuso* en latín tardío”, in J. Miguel Baños Baños *et al.* (eds.), *Praedicativa: complementación en griego y latín*, Santiago de Compostela, Universidade, pp. 167-183.
- RODRÍGUEZ GUERRA, A. (2000), “A xerarquía da animación do latín ó galego e ó portugués”, in J. M. Carrasco *et al.* (eds.), *Actas del 1^{er} Encuentro de Lusitanistas Españoles. Cáceres, 10-12/XI/1999*, vol. 2, Cáceres, Univ. de Extremadura, pp. 845-863.
- RODRÍGUEZ GUERRA, A. (no prelo), “Verbo da orde relativa dos constituíntes oracionais non-clíticos do latín ó galego medieval”, in *Verba*, nº 31, 2004.
- ROMERO GUALDA, M. V. (1985), “Orden de los elementos oracionales en español”, in *Rilce*, vol. 1, nº 1, pp. 91-111.
- THÉORET, Michel (1982), *Les discours de Cicéron. La concurrence du tour casuel et du tour prépositionnel*, Montréal, Université de Montréal.
- VÄÄNÄNEN, Veikko (1987), *Le Journal-Épître d’Égérie (Itinerarium Egeriae). Étude linguistique*, Helsinki, Academia Scientiarum Fennica.
- VENNEMANN, Theo (1974), “Topics, subjects, and word order: From SXV to SVX via TVX”, in J. M. Anderson & C. Jones (eds.), *Historical linguistics*, Amsterdam, North-Holland, vol. 1, pp. 339-376.

- VILELA, Mário (1999), *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
 ZAMBONI, Alberto (1998), “Cambiamento di lingua o cambiamento di sistema? Per un bilancio cronologico della transizione”, in J. Herman (ed.), *La transizione dal latino alle lingue romanze*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 99-127.

Obras latinas citadas

- A.V.: *Anonymus Valesianus II* (s. VI d.C.); (A) [in Adams 1977]; (B) parágrafos 38-57 [in Adams 1976].
 BRAU.: 32 cartas de San Braulio, bispo de Zaragoza (s. VII d.C.) [in García Sanchidrián 1994].
 CAES.: Cajus Julius Caesar (s. I a.C.); (A) *De bello Gallico* I, 1-15 [in Adams 1976] e (B) *De bello Gallico* I [in Panchón 1986].
 CATO: M. Porcius Cato (ss. III-II a.C.); *De agricultura* [in Merchán 1982].
 CIC.: M. Tullius Cicero (s. I a.C.); (A) *Pro Roscio Amerino* 1-34 e *Pro rege Deiotaro* [in Adams 1976]; (B) *Epistulae ad Atticum* I [in Cabrillana 1993 e 1999] e (C) *Pro Milone* [in Panchón 1986].
 C.F.: Carta de Fundación da Igrexa de Lardosa (882 d.C.) [edición de A. Emiliano in “O mais antigo documento latino-português (882 a.D.) -edição e estudo grafémico-”, *Verba* 26, 1999, pp. 7-42].
 D.T.L.: *Duodecim Tabularum Leges* (c. 450 a.C.) [in Adams 1976].
 H.A.: *Historia Apollonii regis Tyri* (ss. V-VI d.C.) [in Puche López 1993: (A) e (B) responden, respectivamente, ás dúas recensións, RA e RB, da obra].
 HIER.: Sophronius Eusebius Hieronymus; *Epistulae* I, VII, XIV, XXXVIII e XLV (ss. IV-V d.C.) [in Ostafin 1990].
 I.A.X.: Inscripcións arcaicas xurídicas (s. II a.C.). Inclúe fragmentos que pertencen a: *Decreto de Paulo Emilio, S.C.B.*, *Senado Consulto de Pago Montano*, *Sentencia dos Minucios* e *Lei Acilia* [in Álvarez-Pedrosa Núñez 1986].
 I.PO.: Inscripcións de Pompei (s. I d.C.) [in P. Ramat 1984].
 IUV.: D. Iunius Iuvenalis; *Scholía*, Sátiras I-III; (ss. I-II d.C.) [in Adams 1976].
 M.CH.: *Mulomedicina Chironis* (s. V d.C.) [in Cabrillana 1999].
 P.B.: *Papyrus Bononiensis* 5 (ss. IV-V d.C.) [in Rizzi e Molinelli 1994].
 P.E.: *Peregrinatio Egeriae* (s. V d.C.); (A) [in G. Hinojo 1986 e 2002]; (B) [in Nocentini 1990].
 PETR.: Petronius Arbitr; *Satiricon* (s. I d.C.); [in G. Hinojo 1985].
 PLAUT.: Titus Maccius Plautus; *Captivi*, *Amphitruo* 1-400, *Aulularia* 1-325, *Asinaria* 1-380, *Miles Gloriosus* 1-500; (ss. III-II a.C.) [in Adams 1976].
 QUINT.: M. Fabius Quintilianus; *Declamationes Minores*, pp. 1-31; (s. I d.C.) [in Adams 1976].
 S.C.B.: Senatus Consultum de Bacchanalibus (186 a.C.) [in Adams 1976].
 SUET.: Cajus Suetonius Tranquillus; *Caligula* 1-16; (s. II d.C.) [in Adams 1976].
 TAC.: Cornelius Tacitus; *Annales* XIV; (ss. I-II d.C.) [in Adams 1976].
 TER.: Publius Terentius Afer; *Andria* 1-300; (s. II a.C.) [in Adams 1976].
 TERE.: Cartas en latín de Claudius Terentianus (s. II d.C.) [in Adams 1977].
 VEG.: Flavius Vegetius Renatus; *Epitoma rei militaris*, pp. 1-20; (ss. IV-V) [in Adams 1976].

Amadeu Torres

Universidade Católica Portuguesa / Universidade do Minho

Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical

1. Quando Segismundo, cabeça coroada, proferiu a insólita frase “Eu sou o Imperador romano e estou acima da Gramática”, segundo o Princípio de Peter, atingiu o máximo da sua incompetência linguística. Tal como pode acontecer, em campo afim, àqueles docentes de qualquer grau de ensino, no tempo de Verney ou agora, que foram subindo por escalões etários de serviço sem nunca participarem numa assembleia ou colóquio, num concurso adrede estabelecido, num encontro de aperfeiçoamento científico-pedagógico, ou ao menos num esforço pessoal de actualização. Tal qual ainda há poucos anos se viu, e no século XVIII não minguavam enfações similares, nalguns dos nossos geniastros das letras ao confessarem uma palmar ignorância acerca de determinado escritor laureado com o prémio Nobel, como se esta nesciência supina equivallesse a rotunda injustiça praticada pelos académicos de Estocolmo.

De facto, estamos todos, utentes de uma língua natural, sujeitos inquestionavelmente à gramática nela implícita, vassallos e senhores, analfabetos e escolarizados, escravos e imperadores. E à outrossim gramática explícita ou nomenclaturizada que, quanto mais se apreende, mais responsabilmente nos prende nas suas malhas, afinal não demasiado cassantes daquela liberdade de expressão cujo desfrute é, a modos de recompensa, reservado aos que a tempo se consciencializam, como Fernando Pessoa o frisa por outros termos, da distinção entre a letra e o espírito das suas leis. Por tudo isto, são absolutamente de louvar o recentíssimo ‘Campeonato Nacional da Língua Portuguesa’ tão abastardada ortográfica e morfossintacticamente, assim como o semanário *Expresso* e a *SIC Notícias*, seus promotores.

A reforma verneyana, aquém do âmbito geral que a caracteriza e aqui dispensa tratamento directo, não foi, contudo um grito estólido de emancipação gramatical. Aluno dos Jesuítas no Colégio de Santo Antão desde 1720, antes do início da Filosofia na Congregação do Oratório em Lisboa e do curso de Teologia na Universidade de Évora, onde também se graduou em Artes (1736), aí estudou as Humanidades e lidou, portanto, com as gramáticas em uso, a primeira das quais era a de Manuel Álvares (1572) na edição vervejada de António Velez¹ a que meia dúzia de cartapácios auxiliares de

¹ Cfr. Emmanuelis Alvari e Societate Iesu *De Institutione Grammatica Libri Tres*, Antonii Vellesi Amien-

outros autores ajudava, normalmente em vernáculo. Assim apetrechado, rumou Verney no ano da sua graduação e com 23 de idade (1736) para a Sapienza de Roma, a fim de terminar a Teologia e doutorar-se em Direito Civil. Fez então da cidade dos Papas a sua quase permanente morada, com maior ou menor favor da Corte e sem retornar à pátria. Entra em 1780 para a Real Academia das Ciências de Lisboa e em 1790, dois anos antes da morte, para deputado honorário da Mesa da Consciência. Era possuidor do colar da Ordem equestre do Esporão de Ouro, com que o condecorara Clemente XIV.

À data do seu nascimento em Lisboa (1713), um ano depois de Genovesi² cuja *Lógica*, qual confessa mais tarde, lhe teria poupado tanto trabalho quando compôs a própria, mas que, apesar disso, lhe serviu para alguma correcção, raiava, Europa além, a filosofia das Luzes, de teor racionalista e experimental. O entusiasmo pelos novos factos científicos desveladores do homem e da natureza, alcandorava a razão e a atenção ao real a um pódio jamais atingido. Na verdade, o *Quod nihil scitur* (1581) de Francisco Sanches (1551-1623) já contava 132 anos, o *Novum Organum* (1620) de Bacon (1561-1626) 93, o *Discurso do Método* (1647) de Descartes (1596-1650) 66, as três *Gramáticas* e a *Lógica* de Port-Royal³ (1655-1662) respectivamente 58, 57, 53 e 51. Gas-sendi (1592-1655) havia falecido há 58 anos, Hobbes (1588-1674) há 39, Locke (1632-1704) há 9 já. Malebranche (1638-1715) viveria ainda mais dois anos, Leibniz (1646-1716) mais três, Newton (1642-1727) ainda 14, Christian Thomas ou Thomasius (1655-1728), o fundador da Universidade de Halie, 15; Boerhaave (1668-1738) ainda 25, Muratori (1672-1750), 21; Wolff (1679-1754), 41 ainda.

Entre os compatriotas, cá dentro ou lá fora, sentia-se ou viria a sentir-se, pontilhadamente, idêntico anseio iluminista e renovador, sobretudo em Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), admirador de Newton e de Bacon, cuja versão do *Novum Organum* chegou a encetar; em Ribeiro Sanches (1699-1783), discípulo de Boerhaave em Leida e inspirador da reforma da Faculdade de Medicina, já proposta por D. João V a

sis ex eadem Societate lesu Eboensis Academiae Praefecti Studiorum opera aucti et illustrati. Eborae, ex Typographia Academiae. Ann. 1744. Cum facultate S. Inquisitionis, Ordinarii et Regis

A primeira intervenção veleziana, com mnemónicas versificadas, na Gramática de Manuel Álvares saiu em 1599, na cidade de Évora, e não ficou por aí. Esta edição de 1744, antecedendo em dois anos o *Verdadeiro método de estudar*, adopta essencialmente a mesma metodologia; vd. também Amadeu Torres, *Gramática e Linguística*, Faculdade de Filosofia, Centro de Estudos Linguísticos, Braga 1998, pp. 83-102 (acerca de Manuel Álvares), pp. 125-134 (acerca de Verney).

² Cfr. Aloysii Antonii Verneii, Equitis Torquati, Archidiaconi Eboensis *De Re Logica ad usum Lusitanorum adolescentium libri sex*. Editio quarta [a 1ª é de Roma, 1751] auctior et emendatior. Neapoli, MDCCLXIX, Ex Typographia Raymundiana, Superiorum Facultate. A p. 32 lê-se: “Doleo me hominis Logicam antea non vidisse; multo enim labore me levasset [artem Logicam viri doctissimi Antonii Genuensi]”.

Uma recente edição da *Lógica* do Genuense, republicada na Imprensa da Universidade de Coimbra, em latim, no ano de 1773, e posteriormente em tradução portuguesa de B. J. de Sousa Farinha (1785), de Miguel Cardoso (1786) e de Guilherme Coelho Ferreira (1787), saiu no Brasil: António Genovesi, *As Instituições de Lógica*, introdução de António Paim, Rio de Janeiro, PUC, 1977.

³ Cfr. (Antoine) Arnauld et (Claude) Lancelot, *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue grecque*, Paris, 1655; id., *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue latine*, Paris, 1656; id., *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l'art de parler, expliquée d'une manière claire et naturelle; les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et les principales différences qui s'y rencontrent, et plusieurs remarques nouvelles sur la langue françoise*, Paris, 1660; (Antoine) Arnauld et (Pierre) Nicole, *La logique ou l'art de penser, contenant, outre les règles communes, plusieurs observations nouvelles propres à former le jugement*, Paris 1662.

Castro Sarmiento; em Teodoro de Almeida (1722-1804), com a sua *Recreação Filosófica*, cujos 10 volumes se alongam desde 1751 a 1800 enciclopedicamente; em Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), interventor nos Estatutos da Universidade (1772); em António Pereira de Figueiredo (1725-1797), com o seu *Novo método de gramática latina* (1752) adoptado no Reino desde a reforma oficial de 1759 até 1834, na sua reprodução epitomizada.

Quer dizer, após a rápida evocação de um contexto destes resulta mais que manifesto termos de encarar o celebrado Arcediago de Évora tal como ele foi em realidade: um verdadeiro, na expressão de Fontenelle a respeito da história, “filho do seu tempo” a quem, além disso, coube a fortuna de filho de dois espaços culturais cuja disparidade o chocou nos planos científico-pedagógico e metodológico-didáctico, por achar um deles desfasado da nova apreensão global do mundo e das suas implicações na formação de cidadãos dignos, ilustrados e socialmente válidos, úteis à República e à Igreja, como se lê na portada do *Verdadeiro método de estudar*.

Se aquém fronteiras já não se andava às escuras do que se passava além delas, porque havia periódicos, sociedades científicas, academias literárias, livreiros da estranha cá estabelecidos, viagens activas e passivas, representações diplomáticas, intercâmbios de alto nível e trocas epistolares transnacionais; se Luís António Verney terá, consequentemente, aspirado eventuais haustos das aragens que sopravam em seu redor antes da partida para Itália, porquanto podia haver compulsado o *Cursus salmanticensis S.J.*, que devia andar nas mãos dos condiscípulos, segundo António Alberto de Andrade, e no qual figuravam “os nomes e noções da doutrina de Galileu, Gassendi, Francisco Bacon, Hobbes, Renato Descartes, Manuel Maignan, João Saguens e Tomás Vicente Tosca⁴”; se ao *Apontamentos para a educação de um menino nobre* de Martinho de Mendonça Pina e Proença, ou ao *Teatro crítico universal* do frade beneditino espanhol Bento Feijó lhes deitou os olhos⁵ enquanto aluno de Évora ou do Oratório lisboeta, conforme parece; se finalmente a atitude intelectual de inquietação do Rei Magnânimo rogando os bons ofícios do médico Sarmiento ou convidando Boerhave para lente de Coimbra denuncia um começo de jornada e de ajornamento anteriores ao impulso do Barbadinho – eis quatro questões, ou nem tantas, já autorizadamente investigadas.

Com efeito, depois dos trabalhos notáveis de Luís Cabral de Moncada, de António Salgado Júnior, da tese mestra de António Alberto de Andrade e das abordagens múltiplas de Barbosa Machado, Pedro José de Figueiredo, Carlos de Passos, Hernâni Cidade, António Sérgio, José V. de Pina Martins, Mons. A. Antunes Borges, J. S. da Silva Dias, Mariana A. Machado Santos e Francisco da Gama Caeiro⁶ entre outros, à pretensão quiçá ingénua de descobrir coisas novas será talvez melhor contrapor a tentativa

⁴ Cfr. António Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Acta Univ. Conimbrigenis, 1965, p. 59.

E esta uma obra fundamental, sem dúvida a que até hoje estudou o culto iluminista português de modo mais abrangente e completo, aparte dois ínfimos senões: a “Bibliografia verneiana” (pp. 453-491) apresentada de forma bastante compacta; e a “Chave das abreviaturas da bibliografia consultada” (691-727), onde por vezes custa não perder o esmo ou desviar-se de fechadura alheia, mormente quando num lugar remete para outro sem citar a página correspondente.

⁵ Cfr. id., *ibid.*, pp. 75-78.

⁶ Cfr. id., *ibid.*, pp. 691-727; id., *Verney e a projecção da sua obra* [o autor assina A. A. Banha de Andrade], Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, pp. 113-114.

simples de reflectir um pouco mais atentamente sobre coisas velhas, na acepção de, ao menos em plano geral, bem conhecidas, mas às quais se não tem prestado grande atenção, por se julgar suficientemente esclarecedor o que aparece, a esse respeito, no *Verdadeiro método de estudar*, Cartas primeira e segunda, quanto ao seu filosofismo gramatical.

2. Em *Verney e a cultura do seu tempo* diz A. A. de Andrade, acerca do Arcebispo de Évora como gramático, termos de convir “que é mais um erudito a juntar a esses tantos outros que, nas Academias literárias da época, tomavam o tema do idioma português para objecto de suas opiniões pessoais”⁷. Ora não sei se será tanto assim. Que ele era um erudito, e em grau elevado, ninguém o negará. Que seja comparável a académicos agradados em botar discurso de diletantes ociosos, é decerto força de expressão, pois “não será demais acentuar que Verney propunha, sem ambages, a mutação radical dos programas de ensino, em vista a uma transformação de estruturas”⁸. Estamos, portanto, nos antípodas de uma arenga ocasional. Há todo um organograma pedagógico complexo, que hoje diríamos integrado, proposto para uso oficial e resultante da mundividência em voga.

Saltando adiante parágrafos alongados sobre pronúncia e ortografia, e outros de intervenção crítica que para A. Alberto de Andrade sabe a “feroz”, o essencial da Carta I consiste na recomendação de uma gramática em vernáculo, “curta e clara”, uma antologia de cartas de Vieira de entre as mais fáceis, e um dicionário selecto e manuseável⁹. Tal alvitre entra em aplicação com o Alvará de 30 de Setembro de 1770 aprovando a *Grammatica da lingua portugueza* de Reis Lobato. Este, recordado de obras análogas anteriores nas quais aponta falhas de clareza, de ordem ou de método port-royalino e cujo uso particular já se atesta em Fernão de Oliveira, faz-se eco da urgência de oficialização em contraste com a inércia grassante, lamentando, na “Introdução” ao compêndio, que “sendo tantos os clamores com que homens tão doutos publicação a necessidade de escolas de Grammatica materna, não tenham sido estes até agora ouvidos”¹⁰.

A Carta II entra em censura à metodologia vigente encostada a um Manuel Álvares mais barroco do que o primitivo, para de seguida inculcar a adopção de uma gramática do latim redigida em português, despojada da sobrecarga da “infinitude de versos latinos e outras coisas que não servem para nada deste mundo”¹¹, reduzida primordialmente às regras básicas, explicativa e sistematizada, a exemplo das gramáticas razoadas, cartesianas ou filosóficas. A Carta III sobre as cadeiras auxiliares da latinidade escolar, textos e processos de aprendizagem, avança na sequência do ideário antes assinalado; o mesmo seja lícito dizer da IV, alertando para o contributo das línguas grega e hebraica em relação à teologia e para a utilidade de alguns idiomas modernos.

⁷ Cfr. António Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, cit., p. 184.

⁸ Cfr. A. A. Banha de Andrade, *Verney e a projecção da sua obra*, cit., p. 41.

⁹ Cfr. Luís António Verney, *Verdadeiro método de estudar*, ed. de António Salgado Júnior, 5 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1949-1952, I, pp. 34-35, 128-134.

¹⁰ Cfr. António José dos Reis Lobato, *Arte da grammatica da lingua portugueza*, composta e offerecida ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras [...]. Na Regia Officina Typographica, 1770, pp. XVII-XXIV e XIII (cfr. edição crítica de Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências, 2000, *passim*).

¹¹ Cfr. ed. de António Salgado Júnior, supra, nt. 9, I, pp. 141 e 135-168.

É, porém, na Carta II e em parte da primeira, que o gramaticalismo verneyano se entremostra em corpo quase inteiro, epocalmente situado e singularmente à vontade em face de tendências e autores nos quais epistemologicamente a “ratio” se sobrepôs ao “usus” e consequentes abusos de tipo despauteriano. Velhos e novos comparecem à barra do tribunal e os juízos sucedem-se, nem sempre comedidos na apreciação daqueles. Mas, ainda assim, é nas 66 páginas da “Introdução historica e critica à Grammatica Latina”¹² onde melhor podemos vê-lo em posse consciente daquilo que então se chamava a filosofia das gramáticas.

Aí começa por distinguir entre “compor bom latim” e “saber compor huma boa Grammatica”: para lograr tal objectivo, “são necessarios outros requisitos que não provém da boa Latinidade, mas da boa Filosofia”, – acentua Verney. É esta que incita a não se contentar com o material da obra, antes a ter em mira o formal, que “está no método ou ordem que se lhe dá”. Isto exige não só o conhecimento das “verdadeiras causas e princípios em que se funda a língua”, mas outrossim a visão inter-relacionadora das várias partes, redutora do número de regras e dedutivamente esclarecedora das excepções a partir daqueles; e além disso, a correcta disposição das matérias de sorte que umas dilucidem as outras, superioridade de ânimo para não cair no pedantismo de querer escrever tudo o que se sabe, facilidade e clareza nas explicações dadas, poder de sistematização que não confunda o essencial com desvios e superfluidades¹³. “Que tudo isto seja necessario – prossegue Verney – para uma boa Grammatica, não o negará pessoa alguma que saiba que coisa he bom methodo e systema, e que tenha experiencia das escolas. Mas que tudo isto seja effeito de boa Filosofia, também não o negará nenhum homem ou bom Filosofo, ou ao menos versado nas Logicas modernas. Em fim, para dizer tudo em duas palavras, huma boa Grammatica he um systema de doutrina bem concebido e bem ordenado”¹⁴.

Embora Verney confesse não ser cartesiano, o certo é que na Carta VIII dá um grande elogio a Descartes como “o primeiro que fez um sistema ou inventou hipótese para explicar todos os fenómenos naturais [...] e abriu a porta para a reforma das Ciências”. Por isso nestes excertos sobre uma boa gramática sente-se bem a presença do autor do *Discurso do método*. Quanto às “Lógicas modernas”, entende naturalmente as de Bacon, Port-Royal, Gassendi, Genovesi, Facciolati, Corsini, Soria e Fortunato de Bréscia, sem esquecer Locke no seu *An Essay concerning human understanding (1690)*¹⁵, todas

¹² Cfr. Luis Antonio Verney, *Grammatica Latina tratada por hum metodo novo, claro e facil para uso daquellas pessoas que querem aprendella brevemente e solidamente*, Terceira edição mais emendada, Lisboa, Na Regia Officina Typographica, Anno MDCCLXXV, Com licença da Real Mesa Censoria.

Ao título da 1ª edição (Barcelona, 1758), igual ao sublinhado acima, acrescentou para despistar: *Traduzida do francês em italiano e do italiano em português*. A 2ª edição (Sevilha, 1768) mantém o anonimato, que só termina com a de 1785 (Lisboa). Há ainda as de 1790 e 1816, e, como se vê, mereceu a protecção real desde 1775.

¹³ Cfr. a *Grammatica Latina* (1775) da nt. 12, “Introdução”, pp. VII-VIII.

¹⁴ Cfr. *ibid.*, p. VIII-IX.

¹⁵ Cfr. a ed. de António Salgado Júnior, supra, nt. 9, III, pp. 14-15, 30-111 e respectivas notas; A. Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, cit., pp. 115-116, 353, 451, 710, 712; Aloysii Antonii Verneii, *De Re Logica*, cit. supra na nt. 2, “Liber primus”, pp. 1-32.

Acerca da sua recusa das ideias inatas, na esteira de Locke, vd. Amândio Coxito, “A crítica do inatismo segundo Verney”, *Revista Filosófica de Coimbra*, I, 1 (Março, 1992), pp. 51-62.

elas diversas das Lógicas Carvalha e Barreta que se esfalfavam na arte silogística e não ministravam “preceitos para julgar e raciocinar com acerto”¹⁶.

Observando que o encaminhamento do gramaticalismo pelas vias da racionalização, do sistema, da brevidade e clareza começou antes da superação do logicismo escolástico, Verney recorda Escalígero, a *Minerva* (1587) do Brocense, a *Grammatica Philosophica* de Gaspar Schopp (1628), a *Aristarcus* de Vóssio (1635); e em especial a *Nouvelle Méthode* de Lancelot (1656), por cujo volume e epítome a língua de Cícero “se ensina em muitas partes da Europa” no idioma próprio, sendo de louvar, não obstante a pecha das metrificações, a sua exposição de toda a sintaxe em 36 regras apenas, enquanto antigos autores chegaram a 250 e até a 500. Elogia ainda a *Grammaire générale et raisonnée* (1660) pelo teor filosófico-analítico aplicado a uma língua vulgar, causando-lhe espanto que certos autores continuem fechados a tal epistemologia, como sucedeu – insiste o nosso Arcediago – a quantos se descuidaram da ordem lógica das matérias, do espírito de síntese, da distinção entre o nuclear e o acessório, do rigor de juízo, para descambarem em repetições escusadas, erudições postiças, catervas de textos abonatórios de uma regra, paixonetes filológicas por arcaísmos e semelhantes antigualhas, defeitos estes de que nem escaparam alguns modernos cujas gramáticas, se pelo número de páginas já amedrontam os professores, maior pavor causarão aos jovens escolares¹⁷.

Nos três últimos parágrafos – o IV^o o V^o e o VI^o – da “Introdução”, Verney ocupa-se dos requisitos de uma boa gramática, explicita o modo de ensinar a sua *Gramática Latina* e responde às possíveis dificuldades contra o novo método que adoptou. Precatando-se a tempo, adianta logo não existirem gramáticas perfeitas, o que desculpa faltas alheias por si censuradas, devendo contudo aquelas adequar-se aos objectivos próprios dentro dos parâmetros de uma boa filosofia, que para ele é “o conhecimento das coisas que há neste mundo e das nossas mesmas acções e modo de as regular para conseguir o seu fim”¹⁸. Subministra depois úteis conselhos de ensino-aprendizagem e termina com esclarecimentos de pormenor à volta das ditas dificuldades, inaceitáveis acaso para gramáticos conservadores, não para os das Luzes e predecessores imediatos¹⁹.

Torna-se com certeza redundante perguntar agora se Verney compôs realmente uma *Gramática* coadunável com a ideologia que expressa na “Introdução” dela. Nada custa, porém, acrescentar, em jeito de esclarecimento final, que as obras aí mais citadas são a *Minerva* de Sánchez de Las Brozas, o *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue latine* de Claude Lancelot; em menor escala as de Schopp, Vóssio, Facciolati, Corrado e a didascália de Perizónio ao Brocense. De resto, encontramos perante uma gramática de tipo humanístico, pelos textos exemplificativos respigados nos melhores autores; singularmente clara, fazendo finca-pé nas regras fundamentais, usando amiúde de chavetas enucleadoras e manchas tipográficas suficientemente contrastantes; metódica, simples e ao mesmo tempo bastante completa, moderna e “juntamente filosófica, pois com os princípios da boa Logica examina as causas da Grammatica Latina”²⁰ – terminologia assimilada por um autor extraordinariamente inse-

¹⁶ Cfr. *l. c.* supra, na nt. 14.

¹⁷ Cfr. *ibid.*, pp. XX-XLI.

¹⁸ Cfr. a edição de A. Salgado Júnior, supra, nt. 9, III, p. 21.

¹⁹ Cfr. *o. c.*, na nt. 13, “Introdução”, pp. XLII-LXVI.

²⁰ Cfr. *ibid.*, p. LXV.

rido no seu tempo e consciente de uma ousada missão reformadora, à altura da Europa da *Aufklaerung* que ele não queria materialista ou agnóstica, mas newtonianamente racional e experimental, pluralmente culta e iluminada.

A sua *Grammatica* está, na verdade, acima de outras conhecidas, anteriores e até contemporâneas, sobrecarregadas de normativismo anômalo ou arejadas e de teor essencialista. Mas o Arcebispo de Évora Luís António Verney não foi nenhum Segismundo, nunca se colocou acima de nenhuma, antes lutou para que todas adquirissem aquele nível ideal de acessibilidade capaz de semear luzes a rodos, na mente de cada cidadão, a partir do estudo e experiência da língua materna.

3. Além disso, Verney deu, por assim dizer, o pontapé de saída de um jogo que se andava tateando a partir de Amaro de Roboredo (*Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa, Craesbeek, 1619) e de D. Jerónimo Contador de Argote (*Regras da Lingua Portuguesa, espelho da Lingua Latina*, Lisboa, *ibid.*, 1721). António José dos Reis Lobato insere-se claramente na problematização verneyana, citando até grande parte dos modelos racionalizantes naquela apontados. Contudo, a primeira gramática, intitulada de *filosófica*, ainda aguardaria, posta de fora a de João de Sousa Pinto de Magalhães (1780) que, de acordo com Inocêncio no *Dicionário Bibliográfico Português*, nunca veio a lume, uns treze anos sobre a de Lobato e pertence a Bernardo de Lima e Melo Bacelar²¹. Este surto de gramaticalismo iluminista, cuja divulgação ou expansão ficou comprovada por cerca de uma vintena de obras em Portugal e no Brasil, culminou entre nós em Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), com *As duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, comparada com a Latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1807) e *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, ou principios da Grammatica Geral applicados á nossa linguagem* (Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822).

Lançada dos prelos quase no fecho do primeiro quartel do séc. XIX, já se encontrava pronta por 1803 e vem anunciada nas últimas páginas daqueloutra que Soares Barbosa publicou em 1807. As razões prováveis do atraso podem ler-se na 8ª edição²², anastática e com base no texto *princeps*, dado à estampa em Março de 2004, a duzentos anos de distância no tempo. Motivaram-na solicitações múltiplas, quer do nosso meio universitário quer sobretudo do brasileiro, em face da raridade do original e dos defeitos das edições vigentes, que afinal radicam geralmente naquele. A oportunidade de tal empreendimento surpreendeu-nos, ultrapassando de longe todas as expectativas, de tal modo que, em menos de um ano, obrigou a uma nova tiragem com data de saída em 24 de Janeiro de 2005, a 268 anos do nascimento do autor.

Este fenómeno de renovação ou retorno, que parece cíclico, já aconteceu, após o olvido do filosofismo gramatical provocado pela corrente da linguística histórica e do

²¹ Cfr. Carlos Assunção, *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato, ed. crítica, estudo, mss e textos subsidiários, Lisboa, Academia das Ciências, 2000, pp. 48-61 e 117-141; *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1783) de B. L. e Melo Bacelar, ed. fac-similada, introdução e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1996, *passim*.

²² Cfr. Jerónimo Soares Barbosa, *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* (1822), ed. anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências, 2004; a 2ª tiragem desta 8ª edição está a cargo da Faculdade de Filosofia, de Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2005.

comparativismo oitocentistas, em consequência da escola gerativista de Chomsky e das incursões linguístico-filosóficas de Eugenio Coseriu, magistrais e luminosas, adentro do seu funcionalismo e estruturalismo semântico. Será que, transposto novo hiato, embora menos longo, alguns aspectos do iluminismo gramatical tocam com abordagens da linguística cognitiva, paradigma constituído institucionalmente há 15 anos (1989), conquanto em gestação desde os anos 80 através de G. Lakoff, líder do movimento heterodoxo da gramática gerativa, de Ronald Langacker e de Leonard Talmy? A filosofia da mente, a psicolinguística, a hipótese dos factores universais em articulação com a da relatividade linguística, a estruturação conceptual entre línguas a nível superficial ou profundo, enfim o nível performativo do uso linguístico só terão relevância no plano funcional ou também no formal, mais privilegiado pelo gerativismo e gramaticalismo racionalista? E deverá arrumar-se qualquer gramática filosófica, quer geral quer particular, no canto dos trastes velhos e apenas *descontextualizadores* da linguagem como parte integrante da cognição²³, ou haverá nela algo ainda de aproveitável?

Como, por um lado, não sou especialista nesta recentíssima escola, e, por outro, não me é fácil explicar as razões do ressurgido interesse pela *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* de Jerónimo Soares Barbosa – não obstante me incline para reações a ela da parte dos epígonos chomskyanos e coserianos, permita-se-me, no entanto, rematar com a adaptação de consabidos prolóquios: *sub judice lis manet. Dicant Paduani*, isto é, os respeitáveis Mestres na matéria.

²³ Cfr. Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols, Actas do Congreso Internacional (Braga, 16-18 de Julho de 2003), Universidade Católica Portuguesa, Coimbra/Braga, Livraria Almedina, 2004, I, "Introdução" de Augusto Soares da Silva, pp. 1-18.

Ana Paula Coutinho

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O português migrante: uma leitura da revista *Peregrinação**

Embora seja já vasta a bibliografia produzida por nacionais e estrangeiros sobre a emigração portuguesa, a sua dimensão cultural e literária tem sido utilizada, quando muito, enquanto documento de leitura sociológica ou antropológica, mas pouco explorada, desde logo em termos criativos e, consequentemente a nível da crítica literária, ainda que saibamos que a relação entre essas duas instâncias é, com frequência, mais recíproca do que unilateral.

Se pode ser exaltante a imagem do Portugal das Descobertas (apesar de comprometida pelas teorias póscolonialistas); se pode ser interessante o Portugal ligado à primeira emigração liberal do século XIX ou a alguns vultos do Romantismo que se foram rendendo tanto ao desterro como aos enlevos do cosmopolitismo europeu; se ainda se pode condescender com certas iniciações juvenis ou passagens pelo Brasil nos inícios do século XX; se até o Portugal colono, sobretudo em África, pôde ser simbolicamente compensador, embora politicamente incómodo, já a fuga à miséria, à falta de perspectivas de sobrevivência ou de ascensão, primeiro para os EUA e depois para a Europa, nunca atraíram nem prestigiaram ninguém, a começar pelo Poder da nação que assim via expostos e denunciados os sinais do seu subdesenvolvimento – marcas indeléveis de injustiças e de fracasso colectivo.

À medida que as contingências se sobrepuseram à alegada e celebrada “vocaçào” dos portugueses para a aventura, e antes de ser de algum modo explorada por interesses económicos e discursos políticos, a emigração na sociedade portuguesa tornou-se numa realidade tão estruturante quanto culturalmente silenciada e/ou desprezada. Em termos especificamente literários, essas formas simbólicas de rasura continuam a legitimar o cerne da conclusão de Eduardo Lourenço, quando há mais de uma década, fazia notar que a “chaga” representada pela emigração portuguesa ainda não tinha encontrado uma voz à sua medida, se bem que salvaguardasse os exemplos mais relevantes tanto do lado da ficção, com Ferreira de Castro e José Rodrigues Miguéis, como

* Este artigo insere-se numa pesquisa sobre “Literatura, migrações e dupla-pertença”, integrada no Projecto “Interidentidades”, do Instituto de Literatura Comparada – Margarida Losa – uma I&D financiada pela FCT.

do lado da poesia, com Jorge de Sena ou Casais Monteiro – enquanto grandes poetas do “desenraizamento”.¹

Para aquele que tem sido também o nosso grande e desenraizado ensaísta, a subestima da figura do emigrante na literatura portuguesa prender-se-ia com o facto de a nossa emigração empírica nunca ter tido “uma conotação trágica, nem sequer verdadeiramente dramática, mas antes dolorosa e melancólica, sempre na esperança do regresso”². Por outras palavras, é como se, em termos literários e culturais, a emigração funcionasse como um hiato magoado e denegado quer para os que partiram, quer para os que ficaram, subsistindo apenas como suporte de algumas fórmulas gastas e sazonais de cultura popular, quase exclusivamente ligada à “canção ligeira” e destinada a festividades rurais e/ou de comunidades emigrantes no estrangeiro.

Transposto o contexto português e as suas eventuais especificidades, a que não será de modo algum alheio o facto de a ferida de nação emigrante ser mais profunda ou complexa para aqueles cujo imaginário colectivo já teve honras de Império, podemos constatar que a própria designação de “literatura de emigração” se move num terreno onde a abrangência coexiste com múltiplas especificações; estas ao visarem, por seu turno, o rigor terminológico, mais do que uma teorização geral, não escondem também algum mal-estar perante a mistura de diferentes realidades sociais e culturais, irmanadas todavia pelas ideias de “deslocação” e de “expatriação”. Para uns, tratar-se-á sobretudo de assinalar a heterogeneidade da colectividade migratória, dando realce, nomeadamente no caso português, à emigração de membros da comunidade intelectual (escritores, professores, cientistas, artistas, jornalistas...), de modo a rever um certo estereótipo literário do “emigrante”³. Para outros, não é pacífico que o termo “literatura de emigração” designe tão-só a categoria de uma produção literária caracterizada pelas circunstâncias sócio-culturais da escrita no estrangeiro, já que, como “tópico literário”, “literatura de emigração” pode englobar obras que foram escritas no país do autor, embora se relacionem com situações de e/imigração (consoante a perspectiva)⁴. Mas, outros ainda, consideram fundamental distinguir as correntes migratórias ao longo da História, tendo em conta as diferenças de perspectiva e de estatuto dos que se afastam da sua terra (e que, por vezes, continuava a ser o mesmo país...), de modo que, para esses estudiosos, será abusivo confundir “Literatura da Emigração” e “Literatura da Expansão”⁵.

¹ Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro* seguido de *Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, 1999, p.47.

² *Ibidem*.

³ Vd. José Rodrigues de Paiva/Cláudio Aguiar, *Literatura e Emigração*, Recife, Associação de Estudos Portugueses – Jordão Emerenciano, 2001.

Sobre a diversidade de situações e de motivações da emigração portuguesa, cf. os inúmeros estudos de Maria Beatriz Rocha-Trindade, nomeadamente o intitulado *Da Emigração às Comunidades Portuguesas* (Lisboa, Edições Conhecer, 1982).

⁴ Como são os casos das ficções que Olga Gonçalves dedicou aos emigrantes portugueses na Europa: *A Floresta de Bremerhaven* (1975), *Este Verão o Emigrante là-bas* (1977) e *Eis uma história* (1992).

⁵ Vd. Manuel G. Simões, “Literatura Portuguesa da Emigração e Literatura da Expansão”, *Textos da Diáspora*, *op.cit.*, pp.108-114. Uma posição semelhante é defendida por Eduardo Lourenço, no ensaio já atrás citado “A nau de Ícaro ou o fim da emigração”. Em contrapartida, os estudos sociológicos têm considerado as saídas massivas de população portuguesa, já ao longo dos séculos XV e XVI, como verdadeiros fluxos emigratórios (Vd. AAVV – *Portugal Migrante* (Org. José Luís Garcia), Oeiras, Celta Editora, 2000).

Entretanto, tem-se também assistido a uma tendência terminológica para abdicar do sentido preciso dos movimentos migratórios, apesar de o conceito de “migração” arrastar consigo um domínio vasto de áreas afins, mas nem sempre coincidentes, tais como “literatura de exílio”, “literatura colonial”, “literatura póscolonial”, literatura exófona ou “literaturas emergentes”. Como se pode ler no *Dictionnaire International des Termes Littéraires*⁶, as correlações entre essas áreas delimitam empiricamente aquilo a que aí se designa como “problemáticas literárias das diásporas”, aproveitando uma tendência transversal a vários discursos sociais, embora não consensual, de libertar o termo “diáspora” do seu sentido histórico de “dispersão do povo judeu”.

Qualquer que seja a terminologia adoptada, uma questão central em termos literários residirá em distinguir aquilo que releva das circunstâncias pragmáticas, que estiveram na génese ou rodearam a escrita dos textos, daquelas que são as suas características estéticas, formais ou ideológicas, e o mundo para que estas reenviam.

Se, por um lado, os critérios exclusivamente estéticos se revelam insuficientes para abordar o texto literário ou a Arte em geral, por outro lado, aquela que é a autonomia relativa da Literatura permite-nos compreender que haja uma “literatura de emigração” que não seja necessariamente “literatura emigrante” ou vice-versa. Por outras palavras, as condições externas de produção dos textos, o estatuto legal ou jurídico dos autores não pode ser condição suficiente, ou por si só determinante, para uma categorização das suas obras. Do mesmo modo, à partida ou em teoria, “literatura emigrante” será toda aquela que, independentemente das circunstâncias e referências extra-textuais, incorpora como projecto de escrita o desenraizamento (e no contexto da história literária, a modernidade representa um momento particularmente intenso de toda a deriva psicológica, linguística, estética...), para além de poder designar também o dinamismo de interpenetração de diferentes literaturas que sempre esteve na génese da evolução literária e da história das ideias em geral. Não obstante, na prática, depara-se frequentemente com uma sinonímia implícita entre “literatura de emigração” e “literatura emigrante” que, pelo exposto, pode resultar numa associação em qualquer dos casos abusiva ou condicionadora.

Este breve excurso em torno ora da fluidez, ora da complexidade terminológicas que têm pautado o binómio Literatura-Migração, vem a propósito da própria revista *Peregrinação* de que me proponho apresentar aqui uma leitura global e orientada.

Publicada ao longo de seis anos (entre 1983 e 1989), num total de 24 números, redigida a partir da Suíça mas com colaborações e delegações que se vieram a estender um pouco por todo o mundo, *Peregrinação* começou por apresentar-se como uma “Revista das Artes e Letras de Expressão Emigrante”, resultante da iniciativa individual de um “emigrante invulgar”, como oportunamente chamou Eugénio Lisboa a José David Rosa⁷ – um alentejano com reduzida escolaridade, que emigrou para a Alemanha em 1962 e depois para a Suíça.

⁶ Fundado em 1964 pela Associação de Literatura Comparada e sob a direcção de Robert Escarpit, é actualmente coordenado pelo Programa de Teoria e Terminologia literárias da Universidade de Limoges. Vd. www.ditl.info/

⁷ Cf. Eugénio Lisboa, “José David Rosa – Um emigrante invulgar”, *Textos da Diáspora - Homenagem a José David Rosa*, Organização de Manuel G. Simões, Henrique Madeira e Luciano Caetano Rosa, Berlim, Avinus Verlag, 2002, p. 49.

Auto-didacta mas leitor insaciável, José David Rosa empenhou-se no propósito ambicioso de levar a todos os continentes “a mensagem dos artistas de expressão emigrante”, convicto daquilo que foi surgindo como lema quer implícito, quer explícito da revista: “A grandeza de um Povo mede-se pela sua Cultura” e procurando contrariar aquela que parecia uma ausência, quase fatal, de actividade cultural e literária entre a emigração portuguesa.

Todavia, a partir do seu nº 7 (Janeiro de 1985), *Peregrinação* passou a designar-se como “Revista de Artes e Letras da Diáspora Portuguesa”, correspondendo à tendência, já atrás apontada, de incluir no termo “diáspora” vários tipos de deslocação ou de ausência do país de origem, e contornando assim também o próprio termo “emigrante”, por vezes evitado ou rejeitado ora por purismo técnico, ora por preconceito sociocultural⁸.

É já a nível do título principal da revista que se pode discernir o enquadramento existencial, literário e até religioso, em que se foi depois desenvolvendo a experiência emigrante, desde logo, no domínio das Letras, isto é nos textos poéticos, ficcionais ou cronísticos que nela se publicaram.

Com efeito, não se tratou apenas de fazer uma alusão indirecta à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, mas de adoptar este autor/personagem do lado menos heróico ou sublimado da gesta lusitana como referência central da “perimigração” dos tempos modernos. Por isso mesmo, a viagem de cada emigrante, atravessando a medo as barreiras alfandegárias, deixa ver, como diz um poema de José Brites, “o reflexo assustado/ de Fernão Mendes Pinto”⁹. Ao mesmo tempo, a homenagem àquele que foi um misto de navegador, diplomata e pedinte surge para questionar o seu obscurecimento ou desvalorização a favor de Camões:

“Foi de ternura o fado, o medo posto
e tu mendes pinto renegado
o tudo que em camões é (sobre) posto
ao teu génio vadio foi roubado.

Mas não te dê cuidado tal desmando
que roubos sempre os houve na história
honesto foste tu, que importa o mando
mais dura o nobre porte que a glória”¹⁰

Pode inferir-se daqui a vontade de problematizar uma determinada tradição socio-literária, a que noutros momentos se reage ou por crítica mais directa¹¹, ou por remi-

⁸ A propósito, quando *Peregrinação* perfez um ano de existência, podia ler-se no seu editorial: “Surgindo do nada e erguida por franco-atiradores fora dos círculos políticos e intelectuais sem apoios de qualquer espécie, tem sido uma caminhada dura e só possível pela entrega total dos que acreditam na cultura de expressão emigrante, enteada da cultura intra-muros e, – pasme-se! – rejeitada também por muitos dos seus membros.” (*Peregrinação*, 4, Abril de 1984, p.1)

⁹ Cf. Poema de José Brites, “Perigrimação”, *op.cit.*, 2, Janeiro de 1983, p.24.

¹⁰ Urbino de San-Payo, “Português Limerick”, *op.cit.*, 4, Abril de 1984, p.19.

¹¹ Como acontece no decurso de umas declarações, essencialmente exaltadas, ao livro de José David Rosa, *Retrato do artista quando jovem cão emigrante*, onde o articulista aproveita para zurzir alegadas características do campo literário português e para sugerir uma renovação dos programas de Português nas Universidades estrangeiras – *op.cit.*, 8, Abril de 1985, p.10.

ção simbólica dos “heróis de que ninguém fala// e que Ítaca despede nos avulsos navios./ Novos Ulisses, estes, mas de nenhuma fama.”¹².

E se “Peregrinação” pode convocar ainda uma relação intertextual com o autor de *Peregrinatio ad loca infecta*, que aliás surge directamente invocado por Henrique Madeira em “Alguns epitáfios para Jorge de Sena”, onde a homenagem torrencial se associa à profecia do resgate desse “vulto maior do emigrado, do exilado, do indesejado”¹³, não deixa de ser também muito significativa a conotação religiosa que a aproxima do êxodo bíblico¹⁴, acabando por alargá-la a uma forma da condição humana¹⁵.

Apesar desses esboços de fundamentação ontológica, histórica ou literária, é indubitável que foi na articulação da escrita com uma experiência concreta de vida (emigrante/exilada) que a revista *Peregrinação* procurou encontrar o seu espaço de acção cultural. Assim, das cerca de três centenas de colaboradores que concorreram para este projecto editorial, a sua grande maioria tinha saído da pátria e residia no estrangeiro (pelo menos na altura). Propositadamente ou não, e à excepção de algumas – poucas – apresentações ou entrevistas a colaboradores mais regulares, nada é dito sobre os autores dos textos, nem das obras plásticas reproduzidas, a não ser o país/ terra de residência. Ora, se, por um lado, é especificada a dispersão geográfica dos autores, já por outro é criado como que um efeito de individualidade anónima, pois o leitor pouco ou nada fica a saber sobre os nomes apresentados, de modo que grande parte dos textos, e em especial os poemas, apesar de algumas distinções estilísticas, passam a poder ser lidos como se pertencessem a uma única e colectiva “voz de emigrante”.

Torna-se inevitável constatar que essa abertura e uniformidade de apresentação na revista, que visaria criar um sentimento de unidade entre a diáspora portuguesa, resultava contudo em manifestos desequilíbrios do ponto de vista literário (a juntar ainda a frequentes deficiências (orto)gráficas), tanto mais compreensíveis quanto surgiam a par textos escritos por indivíduos de estatuto sociocultural bastante distinto: desde prosadores e poetas certamente com uma reduzida escolaridade, a outros claramente mais instruídos e até com (alguma) obra publicada, ou mesmo a autores já consagrados, como o já referido Jorge de Sena ou José Rodrigues Miguéis.

Nessa heterogeneidade ficaram radicadas simultaneamente a especificidade, a ousadia e as limitações de uma revista que, pelo dinamismo e projecto global a ela associado¹⁶, julgo ser merecedora de mais do que uma abordagem sociológica ou do que uma referência bibliográfica numa futura “História da Emigração Portuguesa no século XX”.

Antes de mais, do ponto de vista literário e cultural, *Peregrinação* representou o esforço de manter viva a língua portuguesa não apenas como instrumento de ligação entre portugueses residindo no estrangeiro, mas também como língua de investigação de temas relacionados com a emigração, com a Literatura e a Cultura Portuguesas,

¹² Manuel Simões, “Ao Largo de Ítaca”, *op.cit.*, 7, Janeiro de 1985, p.23.

¹³ Henrique Madeira, “Alguns epitáfios para Jorge de Sena”, *op.cit.* 2, Janeiro de 1983, p. 18.

¹⁴ Inês Sarre, “Em torno do Salmo 136”, *ibidem*, p. 12.

¹⁵ Mário Schulte, “Sempre Peregrinos”, *op.cit.*, 5, Julho de 1984, p. 5.

¹⁶ *Peregrinação* viria a tornar-se também Editora, tendo publicado vinte e cinco títulos de obras em prosa e poesia de autores emigrantes/exilados. Ainda na década de 80, enquadrada numa “Fundação Cultural dos Emigrantes”, promoveu também encontros culturais da diáspora portuguesa.

e ainda como manancial de emoções e convicções daqueles “desterrados” para quem a língua materna era a própria representação da pátria.

Apesar da mestiçagem linguística observada em alguns núcleos de emigração, especialmente nos Estados Unidos, de que Eduardo Mayone Dias se assumiu como um dos principais entusiastas e defensores¹⁷, a maioria dos textos publicados em *Peregrinação* demonstra resistir aos cruzamentos do português com as outras línguas dos países de residência dos seus autores. De resto, de acordo com as informações que foram sendo divulgadas nos sucessivos números da revista, são raríssimos aqueles que optaram por escrever e publicar na língua do país de imigração.

É por conseguinte num português espalhado por diferentes continentes (embora com a natural prevalência da Europa e dos Estados Unidos) que podemos recuperar, ao longo das muitas centenas de páginas dos seis anos de *Peregrinação*, alguns dos temas e motivos mais estruturantes de uma “literatura de emigração”, como seja: a viagem, a dor da ausência, a saudade, o choque cultural, o sentimento de divisão interior, a fissura entre aqueles que partem e os que ficam, o (desejo do) regresso à terra natal...

Uma tendência geral, marcante e significativa, é aquela que manifestamente esbate a realidade circundante a cada um dos autores, a favor de um Portugal sempre implícito/explicito. O espaço do desejo, da ligação visceral com a terra-mãe cria cápsulas de sobrevivência, mas também de alheamento e evasão das terras de acolhimento: no poema “Inverno em Veneza”, um poeta acaba por concluir “Não existe Veneza, só a sua aparência”¹⁸; outro, em “Hollywood”, admite: “Sunset Strip/pouco mais pra ver/O resto?/ Pode-se esquecer.”¹⁹; enquanto a outro, o facto de olhar longamente o Lago Léman faz-lhe sentir a ausência do mar²⁰.

Poder-se-á dizer que, em termos identitários, esta ligação constante ao espaço ausente – a pátria – responde, por um lado, a uma falha estruturante e dolorosa, porquanto “Homem sem terra/ é homem que não existe”²¹, mas, por outro, resulta também numa espécie de denegação do próprio “ser migrante”, uma vez que as evocações espaciais da escrita presentificam mais a terra natal do que o lugar estrangeiro onde radica, afinal, a própria condição de e/imigrante. Estar literalmente “fora do lugar” ou deslocado, sentir-se no cruzamento de diferentes espaços passa a constituir uma experiência tão invasiva quanto um estado de delírio, uma “Loucura ou outra coisa”²², descrita pelo poeta em desvario intercalado pelo tom familiar de uma carta de circunstância:

“(…)

Mas por aqui tudo bem, felizmente

O Sena adormece aos pés da Notre Dame
à espera duma auto-estrada até ao mar

¹⁷ Cf. Eduardo Mayone Dias, “A minha língua é a minha pátria”, *op.cit.*, 2, Janeiro de 1983, pp. 6-7 e “Françês, Portolândês e Portinglês (Ou algumas considerações sobre três falares emigrantes)”, *op.cit.*, 21, Julho/Setembro 1988, pp. 13-15.

¹⁸ Cf. poema de Manuel Simões in *op.cit.*, 9, Julho-Setembro 1985, p.22.

¹⁹ Cf. poema de Arnaldo Baptista, *ibidem*, p.23.

²⁰ Cf. José Rosa Sampaio, *ibidem*, p.24.

²¹ Manuel Pimentel, “Eles não têm nome”, *op.cit.*, 5, Julho de 1984, pp.30-31.

²² António Topa, *ibidem*, p.24.

e Nossa Senhora dos Mareantes do Rio Douro
disfarça-se de empregada de bar
porque acredita nos homens
e nos sonhos que adormecem num copo de vinho
como o Douro aos pés da Torre Eiffel

Mas ainda assim, por aqui tudo bem felizmente

O pior são os navios que esperam o elevador
enquanto que alguns marinheiros desorientados
discutem a direcção dos ventos e os preços
sobretudo o preço do leite que uma velha
sentada junto ao farol de Leça
anuncia num pregão insólito:

“Leite da senhora do ó,
padroeira de amantes e vagabundos,
peregrinos, ciganos e emigrantes,
cura todas as feridas, mesmo as do tempo,
e é melhor do que os tremoços...”

E por aqui tudo bem, felizmente
(...)”²³

Justamente porque se trata de uma relação vivida à distância e fantasmagórica, esta ligação a Portugal sustenta-se numa ambivalência permanente de emoções fortes e extremadas, entre o afecto e ressentimento: desde a isotopia da relação filial com a pátria, enquanto lugar materno de felicidade e pacificação (“[LUSA TERRA] só tu és minha pátria, minha mãe”²⁴), até à denúncia da sua delapidação (“No meu inglório Portugal, / Já não há *culpabilidades*: / Todos procuram um bornal/ Sob aromáticas personalidades.”²⁵), a dissuadir o mais habitual anseio de regresso²⁶. Perante tamanha encruzilhada de sensações e sentimentos, e depois de insistentes vitupérios, lê-se o desabafo: “Tanta e tão pouca coisa numa só/ Que se calhar é teoria tramação/ Como resolver tamanho teorema da ternura”²⁷.

Por sua vez, a ânsia ou a necessidade da partida que surgem, com frequência, evocadas e glosadas como herança de um passado de navegadores e aventureiros, acabam por se tornar fonte de frustração e desalento, quando a realidade circundante é confrontada tanto com as expectativas individuais, como com a glória atávica da tradição colectiva: “Ah, que eu nasci para trepar montanhas e arrasto-me na sombra do *subway*!” – suspirava José Rodrigues Miguéis, num poema inédito escrito em Nova Iorque e datado de 1940-1941²⁸, enquanto Manuel Campos, identificando-se com o Povo que

²³ António Topa: “Carta para Romeu, homem do Porto, emigrante em Moçambique”, *op.cit.*, 2, Janeiro de 1983, p.20.

²⁴ Luiz Manuel, “Lusitaniada”, *ibidem*, p.15.

²⁵ Rufino Duarte, “Responsabilidades”, *op.cit.*, 3, Janeiro de 1984, p. 26.

²⁶ Vd. José Pereira, “Castigo”, *op.cit.*, 9, Julho-Setembro, 1985, p.29.

²⁷ António Topa, “Nove letras à chapada”, *op.cit.*, 3, Janeiro de 1984, p. 27.

²⁸ *Op.cit.*, 2, Janeiro de 1983, p.23.

interpela, aponta a dor do seu destino paradoxal: “ Tu que já passaste o Bojador/ e que fizeste frente a tanto perigo/ Não consegues passar além da dor, nem dessa saudade que nasceu contigo. (...) Tu vestes a nudez da tua terra/ que faz de ti vencido, sendo herói!”²⁹.

Em especial no que diz respeito aos poemas (maioritários no contexto dos textos literários da revista), não será exagerado concluir que prevalece neles um tom marcadamente disfórico, que aliás se coaduna com aqueles que costumam ser os vectores temáticos de uma “literatura de e/imigração” (portuguesa ou outra). Embora esteja obviamente fora de questão atribuir, por si só, quaisquer julgamentos de valor estético a essa mundividência sombria, não poderá deixar de ser legítimo notar que o facto de muitos dos textos estarem “presos” ou “rentes” às circunstâncias de vida ou de experiência dos seus autores, lhes confere um estatuto sobretudo documental, em detrimento de uma consistência estética. Por outras palavras: carecem de um trabalho de transfiguração a partir das experiências directas, a que Rilke tão bem se referiu nos seus célebres *Cadernos de Malte Laurids Bridge*³⁰. Só essa forma de distanciamento faz com que um texto literário, sem necessitar desprender-se completamente do mundo exterior à linguagem, se emancipe dele, erguendo-se como sua metáfora, no sentido ricoeuriano de “re-descrição da realidade”.³¹

Existem, claro, alguns poemas e contos que correspondem a essa consciência e investimento textuais, isto é, cuja construção discursiva representa, mais do que apresenta, realidades migrantes. A título de exemplo, poder-se-á referir o pequeno texto ficcional “Sara”, de Maria Graciete Besse, escrito numa prosa lírica calculadamente des-centrada nas suas focalizações, sobrepondo tempos, espaços e discursos. Sem que alguma vez se fale *de* emigração, o texto arranca com aquilo que pode ser interpretado como uma sua condensação simbólica:

“Respiro o país como uma ausência. Longo caminho através do Inverno. Trago resquícios de terra nos pulmões: é o que me faz não morrer e torna difícil o sopro”³².

É o próprio imaginário do texto que continua, depois, através da sua construção discursiva a sugerir a distância, a solidão, as ruínas e morte de um “Retrato a flutuar nas águas lodosas da memória.”³³. Poder-se-ia também, entre outros, citar quer o recorte lapidar, de tão brevemente elíptico, de uma “crónica de vida” apresentada por George Monteiro no poema “Contagem”³⁴, quer a vivacidade acutilante da sátira social,

²⁹ Cf. “Onde a terra acaba e o mar começa”, *op.cit.*, 4, Abril de 1984, p.27.

³⁰ “ Porque os versos não são, como as gentes pensam, sentimentos (esses têm-se cedo bastante), – são experiências. (...) E também não é ainda bastante ter recordações. É preciso saber esquecer-las quando são muitas, e é preciso ter a grande paciência de esperar que elas regressem. Pois que as recordações mesmas ainda *não são* o que é preciso. Só quando elas se fazem sangue em nós, olhar e gesto, quando já não têm nome e já não se distinguem de nós mesmos, só então é que pode acontecer que, numa hora muito rara, do meio delas se erga a primeira palavra de um verso e saia delas.” – Rainer Maria Rilke, *Os Cadernos de Malte Laurids Bridge*, Tradução de Paulo Quintela, Porto, *O Outro do Dia*, 3ª edição, 1983, pp. 41-42.

³¹ Paul Ricoeur, *La métaphore vive*, Paris, Seuil, 1975.

³² Maria Graciete Besse, “Sara”, *Peregrinação*, 14/15, Outubro de 1986 a Março de 1987, p. 105.

³³ *Idem.*

³⁴ *Op.cit.*, 4, Abril de 1984, p. 18.

assinada por José Brites em “ConferenCEIAS”³⁵, ou também a curiosa consciência metapoética na “Visitação” de Mário Santos Schulte, que se move no interior do espaço da própria escrita:

“Amarga é a saliva, boca cheia de mágoa, crescente
Os poros ofendidos pelo pó, vento muito vento
A correria do sangue pelo sangue, o rio sempre ele
Túneis abertos nos lábios da água, inocente

Aqui eu não sou estrangeiro!
Aqui esqueço-me!

(...)

Retomo a escrita
As palavras comem o prazer do sol
Sentam-se no Cais das Colunas, desinteressadas
Por isso continuarei amanhã
Corrijo-me
Continuo no amanhã
Esta espécie de mistério com sabor a não sei o quê
(...)”³⁶

Relacionado ainda com esta dimensão mais intra-literária, importa realçar o esforço do próprio João David Rosa que procurou incutir à “sua” revista uma dinâmica de transmissão de experiências de leitura, seja através de alguns inquéritos subordinados ao tema “Os dez melhores romances que li”, seja através da inclusão de recensões críticas, da introdução de um “poeta convidado” (para além dos circuitos da emigração) ou da publicação de artigos sobre escritores portugueses de referência, como Camões, Fernando Pessoa ou Cesário Verde. Quer isto dizer que *Peregrinação* foi uma revista que, para além de funcionar como lugar de expressão de emigrantes, e consciente de que o património literário é sempre uma dimensão inalienável da própria escrita, procurou (in)formar também os seus leitores e colaboradores, fazendo circular a literatura portuguesa, independentemente de estar ou não ligada à emigração.

Depois de seis anos de existência, o que já não é pouco – convenhamos – para a média de vida das publicações literárias ou culturais, aconteceu o que profetiza a “blague” reportada por Onésimo T. de Almeida, quando lembra que existem dois tipos de negócio, à partida, condenados à falência: vender frigoríficos no Alaska e vender livros à comunidade portuguesa³⁷. Ninguém duvidará que João David Rosa e a “sua” *Peregrinação* tiveram o grande mérito, ainda que com as fragilidades de concretização já apontadas, de tentar contrariar essa realidade estereotipada do emigrante (quase) analfabeto e fatalmente alheio à Literatura e às outras Artes.

Quinze anos passados depois do último número de *Peregrinação*, o seu maior desafio continua válido e oportuno: tornar presentes a língua e a cultura portuguesas

³⁵ *Op. cit.*, 6, Outubro de 1984, p.12.

³⁶ *Op. cit.*, 3, Janeiro de 1984, p.16.

³⁷ Onésimo Teotónio Almeida, “A Obra de Eduardo Mayone Dias – ou de como se leva a Imigração à Universidade e vice-versa”, *op.cit.*, 8, Abril de 1985, p. 11.

no estrangeiro, mas agora num contexto cada vez mais distinto, uma vez que não só, em rigor, já quase não cabe falar em emigrantes portugueses no espaço intra-europeu, como também tem vindo a decrescer significativamente a emigração dos portugueses para o continente americano. Por outro lado ainda, o desaparecimento das chamadas primeiras gerações de emigrantes, pela força da lei da vida, ou pelo regresso a Portugal, tem representado uma quebra significativa da presença da língua e cultura portuguesas junto das comunidades ligadas à nossa diáspora – uma função que, na maior parte dos casos, era rudimentarmente assegurada pela imprensa regional de que esses emigrantes eram assinantes e de que os seus descendentes acabam por se desvincular, ou por já não saberem ler português e/ ou por já não se reverem completamente nesse mundo e cultura de feições tão regionalistas quanto passadistas.

Por conseguinte, qualquer projecto literário, ou amplamente cultural, ligado à diáspora portuguesa deve ter em conta não apenas aqueles que se integram e tenderão cada vez mais a integrar-se num novo quadro sociocultural de migrantes ou de indivíduos em circulação, desde logo no espaço alargado da Comunidade europeia, como também os luso-descendentes e o seu habitual bilinguismo assimétrico, ou seja, aqueles para quem o português nunca é exactamente uma língua estrangeira, embora já não seja também a sua língua primeira. Razão pela qual, algumas publicações como *Latitudes*³⁸ ou *Gávea Brown*³⁹ têm optado pela abertura a colaborações quer em português, quer na língua do país onde são editadas. Mas, não parece que essa tendência possa ditar, por si só, um *Requiem* pela presença da língua portuguesa no estrangeiro. Aquilo que terá, sim, acabado é o tempo e modo de uma “peregrinação” ou culturalmente invisível por completa assimilação com o meio envolvente, ou demasiado centrada sobre si mesma, cristalizada em torno de alguns estereótipos identitários. Em contrapartida, continuará o desafio do “português migrante”, redescoberto nas relações implícitas com o estrangeiro, pela leitura e pela escrita daqueles para quem uma língua, não se esgotando na funcionalidade comunicativa do quotidiano, pode (e deve) ser configuração discursiva e simbólica tanto da sua migração interior, como do desejo de diversidade. Só assim poderão ser contrariadas todas as estratégias contemporâneas de uniformização, inclusive aquela que retira a cada indivíduo o património que é para si mais estruturante e, ao mesmo tempo, mais libertador, porque potencialmente criativo: a língua própria.

³⁸ *Latitudes - Cahiers lusophones* – revista fundada em 1997 e publicada em Paris.

³⁹ *Gávea-Brown - A Bilingual Journal of Portuguese-American Letters and Studies* – publicação do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Brown (Providence, USA).

Ana Paula Loureiro

FLUP; *olivelou@ci.uc.pt*

Ocorrências do MQP na 2^a e 3^a versões d'OCPA de Eça de Queirós: dados quantitativos para análise*

0. O presente artigo tem por objectivo dar conta de alguns dos resultados de um estudo, que temos vindo a desenvolver, acerca do comportamento do MQP (pretérito mais-que-perfeito do indicativo) n' OCPA (*O Crime do Padre Amaro*) de Eça de Queirós, nas duas versões editadas em livro, a 2^a e a 3^a versões do texto.

O estudo, que se insere genericamente numa investigação de âmbito mais alargado acerca da semântica dos tempos verbais (TV), pretende caracterizar as ocorrências do MQP – e de cada uma das suas duas formas – na 2^a versão (V2) d' OCPA e sistematizar as respectivas substituições no processo de correcção a que foi sujeito o texto na passagem para a 3^a versão da obra (V3).

Constituída a base de dados, composta por uma amostragem das ocorrências de MQPc (pretérito mais-que-perfeito composto) e MQPs (pretérito mais-que-perfeito simples) em V2, procedemos, nesta primeira fase da descrição, ao seu tratamento estatístico. Cada uma das observações foi identificada e classificada de acordo com um conjunto de variáveis que nos dizem i) das coordenadas contextuais das suas ocorrências e ii) do seu comportamento no processo de correcção textual que deu origem a V3.

Propomo-nos, com este artigo, fazer a apresentação dessas variáveis e dos resultados obtidos na análise quantitativa das observações.

1. Ocorrências do MQP (MQPc e MQPs) n' OCPA_V2.

O nosso *corpus* de partida (*corpus_V2*) é constituído por 397 ocorrências do MQP, valor que corresponde à frequência deste TV nos 12 primeiros capítulos d' OCPA_V2 (que conta um total de 27 capítulos). Esta amostra pretende representar a totalidade das ocorrências do MQP na 2^a Versão d'OCPA, correspondendo aproximadamente a metade desse universo.

* Trabalho realizado no âmbito do Projecto PLUS/1999/LIN/15156, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Das 397 ocorrências, 209 correspondem à forma composta e 188 à forma simples. A forma composta é, efectivamente, em V2, a mais frequente (53%), mas a distribuição dos espaços de MQP pelos dois TV apresenta-se, como vemos, relativamente equilibrada.

Os dados estão representados na tabela 1.

Tabela 1: Ocorrências do MQP n'OCPA_V2

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
mqpc	209	52,6	52,6	52,6
mqps	188	47,4	47,4	100,0
Total	397	100,0	100,0	

2. “Espaços verbais homólogos” em OCPA_V3. As ocorrências do MQP (MQPc e MQPs).

Num segundo momento do estudo, procurámos em V3 os mesmos “espaços” identificados em V2, com o objectivo de contabilizar e tipificar os casos de substituição a que o Autor procedeu na passagem de uma versão para a outra. Limitámos a busca às passagens que admitem uma relativa sobreposição e que não sofreram alterações significativas de ordem (ou seja, a passagem em causa deve estar na página da direita correspondente ou na página imediatamente anterior ou seguinte¹). Constituiu-se, assim, um segundo *corpus*, que designámos por *corpus_V3*.

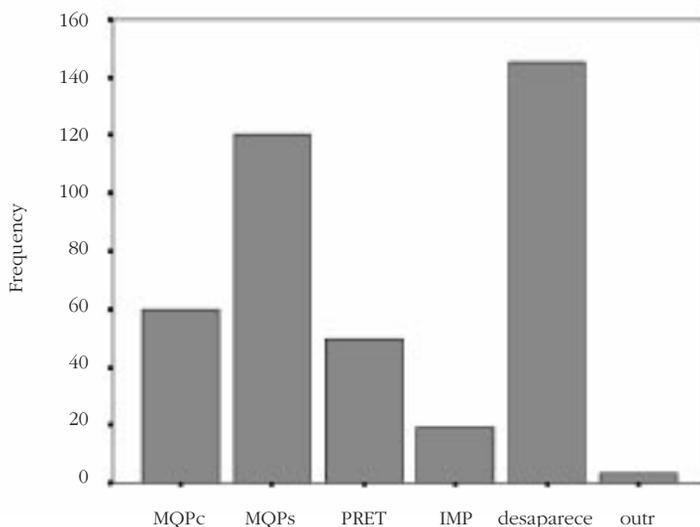
A escolha da amostra representativa a que fizemos breve referência no ponto anterior – os 12 primeiros capítulos – ajusta-se também a este segundo momento da análise. Sabemos que as alterações na passagem de V2 para V3 não se limitam a reformulações *estilísticas* – mas, muitas vezes, constituem alterações substanciais do próprio texto, quer ao nível do conteúdo quer no que respeita à própria extensão – e que começam a fazer-se notar mais intensamente a partir do capítulo VIII². De facto, verificámos que os primeiros 7 capítulos somam cerca de 60 desaparecimentos (que tanto pode corresponder simplesmente ao desaparecimento da estrutura oracional com MQP como ao desaparecimento de uma sequência textual de dimensões variáveis, que pode atingir várias páginas), ao passo que nos restantes 5 (VIII-XII) contabilizámos 86 casos. Uma outra medida para avaliarmos este processo particular na reescrita do texto são as situações de supressão de MQP seguidas, que, segundo pudemos observar, aumentam também à medida que avançamos nos capítulos: até ao fim do capítulo VIII, há duas situações de supressão de 4 MQP seguidos, dois casos de 3 e um caso de 5; a partir do capítulo IX, encontramos sequências de dimensões consideráveis (duas de desaparecimento de 8 MQP seguidos no texto, duas de 9 e uma de 10). Procurámos, assim, com a selecção do *corpus* para amostra, garantir a máxima sobreposição textual entre versões.

¹ Na edição da obra que utilizámos (ver bibliografia), o texto da 2ª versão surge nas páginas da esquerda e o da 3ª versão nas correspondentes páginas da direita.

² Cf. *Introdução* que apresenta a edição da obra.

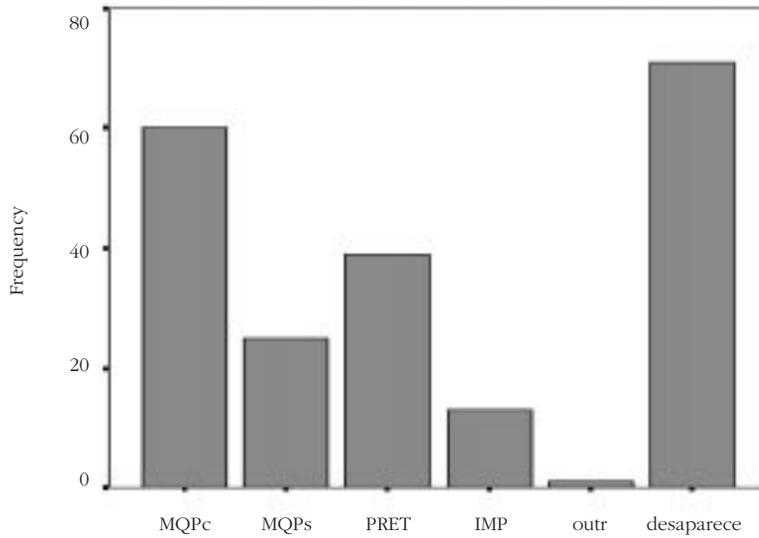
Na passagem para V3, identificámos, assim, ora casos de manutenção do TV de V2, ora casos de substituição por outro TV, ora casos de desaparecimento do processo verbal (PV) na sua totalidade. Os casos de desaparecimento constituem uma parcela importante na contabilização deste processo – 37% das ocorrências identificadas em V2 desaparecem no espaço paralelo de V3 – e, curiosamente, o número de casos de desaparecimento para cada um dos TV é sensivelmente o mesmo: cerca de 70. Pelos restantes espaços, 39% dos quais correspondem a casos de manutenção da forma de MQP que ocorre em V2, distribuem-se os TV da seguinte forma: 15% e 30% para o MQPc e o MQPs, respectivamente; 13% para o PRET (pretérito perfeito); 5% para o IMP (pretérito imperfeito). Veja-se o gráfico 1. Há, portanto, uma redução do emprego do MQP, por um lado, e, por outro, uma alteração na relação entre frequências das suas duas formas: na V3, nos espaços de texto homólogos de V2 que se mantêm na área semântico-temporal do MQP (180 casos), o peso do MQPs passa a ser superior ao do MQPc, numa relação de 66% (120) para 34% (60), respectivamente.

Gráfico 1: Comportamento dos MQP_V2 na passagem para V3



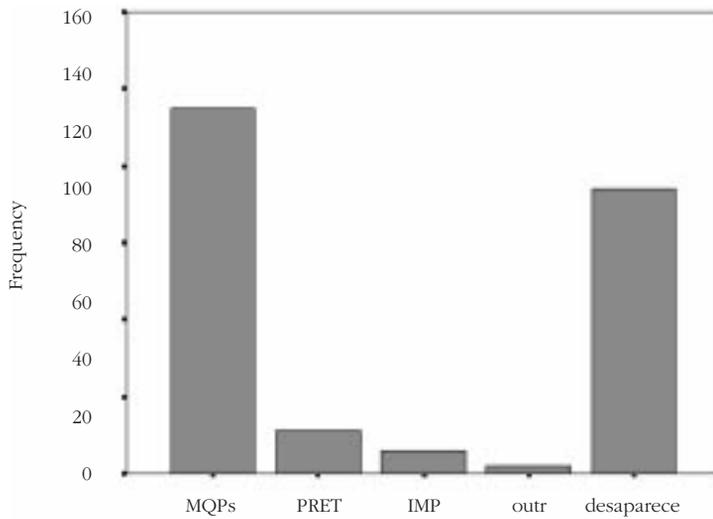
O percurso particular de cada uma das formas de MQP nesta passagem para V3 apresenta os seguintes valores. Das 209 ocorrências de MQPc no *corpus_V2*, 34% desaparece, 29% mantém-se; em 19% dos casos, o MQP é substituído pelo PRET, em 12% pela forma de MQPs e em 6% pelo IMP (gráfico 2).

Gráfico 2: MQPc na passagem para V3



Relativamente à forma de MQPs, são os seguintes os resultados da correcção textual de V2: 51% mantém-se; 39% desaparece; 6% sofre substituição pelo PRET e 3% pela forma de IMP. Estes valores apresentam-se no gráfico 3.

Gráfico 3: MQPs na passagem para V3



Se descontarmos os casos de desaparecimento, obtemos o conjunto das ocorrências válidas em V3: 252. Para este novo total (total das ocorrências de TV no *corpus_V3* nos espaços homólogos de V2), observe-se agora a incidência do processo de substituição e respectiva distribuição pelos dois TV. 62% dos espaços verbais que se mantêm em V3 não sofre alteração de TV. Nos casos em que há substituição de TV, verifica-se que o TV mais afectado é o MQPc: 80% das substituições de TV efectuadas entre versões incide efectivamente em MQPc, correspondendo este valor a 57% do total das ocorrências contabilizadas deste TV. No conjunto das ocorrências de MQPs, pelo contrário, as substituições apresentam uma incidência de apenas 17%.

Para os casos de substituição do MQPc (78-57%), os resultados em V3 resumem-se assim: 28% para o PRET, 18% para o MQPs e 9% para o IMP. O MQPs, que mantém, como vimos, 83% das suas ocorrências de V2, distribui os resultados das 19 substituições pelo PRET – 10% – e pelo IMP – 5%.

Resulta ainda deste conjunto de dados a seguinte constatação relativamente à relação entre as duas formas de MQP no processo de substituição: nenhuma das ocorrências de MQPc na V3 corresponde ao resultado de um processo de substituição (de MQPs); ou seja, todos os casos de MQPc correspondem à manutenção de homólogos da V2. Pelo contrário, já encontramos, ainda que numa frequência muito reduzida (apenas 25), casos de MQPs na V3 que correspondem a formas substituídas, ou seja, ocupando espaços que na V2 apresentam o MQPc.

Assim, o *corpus_V3* apresenta a seguinte distribuição de TV: MQPs – 48%, MQPc – 24%, PRET – 20%, IMP – 8%. 72% do espaço temporo-verbal que resta mantém-se, assim, na área do MQP.

3. Variável: MQP e contexto verbal (VB)

Um aspecto que procuraremos desenvolver numa outra fase do nosso estudo tem a ver com a relação entre, por um lado, o comportamento do MQP e respectiva distribuição do emprego das suas duas formas e, por outro, os diferentes tipos verbais. De momento, interessa-nos apenas observar as ocorrências de substituição de VB na passagem para V3, relacionando-as com substituições de TV. Refira-se, no entanto, brevemente, que a distribuição dos TV pelos diferentes verbos (ainda sem classificação tipológica) não oferece na maior parte dos casos, segundo nos foi dado observar, orientações seguras para uma possível sistematização de regularidades. Há, contudo, alguns números avulsos que chamam a atenção e que, a seu tempo, serão objecto de reflexão e tratamento adequado: observámos, assim, no *corpus_V2*, que alguns VB apresentam uma certa preferência por uma das formas do MQP – 16 das 17 ocorrências do verbo *ser*, por exemplo, surgem em contexto de MQPs; 12 das 18 ocorrências do VB *ver* são de MQPs; 8 das 10 ocorrências de *tomar* fazem-se, pelo contrário, em contexto de MQPc; 5 dos 6 casos de *entrar* ocorrem com MQPc; os 5 casos de *dar* também são exclusivos do MQPc; do lado oposto aparecem os 5 casos de *viver*, sempre em contexto de MQPs.

Distinguimos, assim, conjugados os comportamentos do TV e do VB na passagem de V2 para V3, as seguintes quatro situações possíveis: i) casos em que não se altera nem o tempo nem o verbo; ii) casos em que se altera o tempo, mas não se altera o verbo; iii) casos em que se altera quer o TV quer o VB; iv) casos em que não se altera o TV, mas se altera VB.

As alterações de VB resultam da revisão não só da dimensão factual que é contada, mas também da temporalidade que lhe está associada. Nos casos mais simples, a substituição de VB far-se-á por sinonímia, ou seja, o verbo de V2 é substituído em V3 por um VB semanticamente próximo (ex.: *dizer* / *exclamar*), não havendo, por isso, alterações na temporalidade processual interna. Pode ainda, noutras ocorrências, dar-se o caso de a alteração de VB modificar significativamente o que é contado, mas sem alterações da temporalidade.

Um outro tipo de substituição de VB, pelo contrário, associa à alteração do facto a alteração do tipo verbal em termos de temporalidade. Esta última situação está muito associada a substituições de TV que implicam uma reconfiguração temporal quer ao nível da informação externa de localização quer ao nível da estrutura interna temporal do PV. É o caso das substituições por IMP, quase sempre associadas a alteração de VB.

Veremos, num outro momento da nossa investigação, o tipo de alterações de VB em causa no *corpus*.

A consideração das duas variáveis no manuseamento do texto na passagem para V3 leva-nos a recolocar a questão das substituições de TV e a pôr como hipótese que algumas delas surjam na sequência de substituições ao nível do PV. Não podemos, no entanto, abandonar a hipótese – a primeira que colocámos – de que uma parte significativa das correcções de TV serão resultado de um trabalho minucioso e pontualmente dirigido, valendo por si.

Para os casos válidos em V3, os números são os seguintes. A situação mais frequente é, ainda assim, aquela em que se mantêm quer TV quer VB: são 56% (140) do total das ocorrências na sua passagem para V3 (56 casos com o MQPc e 84 com o MQPs). Com 22% de peso temos os casos de alteração do TV sem alteração do VB – aqui a distribuição pelas duas formas do MQP apresenta uma diferença acentuada: 47 são casos de substituição do MQPc e apenas 8 do MQPs. Para os casos de alteração simultânea do TV e do verbo, que representam cerca de 17% das 252 observações de casos em V3, a distribuição pelos dois TV é a seguinte: 31 são do MQPc e 11 do MQPs. Uma situação particular, por isso mesmo a menos frequente, é a que corresponde a processos de substituição que apenas incidem sobre o VB, mantendo-se o TV: afecta 6% das ocorrências de MQP na sua passagem para V3 (4% de MQPs e 2% de MQPc).

Para cada um dos TV, e relativamente ao total das suas ocorrências, os pesos relativos das diferentes situações organizam-se hierarquicamente da seguinte forma: MQPc: 41% mantém TV e VB, 34% substitui apenas TV, em 22% substitui-se TV e VB e em apenas 3% substitui-se só o VB; relativamente aos espaços de MQPs, 74% mantém TV e VB, 10% substitui TV e VB; 10% substitui apenas VB e 7% substitui apenas TV.

Relativamente aos TV de substituição, observámos que a quase totalidade das substituições pela forma de IMP (17 em 19) é acompanhada por uma alteração do VB. A maior parte dos casos corresponde a MQPc em V2. Já em relação às substituições pela forma de PRET, cerca de 64% não é acompanhada de alteração de VB. No conjunto das 25 substituições de MQPc por MQPs, apenas 6 registam igualmente uma alteração de contexto verbal.

4. Variável: contexto adverbial (ADV)

Esta variável diz respeito à incidência de ADV nos PV em que ocorre o MQP. Concretamente, pretendemos, por um lado, saber se há, na distribuição pelos dois MQP dos diferentes ADV e seus tipos, diferenças significativas e, por outro, se há recorrências a assinalar na passagem de V2 para V3.

Verificámos, antes de mais, que em V2 apenas 27% das ocorrências apresenta determinação adverbial (a representatividade desta situação para cada TV individualmente não se distancia muito deste valor: 23% para a forma composta, 31% para a forma simples). Os itens mais frequentes (numa distribuição que se apresenta muito variada e dispersa) são *um dia* (11 ocorrências), *então*, *sempre* e “oração temporal de *quando*, *desde que*, *enquanto*” (todos com 8 ocorrências) e, com 4 ocorrências (1%), *já*, *logo*, *no entanto* e *nunca*.

Da sua distribuição pelos dois MQP, destacamos os seguintes resultados mais significativos: o ADV *um dia* distribui-se de modo equilibrado por MQPc (6) e MQPs (5 casos); *então* ocorre 5 vezes (63%) com o MQPc e 3 vezes com o MQPs; o ADV *sempre* é um dos casos particulares a assinalar, na medida em que apenas ocorre com o MQPs; 6 dos 8 casos de ADV do tipo oracional (oração temporal) incidem também sobre a forma simples; o ADV *já*, pelo contrário, apenas ocorre com o MQPc; *no entanto* distribui as suas 4 ocorrências de modo equilibrado pelos dois MQP; *logo* e *nunca* manifestam na distribuição das suas ocorrências uma preferência pelo MQPs (3 para 1 ocorrência com MQPc, em cada caso).

4.1. ADV em V3

Na passagem para V3, a situação adverbial mantém-se em 88% dos casos. Contam-se aqui quer os casos em que se mantém o ADV, quer os casos em que se mantém a ausência de advérbio. Nas restantes situações, podemos ter uma das seguintes ocorrências: desaparecimento do ADV, inserção de ADV ou substituição do ADV de V2 por outro.

Para os casos (85) em que há, de facto, presença de ADV – em V2 e/ou em V3 – cerca de 64% corresponde a situações em que o ADV se mantém na passagem para a 3ª versão. Dos restantes 31 casos, 12 correspondem a inserção de ADV, 13 a casos de supressão e apenas 6 a substituições do ADV de V2 por outro ADV em V3.

Procurámos relacionar, na passagem de V2 para V3, o comportamento do ADV com as substituições de TV. Assim, para os casos validados, e considerando apenas aqueles em que há lugar à ocorrência de ADV, observamos que 72% dos casos em que se mantém ADV diz respeito a situações em que também se mantém TV e que, por outro lado, 71% dos casos em que se substitui, suprime ou insere ADV condiz com substituições de TV. Das alterações adverbiais que acompanham substituição simultânea de TV, 50% ocorre com a passagem de MQP a PRET, 32% de MQPc a MQPs e 14% a IMP. Para cada um destes tipos de substituição de TV, podemos ainda dizer que, genericamente, a substituição – supressão ou inserção – de ADV tem um peso aproximado de 60%, contra os cerca de 40% de casos em que apenas se substitui TV.

Retomando as relações ADV-TV que vimos em V2 para os ADV com presença mais significativa no *corpus*, confirmámos em V3 a exclusividade do MQPc na combinação com o advérbio *já* e, no pólo oposto, a ausência de *sempre* neste contexto temporoverbal. *Então*, por sua vez, que apresentava em V2, como vimos, uma preferência pelo

contexto de MQPc, ocorre em V3 duas vezes com MQPc e 6 em contexto de PRET. O ADV *nunca*, em V2 mais frequente com MQPs, ocorre em V3 três vezes com o MQPs, correspondendo a casos de manutenção simultânea de TV e de ADV.

5. Variável: enquadramento sintáctico-frásico

Procuraremos organizar, neste subcapítulo, os números que resumem as ocorrências do MQP nos diferentes enquadramentos frásicos e respectiva distribuição pelas formas simples e composta.

Começámos por contabilizar e tipificar as ocorrências de MQP em contexto de subordinação. Classificámos os casos de acordo com dois critérios operacionais: a posição na relação de regência interoracional e o tipo de estrutura subordinada. No caso de, para uma mesma ocorrência, se identificarem as duas posições, privilegiámos, para efeitos de contagem e classificação, o estatuto de subordinada.

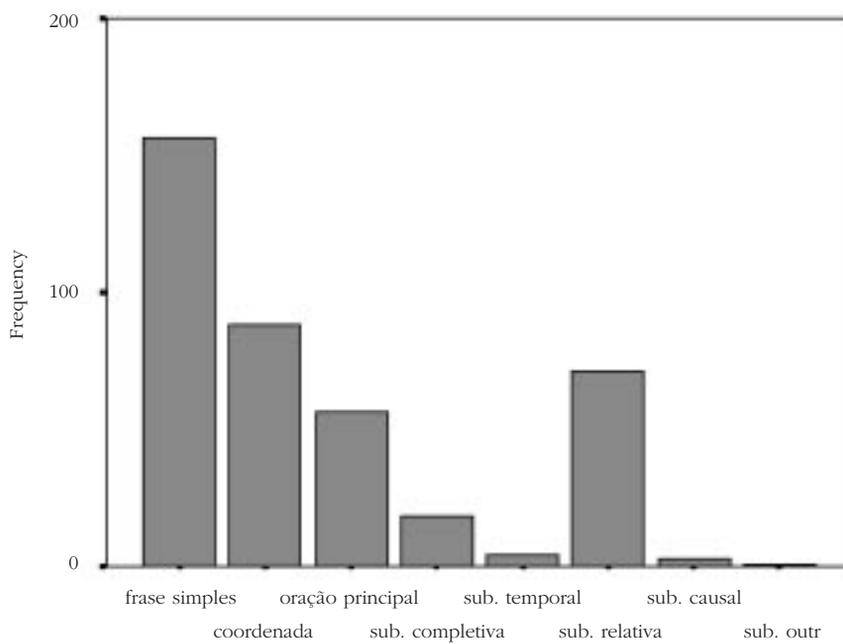
Por outro lado, considerámos um grande grupo de ocorrências em estruturas de não subordinação, onde se incluem os casos de frase simples e os casos de coordenação. Para estes últimos e, mais uma vez, para as situações em que a oração com MQP entra também numa relação de subordinação, privilegiámos esta última.

Encontrámos, assim, o MQP ora em frases simples ora em frases complexas. Em frases com estrutura de subordinação, o MQP tanto ocorre como núcleo da oração principal como em posição nuclear de oração subordinada.

No total das 397 ocorrências analisadas – e ao contrário do que seria de esperar, dado o comportamento sintáctico que é apontado como típico para o MQP –, cerca de 60% diz respeito a estruturas de não-subordinação, 40% das quais em frases simples.

Relativamente à actualização do MQP em frases complexas por subordinação, dos cerca de 40% de casos (153) da amostra, cerca de 14% (56 ocorrências) diz respeito à posição de regente. Os 97 casos de MQP em contexto de oração subordinada distribuem-se, nos seus valores mais significativos, pelos seguintes tipos: oração relativa: 18% (71 casos); oração completiva: 5% (18). É residual a participação deste TV noutros contextos de subordinada: em subordinadas temporais contam-se apenas 4 casos e em contexto de subordinada causal apenas 3. Hierarquizando as frequências de MQP nos diferentes enquadramentos em contexto de subordinação, obtemos, então, a seguinte ordenação: relativa, principal e completiva.

Gráfico 4: Enquadramento sintáctico de MQP em V2



Em contexto de oração principal, os MQP relacionam-se no nosso *corpus* com as seguintes orações subordinadas com formas finitas do verbo: 20 casos de oração relativa, 11 de subordinada temporal, 4 de completiva e 1 caso de oração do tipo causal.

Vejamos agora como se distribuem MQPc e MQPs pelos diferentes contextos frásicos.

A distribuição das duas formas de MQP pelos diferentes enquadramentos sintáctico-frásicos revela claramente a tendência para a selecção de MQPc em situação de frase simples e em contexto de oração principal – apresenta percentagens de aproximadamente 63% para cada caso.

Já em contexto de oração subordinada, é o MQPs que apresenta frequências mais elevadas. Considerando apenas os tipos de oração mais frequentes, é o MQPs que ocorre em 61% dos casos de MQP em oração completiva e em 72% dos contextos de relativa.

No contexto de coordenação, a distribuição pelos dois TV faz-se de modo muito equilibrado.

5.1. TV_V3 e enquadramento sintáctico-temporal

Os contextos frásicos mais significativos em V3 sofrem uma redistribuição em virtude da entrada dos novos TV: acontece com cerca de 30% dos casos de frase simples identificados no ponto anterior, 30% das ocorrências em coordenada, 45% dos espaços verbais em oração principal e 10% das situações de oração relativa. Para as ocorrências noutros contextos de posição subordinada, não temos registo de mudança para TV diferente de MQP.

Reorganiza-se também, em V3, a distribuição dos espaços de MQP pelas duas formas deste TV: 62% dos 70% de contextos de frase simples que se mantêm na área do MQP pertencem agora ao MQPs; em situação de núcleo de oração principal, os pesos relativos das duas formas tendem para o equilíbrio, com ligeira vantagem para a forma simples – 30% de MQPs e 25% de MQPc; em contexto de subordinada relativa, contabiliza-se, pelo contrário, um reforço do peso de MQPs – 37 dos 43 casos.

Se observarmos agora a distribuição das substituições de cada TV novo em V3, vemos que apenas 2 dos 50 casos de substituição de MQP pelo PRET ocorrem em contexto de oração subordinada, distribuindo-se os restantes casos pelos contextos de frase simples, oração coordenada e oração principal.

Também as substituições pelo IMP ocorrem na sua quase totalidade (16 em 19) em posição não subordinada. Os restantes 3 casos ocorrem em contexto de oração relativa.

Relativamente aos casos de substituição de uma forma de MQP por outra forma de MQP – de MQPc para MQPs –, pudemos observar que 72% ocorre também em posição não subordinada, 44% dos quais em contexto de frase simples. Refiram-se ainda os 20% (5 casos) em contexto de relativa.

6. Variável: combinações de MQP com outros TV nas relações de subordinação

Segue-se o resumo estatístico das relações temporo-verbais interoracionais em contexto de subordinação em que ocorre o MQP. Este TV estabelece relações intrafrásicas com os seguintes tempos finitos do indicativo: IMP (52 casos, 34%), PRET (34 – 22%), MQPs (20 – 13%), MQPc (12 ocorrências, 8%) e PR (2 casos).

Enquanto TV do PV da oração principal, em 30% (17) dos casos o MQP rege o IMP, seguindo-se o MQPs com 21% (12). O PRET apresenta uma percentagem de ocorrência em subordinada regida por MQP de apenas 7% e o MQPc de 4%, tal como a forma de PR.

No principal contexto de subordinada, o de subordinada relativa, o MQP aparece regido em 39% (28) dos casos pelo IMP, em 28% (20) pelo PRET, 8 vezes pelo MQPc e apenas 2 pelo MQPs.

Das 18 ocorrências do MQP em contexto de subordinada completiva, 8 dependem de um PV com PRET, 5 de um PV em IMP e 4 de outro MQP (2 MQPc e 2 MQPs).

Em contexto de subordinada temporal, o MQP aparece regido nos quatro casos pelo MQPs e no contexto de subordinada causal 2 vezes pelo IMP e 1 vez pelo PRET.

Vejamos agora que distribuição apresentam estas relações temporo-verbais intrafrásicas pelas duas formas – MQPs e MQPc.

Antes de mais, refira-se que, para o conjunto de dados de que dispomos, o MQPc nunca aparece simultaneamente nas duas posições de uma relação sintáctica de subordinação.

Em contexto de oração principal regendo IMP, a forma preferida é o MQPc (13 para 4 casos) e em contexto de MQPs na subordinada temos igual número de ocorrências (6) para cada TV. O PRET, que apenas conta 4 ocorrências neste esquema sintáctico-temporal, aparenta também uma preferência pelo contexto de MQPc (3 dos 4 casos).

Já vimos que em contexto de relativa é o MQPs que ocorre preferencialmente e que na oração regente aparece em primeiro lugar o IMP. 71% das combinações com este TV fazem-se de facto com o MQPs. Mas com o PRET, que apresenta um número inferior, mas significativo, de ocorrências (20 para as 28 de IMP), os pesos relativos de cada

MQP em posição de oração regida já estão mais próximos: 55% da forma simples contra 45% da forma composta.

Uma outra observação diz respeito ao conjunto das ocorrências (18) do MQP em oração completiva. As combinações com IMP e PRET (como TV da oração principal) distribuem-se de modo equilibrado pelas duas formas de MQP; mas, em contexto de outra forma de MQP, só ocorre o MQPs. Podemos relacionar o facto com um dos tipos de relação temporal mais habituais neste contexto: o PV da oração completiva é anterior ao PV da oração principal; e o MQPs colocar-se-á, por hipótese, preferencialmente na posição mais anterior na linha do tempo.

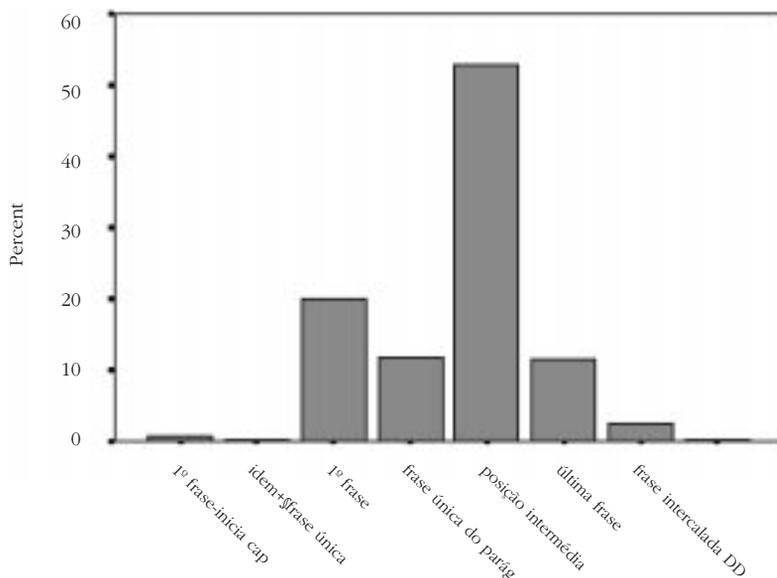
7. Variável: enquadramento textual

Com esta variável pretendemos dar conta da situação no texto da frase em que ocorre o MQP. Identificámos as seguintes situações: posição 1 no parágrafo, que pode coincidir com posição 1 em parágrafo inicial de capítulo; parágrafos de frase única, que podem também corresponder a início de capítulo; posição 2 ou intermédia no parágrafo; posição 3 ou de final de parágrafo; e posição intercalar em DD.

Enquadraremos, a seu tempo, esta variável do comportamento dos TV com os diferentes níveis de temporalidade que intervêm na organização do texto.

Há 4 ocorrências em posição inicial de capítulo, uma delas em parágrafo de frase única. Em posição 1 de parágrafo com duas ou mais frases registámos 79 ocorrências (20% do total). Há, por outro lado, 47 casos de ocorrência em parágrafo de frase única (12%) e 46 em final de parágrafo. A posição em meio de parágrafo é a mais frequente – 53% (210) das ocorrências do MQP em V2 apresenta esta situação textual. O MQP aparece ainda em frases intercaladas em DD: são 10 ocorrências.

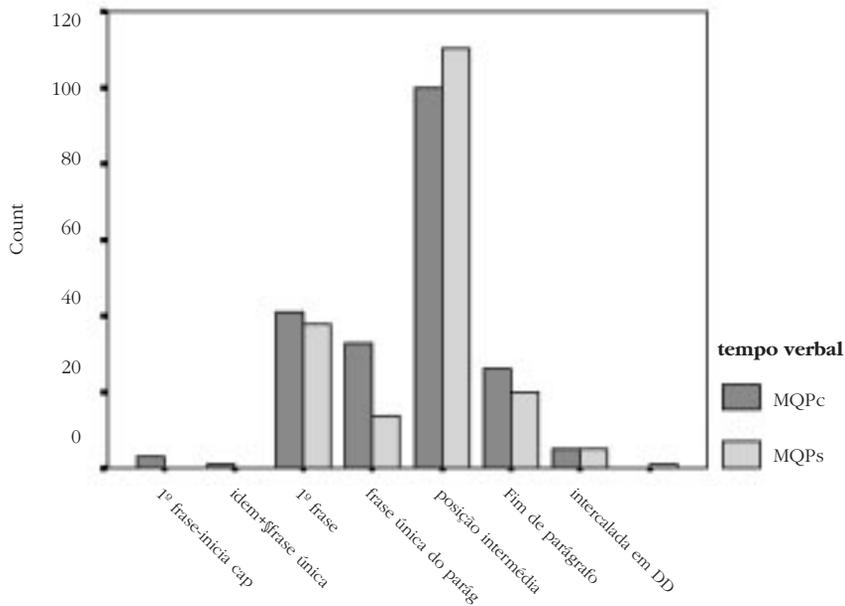
Gráfico 5: Enquadramento textual do MQP em V2



Cruzando esta variável com a variável TV, obtemos a distribuição das duas formas de MQP pelas diferentes posições. Os resultados são os que a seguir se apresentam (cf. visualização dos mesmos no gráfico 6).

As 4 únicas ocorrências em posição inicial de capítulo são da forma composta. Em posição de núcleo verbal de parágrafo de frase única é o MQPc que apresenta um maior número de ocorrências: a diferença é significativa – 70% para aquele TV e 30% para o MQPs. Em posição final de parágrafo, o MQPc é também a forma que ocorre mais vezes, mas com uma vantagem de apenas 14% relativamente à forma simples: 57% para 43%. Nas restantes 3 situações textuais, os dois TV apresentam distribuições bastante equilibradas: em posição inicial de parágrafo, a diferença é de apenas 4% (52% de MQPc e 48% de MQPs); a posição intermédia é a única que apresenta um número de MQPs superior ao de MQPc, mas com pesos muito aproximados: 52% para 48%. Finalmente, em situação de frase intercalada em DD, as 10 ocorrências correspondem a 5 MQPc e 5 MQPs.

Gráfico 6: Enquadramento textual comparado de MQPs e MQPc



7.1. Enquadramento textual e substituições de TV em V3

Em V3, as ocorrências válidas mantêm, em cerca de 81%, os enquadramentos textuais de V2. A distribuição das ocorrências pelas situações identificadas mantêm, por outro lado, a hierarquia de frequências de V2, com pesos relativos muito semelhantes.

Relativamente à incidência das substituições de TV nas diferentes situações textuais, sabemos que 41% ocorre em meio de parágrafo, 24% em ocorrências de MQP

em frase inicial de parágrafo, 20% em parágrafo de frase única e 10% em posição final de parágrafo.

Para cada tipo de enquadramento, comparámos ainda o número (e tipo) de substituições de TV com o número de casos em que a forma de MQP se mantém inalterada. Verificámos, por exemplo, que 54% das ocorrências em frase única de parágrafo sofre alteração de TV e que 63% destes casos se faz por substituição por PRET. Se somarmos a estes os casos de substituição por IMP, obtemos a percentagem de casos em que o MQP original é substituído por um TV finito diferente de MQP – 74%. Este tipo de enquadramento textual é o único que apresenta uma percentagem de TV substituídos superior ao número de TV não substituídos. Há, assim, neste tipo de enquadramento textual, uma correcção temporo-verbal acentuada.

Em posição intermédia de parágrafo, onde a percentagem de TV substituídos é, ainda assim, apenas de 31%, também observámos que 70% destes casos resulta na inserção de um TV distinto de MQP – PRET e IMP, aqui com uma distribuição muito equilibrada: 37% para 33%, respectivamente.

Nas posições inicial e final de parágrafo, cerca de 70% das substituições, que têm nestes contextos um peso aproximado de 40%, distribuem-se por PRET e IMP (60% e 10%, respectivamente).

Observámos, ainda, para cada tipo de substituição temporo-verbal a respectiva distribuição pelos diferentes enquadramentos textuais. Verificámos que o IMP manifesta nítida preferência (13 em 19 ocorrências) pela situação de meio de parágrafo. É o desequilíbrio mais significativo. As substituições de MQPc por MQPs são também em maior número nessa posição, mas com uma vantagem não tão clara (40%) relativamente às outras situações textuais em que ocorre – 28%, por exemplo, é a percentagem de substituições por MQPs em frase inicial de parágrafo; em parágrafo de frase única, temos apenas 16%. As inserções de PRET, por sua vez, distribuem cerca de 80% das suas ocorrências de modo mais ou menos equilibrado pelas posições de meio de parágrafo (30%), início de parágrafo (28%) e parágrafo de frase única (24%).

8. Variável: tipo de discurso

Considerando a relação estreita entre o tipo de discurso e a disponibilidade e produtividade (níveis de frequência e amplitude semântica) dos TV, incluímos na nossa descrição a variável “tipo de discurso”. Considerámos, para tal, 4 tipos: discurso citado directo (DD), discurso citado indirecto (DI), discurso citado indirecto livre (DIL), discurso do narrador (DN) e um discurso híbrido, que se situa entre DN e DIL (DNL).

Enquanto forma activa, o MQP ocorre apenas uma vez no DD, e na forma composta³.

Em DI, há 12 ocorrências do MQP (4 do MQPc e 8 do MQPs). Nas estruturas que podemos identificar como sendo “claramente” DIL, o MQP ocorre 82 vezes (28 MQPc e 54 MQPs). No DN, ocorre cerca de 210 vezes (144 do MQPc e 66 do MQPs). Os restantes 91 casos foram enquadrados no tipo DNL (32 MQPc e 59 MQPs).

Comparando os pesos relativos de MQPc e MQPs nos diferentes tipos de discurso em que podemos encontrar as duas formas, concluímos que o DN é o único em que o MQPc apresenta uma frequência superior ao MQPs (69% para 31%). Nos restantes

³ Há uma ocorrência do MQPs, mas numa das suas cristalizações: *Pudera*.

discursos, a relação inverte-se, com o MQPs a garantir uma parcela de espaços na ordem dos 66%. Coloca-se a hipótese, que aqui deixamos, de que poderá haver uma certa tendência para o aumento da frequência de MQPs estar associado à marcação da presença de voz de personagem. O exemplo da distribuição das duas formas de MQP pelas 10 ocorrências em posição intercalar de DD poderá constituir um dado para reflexão: as 5 de MQPc são claramente DN, mas das 5 de MQPs 3 são DN e 2 DNL.

8.1. Substituições de TV e tipo de discurso em V3

Apenas 6 dos 50 casos de ocorrência de MQP em DIL sofrem alteração de TV, metade mantendo-se em MQP. Não há, por outro lado, registo de substituições por PRET neste contexto discursivo. Mantém-se a vantagem de MQPs (66%).

Em DN e DNL são substituídos 46% e 43% dos MQP, respectivamente.

9. Conclusões

Do conjunto das informações obtidas no tratamento estatístico das ocorrências de MQP na V2 d' OCPA e do seu comportamento no processo de correcção textual que deu origem à V3, destacamos as seguintes conclusões:

1.º O MQPc é, no total das ocorrências de MQP em V2, a forma que apresenta maior frequência, tendendo, no entanto, a distribuição das duas formas para o equilíbrio.

2.º Na passagem para V3, observa-se uma redução do emprego do MQP, com 72 das suas ocorrências a serem substituídas por outros TV.

3.º A maior parte das substituições incide sobre a forma composta do MQP.

4.º Verifica-se, por outro lado, uma alteração dos pesos relativos das duas formas de MQP nos espaços verbais analisados: o MQPs passa a apresentar, em V3, um maior número de ocorrências, acentuando-se, ainda, a diferença entre as duas formas.

5.º Na passagem para V3 ocorrem algumas substituições de MQPc por MQPs.

6.º Não se observa, pelo contrário, o percurso temporo-verbal de substituição inverso, não havendo, por isso, nos espaços considerados, introdução de novos MQP em V3.

7.º Há, assim, 2 tipos de substituição de TV: o primeiro diz respeito à substituição de MQP por um TV também da esfera do passado, mas com uma configuração temporal distinta: PRET e IMP; o segundo inclui os casos em que o PV se mantém na esfera temporo-verbal do “passado do passado”, ou seja, os casos em que uma forma de MQP é substituída por outra forma de MQP (o que equivale, no nosso *corpus*, à substituição de MQPc por MQPs).

8.º As substituições por um TV diferente de MQP resultam essencialmente na inserção da forma de PRET.

9.º Na sua relação com as alterações ao nível de VB, observámos que as substituições de MQPs ocorrem menos vezes de forma isolada.

10.º Quanto à relação entre as alterações de VB e o TV resultante da substituição, verificámos que o IMP é o tempo que co-ocorre mais vezes com alteração de VB (89% dos casos). Em situação semelhante, temos 36% dos casos de PRET e 24% dos casos de MQPs.

11.º A distribuição das duas formas de MQP pelos contextos adverbiais identificados no *corpus* revela condições preferenciais de emprego distintas. Destacamos a combinação exclusiva de *já* com MQPc e a de *sempre* com MQPs.

12.º Em V2, o MQP ocorre preferencialmente em estruturas sintáctico-frásicas de não-subordinação.

13.º Quanto à distribuição de MQPc e MQPs pelos diferentes enquadramentos frásicos, observámos a preferência pela forma simples em contexto de oração subordinada, destacando-se os casos de oração relativa.

14.º As substituições de TV vão incidir preferencialmente nos contextos de posição não subordinada. Isto leva-nos a colocar a seguinte hipótese de leitura para as substituições: estarão essencialmente em causa, não correcções de temporalidade intrafrásica, mas sim correcções que vão no sentido de ajustes nas configurações temporais interfrásicas ou textuais (de macro-temporalidade). É um assunto para desenvolvermos num outro momento da investigação.

15.º Sabemos também que o MQPc nunca ocorre simultaneamente nas duas posições sintácticas de uma relação de subordinação.

BIBLIOGRAFIA

- BOLÉO, Manuel de Paiva (1929), “Génesis do Conceito de «Tempo Passado» e sua Expressão nas Línguas Românicas *in Biblos*, vol. V, pp. 315-340.
- BOLÉO, Manuel de Paiva (1934-1935), “Tempos e Modos em Português. Contribuição para o Estudo da Sintaxe e da Estilística do Verbo”, *in Boletim de Filologia*, tomo III, pp. 15-36.
- CARPINTEIRO, Maria da Graça (1961), “Aspectos do Mais-que-Perfeito do Indicativo em Português Moderno”, *in Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica (Lisboa, 31 de Março - 4 de Abril de 1959)*, Lisboa, pp. 199-208.
- DUARTE, Isabel Margarida R. O. (2003), *O Relato de Discurso na Ficção Narrativa. Contributos para a Análise da Construção Polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*, FCG/FCT.
- FONSECA, Fernanda Irene (1992), *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- LOUREIRO, Ana Paula (1997), *Os «Tempos Simples do Indicativo» nos Discursos Directo e Indirecto Livre n’O Primo Bazilio de Eça de Queirós*, Dissertação de Mestrado, Coimbra.
- LOUREIRO, Ana Paula (2002), "O Processo de 'Substituição' na Actualização Discursiva das Formas do Sistema Verbal. Enquadramento Teórico-Gramatical e Análise de Casos Práticos (as "Correcções" na Última Versão de *O Crime do Padre Amaro*)", *in Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIV, pp. 313-341.
- QUEIRÓS, Eça de (2000), *O Crime do Padre Amaro (2ª e 3ª versões)*, Edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROSA, Alberto Machado da, s/d (1964?), *Eça, Discípulo de Machado? (Formação de Eça de Queirós: 1875-1880)*, Ed. rev. e actualizada, Lisboa, Editorial Presença, [1ª ed.: 1963].
- SILVA, Paulo Nunes da (1998), *Os “Tempos Compostos” do Sistema Verbal Português*, Universidade Aberta.
- VILELA, Mário (1995), *Gramática da língua portuguesa*, Coimbra, Livraria Almedina.

Angela Bartens
Niclas Sandström

Universidade de Helsínquia; angela.bartens@helsinki.fi, niclas.sandstrom@helsinki.fi

Novas notas sobre a construção com *ser* focalizador*

1. Introdução

O propósito deste contributo é chamar novamente a atenção a uma construção ibero-românica, denominada «estrutura com verbo *ser* focalizador» (Sedano 1988; 1994), «construção com *ser* enfático» (Kany 1969; Lipski 1994:351; Curnow & Travis 2003), «perífrases copulativas» (Moreno Cabrera, 1999), «*ser* intensivo», «uso pleonástico de *ser*» (Lipski 1994:215, 252, 300) ou «semi-pseudoclivadas» (Melo e Abreu 2001). A multiplicidade da terminologia revela que não se tem notado que se trata duma só construção. Um dos objetivos da nossa contribuição é uniformizar a terminologia utilizada com respeito à construção que pretendemos fazer postulando um bloco pragma-sintático que achamos uma ferramenta útil para a descrição desta construção.

Contrariamente ao que afirma Melo e Abreu (2001:102), a construção não é de modo nenhum exclusiva ao português entre as línguas românicas mas ocorre também no espanhol, aliás sobretudo no espanhol da antiga Gran-Colômbia (Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá actuais).

Neste trabalho, queremos em primeira instância comparar as construções portuguesa e espanhola. O nosso corpus de exemplos espanhóis é constituído por exemplos recolhidos de falantes do espanhol colombiano, do corpus CREA da Real Academia Española e mais uns exemplos da literatura sobre o fenómeno, no total 60 casos. Como Melo e Abreu (2001), a única descrição da construção na língua portuguesa que saibamos, trata exclusivamente do português europeu, outra meta é constituída pela intenção de abordar as particularidades da construção no português brasileiro. Por isso, fizemos um inquérito com uns estudantes e professores da Universidade de São Paulo, com exemplos inspirados em Melo e Abreu (2001) mas lexicalmente adaptados ao português brasileiro. Os julgamentos de gramaticalidade dos nossos informantes brasileiros serviram-nos de base para a constituição do nosso corpus português, de 27 entradas no total.

* Agradecemos a Liisa Melo e Abreu a revisão lingüística do texto. Também queremos expressar a nossa gratidão aos nossos informantes brasileiros principais, Marcello Modesto, Franciso da Silva Xavier, Thiago Humberto do Nascimento e Débora Taima.

2. Primeira abordagem descritiva da construção estudada

Eis uns exemplos da construção que estamos analisando:

- (1) Pedro ligou foi para a Paula. (frase aceite pelos informantes brasileiros)
- (2) Elloh por lo general cuando yo estoy hablan es creole. (falante colombiana originária de Valledupar)
- (3) Yo quería era dulces. (falante colombiana originária do Valle del Cauca)
- (4) Ahora lo cantan es a las doce de la noche. (falante venezolano, CREA)

Ao contrário do que esperávamos a partir da literatura sobre a construção, ocorre, pelo menos marginalmente, incluso no espanhol peninsular:

- (5) ... y no quiero es tirarme diez años. (CREA)

Com respeito ao uso no espanhol venezuelano, Kany (1969:303) cita Rosenblat que afirmava que na Venezuela, a construção era típica da fala da região andina. Contudo, os trabalhos posteriores de Sedano mostram que também é comum na língua da capital Caracas. É provável que se trate da expansão geográfica da construção.

Também parece haver expansão nos contextos que admitem essa construção. Diz Sedano (1994:512) que actualmente não é possível com o verbo «comodim» espanhol *hacer* ainda que admita a possibilidade de uma gramaticalização futura. Contudo, no corpus CREA, encontramos vários exemplos da construção com *hacer*:

- (6) Ahora ya las misas de aguinaldo las hacen es a las ocho de la noche, temprano... (CREA, Venezuela)
- (7) ... por lo menos aquí hacen es un edificio... (CREA, Venezuela)

No português, porém, não é possível utilizar a construção depois de *fazer*:

- (8) * Ele fez foi deixar de fumar. (Melo e Abreu 2001:116; a agramaticalidade foi confirmada pelos nossos informantes brasileiros).

Há outras divergências no uso da construção em português e em espanhol: o português admite mais tempos verbais na oração matriz, incluindo o futuro, o pretérito perfeito composto e o mais-que-perfeito. As duas primeiras construções não parecem possíveis em espanhol e a última é marginal. No caso do pretérito perfeito composto na oração matriz é em parte devido ao facto de que quase não está usado no espanhol da região da qual provém a maior parte dos exemplos:

- (9) Eles vão chegar é amanhã. (construção aceite pelos informantes brasileiros)
- (10) O João tinha comido/comera foi dobrada. (Melo e Abreu 2001:107)
- (11) La novia de Julio González Cabello, María de los Angeles, había sido es una fortachona de aquellas ra'e. (CREA, Paraguay)

As descrições da construção tanto no português como no espanhol concordam em que existe uma concordância entre os tempos do verbo da oração matriz e da representação do *ser*:

Quadro 1

Verbo oração matriz	ser
Presente, futuro, pretérito perfeito composto	é/ es
Imperfeito	era
Pretérito perfeito, mais-que-perfeito	foi/ fue

Contudo, encontrámos exemplos tanto no espanhol como no português em que a concordância temporal não se respeita. Segundo os nossos informantes brasileiros, a frase (13) é tão aceitável como a (14):

- (12) Después nos fuimos es a Escocia. (CREA, Venezuela)
- (13) Ele foi é para os lados de Ilhéus.
- (14) Ele foi foi para os lados de Ilhéus.

Outra particularidade da construção portuguesa é que o *ser* focalizador se insere entre auxiliar e participio/verbo, o que não parece ser possível em espanhol e o que poderia parcialmente explicar o menor número de tempos verbais possíveis na oração matriz:

- (15) Vamos é falar com o gerente. (construção aceite pelos nossos informantes brasileiros)
- (16) Manuel anda é apaixonado por ela. (construção aceite pelos nossos informantes brasileiros)

Por outro lado, o que só se dá no espanhol é que o *ser* focalizador sim pode concordar em número com um sujeito plural:

- (17) Él tiene son diez pesos. (Espino, p. 206, citado por Kany 1969:303)
- (18) Es que no me llaman la atención, porque siempre hablan son puras cosas... (CREA, Venezuela)
- (19) Sí, tenemos son seis meses. (CREA, Venezuela)

algo que não é possível em português:

- (20) * Eu não gosto são de bifés. (construção julgada agramatical pelos nossos informantes brasileiros)

Na literatura que trata da construção, não encontrámos menção nenhuma acerca da possibilidade de concordância. Qual é anterior à outra? A construção sem ou com concordância?

O exemplo espanhol mais antigo da construção principalmente estudada, quer dizer, sem concordância de número, que encontrámos dataria do ano 1402:

- (21) pero quanto
pertenesçe a la yntinçion
asaz tenemos es a saber
que por engaño de los perjurados

de noche cerca de
la çibdad aversa llamado¹

Este dado é muito importante já que Sedano (1994:495) afirma que as primeiras atestações da pseudoclivada espanhola que encontrou datam do século XVI mas que não há atestações tão antigas da construção com *ser* focalizador.

Com respeito à área da difusão principal no espanhol americano, Lipski (1994:215) postula que a construção é originária da Colômbia e que se tem espalhado nos países limitrofes no decorrer do século XX, pelo menos em parte em função da emigração colombiana. É certo que a construção faz parte da linguagem oral. Sedano (1988:122) encontrou que é mais frequente na fala de homens de classe média e baixa e de mulheres jovens no espanhol de Caracas. No entanto, este tipo de considerações sociolinguísticas está fora do âmbito do nosso estudo.

As diferenças principais entre o português europeu e brasileiro são, segundo os dados que recolhemos dos nossos informantes brasileiros, as seguintes: as construções com *mas é*, seja no mesmo slot do focalizador antes do foco, seja no fim da oração,² eram inaceitáveis segundo os nosso informantes:

- (22) *Anda mas é comigo.
- (23) *Existe mas é o tempo.
- (24) *Manuel anda apaixonado por ela mas é.
- (25) *Tratou de ligar mas é.

Melo e Abreu afirma que a construção com *ser* focalizador é aceitável nas orações imperativas, que é mais ou menos aceitável em coordenadas e subordinadas e marginal nas interrogativas no português europeu (2001:120-127). Os nossos informantes brasileiros não aceitaram frases imperativas com *ser* focalizador do tipo:

- (26) *Não cuspas é no chão!

Somente o exemplo

- (27) ?Tire é a velhota de aí de dentro.

pareceu-lhes marginalmente aceitável. Dificilmente consideraram exemplos como

- (28) ?Ele veio foi ontem.

como marginalmente aceitáveis. Quanto às coordenadas e subordinadas, foram aceites os exemplos (28) – (30) e rejeitados os exemplos (31) e (32):

- (29) Eu escolhi foi carne e Pedro escolheu foi peixe.
- (30) Parece que eles chegaram foi de Alemanha.
- (31) Julguei que ele vinha era amanhã.
- (32) *Aninhas ficou maldisposta porque comeu foi muitos doces.
- (33) *Se faltares é nem que seja uma vez, dou cabo de ti.

¹ López de Ayala, Pero Caída príncipes. Espanha. Publicação: Eric Naylor, Hispanic Seminary of Medieval Studies (Madison), 1995, encontrado no CORDE da Real Academia Española.

² Notemos que na posição pós-frásica concordância do tempo não se aplica ao focalizador *mas é* no português europeu (Melo e Abreu 2001:112).

Nas exclamativas, no português europeu somente é possível a variante com *mas é* (Melo e Abreu 2001:123-124). Por aparentemente não existir no português brasileiro, também não era aceitável a focalização com **ser** segundo os nossos informantes:

(34) *Tão lindo mas é!

3. Sintaxe da construção

Como foi dito antes, o nosso corpus de exemplos espanhóis consta de 60 ocorrências, o português de 27 exemplos.³ Examinámos tanto as formas verbais que ocorrem na oração matriz como o tipo de frase que constitui o foco à direita do **ser** focalizador e a função gramatical que assume.⁴

Que saibamos, não se tem prestado muita atenção à estrutura argumental dos verbos da oração matriz. Observemos simplesmente o seguinte: certos verbos ocorrem muito frequentemente na oração matriz. Os verbos mais frequentes tanto no português como no espanhol são *querer*, *ter/tener* e *ir* (cf. Apêndice, tabelas 1 e 2). O que os três verbos têm em comum é que requerem um argumento exterior (adjacente no caso de *ir*), quer dizer, que têm dois lugares. Outros verbos que introduzem a construção nas duas línguas são *chegar/llegar*, *ser*, *ver*, *vir/venir*. Ainda que incluso verbos com um lugar podem introduzir a construção com **ser** focalizador, por exemplo *chover* em português, os dados do nosso corpus apoiam a hipótese de que a construção é mais frequente com verbos da oração matriz que têm mais de dois lugares.

Podemos observar que o **ser** focalizador se situa na posição imediatamente à direita do verbo conjugado que muitas vezes funciona como auxiliar da oração matriz. À direita do **ser** focalizador, encontramos seis tipos diferentes de constituintes (FS, FA, FAdv, FN, FP, CVD).⁵ Obtemos o esquema sintáctico seguinte:

[O [(FN) [(N)]] [FV [V₁]]₁ [FV [V₂] [Y]]₂],

que também se poderia escrever:

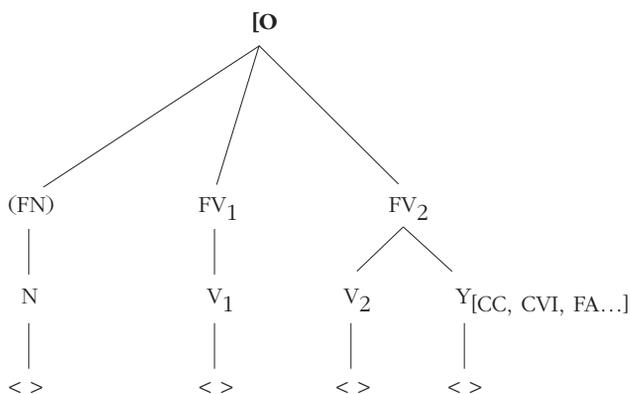
[O [(FN) [(N)]] [FV [V]] [FCR FV [V] [FOC Y]]],

onde FCR significa FOCALIZADOR y FOC significa FOCO. A estrutura abstracta do nosso enfoque pode-se analisar, no entanto, também da maneira seguinte:

³ Não contamos os exemplos não aceites pelos informantes brasileiros nem os considerados marginais e nem sequer a totalidade dos exemplos aceites (o inquérito consistia em 97 perguntas) mas tentámos estabelecer um corpus de exemplos variados.

⁴ Para a discussão da noção 'foco', ver 4. abaixo.

⁵ FS = frase subordinada, FA = frase adjetiva, FAdv = frase adverbial, FN = frase nominal, FP = frase preposicional, CVI = construção verbal com infinitivo.

Figura 1: Estrutura formalizada das orações com *ser* focalizador.

Os slots vazios da figura 1 enchem-se com as formas lexicais correspondentes. O constituinte Y do foco pode hospedar qualquer dos seis elementos já mencionados. As funções assumidas pelos constituintes no nosso corpus apresentam-se no Apêndice, tabelas 3 y 4.

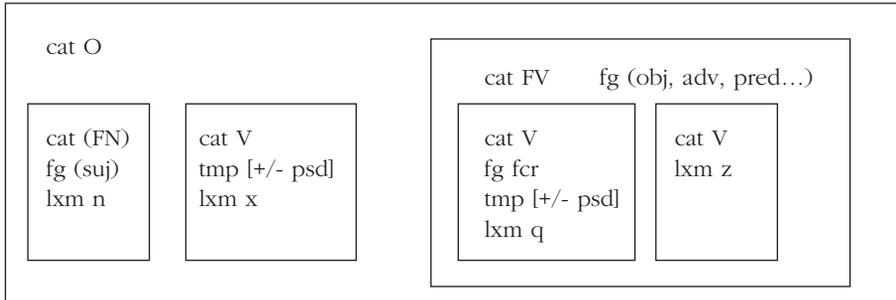
A análise do segmento que segue o *ser* focalizador, quer dizer, o foco, revelou que no espanhol, os casos mais frequentes são as FPs em função adverbial (17 casos) e as FNs em função de complemento de objecto directo (13 casos). Sedano (1994:500) afirma que a construção estudada não favorece a ocorrência de FNs à direita do *ser* focalizador; nesse aspecto, os nossos dados não confirmam a sua hipótese. Em português, os segmentos à direita do *ser* focalizador são novamente FPs em função adverbial (5 casos) e, ao contrário do espanhol, FAdv em função adverbial (6 casos; cf. tabelas 3 e 4).

Por conseguinte, a função mais frequente que as duas línguas têm em comum é a adverbial (ou seja, de adjacente circunstancial), o que não resulta estranho: os adjacentes muitas vezes têm uma função atributiva ligada ao verbo e além disso, os adverbiais constituem uma «categoria cesto».

A gramática de construções serve-nos de metodologia para clarificar mais a estrutura abstracta (cf., p.ex., Leino, 2003). Seguidamente vê-se nitidamente como as estruturas com *ser* focalizador se podem analisar segundo a nossa hipótese:⁶

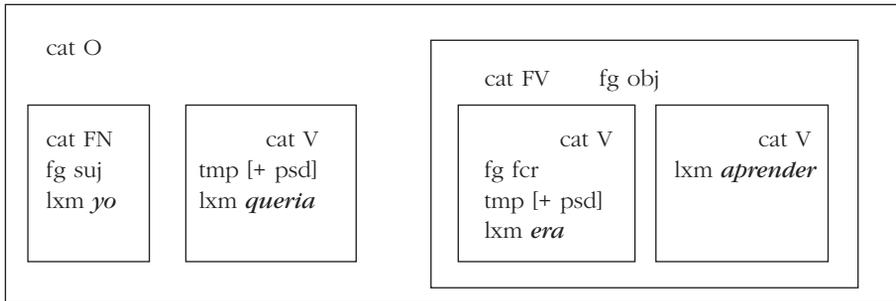
⁶ Cat = categoria, O = oração, FN = frase nominal, V = verbo, FV = frase verbal, fg = função gramatical, fcr = focalizador, lxm = lexema, tmp = tempo, psd = passado. As letras *n*, *x*, *q* e *Y* significam que admitem vários constituintes.

Figura 2: A construção *yo quería era aprender*



Na figura 2 analisámos, para sublinhar o papel da categoria FV como hiperónimo das categorias cat V e cat Y que já tínhamos visto na figura 1. Um exemplo representativo seria *yo quería era aprender* (cf. abaixo):

Figura 3: A construção *yo quería era aprender*



4. Análise

Há vários pontos em que não estamos de acordo com as análises anteriores. Quanto à definição do segmento à direita do *ser* focalizador, muitas vezes se distingue entre «informação nova» e «contraste» (p. ex. Curnow & Travis 2003:7-8; Moreno Cabrera 1999:4299 ainda divide o contraste em «contexto enfático» e «contexto rectificativo», chamando a informação nova de «contexto decisório»), achamos que as duas funções se podem resumir sob a designação «foco».⁷

O facto que o verbo focalizador se conjuga no tempo chamou a nossa atenção para a terminologia. Consideremos o exemplo seguinte:

(35) Lo hicieron fue puro rezado. (CREA, Venezuela)

É obvio que se trata da 3ª pessoa do singular do perfeito simples do verbo *ser*. Então parece inadmissível argumentar que se trate duma partícula como fazem Curnow

⁷ Sedano (1994:496-497) só fala de contraste, o que não corresponde à realidade.

e Travis (2003:4). Como já vimos há, além disso, exemplos em que o verbo focalizador faz concordância de número (exemplos 17-19 acima).⁸

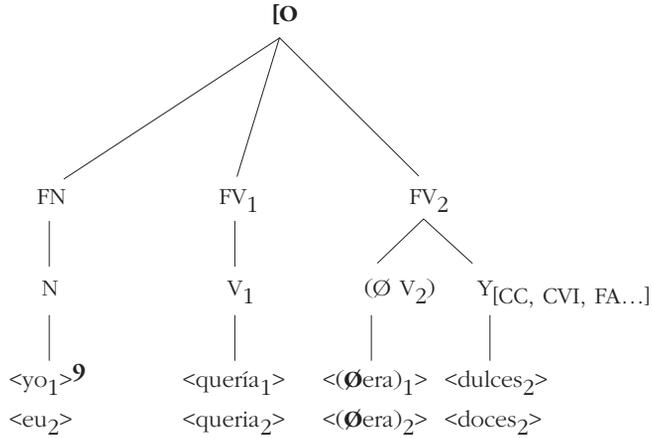
Curnow e Travis (2003:3) também comentam o fenómeno de «clitic climbing» e mantêm que o facto de que um argumento pronominal dum verbo no infinitivo possa subir a ocupar um sítio antes do verbo auxiliar mas que não possa descer à subordinada seria mais um exemplo a favor da interpretação do focalizador como partícula porque, segundo eles, a sequência com *ser* focalizador consiste numa só frase. Kayne (2000:51) apresenta o fenómeno de «clitic climbing» duma maneira mais explícita. Diz que os verbos que atraem complementos infinitivos associados a um tempo independente não aceitam este fenómeno sintáctico. Também nota que, por exemplo, o verbo ‘querer’ não admite o «clitic climbing» em italiano. A situação parece-nos semelhante no português e no espanhol.

Além disso, não está claro em que medida este facto afecte a interpretação do focalizador. Ainda que *es* se encontre em posição anterior ao infinitivo no exemplo de Curnow e Travis (2003:3), não parece lícito interpretá-lo como representante doutro grupo que FV.

Para investigar o fenómeno pragma-sintáctico em questão, precisamos de estender o conceito da FV, como vimos na figura 1. A nossa hipótese que reconhecemos que é bastante ousada é que no nível sintáctico, a estrutura com *ser* focalizador deve dividir-se em duas partes: a primeira é constituída pelo *ser* focalizador e a segunda pelo foco. Ao examinarmos a estrutura *ser* + foco vemos que a elipse do focalizador deixa a oração *yo quería Ø dulces* perfeitamente aceitável (figura 4). Contudo, argumentamos que o focalizador não é o «head» da FV₂ no sentido preciso mas um elemento pragma-sintáctico que analisámos primeiro a partir da pragmática e logo a partir da sintaxe para captar melhor o seu funcionamento. Por esta razão, chamamos o nosso enfoque pragma-sintáctico: permite-nos captar as matizes pragmáticas e não só a estrutura formal.

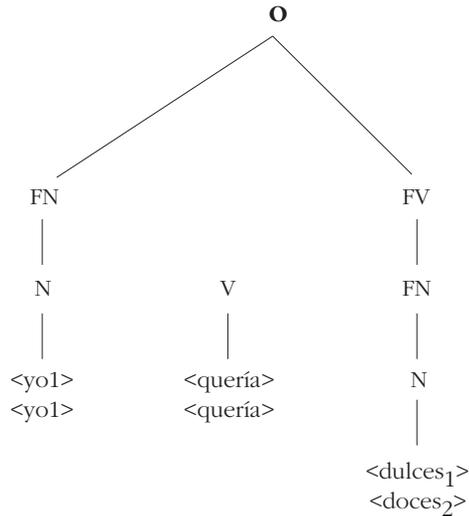
⁸ Uma observação de menor importância é que Curnow & Travis (2003:28) separam em dois exemplos o verbo da oração matriz por vírgula do *ser* focalizador. Não parece uma opção justificada tendo em conta a natureza da construção, quer dizer, que não há uma pausa na cadeia falada entre as duas formas verbais.

Figura 4: A construção yo quería Ø dulces



Com efeito, a oração que vemos acima representa a forma não marcada da oração portuguesa e, também, espanhola. Poderia reanalisar-se da maneira seguinte:

Figura 5: A estrutura da oração não marcada portuguesa e espanhola



A oração na figura 5 contém um sujeito (filha de O), um verbo conjugado e o seu complemento obrigatório que, por ser filha da FV, é um complemento de objecto directo.

⁹ O pronome pessoal não é obrigatório em todas as variantes do português e do espanhol.

Omitimos o constituinte V_2 porque não contém um bloco focalizado com o seu focalizador. Nesta formalização pode-se ver claramente o nosso propósito: a unidade FV_2 consiste num sub-constituinte V_2 e um constituinte Y (qualquer dos constituintes já mencionados) que não tem muito em comum com a estrutura pragmaticamente não marcada. De certa forma poderíamos dizer que o *ser* focalizador é um catalizador ou mediador pragmático: transforma uma oração pragmaticamente não marcada em outra, marcada.

Conforme os nossos dados, grande parte das estruturas focalizadas são introduzidas por uma preposição em português. Como observa Melo e Abreu (2001:110), não há restrições quanto à selecção da preposição. Por um lado, isso explica o grande número de FP focalizadas. É preciso, porém, lembrar que o nosso universo de exemplos portugueses corresponde a uns 50% dos nossos dados espanhóis. Em espanhol, as FP também são o grupo de constituintes mais frequente, seguidas tanto pelas FN em função de complemento de objecto directo como pelos CVI que formam complementos oracionais com função de complemento de objecto directo.

A combinação dum verbo com \emptyset lugares e *ser* focalizador poderia talvez analisar-se como uma tendência a focalizar um predicado que tipicamente não tem adjacentes ou só tem um (por exemplo *chover* + adverbio).

Também encontramos um caso com o verbo da oração matriz no mais-que-perfeito (cf. exemplo 11). Seria pensável que o focalizador trouxesse o foco remoto e distanciado mais perto do ouvinte?

Não comentámos a possível derivação das construções com *ser* focalizador a partir de outros tipos de frase. Inicialmente, encontramos na literatura a afirmação de que se trata de uma pseudoclivada com apagamento do primeiro elemento clivador (Kany 1969:303; Moreno Cabrera 1999:4283).¹⁰ Análises mais recentes demonstram, porém, que as construções com *ser* focalizador são permutáveis com frases pragmaticamente não marcadas (mas as pseudoclivadas não o são). Nalgumas ocasiões é possível transformar a construção com *ser* focalizador numa pseudoclivada e *vice versa* mas não em todas. Com respeito ao elemento em foco, as duas construções estão em distribuição complementar (Sedano 1994; Curnow & Travis 2003).

Quanto à questão do apagamento hipotético do primeiro elemento clivador, achamos perigoso especular que uma construção pragmática oral considerar-se-ia uma forma elíptica, reduzida da construção escrita e completa. Isso obrigar-nos-ia a postular estratégias de codificação cognitiva numa forma idealizada, completa, seguida pelo reprocessamento e pela reestruturação da mesma. Este tipo de reflexão parece rígido e inspirado pela gramática normativa. Na nossa opinião, não faz justiça à análise actual da construção oral.

5. Conclusões

Mediante a análise desenvolvida neste trabalho, quisemos discutir alguns aspectos da construção com *ser* focalizador tanto no português como no espanhol, fazer comparações entre as duas línguas e também as variantes europeia e brasileira do

¹⁰ Kany propõe como explicação alternativa que se trate da fusão da pseudoclivada com uma frase pragmaticamente não marcada: *lo que quiero es pan + quiero pan > quiero es pan* (Kany 1969:303).

português e chamar a atenção para as múltiplas questões em torno desta construção que requerem mais investigação. Contrariamente ao que se tem proposto em análises anteriores da construção estudada, demonstrámos que o *ser* focalizador é um verbo. Esperamos ter contribuído algo novo ao estudo da mesma e ter indicado novas pistas para seguir.

BIBLIOGRAFIA

- KANY, Charles E. (1969), *Sintaxis Hispanoamericana*, Madrid, Gredos.
- KAYNE, Richard S. (2000), *Parameters and Universals*, New York, Oxford University Press.
- LEINO, Jaakko (2003), *Antaa sen muuttua. Suomen permissiivirakenne ja sen kehitys*, Helsinki, Suomalaisen Kirjallisuuden Seura.
- LIPSKI, John M. (1994), *Latin American Spanish*, New York, Longman.
- MELO E ABREU, Liisa (2001), *Contributo para o estudo das construções com clivagem na língua portuguesa*, Helsinki, Academia Scientiarum Fennica.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos (1999), «Las funciones informativas: las perífrasis de relativo y otras construcciones perifrásticas» in Ignacio Bosque & Violeta Demonte (orgs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa, pp. 4245-4302.
- SEDANO, Mercedes (1988), «Yo vivo ES en Caracas: un cambio sintáctico» in Roger Hammond & Melvyn C. Resnick (orgs.), *Studies in Caribbean Spanish Dialectology*, Washington, Georgetown University Press, pp. 115-123.
- SEDANO, Mercedes (1994), «Presencia o ausencia de relativo – Explicaciones funcionales», in *Thesaurus*, vol. XLIX, no 3, 491-518.
- TRAVIS, Catherine E. e CURNOW, Timothy Jowan (2003), "The Emphatic Es Construction of Colombian Spanish", comunicação apresentada na Australian Linguistic Society Annual Conference, University of New Castle.

Fontes electrónicas

CORDE: <http://www.rae.es/>

CREA: <http://www.rae.es/>

Tabela 1

A	Focalizador	B
3 sg. acabó	fue	CVI
3 pl. cantan	es	FP
1 sg. conocí	fue	FP
1 sg. conseguí	fue	FP
3 sg. dio	fue	FAdv, FN
3 pl. empezaron	fue	CVI, FP
1 pl. esperamos	es	FA
1 sg. estoy	es	CVI
1 sg. me fijaba	era	FP
1 pl. fuimos	es	FP
3 sg. fumaba	era	FN
1 sg. hablaba	era	FP
3 pl. hablan	es	FN
3 pl. hacen	es	FP (3), FN
3 sg. hice	fue	FP
3 pl. hicieron	fue	FA, FP
1 sg. juego	es	FN
1 sg. llegué	fue	FAdv
3 sg. se muere	es	FP
1 sg. pensaba	era	FP
1 sg. quiero	es	CVI (3), FN
1 sg. quería	era	FA, CVI, FN
3 sg. quería	era	CC, FP
3 sg. había sido	es	FN
1 sg. soy	es	FN
1 sg. tengo	es	FN (2)
1 sg. tenía	era	FP
3 sg. tenía	era	FN (4)
1 pl. tenemos	es	CVI
1 pl. teníamos	era	CC
1 sg. trabajo	es	FP
3 pl. trajeron	fue	FA
3 sg. va	es	FP (2), CVI
3 pl. van	es	CVI (2), FP
1 sg. veo	es	FN (2)
1 pl. vimos	fue	FN
3 sg. vino	es	FP
1 pl. visitamos	fue	FP
1 sg. vivo	es	FP

Tabela 2

A	Focalizador	B
3 sg. Anda	é	FA
3 pl. vão chegar	é	FAdv
3 pl. chegaram	foi	FP
3 sg. chora	é	FAdv
3 sg. choveu	foi	FAdv
3 sg. come	é	FAdv
3 pl. comeram	foi	FAdv
1 sg. costume	é	CVI
3 sg. deixou	foi	FP
1 sg. escolhi	foi	FN, FP
3 sg. escreve	é	FP
3 pl. existem	é	FN
3 sg. foi	é	FP (2)
1 sg. gosto	é	FP
3 sg. ligou	foi	FP
3 sg. pertence	é	FP
3 pl. querem	é	FN
3 pl. são	é	FA, FN
1 sg. sei	é	FP
3 sg. tinha	era	CC
1 pl. vamos	é	CVI
3 sg. veio	foi	FP
1 sg. vi	foi	FN
3 sg. vinha	era	FAdv

Tabela 3

Constituinte	Função	n = 60
FP	adv	17
FN	COD	13
CVI	adv	5
CVI	COD	5
FN	predicativo	4
FP	COP	3
FAdv	adv	2
FA	predicativo	2
CC	COD	2
FA	adv	1
FA	COD	1
CC	adv	1
CVI	COP	1
FN	subj.	1
FP	COD	1
FP	COI	1

Tabela 4

Constituinte	Função	n = 27
FAdv	adv	6
FP	adv	5
FN	COD	3
FP	COI	3
FP	COP	3
FN	predicativo	2
FA	adv	1
FA	predicativo	1
CC	COD	1
CVI	adv	1
CVI	COD	1

Augusto Soares da Silva

Universidade Católica Portuguesa - Braga; assilva@facfil.ucp.pt

Palavras e conceitos no tempo: para uma onomasiologia diacrónica e cognitiva do Português

1. Introdução

Muito adequado tributo ao Professor Mário Vilela, que entre nós introduziu e desenvolveu a teoria e a descrição dos campos lexicais, é uma contribuição para a onomasiologia do Português. Esperando prestar esse tributo, o objectivo deste estudo, apesar de breve, é triplo: primeiro, traçar o mapa da onomasiologia, no contexto amplo dos estudos de semântica lexical e, em particular, de variação lexical; segundo, definir a posição específica da onomasiologia diacrónica nesse mapa, em estreita relação com uma onomasiologia pragmática e sociolexicológica; terceiro, e mais importante, apresentar os primeiros resultados do projecto de investigação em curso sobre a relação lexicológica actual entre o Português Europeu e o Português do Brasil, intitulado “Convergência e divergência no léxico do Português”.¹ Estes três objectivos convergem num mais geral: contribuir para o desenvolvimento da onomasiologia diacrónica (e também sincrónica) do Português, mostrando as vantagens da perspectiva (sócio-cognitiva) da Linguística Cognitiva.

A orientação cognitivista fundamenta-se nos muitos e importantes contributos que a Semântica Cognitiva, através da teoria do protótipo e da teoria do nível básico, tem dado à semântica lexical e à lexicologia. Destacam-se aqui, entre outros, os estudos de Dirk Geeraerts e sua equipa (Geeraerts, Grondelaers & Bakema 1994, Geeraerts 1997) e os de Andreas Blank e Peter Koch (Blank 1997, Koch 1997). Pessoalmente, é a vez de passar da semasiologia cognitiva, no estudo sobre o verbo *deixar* (Silva 1999) e outros estudos sobre categorias polissémicas (Silva, em preparação), para a onomasiologia cognitiva do Português, repetindo a própria trajectória do desenvolvimento da Semântica Cognitiva. O projecto de investigação referido apoia-se na concepção geral

¹ O Projecto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref^o POCTI/ LIN/48575/2002) e tem a duração de dois anos (Janeiro 2004 – Janeiro 2006). Integram a equipa de investigação, para além do autor deste texto, José João Dias Almeida, Alberto Manuel Simões, Ana Margarida Abrantes, Ana Margarida Nunes e José Luiz de Lucca.

e nos métodos quantitativos da investigação sociolinguística cognitiva desenvolvida por Dirk Geeraerts e sua equipa para o Neerlandês, nas variedades holandesa e belga (Geeraerts, Grondelaers & Speelman 1999).

2. Semântica lexical e variação

No estudo das palavras e seus significados ou sentidos, em geral, bem como no estudo da variação lexical, em particular, podemos partir, ora da palavra para os seus sentidos e referentes (ou campo de aplicação semântica e referencial dessa palavra ou item lexical), ora de um significado ou conceito (ou ainda uma entidade referencial) para as diferentes palavras ou itens lexicais que o designam. Esta distinção foi bem estabelecida na tradição continental da semântica estruturalista (mas quase desconhecida na tradição anglo-saxónica), sob as designações de *semasiologia* e *onomasiologia*, respectivamente. Baldinger (1964, 1977) distingue claramente estas perspectivas:

La Semasiología [...] considera la palabra aislada en el desenvolvimiento de su significación, mientras que la Onomasiología encara las designaciones de un concepto particular, es decir, una multiplicidad de expresiones que forman un conjunto (1977: 268)

Por outras palavras, a distinção entre semasiologia e onomasiologia baseia-se na diferença entre dois importantes fenómenos (não-exclusivamente) semântico-lexicais: *significação* e *nomeação*. Assim, enquanto a semasiologia faz a descrição dos vários sentidos de uma palavra ou outra expressão, a onomasiologia analisa as expressões alternativas pelas quais determinado conceito é nomeado. O nosso estudo sobre *deixar* (Silva 1999) é fundamentalmente semasiológico, embora a perspectiva onomasiológica, das relações entre *deixar* e *abandonar* e *permitir*, por exemplo, não esteja ausente.

Tanto para a lexicologia, em geral, como para o estudo da variação lexical, em particular, importa, porém, estabelecer uma outra distinção, tradicionalmente não reconhecida: a distinção entre duas modalidades de onomasiologia, que a definição de Baldinger toma como equivalentes. Por um lado, investigar a “multiplicidade de expresiones que forman un conjunto” é fazer o estudo, bem conhecido na tradição da semântica estruturalista, da estrutura semântica do léxico, organizado em campos lexicais, taxinomias hierárquicas, “frames” e por relações de sinonímia, antonímia, hiponímia, etc. Por outro lado, analisar as “designaciones de un concepto particular” abre caminho a um outro estudo, praticamente inexistente na tradição estruturalista: o estudo da escolha que os falantes têm que fazer de uma expressão particular para designar ou nomear determinado conceito ou determinado referente (categoria de referentes). Por outras palavras, esta é a distinção, bem estabelecida por Geeraerts (1998, 2002a, Grondelaers & Geeraerts 2003), entre uma onomasiologia *estrutural*, que releva do plano da *langue* ou estrutura – e constitui a modalidade tradicional da onomasiologia –, e uma onomasiologia *pragmática*, que releva do plano da *parole* ou uso real das expressões linguísticas – e se apresenta como um novo desafio ao lexicólogo. A primeira ocupa-se de conjuntos de expressões inter-relacionadas e procura responder à questão de saber quais são as relações existentes entre as expressões alternativas, ao passo que a segunda ocupa-se das escolhas actuais de entre as alternativas disponíveis e procura responder à questão de saber quais são os factores que determinam a escolha de uma ou outra alternativa.

Uma outra distinção básica é a que deve estabelecer-se entre os aspectos *qualitativos* e os aspectos *quantitativos* das estruturas semântico-lexicais, tanto semasiológicas como onomasiológicas. Semasiologicamente, a questão qualitativa tem a ver com a identificação dos sentidos (e tipos de referentes) de uma palavra e das relações entre esses sentidos/referentes, isto é, envolve o estudo da polissemia (e outros fenômenos afins, como a vaguidade) e, nesta implicado, o estudo de relações semasiológicas como a metáfora, a metonímia, a generalização e a especialização de sentido. Onomasiologicamente, a mesma questão conduz ao estudo das relações entre diferentes itens lexicais e, desta forma, à investigação dos diferentes tipos de estruturação do léxico, bem populares na tradição da semântica estrutural, designadamente campos lexicais, taxionomias hierárquicas, mas também “frames” (no sentido de Fillmore 1977), e relações como a sinonímia, a antonímia, a hiponímia, a meronímia (sobre estas e outras relações, ver Cruse 1986), mas também as chamadas metáforas e metonímias *conceptuais* (Lakoff & Johnson 1980, 1999; Silva 2003b), na medida em que constituem verdadeiras estruturas onomasiológicas (metafóricas e metonímicas). Pelo contrário, a dimensão quantitativa, introduzida em semântica lexical pela Semântica Cognitiva, sob a forma da teoria do protótipo (Taylor 1995, Geeraerts 1997) e da teoria do nível básico, envolve, semasiologicamente, as diferenças de saliência entre os vários sentidos/referentes de uma palavra, isto é, o fenómeno da *prototipicidade* e seus efeitos (estrutura de centro vs. periferia, redes radiais, etc.); e, onomasiologicamente, as diferenças de saliência ou *ancoragem* conceptual (“entrenchment”, Langacker 1987) entre diferentes categorias conceptuais e a hipótese do *nível básico* das taxionomias lexicais.

Esta oposição ‘qualitativo/quantitativo’ pode aplicar-se também à onomasiologia pragmática. Mas agora já não se trata tanto da separação entre elementos e relações, de um lado, e diferenças de saliência, do outro, mas sobretudo de diferenças conceptuais, de um lado, e diferenças não-conceptuais entre categorias qualitativamente idênticas, do outro. Assim, a onomasiologia pragmática, em termos qualitativos, ocupa-se da selecção entre categorias conceptualmente diferentes, ora de diferentes níveis taxionómicos ora do mesmo nível taxionómico, ao passo que, quantitativamente, tem a ver com a selecção entre categorias que diferem em termos não-conceptuais, seja a nível emotivo, estilístico, sociolinguístico ou discursivo, isto é, ocupa-se da selecção entre sinónimos conceptuais (denotacionais). Naturalmente que no plano quantitativo há lugar também para diferenças de saliência, na forma de *prevalência sociolinguística* entre esses sinónimos.

Ainda outras distinções relevantes são as que se devem estabelecer entre significado *conceptual* (denotacional ou referencial) e significado *não-conceptual* (emotivo, estilístico, sociolinguístico e discursivo), como acabámos de verificar, e entre sincronia e diacronia.

Estabelecidas estas distinções básicas, chegamos ao próprio campo ou mapa conceptual da semântica lexical, sintetizado no Quadro 1.

Figura 1: Mapa conceptual da semântica lexical

	Qualidade: entidades e relações	Quantidade: diferenças de saliência
Semasiologia	Sentidos (polissemia) e relações entre sentidos (metáfora, metonímia, etc.)	Prototipicidade
Onomasiologia estrutural	Itens lexicais e suas relações (campos lexicais, taxionomias, “francês”, sinonímia, antonímia, etc.)	“Entrenchment” e nível básico
Onomasiologia pragmática	Seleção entre categorias conceptualmente diferentes	Prevalência sociolinguística Seleção entre sinónimos conceptuais

Torna-se agora mais fácil identificar as diferentes formas de variação lexical e, simultaneamente, compreender algumas das suas interacções e condicionamentos recíprocos (ver Geararerts, Grondelaers & Bakema 1994 e, para uma síntese, Silva 1996). É o que se representa no Quadro 2. Temos assim as seguintes formas de variação lexical:

- variação *semasiológica*: diferentes sentidos ou (tipos de) referentes de um item lexical e efeitos de prototipicidade; por exemplo, o verbo *deixar*, estudado por Silva (1999, 2003a);
- variação *onomasiológica categorial* (ou *conceptual*): diferentes categorias conceptuais para nomear determinado conceito ou tipo de referentes e diferenças de ancoragem; por exemplo, *jogador* e *atacante*;
- variação *onomasiológica formal* (ou, se quisermos, variação onomasiológica pragmática “não-qualitativa”): diferentes nomes para uma mesma categoria conceptual e diferenças de prevalência sociolinguística; por exemplo, *atacante* e *avançado* ou *guarda-redes* e *goleiro*;
- variação *externa*: variação sociolinguística e estilística, contextual (pragmático-discursiva) e diacrónica.

Os diferentes tipos de variação *externa* podem influenciar qualquer outra variação lexical. Mas há aqui uma diferença a assinalar: a variação externa constitui uma dimensão adicional para as variações semasiológica e onomasiológica categorial, ao passo que é justamente essa variação externa a que define a variação onomasiológica formal, isto é, as diferenças entre os sinónimos denotacionais, de casos como *atacante* vs. *avançado*, *guarda-redes* vs. *goleiro*.

Figura 2: Mapa conceptual da variação lexical

	Qualidade: entidades e relações	Quantidade: diferenças de saliência
Semasiologia	Variação semasiológica	Variação semasiológica
Onomasiologia estrutural	Variação onomasiológica categorial	Variação onomasiológica categorial
Onomasiologia pragmática	Variação onomasiológica categorial	Variação onomasiológica formal
Variação externa (sociolinguística, contextual, diacrónica)		

3. Mapa conceptual da onomasiologia

A mesma definição de Baldinger, atrás citada, aponta para uma outra distinção no domínio da onomasiologia, aparentemente idêntica à que ficou estabelecida no parágrafo anterior: o plano *actual* das estruturas sincrónicas (“multiplicidade de expresiones que forman un conjunto”) e o plano *virtual* dos mecanismos de mudança lexical (“designaciones de un concepto particular”). O plano *actual* já foi descrito, quer na sua dimensão qualitativa das estruturas lexicais, designadamente campos lexicais, taxionomias, “frames” e relações lexicais, quer na sua dimensão quantitativa de graus de saliência onomasiológica ou ancoragem conceptual (“entrenchment”) e nível básico. O plano *virtual* envolve os possíveis mecanismos lexicogenéticos de introdução de novas palavras.

Há aqui uma distinção prévia a fazer entre a mudança semasiológica ou desenvolvimento de novos sentidos de uma determinada palavra ou item lexical e a mudança onomasiológica ou expressão de determinado conceito, previamente lexicalizado ou não, por um novo ou diferente item lexical. Metáfora, metonímia, generalização e especialização (a que se juntam as mudanças pejorativas e melhorativas de significado não-conceptual) constituem os principais mecanismos de mudança semasiológica. Por seu lado, a mudança onomasiológica dá-se através dos seguintes mecanismos: “formação de palavras” pela aplicação de regras morfológicas de derivação ou composição, criação de palavras (neologismo, isto é, criação de radicais inteiramente novos), empréstimo, fusão ou mesclagem (*nim* < *não* + *sim*), elipse (*metro* < *metropolitano*), decalque, etimologia popular e ainda extensão semasiológica do campo semântico de uma palavra já existente (para maior desenvolvimento sobre os mecanismos de mudança lexical, tanto semasiológica como onomasiológica, ver Geeraerts 1997, Blank 1999 e Silva 2002).

O plano dos mecanismos lexicogenéticos de mudança envolve não só a dimensão qualitativa dos mecanismos de mudança onomasiológica, acabados de referir, mas também a dimensão quantitativa dos mecanismos lexicogenéticos preferenciais. Entre estes mecanismos preferenciais estão, por exemplo, metáforas conceptuais dominantes para determinado domínio da experiência, bem estudadas por Lakoff & Johnson (1980, 1999), Kövecses (1990, 2000) e muitos outros (do tipo COMPREENDER É VER, TEMPO É ESPAÇO, PALAVRAS/IDEIAS SÃO CONTENTORES, EMOÇÃO É FORÇA; ver Silva 2003b, para uma síntese e discussão da teoria cognitiva da metáfora conceptual), e outros padrões recor-

rentes ou tendências de conceptualização. Situa-se aqui a importante investigação etimológica e cognitiva de Andreas Blank (infelizmente já falecido) e Peter Koch, explorando preferências e possíveis trajectórias de lexicalização no inventário etimológico das línguas românicas, e sistematizando-as num projecto de dicionário etimológico das mesmas (Blank & Koch 1999, 2003). E aqui também se situa o nosso estudo sobre um triângulo evolucionário interlinguístico, desenhado pelas associações sistemáticas entre os conceitos ‘libertar’, ‘partir’ e ‘permitir’, em diferentes tipos de línguas, incluindo não-índo-europeias (Silva 2001, 2004c).

Sintetizando, o Quadro 3 representa uma primeira aproximação ao mapa conceptual da onomasiologia.

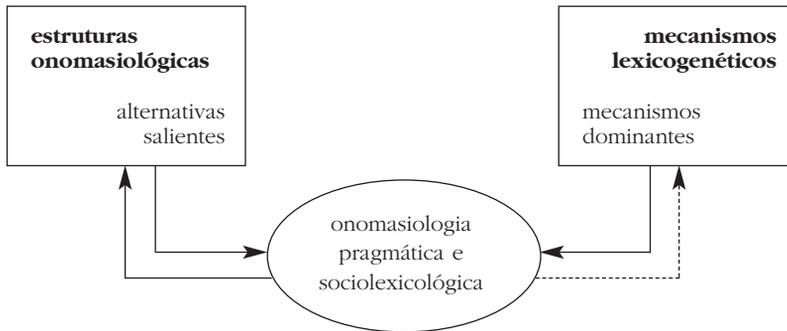
Figura 3: Mapa conceptual da onomasiologia

	Qualidade: entidades e relações	Quantidade: diferenças de saliência
Estruturas sincrónicas	Estruturas lexicais (campos lexicais, taxionomias, “frames”, relações lexicais)	Saliência onomasiológica (“entrenchment”, nível básico)
Mecanismos de mudança	Mecanismos lexicogénéticos (formação de palavras, neologismo, empréstimo, extensão semasiológica, etc.)	Mecanismos lexicogénéticos preferenciais (metáforas dominantes, etc.)

Uma visão mais completa da onomasiologia implica o reconhecimento da dimensão *actual* ou *on-line* quer da realização das mudanças onomasiológicas, quer das escolhas que os falantes efectuam quando nomeiam determinado conceito. Por outras palavras, implica o reconhecimento da sociolexicologia e da onomasiologia pragmática. Separemos estas duas vertentes da dimensão *on-line* da onomasiologia. Por um lado, uma coisa é identificar os possíveis mecanismos de mudança onomasiológica e outra coisa é ver como é que esses mecanismos conduzem a mudanças nos hábitos de uma comunidade linguística, como é que as mudanças se propagam, e estudar, enfim, o processo da “mão invisível”, na brilhante caracterização de Keller (1994), característico de qualquer mudança linguística. Se o primeiro aspecto é objecto da *lexicogénese*, o segundo é típico da *sociolexicologia*. O estudo sociolexicológico coincide assim com a perspectiva pragmática das escolhas onomasiológicas e envolve todos os valores não-referenciais dos itens lexicais (emotivos, estilísticos, discursivos e todos os aspectos sociolinguísticos), na medida em que o significado não-referencial está geralmente implicado no modo como as inovações lexicais se propagam na comunidade linguística. Retomando as distinções feitas acima entre os diferentes tipos de variação lexical, é a variação *onomasiológica pragmática formal* e, dela fazendo parte integrante, a variação *externa* o objecto mais específico da sociolexicologia. Por outro lado, a mediação indispensável entre as estruturas lexicais e os mecanismos lexicogénéticos é feita pela onomasiologia pragmática: todo o acto onomasiológico de nomeação pressupõe o conjunto das expressões já disponíveis e os mecanismos lexicogénéticos de criação

de novas expressões; inversamente, não há mudanças nas estruturas e nos mecanismos sem haver escolhas e mudanças a nível da *parole*. Tudo isto evidencia a posição central da *onomasiologia pragmática e sociolexicológica* no domínio da onomasiologia. O Quadro 4, tomada de Geeraerts (2002a: 41), representa bem esta centralidade e toda a arquitectura da onomasiologia.

Figura 4: Centralidade da onomasiologia pragmática



O acto onomasiológico de escolha de um item lexical para nomear determinado conceito tem como *input* (cf. as setas que se dirigem para o centro) o mapa representado no Quadro 3, isto é, de um lado, as estruturas onomasiológicas, incluindo o aspecto quantitativo das alternativas salientes, e, do outro lado, os mecanismos lexicogenéticos, incluindo a dimensão quantitativa dos mecanismos dominantes. Quer dizer: escolher uma expressão pode consistir ora num acto de selecção entre alternativas já existente, ora num acto de criação de uma nova alternativa mediante os mecanismos lexicogenéticos disponíveis. Por outro lado, a mudança das estruturas e dos mecanismos é o *output* (cf. as setas que se dirigem para os rectângulos) de actos de escolha onomasiológica. Quer dizer: as escolhas pragmáticas podem afectar, primariamente, as estruturas sincrónicas, através da adição ou remoção de sentidos e itens ou de mudanças de saliência, e, secundariamente (donde a seta descontinua), os mecanismos lexicogenéticos. Finalmente, a onomasiologia pragmática implica uma investigação sociolexicológica: na escolha entre expressões alternativas, os falantes têm em consideração os seus valores não-referenciais e sociolinguísticos e, inversamente, a propagação de uma mudança na comunidade linguística é o efeito cumulativo de escolhas individuais.

Importa ainda esclarecer a questão essencial da onomasiologia pragmática: quais os factores que determinam ou, pelo menos, influenciam a escolha de um nome para determinado conceito ou referente; por outras palavras, quais os factores que condicionam a *escolha onomasiológica* ou o acto efectivo de *nomeação*? A resposta, dada por Geeraerts, Grondelaers & Bakema (1994) com base numa investigação sobre termos de vestuário do neerlandês, inclui os seguintes factores: (i) a saliência semasiológica ou grau de prototipicidade do conceito/referente relativamente à estrutura semasiológica da categoria; (ii) a saliência onomasiológica ou ancoragem (“entrenchement”) da categoria nomeada pela expressão; e (iii) valores contextuais de natureza emotiva, prag-

mático-discursiva e, particularmente, sociolinguística (geográfica, social, estilística, histórica), envolvendo a competição de diferentes variedades e/ou variantes de uma língua. Dito de modo mais resumido, os factores determinantes da escolha onomasiológica são (i) a distância semântica entre o alvo e as designações alternativas, (ii) o peso onomasiológico das designações alternativas e (iii) traços sociolinguísticos das expressões alternativas.

4. Onomasiologia cognitiva

Para se entender melhor o alcance de uma *onomasiologia diacrónica cognitiva*, vejamos, muito sumariamente, em que é que as quatro principais tradições de semântica lexical têm contribuído para o desenvolvimento da onomasiologia (para mais informação, ver Geeraerts 1999, 2002b). A semântica pré-estrutural, dominante entre 1870 e 1930 e representada nos trabalhos de Paul, Bréal, Darmesteter, Wundt e muitos outros, introduziu terminologia básica para a descrição dos mecanismos lexicogenéticos e, embora mais empenhada no estudo da mudança semasiológica, ocupou-se também de mecanismos de mudança onomasiológica, como o empréstimo e a etimologia popular. O contributo da tradição pré-estruturalista situa-se, pois, a nível da dimensão qualitativa dos mecanismos de mudança lexical (cf. célula inferior esquerda da tabela do Quadro 3). A semântica estrutural, predominante entre 1930 e 1960 e representada nos trabalhos de Trier, Weisgerber, Coseriu, Lyons, Pottier e outros teóricos dos campos lexicais e, entre nós, nos trabalhos de Mário Vilela, deixou dois importantes contributos para a onomasiologia: um, a nível da dimensão qualitativa das estruturas onomasiológicas sincrónicas (célula superior esquerda da tabela do Quadro 3), identificando e descrevendo campos lexicais, taxionomias hierárquicas, relações lexicais e relações sintagmáticas no léxico; o outro, a nível da dimensão qualitativa dos mecanismos de mudança (célula inferior esquerda), considerando os conflitos homonímicos como um dos possíveis factores explicativos da mudança onomasiológica (cf. trabalhos de Gilliéron). A semântica generativa (uma semântica neo-estrutural), iniciada nos anos 60 e originariamente representada nos trabalhos de Katz, Bierwisch, Leech e outros teóricos da análise componencial, bem como a recente semântica neo-generativa, representada nos trabalhos de Pustejovsky (1995), ambas centradas na dimensão qualitativa das estruturas semasiológicas, não deram contributo significativo à onomasiologia. Finalmente, a semântica cognitiva, iniciada no início dos anos 80 e representada nos trabalhos de Lakoff, Langacker e Talmy (as três principais figuras da Linguística Cognitiva) e muitos outros, tem dado três importantes contributos para a onomasiologia (que se situam na célula inferior esquerda e nas duas células da direita da tabela do Quadro 3): (i) a atenção prestada a estruturas onomasiológicas praticamente desconhecidas na tradição estruturalista, designadamente os “frames”, desenvolvidos por Fillmore (1977, 1985, Fillmore & Atkins 1992), e as metáforas conceptuais generalizadas (Lakoff & Johnson 1980, 1999), que constituem autênticos campos lexicais figurativos; (ii) a introdução da dimensão *quantitativa* no estudo das estruturas onomasiológicas, com a teoria do nível básico, na linha dos trabalhos pioneiros de Berlin e Kay; e (iii) a introdução da dimensão *quantitativa* no estudo dos mecanismos lexicogenéticos, identificando mecanismos preferenciais, metáforas dominantes ou mesmo universais (Lakoff & Johnson 1980, 1999; Kövecses 1990, 2000), tendências de conceptualização de alvos onomasiológicos,

trajectórias de lexicalização (Blank & Koch 1999, 2003, Silva 2001, 2004c). A semântica cognitiva tem contribuído, assim, para um significativo alargamento do campo de investigação onomasiológica, introduzindo as duas dimensões quantitativas dos fenómenos onomasiológicos.

Mas há ainda a acrescentar os importantes contributos da semântica cognitiva para a onomasiologia pragmática e sociolinguística, praticamente inexistente nas tradições anteriores, representados sobretudo nos trabalhos pioneiros, tanto sincrónicos como diacrónicos, de Dirk Geeraerts e sua equipa (Geeraerts, Grondelaers & Bakema 1994, Geeraerts, Grondelaers & Speelman 1999), e noutros estudos diacrónicos, como o de Molina (2000). É justamente aqui que se situa o presente projecto de investigação sobre a relação lexicológica entre o Português Europeu e o Português do Brasil.

Podemos identificar duas razões de fundo para os contributos e as vantagens da perspectiva cognitiva. Primeiro, estando a Linguística Cognitiva, desde o início, empenhada no estudo da categorização, entendida como sendo a função básica da linguagem (Silva 2004b), é natural que a dimensão onomasiológica esteja no centro das atenções: do ponto de vista do falante, o acto básico de categorização é precisamente a escolha onomasiológica de uma categoria para exprimir determinada ideia. Segundo, a Linguística Cognitiva caracteriza-se especificamente por uma perspectiva recontextualizante (reintegrando no estudo da linguagem as diferentes formas de contexto, excluídas pelos modelos gramaticais autonomistas), experiencialista (Lakoff & Johnson 1999, Silva 2004a), orientada para o significado (nos seus diferentes tipos, incluindo o não-referencial) e baseada no uso. Resulta daqui a inevitabilidade de uma sociolinguística cognitiva, em particular, e de uma sociolinguística cognitiva, em geral, justificada por Geeraerts (2003).

5. Metodologia: onomasiologia quantitativa

Como medir o grau de conformidade onomasiológica – grau de conformidade da escolha lexical – entre dois sub-conjuntos de uma base de dados de uma língua (por exemplo, entre duas variantes regionais)? Como medir a distância lexical entre duas variedades de uma língua (por exemplo, o Português Europeu e o Português do Brasil)? Como medir a convergência ou divergência lexical entre duas variantes ou variedades? A unidade de investigação em lexicologia quantitativa liderada por D. Geeraerts tem desenvolvido métodos quantitativos, fundamentados nas noções de *perfil onomasiológico* e *uniformidade* (ver exposições sintetizadas em Geeraerts 2001 e Speelman, Grondelaers & Geeraerts 2003).

O *perfil onomasiológico* de um conceito/referente numa determinada variedade linguística é o conjunto de sinónimos usados para designar esse conceito/referente nessa variedade linguística, diferenciados pela sua frequência relativa. Relativamente ao método clássico das *palavras-chave* (em que a frequência de um termo num *corpus* é comparada à frequência desse termo noutro *corpus*), o método dos *perfis* tem, para além do mais, a vantagem de neutralizar efeitos temáticos: por exemplo, a frequência absoluta elevada do termo *goleiro* pode ter a ver com a especificidade temática do contexto em que ocorre (texto sobre futebol e texto da variedade brasileira).

A *uniformidade* é a medida da correspondência entre dois conjuntos de dados, definidos em termos de perfis onomasiológicos. Por exemplo, a uniformidade de um deter-

minado conceito entre duas amostras, em que uma contém 6 ocorrências do termo A e 4 do termo B e a outra 3 ocorrências do termo A e 7 do termo B, resulta do número de pares comuns de nomeação desse conceito (7 pares), sendo portanto de 70%. Este mesmo resultado obtém-se somando as frequências relativas mais pequenas de cada termo alternativo: 30% do termo A (3 usos, provenientes da segunda amostra) e 40% do termo B (4 usos, provenientes da primeira amostra).

Em termos técnicos, o cálculo de uniformidade de um conceito pode ser formulado da seguinte forma:

$$U_Z(Y_1, Y_2) = \sum_{i=1}^n \min(F_{z,y_1}(X_i), F_{z,y_2}(X_i))$$

Isto é, a uniformidade U para um conceito Z entre duas amostras Y_1 e Y_2 equivale à soma \sum dos mínimos das frequências relativas F do termo x nos perfis onomasiológicos de Z em Y_1 e Y_2 . O símbolo x_i representa os diferentes termos x_1 a x_n usados nas amostras Y para designar o conceito Z.

Quando estão em causa vários conceitos, a uniformidade média é calculada em termos de *média ponderada*, através da seguinte fórmula:

$$U'(Y_1, Y_2) = \sum_{i=1}^n U_{zi}(Y_1, Y_2) \cdot G_{zi}$$

A uniformidade U' para um conjunto de conceitos Z entre duas amostras Y_1 e Y_2 equivale à soma dos valores-U dos Zs ponderados pela frequência relativa G de Z dentro do conjunto total de Zs. Obtém-se o coeficiente de ponderação G_{Zi} ou frequência relativa de um conceito Z, dividindo a soma das ocorrências de Z em Y_1 e Y_2 pelo número total de ocorrências para os conceitos Z_1 a Z_n .

Resumindo, o cálculo da conformidade onomasiológica entre duas variantes de uma língua faz-se medindo o grau de uniformidade entre perfis onomasiológicos dessas variantes. Diacronicamente, podemos dizer que essas variantes se encontram num processo de convergência quando a medida de uniformidade U aumenta, e num processo de divergência quando U diminui.

6. Estudo de caso: convergência e divergência lexical entre o Português Europeu e o Português do Brasil

Vamos agora apresentar os primeiros resultados do projecto de investigação em curso, referido na primeira secção, sobre a relação lexicológica entre as variedades europeia e brasileira. O objectivo principal do projecto é saber se as duas variedades nacionais da língua portuguesa estão envolvidas num processo de convergência ou divergência lexical. Tal objectivo implica obviamente uma análise diacrónica. O período em análise abrange as últimas cinco décadas e o material coligido pertence aos anos 50, 70 e 90-00. Secundariamente, pretendemos também investigar, em cada uma das variedades nacionais, a distância sincrónica entre padrão e registos intermédios, e, desse modo, verificar se a estratificação lexical das duas variedades é idêntica ou diferente.

Esta é uma investigação de onomasiologia diacrónica pragmática e sociolexicológica (nos sentidos acima referidos). A sua base empírica consiste em largos milhares de observações do uso de termos alternativos, concretamente sinónimos denotacionais, para nomear 40 conceitos de dois domínios ou campos lexicais – 20 conceitos do campo

do futebol e 20 conceitos do campo da moda/vestuário – e ainda 10 conceitos isolados de alta e baixa frequência. A base de dados resultante compreende pois as frequências de cada um dos termos dos 50 *perfis onomasiológicos* em textos portugueses e brasileiros. Poderemos assim verificar, por exemplo, a repartição quantitativa dos termos *atacante, avançado, avante, dianteiro, forward* e *ponta-de-lança* para designar o conceito de ‘atacante’, ou para o conceito de ‘fora-de-jogo’ saber se há preferência pela expressão *deslocação, fora-de-jogo, impedimento* ou então *offside*.

Porquê os sinónimos denotacionais como objecto de análise; o mesmo é dizer, porquê a onomasiologia pragmática *formal* ou *não-qualitativa* como perspectiva preferencial para o estudo das relações lexicológicas entre as duas variedades do Português? Primeiro, porque os sinónimos denotacionais são os que melhor revelam diferenças regionais, sociais, estilísticas e históricas, na base das quais se definem a própria existência e a competição de diferentes variedades e variantes de uma língua. Depois, porque o estudo da variação onomasiológica pragmática formal e da consequente variação externa permite compreender os aspectos sociais da variação lexical, incluindo as relações entre diferentes variedades de uma língua.

Os dados são extraídos de três fontes: (i) jornais e revistas de desporto e moda dos primeiros anos das décadas de 50, 70 e 90-00 – designadamente, e em relação ao futebol, os jornais portugueses *A Bola, Record, Mundo Desportivo* e *O Jogo* e os jornais brasileiros *Jornal dos Sports* (Rio de Janeiro) e *Gazeta Esportiva* (São Paulo) –; (ii) linguagem da Internet (tanto a conversação *off-line* de fóruns de discussão, como a conversação *on-line* de IRC ou *chats*); e (iii) etiquetas e catálogos de lojas de vestuário de diferentes cidades tanto de Portugal como do Brasil. Adicionaremos os resultados de um inquérito dirigido a estudantes dos dois países.

O *corpus* resultante é, assim, estruturado na base de três variáveis:

- geográfica: Portugal vs. Brasil
- diacrónica: 1950, 1970, 1990-2000
- estilística: jornais e revistas de qualidade > jornais e revistas populares > Net-*off-line* > etiquetas e catálogos + Net-*on-line* (*chats*).

Actualmente com cerca de 2 milhões de palavras, provenientes de alguns dos jornais de desporto referidos, designadamente *A Bola* e *Jornal dos Sports*, espera-se que chegue aos 6 milhões. Será disponibilizado no sítio da Liguatca, em www.liguatca.pt.

Sem pretendermos aqui descrever a história recente das relações entre o Português Europeu e o Português do Brasil, deixamos tão somente alguns dados de contextualização para a presente investigação. A questão da *língua brasileira* volta a colocar-se hoje, numa atitude e num tom por vezes idênticos aos tomados no passado (com a independência do Brasil, em 1822, e com o romantismo e, já no começo do séc. XX, com o modernismo), mas agora apoiada num rico acervo de investigações (socio)linguísticas. Um exemplo é o famoso ensaio do linguista brasileiro M. Bagno (2001), *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*.

Ora, são inegáveis as diferenças entre a língua que se fala no muito grande território do Brasil e a do pequeno Portugal, nos vários níveis da estrutura e do uso linguísticos, mas a grande maioria dos linguistas e falantes dos dois países continua a pensar e sentir que essas diferenças não são suficientes para anular o conjunto de semelhan-

ças que tornam possível continuar a falar de duas variedades de uma mesma língua, que ocupa o quinto lugar das línguas mais faladas do mundo, tecnicamente designadas como *Português do Brasil* (ou *Português Brasileiro*) e *Português Europeu*. É igualmente evidente a clara discrepância (ainda) existente no Português do Brasil entre a norma tradicional idealizada e prescritiva e a norma (ou normas) real dos grandes centros urbanos, assim como uma crescente standardização do Português Europeu, a partir da revolução democrática de 1974. E ainda a crescente influência da variedade brasileira, em grande parte através das telenovelas, nas variedades europeia e africanas. Mas não há hipóteses claras quanto à relação lexicológica actual entre as duas variedades nacionais do Português, designadamente saber se elas se encontram em convergência ou divergência lexical. A hipótese da divergência parece colher (mais) adeptos. Citando um exemplo, o jornalista português Francisco Belard, num artigo de opinião sobre a língua portuguesa no Brasil e em Portugal, publicado num jornal de referência, escreve: “Continua a haver uma só língua portuguesa, mas nos últimos 50 anos, digamos, têm-se acentuado as diferenças na sintaxe e no léxico – sobretudo no vocabulário corrente” (Belard 2001).

Apresentamos a seguir a lista dos 20 conceitos nominais (substantivos) de futebol e respectivos sinónimos denotacionais,² em estudo na fase actual da investigação:

ÁRBITRO: *árbitro, juiz, juiz de campo, “ref(eree)”, referi, refre.*

ÁRBITRO AUXILIAR: *árbitro auxiliar, árbitro assistente, auxiliar, 2º/3º árbitro, bandeirinha, fiscal de linha, juiz de linha.*

ATACANTE: *atacante, avançado, avante, dianteiro, “forward”, ponta-de-lança.*

BALIZA: *arco, baliza, cidadela, “goal”, gol, marco, meta, vala.*

BOLA: *balão, bola, couro(inho), esfera, esférico, pelota.*

COMPETIÇÃO: *batalha, choque, combate, competição, confronto, desafio, disputa, duelo, embate, encontro, jogo, justa, luta, “match”, partida, peleja, prélio, prova, pugna.*

DEFESA: *“(full-)back”, beque, bequeira, defensor, defesa, zagueiro.*

EQUIPA: *conjunto, formação, eleven, equipa, equipe, esquadra, esquadrão, grupo, “match”, onze, onzena, plantel, quadro, “team”, time, turma.*

EXTREMO: *extremo, ponta, ponteiro.*

FALTA: *falta, “foul”, golpe (baixo, irregular), infra(c)ção, obstru(c)ção, transgressão, violação (das regras).*

FINTA: *corte, dribble, engano, “feint”, finta, lesa, manobra enganadora, simulação.*

FORA-DE-JOGO: *banheira, deslocação, fora-de-jogo (fora de jogo), impedimento, “off-side” (“off-side”).*

GOLO: *bola, “goal”, gol (gól), golo, ponto, tento.*

GRANDE PENALIDADE: *castigo máximo, castigo-mor, falta máxima, grande penalidade, penalidade, penalidade máxima, penákti (pénalti, pénalti), “penalty”.*

GUARDA-REDES: *arquero, “goal-keeper”, goleiro, golquíper, guarda-meta, guarda-rede, guarda-redes, guarda-vala, guarda-valas, guardião, “keeper”, quíper, vigia.*

² Esta lista foi elaborada a partir dos dicionários de referência da língua portuguesa (Academia das Ciências de Lisboa, Houaiss, Aurélio, Porto Editora) e de alguns dicionários especializados de futebol, tanto brasileiros como portugueses, e ainda de estudos linguísticos sobre o futebol, como o de Feijó (1998). Os estrangeirismos que conservam a sua forma original estão indicados entre aspas.

JOGADA: *jogada, lance, lanço.*

MÉDIO: *central, centro-campista, centro-médio, médio, meia, meio-campista, meio-campo, “midfield”, volante.*

PONTAPÉ DE CANTO: *canto, chute de canto, córner (corner), escanteio, esquinado, pontapé de canto, tiro de canto.*

PONTAPÉ LIVRE: *chute directo, “free(-kick)”, livre (directo, indirecto), pontapé livre, tiro dire(c)to, tiro livre (direto, indireto).*

PONTAPÉ: *chute, chuto, “kick(-off)”, panázio, pelotada, pontapé, quique, “shoot”, tiro.*

TREINADOR: *míster, orientador, técnico, treinador.*

Desta lista, temos resultados de 10 perfis onomasiológicos. O Quadro 5 apresenta os valores de uniformidade de cada conceito (U) e de uniformidade média (U') de 10 conceitos de futebol do português de Portugal (P) e do Brasil (B), das décadas de 50 (P50/B50), 70 (P70/B70) e 90-00 (P00/B00), relativamente a um *corpus* de textos dos jornais *A Bola* (Portugal) e *Jornal dos Sports* (Brasil), com uma extensão de mais de 1,5 milhões de palavras. A respectiva base de dados é constituída por 15.000 observações do uso dos referidos termos designativos destes conceitos. Em anexo, apresentamos a totalidade dos dados, incluindo as frequências dos respectivos itens lexicais observados.

Figura 5: Valores de U e U' de 10 conceitos de futebol

	U P50/B50	U' P50/B50	U P70/B70	U' P70/B70	U P00/B00	U' P00/B00
Atacante	21,9%	3,06	30,1%	3,35	11,8%	1,41
Guarda-redes	7,6%	0,78	1,4%	0,13	0,0%	0,00
Golo	16,7%	7,05	0,2%	0,10	0,0%	0,00
Pontapé de canto	0,4%	0,02	3,8%	0,08	0,0%	0,00
Grande penalidade	32,4%	2,07	0,5%	0,02	0,0%	0,00
Fora-de-jogo	12,5%	0,23	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Finta	70,6%	0,85	59,5%	0,75	75,0%	0,58
Árbitro	57,5%	6,13	23,7%	2,15	95,0%	7,12
Falta	61,9%	2,53	86,0%	2,90	91,8%	5,87
Pontapé	3,1%	0,15	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Total U'		22,86		9,49		14,98

Os dados mostram divergência, mais acentuada da década de 50 para a de 70 e menor daquela para os anos 90-00:

$$\begin{array}{rcl}
 U' (P50,B50) & < & U' (P70,B70) & > & U' (P00,B00) \\
 22,86 & < & 9,49 & > & 14,98
 \end{array}$$

Naturalmente que este resultado é ainda (bastante) parcial. Mas, mesmo assim, poderá já corroborar a hipótese plausível de divergência entre as duas variedades nacionais do Português, mais acentuada até aos anos 70, e menor (ou uma certa reconvergência), a partir de então, por razões sociais, políticas, culturais, económicas bem conhecidas.

7. Conclusão

Na sequência de outros estudos para outras línguas, inspirados na perspectiva cognitiva, defendemos quatro teses no plano teórico-metodológico. Primeiro, a semântica diacrónica não pode limitar-se à dimensão tradicional dos mecanismos semasiológicos, não pode centrar-se nas motivações e nos mecanismos da mudança dos sentidos das palavras. Segundo, a onomasiologia diacrónica deverá incorporar uma onomasiologia pragmática e sociolexicológica: a centralidade da onomasiologia *pragmática* (ou estudo dos factores que determinam as escolhas entre expressões alternativas) revela-se na mediação que consegue entre o que é virtual (mecanismos de mudança) e o que é actual (estruturas sincrónicas), na combinação que garante das dimensões *qualitativa* (fenómenos relevantes) e *quantitativa* (graus de saliência), na inclusão que faz dos aspectos não-conceptuais (emotivos, estilísticos, discursivos e sociolinguísticos) dos itens lexicais, e no facto de tornar visível a *mão invisível* da mudança linguística. Terceiro, a onomasiologia diacrónica deverá desenvolver métodos quantitativos dignos da sociolinguística contemporânea. Finalmente, a onomasiologia cognitiva é decisiva para o estudo da função cognitiva básica da linguagem – a categorização –, já que responde a uma das duas partes deste processo – o acto de selecção de uma categoria para exprimir determinada ideia.

Com o presente projecto de onomasiologia diacrónica e cognitiva do Português, esperamos poder contribuir para (i) o conhecimento das relações lexicológicas actuais entre o Português Europeu e o Português do Brasil, nomeadamente, saber se há convergência ou divergência entre as duas variedades nacionais da língua portuguesa; (ii) o desenvolvimento da sociolexicologia do Português (os estudos sociolinguísticos existentes privilegiam, geralmente, as diferenças fonéticas e sintácticas); e (iii) a concepção e implementação de políticas da língua portuguesa, como língua transnacional e transcontinental que é.

BIBLIOGRAFIA

- BELARD, Francisco (2001), "Brasil e Portugal", *Jornal Expresso*, 5 Maio 2001, Cartaz, p. 66.
- BAGNO, Marcos (2001), *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*, Parábola, São Paulo.
- BALDINGER, Kurt (1964), "Sémasiologie et onomasiologie", *Revue de Linguistique Romane* 28, pp. 249-272.
- ____ (1977), *Teoría Semántica*, Madrid, Alcalá.
- BLANK, Andreas (1997), *Prinzipien des lexikalischen Bedeutungswandels am Beispiel der romanischen Sprachen*, Tübingen, Niemeyer.
- ____ (1999), "Why do new meanings occur? A cognitive typology of the motivations for lexical semantic change", *in* Blank, Andreas & Koch, Peter (eds.), *Historical Semantics and Cognition*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 61-89.
- BLANK, Andreas e KOCH, Peter (1999), "Onomasiologie et étymologie cognitive: l'exemple de la TÊTE", *in* Vilela, Mário & Silva, Fátima (orgs.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: Faculdade de Letras do Porto, pp. 49-71.
- ____ e GÉVAUDAN, Paul (2003), "Onomasiologie, sémasiologie et l'étymologie des langues romanes: esquisse d'un projet", *in* Miret, Fernando Sánchez (ed.), *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*, Vol. IV, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, pp. 103-114.
- CRUSE, D. Alan (1986), *Lexical Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FEIJÓ, Luiz Cesar Saraiva (1998), *Brasil x Portugal: Um derby lingüístico*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura.
- FILLMORE, Charles (1977), "Scenes-and-frames semantics", *in* Zampolli, A. (ed.), *Linguistic Structures Processing*, Amsterdam, North Holland, pp. 55-81.
- ____ (1985), "Frames and the semantics of understanding", *Quaderni di Semantica* 6-2, pp. 222-254.
- FILLMORE, Charles J. e ATKINS, Beryl T. (1992), "Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbors", *in* Lehrer, A. & Kittay, E. (eds.), *Frames, Fields, and Contrasts. New Essays in Semantic and Lexical Organization*, Hillsdale, Lawrence Erlbaum, pp. 75-102.
- GEERAERTS, Dirk (1997), *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford, Clarendon Press.
- ____ (1998), "Sémanique cognitive et onomasiologie", *Revista Portuguesa de Filologia* 22, pp. 329-339.
- ____ (1999), "Hundred years of lexical semantics", *in* Vilela, Mário & Silva, Fátima (orgs.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto, Faculdade de Letras, pp. 123-154.
- ____ (2001), "On measuring lexical variation", *in* Silva, Augusto Soares (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, pp. 51-61.
- ____ (2002a), "The scope of diachronic onomasiology", *in* Ágel, Vilmos, Gardt, Andreas, Hass-Zumkehr, Ulrike & Roelcke, Thorsten (eds.), *Das Wort: Seine strukturelle und kulturelle Dimension*, Tübingen, Max Niemeyer, pp. 29-44.
- ____ (2002b), "The theoretical and descriptive development of lexical semantics", *in*

- Behrens, Leila & Zaefferer, Dietmar (eds.), *The Lexicon in Focus: Competition and Convergence in Current Lexicology*, Frankfurt, Peter Lang, pp. 23-42.
- ____ (2003), “‘Usage-based’ implies ‘variational’. On the inevitability of Cognitive Sociolinguistics”, conferência plenária apresentada no 8th *International Cognitive Linguistics Conference*, Logroño, Universidade de La Rioja, 20-25 Julho 2003.
- ____ (2004), “Cultural models of linguistic standardization”, in Silva, Augusto Soares, Torres, Amadeu & Gonçalves, Miguel (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, Vol. I, Coimbra, Almedina, pp. 47-84.
- GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stefan e BAKEMA, Peter (1994), *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming, and Context*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- GEERAERTS, Dirk; GRONDELAERS, Stefan e SPEELMAN, Dirk (1999), *Convergentie en divergentie in de Nederlandse woordenschat*, Amsterdam, Meertens Instituut.
- GRONDELAERS, Stefan e GEERAERTS, Dirk (2003), “Towards a pragmatic model of cognitive onomasiology”, in Cuyckens, Hubert, Dirven, René & Taylor, John (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 67-92.
- KELLER, Rudi (1994), *On Language Change: The Invisible Hand in Language*, London/New York, Routledge.
- KOCH, Peter (1997), “La diacronia quale campo empirico della semantica cognitiva”, in Carapezza, Marco, Gambarara, Daniele & Lo Pipaparo, Franco (eds.), *Linguaggio e Cognizione. Atti del XXVIII Congresso della Società di Linguistica Italiana*, Roma, Bulzoni, pp. 225-246.
- KÖVECSES, Zoltán (1990), *Emotion Concepts*, New York, Springer-Verlag.
- ____ (2000), *Metaphor and Emotion. Language, Culture, and Body in Human Feeling*, Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, George e JOHNSON, Mark (1980), *Metaphors We Live By*, Chicago, The University of Chicago Press.
- ____ (1999), *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*, New York, Basic Books.
- LANGACKER, Ronald W. (1987), *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I, *Theoretical Prerequisites*, Stanford, Stanford University Press.
- MOLINA, Clara (2000), *Give sorrow words. Reflexiones semánticas y lexicológicas en torno al dolor en la lengua inglesa desde la diacronía cognitiva*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid.
- PUSTEJOVSKY, James (1995), *The Generative Lexicon: A Theory of Computational Lexical Semantics*, Cambridge, MA, MIT Press.
- SILVA, Augusto Soares da (1996), “Sobre a estrutura da variação lexical. Elementos de lexicologia cognitiva”, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. III, Lisboa, Colibri, pp. 413-423.
- ____ (1999), *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ____ (2001), “Libertar, partir e permitir: Um triângulo evolucionário interlinguístico”, *Revista Portuguesa de Humanidades* 5, pp. 193-214.
- ____ (2002), “Porque e como é que surgem novos significados? Prototipicidade e eficiência cognitiva e comunicativa”, in Head, Brian *et al.* (orgs.) *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*, Braga, Universidade do Minho, pp. 421-433.

- _____ (2003a), “Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*”, in Cuyckens, Hubert, Dirven, René & Taylor, John (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 281-322.
- _____ (2003b), “O poder cognitivo da metáfora e da metonímia”, *Revista Portuguesa de Humanidades* 7, pp. 13-75.
- _____ (2004a), “Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento”, in Dinis, Alfredo & Curado, José M. (orgs.), *Consciência e Cognição*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, pp. 79-96.
- _____ (2004b), “Introdução: linguagem, cultura e Cognição, ou a Linguística Cognitiva”, in Silva, Augusto Soares, Torres, Amadeu & Gonçalves, Miguel (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, Vol. I, Coimbra, Almedina, pp. 1-18.
- _____ (2004c), “Release, leave and let: Cross-linguistic and cognitive evidence for an evolutionary triangle”, comunicação apresentada no *International Conference on Language, Culture, and Mind*, University of Portsmouth, UK, 18-20 Julho 2004.
- _____ em preparação, *O Reino dos Sentidos: Polissemia, Semântica e Cognição*.
- SPEELMAN, Dirk; GRONDELAERS, Stefan e GEERAERTS, Dirk (2003), “Profile-based linguistic uniformity as a generic method for comparing language varieties”, *Computers and the Humanities* 37: pp. 317-337.
- TAYLOR, John R. (1995), *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*, Oxford, Clarendon Press.

ANEXO

	P50		B50		U	U'	P70		B70		U	U'	P00		B00		U	U'	total	
	n	%	n	%	%		n	%	n	%	%		n	%	n	%	%		n	
Árbitro																				
árbitro	382	80,3	70	45,8			238	85,6	18	12,6			177	84,7	110	79,7			238	
juiz	56	11,8	83	54,2			31	11,2	125	87,4			32	15,3	28	20,3				
juiz de campo	38	8,0	0	0,0			9	3,2	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
"referee"	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
referi	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
refre	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
					55,5	6,13					23,7	2,15					95,0	7,12	1397	
Atacante																				
atacante	80	11,4	54	44,3			41	13,1	169	82,5			22	11,2	357	99,4				
avanzado	506	72,1	2	1,6			144	46,2	3	1,5			95	48,5	2	0,6				
avante	0	0,0	42	34,4			0	0,0	2	1,0			0	0,0	0	0,0				
dianteiro	111	15,8	10	8,2			65	20,8	0	0,0			21	10,7	0	0,0				
"forward"	1	0,1	13	10,7			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
ponta-de-lança	4	0,6	1	0,8			62	19,9	32	15,5			58	29,6	0	0,0				
					21,9	3,06					30,1	3,35					11,8	1,41	1897	
Falta																				
falta	166	90,7	33	56,9			74	86,0	71	100			90	91,8	198	100				
"foul"	0	0,0	16	27,6			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
golpe	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
infra(c)ção	6	3,3	8	13,8			8	9,3	0	0,0			7	7,1	0	0,0				
obstrução	11	6,0	1	1,7			4	4,7	0	0,0			1	1,0	0	0,0				
violação	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
					61,9	2,53					86,0	2,90					91,8	5,87	694	
Finta																				
corte	0	0,0	0	0,0			0	0,0	1	4,5			0	0,0	1	4,2				
drible(ing)	37	62,7	4	33,3			22	59,5	21	95,5			9	75,0	23	95,8				
engano	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
"feint"	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
finta	22	37,3	8	66,7			14	37,8	0	0,0			2	16,7	0	0,0				
lesa	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
manobra	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
simulação	0	0,0	0	0,0			1	2,7	0	0,0			1	8,3	0	0,0				
					70,6	0,85					59,5	0,75					75,0	0,58	166	
Fora-de-jogo																				
banheira	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
deslocação	22	22,0	0	0,0			15	22,1	0	0,0			3	5,4	0	0,0				
fora-de-jogo	29	29,0	0	0,0			18	26,5	0	0,0			49	87,5	0	0,0				
impedimento	0	0,0	7	87,5			0	0,0	16	100			0	0,0	9	100				
"offside"	2	2,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
"off-side"	47	47,0	1	12,5			35	51,5	0	0,0			4	7,1	0	0,0				
					12,5	0,23					0,0	0,00					0,0	0,00	257	
Golo																				
bola		0,0		0,0				0,0						0,0		0,0				
"goal"	1	0,1	426	75,9			0	0,0	1	0,1			0	0,0	0	0,0				
gol	0	0,0	6	1,1			0	0,0	1095	99,7			0	0,0	1291	100				
gól	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
golo	1491	77,3	0	0,0			1264	90,6	0	0,0			972	94,6	0	0,0				
ponto	120	6,2	1	0,2			25	1,8	0	0,0			6	0,6	0	0,0				
tento	318	16,5	128	22,8			106	7,6	2	0,2			49	4,8	0	0,0				
					16,7	7,05					0,2	0,10					0,0	0,00	7302	
Grande Penalidade																				
castigo máximo	22	7,5	0	0,0			4	2,2	0	0,0			7	3,6	0	0,0				
castigo-mor	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
falta máxima	0	0,0	1	1,2			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0				
grande penalidade	176	60,1	0	0,0			106	57,0	0	0,0			107	55,2	0	0,0				

PALAVRAS E CONCEITOS NO TEMPO:
PARA UMA ONOMASIOLOGIA DIACRÓNICA E COGNITIVA DO PORTUGUÊS

	P50		B50		U	U'	P70		B70		U	U'	P00		B00		U	U'	total
	n	%	n	%	%		n	%	n	%	%		n	%	n	%	%		n
penalidade	13	4,4	6	7,2			3	1,6	0	0,0			0	0,0	1	0,7			
penalidade máxima	7	2,4	10	12,0			1	0,5	2	11,8			1	0,5	0	0,0			
penákti	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
penákti	0	0,0	0	0,0			0	0,0	15	88,2			0	0,0	142	99,3			
"penalty"	75	25,6	66	79,5			72	38,7	0	0,0			79	40,7	0	0,0			
					32,4	2,07					0,5	0,02					0,0	0,00	916
Guarda-redes																			
arqueiro	0	0,0	69	57,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
"goal-keeper"	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0			
goleiro	0	0,0	13	10,7			3	1,4	209	100			0	0,0	281	100			
golquiper	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
guarda-meta	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
guarda-rede	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
guarda-redes	412	84,9	0	0,0			163	75,8	0	0,0			130	81,3	0	0,0			
guarda-vala	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
guarda-valas	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
guardião	59	12,2	8	6,6			39	18,1	0	0,0			30	18,8	0	0,0			
"keeper"	5	1,0	30	24,8			9	4,2	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
portê(ô)ro	9	1,9	0	0,0			1	0,5	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
quíper	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
vigia	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
					7,6	0,78					1,4	0,13					0,0	0,00	1471
Pontapé																			
chute	16	6,5	1	3,1			0	0,0	116	100			0	0,0	94	100			
chuto	11	4,5	0	0,0			5	6,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
"kick(-off)"	0	0,0	1	3,1			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
panázio	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
pelotada	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
pontapé	218	89,0	0	0,0			78	94,0	0	0,0			54	100	0	0,0			
quiique	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
"shoot"	0	0,0	30	93,8			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
					3,1	0,15					0,0	0,00					0,00	624	
Pontapé de canto																			
canto	245	96,8	0	0,0			68	86,1	0	0,0			28	52,8	0	0,0			
chute de canto	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
corner (córner)	1	0,4	18	66,7			3	3,8	15	93,8			0	0,0	3	7,9			
escanteio	0	0,0	8	29,6			0	0,0	1	6,3			0	0,0	35	92,1			
esquinado	0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
pontapé de canto	7	2,8	0	0,0			8	10,1	0	0,0			25	47,2	0	0,0			
tiro de canto	0	0,0	1	3,7			0	0,0	0	0,0			0	0,0	0	0,0			
					0,4	0,02					3,8	0,08					0,0	0,00	466
Total	4726		1177			22,9	2739		1914			9,5	2059	2575				15,0	15190

Bernard Pottier

Université de Paris-Sorbonne, Institut de France; pottierbernard@wanadoo.fr

Le *devoir faire* et le *pouvoir choisir* dans le processus langagier

Certains linguistes insistent sur les contraintes que la langue impose au locuteur. On ne peut en effet créer une nouvelle morphologie aisément, mais on peut l'exploiter d'une façon originale (esp. amér. *allacito* sur *allá*, ptg. *estouzinbo sozinbo*). Déjà en syntaxe les libertés combinatoires sont énormes (coordination, subordination...) et en sémantique les limites sont impossibles à déterminer.

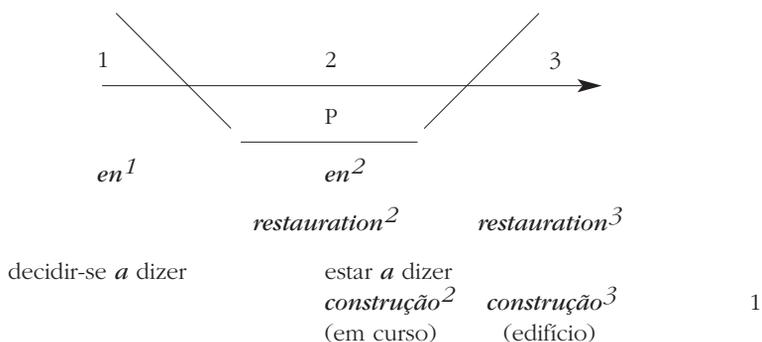
La plupart du temps l'énonciateur jouit de plusieurs degrés de liberté pour s'exprimer. Ce sont ces aspects du **devoir faire** et du **pouvoir choisir** que nous allons parcourir.

1. Les propriétés de la langue

La POLYPHASIE DE LANGUE (ou polysémie de phase) se réfère à l'aptitude qu'ont certains morphèmes de pouvoir fonctionner sous différentes phases du parcours trimorphique sous-tendant la catégorie (1):

en vaut pour le mouvement vers P et également pour la localisation dans P ("aller *en* Grèce, être *en* Grèce");

-tion renvoie aussi bien à l'événement en cours qu'à son état résultatif ("en cours de *restauration*, une magnifique *restauration*")



Le POLYMORPHISME est régleménté dans le cas des morphèmes fonctionnant comme variantes combinatoires :

peux, pouvons, puissant (°pouvoir).
italo-portugais / luso-italien

La POLYARÉALITÉ consiste en l'utilisation d'un même lexème dans des "aires d'instanciation" différentes, telles l'existence (∃), l'espace (E), le temps (T), le notionnel (N) ou le modal (M):

monter: ∃: «*monter* une opération»
 E: «*monter* une côte»
 T: «(*remonter* au déluge)»
 N: «*monter* en puissance»
 M: «*monter* un enfant contre son frère»

(*abrir* uma loja, uma caixa, uma perspectiva, *abrir-se* para o irmão)

La POLYESTHÉSIE est un type de polysémie latente, basée sur le phénomène de la synesthésie:

chaud: (vue): un ton *chaud*
 (toucher): un fer *chaud*
 (odorat): une odeur *chaude*
 (ouïe): le timbre *chaud* de la clarinette
 (goût): une saveur *chaude* du midi

(uma cor, um ferro, um cheiro, um timbre, um sabor *quente*)

Le POLYTHÉMATISME est un type de transfert (métaphore déjà partagée en langue) entre des "domaines d'expérience" variés :

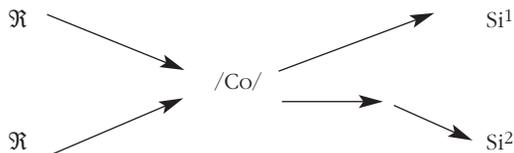
(domaine du corps): *artère, circulation* sanguine
 (domaine de l'urbanisme): *artère, circulation* dans la ville

2. La démarche onomasiologique

A. L'objet référentiel conceptualisé

L'infinité des référents (℞) est conceptualisée (/Co/) dans un nombre réduit de regroupements (unités de saisie), puis s'opère un choix entre des signes plus ou moins convenants (le moins disconvenant étant l'**orthonyme** : dans un zoo il y a des "lions" et non des "rois des animaux").

Ce phénomène est la POLYNOMIE ou possibilité pour l'énonciateur d'opter entre plusieurs solutions qui présentent entre elles des affinités de différentes natures. Ce sont des cas de **parasynonymie**: 2



Choix possibles

Parasémie générale: *auto / voiture, pousser / croître*
 un *ex*-député / un *ancien* député
 je *suis sur le point de* partir/ je *m'apprête à* partir
para que saibas / *a fim de que* saibas

Parasémie diastratique: *H²O / eau*

Hyperonymie: *chat / siamois*

Métonymie: *France / hexagone; Portugal / Lisboa* (dans "acordo diplomático entre Lisboa e Paris")

Métaphore: *France / fille aînée de l'Eglise ; Aveiro / a Veneza portuguesa*

Péronymie: *France / le pays où Molière est né* (°)

Néologie:

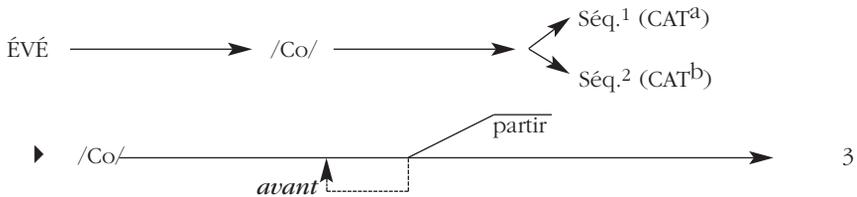
Mixonymie: économie x écologie = *écolonomie*

Échonymie: *Pour une poignée d'euros* (sur le modèle du titre célèbre *Pour une poignée de dollars*)

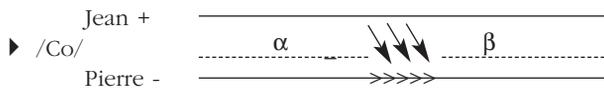
B. L'événement référentiel conceptualisé: le schème analytique (SA)

Les choix s'effectuent également au niveau de la construction des séquences, dans les cadres permis par la langue, mais ils sont très nombreux. L'événement conceptualisé (*invariant-à-dire*) reçoit des catégorisations (CAT) selon les schèmes syntaxiques (ou syntaxies) retenus.

C'est le phénomène de POLYSYNTAXIE



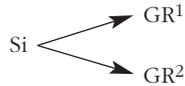
Relation: *avant* ton départ / de partir/ que tu partes / que tu ne partes
antes da tua partida / de partires / que partas
cujos efeitos o médico conhece / *de que* o médico conhece os efeitos



Diathèse: *Jean* a blessé *Pierre* / *Pierre* a été blessé par *Jean*

La POLYNOMIE et la POLYSYNTAXIE peuvent être réunies sous le nom de POLY-SÉMIOSE.

La POLYGRAPHIE



Les choix dépendent du contexte de la finalité ou du degré de culture linguistique de l'énonciateur.

clé / clef
 juin / VI / 06 / 6
 quarante trois / 43 / XLIII
quatorze / catorze

3. La démarche sémasiologique

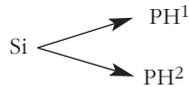
Lorsqu'un signe possède un signifié saillant ou prégnant (soit en langue, soit dans un contexte déterminé), il s'agit de l'**orthosémie** : "le *facteur* m'a apporté une lettre". Mais la plupart des signes ont, en latence, une polyvalence interprétative.

La POLYSÉMIE DE LANGUE propose au locuteur des lexies qui sont déjà intégrées dans la langue avec des acceptions distinctes:

facteur (de la poste, en mathématiques, la cause de...),
cœur (organe vital, centre de, qualité morale...)
meio (ambiente, de transporte, da vida, de encontrar uma solução)
 C'est là que se situe la limite entre la polysémie et l'homonymie (2)

4

La POLYPHONIE



En fonction de son niveau de culture linguistique, ou de ses intentions distinctives s'il en est maître, le locuteur peut effectuer divers choix:

gestion : _estjō / _esjō (*para* / pra)
1515 : mille cinq-cent quinze / quinze-cent quinze
je le vois : jelevois / jelvois / jlevois

Conclusion

Le locuteur est tributaire de trois sortes de compétences, complémentaires:

1. *Le système de sa langue* lui impose certains fonctionnements (polyphasie, polymorphisme) et lui propose des extensions d'application (polyréalité, polyesthésie, polythématisme).
2. *Dans le parcours onomasiologique*, comme énonciateur, il peut être original dans le choix des lexèmes, des catégorisations (polynomie), des structures syntaxiques (polysyntaxie), et même dans ses options graphiques ou phoniques (polygraphie et polyphonie).

3. *le parcours sémasiologique*, en tant qu'interprétant, il doit mobiliser l'ensemble de ses connaissances (expériences individuelles et savoirs culturels) pour "faire le bon choix" parmi les polysémies discursives. Il peut aussi oraliser le message avec des variations polyphoniques.

Index terminologique

<i>échonymie</i>	<i>mixonymie</i>	<i>parasonymie</i>	<i>polymorphisme</i>	<i>polysémie</i>
<i>homonymie</i>	<i>néologie</i>	<i>péronymie</i>	<i>polynomie</i>	<i>polysyntaxie</i>
<i>hyperonymie</i>	<i>orthonymie</i>	<i>polyréalité</i>	<i>polyphasie</i>	<i>polythématisme</i>
<i>métaphore</i>	<i>orthosémie</i>	<i>polyesthésie</i>	<i>polyphonie</i>	<i>polyvalence</i>
<i>métonymie</i>	<i>parasémie</i>	<i>polygraphie</i>	<i>polysémie</i>	<i>synesthésie</i>

- (1) Pottier, Bernard, 2000, *Représentations mentales et catégorisations linguistiques*, Louvain-Paris, Peeters, 318 p.
Pottier Navarro, Huguette, 2004, Le conceptuel et le trimorphe chez Bernard Pottier, *La Tribune Internationale des Langues Vivantes*, n. 35, p.18-27.
- (2) Pottier Navarro, Huguette, 1991, *La polisemia léxica en español*. Madrid, Gredos, 215 p. 5.

Brian Franklin Head

Universidade do Minho

Características de variedades populares e rurais do português brasileiro contemporâneo que correspondem a documentação dos primeiros dicionários portugueses

In memoriam João Alves Pereira Penha

Introdução

Encontra-se em Portugal a noção de que o português do Brasil corresponde ao português europeu do século XVI, época em que o Brasil foi descoberto pelos portugueses e em que também começou a colonização. Se, de uma perspectiva histórica, tal noção pode, à primeira vista, parecer razoável, constitui, de uma perspectiva linguística, uma deturpação da realidade do idioma.

Verifica-se que, com o decorrer do tempo, todas as línguas acusam mudança. De acordo com esta característica geral da linguagem, o português do Brasil (PB) também mudou a partir do século XVI. Com a passagem do tempo, o PB tornou-se, nalguns aspectos, diferente do português europeu (PE). Por outro lado, encontram-se no PB e no PE algumas das características que eram típicas da língua no século XVI, além de propriedades que representam inovações. O PB contemporâneo preserva, sobretudo nas variedades populares e rurais, alguns aspectos que eram típicos da língua no século XVI (a qual, por sua vez, também preservava alguns arcaísmos, propriedades típicas de épocas anteriores). Desta forma, o PB e o PE caracterizam-se, em termos da linguística diacrónica, por conjuntos de características preservadas e de inovações. É na preservação de algumas características correntes durante o século XVI que se encontra um fundamento linguístico para a noção de que o PB corresponde ao PE do século XVI: nota-se, afinal, algum sabor de arcaísmo no PB, mais frequente e mais marcado nas variedades populares e rurais do que na «fala culta». Mas o «sabor de arcaísmo» não é geral: limita-se a certas propriedades. Além dos arcaísmos, há também inovações,

algumas das quais são típicas de variedades do PB, sem propriedades equivalentes no PE. Assim sendo, além dos arcaísmos, há propriedades peculiares do PB, que saltam ao ouvido (ou à vista, na leitura de textos do Brasil).

O objectivo do presente trabalho é de examinar uma parte da documentação dos primeiros dicionários portugueses que corresponde a propriedades de variedades populares e rurais do PB contemporâneo, sobretudo nos domínios da pronúncia e do vocabulário.¹ Os dicionários dos primeiros lexicógrafos portugueses considerados neste estudo incluem os seguintes:²

Jerónimo Cardoso, *Dictionarivm ex Lusitanico in Latinvm sermonem*, Lisboa, 1562-1563.

Jerónimo Cardoso, *Dictionarivm Latinolvsitanicvm & vice versa Lusitanicolatinu~, cum adagiorum...* Coimbra, 1570.³

Agostinho Barbosa, *Dictionarivm lusitanicolatinvm...* Braga, 1611.

Encontra-se em diversos tipos de fontes documentação das propriedades de variedades rurais e populares do PB contemporâneo: nos atlas linguísticos regionais, nos estudos monográficos de variedades regionais, nos dicionários de linguagem popular e rural, nas obras de escritores regionais.⁴

¹ O tema deste estudo foi escolhido de acordo com alguns dos interesses do colega em cuja homenagem se destina o volume em que este e outros estudos serão editados. Ao longo da sua muito fértil actividade de docente e investigador, o Professor Mário Vilella tem cultivado, entre outras áreas, a lexicografia e o conhecimento da língua portuguesa em diversos países onde teve a oportunidade de observar o uso da língua. No presente estudo, procura-se unir, de forma apenas representativa, algumas das áreas de interesse do homenageado.

² Além das obras dos primeiros lexicógrafos portugueses, há outras fontes importantes de documentação nos dicionários do português do século XVI. Na bibliografia para o *Dicionário dos dicionários portugueses*, Messner (2003: vii-viii) considera algumas fontes lexicográficas do século XVI além das obras dos primeiros lexicógrafos portugueses: Olea (1536), Laguna (1570), Ricci (1588) e *Colloquia* (1598). Também contém elementos típicos do uso da língua durante o século XVI Minshau (1617) e o *Vocabulário na Língua Brasileira* (manuscrito de 1622), igualmente considerados por Messner na elaboração da referida obra.

³ O *Dictionarivm Latinolvsitanicvm & vice versa Lusitanicolatinu~, cum adagiorum...*, de Jerónimo Cardoso, teve várias reedições: Coimbra, 1588, Lisboa, 1592, 1601, 1613, 1619, 1630, 1643, 1677, 1694, 1695, Coimbra, 1695. O confronto entre algumas destas reedições revela haver poucas mudanças de uma reedição para outra (ao contrário do que se verifica com as edições consecutivas das obras do terceiro lexicógrafo português, Bento Pereira, e mais ainda com as diversas edições de Morais).

⁴ O presente trabalho dedica-se à memória de João Alves Pereira Penha, cuja vasta e rica obra representa uma inovação no estudo do português do Brasil, no sentido de aproveitar elementos de diferentes tipos de fontes. A referida obra, que se encontra principalmente em edições limitadas e de pouca difusão, merece ser mais conhecida e consultada (encontra-se uma bibliografia em Head 2002). Muitas das propriedades de variedades populares e rurais do português do Brasil que são referidas no presente trabalho também são mencionadas nos trabalhos de J. Penha (veja-se Penha 1970, especialmente os capítulos sobre «Fonética», pp. 21-35, e «Vocabulário», pp. 125-265). No tocante às propriedades da linguagem rural e popular no PB contemporâneo, o presente estudo considera informações das seguintes fontes: os atlas linguísticos regionais (desde o primeiro, o *APFB*, até ao mais recente, o *ALERS*, Koch *et al.*, 2002), estudos monográficos (A. Amaral 1920, M. Marroquim 1934, J. Teixeira 1938, etc.), dicionários da linguagem popular e rural (H. Almeida 1979, R. Nonato 1983, F. Serraine 1958, etc.) e obras de escritores regionais (C. Cearense 1919, C. Pires 1938, V. Silveira 1937, etc.). Por serem bem conhecidas as propriedades da linguagem popular e rural do Brasil referidas no presente estudo, torna-se desnecessário citar as referências da respectiva documentação.

1. Fonética

Entre as propriedades fonéticas que se encontram comumente na linguagem popular e rural, em geral, destacam-se as seguintes:⁵

1.1. Alternância de vogais

1.1.1. [a] da fala culta representado por [e], [ɛ] ou [i] na linguagem popular e rural: «desemparar», *desamparar*, «rezão», *razão*, «ventagem», *vantagem*, «janela» ou «jinela», *janela*, «amenhã» e «aminhã» por *amanhã*.

1.1.2. [e] da fala culta representado por [a] e por [i]: «avantal», *avental*, «tabalião», *tabelião*, «anteado», *enteado*, «avangelho», *evangelho*, «antão» e «atão» por *então*, «minino», *mentino*, «priguíça», *preguiça*, «arripiar», *arripiar*, «milhor», *melhor*, «mintira», *mentira*.

1.1.3. [i] da fala culta representado por [e] ou [ɛ] na linguagem popular: «dereito», *direito*, «vevir», *vivir*, «defamar», *difamar*, «deferença», *diferença*.

1.1.4. [o] representado por [u] ou por [a]: «cuberto», *coberto*, «puntual», *pontual*, «acupar», *ocupar*, «barboleta», *borboleta*.

1.1.5. [ɔ] representado por [u]: «acude», *acode*.

1.1.6. [u] por [o] e por [ou]: «sojeito», *sujeito*, «molher», *mulher*, «orina» e «ourina», *urina*, «ourelha», *orelha*.

1.2. Redução e substituição de ditongos.

1.2.1. [au] representado por [o] ou [ɔ]: «odiença», *audiência*, «botisar», *batisar*, «otomóve», *automóvel*.

1.2.2. [ai] reduzido a [a], ou substituído por [ei] ou [e]: «abaxar», *abaixar*, «baxo», *baixo*, «caxa», *caixa*, «mas» por *mais*, «treição» ou «trêção», *traição*, «tredor», *traidor*.

1.2.3. [eu] representado por [o] ou [ɔ]: «oropa», *Europa*.

1.2.4. [ei] reduzido a [e]: «pexe», *peixe*, «fazendêro» por fazendeiro.⁶

1.2.5. [ou] reduzido a [o] ou substituído por [u]: «poco», *pouco*, «truxe», *trouxe*.⁷

1.2.6. [kwa] por [ka] ou [ko]. «contia» por *quantia*, «Coresma» por *Quaresma*, «calidade» por *qualidade*.

1.3. Alternância de consoantes.

1.3.1. [l] por [r]. «crara» por clara, «pranta», *planta*, «planeta», *planeta*, «frauta»,

⁵ Não se pretende, no presente trabalho, explicar a origem das propriedades fonéticas mencionadas, mas antes apenas considerar, por um lado, algumas das principais características das variedades populares e rurais do PB contemporâneo, e, por outro lado, a documentação correspondente nas obras dos primeiros lexicógrafos portugueses. Com efeito, a mesma propriedade pode admitir diversas hipóteses quanto à sua origem. Assim, por exemplo, haverá duas hipóteses para explicar a nasalidade da vogal na primeira sílaba da forma popular «sancristão»: (1) nasalização (talvez por assimilação) ou (2) analogia com as palavras *são* (=santo) e *sã*. Não é possível no presente estudo apresentar as diversas hipóteses de origem de todas as propriedades fonéticas comuns nas variedades populares e rurais do PB contemporâneo. Por outro lado, este trabalho limita-se a considerar características *comuns* e relativamente frequentes na linguagem popular e rural (em vez de um conjunto de propriedades de *diferentes* variedades do BP, como se encontra em Castro 1991: 47 para caracterizar o que o Autor chama de «falar errado»).

⁶ A redução do ditongo [ei] à vogal simples [e] é geral na linguagem popular e rural do PB contemporâneo, excepto na região Sul, onde está a tornar-se mais comum (*ALERS*: I, 33, 89, 93).

⁷ A redução do ditongo [ou] à vogal simples [o] é muito comum (mesmo geral, nalgumas variedades) na linguagem popular e rural do BP, inclusive na região Sul (*ALERS*: I, 367, 373, 395, 397).

flauta, «frecha», *flecha*. Também ocorre esta alternância em final de sílaba: «sar» por *sal*, «farta» por *falta*.⁸

1.3.2. [n] por [l]. «lomear» por *nomear*, «uliforme» ou «lifforme» por *unifforme*.

1.3.3. [v] por [b]. «barrer» por *varrer*, «bassoura» ou «bassora», *vassoura*, «ber-ruga», *verruca*.

1.3.4. [b] por [v]. «vexigo» por *bexigo*, «gavar» por *gabar*.

1.4. Processos diversos.

1.4.1. Aférese: «Estruir», *destruir*, «ventura», *aventura*, «inda», *ainda*, «concecer», *acontecer*, «magina», *imagina*.

1.4.2. Síncope: «sustância» ou «sustança», *substância*, «malino», *maligno*, «reposta», *resposta*.

1.4.3. Apócope: «ante», *antes*, «Jesu», *Jesus*, «vamo», *vamos*, «des que», *desde que*, «incréo» *incrédulo*.

1.4.4. Prótese: «avoar», *voar*, «assossegar», *sossegar*, «amostar», *mostrar*, «alevan-tar», *levantar*.

1.4.5. Epêntese: «açucrer», *açucar*.

1.4.6. Metátese: «fremoso», *fermoso*, «frol», *flor*, «preguntar», *perguntar*, «perten-der», *pretender*.

1.4.7. Nasalização: «ansim», *assim*, «ingnorante», *ignorante*, «sancristão», *sacris-tão*, «mortandade», *mortalidade*.

1.4.8. Desnasalização: «estromento» *instrumento*, «home», *homem*, «nuve», *nuvem*, «fizero» ou «fizeru», *fizeram*.⁹

1.4.9. Crase: «comprender» por *compreender*.

1.5. Mudança da estrutura tónica (tipicamente, a passagem de formas proparoxítonas a paroxítonas): «arve», *árvore*, «utro» e «ute», *útero*, «buzo», *búzio*, «muslo», *mús-culo*, «corgo», *corrego*, «ridico», *ridículo*, «sabo», *sábado*, «passo», *pássaro*.¹⁰

Encontram-se nos dicionários dos primeiros lexicógrafos portugueses documentação de quase todas as propriedades fonéticas acima indicadas, que são comuns na linguagem popular e rural do PB contemporâneo. É preciso lembrar, porém, que a linguagem popular e rural do PB contemporâneo abrange diversas variedades, nalgumas das quais as variantes acima indicadas são mais de natureza gráfica do que fonética ou fonológica.

Seguem-se alguns exemplos de formas registadas nos primeiros dicionários portu-gueses que correspondem a propriedades de pronúncia no português brasileiro con-temporâneo. Encontram-se outros exemplos na secção 2, *infra*, e em Head (2003).

⁸ No dialecto «caipira», especialmente típico do interior de São Paulo e o sul de Minas Gerais, com várias propriedades também frequentes na linguagem popular e rural de uma grande área do interior do Brasil, o chamado «r retroflexo» substitui a lateral em final de sílaba: «sar» por *sal*, «mardade», *maldade*, «falá difícil», *falar difícil* (usar a «fala culta»).

⁹ Alguns dos casos em que se encontram variantes sem nasalização na linguagem popular e rural, tais como «viage» e «corage», não são exmplos da desnasalização, visto que estas formas são mais semelhantes aos respectivos étimos do que as formas da «norma culta», *viagem* e *coragem*. Assim, as formas populares «viage» e «corage» são apenas arcaísmos, exemplos da preservação de formas típicas de épocas anteriores. Por outro lado, é preciso reconhecer a possibilidade de haver nasalização seguida pelo processo oposto, a desnasalização. De uma perspectiva diacrónica, ocorreu a desnasalização na passagem de *pentem*, forma documentada no século XV e registada como entrada em Barbosa (1611: c. 834), à forma moderna *pente*.

¹⁰ Na linguagem popular e rural o termo «passo preto» é de uso comum para designar o *melro*.

Substituição de vogais: «desemparar» por *desamparar*, «tabalião» por *tabelião*, «preguiça» por *preguiça*, «direito» por *direito*, «cuberto» por *coberto*, «mulher» por *mulher*.

Redução e substituição de ditongos: «poço» por *pouco*, «treição» por *traição*, «tredor» por *traidor*, «calidade» por *qualidade*.

Alternância entre consoantes: «reclamar» por *reclamar*, «barrer» por *varrer*, «assoiar» (= «assoiar») por *assoiar*.

Processos diversos: «alembiar» por *lembrar*, «ante» por *antes*, «fisionomia» por *fisionomia*.

2. Vocabulário

Incluem-se, entre outras, no vocabulário da linguagem popular rural no PB contemporâneo, as formas apresentadas na lista que segue (baseada em Penha (1970: 124-265)). Todas as referidas formas estão documentadas nos tipos de fontes antes referidas: os atlas linguísticos regionais, os estudos monográficos de variedades regionais ou locais, os dicionários da linguagem popular ou regional, a literatura regional.

Observa-se que muitas das formas referidas também se encontram nas obras dos primeiros lexicógrafos portugueses, conforme mostram as referências indicadas na lista de registos.¹¹

Variedades do PB contemporâneo	Registos nos primeiros dicionários portugueses ¹²
«abastar» (bastar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«acude» (acode)	Cardoso (1570)
«acupar» (ocupar)	Cardoso (1562-63)
«adonde» (aonde, onde)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«afrição» (aflição)	Cardoso (1562-63)
«agardecer» (agradecer)	Cardoso (1570) ¹³
«alevantar» (levantar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«algu~a» (alguma)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«alifante» (elefante)	Cardoso (1570)
«alimpar» (limpar)	Cardoso (1570)
«alvoraçada» (alvoroçada)	Cardoso (1570) ¹⁴
«amenhã» (amanhã)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«ametade» (metade)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«amostrar» (mostrar)	Cardoso (1562-63, 1570) Barbosa (1611)
«antão» (então)	Cardoso (1570)
«ante» (antes)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)

¹¹ O registo no dicionário não se limita, evidentemente, às entradas. Na identificação do corpus das respectivas obras foram levadas em conta, além das entradas, o texto dos verbetes. Nos dicionários de Cardoso, também se considera o texto dos verbetes das entradas de palavras latinas. As referências aos registos nas obras de Cardoso baseiam-se no «Índice de todas as formas portuguesas dos Dicionários de Jerónimo Cardoso» (inédito), preparado em forma electrónica por Telmo Verdelho, que teve a amabilidade de enviar-me uma cópia (09.02.2001).

¹² Da ordenação cronológica das referências aos registos nos primeiros dicionários dos lexicógrafos portugueses, pode-se notar que os seus autores não se repetiam de uma obra para outra (isto é, Cardoso 1570 não inclui todas as palavras e frases registadas em Cardoso 1562-63), da mesma forma que há registos nos dicionários de Cardoso não incluídos no dicionário de Barbosa (1611).

¹³ Cardoso (1570) regista «agardeço» sem indicar a forma do infinitivo.

¹⁴ Cardoso (1570) regista «alvoraçadamente» sem indicar o adjectivo correspondente.

«aqueredor» (credor)	Cardoso (1562-63) ¹⁵
«arriba» (acima)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«arripiar» (arrepiar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«arteiro»	Cardoso (1562-63)
«assossegar» (sossegar)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«avoar» (voar)	Cardoso (1570)
«banda» (lado)	Barbosa (1611) ¹⁶
«barboleta» (borboleta)	Cardoso (1570)
«barrer» (varrer)	Cardoso (1570)
«bassoura» (vassoura)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«bautisar» (batar)	Cardoso (1570)
«baxo» (baixo)	Cardoso (1562-63, 1570) Barbosa (1611) ¹⁷
«benção» (oxítona)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«berruga»	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«botar» (pôr, colocar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«botica» (farmácia)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«boticário» (farmacêutico)	Cardoso (1570), ¹⁸ Barbosa (1611)
«celebro» (cérebro)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«cirimonia» (cerimônia)	Cardoso (1570)
«comprender» (compreender)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«concrusão» (conclusão)	Cardoso (1570)
«contino» (contínuo)	Cardoso (1570)
«contia» (quantia)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«corenta» (quarenta)	Cardoso (1570)
«Coesma» (Quaresma)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«crara» (clara)	Cardoso (1570)
«cristel» (clister)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«cuberta» (coberta)	Cardoso (1562-63, 1570) ¹⁹ Barbosa (1611)
«defamar» (difamar)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«deferença» (diferença)	Cardoso (1570)
«demostrar» (demonstrar)	Cardoso (1562-63, 1570) ²⁰ Barbosa (1611)
«dereito» (direito)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«derradeiro» (último)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«desdanhar» (desdenhar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«desemparar» (desamparar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«despidir» (despedir)	Cardoso (1562-63, 1570) ²¹
«despois» (depois)	Cardoso (1570)
«dês que» (desde que)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)

¹⁵ A forma registada por Cardoso (1562-63) é «aqueridor».

¹⁶ Encontra-se o registo de «banda» na edição de 1677 do dicionário de Cardoso

¹⁷ Barbosa (1611) regista as formas *abaxar*, *abaxo*, *debaxo* e *para baxo*, além de *bayxa* e *bayxo*.

¹⁸ Cardoso (1570) inclui as formas «boticairo» e «boticayro».

¹⁹ Cardoso (1562-63): «cubertamente», (1570): «cuberto», «cuberta», e outras formas afins.

²⁰ Cardoso (1562-63) regista «demostraçam» sem indicar o verbo correspondente.

²¹ Cardoso (1570) regista «despidimos», sem indicar a forma do infinitivo.

«didal» (dedal)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«definição» (definição)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«dino» (digno)	Cardoso (1570)
«embigo» (umbigo)	Cardoso (1562-63,1570) ²² Barbosa (1611)
«emprasto» (emplastro)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«entonce» (então)	Cardoso (1562-63, 1570) ²³
«entrometer» (intrômetro)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«enveja» (inveja)	Cardoso (1562-63, 1570) ²⁴
«escuitar» (escutar)	Cardoso (1570)
«espírito» (espírito)	Cardoso (1570)
«estamo» (estômago)	Cardoso (1570) ²⁵
«fermoso» (formoso)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«físico» (médico)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«framengo» (flamengo)	Cardoso (1562-63)
«frauta» (flauta)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«frecha» (flecha)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«fruta» (fruta)	Cardoso (1570), Barbosa (1611) ²⁶
«gimido» (gemido)	Cardoso (1562-63) ²⁷
«incréo» (incrédulo)	Cardoso (1562-63)
«inda» (ainda)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«ingrês» (inglês)	Cardoso (1570)
«inguento» (unguento)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611) ²⁸
«Jesu Cristo» (Jesus Cristo)	Barbosa (1611)
«jugar» (jogar)	Cardoso (1570)
«luitar» (lutar)	Cardoso (1570) ²⁹
«madre» (útero)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«maginar» (imaginar)	Cardoso (1562-63)
«malino» (maligno)	Cardoso (1562-63, 1570) Barbosa (1611)
«menhã» (manhã)	Cardoso (1570), Barbosa (1611) ³⁰
«milhor» (melhor)	Cardoso (1570)
«minino» (menino)	Cardoso (1562-63, ³¹ 1570) Barbosa (1611)
«mintir» (mentir)	Cardoso (1562-63, 1570)
«molher» (mulher)	Cardoso (1562-63, ³² 1570) Barbosa (1611)
«mortandade» (mortalidade)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)

²² Cardoso (1562-63) registra com a palavra com a forma gráfica «embiguo».

²³ Em ambas as obras, Cardoso registra a forma «entonces» (com -s final).

²⁴ Cardoso (1562-63) registra «envejada» e «envejosamente», sem incluir o substantivo correspondente.

²⁵ Cardoso (1570) registra «estamago», forma representativa de uma fase na evolução para «estamo».

²⁶ Barbosa (1611: 564-565) registra *fruyta* e *fructo*

²⁷ A forma «gimido» também está registrada na edição de 1677 de Cardoso (1570).

²⁸ Barbosa (1611) registra ambas as formas, indicando preferência: *Inguento*, aliás *Unguento*.

²⁹ Cardoso (1570) registra o substantivo com a forma «luyta».

³⁰ Barbosa (1611) registra ambas as formas, indicando preferência por «manhã».

³¹ Cardoso (1562-63) registra «minina» sem indicar a forma do masculino.

³² Cardoso (1562-63) registra «mulherinha».

«negrigência» (negligência)	Cardoso (1562-63) ³³
«nenhu~a» (nenhuma)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«nuve» (nuvem)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«ourina» (urina)	Cardoso (1570), Barbosa (1611) ³⁴
«piadade» (piedade)	Cardoso (1570)
«pidir» (pedir)	Cardoso (1562-63)
«piqueno» (pequeno)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«pirulas» (pílulas)	Cardoso (1562-63, 1570) ³⁵
«pitição» (petição)	Cardoso (1562-63)
«poco» (pouco)	Cardoso (1562-63)
«polo» (pelo)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«praneta» (planeta)	Cardoso (1570), Barbosa (1611) ³⁶
«pranta» (planta)	Cardoso (1562-63, ³⁷ 1570) Barbosa (1611) ³⁸
«preguntar» (perguntar)	Cardoso (1570), Barbosa (1611) ³⁹
«priguiça» (preguiça)	Cardoso (1562-63, ⁴⁰ 1570), Barbosa (1611) ⁴¹
«reclamar» (reclamar)	Cardoso (1562-63) Barbosa (1611)
«reposta» (resposta)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«reprender» (reprender)	Cardoso (1570), ⁴² Barbosa (1611)
«repricar» (replicar)	Cardoso (1562-63, ⁴³ 1570)
«repunar» (repugnar) ⁴⁴	
«rezão» (razão)	Cardoso (1570), Barbosa (1611) ⁴⁵
«resedir» (residir)	Cardoso (1562-63)
«riba» (cima)	Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«rudo» (rude)	Cardoso (1562-63, 1570) ⁴⁶
«sabedoria» (sabedoria)	Cardoso (1570) ⁴⁷

³³ Cardoso (1562-63) regista a forma «negrigente».

³⁴ Cardoso (1562-63, 1570) e Barbosa (1611) registam «ourina», «ourinar» e «ourinol». Na edição de 1677 de Cardoso (1570) encontram-se as formas com *o-* (em vez de *ou-*) no início: «orina», «orinar» e «orinar», com grafias que reflectem a redução do ditongo a uma vogal simples.

³⁵ Barbosa (1611: c. 849) indica duas formas: «pilulas, ou piloras».

³⁶ Na entrada da forma «praneta», Barbosa (1611) remete o leitor para a entrada «planeta».

³⁷ Cardoso (1562-63) regista a forma «prantada», sem indicar nem «prantar» nem «pranta».

³⁸ Na entrada da forma «pranta», Barbosa (1611) remete o leitor para a entrada «planta, plantar».

³⁹ Cardoso (1570) averba «preguntar», que também se encontra na edição de 1677 da mesma obra. Barbosa (1611: c. 839) averba as formas «pergunta», «perguntar» e «perguntador»; na entrada de «consultada cousa» inclui a forma «preguntada» (c. 242).

⁴⁰ Cardoso (1562-63) regista «priguiçozo», sem indicar o substantivo correspondente.

⁴¹ Ambas as obras referidas registam tanto o substantivo como o adjectivo com *-i-* na raiz.

⁴² Cardoso (1570) regista diversas formas do verbo, inclusive «reprehender», sem crase.

⁴³ Cardoso (1562-63) regista a forma «reprica», sem indicar o infinitivo correspondente.

⁴⁴ A forma «repunhar» está registada em Cardoso (1562-63) e em Barbosa (1611). A forma «repunar» encontra-se em documentação a partir do século XIV. Também está registada na edição de 1677 de Cardoso (1570).

⁴⁵ Na entrada da forma «rezão», Barbosa (1611: c. 944) remete o leitor para a entrada «razão». Na mesma obra (c. 910), encontra-se a forma «rezoar» numa frase na sequência das entradas para «razoar» e «razoamento». Neste contexto, a forma «rezoar» parece ser resultado de um lapso tipográfico ocasional.

⁴⁶ Cardoso (1570) também regista a forma «rude».

⁴⁷ Cardoso (1570) regista a palavra com a representação gráfica «sabedoria».

«saluço» (soluço)	Cardoso (1562-63)	Barbosa (1611) ⁴⁸
«salvar» (cumprimentar)		Cardoso (1570), Barbosa (1611) ⁴⁹
«salvagem» (selvagem)	Cardoso (1562-63, 1570)	Barbosa (1611) ⁵⁰
«sancristão» (sacristão)	Cardoso (1562-63) ⁵¹	Barbosa (1611) ⁵²
«sembrante» (semblante)		Barbosa (1611)
«sojeito» (sujeito)		Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«somana» (semana)		Cardoso (1570), Barbosa (1611) ⁵³
«soportar» (suportar)		Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«soverter» (subverter)	Cardoso (1562-63, 1570)	Barbosa (1611)
«sustância» ⁵⁴ (substância)		Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«tabalião» (tabelião)	Cardoso (1562-63, 1570)	Barbosa (1611)
«tisoura» ⁵⁵ (tesoura)		Cardoso (1570), Barbosa (1611)
«titor» (tutor)		Cardoso (1570) ⁵⁶
«treição» (traição)		Cardoso (1570), Barbosa (1611) ⁵⁷

O registo de formas acima indicadas nos dicionários dos primeiros lexicógrafos não significa que tais formas eram necessariamente consideradas, em geral, de uso preferível. Em muitos casos, Barbosa (1611) remete o leitor para outra entrada (outra forma) com o uso de *vide*, *aliás* ou alguma frase, como *melhor diremos*, por exemplo, «contia..., aliás Quantia» (Barbosa 1611: c. 247). Seguem-se mais alguns exemplos.⁵⁸

Aa menbã. Vide supra, *Aa manbã*.

Arraya do reyno... *Melhor diremos*, *Raya*.

Arrazoar... Vide *Razoar...*

Borracho. Vide *Bebado*.

Coresma. Vide *Quaresma*.

⁴⁸ Na entrada de forma «saluço», Barbosa (1611: c. 968) indica preferência pela forma «soluço». Segue-se, porém, uma série de entradas com *-a-* (em vez de *-o-*) na raiz: «Saluçar...»; Cousa que saluçá; Cousa, que saluçá muytas vezes; Saluçada cousa; Com saluço» (cc. 968-969).

⁴⁹ Outras formas de palavras da mesma família lexical também são registadas nalguns dos primeiros dicionários de lexicógrafos portugueses. Por exemplo, (Barbosa 1611: cc. 967-968) inclui *salva* e *salvação*.

⁵⁰ Na linguagem popular e rural do Brasil, é comum a forma «salvage», sem ressonância nasal perceptível no núcleo da última sílaba. Cardoso (1570) regista «salvagem», Barbosa (1611) regista «salvage», remetendo o leitor para a entrada «selvage».

⁵¹ Cardoso (1562-63) regista as formas «sancristão» e «sancristia», também incluídas na edição de 1677 de Cardoso (1570).

⁵² Barbosa (1611) regista tanto «sancristão» como «sancristia».

⁵³ Na entrada de «somana», Barbosa (1611: c. 1003) indica preferência pela forma «semana».

⁵⁴ Devido à típica passagem das palavras de estrutura tónica proparoxítona à formas paroxítonas, é comum na linguagem popular e rural do Brasil a variante «sustança».

⁵⁵ Devido à redução do ditongo [ou] à vogal [o] na linguagem popular e rural do Brasil, são comuns variantes como «tisora», «vassora» e outras semelhantes (com a vogal simples *o*, em vez do ditongo *ou*).

⁵⁶ Cardoso (1562-63) regista «titoria» sem incluir «titor». Ambos os substantivos, com as formas «titor» e «titoria», estão registados na edição de 1677 de Cardoso (1570).

⁵⁷ Barbosa (1611: c. 1053) também regista a forma «tredor» (traidor). A redução do ditongo [ei] a [e] é geral no português do Brasil.

⁵⁸ Nestes exemplos, como em outros, respeitamos nas citações a representação gráfica que se encontra na respectiva obra.

Inguento, aliàs vnguento.

Praneta. Vide *planeta.*

Pranta. Vide *planta. plantar.*

Reconualecer. Vide *Conualecer.*

Renço. Vide *Ranço.*

Rezão. Vide *Razão*

Saluçõ, aliàs Soluçõ.

Salvage, aliàs Selvage.

Somana, aliàs Semana.

Tauao. Vide *Taboa.*

Os exemplos referidos (que representam apenas uma selecção reduzida entre os muitos casos encontrados na obra) servem para indicar os recursos usados por Barbosa (1611) na indicação de opções entre variantes no uso (tipicamente, de diferentes constituições fonológicas) ou entre diferentes palavras (e, eventualmente, entre diversas formas na representação gráfica). É de notar que, de modo geral, a obra destaca a opção que o autor considera preferível.

3. Conclusões e perspectivas para investigação futura

O presente trabalho apresenta numerosos exemplos de documentação dos primeiros dicionários portugueses que corresponde a propriedades da linguagem popular e rural do PB contemporâneo. O conjunto de exemplos apresentados poderá ser bastante ampliado, mas os dados apresentados são suficientes para mostrar vários laços entre o Português Europeu (PE) do século XVI, de acordo com documentação encontrada nos dicionários considerados. Não se deve, porém, pensar que o PB contemporâneo só inclua propriedades do PE do século XVI! No léxico do PB, há numerosos vocábulos de origem ameríndia e africana que muito contribuem para tornar o léxico do PB diferente do léxico do PE.

Os dicionários considerados no presente estudo representam, evidentemente, apenas uma pequena parcela da codificação do PE do século XVI. Uma pesquisa mais abrangente poderá levar em conta outros tipos de codificação da época: as gramáticas e os tratados de ortografia, tais como, por exemplo, Oliveira (1538), Barros (1540) e Gândavo (1574), entre outras obras. Segue-se uma selecção de exemplos relevantes para um melhor desenvolvimento da perspectiva deste trabalho:⁵⁹

Oliveira (1536):

«acupou» (ocupou), «algũa» (alguma), «Anrrique» (Henrique), «antre» (entre), «capitolo» (capítulo), «dasfazer» (desfazer), «estormento» (instrumento), «femenino» (feminino), «fezerão» (fizeram), «fezemos» (fizemos), «framengo» (flamengo), «frandes» (Flandres), «fremoso» (formoso), «gengibas» (gengivas), «hũa» (uma), «imigos» (inimigos), «ingres» (inglês), «milhor» (melhor), «molher» (mulher), «molherão» (mulherão), «premeiro» (primeiro), «per» (por), pera (para), «pollo» (pelo), «portacol» (protocol), «pubrique» (publique), «refião» (rufião), «rezão» (razão), «sinificar» (significar), «sustantivo» (substantivo),

⁵⁹ São de grande utilidade para o levantamento e o estudo das formas registadas nestas obras os trabalhos de Maruyama (2001a, 2001b e 2002).

«tauerna» (= «taverna», por taberna), «tauerneiro» (taberneiro), «tauo» (táboa), «vacabolo» (vocábulo), «vezinha» (vizinha), «vezinhẽça» (vizinhança).

Barros (1540):

«afrautar» (frautar), «ante» (antes), «antontem» (anteontem), «antre» (entre), «arauigos» (= «aravigos», por arábicos), «atraher» (atrair), «autivo» (activo), «bõa» (boa), «candidade» (quantidade), «casy» (quase), «deferença» (diferença), «demostrativos» (demonstrativos), derradeira (último), «dessesse» (disseste), «difiniçã» (definição), «dirivado» (derivado), «enxedres» (enxadrês), «leixam» (deixam), «leter» (letra), «lintilhas» (lentilhas), «milhor» (melhor), «nam» (não), «nenhũa» (nenhuma), «título» (título), «per» (por), «pera» (para), «plurar» (plural), poçonha (peçonha), «preguntar» (preguntar), «sinifica» (significa), «té» (até).

Gândavo (1574):

«algũa» (alguma), «ante» (antes), «ajuntar» (juntar), «defensão» (defesa), derradeira (última), «dixeramos» (disseramos), «dixessemos» (dissemos), «emparo» (amparo), «femininos» (femininos), «fezer» (fizer), «fezerem» (fizerem), «hũa» (uma), «irrigular» (irregular), «molheres» (mulheres), «nam» (não), «nenhũa» (nenhuma), «per» (por), «pera» (para), «plurar» (plural), «podessem» (pudessem), «pregunta» (pergunta), «suuio» e «ossuio» (por assobio e o assobio), «teueram» (tiveram), «teuessem» (tivessem). Nota-se que a obra inclui *digno*, *melhor* e muitas outras variantes não populares, além de cultismos como, por exemplo, «nunqua» (nunca).

Para um estudo mais aprofundado das relações entre o PE do século XVI e o PB contemporâneo, seria indispensável considerar outras obras do português clássico (além das obras de codificação: dicionários, gramáticas e tratados de ortografia) a fim de reflectir os usos nos diferentes tipos de prosa da época.

Um estudo mais ambicioso consistiria na análise da formação, a partir do português clássico, das normas consideradas de bom uso no PE contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Veja-se Rossi *et al.* (1963).
- AGUILERA, Vandersi (1994), *Atlas Linguístico do Paraná*, Curitiba.
- ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*. Veja-se Koch *et al.* (2002).
- ALPB – Atlas Linguístico da Paraíba*. Veja-se Aragão e Menezes (1984).
- ALPN – Atlas Linguístico do Paraná*. Veja-se Aguilera (1994).
- ALS – Atlas Linguístico de Sergipe*. Veja-se Ferreira *et al.* (1987).
- ALMEIDA, Horácio de (1979), *Dicionário popular paraibano*, João Pessoa.
- AMARAL, Amadeu (1920), *O Dialeto Caipira*. São Paulo.
- ARAGÃO, M.^a Socorro e MENEZES, C. (1984), *Atlas Linguístico da Paraíba*, 2 vol., Brasília.
- BARBOSA, Agostinho (1611), *Dictionarium Ivsitanicolatinvm...* Braga.
- BARROS, João de (1540), *Gramatica da lingua Portuguesa*, Lisboa. (Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buesco, Lisboa, 1971).
- CABRAL, Tomé (1982), *Novo Dicionário de Termos e Expressões Populares*, Fortaleza.
- CASTRO, Ivo (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- CARDOSO, Jerónimo (1562-1563), *Dictionarium ex Lusitanico in Latinvm sermonem*, Lisboa.
- CARDOSO, Jerónimo (1570), *Dictionarium Latinolvsitanicum & vice versa Lusitanicolatinu~, cum adagiorum...* Coimbra.
- CEARENSE, Catulo da Paixão (1919), *Sertão em flor*, Rio de Janeiro.
- COSTA, F. A. Pereira da (1976), *Vocabulário pernambucano*, Recife.
- EALMG – Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Veja-se Ribeiro *et al.* (1977).
- FERREIRA, Carlota *et al.* (1987), *Atlas Linguístico de Segipe*, Salvador, 1987.
- GÂNDAVO, Pêro Magalhães (1574), *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da língua Portuguesa*, Lisboa. (Edição fac-similada, introdução de Maria Leonor Carvalhão Buesco, Lisboa, 1981).
- HEAD, Brian F. (2002), «Penha, João Alves Pereira» in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura VERBO*, Lisboa, 2002. v. 22, 614-615.
- HEAD, Brian F. (2003), «O registo de variantes linguísticas no *Dictionarium Lusitanicolatinum* 1611», *Diacrítica, Ciências da Linguagem*, 17.1 (2003), 127-162.
- KOCH, Valter *et al.* (2002), *et al.*, *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil*, 2 vol., Porto Alegre.
- MARROQUIM, Mário (1934), *A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*, São Paulo.
- Maruyama (2001a). Toru Maruyama, *Keyword-in-context index of the Grammatica da lingoagem portuguesa (1536) by Fernão de Oliveyra*, Nagoya.
- MARUYAMA, Toru (2001b), *Keyword-in-context index of the Regras que ensinam a maneira de escrever e a orthographia da lingua portuguesa (1574) by Pero de Magalhães de Gandavo*, Nagoya.
- MARUYAMA, Toru (2002), *Keyword-in-context index of the Grammatica da lingua portuguesa (1540) by João de Barros*, Nagoya.
- MESSNER (2003). *Dicionário dos dicionários portugueses*, Salzburg, vol. IX, AN-AO. (A publicação da obra começou em 1994, com o vol. I, ABA-ABC).

- NONATO, Raimundo (1983), *Calepino poteguar. Gíria Rio-Grandense*. Mossoró.
- OLIVEIRA, Fernão de (1538), *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa. (Edição fac-similada, Lisboa, 1981).
- ORTÊNCIO, Bariani (1983), *Dicionário do Brasil Central. Subsídios à filologia*. São Paulo.
- PENHA, João Alves Pereira (1970), *A arcaicidade da língua popular brasileira*, tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.
- PIRES, Cornélio (1938), *Meu samburá (Anedotas e caipiradas)*, São Paulo.
- RIBEIRA *et al.* (1977), *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*, Rio de Janeiro.
- ROSSI, Nelson *et al.* (1963), *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, Rio de Janeiro.
- SERRAINE, Florival (1958), *Dicionário de termos populares (Registrados no Ceará)*, Rio de Janeiro.
- TEIXEIRA, José (1938), *O Falar Mineiro*, São Paulo.
- SILVEIRA, Valdomiro (1920), *Os Caboclos. Contos*, São Paulo.
- VALDOMIRO, Silveira (1937), *Mixuângos*, São Paulo.
- VERDELHO, Telmo (s. d.), «Índice de todas as formas portuguesas dos Dicionários de Jerónimo Cardoso» (registo electrónico).

Carlos Assunção

Maria do Céu Fonseca

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; cassunca@utad.pt

Universidade de Évora; cf@uevora.pt

A arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus

A gramaticalização de línguas extra-europeias despertou e avançou por vários continentes ao ritmo da promoção dos vernáculos europeus, tendo sido os criadores de gramáticas vulgares também os primeiros a tributar acolhimento ao espaço linguístico extra-europeu. Num contexto em que se instalara a ideia de diversidade linguística, “pourquoi les européens auraient-ils eu l'idée de s'engager dans la tâche difficile de rédiger des grammaires de langues purement orales, s'ils ne l'avaient déjà eu pour leurs propres vernaculaires?” (Auroux, 1994: 98). Entre nós, Fernão de Oliveira e José de Anchieta, cada um à sua maneira, conferiram a outros idiomas, que não o latim, o *status* de línguas gramaticais. Na vizinha Espanha, a publicação da gramática de Antonio de Nebrija e a descoberta da América por parte de Cristóvão Colombo no mesmo ano de 1492, catalisaram a marcha acelerada da normatização linguística do novo mundo americano. Começa então a dinâmica de um processo linguístico que, protagonizado sobretudo por missionários jesuítas e franciscanos ao longo do século XVII, se eleva da consciência da diversidade linguística à defesa de idiomas exóticos até há pouco desconhecidos, e culmina com a sua disciplinização gramatical pelo modelo latino.

Esta convivência de diversas tradições gramaticais por certo não será indiferente ao Professor Doutor Mário Vilela, que muito alargou os horizontes da linguística. Seja-nos, pois, permitido trazer a terreiro experiências gramaticais relativas às chamadas línguas exóticas, arriscando algumas incursões no terreno do Professor a quem nos habituámos a ter por Mestre no estudo e na investigação.

1. Os anos de 1997 e 1998 foram de homenagens ao primeiro cultor da poesia no Brasil. A insigne Universidade de Coimbra honrou o nome de Anchieta com um con-

gresso internacional comemorativo da passagem dos 450 anos sobre a inauguração do Colégio das Artes (cf. Pinho & Ferreira, 2000). Pouco antes, outro momento de alta reflexão tivera lugar na cidade de São Paulo, por ocasião do congresso internacional evocativo do 4º centenário da morte de um dos seus fundadores¹. Em ambos os congressos, ilustres personalidades se ‘acercaram’ – pois para isso remete o significado de “congresso” – da obra literária e linguística, do trabalho missionário e etnográfico, e de outras múltiplas facetas de uma figura do quinhentismo brasileiro, que irrompeu na história pelos anos 50 com os frutos que lhe conhecemos.

É sobejamente conhecida a relevância da *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* (Coimbra, 1595), pelo ângulo dos interesses culturais postos em marcha na época das primeiras codificações do nosso vernáculo, de que é legítimo considerá-la coeva, sabendo-se que teve larga circulação manuscrita desde 1555. Formado na academia do recém-criado Colégio das Artes, José de Anchieta é um representante do humanismo renascentista; e julgando-o assim, pretendemos situá-lo no quadro de uma geração de mestres nacionais e estrangeiros para os quais o ensino das artes centrado na latinidade e o estabelecimento de uma norma padrão do vernáculo eram o porta-bandeira das grandes causas por que pugnavam. As apologias gramaticais de André de Resende e as lições do flamengo Nicolau Clenardo, a que se juntará o magistério de Manuel Álvares no Colégio das Artes, foram algumas das vozes latinas mais comprometidas na restauração pedagógica das línguas eruditas, que se apresentava como Arte Nova. Acrescem ainda todas as outras vozes que tais mestres e “estrangeirados” regressados da Europa ou lá formados, traziam no activo. Não surpreende, desta forma, que ao tempo o modelo gramatical do estudante José de Anchieta fosse o elenco de compêndios dos Pastrana, Nebrija, Despautério, Estêvão Cavaleiro e, sobretudo para o grego e hebraico, Nicolau Clenardo, para só citar alguns de entre os maiores que ocuparam o espaço escolar português da primeira metade de Quinhentos (cf. Verdelho, 1995: 55-79). Perante este corpo doutrinal da didáctica do latim, valem, quase sem reservas, as teses da subsidiariedade da gramática de Anchieta ao modelo latino, por diferentes que sejam as leituras realizadas segundo o enfoque da tradição ou da inovação².

Mas há uma outra dimensão da *Arte* de Anchieta, ainda em débito com o pensamento da época. Foi comum a gramáticos e homens de letras o interesse pela codificação gramatical do vernáculo, nisso não diferindo Portugal do resto da Europa. Como se sabe, desde Antonio de Nebrija, quem primeiro encetou, por via da codificação gramatical, “engrandecer las cosas de nuestra nación” (1989: 112), o filão não parou de ser

¹ Vd. *Anchieta 400 anos - Congresso Internacional (São Paulo, 18 a 20 de Setembro de 1997)*, São Paulo, 1998.

² A designação de “tupi jesuítico”, criada por Mattoso Câmara para definir a estandarização de matriz clássica da língua estudada pelos missionários (Câmara, 1965: 104), abriu caminho a análises posteriores de espectro mais amplo. A formulação histórica do linguista brasileiro fez escola, mas o debate que subsistiu em torno da latinização do tupi, pôs também em relevo o grau de autonomia e mesmo originalidade dos textos dos gramáticos missionários. É esse o entendimento de Aryon Rodrigues, profundo conhecedor da obra anchietana: “las dos gramáticas coloniales [de Anchieta e de Luís Figueira] describen [...] la lengua que realmente hablaban los indios, habiendo superado con independencia y creatividad varias de las mayores dificultades que presentaban las diferencias estructurales que distinguían esta lengua de las clásicas y de las romances” (1997: 398).

explorado em apologias da língua (inspiradas no modelo das já conhecidas *Prose della volgar lingua*, do veneziano Pietro Bembo), paralelamente à multiplicação de gramáticas e ortografias que visavam os mesmos intentos de ‘ilustrar’ as regras dos idiomas nacionais. Em França, o movimento ganha raízes a partir da década de 40, com os manifestos dos poetas da “Pléiade” e os muitos trabalhos de Robert Estienne sobre a morfologia do francês, seguidos da tida por primeira gramática francesa, *Le tretté de la grammère françoëze* (Paris, 1550), de Louis Meigret³. Quanto a Portugal, fizeram aumentar o caudal várias obras. Depois da *Gramática de la lengua castellana* (Salamanca, 1492) de Nebrija, e adiantadas numa dezena de anos à de Louis Meigret, as gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira e João de Barros, embora não possam considerar-se congêneres daquelas quanto à natureza, dado que menos teóricas e especulativas, acompanham-nas no mesmo movimento.

Ora, ao escrever uma gramática da língua materna dos índios tupinambá, a atitude de Anchieta confere perfeitamente com este concerto das nações na promoção de línguas nacionais, ainda que menos intensa entre nós do que na vizinha Espanha e além Pirenéus. Quando se analisa a acção dos gramáticos humanistas e o trânsito de valores para o quadro linguístico de Seiscentos percebe-se que “la grammatisation des langues européennes est quasiment contemporaine de celle d’autres continents, en particulier des langues amérindiennes” (Auroux, 1992: 13). São estas que agora interessa considerar, embora o mesmo se aplique ao japonês, chinês, anamita, tâmil, canarim e concani.

2. Se os primeiros textos gramaticais do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, servem para fins nacionais de valorização da língua vulgar, também o culto do idioma vindo de além-mar pela mão de Anchieta, na primeira gramática do tupi, reflectirá tal propósito. Dir-se-á, e com razão, que esta disciplinização gramatical está ligada sobretudo à consciência de uma lacuna e de um dever de ofício. Por um lado, a inexistência de livros foi pecha maior que tradicionalmente pesou no espaço da América portuguesa desde o tempo de Anchieta; por outro lado, como reconhece Carlos Drummond, “Anchieta [...] realizou um dos princípios básicos da Companhia de Jesus, qual seja o de que todos os missionários deviam aprender a língua da terra onde exerciam seu ministério, para empregá-la em vez de sua própria língua” (Anchieta, 1990: 8). Tratava-se, portanto, de codificar a língua para facilitar o apostolado cristão dos de Loiola⁴, o que justifica destinar-se a gramática de Anchieta “primordialmente aos missionários na sua actividade catequética” (Bechara, 2000: 519).

³ Mas já antes, sensivelmente desde 1400, a gramática francesa vinha sendo descrita por nacionais e autores ingleses, empenhados no ensino do francês a estrangeiros. John Barton, John Palsgrave, Jacques Dubois e Gilles du Guez (ou du Wez) são dos mais nomeados gramáticos deste movimento pedagógico.

⁴ Como vem, aliás, inscrito nas constituições outorgadas pelo fundador: “Exercitar-se-ão em pregações e lições sacras de tal forma que o povo fique edificado [...]. Procurarão dominar bem a língua vernácula, ter previstas e à mão as coisas mais úteis para tal ministério e servir-se de todos os meios próprios. Desta sorte melhor se desempenharão do ofício e com mais fruto para as almas”; “Quando num colégio ou universidade se projectasse formar pessoas para serem enviadas aos Mouros, ou aos Turcos, estariam indicados o árabe ou o caldeu; como para ir aos Índios, o indiano. O mesmo se diga de outras línguas que, por motivos análogos, poderão ser mais úteis noutras regiões”, in *Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares*, Cúria Provincial da Companhia de Jesus, Lisboa, Livraria A. I., Braga, 1977 (normas [402] e [447]).

Mas para além deste enquadramento, parece ter afinidades evidentes com a posição de Nebrija, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, a que o primeiro gramático do tupi adoptou ao fixar as regras da “língua da terra” ou da “língua do Brasil” (Anchieta, 1595: 1a). São atitudes que afinam pelo mesmo diapasão, com a diferença de ser atribuído *status* de língua gramatical a um idioma sem Estado que o respaldasse, nem reino, como o asteca ou inca do lado ocidental, que sustentasse a sua hegemonia. Era, de qualquer forma, no mosaico linguístico de que o Pe. Fernão Cardim dá conta⁵, o vernáculo mais falado em toda a costa do Brasil; e quanto ao mais, que o mesmo é dizer, formas de reconversão dos quadros gramaticais pré-existentes, há colagem às estratégias do humanismo gramatical recebido. Note-se que Anchieta pôde mesmo estanciar na própria tradição nacional, que já na última década do século XV apresentara o programa nebrijense de elevar o castelhano à categoria de língua-padrão. Tão pouco lhe terá sido estranho o trabalho de normatização da língua portuguesa, empreendido pouco antes da sua entrada no Colégio das Artes. De todos estes exemplos “lhe poderia ter vindo a sugestão de uma obra paralela para a língua tupi, quando isso se tornou necessário em vista do seu trabalho” (Edith Pimentel Pinto, in Anchieta, 1990: 9). É certo que em vão se procuram referências a estas fontes⁶, em citações de autores ou obras que, por vezes, se respigam noutras gramáticas missionárias⁷. Mas, não será demais insistir, a confluência de ideias é natural numa época encharcada de “patriotismo linguístico” (na expressão de Paul Teyssier, 1990: 22) e inteiramente consentânea com a descrição gramatical contrastiva (vd., por exemplo, sobre o infinitivo, “O vso deste modo he a do portugues no conjuntiuo com a particula, que” Anchieta, 1595: 27a).

Do lado da América espanhola dava-se outro tanto e de forma mais intensa. Na Nova Granada, na Nova Espanha, no Peru e Rio da Prata a actividade linguística missionária não teve paralelo com a congénere do espaço português, nem mesmo quando, pelos anos adiante, os interesses se unificaram sob governo comum. Data do segundo quartel de Quinhentos o início de uma longa série de estudos hispano-americanos – entre gramáticas, dicionários e catecismos – de línguas do México, sobretudo o náhuatl

⁵ Veja-se, deste historiador e etnógrafo quinhentista, o elucidativo ponto “Da diversidade de nações e linguas” da obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, editada em 1925. Vão no mesmo sentido as palavras do Pe. António Vieira: “os missionários que Portugal manda ao Maranhão [...] são verdadeiramente aqueles que Deus reservou para a terceira, última e dificultíssima empresa, porque vêm pregar a gentes de tantas, tão diversas e tão incógnitas línguas, que só uma cousa se sabe delas, que é não terem número” (1959: V, 413-414).

⁶ Com efeito, a gramática de Anchieta “no trae ningún prólogo, ninguna declaración de propósito, ninguna información externa sobre la lengua, nada sobre la experiencia del autor. Empieza directamente con la materia del primer capítulo. No hace referencia a ningún gramático ni a otro autor” (Rodrigues, 1997: 375). Tal silêncio não é estranho. Caracterizou igualmente as artes de línguas orientais e as de vernáculos europeus. Exceptuam-se raras reflexões oriundas de prólogos, dedicatórias e vários textos prefaciais, que, também em relação a outras artes do trívio escolástico, parecem ter sido, sobretudo durante o século XVII, o lugar por excelência de algumas poucas informações metalinguísticas. As duas gramáticas citadas na próxima nota fazem parte destas excepções.

⁷ Vejam-se as numerosas alusões às gramáticas clássicas e europeias na célebre *Arte breve da lingua goa lapoa*, do Pe. João Rodrigues (1993: fls. 1-6); e igualmente, de época anterior, as palavras do jesuíta Henrique Henriques, à entrada da sua *Arte da lingua malabar*, composta por volta do meio do século XVI: “Para mais facilmente se entender esta arte há mister ter conhecimento da arte latina e os que não souberem latim devem de ler pela gramática feita por João de Bairos”.

e o tarasco, a que se seguiram estudos de línguas sul-americanas de igual prestígio, como o quechua e o aimará peruanos, e o guarani da região platina, alvo de várias publicações já na primeira metade de Seiscentos. O surto desta produção linguística e o ascendente sobre a actividade da América portuguesa foram fruto de uma política de cultivo de línguas indígenas muito dinâmica, que desde cedo criou a imprensa (no México) e a universidade (em Lima), e desde logo permitiu o diálogo entre a Europa e a América. Note-se que para o Peru foram exportadas obras de Nebrija durante o século XVI e divulgadas, sobretudo a gramática latina, por diversas universidades⁸.

Vejam-se algumas obras paradigmáticas. Sob a influência de Nebrija, línguas mexicanas começam a ser codificadas em artes e vocabulários por volta do meio do século, já com a imprensa estabelecida na Cidade do México desde 1539: a *Arte de la lengua mexicana*, composta em 1547 pelo franciscano Andrés de Olmos e a *Arte de la lengua Michuacan* (México, 1558), de Fr. Maturino Gilberti, são obras sobre o náhuatl (língua do império asteca) e o tarasco (reino de Michoacan), fundadoras de um trabalho de normatização das línguas vernáculas, inspirado no modelo nebrijense; esta mesma autoridade é expressamente invocada por Frei Domingo de Santo Tomás no prólogo da sua *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru* (Valhadolid, 1560), primeira descrição gramatical do quechua, língua do império inca; e conhece-se do mesmo dominicano o *Lexicon o vocabulário de la lengua general del Peru* (Valhadolid, 1560), composto a partir das entradas do *Vocabulário español-latino* (1495) do gramático sevilhano⁹. Até ao fim do século e durante toda a centúria seguinte esta produção linguística mantém a vitalidade, sobretudo em relação às chamadas línguas gerais: do náhuatl destacam-se a *Arte de la lengua mexicana y castellana* (México, 1571), de Fr. Alonso de Molina, e a *Arte mexicana* (México, 1595), do Pe. Antonio del Rincón; quanto ao quechua e aimará da América do Sul, onde a imprensa chegou no fim do século XVI, participaram da sua gramaticalização jesuítas do Peru, nomeadamente, Ludovico Bertonio (*Arte y grammatica muy copiosa de la lengua aymara*, Chichuyto, 1603 e *Vocabulario de la lengua aymara*, La Paz, 1612), Diego González Holguín (*Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru llamada quichua o del Inca*, Lima, 1607) e Alonso de Huerta (*Arte de la lingua quechua, general de los indios do reyno del Peru*, Lima, 1619); ainda na vigência da monarquia dual, estiveram decerto também ao serviço da missão portuguesa as bem conhecidas obras sobre o guarani do Pe. Antonio Ruiz de Montoya (*Tesoro de la lengua guarani*, Madrid, 1639; *Catecismo de la lengua guarani*, Madrid, 1640; e *Arte, y bocablario de la lengua guarani*, Madrid, 1640).

Todo este quadro contrasta fortemente com o do novo mundo brasileiro, cuja descoberta linguística foi tardia e, em termos comparativos, será talvez contestável a sua ressonância na cultura além dos Pirenéus. José de Anchieta foi um isolado no século XVI, por várias que sejam as notícias de textos manuscritos de línguas indígenas que,

⁸ Segundo Riveras Cárdenas, a obra "*Introducciones latinae* (1480) se manteve durante todo el siglo XVI como libro de texto en todas las universidades españolas y en algunas extranjeras" (cf. Sánchez, 1976: 15).

⁹ Para uma visão geral das obras citadas, consultem-se os estudos de Michel Launey, Cristina Monzón, Alfredo Torero e Sabine Dedenbach-Salazar Sáenz, publicados por Zimmermann, 1997.

se porventura existiram, são hoje desconhecidos¹⁰. Era cedo para a maturação gramatical que só no decurso do século XVII, depois de um saber de experiência entretanto feito no Oriente, virá a concretizar-se na emergência de uma gramaticografia e lexicografia do tupi e do kiriri. Os adiante citados Luís Figueira, Pedro Dias e Luís Vicencio de Mamiani (para só referir o campo da gramaticografia) foram os mais afortunados editorialmente, com gramáticas sistematizadas conforme o modelo clássico do género. A este elenco de gramáticos seiscentistas, sobretudo em relação ao alentejano Luís Figueira, a obra de Anchieta forneceu copioso acervo de dados linguísticos, em particular no campo da morfologia (como já bem mostrou Aryon Rodrigues, 1997: 371-400), o que, aliás, não é surpreendente. Sendo a gramática anchietana original no desenvolvimento dos factos fonológicos e dela não constando uma parte individualizada de sintaxe (cf. *infra*, ponto 6.), colhem-se maiores ecos dos treze capítulos de descrição morfológica.

Um último apontamento antes da abordagem mais circunstanciada à *Arte*. A ressonância de Anchieta sobressai ainda noutros lances. Ter o Autor ignorado a sintaxe como parte autónoma da gramática, tratando-a em sincretismo com a morfologia, é um silêncio que se sentirá na descrição gramatical subsequente. Não é acaso o facto de o triunvirato de gramáticos seiscentistas se singularizar pela salvaguarda da cláusula do uso no domínio da anomalia e irregularidade que constituía a sintaxe ou *constructio*. A título de exemplo:

- No capítulo “*Da sintaxe; ou construção das partes da oração*”, Luís Figueira considera que “O uso ensinará a boa collocação das partes da oração entre si” (1687: 165);
- Na secção da “*Syntaxe*”, escreveu Pedro Dias que “Os verbos, que significão, auxilio, proveito, &c. querem dativo, o qual se denota com as particulas A, O, I, & outras, que com o uso se aprenderão” (1697: 41);
- Quanto à *Arte de grammatica da lingua brasileira da naçam kiriri*, o Autor fecha a última parte da sua obra (“Parte segvnda da arte da lingua kiriri. *Da syntaxe, ou construção das oito partes da oração*”) afirmando que “O modo de collocar as outras partes da oração, como participios, preposiçoens, interjeiçoens, & conjunçoens, já se declarou nos proprios capitulos de cada huma dellas; & o uso da mesma lingua será a regra mais acertada de todas as outras regras desta Arte. *Usus te plura docebit*” (Mamiani, 1699: 124).

Se para os ‘rudimentos’ gramaticais, compreendendo a flexão nominal e verbal, a obra de Anchieta abria portas, além de ser adequada a grelha das declinações e conjugações latinas, à sintaxe assacavam-se-lhe as limitações de um campo de ensaio para o qual era necessário encontrar uma fisionomia própria, por singela que fosse a índole da língua. Faltando um argumento de autoridade e modelo a quem seguir, os critérios de certeza ficavam sujeitos à contingência do *usus*, conceito que, não sendo unitário do ponto de vista linguístico, constituía um conhecimento assente na experiência.

¹⁰ É o caso de uma gramática, um dicionário e um catecismo na língua dos maromomins, obras, se de várias se trata, escritas pelo Pe. Manuel Viegas (ca. 1533-1608), conhecido por “pai dos maromomins”.

3. José Maria Iraburu, a propósito da evangelização do Brasil, afirma que o nome de Anchieta está intimamente ligado à gramática para a aprendizagem da língua tupí. São estas as suas palavras:

En 1554, Anchieta tomò parte con el padre provincial Manuel de Nóbrega, en la fundación de una *aldeia* misional en Piratininga. Allí, el día de la fiesta de San Pablo, se inauguró un modesto colegio. Y éste fue el origen de la actual ciudad inmensa de São Paulo. En aquel colegio enseñó Anchieta gramática tanto a los hijos de portugueses como a los indios. El trato con éstos, y con las familias indígenas que vinieron a establecerse en torno a la misión, le dió ocasión para aprender con toda perfección la lengua de aquella región, el tupiguaraní, en la que escribió varias obras (Iraburu, 2001: s/p).

Também António Vieira, em “Exortação em véspera do Espírito Santo”, refere a importância da gramática do “grande” Anchieta:

O título que o mesmo Jesus teve na cruz estava escrito nas três línguas, que só então não se chamavam bárbaras: a hebreia, a grega, a latina: e estas três são as que se professam nas universidades da Europa, e nas quais é tão eminente a Companhia, como se vê na estampa de seus escritos. Porém depois que o Calvário se estendeu a todo o mundo, e nele se arvorou o estandarte do Crucificado, o título da cruz já é composto de todas as línguas, por bárbaras e incógnitas que sejam. Quão praticada fosse a do Brasil nesta nossa província, bem o testificará a primeira arte, ou gramática dela, de que foi autor e inventor o grande Anchieta, e com razão se pode estimar por um dos seus milagres. Bem o testificam as outras que depois saíram mais abreviadas, e os vocabulários tão copiosos, e o catecismo tão exacto em todos os mistérios da fé (Vieira, 1959: V, 382-383).

Com efeito *A Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* do jesuíta José de Anchieta é a primeira¹¹ gramática missionária portuguesa¹² sobre as línguas indígenas faladas no Brasil¹³, a primeira que se publicou no séc. XVI mas que não foi tomada como modelo/referência pelos gramáticos posteriores das línguas índias e quiçá de outros idiomas aborígenes não só do Brasil como também de povos da África no âmbito da linguística missionária portuguesa¹⁴. Outras se seguiram, renovadas, no Brasil e na África:

1621 – Figueira, Luís (P.): *Arte da lingua brazilica*

1697 – Dias, Pedro (P.) Augusto: *Arte da lingua de Angola, oferecida á Virgem Nossa Senhora do Rosario, mãe e Senhora dos mesmos pretos*

¹¹ Para além desta obra, dedica-se também a escrever cantos piedosos, diálogos e autos segundo o estilo de Gil Vicente, e, por isso, é considerado o iniciador do teatro (*Mysterios da Fe, dispostos a modo de diálogo em beneficio dos índios* é um exemplo das 12 peças de que há testemunho) e da poesia (*De Beata Virgine Dei Matre Maria*) no Brasil, sem esquecermos a epistolografia em que foi mestre.

¹² Apesar de Anchieta ter nascido das ilhas Canárias, em Espanha, não se pode enquadrar esta obra na linguística missionária espanhola por duas razões fundamentais: a primeira reside na língua de redacção da gramática que é a língua portuguesa; a segunda, no facto de Anchieta, como refere Quirício Caxa, o seu primeiro biógrafo, falar “português tão propriamente, como se mamara essa língua no leite, coisa que raramente se acha nos que têm a língua castelhana por natural” (Caxa, 1988: 15).

¹³ Para uma visão global de toda a produção linguística missionária veja-se Cardoso, 1998, *História gramatical (1500-1920)*, Porto, pp. 226-234.

¹⁴ Para uma visão mais ampla desta problemática veja-se: Fonseca, Maria do Céu Brás, 2000, *História Linguística Portuguesa do Século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*, Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada), pp. 81-369.

- 1697 – António (Santo), Boaventura (Fr.) de: *Arte da lingua dos Aroás, mss.*
- 1699 – Mamiani, Luís (P.) Vicencio: *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri, composta pelo padre Luis Vicencio Mamiani, da companhia de Jesu, missionario nas aldeias da dita nação.*
- s/d – Baião, Domingos (P.) Vieira (compil. e coord.): *Elementos de Gramatica Canguela. Idioma falado na região do Cubango, provincia de Angola. Segundo os estudos do ... P. L. Lecomte. Coligidos e coordenados pelo P. Domingos ...*

4. Após uma atenta leitura da *Arte* a primeira questão que se nos coloca e que merece relevo é esta: A gramática da Anchieta é uma gramática do tupi, /tupiguaraní/tupinambá, no seu estado puro? Esta questão já polemizada por vários estudiosos como Armando Cardoso, Hildo Honório do Couto, Carlos Drumond, Frederico Edelweiss, Maria Luísa Carlota, Serafim da Silva Neto, Suzanne Romaine, Aryon Rodrigues, Ione Leite, Edith Pinto, Ricardo Cavaliere, entre alguns mais, continua a ser pertinente, pois, a nosso ver, não devemos falar de uma gramática da língua tupi, pelo menos no seu estado puro (a este propósito lembramos que a versão impressa desta obra aparece cerca de quatro a cinco décadas após o primeiro contacto dos falantes portugueses com os povos nativos) mas de um tupi já corrompido pelo português. Esta posição é defendida por Ricardo Cavaliere, em 2001 (cf. Cavaliere, 2001: 11-21). E nesta perspectiva, Anchieta já tem essa consciência linguística pois ao dar como título à sua obra *Arte de Grammatica da Lingoa mais vsada na costa do Brasil* e não arte de gramática do tupi/tupiguarani/tupinambá denota não só o conhecimento “da ocorrência na época de mais de um sistema linguístico em uso, como também – e principalmente – que o ali descrito era o de uso majoritário na costa brasileira. Essa evidência, aliada ao quadro da etnia populacional no Brasil quinhentista nessa área geográfica, conduz-nos a uma maioria de falantes de língua geral, de origem extremamente variada” (Cavaliere, 2001: 17). Aliás o próprio Anchieta referencia os “Tupis de sam Vicente”, os “Tamoyos do Rio de Janeiro” os “Pitiguáres do Paraíba” e “as muitas variedades que te” a língua do Brasil. Trata-se, a nosso ver, corroborando a tese de Cavaliere, de uma gramática do Tupi corrompido por superstrato português, ainda que alguns estudiosos não a admitam.

A segunda remete-nos para a sua filiação no latim e não nos parece que Anchieta, apesar de ser um excelente latinista, com muitos textos de índole diversa escritos em latim, tenha visto demasiado latim na língua dos índios. Utilizou é certo bastantes termos latinos no texto gramatical, o que se explica pelo facto de o latim ser a língua de comunicação da comunidade missionária porque só depois de os seus elementos a dominarem completamente a nível escrito e oral era possível versarem outros assuntos, o que lhes era imposto pela *Ratio Studiorum*. A sua utilização serviu para substituir lexemas portugueses, talvez pelo facto de não ter as gramáticas portuguesas e latinas por perto.

A estrutura da obra, esta sim é marcadamente influenciada pela gramática latina o que acontece com a quase totalidade das gramáticas das línguas vulgares até aos finais do século XVIII. Falar em gramática era sinónimo de falar em gramática latina e em termos de historiografia linguística portuguesa apenas Fernão de Oliveira, o pri-

meiro gramático da lusofonia, na *Gramática da Linguagem Portuguesa*, consegue, no que concerne à fonética, à lexicologia e àquilo que hoje chamamos sociolinguística, ser original.

5. Anchieta neste texto propõe, em termos muito gerais, que a aprendizagem de uma língua deve ser feita em contacto permanente com os nativos, com a língua de comunicação por eles utilizada, procurando efectivamente a mais correcta compreensão possível através de uma pronúncia o mais uniformizada possível e de um conjunto de regras, no âmbito das classes de palavras, que a pouco e pouco se fosse perpetuando.

O leitor que abre pela primeira vez a *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* espera encontrar uma gramática descritiva, concebida metodologicamente de acordo com outras gramáticas latinas ou ainda com as primeiras gramáticas vernaculares do português e/ou do espanhol, a *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, saída quatro anos mais tarde, ou a gramática de Antonio de Nebrija, a *Gramática de la Lengua Castellana*. Procurará, ainda o leitor, uma gramática com a estrutura das gramáticas renascentistas das línguas latinas ou das línguas vulgares. Porém o que irá encontrar é uma descrição bastante assistemática, e a este nível poderá assemelhar-se a Fernão de Oliveira, pouco teórica mas muito prática, o que a torna uma obra eminentemente didáctica. Encontrará, ainda, uma gramática pouco esquematizada, muito confusa e muito pouco desenvolvida. Esta opinião, aliás, é-nos fornecida logo no início do séc. XVII na *Aprovaçam* que o padre Manuel Cardoso assina a propósito do agradecimento pela publicação da *Arte da grammatica da língua brasileira* do padre Luís Figueira:

“...naõ obstante a arte do P. Joseph Anchieta, que por ser o primeiro parto ficou mui diminuta, & confusa, como todos experimentamos” (Figueira, 1687).

A escrita da *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* visa prioritariamente o estudo das questões mais elementares da língua mais falada na costa do Brasil que possam apresentar algumas dificuldades para os missionários e colonos portugueses que queiram aprender essa língua. Por isso são examinadas de um ponto de vista, diríamos, de uma política linguística alguns dos aspectos nucleares, explicando o seu funcionamento dessa língua tendo sempre por comparação o português, o latim e mais raramente o castelhano, aparecendo a este nível como uma espécie de gramática contrastiva, e aparecendo Anchieta como um dos pioneiros dos estudos contrastivos e também da linguística comparada.

Na verdade os descobrimentos colocaram diante dos gramáticos portugueses o problema de descrever numerosíssimas línguas de sistemas completamente diferentes do português ou do latim. Segundo os dados do catálogo de 1992, no período entre 1549 e 1697, foram escritas mais de 45 obras, que contêm informação sobre línguas de África, Ásia e América¹⁵. Pertencentes a vários géneros (tratados, gramáticas, cartilhas

¹⁵ Cf. *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1992, pp. 70-191. O estudo integrado nesta obra é de autoria de Maria Leonor Carvalhão Buescu.

dicionários, etc.), estas obras representam vários aspectos de línguas aborígenes-fonologia, morfologia, sintaxe, léxico. O estudo prático de línguas exóticas teve grandes consequências teóricas. A descrição destas línguas baseava-se na comparação destas com o português e o latim, o que resultou na revelação da existência de vários meios de expressão de um significado. Graças a isto muitos gramáticos dos séc. XVI e XVII ajudaram à formação de muitos conceitos fundamentais para a linguística moderna. E Anchieta foi colocado nesse catálogo pois contribuiu para a influência do estudo de novas línguas na tradição gramatical europeia.

6. A nível estrutural, a gramática de Anchieta aparece dividida em 16 capítulos, e a este nível segue Oliveira que apresenta a sua gramática estruturada em capítulos, organizados da seguinte forma:

- Cap. I. Das letras.
- Cap. II. Da Orthographia ou pronunçiação.
- Cap. III. De accentu.
- Cap. IIII. Dos Nomes.
- Cap. V. Dos pronomes.
- Cap. VI. Arte da dos Verbos.
- Cap. VII. Annotações, na Conjugação.
- Cap. VIII. Da Construição dos verbos activos.
- Cap. IX. Dalgũs maneiras de verbos em que esta amphibologia se tira.
- Cap. X. Das Proeposições.
- Cap. XI. De sum, es, fui.
- Cap. XII. Dos verbos neutros feitos activos.
- Cap. XIII. Dos activos feitos neutros.
- Cap. XIIIII. Da Composição dos verbos.
- Cap. XV. Da Repetição dos verbos.
- Cap. XVI. De algũs verbos irregulares de Aê

Não há nesta gramática, como já acima referimos, uma preocupação em descrever teoricamente os fenómenos linguísticos. Há, sim, uma preocupação eminentemente prática, assente no uso. Esta é sem dúvida uma das características das gramáticas das línguas vulgares renascentistas.

O objectivo é estabelecer princípios gerais de ordem prática, rejeitando as subtilezas da especulação medieval já que tinham no horizonte a tarefa de regularizar a anarquia que dominava o uso da língua e da ortografia.

Portanto, regular o uso da língua vulgar era, no início do século XVI, a grande finalidade da gramática. E foi esta a preocupação fundamental de Anchieta: dar à sua gramática uma dimensão assente no uso. Portanto não estamos perante uma obra teórica, muito menos especulativa, mas perante a primeira tentativa de codificação de uma língua tendo por isso mesmo um pendor marcadamente original. Para que este pressuposto fosse levada à prática, Anchieta, embora submeta a sua gramática à tradição portuguesa e à latina apresentando apenas quatro classes de palavras nomes, pronomes, verbos e preposições, parece-me que os seus objectivos não eram esses pois desta forma encontraríamos um manual devidamente estruturado, o que não acontece de todo.

Depois destes considerandos e de vermos a estrutura da obra anchietana, podemos inferir que quer as gramáticas latinas, quer as gramáticas portuguesas renascentistas com as suas estruturas serviram a Anchieta como um instrumento para perceber e anotar as diferenças com as línguas indígenas a vários níveis como aconteceu com as gramáticas de Ricón, San Buenaventura, Córdoba, Blancas de San José, gramáticas de missionários espanhóis escritas para a aprendizagem de vários idiomas indígenas da colonização espanhola (cf. Quilis, 1997: 26-27; Sueiro Justel, 2001: 228-337).

Anchieta inicia a sua obra com o capítulo das letras seguido do da ortografia e pontuação. Apresenta, no que se refere ao sistema consonântico, as descrições articulatórias de uma forma sucinta, procurando a simplificação de traços fónicos, características da gramaticografia missionária dessa época como observou Mattoso Câmara (Câmara, 1965: 104), quase sempre em oposição ao sistema articulatório do português. Começa por afirmar quais as consoantes que não existem:

“Nesta lingoa do Brasil não há f. l. s. z. rr dobrado nem muta com liquida, vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis serue, ç. com zeura, vt *Aço, çatã*” (Anchieta, 1595: 1a).

Refere ainda a utilização do grupo consonântico **mb** e exemplifica detalhadamente o seu uso, como poderemos observar nas páginas 1, 2 e 3. O fonema nasal **m**, “interpretado como grupo consonântico [mb], perdia a nasalidade em posição inicial por vício de pronúncia, o que, aliás, é extensivo a outras oclusivas pré-nasalizadas, [nd] e [ng] (fonemas tupis **n** e **ŋ**, respectivamente)” (Fonseca, 2000: 131):

“nunqua se pronuncia B. in principio dictionis sem m. & posto que por jicurria se escreuesse sem m. sempre se lhe ha de prepor, vt pró *Baê*, dizse, *Mbaê*, porque precedente o genituo, ou adiectiuo não he soffriuel pronunciarse sem m.” (Anchieta, 1595: 2b).

Este pequeno extracto não deixa de ser relevante pois conflui com a tendência para a simplificação já anotada por Mattoso Câmara Jr. e para uma tentativa de reduzir ao mínimo essencial a gramática para que a sua aprendizagem se fizesse o mais rapidamente possível por forma a que a comunicação entre os missionários, os colonos e os índios se estabelecesse de forma célere e eficaz.

Diferentemente do que fizera Oliveira e Barros, Anchieta considera o **j** como som vocálico e propõe que a sua representação gráfica seja **i**. Há um caso muito relevante em que podemos ver uma correlação funcional no sistema consonântico, trata-se das letras **c-g**; **t-d**: “Nas consoantes, c.g. cõmmumente todos pronúncião de hu)a mesma maneira interposito “ (Anchieta, 1595: 1b); T. cõmmumente se muda em d.” (1595: 4a). E este é um dado verdadeiramente inovador das gramáticas dessa época.

No sistema de vogais, Anchieta considera as mesmas do português, mas acrescenta-lhe como já acima referimos o **j** e o **y**, este apresentando-se com um som especial, e ainda que se encontre escrito **y**, **i**, é o mesmo pela dificuldade que há na pronúncia dele mas que traz significações diferentes:

“Por isso pera conhecer ser este i. aspero se escreue com hum ponto em baixo & ficarã, jota, subscripto, i. porque faz muyto differente significação do, i. lene, vt j. agua, com, i. áspero, j. îs, ea, id, com i lene, *ayopi*^, tanger trombeta, ou fruta, ayopi^, picar hu)a bespa” (6b).

Releva-se deste exemplo o valor distintivo do **i**, que com realizações fônicas idênticas, permite diversas significações. E este é mais um dado original na linha do que já escrevera Fernão de Oliveira “temos oito vogaes na nossa língua mas não temos mais de cinco figuras, porque não queremos saber mais de nós que quanto nos ensinam os latinos” (Oliveira, 2000: 91).

O **i** (na sua forma gráfica de **i**, **y** e **j**) ocupa papel de relevo no sistema vocálico apresentado pelo jesuíta. A vogal **i** nunca aparece como vogal nasal, à semelhança do que acontece com todas as outras vogais. Apresenta-se como vogal oral algumas vezes acentuada em posição medial (imondopígra), outras como átona pré-tônicas em posição inicial ou medial (ibiá, capiába), e mais algumas como tónica em posição final (camurí).

Anchieta faz, ainda, uma distinção clara relativamente ao ditongo crescente e ao grupo vocálico **ia**:

“Ia, com i. aspero cõmummente he dissyllabo, vt *piá*, figado, *abiâr*.” (6b)

“Ia, com i. lene cõmummente he contracto, & monossyllabo, vt *arobiâr*, trisyllabo” (6b).

E para concluirmos os capítulos dedicados à ortografia, à acentuação e à pronunção nada melhor e mais esclarecedor do que as palavras do próprio Anchieta:

“Isto das letras, orthographia, pronunçiação, & accento, seruiria pera saberem pronunçiar, o que acharem escrito, os que começam aprender: mas como a lingoa do Brasil não está em escrito, senão no continuo vso do falar, o mesmo vso, & viua voz ensinará melhor as muitas variedades que tẽ, porque no escreuer, & accentuar cada hum fará como lhe melhor parecer” (9a).

Do capítulo quarto até ao final, isto é, em treze dos dezasseis capítulos da gramática Anchieta trata das partes do discurso: o nome, o pronome, o verbo e a preposição, ainda que nesta última se possa ver o advérbio e a conjunção. É uma gramática assintáctica, aparecendo no entanto no decurso das classes de palavras referências à construção mas sem qualquer tipo de sistematização. E neste capítulo assemelha-se a Fernão de Oliveira ou se quisermos recuar mais no tempo à primeira gramática da civilização ocidental, a *Tecné Grammatiké* de Dionísio da Trácia, que considerou como classes de palavras, em correspondência com as categorias lógicas do julgamento, segundo os estóicos, o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção; considera a interjeição como parte integrante do advérbio:

Toà de\ lÒgou š m rh TMo/c Ñktè: Ônoma, Áma, metoc, ¥rqron, ¢ntwnum...a, prÒqesij, TMp...rrhma, sÛndesmoj.

No que concerne ao nome e ao verbo, o jesuíta não estabelece uma distinção clara entre estas duas partes da oração, chega mesmo, em alguns momentos, a confundirlos atribuindo aos nomes propriedades dos verbos como sejam a conjugação e os tempos. Também apresenta a preposição, o advérbio e a conjunção de uma forma muito confusa e nem sempre faz a distinção entre ambas. Quanto aos pronomes, podemos destacar a morfologia do pronome possessivo, que nos parece inovadora, mas que ficará para outro estudo.

7. E para concluirmos fiquemos com o comentário que Francisco González Luis, professor na Universidade de la Laguna, terra natal de Anchieta, no artigo intitulado “La Gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina”, publicado nas *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística - Nebrija V Centenario*, em 1994, faz da arte anchietana:

... resulta evidente también que con tal descripción del tupí su contribución al patrimonio cultural de la humanidad está fuera de dudas, incluso para quienes, llevados por ciertos recelos ante semejantes obras de religiosos y misioneros, califican estas gramáticas de artificiales y de no reflejar el pensamiento y la cultura indígenas. Por el contrario, el material que ofrece el arte anchietana del tupí se muestra tan genuino y auténtico que no podrían superarlo ni siquiera los métodos lingüísticos modernos o los recursos actuales. Su Gramática sin ningún tipo de planteamientos teóricos responde a las exigencias pedagógicas y didácticas requeridas e trata de describir simplemente las reglas lingüísticas a partir del uso cotidiano de la lengua indígena. Sus principales méritos residen precisamente en haberse convertido en el primero y eficaz instrumento de aprendizaje de la lengua india y en haber iniciado la tradición de uno dos más importantes grupos lingüísticos de América del Sur, la del Tupiguarani (Luis, 1994: 114).

BIBLIOGRAFIA

- ANCHIETA, José P. de (1595), *Arte da grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, Antonio de Mariz [veja-se também a 7ª edição de 1990, com Apresentação de Carlos Drummond e Aditamentos do P. Armando Cardoso, S. J., São Paulo, Edições Loyola].
- Anchieta 400 anos - Congresso Internacional (São Paulo, 18 a 20 de Setembro de 1997)*, São Paulo, 1998.
- AUROUX, Sylvain (1992), *Histoire des idées linguistiques*, Tome 2, Liège, Mardaga.
- ____ (1994), *La révolution technologique de la grammatisation*, Liège, Mardaga.
- BARROS, João de (1971), *Gramática da língua portuguesa*, Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [1540].
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira (2004), “Línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial”, in *Historiografia da lingüística brasileira*, Boletim VII, CEDOCH, Universidade de São Paulo.
- BECHARA, Evanildo (2000), “Sobre influências das idéias linguísticas na *Arte de Gramática* de Anchieta”, vd. Pinho, Sebastião Tavares e Ferreira, Luísa de Nazaré Ferreira (orgs.), Tomo II, pp. 511-523.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1982), “A gramaticalização das línguas exóticas no quadro cultural da Europa do século XVI”, in *Revista de história económica e social*, nº 10 (Julho/Dezembro), Lisboa, Sá da Costa, pp. 15-28.
- ____ (1983), *O estudo das línguas exóticas no século XVII*, Lisboa, Biblioteca Breve, ICLP.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1965), *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Rio de Janeiro, Livraria Académica.
- CARDIM, Fernão (1925), *Tratados da terra e gente do Brasil*, Introdução e notas de Baptista Caetano, Capristano de Abreu e Rodolpho Garcia, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia [1625].
- CARDOSO, Simão (1998), *Historiografia gramatical (1500-1920)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CAVALIERE, Ricardo (2001), “Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI”, in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia de Braga, pp.11-21.
- CAXA, Quirício P. (1988), “Breve relação da vida e morte do Padre José de Anchieta”, in *Primeiras biografias de José de Anchieta*, São Paulo, Edições Loyola.
- DIAS, Pedro (1697), *Arte da língua de Angola, oferecida á Virgem Nossa Senhora do Rosario, mãe e Senhora dos mesmos pretos*, Lisboa, Officina Miguel Deslandes.
- FIGUEIRA, Luís (1687), *Arte de grammatica da lingua brasilica*, Lisboa, Officina Miguel Deslandes [1621].
- FONSECA, Maria do Céu Brás (2000), *Historiografia Linguística Portuguesa do Século XVII: as unidades de relação na produção gramatical portuguesa*, Évora, Universidade de Évora (tese de doutoramento policopiada).
- FREIRE, José Ribamar Bessa e ROSA, Maria Carlota (orgs.), 2003, *Línguas gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*, Rio de Janeiro, UERJ.

- GONZÁLEZ, Luis Francisco (1994), “La Gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina”, in *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística - Nebrija V Centenario*, II Vol, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 101-114.
- IRABURU, José Maria (2001), in <http://www.catholic-church.org/mscperu/biblioteca/1era%20EvangAL/hechos7.htm>
- MAMIANI, Luís Vicencio (1699), *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam kiriri*, Lisboa, Officina Miguel Deslandes.
- NEBRIJA, Antonio de (1989), *Gramática de la lengua castellana*, Estudio y edición de Antonio Quilis, Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces [1492].
- OLIVEIRA, Fernão de (2000), *Gramática da linguagem portuguesa*, Ed. crítica, semi-diplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências [1536].
- PINHO, Sebastião Tavares e FERREIRA, Luísa de Nazaré (orgs), 2000, *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra - Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Tomos I-III, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- QUILIS, Antonio (ed.), 1997, *Blancas de San José, Fray Francisco. Arte y reglas de la lengua Tagala*, Madrid, AECI.
- ROBOREDO, Amaro de (2002), *Methodo grammatical para todas as linguas*, Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa, INCM [1619].
- RODRIGUES, Aryon D. (1997), “Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta”, vd. Zimmermann, Klaus (ed.), pp. 371-400.
- RODRIGUES, João (1993), *Arte breve da lingua Iapoa tirada da Arte grande da mesma lingua, pera os que começam a aprender os primeiros principios della*, Ed. fac-similada, Transcrição e tradução de Hino Hiroshi, Tóquio [1620].
- SÁNCHEZ, Francisco (1976), *Minerva o De la propiedad de la lengua latina*, Introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas, Madrid, Ed. Cátedra [1587].
- SUEIRO JUSTEL, Joaquín (2001), *Aportación al estudio de la lingüística española en Filipinas*, Vigo, Universidade de Vigo (tese de doutoramento policopiada).
- TEYSSIER, Paul (1990), *Études de littérature et de linguistique*, Centro Cultural Português, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TORRES, Amadeu (1984), “Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares entre a ‘ratio’ e o ‘usus’”, in *Bracara Augusta*, Vol. XXXVIII, Braga, pp. 173-189.
- VERDELHO, Telmo (1995), *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, Aveiro, INIC.
- VIERA, António (1959), *Sermões (1679-1748)* vol.V. Porto: Ed. Lello & Irmão.
- ZIMMERMANN, Klaus (ed.) (1997), *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*, Frankfurt am Main: Vervuert, Madrid, Iberoamericana.

Cristina Alves de Brito

Faculdade Gama e Souza; crisalabri@aol.com

Criar ou pedir palavras?

Cada vez mais constata-se que o uso de palavras estrangeiras representa, principalmente na era da globalização, nada mais do que a interpenetração de culturas, em consequência da alta velocidade das comunicações, da massificação de algumas culturas em relação a outras, fazendo com que os termos mais facilmente façam parte da comunicação dos indivíduos para que se sintam em sintonia com o mundo.

O presente levantamento objetivou obter informações acerca da reação dos falantes em relação ao uso de termos estrangeiros na língua.

O grupo alvo da pesquisa é formado por professores e alunos da Rede Pública de Ensino do Rio de Janeiro de 1º e 2º graus. Apresentou-se aos grupos a questão do uso do termo “impeachment”, recentemente usado em nossa língua. Ofereceram-se as seguintes alternativas aos grupos:

- a) deve-se usar a palavra estrangeira sem qualquer alteração;
- b) dever-se-ia criar uma palavra completamente nova;
- c) deve-se usar os processos existentes na língua e fazer uma derivação.

Em uma primeira leitura da amostra o que se verifica é que 27,3% optaram pelo uso da palavra estrangeira e 72,7% escolheram as alternativas em que se privilegiam os processos existentes dentro da língua para formação de palavras.

No grupo de professores 60% optou pelo uso da palavra estrangeira irrestritamente; mas no que se referia a criar uma palavra completamente nova, apenas 22,5% apostam em tal possibilidade e somente 17,5% acreditam na derivação com o uso de afixos como mecanismo de não importação de vocábulos.

O rótulo de a mulher ser conservadora no que refere ao uso da língua, parece não se confirmar no grupo de professoras, pois quase 38,4% delas optaram pelo uso da palavra estrangeira contra 20,5% dos professores na mesma opção.

Já entre os alunos, o fato inverte-se, apenas 20,3% opta pelo uso de palavra estrangeira, enquanto 36,3% fica com a criação de palavra nova e 43,3% com a utilização de processo de derivação; aqui as alunas desempenham papel marcante, dos 79,6% que optam pelo não uso de palavra estrangeira, 45,9% da escolha foi feita por mulheres.

Tem sido observado que não só o fator sócio-econômico mas também a escolaridade de uma pessoa têm direta relação com o seu desempenho lingüístico. Cabe aqui uma interrogação: esses fatores estariam atuando sobre a adoção ou não de empréstimos?

No dicionário do Aurélio aparece o vocábulo *impedimento* como: obstáculo, estorvo, impedição; estado de quem por doença, licença ou por outra causa, acha-se impossibilitado de exercer as suas funções.

Na Constituição Federal o termo que aparece com freqüência é suspensão dos direitos em situações de crime penal comum, infrações, crime de responsabilidade; em tais situações o Presidente terá apenas a suspensão do mandato e no caso de não haver julgamento no prazo de 180 dias, retorna ao posto; o termo impedimento aparece com freqüência em relação aos juízes que por motivo variado ficam impossibilitados de exercer suas funções.

O Brasil passou, no início da década de 90, por uma experiência política inusitada, para a qual, em nosso vocabulário, o povo não encontrou termo adequado para expressar o seu desejo: nenhum dos significados da palavra *impedimento* possuía o sentido exato do que era o desejo de todos naquela hora.

Voltando um pouco mais no tempo, em 1974, o chefe do Governo americano renunciava por saber que o Congresso decretaria seu “impeachment” por seu envolvimento no caso Watergate.

Por outro lado, o povo brasileiro desejando o mesmo para o, então, chefe de Estado e não pretendendo renunciar, não encontrou na palavra do português *impedimento* a solução para o que queria, pois ela não designava exatamente o mesmo que a palavra do inglês “impeachment”, que significa impugnação, descrédito, denúncia e processo por infração dos deveres de seu cargo.

A idéia de temporário que permeia a palavra *impedimento* e estando o brasileiro ansioso por uma atitude definitiva, não querendo a possibilidade de um retorno de forma alguma, determinou o uso do termo inglês que possuía o valor semântico exato que todos queriam que acontecesse, a saída sem qualquer possibilidade de volta, para o, então, Presidente.

O que se verificou inicialmente é que entre aqueles com maior escolaridade há aceitação com menos restrição ao termo estrangeiro; já entre os que têm escolaridade em processo, pelo resultado obtido, constata-se uma maior resistência à incorporação de termos estrangeiros, fato que também permite uma indagação: se tal reação seria em função do desconhecimento do significado real da palavra, uma vez que boa parte dos informantes do grupo tem idade entre 16 e 30 anos, geralmente pouco preocupada com o significado real, exato das palavras.

No caso do termo “impeachment” na sociedade mais ampla o que se verificou foi uma quase unanimidade tanto na língua escrita quanto na oral.

Em contrapartida o que se verificou com o termo “impeachment” é bem diferente do que em muitas situações, na atualidade, encontramos quando pessoas usam termos estrangeiros somente para sentirem-se engajadas, enturmadas, inseridas num contexto, alegando que a língua não possui termos adequados para expressar muitas situações vivenciadas no dia-a-dia por determinados grupos.

Senão vejamos alguns termos pinçados em situações de escritório que muitos de nós ouvimos quando estamos atentos às palavras usadas.

- “O problema pode ser no hard disk.” (disco rígido)
- “Ele precisa do feedback da equipe para os contatos com o pessoal...” (retorno)
- “– Verifiquei o seu laptop.” (micro portátil)

- “O Hermínio (...) quer lançar um franchise e precisa que você escreva um paper sobre isso.” (franquia / papel (texto))
- “Disse que adorou o approach e o design, mas acha que tem um problema de timing.” (desenvolvimento / desenho / tempo)
- “O Fernando, (...), enviou e-mail solicitando...” (correio eletrônico)
- “...durante o qual poderíamos conhecer, no show room do evento, os trabalhos vencedores...” (sala, salão de exposições)
- “Ivan, (...), quer saber se dá para antecipar a apresentação do layout da newsletter.” (formato / nova carta (modelo))
- “...porque o boy não veio trabalhar hoje.” (contínuo, menino)

A série acima é questionável quanto à ausência de termos para expressar sua idéia dentro da língua. Até o que sempre foi uma das marcantes características do povo brasileiro, adorar um cafezinho que implicitamente sempre equivalia a hora de uma paradinha, transformar-se agora no:

“Nesse momento, o coordenador do seminário anunciou o início do coffee-break...”

As palavras acima relacionadas todas têm expressões, palavras perfeitas, em uso, dentro da língua, porém o que se sente mais é o nosso prosaico, insubstituível cafezinho que sempre nos caracterizou frente ao mundo. Será que para estar inserido no contexto mundial, teremos de perder uma de nossas mais pitorescas características?

Em um segundo momento, colocou-se para os pesquisados a seguinte situação: o que achavam sobre o uso de palavras ou expressões estrangeiras de forma geral dentro da língua; foram apresentadas as seguintes opções:

- a) nunca devem ser usadas;
- b) podem ser usadas em casos especiais;
- c) devem ser usadas livremente.

No que se refere ao primeiro item: nunca devem ser usadas palavras estrangeiras, nenhum dos grupos apresentou alto índice, no total entre os pesquisados somente 11% foram veementes contra tal uso.

Quanto ao livre uso das palavras, novamente, aparece uma reação contra, onde 34% acreditam que as pessoas tenham livre arbítrio para dentro da língua lançar mão das expressões e palavras estrangeiras.

Porém um grupo expressivo de usuários aceita que, em casos especiais, termos estrangeiros possam ser usados; tal item apresentou os seguintes índices: entre os professores 77,5% admitem o uso em situações especiais; entre os alunos 50% também comungam com tal idéia; no levantamento geral entre todos os informantes, 54,2% concordam que expressões estrangeiras devam ser usadas quando não houver, na língua, palavra com carga semântica que expresse o que se deseja comunicar.

Apesar de a Língua Portuguesa ter a seu favor a capacidade de expressar a veemência das tormentas das grandes viagens, o jogo de palavras oblíquas ou de brincar com as palavras de todo dia em versos simples em uma linguagem direta e pessoal para expressar-se poeticamente na língua que faceiramente fala da partida, da batalha, do amor, das fugas e da saudade.

Sabe-se que a língua é, foi e continuará sendo um fator de interação entre os indivíduos quer na sociedade, quer na poesia, quer na linguagem cotidiana, exercendo um papel fundamental nas relações humanas. Assim a cada momento é perfeitamente aceitável a adoção de formas para uma língua por causa dos contatos com outra(s) língua(s); a interpenetração lingüística é praticamente inevitável, porque nenhum povo, na era da globalização, vive isolado; de modo geral o empréstimo decorre exatamente das relações políticas, comerciais ou culturais que acontecem.

Percebe-se a partir do grupo de informantes, usuários cotidianos da língua, um equilíbrio nos resultados, pois de forma geral, uma conclusão primária que se pode tirar é a de que quando a língua não oferece meios de expressão, importe-se para que haja a comunicação e esta não fique prejudicada.

Ainda é necessário que se tenha sempre presente que a língua é, foi e continuará sendo um fator de interação entre os indivíduos quer na sociedade, quer na poesia, quer na linguagem cotidiana, exercendo um papel fundamental nas relações humanas. Assim a cada momento é perfeitamente aceitável a adoção de formas para uma língua por causa dos contatos com outra(s) língua(s); a interpenetração lingüística é praticamente inevitável, porque nenhum povo, na era da globalização, vive isolado, e, de modo geral, o empréstimo decorre exatamente das relações políticas, comerciais ou culturais que ocorrem. Também se sabe que o radical estrangeiro, em geral, adapta-se à fonologia e à estrutura morfológica da língua importadora. Porém, a partir de tais características, constata-se que tal ainda não ocorreu com o termo “impeachment” até o presente momento; será que poderemos esperar por adaptações lingüísticas formais ou simplesmente terá sido um rio (episódio) que passou em nossas vidas e que simplesmente deixamo-nos levar temporariamente?

BIBLIOGRAFIA

Constituição Federal do Brasil, 1988.

HOLANDA, Aurélio Buarque de (1986), *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Fantina Tedim Pedrosa

Cecília Falcão

Cláudia Ferreira

Cláudia Martins

Manuel Silva

Universidade do Porto; fpedrosa@letras.up.pt

Escola Secundária Miguel Torga, Bragança; cecilia.falcao@clix.pt

Universidade de Aveiro; cferreira@dlc.ua.pt

Instituto Politécnico de Bragança; claudiam@ipb.pt

Instituto Politécnico do Porto; mdasilva@iscap.ipp.pt

Dar a palavra à ciência: diálogos entre linguística e linguagens de especialidade a propósito de um dicionário terminológico

1. Introdução

A reflexão linguística tem vindo a dar conta da vitalidade da produção e divulgação científica em português e a observar os seus processos de discussão e fixação do saber e das suas linguagens. A língua é, cada vez mais, objecto de estudo não só no âmbito estritamente linguístico mas também em áreas mais recentes que ligam, por exemplo, a língua às ciências ou a outros domínios de aplicação. A importância da língua portuguesa como língua de especialidade é, de facto, afirmada através de várias pesquisas, realizadas ou em curso, que têm como objectivo inscrever o português nas áreas mais inovadoras da sociedade actual. O projecto de concepção de um dicionário terminológico multilingue que nos tem ocupado inscreve-se exactamente nesta preocupação em considerar o português como uma das línguas de trabalho num domínio científico específico, o das Ciências da População.

Mas, na encruzilhada entre a língua e a ciência, a relação pode revelar-se problemática não apenas em casos equívocos ou que momentaneamente se apresentam como insolúveis, mas sobretudo quando há ausência de diálogo. Somos levados a pensar: que conexão tem existido entre as preocupações dos linguistas e terminólogos e as dos

cientistas ou especialistas de uma dada área do saber? Partindo da constatação de um desencontro (tradicional) entre a linguística e a ciência, assumimos novas perspectivas de cooperação, percursos inovadores na relação imprescindível entre terminólogos e especialistas, na execução do projecto terminográfico numa área tão actual e interdisciplinar como são os estudos da população. O diálogo é a atitude natural quando reflectimos sobre os problemas que se põem à língua ao ser confrontada com as necessidades das linguagens de especialidade – a análise de casos aqui exposta atesta que “dar à ciência a palavra exacta” contribuirá para a afirmação da Terminologia, enquanto disciplina autónoma, em língua portuguesa.

1.1. Das preocupações da ciência

“Population functions as a link in a vital chain,
a basic and essential part of a larger system
that shapes our public and private world.”
(Weinstein et al., 2001)

A população tornou-se desde meados do século XX um tema de interesse crescente que se expandiu para fora da comunidade científica e da esfera política. Os meios de comunicação em massa interessam-se por grandes eventos associados à população, mesmo sem um carácter político (conferências, comemorações de dias internacionais...) e, frequentemente, apresentam e discutem aspectos demográficos como o envelhecimento da população, a baixa taxa de natalidade nos países desenvolvidos, as migrações, a fome e a subnutrição em diversos pontos do mundo ou a vulnerabilidade às epidemias.

Também em diversas áreas como na economia, no planeamento urbanístico, na formulação e avaliação prospectiva de políticas governativas, na saúde pública ou na concepção de políticas sociais são utilizados conceitos e métodos desenvolvidos pelas ciências que têm como objecto de estudo a população.

Da mesma maneira, a dinâmica populacional, de uma forma frequentemente silenciosa e imperceptível, afecta as condições económicas, a qualidade ambiental, a agenda política, a ética, as relações internacionais, e estes factores, por sua vez, influenciam as características da população (dimensão, estrutura, fecundidade, mortalidade, migração, distribuição geográfica), pelo que compreender a problemática de funcionamento interno do sistema demográfico e das suas relações com as componentes geográfica, económica, social, política, antropológica, ecológica e histórica constitui um desafio que se coloca aos cientistas, desafio que não pode ser objecto de estudo de uma só ciência, sendo antes um tema verdadeiramente interdisciplinar.

Estas razões tornam a população um importante e útil campo de estudo e de intervenção profissional e social. Poder acompanhar e produzir investigação num domínio científico específico, tendo o português como uma das línguas de trabalho, é em primeiro lugar uma urgência para todos os que analisam este domínio ou domínios conexos. O presente artigo fundamenta-se nessa preocupação maior dos especialistas e procura, assim, relacionar a área da Geografia da População com a necessária reflexão linguística que está na base do dicionário multilingue que pretendemos dar a conhecer, produto esse que apresenta, tanto quanto possível, uma visão transdisciplinar desta problemática.

1.2. Das preocupações da língua

“As with any relatively new concept, terminology is subject to change, which depends on the theorists and specialists that practise it. The first reason for change derives from the relationship that terminology has with its preceding disciplines, especially with semantics, lexicology and lexicography. Some people believe that terminology is nothing more than a new perspective adopted by these disciplines. Terminology is currently seen as an art or practice rather than a science.”

(Dubuc, *apud* Cabré 1999: 9)

Neste contexto, o contributo dos linguistas e terminólogos apresenta-se como fundamental em diferentes aspectos: na tradução fidedigna de conceitos, contribuindo para uma delimitação de fronteiras entre áreas conceptuais contíguas, no aproveitamento pelos especialistas dos recursos linguísticos existentes e mais adequados e mesmo na criação de novos termos (neónimos) para conceitos novos ou que continuam sem designação.

A incorrecção linguística na tradução de termos e a utilização indevida ou distorcida de conceitos que circulam e que contribuem para perpetuar erros foram também factores que motivaram a realização deste dicionário multilingue. Assim, o seu intuito é facilitar a tradução de termos para português e apresentar uma definição correcta de conceitos, que informe sobre o funcionamento do sistema demográfico: confluem aqui as preocupações relativas à harmonização e à correcção da língua bem como à precisão conceptual da ciência.

1.3. Da motivação para um projecto terminológico na área das Ciências da População

A constatação de que o tema interessa à comunidade em geral e a necessidade de facilitar a comunicação entre áreas afins, pois a população é um objecto interdisciplinar, justificaram que ao longo de anos vários glossários, dicionários, léxicos e outras obras de referência tenham sido criados. Já em 1969, a IUSSP (*International Union for the Scientific Study of Population*) revelava a necessidade de criar um dicionário temático de demografia (*Multilingual Demographic Dictionary*) em várias línguas, cuja obra tem vindo a ser reeditada, inclusivamente em português.

No entanto, a Geografia desprezou, de certa forma, os estudos sobre a população. Em alguns dicionários geográficos encontram-se diversos conceitos da população mais relacionados com a distribuição e a mobilidade, revelando-se, porém, esta abordagem muito restritiva no que diz respeito à abrangência do fenómeno da população.

A preocupação de divulgação conduziu-nos à reflexão sobre os meios linguísticos que permitem a comunicação e a discussão dos conceitos científicos entre especialistas, nomeadamente quando somos confrontados com textos de vulgarização ou semi-vulgarização e, sobretudo, de natureza oficial que carecem, por vezes, de rigor conceptual. Aliada a esta questão está também a escassez de obras de referência de carácter normalizador em português europeu, havendo apenas alguns dicionários escolares ou que versam temas específicos (*v.g., Dicionário do Casamento/ Divórcio & Temas Adjacentes*).

1.4. Dos objectivos do presente artigo

Pretendemos mostrar qual a reflexão que permitiu, ao longo de todo o trabalho, a desambiguação desejada por qualquer linguagem de especialidade e também como essa reflexão nos levou a propor determinadas soluções, a nível tradutivo, linguístico e conceptual.

Assim, este texto tem como objectivos: demonstrar como o produto terminográfico multilingue em construção vem contribuir para a difusão e necessária evolução da língua portuguesa; afirmar a necessidade e a pertinência deste trabalho, apesar de nos encontrarmos num contexto em constante evolução científica que tende a encarar as obras de referência como perecíveis; justificar a criação de equipas multidisciplinares, capazes de solucionar problemas de harmonização/ normalização conceptual e terminológica, confirmando a língua portuguesa como língua científica de pleno direito no estabelecimento da teoria, no seu ensino e divulgação bem como em textos de carácter regulamentador que recorrem a esta área.

2. Características e finalidade do projecto

Ambas as vertentes, a científica e a linguística, imprescindíveis para o conhecimento e a sua transmissão, conduziram à constituição de uma equipa interdisciplinar de especialistas da área da Geografia e de terminólogos com vista à elaboração de um produto terminográfico¹ multilingue de divulgação em Estudos da População. Este produto assume a forma de um dicionário terminológico que se organiza tematicamente em sete domínios, a saber *fontes e métodos, dinâmica populacional, distribuição da população, estruturas da população, população e desenvolvimento, população e ambiente e políticas populacionais*, estando cada um destes estruturado em subdomínios, nos quais se inscrevem os termos por ordem alfabética (partindo do português).

As suas finalidades são permitir a desambiguação dos termos na comunicação entre especialistas da mesma língua ou de várias línguas, possibilitar a divulgação dos conceitos das linguagens de especialidade entre si e à comunidade em geral de uma forma inequívoca e encontrar soluções adequadas a nível linguístico para a designação de conceitos através de termos transparentes e motivados.

Pelo rigor científico imposto e pela clareza de linguagem, pretende-se ainda captar o público em geral, que se tem tornado ávido de um saber profundo, sintético mas essencial, numa estruturação conceptual que lhe permita em pouco tempo apreender vários aspectos da complexidade que caracteriza o domínio da Geografia da População. Qualquer cidadão, bombardeado por informações de proveniência nem sempre clara e com motivações muito diversas, pode ser facilmente manipulado. Por isso, numa época em que se apela à cidadania, o dicionário permite enriquecer a cultura geral e optar pela vertente que, num dado contexto, se revele como a mais pertinente.

¹ Entenda-se que, segundo Gouadec (1990: 3-4), Terminologia é a ciência que estuda os termos, a sua formação e as suas relações, de um determinado universo de conhecimento, enquanto Terminografia é a actividade de constituição de vocabulários especializados.

3. Metodologia de trabalho

O projecto assenta numa equipa interdisciplinar² constituída por uma especialista em Geografia da População e quatro terminólogos (tendo cada um a seu cargo a pesquisa numa das línguas estrangeiras, mas com uma preocupação de partilha constante em língua portuguesa) e teve como ponto de partida uma listagem de termos pré-seleccionados pela especialista, listagem esta que orientou a pesquisa terminológica ulterior. Logo, a principal preocupação da equipa foi estabelecer um projecto de terminologia simultaneamente descritiva – que se caracteriza por analisar uma área de especialidade, estudar os seus conceitos e coligir os termos – e prescritiva – que se preocupa com a normalização dos termos. Começámos, assim, por identificar os termos nucleares dos domínios e subdomínios em causa, definir os conceitos por estes expressos, determinar quais seriam verdadeiros termos (sem excluir, numa primeira etapa, os que se apresentavam como ‘candidatos a termos’), seleccionar os contextos ilustrativos e as fontes bibliográficas fidedignas e delimitar os domínios e subdomínios em causa, no sentido de poder avaliar e validar os termos atribuídos aos conceitos já existentes e propor, se tal fosse o caso, novas unidades terminológicas para conceitos novos ou sem designação (Wright & Budin 1997).

Desta forma, o projecto desenvolveu-se com base numa dupla abordagem: semiológica, orientada do termo para a procura do seu significado, e sobretudo onomasiológica, partindo do conceito com vista a alcançar a denominação exacta, mas com um objectivo final único – a criação de um produto terminográfico multilingue. Convém ter em consideração o que se entende por conceito e termo: o conceito consiste na representação mental de objectos ou conjuntos de objectos individuais que partilham determinadas características e cuja função permite a classificação ou ordenação mental dos conceitos e a sua comunicação através da associação a um símbolo linguístico (Felber 1984), enquanto o termo, em linguagem de especialidade, é uma representação linguística de um conceito, utilizada numa área específica (Cabré 1999), podendo assumir formas e extensão variáveis.

Numa primeira fase, sentimos necessidade de alargar a área do conhecimento, passando da abordagem geográfica da população, que se revelou extremamente limitativa, para uma perspectiva multidisciplinar (Estudos da População) que integra a Demografia, a Economia, a Sociologia, a Epidemiologia, a Ecologia, entre outras áreas. Este alargamento, a par da sua delimitação, levou-nos a organizar os termos em árvores conceptuais correspondentes aos domínios já referidos, para termos uma visão global dos campos abrangidos mas também das relações conceptuais no interior dos campos e entre eles e os termos respectivos.

O estabelecimento dessas áreas orientou a pesquisa e a recolha de documentos em suportes diversos e em diferentes línguas (alemão, espanhol, francês, inglês e português), nomeadamente de obras de referência, de cariz científico e oficial. Seguidamente, iniciámos a constituição de *corpora* de especialidade a partir de textos provenientes de organizações e instituições nacionais e internacionais, de sítios de universidades e de

² Esta equipa foi constituída no âmbito do Seminário de Especialidade em Geografia/ História, constante do 2.º semestre do 1.º ano do Mestrado em Terminologia e Tradução (edição de 2000/ 2003) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a coordenação da Prof. Doutora Belinda MAIA.

associações profissionais, de obras de referência e manuais, de dicionários, glossários, léxicos, vocabulários e *thesauri* e de revistas de divulgação científica, em linha ou impressas. Constatou-se desta recolha documental para criação de *corpora* a notória presença de textos em língua inglesa e a escassez de textos em português europeu.

Os *corpora* constituídos (*corpora* paralelos e *corpora* comparáveis³, monolíngues ou multilíngues) acompanharam o desenvolvimento e o teste de um conjunto de ferramentas integradas concebido pelo Pólo FLUP/ CLUP da Linguateca, designado por 'Corpógrafo'. Estas ferramentas permitem, a partir do armazenamento de um conjunto de textos em formato electrónico, a manipulação e o seu tratamento terminológico de forma semi-automática, através do recurso a técnicas de alinhamento, fraseamento e concordância, entre outras. Assim, esta plataforma de análise de *corpora* – fruto da proveitosa interdisciplinaridade entre linguistas, tradutores, especialistas de várias áreas científicas e informáticos⁴ – permitiu-nos extrair novos termos e detectar a existência de novos conceitos, alguns dos quais ainda com denominações não estabilizadas ou sem designação em língua portuguesa. A extracção foi realizada a partir de uma análise semi-automática dos textos em formato electrónico e os seus resultados foram exportados e armazenados numa base de dados terminológicos, concebida de forma a permitir diferentes tipos de pesquisa conceptual num ambiente dinâmico que suporta a adição de documentos e a definição de redes semânticas não estáticas. Esta base está a evoluir para uma base de dados de conhecimento (e não de simples informação terminológica), com interfaces cada vez mais flexíveis, que permitem ao utilizador compilar e organizar os seus próprios *corpora* e analisar as relações que considerar pertinentes num determinado domínio conceptual⁵.

A equipa tomou em consideração as recomendações das normas ISO, especialmente as provenientes do Comité Técnico 37, relativas ao trabalho terminológico e terminográfico, aos seus princípios e métodos, ao uso de vocabulários e formas normalizadas de registo e apresentação e à ajuda computacional na criação, utilização e partilha de dados terminológicos.

De acordo com a *ISO 10241* (1992), os dados terminológicos organizam-se da seguinte forma:

1. os dados referentes ao termo: o termo em si, os sinónimos e os antónimos, as variantes ortográficas, morfológicas e sintácticas, as formas abreviadas e as formas

³ Enquanto um '*corpus* comparável' consiste num conjunto de textos em duas ou mais línguas relativo à mesma área de saber ou de uma área similar, ou ainda um grupo de textos de pares de línguas que podem ser contrastadas e comparadas em função das suas características específicas, um '*corpus* paralelo' pode assumir uma das três hipóteses: alinhamento de textos originais numa L1 e as respectivas traduções; alinhamento de textos originais nas L1 e L2 e as suas respectivas traduções; ou alinhamento de traduções em diversas línguas de um texto originalmente escrito numa dada língua (Pearson 1998: 43-48).

⁴ Este projecto é liderado pela Prof. Doutora Belinda MAIA, juntamente com o engenheiro Luís SARMENTO, da Universidade do Porto, no âmbito da 'Linguateca' (<http://www.linguateca.pt>), na sequência da elaboração do 'Processamento Computacional do Português' (MCT, conduzido por Diana SANTOS). O projecto conheceu desenvolvimentos recentes, com uma 2.ª versão do 'corpógrafo' lançada em Outubro de 2004.

⁵ Cf., no sítio do pólo do CLUP (<http://www.linguateca.pt/corpografo/>), o *poster: Integrated web environment*, de 31 de Março de 2003.

- plenas, os símbolos, os equivalentes em línguas estrangeiras, os graus de aceitabilidade, a informação gramatical e as notas;
2. os dados relativos ao conceito, como é o caso da definição, dos contextos, de representações gráficas ou de outras representações do conceito (fórmulas ou numerações), dos exemplos, das notas e da informação sobre os sistemas conceptuais (*v.g.*, conceito subordinado, supraordenado ou coordenado);
 3. os dados administrativos, a saber: a identificação do conceito, o símbolo da língua em causa, a data do registo, a identificação do registo efectuado e a fonte.

Tendo em conta estas recomendações, criámos uma ficha terminográfica que integra os campos mais pertinentes para o produto em construção, ou seja, seleccionámos o domínio e subdomínio conceptuais, o termo, a informação gramatical, o sinónimo, a definição, a representação gráfica, os equivalentes noutras línguas e respectivos informação gramatical e sinónimos, os termos relacionados e as notas.

Numa fase subsequente ao estabelecimento dos termos e da sua definição, foram convidados diferentes especialistas nas várias línguas, de forma a validar e estabilizar os equivalentes atestados ou propostos, na dupla vertente conceptual e linguística. A verificação dos conceitos, pelo confronto das diferentes línguas, a decisão sobre a inclusão/ ordenação de termos, incluindo a opção entre variantes ou (para)sinónimos, bem como a apresentação final do produto, impresso ou electrónico, constituirão as últimas “etapas da pesquisa terminológica” (Rondeau 1984; Gouadec 1990).

4. Estudo de casos

Na sequência deste processo, fomos identificando problemas de diferente natureza, nomeadamente a polissemia, a sinonímia, a necessidade de criação de novos termos (neónimos) devido à ausência de equivalentes, a deficiente tradução terminológica e/ ou conceptual e a má interpretação por desconhecimento linguístico, que serão exemplificados pelos seguintes casos:

1.º caso – A correspondência entre os pares “fertility”/ “fecundity” e “fertilidade”/ “fecundidade” é um dos casos mais evidentes dos erros de tradução causados pela semelhança fónico-gráfica de termos cognatos. Verificámos, de facto, uma confusão entre os conceitos de ‘fertilidade’ – a capacidade biológica de produzir óvulos e espermatozóides viáveis – e ‘fecundidade’ – a resultante da reprodução –, quando afinal a correspondência é inversa entre o português e o inglês: “fecundity” e “fertility”. Deve, contudo, ter-se ainda em conta o domínio específico em que o termo é usado: é que o uso dos termos ingleses assemelha-se ao uso português, mas apenas no domínio da Biologia.

2.º caso – O termo “total fertility rate” surge traduzido em algumas publicações de divulgação e até documentos oficiais (concretamente, no *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano* – Human Development Report, UNDP) por “taxa de fertilidade total” em vez do termo estabilizado em português: “índice sintético de fecundidade”. Os equivalentes que poderiam ter sido adoptados na tradução são: “índice sintético de fecundidade”, “descendência média” ou “índice conjuntural de fecundidade”. O facto de tomar, sem reflexão, como equivalentes dois indicadores que o não são (taxa e índice) mostra uma tradução literal a partir do inglês, sem cuidar de seguir o rigor con-

ceptual nem a tradição encontrados nos estudos da área que a língua portuguesa já firmou. Esta designação que, infelizmente, temos visto ganhar terreno, esquece ainda que, mesmo que fosse uma “taxa”, ela seria entre nós classificada não como “total” – tal uso seria, aqui, incorrecto ou inexistente – mas como “global”, para além do já identificado falso amigo *“fertility/ fertilidade”.

3.º caso – Num livro sobre demografia, publicado em 2004, refere-se a “taxa de mortalidade pré-natal” como sendo a que se “obtem dividindo os óbitos pré-natais (óbitos fetais tardios e óbitos neonatais precoces) pelos nascimentos”. A incorrecção conceptual deriva da confusão de dois prefixos de valor diferente (o 1.º de origem latina, o 2.º de origem grega): *pré*-natal (antes do nascimento) e *perinatal* (à volta do nascimento, no período imediatamente anterior e posterior ao parto) – este 2.º adjectivo integra, por exemplo, o termo “período perinatal” (partilhado pelas ciências da saúde) e há formações semelhantes noutros termos da demografia, como “periurbano”. A designação correcta é, aqui, “taxa de mortalidade perinatal”. Sendo as línguas clássicas um vasto repositório de elementos formativos (bases e afixos) para a terminologia técnica e científica, esta é uma área em que os conhecimentos de morfologia e de história da língua ajudam o especialista a identificar erros linguísticos e conceptuais e a solucioná-los.

4.º caso – Aos termos em francês “dépopulation” e “dépeuplement”, equivalentes em espanhol a “despoblación” e “despoblamiento”, que traduzem uma diminuição de efectivos resultante de um saldo natural negativo e um decréscimo de população devido às migrações, respectivamente, corresponde um só termo de sentido geral em inglês, “depopulation”, e um só termo em português, “despovoamento”, sendo necessária uma paráfrase explicativa para separar cada um dos casos.

É interessante verificar como cada idioma faz escolhas diferenciadas nos processos de criação terminológica, tal como faz na neologia em língua geral. Embora tanto o português como o inglês concentrem num só termo (seria um caso de polissemia) o decréscimo que deriva do facto de haver maior número de mortes do que nascimentos e o decréscimo por deserção e abandono do território, estamos perante caminhos etimologicamente diversos.

Há dois entendimentos possíveis em relação a esta assimetria inter-línguas:

- a) existem, em francês e em espanhol, dois conceitos diferentes, que o equivalente português reduz, tal como o inglês. É certo que também o termo “ermamento” está atestado em português para este sentido geral de ausência de população, independentemente da causa, embora com menor divulgação. Por se ter passado a entender pelo termo português sobretudo o processo gradual de perda de população, cuja situação extrema será a completa ausência de efectivos, “despovoamento” tem perdido vitalidade não tanto na comunidade científica mas sobretudo no discurso de vulgarização e tem vindo a ser substituído, não raramente, por “desertificação”, entendendo-se o termo apenas na sua vertente de “desertificação humana”;
- b) ou consideramos que estamos perante um só conceito – diminuição da população – com duas variantes que particularizam as razões dessa perda: “dépopulation” como resultado negativo da dinâmica natural e “dépeuplement” como fruto de um saldo migratório negativo.

O facto de haver dois termos diferenciados apela a conceitos não confundíveis, que correspondem a dois aspectos da dinâmica da população: “saldo natural” e “saldo migratório”.

5.º caso – Constata-se um vazio terminológico em português relativamente ao termo inglês “replacement migration”, apesar de termos já encontrado a designação “migração de substituição” numa revista de demografia⁶, o que prefigura um problema de entendimento conceptual; isto é, o termo português parece indicar uma forma de migração – subdomínio da mobilidade espacial – enquanto o inglês enfatiza um tipo de substituição/ reprodução da população: trata-se, afinal, de uma ‘substituição/ renovação por migração’ (termos não atestados).

6.º caso – “Empowerment” não apresentava, inicialmente, um equivalente estável em português, talvez por ser um conceito usado em diferentes domínios conceptuais (política, ciências sociais, economia), tendo sido proposto o termo “capacitação”, que se foi firmando e se divulgou através de textos oficiais e informativos. Neste caso, fugiu-se à tentação de uma tradução literal do inglês e foram aproveitados recursos genolexicais tradicionais do português, algo que não acontece em francês, por exemplo, que mantém o estrangeirismo.

Todavia, também em português continua a ocorrer a forma importada e vimos recentemente uma ‘nativização do empréstimo’, “empoderamento”, que soa como um termo estranho (embora use estruturas formativas do português). Admitimos alguma resistência em inscrevê-lo num paradigma cuja base seria ‘poder’, pois não se atesta nenhum verbo **“poderar”* ou **“empoderar”* nem um adjetivo **“empoderado”*⁷. Ao invés, a rede conceptual e a retoma discursiva ficam asseguradas no discurso científico no caso de “capacitação”, pelo já tradicional uso de “capacidade”, “capacitar”, “capacitado” – não esqueçamos que à neónimia interessa seguir as regras da transparência e motivação e a possibilidade de derivação, bem como acatar hábitos fonológicos e morfossintáticos da língua. Qual a razão para esta criação? É uma questão de moda ou submissão ao inglês? Falta saber se a forma “empoderamento” ficará circunscrita ao português do Brasil⁸ ou se este decalque do inglês supõe algo conceptualmente distinto: embora com menor uso, a “concessão, obtenção ou reforço do poder” parece servir as áreas das relações internacionais e a ciência política; “dotar de capacidades” tem sido associado à educação e formação, aos recursos humanos e profissionais, embora não se confine a estes domínios.

7.º caso – A tradução incorrecta de “potential years of life lost” e “years of potential life lost” (que ocorrem amiúde nas formas abreviadas PYLL e YPLL, respectivamente) pelas formas em português “anos potenciais de vida perdidos” e “anos de vida

⁶ *Boletim da Associação Portuguesa de Demografia*, n.º 3, de Novembro de 2002.

⁷ Embora a adjução simultânea de afixos, mais exactamente de um afixo descontínuo, i.e. a circunfixação, seja um processo com vitalidade em língua portuguesa na formação denominal ou deadjectival de verbos, sem formas intermédias (do tipo *aclarar*; *entardecer*; *embarcar*), quando há um nome, vemo-lo surgir do verbo, como ‘acto ou efeito de V’: *emparcelar* > *emparcelamento do território*; *empobreecer* > *empobrecimento do solo*; *envelbecer* > *envelhecimento da população* – tais ‘palavras possíveis’ na cadeia derivativa não se actualizam neste caso.

⁸ Dicionários de referência como o *Novo Aurélio Século XXI* e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* não o registam, mas surge no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa.

potenciais perdidos” reflectem a ausência de entendimento conceptual e uma formulação linguisticamente inexata: o que é perdido não são os anos, mas a vida; os anos são a unidade em que se quantifica a vida perdida. A hesitação, dada a novidade do conceito, estende-se ainda a outras ocorrências que encontramos: “anos de vida potencial perdidos” e “anos de vida potencialmente perdidos” (bem como se fala, em publicações do domínio da saúde, da “perda potencial em anos de vida”). No entanto, estas formas coexistem com uma outra, “anos potenciais de vida perdida”, esta já em concordância com o termo inglês.

8.º caso – Verifica-se a evolução do entendimento do termo “crescimento”, que teria sempre uma acepção positiva, seguindo a conotação que detém em língua geral, para passar cada vez mais a abranger também um sentido negativo, ou seja, crescimento positivo e negativo de algum fenómeno, à semelhança do uso do termo nos estudos económicos. Por isso, os termos “saldo fisiológico” e “saldo natural” têm sido substituídos por “crescimento natural”: deparamo-nos com um caso de sinonímia e também de análise diacrónica. No entanto, actualmente, fala-se especialmente de crescimento com um sentido positivo e negativo com incidência noutros termos como “crescimento migratório” (sinónimo de “saldo ou balanço migratório”), à semelhança de “crescimento natural” (sinónimo de “saldo natural” ou “saldo fisiológico”), que traduzem variações tanto positivas como negativas.

4.1. *Discussão de dados*

Além das interrogações levantadas do ponto de vista terminológico e geográfico, a questão que se coloca é a das respostas dadas e soluções encontradas para estes problemas.

Nos casos 1, 2, 3 e 7, optámos claramente pela correcção terminológica, dado que já existem termos correctamente adoptados em português, desde que não se troque o conceito.

No exemplo 4, devemos provavelmente aceitar a existência de uma paráfrase explicativa que venha completar o termo “despovoamento” para evitar o risco de confusão ao criarmos um novo termo (*“depopulação”, por exemplo).

Se no caso 6 assistimos ao aparecimento de um novo termo, equivalente português adequado para o inglês “empowerment”, tal não acontece no exemplo 5, onde muito provavelmente teremos de optar pela criação de um termo de acordo com o significado do original inglês, permitindo assim corrigir a designação (errada) já encontrada, embora numa única ocorrência, pois trata-se de atribuir uma forma linguística, uma denominação, a um conceito recente. A melhor tradução seria “substituição por migração”.

Finalmente, o exemplo 8 parece requerer mais cuidado. Não podemos abstrair do uso generalizado do termo “crescimento”, muito embora este possa levar mais facilmente a uma certa confusão conceptual. Teremos pois que assentar claramente os valores positivo e negativo do termo, podendo também dar conhecimento dos seus sinónimos, marcando um dos usos como mais antigo e explicando a razão histórica da sua progressiva substituição.

Como vemos, não se trata neste projecto de ser normalizador à força, mas sim de levantar questões e tentar esclarecer conceitos através de sugestões terminológicas. Cremos que os contributos da língua geral e das linguagens de especialidade são imprescindíveis para qualquer progresso do conhecimento e da sua transmissão.

Conclusões

As nossas conclusões, que advêm da metodologia usada e da reflexão sobre aspectos linguísticos e conceptuais, insistem nos seguintes factos:

- a) Interessa consciencializar os especialistas de uma área técnica ou científica para a necessidade de harmonização/ normalização no uso da sua própria terminologia;
- b) Afirmamos, por isso, a importância de uma nova atitude de franca e esclarecida colaboração entre especialistas da área e terminólogos;
- c) Adoptar uma perspectiva dinâmica da estrutura conceptual do domínio em questão, um sistema aberto multilíngue e multicultural em constante avanço, permite integrar novos saberes – daí a vantagem de uma organização conceptual dos termos e das suas relações numa estrutura própria de *thesauri*, que depende do processo mas também do meio/ suporte da pesquisa;
- d) A existência de uma base de dados terminológica, que se afirma como base de conhecimento, em suporte electrónico, possibilita, através de uma procura e análise semi-automática, o acompanhamento da evolução dos conceitos da área e das respectivas denominações – seja por criação interna ou por adaptação –, evidenciando uma “malha conceptual multidimensional” que permite actualização.
- e) A importância da inclusão do português neste projecto, como língua que veicula estas reflexões, justifica o interesse da linguística em geral e da terminologia em particular.

Em suma, a criação e evolução do conhecimento científico não deve ser feita à margem da língua, até porque, às vezes, há termos já existentes no idioma – aproveitamento dos recursos linguísticos – ou semelhantes noutra língua ou noutra área e que, quer por empréstimo externo ou interno, podem bem servir os propósitos do cientista.

Estamos convictos de que esse novo papel das ciências e da terminologia conduz à necessidade de uma clara e efectiva política da língua, para a defesa de cada idioma como veículo de pesquisa, criação e difusão do conhecimento. É a desejada monossímia de linguagem que permite que uma ciência se afirme, se discuta, seja explicada e aplicada em actos quotidianos – o discurso científico, o didáctico e o normativo são momentos diversos da mesma asserção: a ciência pede à linguagem clareza nas definições e univocidade nas denominações e a língua portuguesa não pode deixar de ter a palavra nesta evolução.

BIBLIOGRAFIA

Terminologia e Terminografia:

- CABRÉ, Maria Teresa (1999), *Terminology - Theory, Methods and Applications*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing.
- FELBER, Helmut (1984), *Terminology Management*, Paris, UNESCO & Inforterm.
- GOUADEC, Daniel (1990), *Terminologie: constitution des données*, Paris, AFNOR.
- ISO, International Organization for Standardization, 1992, *ISO 10241*.
- PAVEL, Silvia e NOLET, Diane (2001), *Handbook of Terminology*, Canada, Minister of Public Works and Government Services.
- PEARSON, Jennifer (1998), *Terms in Context*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing.
- REY, Alain (1995), *Essays on Terminology*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing.
- RONDEAU, Guy (1984), *Introduction à la Terminologie*, Québec, Gaëten Morin Editeur.
- WRIGHT, Sue Ellen e BUDIN, Gerhard (orgs) (1997), *Handbook of Terminology Management*, vol. 1, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing.
- FERREIRA, Flávio (2002), *Dicionário de Casamento/ Divórcio & Temas Adjacentes*, Porto, Campo de Letras Editores.
- NAZARETH, J. Manuel (2004), *Demografia. A ciência da População*, Lisboa, Editorial Presença.
- NOIN D., THUMERELLE P.-J. (1993), *L'étude géographique des populations*, Paris, Masson.
- WEINSTEIN, J. e PILLAI, V. (2001), *Demography. The science of Population*, Boston, Allyn & Bacon.

Fátima Sequeira

Universidade do Minho; fsequeira@iep.uminho.pt

Tentações de lucro ameaçam a Universidade

Homenagem a um professor que não se deixou tentar

*“... enquanto vivemos, enquanto estamos entre seres vivos, cultivemos
a nossa humanidade”.*

SÉNECA

Nas ocasiões da vida em que paramos para olhar, reconhecidos e com admiração, uma figura que nos habituamos a situar nos contextos da sabedoria, nas asas da descoberta de novos lugares, de outras línguas e culturas, nos meandros das emoções que motivam as escolhas do quotidiano e dos amigos, do modo de olhar a natureza e de saborear os prazeres que esta oferece, não é fácil escolher um texto que, na forma e no conteúdo, preste homenagem ao cientista, ao professor, ao homem. Embora a ciência deva ser um tributo da e para a humanidade, nem sempre ela cumpre os seus objetivos fundacionais que se realizam no engrandecimento do homem todo e no seu relacionamento partilhado, solidário com os outros. Assim, o pequeno texto que redijo pretende ser a homenagem, em forma de reflexão, sobre o que hoje a Universidade representa para cada um de nós e para os outros, que saberes deve privilegiar, que relacionamentos, que escolhas devem ser feitas, que caminhos devem ser percorridos.

Esta reflexão é ela também consequência da vida, das escolhas, dos saberes que professores como o Mário Vilela nos têm proporcionado e que nos ajudam a entender a missão mais verdadeira que a Universidade deve prosseguir.

Se no passado existiram relações estáveis e racionais entre as Instituições detentoras do saber e a comunidade envolvente; se os discursos se basearam nas narrativas que enformaram os grandes cânones: clássico, literário, religioso, artístico e que transmitiram os mais importantes conhecimentos do mundo; se essas narrativas procuraram, de algum modo, uniformizar o conhecimento, como poderemos reagir, hoje, às alterações que, convulsivamente, a sociedade exhibe e constrói? Se essas narrativas são postas em causa, o que nos resta em termos de legitimação do saber? Como nos equilibramos perante o desencanto, a instabilidade, a tensão entre regras e rupturas, entre o individual e o colectivo, ante o confronto de religiões, crenças, etnias, valores? Como é que destas incertezas se parte para os valores da justiça, da ética, da paz?

É precisamente para respondermos a estas perguntas que temos de reflectir sobre o mundo em que vivemos, não para nos acomodarmos a ele, acriticamente, mas para nos prepararmos para a descoberta, para o imprevisível, procurando, não uma estabilidade total mas tentando, a partir de uma autonomia reflexiva e crítica, criar estabilidades mais ou menos dinâmicas, processuais, geradoras de outros e diferentes caminhos para o progresso da humanidade.

Neste processo de espiral em que nos envolvemos ao vivermos e reflectirmos a nossa história, no quotidiano das nossas interrogações, existem estruturas fundacionais que devem ser fortalecidas pelo estudo, pela experiência e pela reflexão. São estas estruturas que fundamentam as grandes e nobres decisões que acompanham ou abrem caminho às grandes inovações, à mudança e à qualidade dos programas estratégicos que a sociedade exige.

Nestes tempos de mudanças sociais, económicas, políticas, as Universidades devem ter um lugar de charneira na construção do conhecimento que a sociedade e os organismos mundiais reivindicam para que o mundo se torne mais justo. No entanto, o papel das Universidades tem sido entendido de diferentes maneiras ao longo dos tempos.

Desde a universidade detentora de saberes abstractos, hermeticamente distanciados da sociedade, saberes esses edificados sobre o estudo e as investigações individuais, transmitidos a cada geração como grandes verdades universais, mais ou menos imutáveis, até uma Universidade mercantilista, subordinada às pressões do mercado e da sociedade, onde a ciência utilitária é cada vez mais o objecto e o objectivo dos governos e de alguns académicos, tem-se verificado um hiato que cabe aos académicos preencher, pensando e reflectindo sobre o verdadeiro sentido da Universidade, hoje.

A Sociedade do Conhecimento, desafio estratégico da União Europeia entre 2002 e 2010, juntamente com os desafios propostos pelas Nações Unidas na Educação para o Desenvolvimento Sustentável entre 2005 e 2014, a década dos Direitos Humanos reclamam, de muitas organizações e de todos os governos, uma participação activa na construção de uma sociedade que encara a mudança e o desenvolvimento como acções participativas de todos nós. Neste contexto, as Universidades devem impor-se como um fórum da liberdade de pensamento e de expressão, como o motor do conhecimento, da cultura e da cidadania, não esquecendo também que têm de ter em conta as perspectivas economicistas e sociais que a sociedade impõe.

Mas se por um lado vemos a Universidade como a Instituição do saber independente que lidera o pensamento do mundo, que protege e reúne no seu interior cientistas e pensadores que privilegiam a criação do saber e procuram aplicá-lo às carências sociais, também nos surpreendemos com os caminhos desviantes que a Universidade tem percorrido.

Nas últimas décadas, as Universidades têm entrado num circuito de mercado em que vendem o seu pensamento e as suas práticas a quem as assedia e a quem lhes paga serviços. Sabemos como as Universidades americanas tem sido subsidiadas em larga escala pelo desporto. Hoje, essa procura de financiamento já não se limita aos programas de desporto mas, parte também de outras escolas e departamentos como os de ciências, economia, gestão etc. Por outro lado, as descobertas científicas universitárias são disputadas, em muitos países, por grandes indústrias; os laboratórios informáticos ajudam as Universidades no caminho da inovação e da criatividade a troco de uma sub-

missão aos seus materiais de consumo. Se esta relação Universidade/Sociedade é relevante, do ponto de vista do conhecimento que ambas as partes devem partilhar, já a exagerada submissão da Universidade às solicitações do mercado exterior podem agravar a falta de independência que nesses casos se pode vir a verificar.

O nosso país, a uma escala mais reduzida, não tem fugido a esta tendência.

As nossas Universidades caminham para a mercantilização, num frenesim que lhe é imposto por factores que são quase todos externos à Instituição.

Desde a década de 70, no séc.xx, quando as novas Universidades, e em seguida os Institutos Politécnicos, abriram portas em regiões do país com índices educativos e sociais mais baixos mas onde as comunidades industrial, agrícola, empresarial mostravam sinais de mudança e modernização que a ligação Universidade/ Comunidade tem sido um dos principais objectivos dos programas universitários.

A Universidade de projectos que implica dinâmicas e alternativas a programas que vão mudando de objecto conforme a sociedade se vai transformando, a ligação à terra, ao mar ao ambiente na sua generalidade, são grandes metas que têm alterado o rosto das instituições de Ensino Superior, nomeadamente as Universidades.

À medida que estas vão saindo dos seus claustros onde no passado se criava e perpetuava conhecimento, vão surgindo, de fora do sistema, ofertas materiais em troca de produtos do conhecimento, como descobertas e aplicações científicas, assessorias, consultorias e outras. A Universidade estendeu os seus domínios e o seu nome impôs-se às regiões, beneficiou de protocolos, de projectos financiados externamente, mas criou uma dependência financeira que a pode prejudicar em situação de mudança de objectivos da região e do país, em crises económicas, em problemas de competitividade.

Se não houver continuidade ou alternativas positivas ao desenvolvimento das Universidades, as estruturas que elas criaram para dar resposta aos problemas exteriores vão estiolando e os recursos instrumentais e humanos terão de ser posicionados noutras direcções. É o que sucede com as pressões do mercado nem sempre consentâneas com o verdadeiro espírito universitário.

Está estabelecido nos Estatutos das Universidades que a sua missão inclui três vertentes: o ensino, a investigação e a extensão universitária. Assim estabelece também o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) quando orienta a carreira dos docentes universitários.

O ensino, nas nossas universidades, ocupa a maior parcela da actividade docente. A investigação, que deveria ocupar também um lugar relevante, até porque é nela que incide o maior peso da avaliação docente universitária em termos de progressão na carreira, é feita, por vezes, em situação de alguma precariedade de tempo e de recursos materiais. A extensão universitária depende, como todos sabemos, da existência de um mercado que estabelece as suas leis, nem sempre justas, para o prestador de serviços.

Paralelamente a estas três vertentes existe uma outra que, cada vez mais, absorve o docente numa voragem tecnológica e economicista que é a gestão universitária. Tudo o que no passado competia a técnicos especializados é hoje competência do docente que, para além de pensar a sua ciência, de a transmitir e incentivar nos seus alunos, de organizar a sua investigação e disseminar os resultados a nível nacional e internacional, de percorrer o país em júris de provas académicas e painéis de avalia-

ção, para além de tudo isto, tem de ser o gestor e o organizador de toda a burocracia que as Universidades exigem.

As exigências cometidas às Universidades colocam-nas numa plataforma competitiva com outras organizações relacionadas com a cultura, a ciência, a indústria, a comunicação mas sem os meios de publicidade e afirmação que estas possuem.

Assim, as Universidades, que deveriam ser organizações não lucrativas financeiramente, visto que o maior lucro que elas poderão dar é o lucro da sabedoria e da formação humana, estão a tornar-se em Instituições cuja prioridade é fazer dinheiro, comercializar os seus cursos e a sua investigação. Nas empresas, o trabalho e todo o esforço colectivo é medido a prazo e escrito em relatórios também eles com prazos e resultados fiáveis; as universidades, por muito que se lhes queira exigir o mesmo tipo de comportamento, elas não se constroem nem actuam da mesma maneira. Primeiro porque há ensino e há aprendizagem. Há professores e alunos e uns e outros aprendem e ensinam em partilha e com um tempo de espera, de abordagem, de preparação, de construção que não se coaduna com resultados a curto prazo, mas sim com um caminho processual que se vai abrindo e completando. Em segundo lugar porque a investigação se faz também no âmbito do ensino e da aprendizagem relacionando casos, confirmando teorias através das práticas e levando estas a reflectir sobre a construção de novas teorias.

Evidentemente que é também missão da Universidade, hoje, a resposta às questões do mundo exterior, mas essa resposta, não pode, muitas das vezes, ser dada nos mesmos moldes e princípios por todos os departamentos da Universidade que têm a seu cargo tarefas de ensino nobres e pesadas. Esses departamentos, que não conseguem gerar muito dinheiro, não devem ser penalizados nas suas infra estruturas, na possibilidade de gerir e dinamizar actividades no âmbito das suas ciências.

Na construção da sociedade do conhecimento surge a sociedade da informação que não deve ser um fim em si mesmo mas sim um suporte através do qual as tecnologias da informação e comunicação (TIC) ajudam ao desenvolvimento sustentável na construção de um mundo melhor participado e reflectido por todos.

Neste contexto, as Universidades, ao contribuírem para o modelo da sociedade do conhecimento, terão de ter recursos humanos e financeiros que lhes permitam partilhar essa construção com outras organizações públicas ou privadas de modo a que, em conjunto, os modelos de coesão e bem estar social, de educação e formação ao longo da vida possam esbater as fronteiras da iliteracia, da exclusão e do abandono.

Aos governos compete facilitar a organização desta democracia participada onde, com regras e procedimentos transparentes a sociedade civil, organizada, responsável, pode ajudar as Universidades a cumprir o que a Magna Carta das Universidades das Universidades Europeias, assinada em Bolonha em Setembro de 1988 proclama: os povos e os governos devem tomar consciência do papel das Universidades no desenvolvimento da sociedade do conhecimento; o futuro da humanidade depende da cultura que se produz e transmite em centros de cultura, de conhecimento e de investigação.

Embora esteja escrito na Magna Carta que as Universidades se têm de abrir cada vez mais às necessidades do mundo contemporâneo, elas devem considerar-se ainda como entidades autónomas, independentes dos poderes políticos, económicos e ideológicos (Veiga Simão, Machado dos Santos, Almeida Costa, 2002).

Justifica-se assim que o financiamento das Universidades seja atribuído em função de exigências de qualidade, por períodos alargados de tempo e não ao sabor das alterações de governos e de ministros. O financiamento não pode, de um modo cego, pesar no mesmo prato da balança os produtos acabados de uma ciência mais utilitária, mais rápida na sua execução e aplicação, e os produtos humanísticos, demorados no tempo e na forma.

Apesar dos engenhos publicitários de que as Universidades se servem para atrair alunos, o número destes decresceu significativamente. O modelo de financiamento por aluno, os despedimentos e a não admissão de docentes nem sempre são compatíveis com uma justa reorganização dos saberes na Universidade.

Os cursos de formação de professores e educadores representam desde 1974 e, com maior qualidade desde 1986, aquando da promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), uma das maiores revoluções no sistema universitário e politécnico português, já porque instituiu uma formação de nível superior para os educadores e professores de todos os graus de ensino já pela investigação que, a nível educacional, se promoveu no país.

Tem sido esta formação a mais afectada pelos problemas que afectam as Universidades, especialmente a dos cursos humanísticos. Daí que as Universidades tenham sido colocadas numa encruzilhada: ou adaptam os seus saberes e as suas convicções a novos programas, ou, a falta de financiamento asfixia departamentos e centros de investigação numa morte lenta, sem grande esperança numa ressurreição bem sucedida uma vez que, em certas áreas, não serão formados, nas próximas décadas, cientistas, investigadores, professores de áreas humanísticas fundamentais na formação dos gestores, dos físicos, dos médicos, dos informáticos, dos economistas, dos políticos, etc. Se as áreas que hoje não dão dinheiro às Universidades são asfixiadas, como é que a formação integral dos indivíduos se completa, como é que os cânones clássicos, literários, culturais, religiosos sobrevivem ao pragmatismo e imediatismo? Onde estão os lugares, os tempos, os silêncios para pensar? Onde tem lugar a liberdade do pensamento e da reflexão?

Como diz Ferreira Patrício (1993)

Perante a vertigem da mudança deste tempo, perante o turbilhão axiológico que se apoderou de nós, é mais do que nunca necessário conservar, ou recuperar, o equilíbrio da consciência que julga Há ordens de valores; há planos de valores; há uma escala de valia das ordens de valores e dos valores dentro de cada ordem A axiologia educacional deve ser um espaço privilegiado para fundamentar, reflectir criticamente e ordenar o pensamento axiológico dos professores..... não é evidentemente único..... A axiologia educacional é, no fundo, o lugar comum e o ponto de chegada de todo este processo.

Daí que a Educação deva ser pluridimensional de modo a formar todos na sua integralidade e na integridade de si próprios.

Embora haja por parte de alguns a ideia de que o verdadeiro cidadão se forma, basicamente no conhecimento factual, parece-nos que um cidadão se forma em três dimensões: pelo exame crítico de si próprio e das suas tradições; pelo alargamento da sua acção e da sua ligação a outros cidadãos do mundo; pela capacidade de entender e tolerar os outros, os mais distanciados, os que são diferentes de nós próprios.

A Universalidade destes estudos, a sua relevância, os conhecimentos da história, da sociedade, da psicologia, da filosofia, da língua, da literatura, ajudam a formar o cidadão em outras áreas da ciência e tecnologia.

As literacias científicas só se completam na abrangência dos vários saberes.

Resta-nos pois um legado enorme nas nossas Universidades, nomeadamente nas áreas das ciências humanas, que não pode ser desprezado pois nele se erguem as estruturas do pensamento humano.

A obra do professor Mário Vilela inscreve-se nestas estruturas de liberdade que não queremos ver desaparecer. A sua cultura, de formação clássica e filológica, despertou-lhe o gosto pela língua e seus meandros, apurou-lhe o método, entrançou filosofia e pragmática, registou gramáticas e textos. A sua inquietação, o seu espírito curioso levou-o a outras terras, a outras culturas e outras línguas, como cidadão da Europa e do mundo, promovendo a universalidade que é missão de todo o professor.

Não podemos deixar que a Universidade, nos caminhos cegos do utilitarismo imediato, de pendor economicista, perca a visão abrangente do Universal, os valores da humanidade, a capacidade de pensar em liberdade, reflectir e decidir de acordo com aqueles valores universais.

Afinal, não é conceber uma Academia como a que Aristófanes retrata nas suas peças em que a velha educação é exaltada em termos de um regime disciplinado, patriótico, com muita memorização, pouca reflexão e uma cega obediência aos seus maiores, mas sim uma nova educação, argumentativa, de auto crítica, mais liberal, representada por Sócrates, o homem das palavras... E as palavras são o princípio e o culminar da humanidade e são a memória do que fica quando tudo já se foi.

BIBLIOGRAFIA

- BOK, Derek (2003), *Universities in the Marketplace*, New Jersey, Princeton University Press.
- NUSSBAUM, Martha (2003), *Cultivating Humanity*, Cambridge, Harvard University Press.
- PATRÍCIO, Manuel (1993), *Lições de Axiologia Educacional*, Lisboa, Univ. Aberta.
- SIMÃO, J. Veiga; SANTOS, S. Machado e COSTA, A. Almeida (2002), *Ensino Superior: Uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva.

Fátima Silva

FLUP/ CLUP; mbenri@letras.up.pt

Quantificação na língua e no discurso: o caso de *parte* em português*

1. Introdução

O tema da quantificação e da partição na língua e no discurso tem sido objecto de vários trabalhos em português. Neste artigo, propomo-nos estender o domínio deste tratamento, procurando determinar algumas das propriedades intrínsecas do funcionamento de várias expressões com valor quantitativo ou partitivo.

Com essa finalidade, escolhemos uma amostra aleatória de 500 ocorrências da palavra *parte* no corpus Natura-Público¹. Elas mostram que este substantivo encontra-se, devido à sua semântica, profundamente ligado à noção de quantidade em português, o que é confirmado pela maior parte dos dicionários de língua portuguesa nos quais o lexema *parte* é definido como ‘um elemento ou uma porção de um todo’. Este semanticismo deve ser, no entanto, articulado com as condições morfo-sintáticas e pragmáticas que regulam a sua ocorrência.

Iniciamos o tratamento de *parte* como operador de quantificação, distinguindo a operação de quantificação mereológica da operação de quantificação que opera sobre as partes estruturais dos nomes. Em seguida, debruçamo-nos sobre as ocorrências em que esta palavra desempenha essencialmente o papel de marcador partitivo, de excepção ou de junção.

Deste percurso resultará um quadro síntese que liga as diversas variáveis linguísticas consideradas às possibilidades e limites de *parte* no domínio de enquadramento deste trabalho.

2. Parte: operador de quantificação

No corpus considerado, esta expressão comporta-se muito frequentemente como um operador de quantificação, ou seja, como um «déterminant auquel on peut associer

* Este texto constitui uma versão revista da comunicação “Quantification en langue et en discours: le cas de *parte* en portugais”, apresentada no *Colloque International La Partition en Langue et en Discours*, que decorreu na Universidade de Estrasburgo, França, entre 6 e 8 de Novembro de 2003.

¹ Trata-se de uma base de dados para o português europeu designada CETEMPúblico, que se encontra disponível em <http://www.linguateca.pt>.

une certaine force quantificationnelle qui s'exprime par certaines propriétés de portée spécifiques» (Corblin, 2001:85), introduzindo na representação «l'ensemble total d'individus qui vérifient les conditions exprimées dans le restricteur et le scope de la quantification» (ibidem:196).

Nesse sentido, ela permite sobretudo determinar uma determinada quantidade em relação à entidade que ela quantifica. Em geral, esta determinação traduz-se formalmente por um conjunto constituído por uma estrutura nominal e uma expressão simples ou complexa através da qual opera a quantificação.

Se considerarmos que a quantidade constitui uma entidade sincategoremática cuja referência depende do nome que ela quantifica (Benninger, 1995:98), será necessário, evidentemente, ter em consideração a sua caracterização referencial, sem que, no entanto, se despreze o papel das expressões de quantificação na relação entre as estruturas nominais e as estruturas predicativas da frase e a determinação do seu valor de verdade.

É neste nível que é necessário procurar as diferenças entre a ocorrência de parte como operador de quantificação mereológica e como quantificador operando sobre as partes estruturais dos nomes.

2.1. Parte: operador de quantificação mereológica

O exemplo 1. ilustra a ocorrência de parte na sua função de quantificador mereológico.

1. As questões partidárias preencheram a maior **parte** da cimeira que reuniu no Funchal delegações dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira. (par 286)

O quantificador *a maior parte* determina uma certa quantidade da entidade – *cimeira* – relativamente à totalidade desta entidade. Consequentemente, a sua força quantificacional consiste em definir uma parte nem vazia nem total da entidade, encarada como um todo contínuo e traduzida formalmente pela conjugação de um quantificador e de um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de*, em que o elemento que opera a quantificação denota um subconjunto do conjunto designado pelo número final determinado através da preposição. Por isso, a entidade é considerada na sua totalidade absoluta, isto é, sem que se manifeste qualquer relação com uma medida estandardizada, sendo-lhe destacada uma parte cuja quantificação só pode ser delimitada a designação de 'uma certa porção de'. É por isso que o quantificador se inscreve no quadro da quantificação contínua de tipo mereológico (Peres, 1992:22).

Além do operador já indicado, há outros operadores de quantificação mereológica em que intervém a palavra *parte*, nomeadamente em *parte*, *uma parte*, *(uma/a) grande parte*, *(uma) boa parte*, *uma parte (infínima)*.

2. César Torres confirmou em Tomar que **parte** do Convento de Cristo será transformada em pousada. (par 1741)
3. Infelizmente, uma **parte** do mundo muçulmano – embora de forma nenhuma a maior parte – está agora a passar por um desses períodos. (par 6149)
4. Grande **parte** da população dos países capitalistas vive melhor que os habitantes das nações do Leste, reconheceu o líder do PCP, Álvaro Cunhal. (par 17071)

5. Nunca como agora tantos altos dirigentes estrangeiros nos visitaram, e jamais sobre Portugal tanto se ocuparam as páginas da grande **parte** da imprensa internacional. (par 31359)
6. Num gesto de boa vontade, Israel reabriria as universidades nos territórios ocupados, encerradas desde o início da Intifada, e libertaria uma grande **parte** dos 16 mil palestinos que se encontram presos. (par 13481)
7. Uma boa **parte** dos museus de Lisboa vai receber exposições no âmbito de Lisboa 94. (par 60062)
8. As questões postas pelas ciências e técnicas constituem somente uma **parte** ínfima do conjunto dos mais formidáveis problemas. (par 3866)

Os exemplos 2. a 8. exprimem, paralelamente ao exemplo 1., uma quantificação de tipo mereológico entre a parte do indivíduo concebido como uma totalidade e o todo que a denota. Estes operadores respondem frequentemente à pergunta *quanto*, pelo que são incluídos nos quantificadores proporcionais, que exprimem uma relação entre $|A \cdot B|$ e $|A|$ (Corblin, 1997:161). A análise do exemplo 9. permite-nos explicitar este atributo.

9. A maior **parte** dos doentes hospitalizados vêm de bairros pobres, onde não existem condições mínimas de salubridade. (par 1775)

Este exemplo mostra que o conjunto introduzido por todo o grupo nominal – *a maior parte dos doentes hospitalizados* – evoca uma parte do conjunto introduzido pelo complemento definido – *os doentes hospitalizados*. Este conjunto é determinado a partir de um número total de doentes e constitui o resultado da intersecção entre A e B, mas também do domínio do restritor A, quantificado de modo explícito ou inferencial a partir de uma dada cardinalidade.

Ainda que a ideia de proporção esteja sempre implicada na ocorrência de *parte* enquanto quantificador mereológico, ela varia segundo a orientação do recorte efectuado em A. Ela depende parcialmente do quantificador (\emptyset _ 2.; *a* _ 1.-5.; *uma* _ 3., 6.-8.) e da caracterização do substantivo, frequentemente por meio de um adjetivo (*maior* _ 1.,9.; *grande* _ 4.-6.; *boa* _ 7.; *ínfima* _ 8.).

Por outro lado, os quantificadores Δ e *uma* são utilizados frequentemente em variação livre, sendo os quantificadores em que se integram – *parte* e *uma parte* – considerados mais ou menos equivalentes do ponto de vista quantificacional – *parte do Convento de Cristo/ uma parte do Convento de Cristo*². A diferença entre estes empregos é sobretudo de ordem informacional. Com efeito, esta escolha implica um recorte – *parte* – na proporção que liga o quantificador ao seu restritor, que pode considerar quer a parte em termos absolutos, ou seja, a parte sem qualquer especificação relativamente à divisão possível do todo que ela recorta – *parte* –, quer a especificação da divisão em partes da entidade sobre a qual opera o quantificador – *uma parte*.

De qualquer modo, seja qual for a proporção definida em relação à entidade quantificada, a sua referência produz-se sempre por meio de uma pré-identificação desta entidade através de uma operação de quantificação introduzida pelo artigo definido.

² Esta alternância verifica-se quer entre grande parte e uma grande parte, quer entre *grande parte* e *a grande parte*. No entanto, o emprego do determinante implica um processo de determinação mais precisa na indeterminação operada pelo quantificador.

2.2. Parte e classes de nomes

A pré-identificação relaciona-se com a classe referencial da entidade sobre a qual opera a quantificação (Peres, 1992:1). De facto, a especificidade semântica dos nomes determina o seu estatuto semântico e sintáctico no discurso e o seu limite em relação à quantificação de que são alvo.

Em geral, a entidade sobre a qual age o operador de quantificação mereológica *parte*, discursivamente representada por um nome ou um nome modificado (por um adjetivo, um complemento determinativo ou mesmo uma frase), pode pertencer a classes referenciais caracterizadas pelo traço semântico [+ contável] ou [- contável].

2.2.1. Parte e nomes [+ contáveis]

Os nomes contáveis não se prestam a uma divisibilidade homogénea mas sobretudo a uma partição heterogénea, sendo, por conseguinte, nomes que denotam grandezas descontínuas, nas quais podem ser distinguidos conjuntos singulares e conjuntos plurais com potencial numerativo.

Os exemplos já apresentados permitem destacar nomes definidos plurais e nomes colectivos – *palestinianos* – 6.; *museus* – 7.; *problemas* – 8. e *doentes* – 9. –, que representam uma entidade única apresentada sob forma determinada e definida, cuja interpretação não pode ser nem universal nem distributiva. Portanto, apesar do estatuto contável do nome, não há uma operação de contagem sobre um conjunto de entidades, mas antes a determinação de um conjunto percebido como contínuo. Este tipo de operação não é, pelo menos, primário nos contextos referidos e isso devido a razões diferentes.

Por um lado, em 6. e 8., o quantificador não opera directamente sobre o nome referido, mas por intermédio de um processo de quantificação cardinal – *16 mil* – e de um nome com referência dependente³ – *conjunto*.

Por outro lado, os grupos nominais *uma boa parte dos museus de Lisboa* – 7. e *a maior parte dos doentes hospitalizados* – 9. constituem, ainda segundo Peres (1992: 28), exemplos de leitura decomponencial. Este tipo de leitura aplica-se aos quantificadores mereológicos que operam sobre uma entidade colectiva ou uma entidade discreta concebida como um conjunto. Nos exemplos 7. e 9., o definido plural denota um único indivíduo, que representa o conjunto de entidades que satisfazem a predicação ‘ser museu de Lisboa’ e ‘ser doente hospitalizado’⁴.

Por sua vez, um conjunto considerado colectivamente pode agir sobre um conjunto contínuo em relação ao qual designa uma parte do conjunto discursivamente pertinente. Esta parte sofre a interpretação intensional de ser uma propriedade definível pela predicação ‘ser parte da cimeira’ – 1., ‘ser parte do mundo muçulmano’ – 3., ‘ser parte dos países capitalistas’ – 4., ‘ser parte da imprensa internacional’ – 5.

Finalmente, o exemplo 2. apresenta uma entidade quantificada denotada por um nome próprio – Convento de Cristo. No universo discursivo representado, este nome, ainda que seja um nome com referente único, estabelece com o quantificador mereo-

³ É o nome que designa uma entidade colectiva criada a partir de uma outra entidade da qual depende em grande medida a sua definição (Marques, 1992:5; 1993:92).

⁴ Peres (1992:28) define esta operação como uma espécie de qualificação de contagem derivada cuja interpretação depende da natureza do nome e do quantificador.

lógico uma relação semelhante à que existe entre um nome contável entendido na sua continuidade, como *edifício*, e o operador de quantificação mereológica *parte*.

2.2.2. *Parte e nomes [-contáveis]*

O traço [+continuidade] é partilhado pelos nomes não contáveis, na medida em que designam conjuntos que denotam grandezas contínuas, não discretas, e não podem designar partes singulares de um conjunto. No caso de o nome variar, esta variação corresponde sempre à qualificação ou à quantificação de uma porção delimitada de uma substância.

Nesta classe, podemos distinguir os nomes massivos dos nomes que não são nem massivos nem contáveis, porque eles denotam entidades únicas e não decomponíveis. É o caso dos nomes *água* e *electricidade* nos exemplos 10. e 11., respectivamente.

10. Só que, para evitar a redução do débito, alguém se lembrou de fazer um curto-circuito: uma **parte** da água não passava pelo filtro. (par 55320)

11. Este filme baseia-se num livro recente de Barry Gifford, com o mesmo título, uma obra inteligente e pós-modernista, que alude de modo claro a uma tradição «negra» tanto na literatura como no cinema, ao mesmo tempo que extrai a maior **parte** da sua autenticidade de um conhecimento pessoal da América do Sul e do meio em que se movem as personagens [...]. (par 7665)

2.3. *Parte: operador de quantificação sobre as partes estruturais*

Até este momento, analisámos o substantivo *parte* como quantificador mereológico a operar sobre nomes contáveis e nomes não contáveis para extrair da totalidade das entidades que esses nomes denotam uma certa quantidade previamente definida. É necessário acrescentar ainda que esta operação diz respeito sobretudo à matéria constitutiva do indivíduo, sem que haja quer imposição de uma parte específica da entidade quantificada, quer uma ordem indicando de que parte se trata exactamente.

É o que nos mostra o exemplo 12., no qual o quantificador opera sobre a entidade *vida*.

12. O Palácio de Pádua onde o cientista italiano, do Século XVII, Galileu Galilei, viveu e trabalhou **parte** da sua vida, corre o risco de ser vendido em leilão [...]. (par 23374)

Contudo, há construções que, embora semelhantes a estas que acabámos de referir ao nível da identificação da parte da entidade colocada em saliência, se distinguem no domínio semântico, visto que a operação de quantificação opera, neste caso, sobre as partes estruturais da entidade do discurso e não sobre a sua matéria constitutiva.

Os exemplos 13. – 15. confirmam esta diferença.

13. A fragilidade das obrigações do Estado alemão e os preços contratos no mercado de futuros deprimiram a última **parte** do dia. (par 69942)

14. A próstata é uma pequena glândula masculina que rodeia a **parte** inicial da uretra e que eventualmente se torna cancerosa em nove por cento dos homens. (par 8210)

15. Na conferência de imprensa, a resposta à pergunta óbvia foi a **parte** mais «gaga» da sessão. (par 56409)

Nos exemplos 13.-15., o nome quantificado – *dia, uretra, sessão* – é entendido como um todo composto de algumas partes bem distintas e ordenadas de acordo com uma escala temporal 13., espacial – 14., ou sobretudo conceptual – 15.

Ao contrário do primeiro tipo de operação de quantificação analisado, a identificação de uma parte específica da entidade designada não se deve ao quantificador, mas ao modificador nominal, na maioria dos casos um adjectivo – *última, inicial, a mais gaga*. Além disso, a predicação não responde à pergunta *quanto*, mas sobretudo às perguntas *quando* e *onde*.

Por isso, ainda que a determinação das partes estruturais dependa da natureza da entidade designada e implique a consideração da classe referencial dos nomes que designam as entidades em causa, a perspectiva de acordo com a qual estas entidades são evocadas tem uma importância crucial. Estes quantificadores operam sobretudo sobre nomes contáveis, sendo muito mais dificilmente aceites com nomes não contáveis, sobretudo quando estes não são portadores do sema [+ divisível].

16. *A primeira parte da água não passava pelo filtro.

17. *Barry Clifford extrai a primeira **parte** da sua autenticidade de um conhecimento pessoal da América do Sul.

3. Parte: modificador quantificacional

Embora a quantificação operada pelo marcador parte sobre partes constitutivas e estruturais dos nomes presente, como acabámos de ver, um modo de emprego frequente deste operador na língua e no discurso, a sua relação com o domínio da quantificação não se limita a estas construções. De facto, o corpus põe em relevo outros usos em que *parte* desempenha outros papéis no domínio da quantificação, devendo-se a sua diversidade a razões semânticas, sintácticas e discursivas.

Como as expressões *à parte, em parte* e *de parte a parte* constituem as ocorrências mais frequentes na amostra seleccionada para análise, restringimos a elas a nossa abordagem.

3.1. À parte: marcador de excepção

A expressão *à parte*⁵ é um marcador com sentido de excepção e opera ao nível de uma relação de tipo quantificacional, na qual pode ser por vezes comutada com outros marcadores de excepção, nomeadamente *excepto* e *à excepção de*.

Os exemplos 18.-19. permitem esboçar o seu perfil semântico e sintáctico.

18. **À parte** este pequeno incidente, tudo se passou como tínhamos previsto em terra. (par 15502)

19. **À parte** de alguns movimentos singulares, a generalidade das cotações não registou ontem um movimento definido. (par 19824)

Semanticamente, o modificador de excepção pode ser definido como um subtrativo (Brisson, 2003:174) cuja função consiste em subtrair elementos – *este pequeno incidente* – 18. e *alguns movimentos singulares* – 19. – do domínio de quantificação já inscrito no domínio da predicação – respectivamente, *tudo* e *a generalidade das cotações*.

⁵ Para a análise deste modificador quantificacional, seguimos Brisson (2003), Kleiber (2003), Moltmann (1996) e Creissels (1995).

A validade da subtracção depende do domínio de quantificação de base ao qual pertence a entidade antes de ser dele destacada. Mesmo que o domínio de quantificação possa ser designado por diferentes tipos de quantificadores ou de grupos nominais quantificados, todos têm em comum o facto de pertencerem à quantificação universal – *tudo*, 18. – ou quase – *a generalidade das cotações*, 19. –, designando uma totalidade ou uma quase-totalidade com potencial distributivo e de intensão máxima relativamente ao universo de referência. Por isso, de acordo com Lopes (1971:94-96), o quantificador universal pode ser materializado pelas palavras que cumulam o sentido de totalidade com outros sentidos. Em consequência, o quantificador *tudo*, que não contém qualquer traço definitório no que diz respeito à entidade que denota, pode ser convertido no grupo nominal *todas as coisas*. Por sua vez, o subtrator pode ser seguido de um nome contável ou não contável, singular ou plural, podendo ser também pluralizado por meio da coordenação, como ilustra o exemplo 20.

20. À **parte** um soalho que não havia e uma lareira que desapareceu, está tudo na mesma. (par 30639)

Seja qual for o caso, a expressão de excepção representa sempre uma quantidade fraca em relação à quantidade denotada pelo conjunto ao qual pertence. Isto reenvia para uma relação de tipo inclusivo-incluso. Se o inclusivo constitui a entidade maioritária estruturada em partes ou membros, o inclusivo representa uma parte ou um membro, forçosamente minoritário, dessa unidade. Esta relação, fundada num processo de implicação oposta (Kleiber, 2003), é validada pelo marcador de excepção que, estabelecendo uma dependência entre inclusivo e inclusivo, permite considerar a existência de duas predicções implicadas pela oposição de uma entidade, com existência autónoma, ao conjunto à qual se aplica o predicado e que é constituído por todas as outras unidades que compõem o conjunto de partida.

Esta propriedade semântica traduz-se por uma unidade sintáctica que interdita a consideração deste marcador como uma locução preposicional, afastando-o, por conseguinte, de um valor puramente adverbial.

3.2. Em parte: marcador de partição

Por sua vez, o marcador *em parte* apresenta-se por vezes em variação livre com o operador de quantificação mereológica *parte*, satisfazendo condições de verdade idênticas.

21. Compreende-se o fenómeno à luz da recente política editorial de reedições revivalistas, em **parte** explicada pela actual escassez de grandes novidades no mercado discográfico. (par 2369)

22. **Parte** da recente política editorial de reedições revivalistas é explicada pela actual escassez de grandes novidades no mercado discográfico.

Apesar da vizinhança, o funcionamento semântico e sintáctico das duas expressões é diferente.

Do ponto de vista semântico, há duas diferenças claras. Por um lado, o emprego do quantificador mereológico parece indiciar uma interpretação mais neutra, quer dizer menos saliente do ponto de vista informacional e discursivo, do que aquela que é apre-

sentada nos contextos em que intervém a expressão *em parte*. Por outro lado, esta expressão faz sobressair, ao contrário do que acontece com o primeiro caso, o recorte parcial de uma entidade apresentada como uma entidade total ou máxima, considerada distributivamente. É esta referência total que é modificada pela ajuda da quantificação operada pela expressão em parte, pois ela é responsável pelo destacamento de uma parte dessa entidade. Trata-se, portanto, de uma versão quantificacional com valor partitivo⁶ das ocorrências de *parte* em contextos mereológicos.

A expansão do grupo nominal definido através do modificador quantificacional *em parte* mostra que este modificador e o quantificador mereológico têm uma função sintáctica distinta. Enquanto este último ocupa geralmente uma posição de argumento, *em parte* tem essencialmente uma função adverbial⁷, admitindo uma certa flutuação sintáctica.

23. A recente política editorial de reedições revivalistas, **em parte** explicada pela falta actual de grandes novidades...

24. A recente política editorial de reedições revivalistas, explicada **em parte** pela falta actual de grandes novidades...

Esta possibilidade também é comum aos exemplos 25. e 26. No entanto, estes últimos não se apresentam em variação livre com o quantificador mereológico *parte*.

25. Tudo indica que a comunidade europeia, apesar das pressões de Portugal, aceitou **em parte** a posição de Alatas. (par 21603)

26. Embora tenha sido, **em parte**, a realidade do basquetebol que deu origem à feitura deste livro, «Com que então quer ser treinador?» não é um livro apenas sobre basquetebol. (26189)

Esta impossibilidade, ilustrada pelo exemplo 27., deve-se às restrições de selecção impostas pela semântica da classe referencial do nome sobre o qual opera a quantificação. Com efeito, os traços [+contável] e [-divisível], que definem a palavra *posição*, interditam a operação de quantificação mereológica, porque o escopo do quantificador e o do grupo nominal definido não combinam.

27. *Tudo indica que a comunidade europeia, apesar das pressões de Portugal, aceitou **parte** da posição de Alatas.

Neste contexto, o modificador partitivo pode ter uma função quantificacional, servindo para modificar toda a predicação e não apenas o grupo nominal definido. Trata-se de uma espécie de predicação partitiva, no domínio da qual a semelhança formal deste marcador com os advérbios justificaria a possibilidade da sua comutação em alguns contextos com o advérbio *parcialmente*.

3.3. De parte a parte: marcador de reunião

A possibilidade de comutação também caracteriza o marcador de parte a parte, que pode alternar com o advérbio reciprocamente ou com o adjectivo recíproco. A sua fun-

⁶ Algumas das ideias aqui expostas foram inspiradas pela proposta de Corblin (no prelo).

⁷ De acordo com Hoeksema (1996:77), esta propriedade decorre do facto de eles só poderem ter efeito sobre os argumentos do verbo, uma vez que afectam o domínio do predicado verbal.

ção é estabelecer uma relação de coordenação entre duas entidades, exprimindo-se tal relação através de uma articulação conjuntiva.

Os enunciados 28. – 31. ilustram a sua ocorrência.

31. O jogador só chegou ao estádio da Mata Real cerca das 15H00, depois de tudo ter ficado resolvido com o clube bracarense, graças a uma grande compreensão e cedências de **parte a parte**. (par 67922)

32. Praticamente, já tudo foi dito, de **parte a parte**, nesta polémica que tem rodeado o Centro, dito cultural, de Belém. (par 53066)

33. No automóvel nipónico lê-se «comprem americano» e é mais um episódio do diferendo comercial EUA e Japão que nos últimos dias tem provocado reacções e irritações xenófobas **de parte a parte**. (par 21086)

34. Isto é, parece-me, que se todos nós quisermos, conseguiremos, com dificuldades mas sem humilhações **de parte a parte**, encontrar progressos nas relações entre os dois clubes. (par 3249)

Estes exemplos mostram que o marcador *de parte a parte* pode encontrar-se ligado a um verbo *dicendi* – 30., a um verbo *voluntatis*⁸, e a nomes com os traços [+contável] e [-divisível] e pertencendo ao campo semântico dos nomes de sentimento – 28., 29., 31. – ou de locução.

Semanticamente, indica a existência de uma certa extensão marcada na sua origem pela preposição *de* e, no seu ponto de chegada, pela preposição *a*. Ainda que os dois pontos correspondam lexicalmente a um só lexema, a designação referencial mantém-se dupla. Com efeito, *de parte a parte* reenvia sempre aos dois referentes autónomos que podem ser designados de forma variável. Sendo colocados antes ou depois do marcador, as entidades designadas são coordenadas de modo explícito através da adição de dois nomes contáveis com interpretação distributiva ou colectiva – *o jogador / o clube bracarense* – 28., e *EUA / Japão* – 31. – ou por uma elipse dos nomes. O exemplo 29. apresenta uma elipse do agente cuja linearização seguiria um dos dois primeiros casos referidos.

A relação entre estes dois segmentos discursivos – o das entidades às quais se aplica a predicação e o da expressão adverbial – pode ser explicitada com a ajuda de um argumento semântico segundo o qual, seguindo Kleiber (1997:330), a palavra *parte* é uma palavra cujo papel é fornecer limites de ocorrência a substâncias massivas que são intrinsecamente desprovidos desses limites e a massificar entidades habitualmente contáveis.

Há, neste caso, uma espécie de transposição de duas entidades contáveis bem delimitadas e definidas em termos referenciais para entidades massivas entendidas como contínuos não definidos e não delimitados do ponto de vista semântico. Assim, os indivíduos dão lugar a uma espécie de entidade colectiva cujos contornos são estabelecidos pelo domínio extensional introduzido pelas preposições. Isso representa uma operação de reunião, isto é, uma delimitação quantitativa, saliente do ponto de vista semântico e sintacticamente próxima dos adverbiais.

⁸ Enquanto *afirmar*, *declarar* e *dizer* pertencem ao primeiro grupo de verbos referido, *exigir* e *querer* integram-se no segundo (Vilela, 1999:369).

Estas razões parecem pugnar a favor da inclusão desta expressão no domínio dos modificadores quantificacionais e de lhe conceder entre eles um lugar no grupo de marcadores de reunião.

Conclusão

A análise proposta do substantivo *parte* ao longo deste artigo encontra-se resumida no quadro a seguir apresentado. A leitura do quadro faz sobressair algumas das propriedades que as expressões estudadas têm em comum, mas também a sua especificidade em relação ao grupo em que se integram.

Este estudo liminar levantou sobretudo alguns problemas que se colocam em relação ao valor polissêmico da palavra *parte* no domínio especificado. Mesmo que essa polissemia não seja marcada lexicalmente, porque em português utiliza-se sempre a mesma palavra, ela torna-se evidente no modo como uma entidade é quantificada ou se manifesta como uma parte de um todo. E precisa, portanto, de ser aprofundada.

Quadro 1: Participação na língua e no discurso: o caso de *parte* em português

P A R T E	Emprego	Classe	Domínio conceptual	Estrutura	Grau de saliência	Classe de nomes	Expressão alternativa
	(uma / grande) parte de	operador de quantificação	partição	não-relacional	neutro	[± contável]	–
	a primeira / última parte		posicionamento	não-relacional	neutro	[± contável]	–
	à parte	modificador quantificacional	exceção	relacional	saliente	[± contável]	excepto/à exceção de
	em parte		partição	não-relacional	saliente	[± contável]	parcialmente
	de parte a parte		reunião	relacional	saliente	[± contável]	reciprocamente

BIBLIOGRAFIA

- BENNINGER, C. (1995), Approche linguistique de la notion de quantification: du concept aux occurrences, *ARBA*, 5, 91-106.
- BRISSON, C. (2003), Plurals, all, and the non-uniformity of collective predication, *Linguistics and Philosophy*, 26, 2, 129-184.
- CORBILIN, F. (2002), *Représentation du discours et sémantique formelle. Introduction et application au français*, Paris, PUF.
- CREISSELS, D. (1995), *Eléments de Syntaxe Générale*, Paris, PUF.
- DUARTE, I. e OLIVEIRA, F. (2003), Referência nominal, in Mateus, M.H.M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 205-242.
- HOEKSEMA, J. (1996), Floating quantifiers, partitives and distributivity, in Hoeksema, J. (éd), *Partitives*, Berlin, Mouton de Gruyter, 57-106.
- KLEIBER, G. (1997), Massif-comptable et partie/tout, *Verbum*, XIX, 3, 321-337.
- KLEIBER, G. (2003), Comment se «règle» linguistiquement l'exception: petite sémantique des constructions exceptives, in *Faits de Langues* (à paraître).
- KLEIBER, G.; LACA, B. e TASMOWSKI, L. (2001), *Typologie des groupes nominaux*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- LACA, B. e TASMOWSKI, L. (2001), Faits de distributivité et classification des déterminants en Français, in Amiot, D., De Mulder, W., Flaux, N. (éds), 2001, *Le syntagme nominal: syntaxe et sémantique*, Arras, Presses Universitaires d'Artois, 47-64.
- LOPES, O. (1971), *Gramática simbólica do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, R. R. (1993), Processos de quantificação e construções partitivas, *Discursos*, 4, 83-114.
- MARQUES, R. R. (1992), Sobre o conceito de construção partitiva, *Cadernos de Semântica*, 2, 1-29.
- MOLTMANN, F. (1995), Resumptive quantifiers in exception sentences, in Kanazawa, M., Pinon, C. et de Swart, H. (éds), *Quantifiers, deduction, and context*, CSLI, Lectures Notes, 57, 139-170.
- PERES, J. A. (1992), Questões de semântica nominal, *Cadernos de Semântica*, 1, 1-35.
- PERES, J. A. (1993), Esboço de uma semântica das estruturas nominais, *Discursos*, 4, 15-36.
- PERES, J. A. e BRANCO, A. (1989), O todo e as suas partes como objectos de referência, *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 187-199.
- VILELA, M. (1999), *Gramática da língua portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- WISNIEWSKI, E; LAMB, C e MIDDLETON (2003), On the conceptual basis for the count and mass noun distinction, *Language and Cognitive Processes*, 18, 5/6, 583-624.

Gilda Maria Lins de Araújo

Maria José de Matos Luna

UFPE/ Brasil

UFPE/ Brasil; FLUP/ Portugal

Ensino médio: as contribuições da disciplina na integração da área de conhecimentos e suas interfaces com as demais áreas

Uma das várias atribuições da escola é ensinar a ler e escrever. Desenvolver nos alunos a capacidade de transitar pelo mundo da escrita, como leitor e produtor de textos, tem sido, pelo menos em tese, uma das grandes preocupações que orientam os conteúdos de Língua Portuguesa.

Na área de “Linguagem e códigos e suas tecnologias”, temos nos defrontado com um grave problema. Os alunos não conseguem acompanhar os conteúdos desenvolvidos em aula porque são incapazes de ler e escrever até mesmo frases simples. Vejamos como isso chega à sociedade através dos meios de comunicação:

– **Brasileiro não compreende o que lê.**

Avaliação da capacidade de leitura de alunos de 29 países mostra que o Brasil fica em último lugar.

(Matéria publicada no Diário de Pernambuco, quarta-feira, 05 de dezembro de 2001)

– **ENEM revela deficiência em gramática.**

Brasília – Ao fim do ensino Médio, o estudante brasileiro não domina a gramática nem a escrita. Por causa dessa deficiência, ele tem dificuldade de compreender um texto. Essas conclusões têm por base o desempenho de 1,6 milhões de jovens que fizeram o ENEM em 2001, dos quais 50,715 em Pernambuco.

Qualquer Reforma do Ensino Médio precisa partir dessa realidade, atualíssima, e descobrir o que os alunos sabem. O professor precisará estar atento a cada um de seus alunos e às diferenças entre eles, cobrando de cada um de acordo com as suas características pessoais. Assim, tanto na modalidade falada quanto na escrita, quando se enca-

minha para a leitura/produção de textos, no conjunto devem ser considerados aspectos lingüísticos acrescidos de valores sócio-históricos e culturais reveladores de práticas discursivas que possam contribuir para o ensino de português inclusive a falantes de outras línguas e a compreensão dessas mesmas línguas para os nativos de outras nacionalidades que com eles se defrontam. Assim, não se pode perder de vista, por um lado, a questão da identidade cultural e, por outro, o da prática lingüística intercultural, voltada “para o aprimoramento do ser humano como ente comunicador amante da paz” (GOMES DE MATOS, 1990:95).

Ora, se o nosso aluno apresenta o grau de dificuldade acima apresentada, poderíamos nos questionar qual o tipo de diálogo que existe entre os docentes, meios de comunicação e as novas tecnologias? Qual a relação dos jovens com os meios de comunicação e as novas linguagens? Tudo isso porque tem que haver uma compatibilidade entre o que se ensina e as exigências comunicativas do mundo de hoje; em outras palavras “Transformar a disciplina de Português num lugar onde é possível ganhar, melhorar, desenvolver faculdades de comunicação e de raciocínio, adquirir capacidades necessárias à vida, é um objectivo que poderá ser mobilizador para os professores, com benefícios inegáveis para os alunos. Será bom que estes sintam a utilidade das aulas de Língua, que, aí, muito têm para APRENDER e que os seus professores de Português estão bem preparados para os ENSINAR” (Maria Raquel Delgado-Martins/ Maria Isabel Rocheta/ Dília Ramos Pereira – Orgs., 1996:73).

A era da informação gera novos processos de apreensão, convivência e circulação dos eventos disponibilizados pelos recursos comunicacionais. Estamos marcados pela aceleração tecnológica e pela influência do rádio, da televisão, da imprensa escrita e das redes de computadores. Assim, é necessário reconhecer, nesse contexto, que as novas formas de produzir e fazer circular as informações, de aprender e sentir se modificaram, trazendo impasses e descompassos na escola.

O fato é que, enquanto o discurso pedagógico caracteriza-se pela natureza diferenciada da retórica escolar, as outras linguagens estão presentes na fala do aluno, na conversa do professor, nos corredores, no pátio etc. Não há um replanejamento desse processo nem se verifica para que pode servir a tecnologia.

Os recursos tecnológicos são ainda pouco conhecidos em seus sistemas e processos, e, em decorrência disso, a escola experimenta algum desconforto e insegurança ao emprega-los.

Á precariedade das condições materiais se somam os limites especificamente subjetivos de formação dos professores para o desenho de projetos educacionais adaptados às possibilidades dessas ferramentas.

Apenas em relação à televisão, Citeli (2000) apresenta dados como: enquanto o professor passa 1 hora e 40 minutos diante da programação televisiva, ao final de semana, o aluno fica, no mínimo, 04 horas por dia. À precariedade das condições materiais se somam os limites especificamente subjetivos de formação dos professores para o desenho de projetos educacionais adaptados às possibilidades dessas ferramentas.

Julgamos que há dificuldades conceituais com respeito à própria natureza complexa da linguagem televisiva. Não sabemos aproveitar as sugestões do filme publicitário, da telenovela, dos noticiários, das entrevistas, dos programas sem perder de vista o aspecto valorativo das palavras.

A escola precisa repensar essas questões – objetivos e estratégias de ensino/aprendizagem para criar um diálogo mais próximo com a diversidade das linguagens.

Os livros didáticos contêm o conhecimento de cada uma das áreas (história, geografia, etc) cabendo ao aluno e ao docente apreendê-lo para dominar o assunto. A concepção interacionista e construtivista parece, sob esse prisma, não contemplar o domínio da pluralidade de linguagens. Entretanto, só assim poderemos construir outros patamares de relação entre a escola e a sociedade.

É indispensável acompanhar de perto o momento da escrita, observando o que cada um está fazendo e monitorar a cada um na sua necessidade.

Ler é uma prática básica, essencial para aprender. A leitura é parte fundamental do trabalho, do empenho, da perseverança, da dedicação em aprender.

Nesse sentido, a contribuição da Língua Portuguesa na integração da área de conhecimentos e suas interfaces com as demais áreas é, em parte, **prejudicada** porquanto o procedimento básico, indispensável à aprendizagem, em todas as disciplinas e níveis de escolaridade e o interesse do aluno em leituras e em aulas – **tem sido precário**.

O aprendizado da leitura e da escrita é a grande contribuição da disciplina língua portuguesa com as demais áreas. Por isso requer não só a apreensão de um código formal, mas, principalmente, a apropriação de uma multiplicidade de regras sociais que envolvem o uso de linguagem. Ao lado, então, da competência lingüística, em sentido estrito, ou saber gramatical, cabe-nos investigar sobretudo os graus de competência comunicativa revelados no discurso/texto do nosso interlocutor/leitor. Entendemos por competência comunicativa, ou saber de uso, nos termos de HAUG & RAMMER, apoiados por Dell Hymes, não só o aprender palavras, seus significados e regras de conexão, mas sobretudo, o saber usar, na interação com os outros, orações situacionalmente adequadas e, especificamente, com um objetivo a ser alcançado. Esta última idéia nos remete a Haquira Osakabe (1979:49-50; 58-59) para quem “no caso do discurso, o que conta é não apenas aquilo que o locutor faz ao dizer, mas também o fim a que se destina seu ato de dizer”.

O leitor precisa ser capaz de conviver com textos variados, realizando diferentes níveis de leitura. As práticas pedagógicas atuais tentam buscar adequação teórica e metodológica que incorpore essa complexidade do mundo da escrita. “Trabalhar com o texto do aluno”, “Formar leitores críticos”, “Estudar a gramática voltada para o texto”, “Fazer com que o aluno produza textos variados” são princípios bastante definidos. Sobre isto o Professor Doutor Mário Vilela já em 1955, p. 5, nos lembra *“A inserção da ‘Gramática de Texto’ pretende ser uma resposta à importância que esse domínio da Lingüística está a merecer actualmente. Aliás, os nossos colegas do Brasil têm acompanhado esse movimento e aplicado à descrição do Português muitos dos seus princípios e, entre nós, começou já há algum tempo a fazer-se o mesmo esforço (1)”*. O nosso homenageado aponta, como exemplo, os trabalhos de Joaquim Fonseca.

No entanto, nem sempre esses objetivos têm sido alcançados, o que reforça a tese de que, de fato, é preciso buscar novas posturas para que se concretizem, na escola, esses princípios.

Isso, naturalmente exigirá, também, uma reflexão sobre o sistema de avaliação vigente. E já aponta princípios para um novo modelo de avaliação: formular conjuntamente questões como: POR QUE, PARA QUE e O QUE AVALIAR, é dimensionar o texto escrito em toda a sua complexidade.

A avaliação é sobretudo processual e participa dos momentos da escrita, da produção em si mesma. Dessa forma, avaliar pode significar corrigir, reescrever, rascunhar, passar a limpo, confirmar ou negar hipóteses no ato da escrita, o que precisa ser realizada não apenas na chamada “aula de redação”, mas também como uma interface com as demais áreas.

A idéia posta é que a avaliação é, antes de tudo, uma atividade de leitura e, como tal, exige uma postura de diálogo frente ao texto. **Leitura, Produção de Texto e Avaliação** em língua portuguesa pedem, necessariamente, uma prática voltada para a compreensão da realidade social e, nesta perspectiva, a incorporação de todas as áreas onde os objetivos e conteúdos sejam incorporados. Não há mais espaço para a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento. É necessária uma abordagem que valorize a inter-relação e a influência entre eles. E essa tomada de posição requer um novo direcionamento sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos, que acreditamos ser, no momento, a grande contribuição da língua portuguesa nas demais áreas do conhecimento.

NOTAS – 1. Texto apresentado na abertura do Curso de Capacitação para Professores do Ensino Médio, Graciliano Ramos, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, julho/2004.

2. ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA

- CITELLI, Adilson (coord.), *Aprender e Ensinar com textos*. (2000), São Paulo: Cortez Editora, vol. 6.
- GOMES DE MATOS, Francisco (1990), “A Lingüística a Serviço da Paz”, in: *Estudos Universitários de Lingüística, Filologia e Literatura (Homenagem ao Prof. Dr. Sílvio Elia)*, Leodegário de Azevedo Filho (Org.), Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, p. 93-95.
- HAUG, Ulrich e RAMMER, Gorg (1979), *Psicología del lenguaje y Teoría de la Comprensión* (Versión española de Francisco Meno Blanco), Biblioteca Romância Hispánica, Madrid: Editorial Gredos.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado; ROCHETA, Maria Isabel e PEREIRA, Dília Ramos, (1996), *Formar Professores de Português, Hoje*, Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- OSAKABE, Haquira (1979), *Argumentação e Discurso Político*, São Paulo: Kairos Liv. Ed. Ltda.
- VILELA, Mário (1995), *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Portugal: Livraria Almedina.

Graça Maria Rio-Torto

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; riotorto@ci.up.pt

Organização de redes estruturais em morfologia

0. A presente reflexão tem por objecto o estudo do modo como se organizam e como se reorganizam, uma vez que a língua se encontra em permanente actividade e mutação, aquilo a que chamarei territórios estruturais dos afixos.

Por território estrutural entende-se o domínio de actuação de cada operador afixal, nele se incluindo a classe categorial e semântica da(s) base(s) a que se acopla, e bem assim as propriedades inerentes do próprio afixo, à cabeça das quais as propriedades semânticas, categoriais, argumentais e aspectuais, quando presentes.

Num primeiro momento serão descritos os modos como se podem organizar os afixos de um mesmo paradigma derivacional. Num segundo momento analisam-se as relações de co-existência entre afixos de silhueta formal aparentemente idêntica, mas com funcionalidades diferentes, no caso derivacional e flexional.

Na primeira situação (cf. §1.), trata-se de operadores com natureza e funcionalidade idênticas, mas com história e idiosincrasias próprias que, além de moldarem a fisionomia identitária de cada um, poderão determinar algumas das marcas de singularidade de um operador no seio dos demais operadores que integram o mesmo paradigma funcional.

Na segunda situação (cf. §2. e §3.), porque se trata de afixos com natureza funcional diferenciada, mas com estrutura formal aparentemente idêntica, é de todo o interesse observar o modo como uns e outros se organizam e se reorganizam, e as repercussões que essa dinâmica tem nos sistemas afixais e morfológicos da língua.

Para a teoria morfológica o conhecimento desta realidade constitui um campo de observação privilegiado do modo como se correlacionam e se articulam os diferentes factores estruturais que, em rede, co-existem num dado momento histórico, e que explicam as relações de co-ocorrência, de alternância ou de concorrência, particularmente interessantes quando se trata de estruturas formalmente próximas, mas com valores funcionais diversos.

O modo como são solucionadas as relações de coexistência entre operadores com este perfil permite conhecer as coordenadas essenciais das linhas de continuidade ou de fragmentação, de convergência ou de divergência que travejam a constante (re)organização dos sistemas afixais.

1. Organização intraparadigmática e interparadigmática

Um paradigma derivacional integra os recursos e os processos morfo-lexicais que desempenham uma mesma função derivacional, ou seja, os afixos e as operações que asseguram uma mesma relação semântico-derivacional (aos níveis léxico-conceptual e categorial) entre base e produto. Cada paradigma genolexical define-se por uma dada identidade semântico-categorial, e tem ao seu serviço um conjunto de recursos derivacionais entre os quais avultam os afixos.

Assim, os recursos afixais de um dado paradigma partilham as seguintes propriedades:

- (i) seleccionam as mesmas classes categoriais e as mesmas classes léxico-conceptuais de base e
- (ii) formam produtos com a mesma classe categorial e semântica.

Para além destas propriedades em comum, cada afixo pode ter propriedades inerentes ou combinatórias mais específicas, acoplando-se, por exemplo, de forma preferencial ou impositiva, a bases com determinadas propriedades de subcategorização, ou até mesmo propriedades idiossincráticas e singulares, atribuindo ao produto uma marca de género sistemática e imutável.

1.1. Relações interparadigmáticas

Os paradigmas derivacionais mantêm entre si relações de contraste ou de oposição, que podem ser mais intensas, ou menos intensas (Rio-Torto, 1998).

O paradigma de formação de verbos, sejam deadjectivais ou denominais, está nos antípodas dos paradigmas de formação de nomes e de adjectivos deverbais, uma vez que no primeiro caso as bases são nomes ou adjectivos e os produtos são verbos, e no segundo caso são estes que figuram como bases, sendo os nomes e os adjectivos os derivados. Contudo, esta situação de antinomia não se subsume apenas nas relações categoriais mencionadas, mas acima de tudo nas correspondentes relações de categorização léxico-semântica, que contrastam a classe do nome e do adjectivo com a do verbo.

No entanto, porque o conjunto dos paradigmas derivacionais configura o sistema derivacional duma língua, há paradigmas que mantêm relações de proximidade e de vizinhança.

As afinidades entre paradigmas que comungam idênticas relações categoriais ou relações semânticas similares faz com que a imagem que melhor representa as relações interparadigmáticas seja a de um contínuo balizado bipolarmente, em que os termos estabelecem uma relação de parença de família. Assim, os diferentes paradigmas mantêm conexões estreitas, não apenas bilaterais, mas também plurilaterais, sejam de contiguidade, de adjacência, de transversalidade ou de contraste, num (entre)cruzamento dialógico constante próprio dos factos sociais e de língua.

Figuram em áreas contíguas, por partilharem relações de afinidade ou de intersecção mais acentuadas (Rio-Torto 2004), os nomes de propriedade/qualidade deadjectivais (1), os nomes atitudinais (*palbaçada* ‘atitude de (quem é) palhaço’, em (2)) e os nomes colectivos (*palbaçada* ‘conjunto de palhaços’ (3)).

- (1) a *criancice/ingenuidade* deles não tem limites
- (2) foi uma *palhaçada* indescritível
- (3) a certa altura, apareceu na “feira de Março” uma *palhaçada* imensa, que assustou algumas crianças, mas que conseguiu animar e divertir muitas outras.

Por seu turno, os nomes de “acção” deverbais (*aprisionamento, arrumação, falatório*) têm conexões sensíveis com os deverbais que acumulam uma leitura locativa (*acampamento, alojamento, arrecadação, albergaria, dormitório, velório*) e, por afinidade categorial, com os “agentivos” deverbais, alguns dos quais podem ser interpretados também como locativos (*corredor*). Acresce que os “nomina actionis” não só podem ter sentido colectivo (*policimento, arbitragem*), como denotar estados, propriedades, comportamentos, atitudes (*arrependimento, comedimento, consideração, moderação, satisfação, sofrimento*), estabelecendo pontes com os nomes de atitude denominais (*camaradagem, vassalagem*) e com os “nomina quantitatis” (*ladroagem*).

A correlação entre os “nomina agentis” deverbais (*talhante, entalhador*) e os adjetivos denominais (*azeiteiro, carniceiro*) faz-se por via dos designadores de actividade profissional (*pedreiro, vaqueiro, toureiro, areeiros ‘extractores de areia’, maquinista, violeiro, violinista*), ou instrumentais (*secador [de cabelo], cortante [cf. indústria de cunhos e cortantes]*). Por sua vez, existem afinidades entre os nomes de acção/processo e os de evento, especialmente quando sufixados em *-ada* (*calinada, palhaçada, cotovelada*). Forte é também a coarticulação entre os locativos (*laranjal, areal*) e os nomes de quantidade. Por último, os “nomina quantitatis” mantêm relações com os nomes de propriedade, mormente quando o operador é *-agem* (*criadagem, vassalagem*).

1.2. Relações intrapadigmáticas

No interior de cada paradigma os afixos que, por definição, desempenham a mesma função derivacional básica, não são absolutamente equivalentes uns aos outros.

Em tese, os afixos podem ser alternantes ou concorrentes entre si. Contudo, na prática, raras vezes a alternância, porque pressupõe equivalência, é efectivamente possível ou absoluta. Exemplos como os que se seguem (4) podem ser considerados equivalentes, competindo entre si.

- (4) a. *o Pedro está magríssimo*
- (4) b. *o Pedro está magrérrimo*
- (4) a. *o que ela fez foi uma burriedade de todo o tamanbo*
- (4) b. *o que ela fez foi uma burrice de todo o tamanbo*

As formações neológicas que criativamente as crianças produzem são um excelente exemplo da equivalência de operadores isofuncionais, ao mesmo tempo que atestam o não domínio da selecção afixal consagrada pelo uso ou pela tradição. Exemplos dessas alternativas neológicas são os que se seguem (5)-(9), e que foram por mim própria registados em elocuições espontâneas, em registo familiar, com crianças que costumam partilhar o espaço vivencial em que este texto é gizado (F: sexo feminino) .

- (5) Tu estás hoje muito *mandoso* (por *mandão*) F: 5,7
- (6) Tive de aturar aquela criatura *irritosa* (por *irritante*) que é a Sara F: 7, 7

(7) Mãe: — Estes colegas são da Galiza.

Filha: — Então são *galizianos!* (por *galegos*) F: 8,0

(8) Olha, aqui não há *separagem* (por *separação*) do lixo! F: 8,1

(9) Mãe: — Tenho de apontar na agenda, senão esqueço.

Filha: — Mais uma *apontação* (por *apontamento*) que tens de fazer F: 8, 3

No entanto, o mais das vezes os afixos de um mesmo paradigma funcional comportam-se como co-variantes distribuídas em regime de complementaridade, pelo menos parcial, determinada pelas características da base a que se acoplam, pelas propriedades de delas seleccionam e/ou pela especialização semântica a cada um associado.

Nos paradigmas derivacionais que se caracterizam pela coexistência de grande número de afixos, as modalidades de coexistência mais salientes são a que envolvem relações de complementaridade/de disjunção, não raro parcial, de concorrência ou de alternância. A concorrência competitiva cessa quando dá lugar à prevalência de uma estrutura sobre outra(s).

Os afixos distribuem-se em função da especificidade semântica de cada um e/ou em função de propriedades específicas (morfológicas, de subcategorização, semânticas) da base a que se acoplam.

Nomes de propriedade

Se contrastarmos *-ismo* com *-ice* ou com *-idade*, constatamos que ao primeiro está associada uma significação de sistematicidade, própria de um sistema de pensamento, conceptual, filosófico ou mental (10), que *-ice* ocorre em denominações de atitudes marcadas negativamente, em virtude também da própria carga negativa que caracteriza a base (11), e que *-idade* não é marcado por nenhum dos traços apontados a *-ismo* ou a *-ice*, ocorrendo em substantivos que denotam a propriedade abstractamente considerada do que a base representa (12).

(10) *catolicismo, logicismo, misticismo, racionalismo*

(11) *bajulice, criancice, palermice*

(12) *genialidade, genuinidade, singularidade, racionalidade, rusticidade*

O contraste entre os termos dos seguintes pares (13)-(15) ilustra as características apontadas.

(13) *patriotismo* e *patriotice*: este último é marcado negativamente; o primeiro é não marcado, denotando a expressão ou a manifestação sistemática da propriedade da base.

(14) *militantismo* e *militantice*: este último é marcado negativamente; o primeiro é não marcado, denotando a expressão ou a manifestação sistemática da propriedade da base; *militância* é o nome não portador de marca disfórica ou de sistematicidade.

(15) *demagogismo, demagóice* e *demagogia*: este último é nome não portador de marca sémica avaliativa particular; o segundo é claramente portador de marca negativa, carregada por *-ice*, e explicita um juízo ou uma atitude desfavorável relativamente ao que o nome denota, por parte do falante que o usa; o primeiro remete para um conteúdo de sistema(ticidade), induzido por *-ismo*.

Tal não obsta a que em *amiguismo* se faça sentir uma significação negativa, procedente não do sufixo, mas da carga negativa da própria base, e que opacifica a de sistematicidade que normalmente se associa ao sufixo.

No que diz respeito às propriedades de base preferenciais de alguns sufixos, pode invocar-se como exemplo as que são predominantemente seleccionadas por *-idade*, por *-ura* e por *-idão*.

O sufixo *-ura* selecciona preferencialmente adjectivos com origem em participípios passados desflexionados, regulares ou irregulares, que têm na fronteira direita do seu radical o segmento /t/, e que preservam a marca aspectual de telicidade [+télico]. Os nomes *abertura*, *compostura*, *fartura*, *desenvoltura*, *gastura*, *soltura* assim o atestam.

As bases adjectivas a que se acopla o sufixo *-idão* são bases de estrutura morfológica simples que denotam predominantemente propriedades cromáticas (*amarelidão*, *escuridão*, *vermelhidão*) ou outras (*lentidão*, *sofreguidão*).

Já *-idade* é, dos três em referência, o sufixo que mais tendência tem para seleccionar bases morfológicamente derivadas, sejam em *-al* (*teatralidade*), em *-ar* (*exemplaridade*), ou em *-ic-* (*cromaticidade*, *poeticidade*).

Adjectivos denominais

Dentro do paradigma de formação de adjectivos denominais verifica-se uma distribuição complementar, ainda que não absoluta, da significação associada a alguns sufixos, havendo um conjunto de sufixos que tendencialmente imprime ao produto uma significação de semelhança (16) e de posse (17), para mencionar apenas estas duas. Em todo o caso, estas significações, conquanto bastante regulares, não são sistemáticas, conjugando-se muitos outros factores, à cabeça dos quais a acentuada ductilidade por que se caracteriza a significação dos adjectivos de base, para explicar a diversidade semântica dos adjectivos denominais.

(16) *-esc-* (*principesco*, *animalesco*) e *-óide* (*animalóide*, *esferóide*)

(17) *-ent-* (*calorento*, *sedento*), *-os-* (*orgulhoso*, *raivoso*), *-ud-* (*cabeçudo*, *classudo* (*PBrasil*), *ossudo*, *sisudo*)

No âmbito do mesmo paradigma os sufixos *-ês* e *-ense* acoplam-se predominantemente a nomes locativos, assim se explicando que os adjectivos denotem tendencialmente o "natural, proveniente, habitante de Nb" (18).

(18) a. *dinamarquês*, *francês*, *genovês*, *japonês*, *tailandês*, *tirolês*

b. *aveirense*, *faialense*, *guineense*, *ovarense*, *timorense*, *torriense*, *viseense*

Estes sufixos ocupam, conjuntamente com muitos outros que formam adjectivos étnicos ou gentílicos, um mesmo espaço funcional. Mas porque se trata de sufixos com o mesmo étimo, o segundo é marcado com o traço [+erudito].

Estes, como outros sufixos congêneres, raramente se sobrepõem, mesmo que parcialmente (cf. *compostelano* e *compostelense*), como se pode observar em *canadiano* e *canadense*, o primeiro usado em Portugal e o segundo no Brasil. Como veremos adiante, os sufixos tendem a distribuir-se complementarmente, obviando assim a uma proliferação desnecessária de adjectivos equivalentes, ilustrada em (19).

(19) *brasileiro* e *brasílico*, *peruano* e *peruense*, *limiano* e *limiense*, *japonico* e *japonês*

Em relação aos adjectivos de (19), porque em cada par os sufixos envolvidos são formalmente e geneticamente diferentes, se houve concorrência ela terá ocorrido em épocas pretéritas, não se verificando já na nossa contemporaneidade. Em todos os casos uma das opções é presentemente marcada como mais (a)típica e icónica do que a outra. As denominações *brasileiro*, *peruano*, *límiانو* e *japonês* são hoje em dia mais comuns que as alternativas apresentadas. Além de escassas, as sobreposições de produtos tendem a ser ultrapassadas pela eleição de um dos termos como mais comum e menos ou não marcado.

Os exemplos que se seguem não configuram uma situação exactamente análoga à anterior, uma vez que *-ês* e *-ense* representam variantes divergentes de um mesmo étimo.

(20) *norueguês* e *norueguense*, *mirandês* e *mirandense*, *arouquês* e *arouquense*, *japonês* e *japonense*.

Não obstante a coexistência de alternativas, não se trata verdadeiramente de sufixos em concorrência nem em distribuição complementar, pois que no presente também uma das configurações (*norueguês*, *mirandês*, *japonês*) é mais canónica que outra. Só no caso de *arouquês* se verifica uma especialização, já que este adjectivo se combina preferencialmente com nome de espécie (de carne) bovina (*raça arouquesa*), reservando-se *arouquense* para a denominação étnico-gentílica.

A menor disponibilidade de *-ês* neste domínio explica-se pela especialização que parece afectá-lo crescentemente. Uma das tendências que no presente se encontra em curva ascendente é a que consiste em utilizar o sufixo *-ês* como operador derivacional de nomes que denotam "linguagem/discurso própria/o ou típica/o de x" (*economês*, *eduquês*, *futebolês*, *jornalês*, *maternalês*, *mimalbês*, *modernês*, *psicanalês*, *sociologuês*, *televisês*). Esta tendência, a consolidar-se, terá certamente como contraparte uma valorização de *-ense* na formação de gentílicos e de étnicos.

Os sufixos até aqui analisados são heteromorfos, ou seja, têm configuração distinta uns dos outros.

Observemos agora um caso que envolve terminações aparentemente isomorfas, ou seja, com a mesma configuração, mas com estrutura e funcionalidades diferenciadas.

2. De como as aparências iludem

Um caso de aparente semelhança formal é o que envolve o sufixo derivacional *-ud-*, presente nos adjectivos denominais *barrigudo*, *cabeludo*, *sortudo*, e o chamado sufixo participial presente nos verbais *teúdo/a*, *manteúdo/a*, *t(b)emudo*.

Importa explicitar que se trata de sequências de constituintes morfológicos com estatuto muito diferente.

O sufixo adjectivalizador *-ud-* presente em adjectivos denominais (*cabeludo*, *sortudo*) é um sufixo derivacional bissegmental, que se acopla ao radical nominal. A adunção de *-ud-* ao radical nominal dá origem ao radical adjectival derivado que, na sua fronteira direita, é acompanhado do marcador de classe e de género *-o/-a*. Neste sufixo a vogal [+alta] inicial /u/ faz parte do corpo do sufixo.

Os exemplos seguintes ilustram o processo derivacional que envolve o sufixo adjectivalizador *-ud-*. O Radical encontra-se representado por Rad. e A e N correspondem a adjectival e nominal.

- (21) a. $[[\text{sort}]_{\text{Rad.N}}[\text{ud}]]_{\text{Rad. A}}$
 b. $[[\text{cabel}]_{\text{Rad.N}}[\text{ud}]]_{\text{Rad.A}}$

No caso da sequência temático-participial *-u-d-o/a*, estamos perante a versão portuguesa dum estrutura latina cujo segmento consonântico era [-vozeado], ou seja, /t/¹. Na língua-mãe, /u/ representa a vogal temática do verbo, sendo /t/ o constituinte participial propriamente dito. O sufixo em causa é portanto monosssegmental ou unissegmental, já que /u/ preenche a fronteira final do tema verbal de base, a que se acopla a marca de participípio /t/.

O esquema seguinte visualiza a estrutura participial em causa. Nele estão omissas as marcas casuais e de género, representando-se apenas a estrutura interna do radical participial.

Rad. = Radical
 VT = Vogal Temática
 TV = Tema Verbal

$[[[\text{x}]_{\text{Rad.V}}[\text{u}]_{\text{VT}}]_{\text{TV}}[\text{t}]]_{\text{Constituinte Participial}}]_{\text{Radical Participial}}$

Em português, no adjectivo denominal derivacionalmente construído o sufixo é *-ud-*, e na sequência temático-participial os constituintes morfológicos são *-u-d-*, sendo que /d/ é o constituinte participial e /u/ é a vogal temática que indica a classe conjugal do radical do verbo, tal como se manifestava no português medieval.

O quadro que se segue sintetiza as diferenças.

Radical de base	Vogal Temática	Sufixo	Marcas de classe
verbal <i>perd</i>	<i>u</i>	participial <i>d</i>	<i>-o/-a</i>
nominal <i>sort</i>		derivacional adjectivalizador <i>ud</i>	<i>-o/-a</i>

O paralelismo sequencial entre *-ud-o/a*, presente em adjectivos denominais, e *-u-d-o/a*, presente em participípios deverbais, tem conduzido a uma distorcida descrição destas sequências, de tal modo que a estrutura que está à direita do radical (v.g. $[\text{cabel}]_{\text{RNE}}[\text{perd}]_{\text{RV}}$) de base é, nos dois casos, indevidamente percebida como estruturalmente idêntica, como se se tratasse de sequências com uma constituição interna igual. Mas assim não é de facto.

O que acontece será porventura o seguinte: ignorando as diferenças de constituição interna, e valorizando as semelhanças aparentes, que não estruturais, entre *-ud-* e *-u-d-*, a percepção do falante orienta-se para o conjunto que se encontra à direita do

¹ Como é sabido, na evolução do latim para o português, /t/ em contexto intervocálico foi afectado por sonorização, assim se explicando a sequência *-u-d-* da nossa língua.

radical, seja nominal (*-ud-*), seja verbo-participial (*-u-d-*), categorizando de igual modo o que efectivamente é diferente.

O facto de o constituinte participial /d/ não ter a estrutura fonotáctica mínima para poder ser usado como representante típico dum sufixo justificará o recurso à sequência mais comum, bissegmental e dissilábica (udo/uda), cuja primeira sílaba é preenchida por um núcleo (no caso o segmento vocálico /u/) e cuja segunda sílaba tem por ataque /d/.

Como pudemos observar, a configuração dos constituintes em jogo é *-ud-* para o sufixo derivacional denominal e *-u-d-* para a sequência temático-participial.

Em todo o caso, está certamente na apreensão holística dos constituintes à direita do radical (nominal e verbal) a sobreposição descritiva que tradicionalmente vem sendo feita destas sequências, encaradas como terminações ou desinências congêneres (ainda que uma seja derivacional e a outra flexional), e o teor da subsequente teorização que em redor delas é tecida.

Dela se fazem eco as seguintes palavras de Malkiel (1992: 12):

«Un método de análisis rara vez aplicado hasta ahora al material en disputa es preguntarse el investigador si el juego de las flexiones verbales y los sufijos de derivación, a consecuencia de su homonimia o mera semejanza, puede ejercer determinado influjo fomentando o bloqueando los unos a los otros».

Sendo conhecido que *-u-d-* foi substituído por *-i-d-* (cf. §3), e que *-ud-* pervive como afixo derivacional, importa averiguar de que modo vem sendo gerido o espaço funcional de cada sufixo, como se organizam as redes relacionais entre sufixos com uma configuração formal aparentemente tão próxima, que vias de alteração e de evolução foram e podem ser activadas em circunstâncias análogas, e quais as suas motivações e consequências.

Para dar resposta a estas questões, impõe-se analisar o percurso da sequência temático-participial *-u-d-* e do sufixo adjectivalizador *-ud-*, explicar as razões da substituição de *-u-d-* por *-i-d-*, e avaliar as repercussões dessa alteração no sistema afixal da língua. Esta reflexão permite alargar o âmbito da análise e problematizar, em termos de teoria morfológica, de que modo são geridas as relações entre as diferentes sub-áreas da morfologia, como se correlacionam e interagem os domínios e os operadores afixais.

Muito em concreto, a questão que Malkiel coloca é a da possibilidade de interinfluência entre sequências e afixos formalmente próxima/os ou isomorfa/os mas com valores funcionais diferentes. Os caminhos de cada um cruzam-se e reflectem-se uns nos outros? Com que consequências? Os afixos derivacionais e os flexionais interferem nos seus territórios estruturais? De que modo?

O caso em apreço tem a singularidade de o constituinte participial integrar uma das chamadas formas nominais do verbo, o que o poderá colocar a meio caminho entre os morfemas flexionais-funcionais e os lexicais. A reflexão subsequente permitirá ainda apurar em que medida esse estatuto híbrido de forma "nominal" do verbo tem alguma consistência funcional.

Pela observação do modo como as estruturas morfológicas se comportam, as terminações em epígrafe (*-ud-* e *-u-d-*) não tinham fortes probabilidades de vir a colidir, pois desde sempre asseguraram funções diferentes. Em todo o caso, porque ambas

ocorrem em formas categorizáveis ou recategorizáveis como adjectivos, em teoria, não será de excluir que os territórios estruturais de cada uma possam ter interagido e ter-se influenciado. A reflexão subsequente elucidará esta questão.

3. As sequências temático-participiais *-u-t-*, *-u-d-* e *-i-d-*

A análise do comportamento das sequências temático-participiais *-u-t-*, *-u-d-* e *-i-d-* parte da premissa, exposta em 2., de que nestas sequências temático-participiais as vogais [+altas] /u/ e /i/ representam as vogais temáticas dos verbos que estão na base dos respectivos participios; /t/, em latim, como também /d/, em português, é o constituinte participial.

Cada uma das sequências participiais em epígrafe não representa um só sufixo, pelo que não é correcto continuarmos a descrevê-las como o sufixo *-udo* ou o sufixo *-ido*. Se, por facilidade de menção e de reconhecimento, houver necessidade de usar estas configurações, dever-se-á sempre ter consciência da verdadeira realidade morfológica em causa.

A sequência temático-participial *-u-t-* era a sequência típica dos verbos latinos de tema em *-u-* da terceira conjugação. Estes verbos, além de serem muito menos representativos que os de tema em *-a-* ou em *-i-*, pertenciam a uma conjugação que se caracterizava por maior heterogeneidade paradigmática, já que albergava verbos de tema em *-u-* e de tema em consoante.

A sequência temático-participial latina *-u-t-* que, no português antigo, se apresentava como *-u-d-*, viria a ser substituída por *-i-d-*. Tratou-se de uma mudança de série vocálica, já que se preservou o traço [+alto] da vogal temática. Mas quais as motivações desta mutação segmental, com repercussões morfofonológicas tão significativas, até no que à periodização da língua diz respeito?

Observemos a realidade da língua portuguesa, para indagar se há na sua estrutura razões que motivem directamente essa mutação.

À medida que a língua portuguesa vai ganhando personalidade própria, a sua identidade conjugacional assenta na coexistência de três paradigmas temáticos:

verbos de tema em <i>-a-</i>	verbos de tema em <i>-e-</i>	verbos de tema em <i>-i-</i>
------------------------------	------------------------------	------------------------------

Na língua portuguesa, como de resto na latina, os verbos de tema em *-a-* sempre foram os mais abundantes e os que integram processos afixais disponíveis para as enriquecer, como *-iz-*, *-ific-*, *-ej-*, *-e-* e a conversão em *-ar*.

Os verbos portugueses de tema em *-e-*, ainda que menos representados que os anteriores, também integram processos afixais, *-ec-* e *-esc-*, que permitem aumentar o seu caudal.

Só o universo dos verbos de tema em *-i-* não pode ser alargado com recurso a sufixos derivacionais, pois a língua portuguesa não possui sufixos verbalizadores que dêem origem a verbos desta classe temática.

Assim sendo, pareceria ser este o paradigma com melhores condições, desde logo também porque menos marcado, para incorporar verbos não sufixados. Mas não foi o que sucedeu aos verbos cujos participios estão aqui em análise, pois em português estes inscrevem-se na segunda conjugação.

Em nosso entender, a razão de ser desta inflexão segmental está no sentido da evolução verificada na língua-fonte, vindo a ser reforçada pela estrutura da língua de destino.

A hipótese que aqui se postula é a seguinte: o desaparecimento de *-u-d-* temático-participial e a sua substituição por *-i-d-* tem a ver com razões de natureza não fónica, como defende Malkiel, mas morfológica, e essencialmente conjugacional. Paralelamente, não se exclui que os domínios e os paradigmas flexional e derivacional co-existentes possam ter, em teoria, interferências entre si, mas no caso em análise essas interferências não envolvem os sufixos, singulativamente considerados.

Observemos então a rede de factores de natureza morfo-estrutural que explica os caminhos das mudanças que estes haveriam de tomar.

Uma das explicações para a substituição processada encontra-se na transformação que se operou na evolução do latim para o português.

O quadro que se segue visualiza a distribuição pelas diferentes classes conjugacionais das classes participiais em latim (clássico e vulgar) e em português (arcaico e moderno).

Para a transformação operada é crucial a redução do sistema participial trimembre que vigorava em latim e no português medieval para o sistema bimembre do português moderno.

Latim clássico	Latim vulgar	Português arcaico	Português moderno
1ª conjugação: -ā-tum	1ª conjugação: -ā-tum	-a-d-	-a-d-
2ª conjugação: -ē-tum	2ª conjugação: -ū-tum	-u-d-	-i-d-
3ª conjugação: -ĭ-tum	2ª conjugação: -ū-tum	-u-d-	-i-d-
4ª conjugação: -ī-tum	3ª conjugação: -ī-tum	-i-d-	-i-d-

Classes temático-participiais e sua distribuição pelas diferentes classes conjugacionais, em latim e em português (adaptado de Williams, 1975:§159)

Para a redução verificada muito contribuiu a absorção dos verbos da 3ª conjugação latina pelos verbos da segunda conjugação. Segundo Piel (1945, §8), já na segunda metade do século IV numerosos verbos da terceira conjugação flexionavam segundo o modelo desta. Também Nunes (1989: §40), a respeito da fusão dos verbos latinos de tema em /e/ longo com os de tema em consoante, assinala que cedo a terminação *-u-tu-* parece ter ganho a preferência no latim vulgar, em detrimento da terminação *-ē-tu-*, com /e/ longo.

São essencialmente de dois tipos os fundamentos que têm sido propostos para explicar o facto de a sequência temático-participial *-u-d-* ainda nos fins do período arcaico ter começado a ser substituída por *-i-d-*: um de natureza fonética, outro de natureza morfológica.

Yakov Malkiel ([1982] 1992: 135) considera que a mudança de /u/ para /i/ se justifica pela maior proximidade de /i/ (e não de /u/) com /e/ breve, presente nos verbos

latinos que viriam a apresentar participípios em /u/ (*metudo, perdudo, sabudo*). Nas suas palavras, «-udo was ousted by -ido, in tribute to the closer affinity of *i* to *e* than of *u* to *e*» (idem, ibidem)

Mas as alternativas que se colocavam a /u/ não se fundam em motivos de natureza fónica ou fonológica.

Sob o ponto de vista fónico, das alternativas que, em teoria, se apresentavam a /u/, segmento [+recuado, +alto], só (22) se encontrava disponível em português.

(22) vogal [-recuada, +alta]

Soluções do tipo (23) vogal [-recuada, -alta, -baixa] ou (24) vogal [-recuada, +baixa] não se incluíam no leque de configurações temáticas participiais da língua portuguesa, que à época já só contava com /a/, com /u/, em decadência, e com /i/ como vogais temáticas participiais.

A representatividade morfo-flexional acrescida da vogal [+alta] da série anterior explica-se não por razões fónicas, mas por razões morfológicas que de seguida se expendem, nelas se encontrando a razão da opção pelo segmento vocálico [-recuado, +alto].

A oposição a que foi feita referência entre dois grandes paradigmas conjugacionais – o da primeira conjugação *vs* o da segunda e da terceira conjugações –, e que representa o resultado da eliminação de contrastes que deixaram de ser relevantes, estende-se a outros tempos e modos, sustentando, assim, de modo substancialmente reforçado, a representatividade da classe temática em /i/.

Em concreto, tal como no participípio, também no Imperfeito do Indicativo, no Presente do Conjuntivo e até no do Indicativo se verifica uma convergência no que aos padrões flexionais diz respeito dos verbos da segunda e da terceira conjugações portuguesas (tema em *-e-* e *-i-*, respectivamente), que assim se opõem aos verbos da primeira conjugação (tema em *-a-*). O quadro seguinte ilustra o exposto.

	Verbos de tema em -a- (suportar)	Verbos de tema em -e- (receber)	Verbos de tema -i- (repartir)
Presente do indicativo (3ª pessoa, singular)	suporta	recebo	reparto
Imperfeito do Indicativo (3ª pessoa, singular)	suportava	recebia	repartia
Presente do Conjutivo (1ª/3ª pessoa, singular)	suporte	receba	reparta
Participípio Passado	suportado	recebido	repartido

Assim, a convergência que a adopção de *-i-d-* representa traduz-se numa **maior coesão do sistema flexional-conjugacional**, sendo essa força coesiva acrescida – claramente ascendente sobre qualquer motivação analógica (Piel, 1945, §59), de ténue poder probatório –, o motor propulsor da solução adoptada pela língua.

O paradigma temático em /i/ constitui, em português, um dos **pilares conjugacionais da língua**, pois incorpora uma vogal temática bastante representada e estruturante

de um macroparadigma flexional, que reúne duas classes conjugacionais. É enorme a relevância estrutural da substituição de /u/ por /i/ nas sequências participiais em referência, uma vez que ela constitui uma das marcas apontadas (Maia 1995, 24-28) como balizadora, a par com outras, da distinção entre português arcaico e português moderno.

A evolução da língua portuguesa haveria de confirmar a dicotomia entre primeira, por um lado, e segunda-terceira classes conjugacionais, por outro, nos temas do pretérito, com prevalência de *-i-*, não apenas em termos flexionais, mas também derivacionais.

Com efeito, nos nomes deverbais em *-ção* e em *-mento*, a vogal temática que precede o sufixo é *-a-* nos nomes cujos radicais verbais são de tema em *-a-*, e é *-i-* nos nomes que têm por base radicais de tema em *-e-* e em *-i-*.

O quadro seguinte ilustra a distribuição aqui configurada.

Classe conjugacional do Verbo de Base	Vogal Temática dos derivados	Nomes deverbais em <i>-ção-</i>	Nomes deverbais em <i>-ment-</i>
1ª conjugação:	<i>-a-</i>	<i>arreliação</i> <i>arrumação</i>	<i>loteamento</i> <i>recrutamento</i>
2ª conjugação:	<i>-i-</i>	<i>aparicação</i> <i>perdição</i> <i>rendição</i>	<i>arrefecimento</i> <i>varrimento</i>
3ª conjugação:	<i>-i-</i>	<i>deglutição</i> <i>fundição</i> <i>repartição</i>	<i>despedimento</i> <i>impedimento</i>

No que à cronologia da mutação diz respeito, a transição de /u/ para /i/ terá começado a ocorrer em meados do século XIII (*cozudo*, *entendudo*, *metudo*, *tolbudo*, *vendudo*), e terá estado concluída em princípios do século XVI.

Seria interessante averiguar em que medida as fronteiras finais dos radicais verbais tiveram influência determinante na substituição de /u/ por /i/. Segundo Carvalho (1999-2000), essa substituição ocorreu primeiro em verbos (i) terminados em dental (*entender*; *vender*; *meter*), alveolar (*conoscer*; *cre(s)cer*; *cozer*; *requerer*) e palatal (*encher*; *constranger*; *tolher*), depois em verbos (ii) terminados em bilabial (*romper*; *receber*; *saber*; *temer*) e labiodental (*sofrer*; *dever*) e finalmente em radicais verbais (iii) terminados em vogal em hiato com a vogal temática (*caer*; *creer*; *leer*; *teer*; *traer*; *veer*).

Se aprofundarmos a análise dos traços que distinguem o primeiro conjunto de segmentos do segundo (cf. Quadro seguinte, (i) e (ii), respectivamente), constatamos que o que os separa é essencialmente o carácter [\pm coronal], que marca positivamente o primeiro conjunto e negativamente o segundo. Relativamente ao traço [\pm anterior], este não parece ser o mais relevantemente distintivo, pois todos comungam dele à excepção dos segmentos palatais, e também estes integram o conjunto dos verbos em que mais cedo se fez sentir a erosão de *-u-d-*.

Fronteira final do radical verbal	[± anterior]	[± coronal]
(i)		
/d/	+	+
/t/	+	+
/s/	+	+
/z/	+	+
/r/	+	+
/l/	+	+
/f/	-	+
/ʒ/	-	+
(ii)		
/m/	+	-
/p/	+	-
/b/	+	-
/f/	+	-
/v/	+	-

Pelo exposto, não são de natureza fonológica as razões que subjazem à seriação cronológica das mutações verificadas, pois verbos houve terminados em /v/, como *(b)aver* e *dever* que se encontram entre os que mais resistência à mudança acusaram, persistindo *-u-d-* ainda no século XVI.

Em nosso entender, essa resistência à mudança prende-se com factores de outra natureza, nomeadamente gramatical, que não a fônica. Em causa estão verbos como *(b)aver*; *dever* e também *ter*, com funções gramaticais de grande relevância funcional na língua, sejam as de verbos auxiliares dos tempos compostos, ou a de um verbo modal como *dever*. Trata-se, pois, de **verbos com uma forte marca de gramaticidade**, que asseguram funções gramaticais cruciais, e não de verbos plenos, cujo semantismo é substituível por paráfrases ou por outras unidades lexicais de sentido equivalente. As alterações conjugacionais têm mais repercussões estruturais nos verbos funcionais que nos verbos plenos, sendo por isso menos mediatas naqueles que nestes.

Por conseguinte, a ordenação da mudança está intimamente ligada **ao peso e à relevância gramatical e funcional do verbo**, sendo essencialmente por esta determinada. Neste caso em que o morfológico se sobrepõe ao fonológico, o valor funcional sobrepõe-se claramente ao lexical.

4. O sufixo *-ud-* denominal e adjectivalizador

Do universo de sufixos que formavam adjectivos denominais em latim, *-ut-* não se encontrava no conjunto dos mais representados, até porque se associava predominantemente a nomes que denotavam partes do corpo (*cornutus*, *manutus*, *nasutus*), logo a um conjunto restrito de nominais (Meyer-Lübke, 1895, §478). Este sufixo denota a presença ou a posse, em modalidade intensa, de uma propriedade ou das propriedades intensionadas pelo nome de base.

A fusão da quarta declinação com a segunda (cf. quadro seguinte) permitiu que a restrição de ocorrência de *-ut-* com nomes da quarta declinação se tornasse opaca, abrindo a possibilidade de este sufixo se combinar com bases de outras declinações (*barrigudo*).

Latim clássico	Latim vulgar
1ª declinação	1ª declinação
2ª declinação 4ª declinação	2ª declinação
3ª declinação 5ª declinação	3ª declinação

Declinações nominais em latim (Williams: 1975, § 13)

Em português não são muitos os adjectivos denominais em *-ud-*, até porque são também em número limitado os denotadores de partes do corpo ou de matéria humana (*barbudo, beçudo, braçudo, cabeçudo, cabeludo, carnudo, carrancudo, cornudo, coxuda, dentudo, espadaúdo, focinbudo, lanzudo, linguarudo, lombudo, mamudo, membrudo, narigudo, olbudo, orelbudo, papudo, peitudo, peludo, pencudo, rabudo, taludo, testudo, tetudo*).

Em todo o caso, o sufixo alargou um pouco o seu âmbito de acção (*abelbudo, fel-pudo, repolbudo*), acoplando-se também a nomes que denotam traços ou estados característicos ou caracterizadores do ser humano (*sanbuda, sisudo, sortudo, telbudo*), ou propriedades susceptíveis de lhe serem atribuídas (*belezuda, amorudo, classuda, façambuda*). Em todo o caso, estes adjectivos denotam "que tem N em alto grau", "que possui (um(a)) grande N", "que tem muito/a N", em que N representa o denotado pela base nominal.

5. Sentido dos percursos

Qual o sentido da reorganização decorrente da substituição de *-u-d-* por *-i-d-*? Como se processou a reestruturação funcional das unidades remanescentes? Estiveram em jogo forças dispersivas, fragmentadoras ou, pelo contrário, forças impulsionadoras de confluência, de concentração e de coesão acrescidas?

Poder-se-á pensar que, quando há duas formas com uma configuração aproximada, o desaparecimento de uma pode dar lugar a uma transferência de valores para a que permanece e/ou a uma (re)valorização do seu peso relativo dentro do paradigma a que pertence. Os casos em apreço mostram que nem sempre é assim. O que aconteceu encontra-se representado em (25), sendo que os parêntesis significam o desaparecimento da forma em causa e as setas o sentido da evolução.

- (25) 1. *(-u-d-)* → *-i-d-*
 2. *-ud-* deriv → *-ud-* deriv

Ou seja, de forma mais esquemática (26), o percurso reorganizativo foi o seguinte:

- (26)
 1. desactivação de uma configuração temático-participial, que foi substituída por outra;
 2. persistência do sufixo adjectivalizador denominal num paradigma muito numeroso, mas continuando a ocupar lugar algo periférico.

Não houve lexicalização da sequência temático-participial *-u-d-*, tendo antes ocorrido o seu desaparecimento, a desactivação do constituinte temático /u/ e, com ele, da sequência temático-participial *-u-d-*, que viria a ser substituída, após um período de alternância e de coexistência de dois séculos, por *-i-d-*.

A substituição de /u/ por /i/ na sequência temático-participial representa uma forma de coesão conjugacional e de **reforço em termos de gramaticalização da flexão verbal**. Mas o desaparecimento da sequência temático-participial *-u-d-* não se repercutiu numa revalorização do estatuto de *-ud-* adjectivalizador, nem se traduziu numa optimização deste, que continuou acantonado na sua esfera territorial, dentro do vasto paradigma denominal. Não tendo tido lugar qualquer transferência para *-ud-* de valores semântico-lexicais de unidades congêneres, pode dizer-se que não houve dispersão nem concentração semântica.

Em paralelo, não houve absorção por *-ud-* do valor passivo de *-u-d-* participial. Os participios *cozudo*, *entendudo*, *metudo*, *tolbudo*, *vendudo*, mesmo quando usados com valor adjectival, supõem uma marca de dinamicidade e de telicidade que está ausente dos adjectivos denominais, tipicamente estativos, em *-ud-* (*é/está barbudo* equivalem a tem inerentemente/incidentalmente barba(s) grande(s) e/ou desenvolvida(s), e não a **é/está provido de barba* ou a **foi provido de barba*, por exemplo, na adolescência').

Em *o João já foi barbudo* explicita-se um estado passado em que o João se apresentava com barba grande ou aparatosa. Ou seja: em *o João já foi barbudo* não está disponível nem é activada uma leitura passiva de *barbar*, como acontece com *o João foi apañado pela polícia*, mas apenas é possível uma leitura estativa do adjectivo denominal, análoga à que caracterizaria os adjectivos *friorento* ou *preguiçoso*, no mesmo contexto.

Um traço que aproxima tenuemente, e em circunstâncias ilocutórias específicas, as estruturas em análise é uma marca avaliativa de intensidade que, nos registos expressivos, as caracteriza.

Esse traço é visível nos poucos exemplos de utilização isocategorial de *-ud-* (*boazuda*, *rombudo*), e num dos casos singulares de utilização criativa de *-u-d-* em participio verbal. Refiro-me a *caluda*, usado injuntivamente, com claro valor intensivo. Mas trata-se de um só exemplo, que não anula nem representa o conjunto. Os traços essenciais não passaram de uma classe para a outra.

É chegado o momento de fazer um balanço final e de avaliar as repercussões em termos de teoria morfológica dos comportamentos observados.

A evolução histórico-lexical da língua portuguesa permite atestar a inexistência de interferências entre *-u-d-* e *-ud-*, e que os destinos de um e de outro sempre foram paralelos. Os percursos de *-u-d-* participial e *-ud-* derivacional não se cruzaram um com o outro, quer porque ao desaparecimento do primeiro não correspondeu ou se sucedeu um aumento de vitalidade do segundo, quer porque não houve transferência de valores nem no sentido da gramaticalização nem no da lexicalização (Hopper & Traugott, 1993).

Nestes casos uma e outra estruturas permanecem em pólos opostos da escala flexão-derivação, contribuindo para uma valorização da hipótese separacionista da flexão e da derivação, e portanto para uma concepção enfraquecida de morfologia ('split morphology' (Booij 1996)), defendida pela Hipótese Lexicalista Fraca e pela 'distributed morphology', de que são partidários, entre outros, Heidi Harley & Rolf Noyer.

Nem o facto de a sequência temático-participial *-ud-* ocorrer nas chamadas formas nominais do verbo, estando portanto a meio caminho entre as formas flexionais puras e as adjectivais típicas, fez convergir os valores identitários de cada uma.

Com efeito, apesar de integrarem uma forma nominal do verbo, /t/ e /d/ comportam-se como 'f-morphemes' (Harley & Noyer, 1998), sendo impositivos sempre que está em jogo o participípio, e não tendo possibilidade de alternar com outra estrutura iso-funcional, de que de resto a língua não dispõe. De forma homóloga, *-ud-* comporta-se como 'l-morpheme' (Harley & Noyer 1998) típico.

Em relação aos primeiros, que representam categorias funcionais, e que não têm, ao contrário dos segundos, possibilidade de serem não imperativos, não há, pois, qualquer vestígio de um eventual processo de desgramaticalização. Pelo contrário, a nivelção ('levelling', segundo Hock 1991) que a eliminação de *-ud-* por *-id-* representa traduz-se por um reforço coesivo dos paradigmas verbo-flexionais, com reflexos sensíveis em alguns paradigmas derivacionais. Mas na génese dos processos mutacionais descritos estão, antes do mais, motivações de natureza morfológica, que se prendem essencialmente com a (re)estruturação conjugacional da língua.

BIBLIOGRAFIA

- BOOIJ, Geert (1996), "Inherent versus contextual Inflection and the Split Morphological Hypothesis", in Booij, Geert & Jaap Van Marle (ed), *Yearbook of Morphology 1995*, Dordrecht, Boston, London, Kluwer Academic Publishers, pp. 1-16.
- CARVALHO, Maria José (1999-2000), "Cronologia(s) da substituição da terminação participial *-udo* por *-ido* no português medieval (sécs. XIII-XVI)", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, pp. 381-409.
- HARLEY, Heidi e NOYER, Rolf (1998), "Licensing in the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the Encyclopaedia", in Harley, Heidi (ed.), *MITWPL 32: Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*. Cambridge, MITWPL, pp. 119-137.
- HOCK, Hans H. ([1986] 1991), *Principles of Historical Linguistics*. Barlin, New York, Mouton de Gruyter, 2nd ed.
- HOPPER, Paul e TRAUGOTT, Elisabeth (1993), *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MAIA, Clarinda (1995), "Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno", *Diacrítica* vol. 10, pp. 3-30.
- MALKIEL, Yakov (1992), "La pérdida del participio pasado en *-udo*", *Nueva Revista de Filología Hispánica*, vol. XL, nº 1, pp. 11-28.
- MALKIEL, Yakov ([1982] 1992), "Infinitive endings, conjugation classes, nominal derivational suffixes and vocalic gamuts in Romance" in Malkiel, Yakov (ed), *Diachronic studies in lexicology, affixation, phonology. Edita and inedita 1979-1988*, vol II, Amsterdam, Philadelphia, John Benjamins, pp. 105-138.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm (1895), *Grammaire des langues romanes* (traduction par Auguste Doutrepoint e Geroges Doutrepoint), Tome II: Morphologie. Paris, H. Welter Éditeur.
- NUNES, José Joaquim Nunes (1989), *Compêndio de gramática histórica portuguesa - Fonética e Morfologia*, 9ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- PIEL, Joseph (1945), *A flexão verbal do português. Estudo de morfologia histórica*, Separata de Biblos, vol. XX.
- RIO-TORTO, Graça (1998), *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*, Porto, Porto Editora.
- RIO-TORTO, Graça e CONCEIÇÃO Anastácio (2004), "Estrutura e interpretação dos nomes deprecativos em português", in Rio-Torto, Graça (coord.), *Verbos e nomes em português*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 187-220.
- WILLIAMS, Edwin B. (1975), *Do latim ao português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Hanna J. Batoréo

Universidade de Aberta, Lisboa; hanna@univ-ab.pt

Como não “*pôr o pé em ramo verde*” ou do papel da polissemia na construção do sentido

0. Introdução

Em várias alturas na vivência secular da história da Linguística como ciência independente, o estudo do sentido múltiplo ou seja, da polissemia¹, chegou a ser encarado, pelos estudiosos, como um fenómeno de menor interesse ou, até, considerado um falso problema (cf. Silva, 1999, 2001 e 2003). Nas correntes que abstraem da importância do estudo do significado ou que o minimizam, tal como acontece nos formalismos do estruturalismo derivacional e da escola generativista, a polissemia é convertida em homonímia², negando-se quer a relevância da diferenciação de sentidos quer o estatuto linguístico do seu estudo. Defende-se, nestas escolas linguísticas, que os diferentes usos de uma expressão são predizíveis a partir de princípios gerais pragmáticos, estando estas estratégias na base do postulado linguístico “uma forma – um significado”, no qual o sentido aparece como único, genérico e abstracto.

O estudo do sentido múltiplo começa a ganhar importância no fim dos anos setenta, com o advento do Léxico e dos estudos lexicológicos. Todavia, o maior interesse pelo estudo da polissemia aparece no seio da Linguística Cognitiva, em que este não é efectuado apenas ao nível das estruturas lexicais, mas onde é encarado como efeito da prototipicidade, um dos fenómenos basilares desta corrente, e estudado no “modelo baseado no uso”, revelador da sua flexibilidade e variabilidade semânticas.

* Agradeço todos os comentários com que contribuíram para o presente texto Edite Prada e Paulo Barata.

¹ Tradicionalmente, entende-se por polissemia uma “propriedade das unidades lexicais que têm vários significados relacionados de forma muito próxima. No domínio da linguística estrutural, a polissemia foi normalmente referida por oposição à homonímia em que uma mesma forma pode ter significados muito diversos e afastados entre si, mas nas mais recentes teorizações essa oposição tornou-se menos relevante.” (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 298

² Por homonímia entende-se a “relação existente entre unidades lexicais que têm as mesmas formas gráfica e fonética, mas significados diferentes. A homonímia compreende a homofonia, a homografia ou as duas.” (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 206). Cf. homonímia parcial.

Defende-se, em Linguística Cognitiva³ – tal como, para Português, o demonstra Silva nos seus estudos quer do verbo *'deixar'*, quer do diminutivo quer ainda do dativo –, que as categorias linguísticas não se podem geralmente definir em termos de propriedades suficientes e necessárias (como o eram nas correntes monossémicas), mas são construídas por similaridades parciais ou “parecenças de família”, em que uns elementos são mais salientes do que outros e em que não existem fronteiras bem delimitadas⁴. Assim, o conteúdo semântico de uma categoria não precisa de ser unitário, sendo antes construído por interrelações de sentidos. Por conseguinte, os sentidos de um determinado item não são dados, antes se constroem, sendo “interpretações” que surgem de um contexto particular. Neste enquadramento, os sentidos prototípicos servem para outros, de perspectiva interpretativa, dando origem a uma teoria de significado de carácter flexível, dinâmico e “perspectivista”. Tendo por base a corporização ou a “incarnação” («embodiment») dos significados na experiência individual e corporal, bem como na sua perspectiva colectiva e histórica, a criação dos novos sentidos surge através dos processos da metáfora, da metonímia, da analogia e de outros mecanismos advindos da conceptualização. No meio da multiplicidade de sentidos, é provavelmente o critério de convencionalização que determina a criação das fronteiras de sentido: um uso que esteja convencionalizado constituirá um sentido diferente, que fará parte do léxico mental.

1. A perspectiva monossémica de homonímia versus a multidimensionalidade da polissemia

Repare-se que a polissemia não surge apenas a nível dos itens lexicais, abrangendo a multiplicidade de significados das expressões linguísticas todos os níveis de análise. Observemos, p. ex., o caso do morfema derivacional *'-eiro'* em Português (cf. Almeida & Gonçalves, 2005). Como relacionar entre si os significados das palavras formadas por

³ “Provavelmente uma das primeiras razões da afirmação ou mesmo do sucesso da Linguística Cognitiva terá sido o reconhecimento explícito de um fenómeno linguístico do senso comum: o significado múltiplo das expressões linguísticas ou polissemia. A partir dos trabalhos pioneiros de Langacker (p. ex. 1978), Brugman (1981), Lakoff (p. ex. 1982) e Talmy (p. ex. 1983), descrevendo estruturas altamente polissémicas, a tendência para o estabelecimento de distinções e de relações entre os usos de uma expressão tornou-se uma constante e a descrição da polissemia quase que uma obsessão, a tal ponto que se poderá perguntar o que é que resta à Linguística Cognitiva sem a polissemia.” (Silva, 2003: 14).

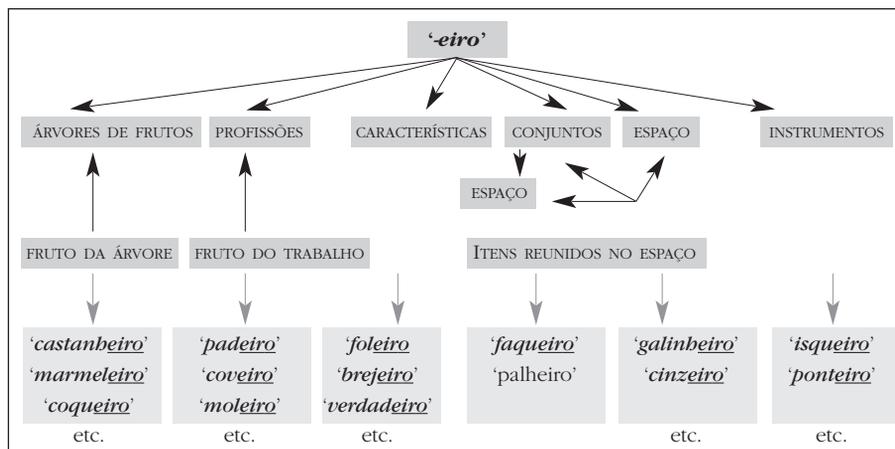
⁴ “Será que os vários usos de uma mesma forma lexical ou gramatical estão polissemicamente representados na mente dos falantes? Ou: as “network analyses” poderão ser tomadas como reflectindo idêntico armazenamento no léxico mental dos falantes? [...] Para começar, a instabilidade tanto sincrónica como diacrónica da polissemia é já sinal evidente de que os significados não são *objectos mentais* depositados nessa caixa misteriosa do cérebro/mente, mas *processos* ou *actos (actos de significação)*, no sentido de Bruner (1990) subjectivamente construídos para fazerem sentido em universos do discurso intersubjectivamente partilhados, e que portanto a ‘linguagem do pensamento’ ou *mentais* de que fala Fodor (1976) pura e simplesmente não existe. Depois, a polissemia é um efeito cognitivo real da maneira como categorizamos o mundo, não em termos de condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes, mas segundo o princípio da prototipicidade. Terceiro, a polissemia revela-nos importantes mecanismos cognitivos e estratégias de conceptualização: imagens esquemáticas sensorio-motoras, metáfora, metonímia, esquematização, subjectivação, integração conceptual, etc. E estas evidências linguísticas encontram fundamentação biológica nas teorias neurobiológicas da consciência de Edelman e Pöppel (1997) [...]. Segundo Edelman, a consciência (ou melhor, a sua evolução) envolve três diferentes níveis que emergem de uma relação dinâmica entre o cérebro e o mundo ou entre diferentes áreas do cérebro.” (Silva, 2001: 162-165).

derivação com este sufixo, tais como, ‘*castanbeiro*’, ‘*padeiro*’, ‘*brejeiro*’, ‘*cinzeiro*’, ‘*galinbeiro*’, ‘*faqueiro*’, ‘*isqueiro*’?

Em primeiro lugar, verificamos que se trata de casos diferentes de ‘-eiro’ que traduzem sentidos diversos. Assim, verificamos que ‘*castanbeiro*’ é uma árvore que dá castanhas, ‘*padeiro*’ é uma pessoa que trabalha na padaria, ‘*brejeiro*’ é uma característica de fenómeno, pessoa ou coisa sem jeito, ‘*cinzeiro*’ é um lugar onde se deposita cinza, ‘*galinbeiro*’ é um lugar que abriga as galinhas⁵, ‘*faqueiro*’ é um lugar onde se guardam facas (talheres), mas também é um conjunto de facas (talheres), ‘*isqueiro*’ é um instrumento que serve para fazer lume, etc.

Em segundo lugar, podemos observar que os sentidos acima exemplificados podem dividir-se em subgrupos. Podemos, assim, propor os seguintes tipos de agrupamentos: árvores de frutos (p. ex., ‘*castanbeiro*’), profissões (p. ex., ‘*padeiro*’), características (p. ex., ‘*fuleiro*’), lugares (abrigo, contentores de conjuntos, etc.) (p. ex., ‘*cinzeiro*’, ‘*galinbeiro*’, ‘*faqueiro*’⁶), instrumentos (p. ex., ‘*isqueiro*’), agrupamentos esses que – por sua vez – podem ser representados como núcleos prototípicos, à volta dos quais se agrupam os diferentes itens, portadores de sentidos diferentes (Fig. 1):

Figura 1: Proposta de representação da polissemia do sufixo derivacional ‘-eiro’



Em terceiro lugar, reparamos que nem todos os grupos que distinguimos na primeira etapa de análise são igualmente produtivos. Se é relativamente fácil encontrar nomes de profissões (‘*mineiro*’, ‘*carteiro*’, ‘*fuzileiro*’, ‘*empreiteiro*’, etc.) ou nomes de árvores de fruto (‘*limoeiro*’, ‘*coqueiro*’, ‘*marmeleiro*’, etc.), esse já não é o caso das características atribuídas às pessoas ou coisas (‘*verdadeiro*’, ‘*grosseiro*’, ‘*certeiro*’) ou de instrumentos (‘*ponteiro*’).

⁵ Num inquérito feito recentemente na TVI, em que se perguntava às pessoas na rua como se chamava o “conjunto de galinhas”, alguns dos inquiridos respondiam “*galinbeiro*!”, evidenciando não apenas a sua incapacidade de ativação (ou mesmo desconhecimento) da palavra ‘bando’, mas também a presença no seu léxico mental da (pelo menos) dupla, neste caso, interpretação do morfema derivacional “-eiro”.

⁶ Repare-se, também, que há quem, no registo popular, se refira ao(s) (conjunto dos) dentes como “o *faqueiro*”, p. ex. “*preciso de ir ao dentista para tratar do faqueiro*”.

Em quarto lugar, a área das designações de lugares é, por sua vez, bastante complexa, sendo preciso distinguir entre um lugar de poiso (*'galinheiro'*), de depósito (*'cinzeiro'*), de colocação de um conjunto de objectos individuais (*'faqueiro'*, *'palheiro'*, etc.).

O princípio de análise polissémica acima traçado evidencia apenas alguns dos problemas que se levantam numa tentativa de representações possíveis entre vários exemplos da mesma categoria polissémica. Existe apenas um centro nuclear prototípico, ou vários? Se forem vários, todos eles apresentam o mesmo grau de saliência (são igualmente produtivos)? Quais são as distâncias das categorias menos prototípicas em relação ao núcleo principal? Quais são as distâncias existentes entre vários elementos menos centrais e/ou mais periféricos? Como podemos representar estas dependências? Em rede? Numa representação radial? Ou é apenas uma representação multidimensional que pode dar conta da riqueza dos sentidos acima exemplificados?

Se pensarmos, p. ex., na palavra *'pé'* (parte do corpo), nos outros sentidos da mesma palavra, tais como *'pé'* (medida) ou *'pé'* (parte de uma planta p. ex., *'pé de salsa'*) e nas várias expressões de que este item linguístico faz parte *'pé da cama'* (≠ *'cabeceira'*), *'pé da montanha'*, *'pé da mesa'*, *'estar ao pé de'* (alguém), *'pé de dança'*, *'pé-de-meia'*, etc., até – intuitivamente – constatamos que, em todos os casos apresentados, se trata de significados múltiplos do mesmo item *'pe'* (ver a análise pormenorizada mais adiante). Também, intuitivamente, sabemos que o caso de *'pé'* é diferente do caso de *'canto'*, no qual a mesma forma, por coincidência histórica, surgiu a designar (i) um ângulo (ou: lugar interior oposto à esquina), p. ex. *'um canto da casa'* e (ii) a primeira pessoa do verbo *'cantar'*, isto é, *'eu canto'* ou, ainda, o resultado da acção de cantar *'o canto'* (p. ex., *'o canto gregoriano'*). No caso exemplificado por *'canto'*, trata-se claramente de dois tipos de sentido diferentes, sem parentesco ou raízes comuns, ou seja de homonímia. No entanto, se olharmos para o aspecto referenciado em (ii) acima apresentado, verificamos que – dentro da própria área semântica de *'cantar'* – temos polissemia entre *'(eu) canto'* e *'canto (gregoriano)'*. Este exemplo simples mostra que as relações polissémicas e homonímicas entre unidades lexicais se cruzam de um modo complexo e dificilmente podem ser encaradas como lineares.

2. Incorporação («embodiment») da criação do sentido

No processo de metaforização, umas línguas servem-se do objecto-suporte a que se referem, outras apontam para o objectivo que se propõem alcançar, enquanto outras, ainda, evocam imagens simbólicas. Assim, por exemplo, enquanto as crianças portuguesas que não sabem nadar colocam nos braços as *'braçadeiras'* para se manterem à superfície da água e as americanas põem os *'floaties'* que lhes permitem 'flutuar' (ing. *'float'*), as polacas usam *'skrzydelka'*, isto é, as *'asinhas'*. Embora no caso atrás apresentado não pareça existir convergência para tal, muitas línguas – como, por exemplo, o Inglês, o Francês ou o Polaco – utilizam a metáfora da *asa* na designação dos flancos (partes laterais) de grandes edifícios ou organizações. Temos, assim, a conceptualização de *asas* (*'wings'*, *'ailes'* e *'skrzydla/ skrzydelka'*, respectivamente) em castelos, igrejas ou hospitais, as *asas* do exército, dos partidos políticos, das multidões e, até, dos pensos higiénicos. Em todos estes casos, o Português lexicaliza esta metáfora como *'ala'* – *'a ala da igreja'*, *'a ala do partido/ exército'*, etc., embora, alguns falantes aceitem, pontualmente, o emprego de *'asa'* em vez de *'ala'*.

Observe-se, agora, a metáfora de 'asa', já acima referida, muito comum em várias línguas, em que o sentido primeiro da 'asa do pássaro' deu origem a um sentido derivado. Enquanto em muitos idiomas existem, por exemplo, as 'asas do avião', o que nos faz pensar numa metáfora muito generalizada ou, até, (quase) universal, outras há que não têm uso geral, incidindo só em casos pontuais. Assim, em Inglês (Britânico) e em Francês, existem as 'asas do carro' na designação do *guarda-lamas* – 'the wings of a motor-vehicle' ou 'les ailes de la voiture', respectivamente. A expressão as 'asas do moimbo' existe como metáfora obrigatória, por exemplo, em Francês – 'les ailes du moulin', e em Polaco – 'skrzydła wiatraka', sendo, em Português, formalmente existente e dicionarizada, mas de emprego pouco comum e de reconhecimento marginal. No caso das 'asas (asinbas) do nariz', isto é as partes laterais inferiores que ladeiam as narinas, trata-se de uma metáfora obrigatória em Francês – 'les ailes du nez' – ou em Polaco, 'skrzydelka nosa', e possível em Português. Existem, igualmente, fragmentos da realidade que umas línguas chegam a lexicalizar e outras não. Assim, por exemplo, o Português refere-se à parte superior da orelha como a uma 'asa da orelha', criando uma metáfora obrigatória lusa, desconhecida, por exemplo, em Polaco.

Uma parte substancial das metáforas obrigatórias comumente utilizadas constrói-se como emprego derivado das partes do corpo, especialmente na linguagem coloquial de várias línguas. Observem-se, aqui, os exemplos da 'perna da mesa', do 'braço do sofá' ou dos 'pés da cama'.

3. O caso do 'pé'

3.1. O 'pé' nos corpora

Basta visitar os “sites” dos *corpora* linguísticos mais comuns disponíveis na Net, tais como a *Linguateca* ou o *corpus* disponibilizado pelo Centro de Linguística (CLUL) (cf. Bibliografia), para verificar que a frequência da palavra 'pé' quer no discurso oral quer no jornalístico é muito alta. Assim, por exemplo, só na *Linguateca*, foram registadas 12 955 e no CLUL, 1710 ocorrências em todo o tipo de contextos. Para exemplificar, observem-se os seguintes extractos:

- Ext 1345 (pol, 93a): “Mas será que, apesar das funções que desempenha, não tem os governantes ao pé ?”
- Ext 3223 (pol, 94b): “Há dias em que já não me consigo ter de pé, tal é a minha fraqueza e cansaço, e já por várias vezes pensei em regressar à frente de combate.”
- Ext 3704 (soc, 98b): “No último sábado, a PJ localizou, no sítio da Casa Branca, freguesia de Erada, sem qualquer documento de identificação, o cadáver do jovem, que aparenta ter 18 a 20 anos de idade, cabelo louro, rosto oval, dentes incisivos da arcada superior grandes e salientes e com 39/40 de medida de pé .”
- Ext 3792 (soc, 93b): “Em reacção às propostas do IIEFP, os trabalhadores responderam com um «daqui ninguém arreda pé» e mantiveram o corte da EN-242, entre a Marinha Grande e a Nazaré, e da Linha do Oeste até às 18h45.”
- Ext 5064 (clt, 91b): “De qualquer forma, isto é uma operação complexa que envolve muitas equipas, que tentam pôr de pé um projecto ambicioso, o que me levou sempre a pensar que, antes de ter as iniciativas confirmadas, não valia a pena dar notícia delas.”

- Ext 5160 (clt, 94b): “*Atrás da comitiva presidencial, muita gente passeava entre os «stands» montados na enorme sala branca, de alto pé direito e inúmeras estruturas de ferro da Central Tejo, onde também funciona o Museu da Electricidade.*”
- Ext 5218 (soc, 98b): “*Se assim for, continua de pé a ameaça de fazer um plenário nacional que poderá ter, segundo um comunicado da OM, «consequências imprevisíveis».*”

Foram, igualmente, identificados exemplos de provérbios portugueses em que a palavra ‘pé’ aparece (v. os “sites” de provérbios citados na bibliografia):

- ‘*Lua deitada, marinheiro de pé.*’
- ‘*Nunca o invejoso medrou nem quem ao pé dele morou.*’
- ‘*Quanto mais te agachas, mais te põem o pé em cima.*’
- ‘*Quem não gosta de samba, é ruim da cabeça ou doente do pé.*’
- ‘*Em pé de pobre, todo sapato serve.*’
- ‘*Porco velbo não se coça em pé de espinho.*’
- ‘*Nunca falta um chinelo velbo para um pé cansado.*’
- ‘*Ao pé da silveira padece a videira.*’
- ‘*De Amarais, viúvas com corais e viagens a pé, libera nos Domine.*’
- ‘*Deus nos livre dos maus vizinhos de ao pé da porta.*’
- ‘*Dia de S. Barnabé (11/6), sega-se a palma do pé.*’
- ‘*Dar uma de pé contra a parede, mata a fome e a sede.*’ etc.

Repare-se, logo de início, que o que é relativamente menos comum nos *corpora* consultados são os exemplos do tipo do acima citado n.º 3704 da *Linguatca*, em que a palavra ‘pé’ surge no seu sentido básico de “*extremidade de cada um dos membros inferiores do homem que lhe permite o apoio e a locomoção*”, para citar a definição que aparece em primeiro lugar das respectivas acepções nos dicionários portugueses. Esta acepção ocorre, no entanto, com frequência (i) nas expressões futebolísticas (como em, p. ex., ‘*pontapé de saída*’, ‘*pontapé de baliza*’, ‘*pé em riste*’, ‘*lesão no pé*’, etc.), bem como (ii) nos provérbios (ver exemplos acima), quer na referência à própria parte do corpo quer na da parte dela, como em: ‘*planta do pé*’.

Uma análise mais atenta das ocorrências reunidas permite verificar que a principal razão da alta frequência inicialmente observada se prende com o facto de o item lexical em causa integrar inúmeras expressões correntes da nossa “linguagem-no-uso”, as quais se caracterizam por graus muito variáveis de fixidez, de extensão e de flexibilidade⁷. Observem-se, por exemplo, as seguintes expressões: ‘*abalar os pés* a X’, ‘*andar a pé*’, ‘*atar de pés e mãos*’, ‘*dar com os pés*’, ‘*dobrar os pés com a cabeça*’, ‘*dar um pé de dança*’, ‘*estar de pé*’, ‘*estar em pé*’, ‘*fazer finca-pé*’, ‘*fugir a sete pés*’, ‘*pé-de-burro*’, ‘*ser bom pé de dança*’, ‘*saltar ao pé coxinho*’, ‘*ser pé de chumbo*’, etc.

⁷ Para analisar as ocorrências apresentadas, é praticamente inviável utilizar o critério ortográfico. O facto de uma expressão aparecer grafada sem hífen não constitui índice da sua maior flexibilidade, o que leva, por vezes, à ocorrência indistinta da mesma expressão com ou sem hífen, sem alteração de sentido, tal como se pode observar, a seguir, no caso da expressão ‘*fazer/ manter finca-pé*’.

- “*mantendo-se o finca-pé no turismo temático*” # Tot: 1710 N°: 2 Ref: J63811
- “*em que ele fazia fincapé*” # Tot: 1710 N°: 3 Ref: L0009P0057X
- “o PSD não vai *fazer finca pé*” # Tot: 1710 N°: 101 Ref: J65151

3.2. Expressão do espaço, postura do corpo e os seus movimentos

Das expressões exemplificadas na secção 3.1., as mais frequentes são aquelas que se reportam, directa ou metaforicamente, aos estados (locativos) ou a movimentos. Veja-se o caso da locução prepositiva ‘*ao pé de*’, no sentido de ‘*perto de*’ (como em: ‘*estar/ chegar(-se) ao pé de alguém / ao pé do mar / ao pé de casa*’, etc.). Trata-se de uma expressão de alto grau de fixidez e de avançado nível de gramaticalização. Outras expressões do mesmo grupo, tal como, ‘*estar de pé*’, ‘*estar em pé*’, ‘*estar a pé*’, utilizados na variação com os respectivos verbos aspectuais, p. ex., ‘*estar/ ficar/ continuar/ andar/ pôr*’, etc. são igualmente muito frequentes tanto em contextos referentes ao espaço físico como em situações abstractas conceptualizadas como espaciais, como em “*a ameaça continua de pé*” no sentido de “*a ameaça mantém-se*” ou de “*pôr de pé um projecto ambicioso*” no sentido de “*realizar um projecto*”. Também muitos movimentos se servem das expressões com ‘*pé*’, o que frequentemente origina a conceptualização das manifestações emocionais, tal como se verifica, p. ex., em ‘*fazer finca-pé*’ na expressão de teimosia, convicção e inflexibilidade de opiniões ou em ‘*fugir a sete pés*’ no sentido de afastar-se depressa física ou emocionalmente.

3.3. Conceptualização por similaridade e por contiguidade

Nas análises efectuadas, verificamos que os diferentes sentidos podem ser conceptualizados através da metáfora e/ou da metonímia a partir do sentido prototípico de base: o ‘*pé*’ como parte do corpo. Ao conceptualizarmos outros sentidos como se fossem parte do “corpo” das entidades de que são elemento constituinte, estaremos a efectuar uma operação por similaridade, ou seja a construir uma metáfora. Assim, vemos os suportes dos móveis como se fossem os ‘*pés*’ dos respectivos “corpos” (p. ex., ‘*os pés da mesa*’, ‘*o pé do candeeiro*’) e – por extensão metonímica – a parte inferior que serve de suporte de uma “construção” da natureza ou de uma obra humana (p. ex., ‘*o pé da montanha*’, ‘*o pé de uma planta*’, ‘*o pé de uma coluna*’ ou a fase de resolução de um problema na expressão ‘*em que pé está este assunto?*’). A expressão ‘*o pé de uma planta*’ significa “a parte de base da planta (com as raízes)”, mas serve – outra vez por similaridade – de ponto de partida para o sentido de “cada exemplo de uma planta”, como, por exemplo, no caso de ‘*o pé de salsa*’ ou ‘*o pé de laranja-lima*’.

Existem, no entanto, significados que não são formados por similaridade, mas por contiguidade. Assim, por exemplo, surge a expressão ‘*os pés da cama*’, no sentido contrário ao de ‘*a cabeceira da cama*’ (e não no sentido: os pés do móvel, análogo às metáforas ‘*os pés da mesa*’, ‘*o pé do candeeiro*’, etc.). A expressão ‘*os pés da cama*’, no sentido contrário ao de ‘*a cabeceira da cama*’, é constituída por contiguidade a partir do sentido prototípico do ‘*pé*’ como parte do corpo. Esta expressão refere-se ao lugar na cama onde “o dono” dos pés os costuma colocar, sendo este oposto ao lugar onde o mesmo “repousa” a cabeça. Trata-se de uma imagem esquemática, culturalmente convencionalizada, o que significa que, mesmo que uma pessoa durma atravessada na cama ou com os pés virados para a cabeceira, a conceptualização do espaço do móvel mantém-se inalterado, mantendo-se, igualmente, as respectivas designações.

Repare-se, igualmente, na conceptualização que leva à formação da expressão ‘*pé*’ como medida, como no exemplo ‘*a sala tem dez pés de altura*’, o que significa que a altura da sala é cerca de três metros (equivalendo a medida inglesa de um ‘*pé*’ a cerca

de trinta centímetros). Em tempos, as medidas eram definidas em função de um pé prototípico de alguém que se serviu dessa parte do seu próprio corpo para determinar as medidas dos espaços e das dimensões circundantes. Por tradição, a conceptualização por contiguidade mantém-se, bem como a respectiva expressão. Na sequência desta conceptualização, quando falamos em ‘*o pé direito da sala tem três metros*’, transmitimos por metáfora a imagem de um espaço com a dimensão vertical mais saliente do que o tradicionalmente esperado (o que é relativo e culturalmente determinado). Igualmente por metáfora criamos a expressão ‘*dar um pé de dança*’, que significa dar um passo de dança, *como se* um passo fosse uma medida de ‘*pé*’. Por sua vez, ‘*dar um pé de dança*’ corresponde – por extensão metonímica – à actividade de dançar. A partir daí e, mais uma vez por extensão metonímica, surge a expressão ‘*ser bom pé de dança*’, ou seja ‘*ser pé leve*’, o que, ao contrário de ‘*ser pé de chumbo*’, refere uma característica pessoal de leveza e agilidade.

Do mesmo modo, ou seja, por contiguidade, podemos conceptualizar o referente da expressão ‘*pé de meia*’. Por tradição, as pessoas amealhavam o dinheiro e guardavam as poupanças numa meia, preenchendo – fisicamente – primeiro o espaço que serve para colocar o pé dentro da meia (que, por sua vez, é designado – por extensão metonímica – como ‘*pé*’ de uma meia). O conteúdo colocado no espaço do pé de uma meia passava, assim, e outra vez por metonímia, a designar-se por ‘*o pé-de-meia*’. Com o tempo – e por similaridade – todo e qualquer tipo de poupança, como em, por exemplo, ‘*o dinheiro que ele te emprestou constitui o pé-de-meia dele*’, independentemente do sítio onde fosse guardado, passava a designar-se com a mesma expressão.

Os exemplos de polissemia da palavra portuguesa ‘*pé*’ aqui apresentados estão longe de dar conta de todas as ocorrências existentes na língua, mas cremos tratar-se das expressões mais frequentes. Pelo contrário, as expressões populares como, por exemplo, ‘*pé-de-burro*’, ‘*pé-de-galo*’, ‘*pé-de-ganso*’, ‘*pé-de-leão*’ ou ‘*pé-de-lebre*’ são geralmente desconhecidas das pessoas sem raízes na cultura agrícola, visto denominarem espécies de flora, cujas folhas (por contiguidade) apresentam – metonimicamente – pareanças com as características específicas das patas dos animais indicados na expressão. Trata-se de expressões de alto nível de lexicalização, tal como no caso de nomes de doenças ‘*pé boto*’, ‘*pé-de-atleta*’ ou ‘*pé chato*’. Assim, também um utensílio pode ser fruto do mesmo tipo de conceptualização, como na expressão ‘*pé-de-cabra*’. Trata-se de uma alavanca de ferro com uma extremidade fendida, à semelhança do casco de uma cabra.

3.4. Representação do “mapeamento” das conceptualizações

Na sequência da apresentação efectuada, parece evidente que, para representar a complexidade das relações existentes entre o “primeiro” *pé* prototípico e as restantes expressões existentes na língua com base na conceptualização do mesmo, é preciso estabelecer uma rede de extensões efectuada por similaridade – metáforas – ou por contiguidade – metonímias – em cadeias sucessivas, em que os sentidos derivados se tornam, por sua vez, pontos de partida para as expressões novas. Uma das tentativas deste tipo de representação encontra-se proposta nas figuras em baixo (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 2: “Pé” – construção de metáforas (por similaridades)



Figura 3: “Pé” – construção de metonímias (por contiguidade)

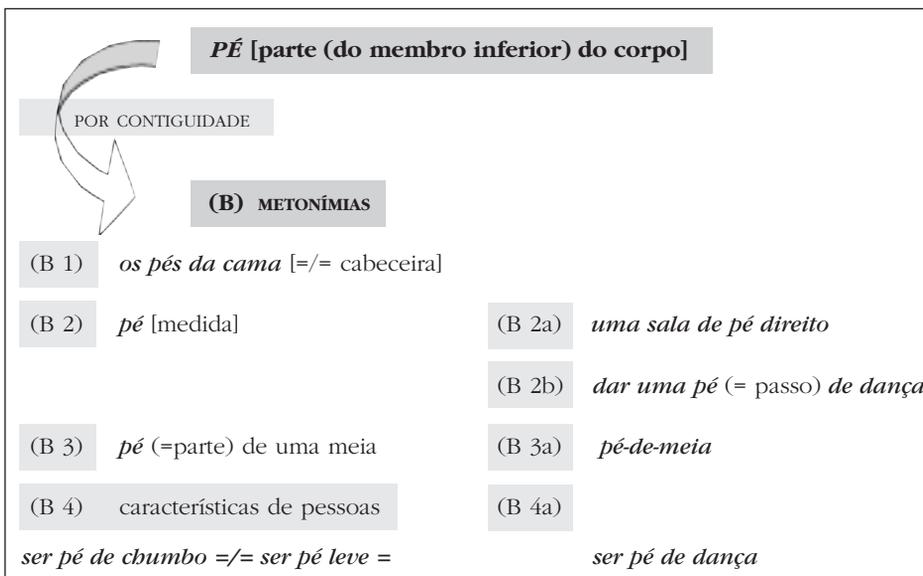


Figura 4: “Pé” – construção de metáforas e metonímias (quadro conjunto)



4. Discussão

Na sequência da análise apresentada podemos perguntar “Para que é que a Língua Portuguesa precisa do(s) *‘pé(s)’*?”

Primeiro, o Português precisa dos *‘pé(s)’* para (i) se referir à extremidade dos membros inferiores dos seus falantes ou a uma das partes desta, concebida, metonimicamente, como uma parte de um todo (*‘peito do pé’*, *‘planta do pé’*, etc.). A análise do *corpus* consultado mostrou, no entanto, que a referência pura não é frequente no uso da língua. Na esmagadora maioria dos casos, utilizamos o *‘pé’* para designar a localização dos objectos e dos seres no espaço. Antes de mais, trata-se da (ii) localização do próprio locutor e da postura física por ele assumida em função dos eixos de orientação espacial. Assim, quem não está deitado *‘está a pé’* (e, por conseguinte, mantém-se desperto, acordado) e quem não está sentado *‘está em pé’* ou *‘de pé’*, mantendo-se na posição vertical. Para passar à posição vertical é preciso *‘pôr-se de/em pé’*, demonstrando, explicitamente, que na verticalidade exige-se um sustento, uma base, um suporte que os próprios pés humanos asseguram. Do mesmo modo, para quem se encontra (iii) dentro das águas com alguma profundidade, a sua segurança é vista como tendo ou não onde manter apoiados os pés (*‘ter pé’*). (iv) A qualidade dos movimentos é efectuada, também, em função das características dos pés: *‘pé de chumbo’*, *‘pé leve’*, o que passa para (v) as características das próprias pessoas, como em *‘ser pé leve’* ou *‘ser pé de dança’*, etc.

Os pés humanos asseguram, igualmente, (vi) a locomoção “não assistida” ou seja, efectuada *‘a pé’* (em contraste com a efectuada *‘a cavalo’*, *‘de carro’* ou através de outro meio de transporte). Se (vii) a deslocação for efectuada *‘a sete pés’*, transmite-se a ideia de rapidez. Uma deslocação espacial *‘do pé para a mão’* implica um movimento pouco coordenado e/ou determinado. Assim, certos movimentos dos pés que, simbolicamente, servem para representar sintomas de certas (viii) emoções, acabam por lhes ser atribuídos. Por conseguinte, *‘bater o pé’* “ilustra” a teimosia, *‘meter os pés pelas mãos’* significa atrapalhar-se, *‘fazer finca-pé’*, mostrar-se obstinadamente persistente, etc.

A ideia de “base” e de “suporte” atrás referida mantém-se na descrição dos objectos intrinsecamente orientados no espaço. Assim, tanto copos e móveis como montanhas e construções arquitectónicas têm (ix) a parte de suporte que é referida como *‘pé(s)’* de X. Mas não são só os objectos físicos que dispõem de uma “base” ou de um “suporte”. Também o têm, por extensão metafórica, as interacções humanas, como no caso das expressões *‘em pé de igualdade’* ou *‘em pé de guerra’*. A noção de “base” mantém-se, também na muito frequente gramaticalizada locução prepositiva *‘ao pé de’* X, em que se indica uma localização, na proximidade que é fronteira da contiguidade.

A imagem da forma do pé pode ainda transparecer iconicamente nalgumas das (x) designações dos nomes das plantas (cujas folhas nos lembram remotamente a forma da pata de animais), das ferramentas ou das doenças pelos sintomas que lhes são atribuídos, ou ainda aparecer em certas manifestações culturais, como p. ex., *‘fazer um pé-de-meia’* no sentido de amearhar dinheiro.

A análise das diferentes conceptualizações instanciadas, esquematicamente acima, de (i) a (x) traduz a forte corporização (= “*embodiment*”) da nossa linguagem. Assim, conceptualizamos o mundo, partindo do nosso próprio corpo para, a partir daí, dar origem às extensões do sentido que abrangem, subseqüentemente, o espaço físico que o

nosso corpo ocupa, para, a seguir, passar para outro(s) espaço(s) – físico(s), primeiro, e mental(is), depois – contíguo(s), separado(s) mas próximo(s) e, depois, cada vez mais afastado(s) do núcleo prototípico.

5. Conclusões

Procurámos defender com base num estudo de polissemia que o significado não é objecto mental estável, tratando-se antes da construção de interpretações, e que para tal são precisos critérios linguisticamente bem definidos⁸.

Centrando a análise no estudo específico dos múltiplos sentidos da palavra ‘*pé*’, apresentaram-se alguns percursos metodológicos de interpretação do sentido, com base nos *corpora* linguísticos representativos, extensos e de fácil acesso para o público comum, que nos permitem estudar a verdadeira “linguagem-no-uso”. O levantamento das ocorrências das expressões com ‘*pé*’ mostram a sua extensão, a grande flexibilidade verificada na área, a sua variabilidade e a complexidade dos interrelacionamentos e das interdependências ocorridas nas conceptualizações e nas interpretações propostas. Estas permitem verificar a pertinência da análise da conceptualização por contiguidade, no caso da metonímia e, por similaridade, no caso da metáfora. Permitem constatar que, independentemente de existirem, basicamente, dois processos principais muito produtivos de conceptualização, que partem do mesmo sentido básico da designação de uma parte do corpo, na nossa língua do dia-a-dia, ocorrem também muitos significados frequentes que são fruto de sucessivos processos de conceptualização mais complexos, efectuados por várias metáfora(s) e/ou metonímia(s). Nas propostas de análise apresentadas em quadros procurou dar-se conta dos processos de “mapeamento” ocorridos, que sustentam as interpretações possíveis na construção do significado.

⁸ “E a resposta ao crucial *problema da interpretação* (isto é, a questão dos critérios de interpretação, por forma a evitar a arbitrariedade) consistirá em fundamentar *empiricamente* as interpretações das expressões linguísticas nas experiências individual, colectiva e histórica nelas fixadas, no comportamento dos falantes que as usam e na fisiologia do aparato conceptual humano. Tais critérios implicam, naturalmente, a observação do uso real das expressões linguísticas e daí a importância dos métodos quantitativos baseados no *corpus*” (Silva, 2003:110).

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Ana Margarida (1999), “O Regresso às Emoções: a Expressão da Raiva em Português”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, III (1999), 101-138.
- ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de e GONÇALVES, Carlos Alexandre (2005), “Polissemia e construções gramaticais: o caso da formas X-eiro do Português do Brasil”, Actas do XX Encontro da APL (no prelo).
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2000 [1996]), *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Dissertação de Doutoramento de 1996, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz (2004), *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, CD-ROM, Lisboa: Universidade Aberta.
- SILVA, Augusto Soares da (1999 [1997]), *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia Lisboa, [Dissertação de Doutoramento, Universidade Católica de Braga, Faculdade de Filosofia, Braga, 1997].
- SILVA, Augusto Soares da (2001), “O que é que a Polissemia nos mostra acerca do Significado e da Cognição?”, in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 147-176.
- SILVA, Augusto Soares da (2003), “O sentido múltiplo: polissemia, semântica e cognição” in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educ, 2003, 91-116.
- SILVA, Augusto Soares da (org.) (2001), *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa.
- SILVA, Augusto Soares da; TORRES, Amadeu e GONÇALVES, Miguel (org.) (2004), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina.
- VILELA, Mário (1999), “O Seguro Morreu de Velho: Contributo para uma Abordagem Cognitiva”, in: M. Vilela & F. Silva (org.) 289-314.
- VILELA, Mário (2001), “Limites e ‘Performances’ da Semântica Cognitiva”, in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 193-214.
- VILELA, Mário (2002), *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina.
- VILELA, Mário (2003), “Ter metáforas à flor da pele (ou outra forma de “ter nervos””, in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educ, 2003, 181-200.
- VILELA, Mário e FÁTIMA Silva (2004), “The position of the adjective in Portuguese centre and periphery of the adjective class”, in Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e M. Gonçalves (org.) Vol. I, 661-690.

VILELA, Mário e SILVA, Fátima (org.) (1999), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998.

<http://afundacao.no.sapo.pt/proverbios-POPulares.htm>

<http://biblia.tiosam.com/Biblia/biblia.provérbios>

http://www.clul.ul.pt/sectores/projecto_rdl_pesquisa.html

<http://www.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/INTRODUCAO.html>

http://geocites.yahoo.com.br/pascoal_br/provérbios.html

<http://kocher.pro.br/port.html>

<http://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>

<http://www.lusowine.com/content.html>

<http://pintopc.home.cern.ch/pintopc/www/cois&lois/proverbios.html>

<http://proverbios.aborla.net/pd.php>

Iago Bragado Trigo

Universidade de Vigo (Galiza); iago_ou@botmail.com

Marcadores explícitos de tópico em Galego e Português: equivalências e divergências

1. Objectivos e fontes utilizadas

Com este trabalho visamos a descrição e classificação dos marcadores explícitos de tópico mais frequentemente utilizados em Galego e em Português europeu, bem como salientar as equivalências e divergências existentes entre um e outro. Para tudo isto, partiremos da análise de um conjunto de obras literárias escolhidas, não pela sua pretensa qualidade estética, mas em função da sua complexidade do ponto de vista pragmático. Valorizámos, portanto, a sua riqueza relativamente aos tipos de discurso nelas presentes (com especial atenção para o discurso dialógico), a sua variabilidade em termos de coerência intra-textual e a abundância de referentes extra-textuais. Também foi considerado o seu grau de representação de uma linguagem que podemos denominar como de geral, isto é, não-específica e mais ou menos espontânea. Acreditamos que a literatura possui uma função sancionadora em relação a determinados usos linguísticos. A representação escrita de determinados fenómenos associados fundamentalmente ao nível oral de uma dada língua demonstra com frequência que se trata de fenómenos assentes e perfeitamente integrados na sua gramática.

As obras utilizadas foram as seguintes¹:

Para Galego:

Blanco Amor, E., 2001, *A esmorga*, A Coruña, La Voz de Galicia / Galaxia [AES];

Borrazás, X., 1994, *Criminal*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco [CRI];

Cid Cabido, X., 1999, *Grupo abeliano*, Vigo, Xerais [GRA];

Cortezón Álvarez, D., 1956, *As Covas do Rei Cintolo*, Vigo, Galaxia [CRC];

Labarta Pose, E., 1960, *Cuentos humorísticos*, Santiago de Compostela, Porto y Cía. – Editores [CHU];

Navaza, G., 1996, *Erros e Tánatos*, Vigo, Xerais [EET].

¹ Indicamos entre parênteses a abreviatura utilizada para nos referirmos a cada obra ao longo deste artigo.

Para Português:

- Correia, C. Pinto, 2000, *Adeus, princesa*, Lisboa, Relógio d'Água [ADP];
 Madeira, P., 2001, *2001, Instantâneos de Sapo*, Lisboa, Oficina do Livro [IDS];
 Melo, G. de, 1999, '*O homem que odiava a chuva' e outras estórias perversas*, Lisboa, Notícias [HQO];
 Namora, F., 1990, *O homem disfarçado*, Mem Martins, Europa-América [OHD];
 Nicolau, H., 1990, *Todos e nenhum*, Lisboa, Caminho [TEN];
 Sena, J. de, 1999, *O físico prodigioso*, Porto, Asa [OFFP];
 Zambujal, M., 1994, *Crónica dos bons malandros*, Lisboa, Quetzal [CBM].

2. Brevíssima definição de tópico

O conceito de *tópico*, tal como nós o compreendemos, não pode ser abordado à margem da estrutura pragmática designada por *estrutura temática*, da qual é uma das funções principais. A estrutura temática constitui, *grosso modo*, a forma como o *assunto (tópico)* de que se fala num dado enunciado é seleccionado e apresentado (Mateus *et al.*, 2003: 118). O *tópico* e o *comentário* são as funções temáticas principais. A sua designação baseia-se na situação relativa dos elementos no enunciado e não na relação estabelecida com o contexto precedente ou extralinguístico do qual devem ser abstraídas. Não nos estamos a referir à concepção do *tópico* como assunto de fundo de que trata um texto ou discurso, oral ou escrito, independentemente da sua extensão, conquanto seja reconhecível uma notável coincidência entre a nossa concepção e esta última (vid. v. gr. Dik, 1997: 314).

Aderimos igualmente à oposição estabelecida por Halliday, 1967: 174, entre *thematization* e *information*: o *tópico* não pode ser identificado com a *informação conhecida* ou *dada*. Trata-se de funções independentes embora em muitos casos sejam ambas representadas a nível do significante por uma única expressão.

Podem-se assinalar como elementos chave para a caracterização do conceito de *tópico* a *predicação* e a ordem sequencial dos elementos do enunciado. A *predicação* é referida de forma quase unânime na maior parte das aproximações teóricas realizadas até hoje. Uma possível explicação para isto assenta na tradicional assimilação de *tópico* e *sujeito*, por um lado, e de *comentário* e *predicado*, por outro, o qual decorre do facto de a maior parte das actualizações linguísticas serem orações declarativas activas, cujas estruturas temática e sintáctica, por razões cognitivas e semânticas bastante óbvias, se sobrepõem. O próprio termo sintáctico *predicado* remete para o conceito semântico-pragmático de *predicação*, de forma que a associação fica irremediavelmente estabelecida. Erteschik-Shir, 1997: 15, por exemplo, define a predicação como a relação entre o *tópico* de uma frase e o seu *predicate*.

O *tópico* equivale ao que muitas vezes se tem designado *sujeito psicológico*, desde que os gramáticos do século XIX introduziram esse termo. Ele opunha-se, com maior ou menor acerto, ao *sujeito gramatical*, o propriamente sintáctico (com marca de caso nominativo, por exemplo) e ao *sujeito lógico* (identificado com a função semântica *agente* ou com a *informação dada* da estrutura informativa), os quais nem sempre coincidem. Ao definir-se o *tópico* como *what the sentence is about* (Dahl, 1974: 77), ou seja, *aquilo de que se predica alguma coisa*, está-se a retomar essa mesma ideia.

A ordem sequencial dos elementos do enunciado constitui outro aspecto fulcral que, todavia, é com muita frequência posto de parte. Apenas quando se fala explicita-

mente em *predicação* – e isto pode ser facilmente contestado – é que pode ser subentendida uma suposta alusão às relações sequenciais, já que, por motivos de carácter lógico-cognitivos, mais uma vez, ela implica, à partida, uma determinada ordem: toda a *predicação* se efectua em relação a *algo*; por isto, o elemento *what the sentence is about*, o *tópico*, deve ser referenciado antes da própria *predicação*.

As noções de *theme* e *tail* (vid. Dik, 1997: 310-311) também ajudam a configurar a definição de *tópico*. Nós, aqui, propomos a utilização dos termos *tópico pendente* e *tópico aclaratório*. Do nosso ponto de vista, ambos constituem subtipos de *tópico*, apesar de a presença deste último num enunciado não excluir a possibilidade de aparição de qualquer uma das outras duas funções. Quando falamos em *tópico*, sem adjetivos, estamos a referir-nos ao *tópico* intra-clausal. O *tópico pendente* e o *tópico aclaratório* designam, conseqüentemente, funções pragmáticas extra-clausais, sendo o primeiro anterior ao núcleo da *predicação* e o segundo, posterior (vid. Dik, *ibid.*). Entre eles e a cláusula verifica-se em regra uma pausa. Tome-se o seguinte exemplo tirado do *Adeus, princesa*, p. 165:

- Vamos à barragem, mana? Aqui o Joaquim não se acredita que hão-de vir uns poucos de mirones atrás da gente.
Ela sorria, numa pose distante.
- Ai **isso vêm, de certeza**. Mas vamos, que está uma lua tão linda que deve ser pecado dormir hoje.

Na seqüência *isso vêm, de certeza* registam-se os constituintes que se seguem: um demonstrativo neutro, *isso*, sem relação sintáctica com os demais elementos, que introduz o contexto no qual se inscreve a cláusula *vêm, de certeza* e que se poderia desenvolver por meio da expressão *no que diz respeito a isso* [*isso = o facto de irem mirones à barragem*]; uma cláusula declarativa afirmativa, *vêm, de certeza*, em que se predica de um sujeito em terceira pessoa do plural, elidido neste caso, mas presente por meio da morfologia verbal, o facto de *vir, de certeza*.

Nestas condições, o constituinte *isso* é um *tópico pendente* ou *theme*, uma vez que, por palavras de Dik, 1980: 16, ele “*specifies the universe of discourse with respect to which the subsequent predication is presented as relevant*”. Além disto, também se verifica no exemplo em causa o facto de o termo *isso* aparecer numa forma *absolute*, ou seja, uma forma para a qual não se especifica qualquer função semântica ou sintáctica (Dik, *ibid.*). Não se devem confundir os *tópicos pendentes* com os designados por *left-dislocated elements*, os quais, embora ocupando também a posição pré-causal, apresentam algum tipo de ligação, i. e., conectividade referencial, com outro constituinte intra-clausal (vid. Mateus *et al.*, 2003: 492-493).

3. Definição de marcador

Um contexto ambíguo, uma mudança de *tópico* mais ou menos inesperada ou brusca, a vontade ou necessidade de clarificar as funções temáticas ou outras eventualidades surgidas durante o discurso podem levar o emissor a usar de um *marcador de tópico*. Os marcadores de *tópico* são, portanto, marcas explícitas de função temática a nível da forma (uma determinada estrutura sintáctica, uma dada expressão, uma simples partícula, etc.). No seguinte excerto tirado do romance *2001, Instantâneos de Sapo*, p. 35,

pode-se verificar essa necessidade conjuntural de marcação a fim de evitar possíveis ambiguidades:

Pego na mão da Marta e noto uma grande frieza, tanto da mão como da parte dela. **Quanto à mão**, já se sabe que é do frio. Agora, **quanto ao resto**... devo ter dito alguma que ela não gostou. Sei que tenho sido um bocado parvo com ela.

É claro que o conceito de *marcador de tópico* está directamente relacionado com o de *tópico marcado*, mas são de facto conceitos diferentes e não devem ser confundidos. Alguns autores, de forma muito dúbia (vid. v. gr. Koch, I. V., 1996: 345-347), têm utilizado os marcadores de tópico para a caracterização e classificação dos tópicos marcados. Contudo, o *tópico marcado* não se define pela presença ou ausência de *marcador de tópico*, mas por oposição ao *tópico não-marcado*. Nas orações declarativas, quer das línguas românicas em geral quer de línguas como o Inglês (cfr. Halliday, M. A. K., 1967b: 213), dado que a situação mais frequente é aquela em que o sujeito aparece na primeira posição, ou melhor, aquela em que a função *tópico* é realizada pelo elemento sujeito, este caso constitui o *não-marcado*. Quando não acontece assim, o tópico é *marcado*. De modo geral, o *tópico marcado* caracteriza-se por uma maior tendência para configurar uma unidade informativa independente, isto é, amiúde há uma pausa entre o *tópico marcado* e os restantes elementos do enunciado.

Brito, A. M. & Duarte, I. S., 1982: 237-238, discriminam dois grupos básicos de *tópico marcado*, ou, nas palavras das autoras, *escolbas marcadas de tópico*: tópicos representados por elementos internos à proposição (vid. v. gr. *Esse filme, o João viu mesmo*) e tópicos representados por elementos externos à proposição (vid. v. gr. *Relativamente às eleições dos Corpos Gerentes [...], comunico que...*). A maior parte dos casos com *marcador de tópico* correspondem-se com o segundo grupo, o qual está a representar o acima denominado *tópico pendente*. As restantes *construções de tópicos marcados* (Mateus *et al*, 2003, 493-502) ficam por conseguinte fora do nosso âmbito de interesse.

4. Descrição dos marcadores de tópico em Galego e Português

Começaremos por comentar os marcadores de tópico localizados nas obras seleccionadas para o Galego. Em nenhum caso foi mudada a ortografia do texto original nem foram corrigidos possíveis castelhanismos quer morfológicos quer sintácticos. Podemos dividi-los em quatro grupos principais: marcadores protótipo, marcadores de sujeito psicológico, marcadores propositivos e outros casos.

Denominamos marcadores protótipo aquelas expressões gramaticalizadas cuja função básica no discurso é a organização e explicitação dos diferentes tópicos. Os exemplos mais claros são os seguintes:

- **En canto a** comer, n-a sua casa comíase ben. (CHU, 94);
- Y-**en canto a** bo, non despreceando, era o mesmo que o pantrigo; somente que tiña un xenio como un condanado. (CHU, 113);
- I **en canto ás** miñas aboenzas, fremosa doncela, ou dona, eiquí teño coarenta e tres pergameos que amostran miña proxenie polas ponlas direutas dos máis nobres sangues da Armórica. (CRC, 46);
- Pode falar sin medo, tío Sanfona, que **en custeón de** reserva, son mais calada que a morte. (CHU, 107);

- **Respecto do** roubo da herdanza tampouco estaban as cousas moi claras. (EET, 122);
- **Volvendo co da** caza. Para empezar, as especies protexidas xa deberon desaparecer case que todas e do resto, pois non se me ocorre que poderíamos cazar. (GRA, 71);
- Pro **no tocante a** iles, non había que darlles moito creto. (AES, 23).

Repare-se que estas expressões introdutoras de *tópico* não apresentam nenhum tipo de restrição a nível da categoria gramatical que podem acompanhar: podem ser substantivos, adjectivos, verbos e até pronomes. De facto, o segundo tipo de construções a que nos referimos acima, os marcadores de sujeito psicológico, servem-se das formas pronominais correspondentes. Os exemplos por nós documentados referem-se unicamente à 1ª pessoa do singular:

- Que pouca xentiña de Carballo vén a Baldaio, e marchan coas táboas e todo o choio a Lugo e tal. E **para min que** as mellores ondas son estas, de Baldaio a Fisterra. (CRI, 83);
- **Por min que** vos esfofen ós dous. Sodes tal pra cal... ¡Voume pra o meu traballo! (AES, 26);
- **Eu por min** subiría... ¿Total que estamos a facer eiquí? (AES, 40).

Nestas estruturas observam-se dois aspectos de explicação complexa. Por um lado, parece habitual o emprego da partícula *que* logo após o marcador de tópico propriamente dito. A função desta é introduzir a predicação em relação à qual se marca o tópico. Por outro lado, no terceiro dos exemplos assinalados (*Eu por mim*) coloca-se o problema da explicitação do sujeito gramatical numa posição elevada em relação ao marcador de tópico. Aventamos duas explicações para isto. Em primeiro lugar, poder-se-ia considerar a sequência *Eu por mim* como *tópico composto* resultante da vontade de marcação explícita de um sujeito, tópico por definição não-marcado. Em segundo lugar, dado que a forma verbal consequente poderia estar conjugada em qualquer outra pessoa (cfr. *sube, subamos...*), também seria possível concluir que a expressão *Eu por mim* representa uma variante da expressão, mais simples, *Por mim*.

Alguns casos situam-se entre os marcadores protótipo e os marcadores de sujeito psicológico:

- Ou ímonos todos ou subimos todos, e que veña o que veña, que **pola miña parte** non quero que a ninguén lle quede o direito de chamarme logo cagán... (AES, 101);
- E **polo que a min toca**, que tanto teño andado con iles, nunca me poiden deprocatar de si bebía pra que o outro se aporveitase ou si o Milhomes o facía beber pra aporveitarse. (AES, 118);
- **Polo tocantes a min**, xa sabedes que non é por medo. Pro dígovos francamente que non creio neses contos de vellas e de tolos... (AES, 40).

Estas estruturas podem ser também utilizadas como estratégia para a actualização de um *tópico aclaratório*:

- Porque a verdade é que cada cousa que facíamos non era das que se fan decote nas esmorgas [...]. Nós íamolas facendo de tal xeito coma si as fixeramos sen darnos conta, **ó menos polo tocantes a min**. (AES, 92)

Um outro tipo de marcador de tópico muito recorrente é o *marcador propositivo*. Optamos por esta designação por se tratar de um caso em que, por meio da expressão do infinitivo, se marca como tópico o próprio significado da raiz verbal, núcleo da proposição. Desta forma, a acção, processo, estado, etc. referenciados pelo verbo converte-se no tópico da sequência. O número de exemplos registados deste género, em comparação com os restantes tipos de marcador, é elevado. Transcrevemos só alguns deles:

- Non descarto que algún de nós lese algún xornal, o que non podería precisar é se estabamos a quince ou a dezaseis, se estabamos a martes ou a mércores. **Estar estabamos** alí, dispostos a seguir vivindo, mesmo por unha cuestión de disciplina e non pouco voluntarismo. (GRA, 55-56);
- Pois entón non vexo eu como imos facer. **Pagar algo** sempre **haberá que ir pagando**, aínda que melloremos a técnica do releo. (GRA, 56);
- Non me doe nada. E **doer doeu**, é certo; pero agora é nada o que eu sinto. (CRI,9);
- Coido que non, agora que **xurar non o podería xurar**. ¡Quen sabe o que pasa nos adentros de cada un! (AES, 96);
- ¿Quen ha saber o que lle anda polos miolos? E para sermos francos, **el falar fala**; pero só cando lle presta ou ten algunha comenencia. (CRI, 23).

Repare-se que se trata de um infinitivo impessoal, carente portanto de morfemas de número e pessoa. Todavia, pode completar as suas valências com algum complemento, como em *Pagar algo*. No caso de *el falar*, claramente um tópico composto, parece evidente o pronome *el* ser sujeito de *fala* e não do infinitivo *falar*. De facto, a sequência *el falar fala* não equivale a *quanto ao facto de ele falar; ele fala*, mas a *quanto ao facto de falar; ele fala*. Também é importante salientar a ideia de que o significado expressável no tópico é apenas o do núcleo do predicado verbal, não sendo relevante o tipo de estrutura sintáctica de que ele faz parte: uma perífrase, um predicado simples ou um predicado composto.

Finalmente, dois outros recursos registados no nosso *corpus* em Galego para a marcação do tópico são a utilização da conjunção copulativa *e* e a repetição abrupta. Quanto à utilização da conjunção copulativa *e*, trata-se de uma fórmula associada ao registo oral – aparece em textos muito próximos da oralidade – que consiste no uso dessa conjunção não só para a concatenação dos diferentes enunciados, mas também para a concatenação e introdução de novos tópicos. Um exemplo bastante claro seria o seguinte: *E o teu amigo pintor; onde dixeches que vivía* (GRA, 73).

A repetição abrupta é um mecanismo de progressão temática (vid. Mateus *et. al*, 2003: 119-121) que consiste em seleccionar como tópico um elemento do comentário da frase anterior mas sem integrá-lo sintacticamente no enunciado ou fazendo-o através de uma *construção de tópico marcado*. Vejamos o seguinte exemplo, tirado do livro *Cuentos humorísticos*, p. 118:

- ¿Fala connigo, meu santo? – perguntou o señor Mingucho adiantándose o pé do altar.
- Sí, home, sí, bendito de Deus, ven acá.
- Señor, **teño vergonza**.
- ¡**Vergonza!** ¿Eres Alcalde e inda non-a perdiche?

A respeito do Português, os marcadores de tópico registados por nós podem ser divididos nos seguintes grandes grupos, sendo apenas o último novo em relação ao já

assinalado para o Galego: marcadores protótipo, marcadores de sujeito psicológico, marcadores propositivos e marcadores demonstrativos. Os marcadores protótipo apresentam uma variedade talvez maior. Os mais característicos, segundo os nossos dados, são *quanto a*, *a propósito de* e *eis*, seguido ou não da partícula *que*:

- **Quanto às** viagens fabulosas, isso é para os patrões, não diz respeito aos assalariados. (ADP, 23);
- **Quanto ao** principal, o propriamente dito coelho, fui reclamá-lo junto do Júlio [...], conforme prometido. (TEN, 166);
- Olha, e **a propósito de** ver, aprecia-me bem aquele exemplar da espécie humana, género feminino, que ali vai. (TEN, 8);
- O incêndio, os berros, a fumarada, haviam sido a armadilha. **Ei-lo** dentro dela, um réprobo, sem poder escapar-se. (OHD, 15);
- Ainda Camilo não gastara o primeiro fôlego no saxofone, **ei-lo que** avança pela sala nua, tudo suspenso no seu passo ágil. (CBM, 72).

Podemos também incluir no grupo dos marcadores protótipo a estrutura *prep. em + tópico* utilizada nos seguintes contextos:

- E mesmo **nos rapazes**, a maioria deixou de ir. Sobretudo os mais pequenitos, que os maiorzinhos, esses, os pais lá acharam que se saberiam defender. (HQO, 100)
- Ai, Sotôr, digo-lhe uma coisa, este ainda é daqueles pequenos prazeres que se têm na vida... Sabe, não nos pede nada em troca. Agora, as pessoas, está a ver? **Na senhora**, essas pedem tudo. Damos a mão e elas querem o braço... (IDS, 129)

No que diz respeito aos marcadores de sujeito psicológico, verifica-se igualmente a preferência pela 1ª pessoa do singular e o emprego das preposições *para* e *por* (v. gr. *Para mim, fatais só os filmes* (IDS, 10); *Por mim, ia pelos couratos. É coisa em que não toco há séculos* (TEN, 16)). No entanto, registámos algum exemplo na 3ª pessoa gramatical cujo equivalente em Galego também seria possível: *Para o frade, a doença era antiga, datava da morte de Dom Gundisalvo. Para a donzela, não: era recente* (OFP, 28).

Os marcadores propositivos apresentam algumas variantes para além do esquema principal *infinitivo impessoal + proposição* apresentado como único para o Galego. Em primeiro lugar, é frequente o emprego de um demonstrativo apositivo com valor contrastivo a seguir ao infinitivo impessoal (*Entender; entendê-lo-ei. Perdoar; isso, quem sou eu para o fazer?* (HQO, 106)). Em segundo lugar, é frequente também o emprego da partícula *lá* anteposta ao infinitivo (*Lá achar; acho, mas o pior...* (TEN, 106-107)). Finalmente, é possível elevar à função temática não apenas os semas verbais, mas toda a proposição, cabendo ao comentário a confirmação da proposição apresentada. Isto consegue-se através da utilização de uma oração completiva introduzida pela partícula *que*, em lugar do infinitivo. Este mecanismo é usado normalmente em contextos adversativos, sendo também possível aqui o emprego da partícula *lá* anteriormente mencionada. Vejamos alguns exemplos:

- Tanto não digo [...]. **Mas que havia** muita gente a querer-lhe mal, **havia**. (TEN, 137);
- Está a dar aquela música cujo refrão diz love is in the air. Amor, não sei, **mas que há** muita coisa no ar, **há!** (IDS, 36);
- **Mas lá que foi** bem arranjado, **foi!** Foi, ou não foi?! (TEN, 68-69).

Relacionada com estes casos está a estrutura *prep. a + infinitivo*, utilizada quando o emissor deseja apresentar o tópico como sendo uma hipótese, como por exemplo em: *Aqui, conta-se que aparecia uma santa. O meu pai, que era um ateu dos quatro costados, dizia que, a aparecer, só se fosse a Julinha* (TEN, 36).

O último grupo de marcadores de tópico do Português está formado pelos marcadores demonstrativos. Assim como o marcador propositivo, quando realizado por um infinitivo, carece de morfemas de número e pessoa, no caso dos marcadores demonstrativos, de modo similar, as únicas formas utilizadas são *isto*, *isso* e *aquilo*, denominadas invariáveis, isto é, carentes de género e número, por alguns gramáticos (vid. Cunha & Cintra, 1995: 328). Analisemos brevemente alguns exemplos:

- Eu ainda lhe disse uma ou duas vezes tu tem tento, moça, tu vê lá no que te metes, mas **isso** meu amigo, quem é que quer ouvir conselhos nestas circunstâncias, e mais vinha chegando a Primavera? (ADP, 80);
- Oiçam lá, **aquilo** não se pode ir lá dentro? (ADP, 104);
- A cavalheira quer mudar de roupa. **Isto** quem se mete com mulheres, meu amigo. (ADP, 137).

O carácter pronominal, anafórico e deíctico dos demonstrativos invariáveis converte-os em elementos muito adequados para o desempenho da função temática quer marcada quer não-marcada. No nosso *corpus* literário de exemplos verificámos um uso maior do demonstrativo *isso* em comparação com os outros, o qual vem ao encontro da afirmação lançada por Brauer-Figueiredo, 1996: 342, de que *isso* é o demonstrativo mais habitual no Português falado, sendo elevada a frequência de utilização dos demonstrativos invariáveis em geral. Nós aqui, contudo, quisemos transcrever um exemplo com cada um deles.

Para concluirmos este ponto diremos que, exceptuando o caso dos marcadores demonstrativos, as restantes estratégias de marcação explícita de *tópico* existem em ambos os sistemas linguísticos aqui contrastados. O uso da conjunção copulativa *e* e a repetição abrupta, mecanismos apenas registados por nós para o Galego, não parecem, à partida, estranhos ou improváveis, em termos gramaticais ou pragmáticos, para o Português.

5. Conclusão

Para concluir pode-se assinalar que, conforme foi verificado ao longo destas páginas, os marcadores de tópico em Galego e Português não apresentam grandes diferenças de um modo geral. Apenas o facto de não registarmos o uso dos marcadores demonstrativos em Galego constitui uma divergência importante. Varia é a forma como são aplicados cada um dos tipos assinalados em termos de selecção da estrutura sintáctica preferente para cada caso, o qual tem evidente relação com a importância do contexto não apenas linguístico, mas também social, no modo como se manifestam determinadas funções pragmáticas. A complexidade e particularidade inerentes à realidade sócio-linguística galega não nos permite avançar qualquer hipótese a respeito neste pequeno espaço sem antes aprofundar o fenómeno convenientemente. Será portanto em trabalhos futuros e através do emprego das ferramentas adequadas que tentaremos evoluir nessa direcção.

BIBLIOGRAFIA

- BRAUER-FIGUEIREDO, M. F. V. (1996), “O Português falado. Descrição sistemática dos seus aspectos”, in Nascimento, M. F. Bacelar *et al* (orgs.), 1996, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 1995)*, vol. I, Lisboa, Colibri, 323-347.
- BRITO, A. M. e DUARTE, I. S. (1982), “Condições sobre posposição do sujeito em Português”, in *Boletim de Filologia*, tomo XXVII, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 191-254.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. F. Lindley (1995), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa.
- DAHL, O. (1974), “Topic-Comment structure in a generative grammar with a semantic base”, in Daneš, F. (ed.), 1974, *Papers on Functional Sentence Perspective*, Prague, Academia, Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 75-80.
- DIK, S. C. (1980), *Studies in functional grammar*, New York & London, Academic Press.
- DIK, S. C. (1997), *The Theory of Functional Grammar; Part 1: The Structure of the Clause*, Berlin & New York, Mouton de Gruyter
- ERTESCHIK-SHIR, N. (1997), *The dynamics of focus structure*, Cambridge, University Press.
- HALLIDAY, M. A. K. (1967a), “Theme and information in the English clause”, in Kress, G. (ed.), 1976, *Halliday: System and Function in Language*, Oxford University Press, 174-188.
- HALLIDAY, M. A. K. (1967b), “Notes on transitivity and theme in English”, in *Journal of Linguistics*, 3, London, Cambridge University Press, 199-244.
- KOCH, I. V. (1996), “O papel da organização textual na construção do sentido”, in Duarte, I. S. & Leiria, I. (orgs.), *Actas do Congresso Internacional sobre o Português (1994)*, vol. III, Lisboa, A.P.L. e Edições Colibri.
- MATEUS, M. H. M. *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.

Ingedore G. Villaça Koch

Universidade Estadual de Campinas - Brasil; ingedokoch@yahoo.com.br

Léxico e progressão referencial

Introdução

Neste artigo, em que homenageio o colega e amigo Mário Vilela, um dos maiores estudiosos do léxico em nossa língua, objetivo discutir a importância da seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão textual, tendo em vista a construção do sentido.

Insiro-me no quadro teórico e epistemológico que parte do pressuposto de que a referenciação constitui uma atividade discursiva, pressuposto esse que implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem. Tal é o ponto de vista defendido por L. Mondada, em diversos trabalhos, conforme se pode ver no excerto abaixo:

La question de la **référentiation** [...] ne privilegie pas la relation entre mots et choses, mais la relation intersubjective et sociale au sein de laquelle des versions du monde sont publiquement élaborées, évaluées en termes d'adéquation aux finalités pratiques et aux actions en cours des énonciateurs (Mondada et Dubois, 1995). De cette façon, ce sont les procédés mis en oeuvre par les participants à l'interaction pour assurer des opérations de référentiation qui deviennent l'objet de la description de l'analyse.

Au sein de ces opérations de referentiation, les interlocuteurs élaborent des **objets de discours**, i. e. des entités qui ne sont pas conçues comme des expressions référentielles en relation spéculaire avec des objets du monde ou avec leur représentation cognitive, mais des entités qui sont interactivement et discursivement produites par les participants au fil de leur énonciation. Les objets du discours sont donc des entités constituées dans et par les formulations discursives des participants: c'est dans et par le discours que sont posés, delimités, développés et transformés. Des objets de discours qui ne lui préexistent pas et qui n'ont pas une structure fixe, mais qui au contraire émergent et s'élaborent progressivement dans la dynamique discursive. Autrement dit, l'objet de discours ne renvoie pas à la verbalisation d'un objet autonome et externe aux pratiques langagières: il n'est pas un référent qui aurait été codé linguistiquement (Mondada, 2001, pp.90).

Adoto, pois, a posição de que os objetos de discurso são dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos, são constantemente modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, construindo-se ou reconstruindo-se, por esta via, os sentidos, no curso da progressão textual (Koch & Marcuschi, 1998; Marcuschi & Koch, 2003; Koch, 1999, 2003). Os exemplos usados são extraídos de um corpus que reúne matérias da mídia impressa e excertos de língua falada constantes de inquiridos do Projeto

NURC/SP, além de alguns outros construídos, mas perfeitamente passíveis de serem encontrados em situações reais.

As formas nominais referenciais anafóricas

São formas nominais referenciais anafóricas os grupos nominais com função de remissão a elementos presentes no co-texto ou detectáveis a partir de outros elementos nele presentes. Isto significa que a anáfora pode dar-se com ou sem a retomada de referentes anteriormente expressos. No primeiro caso, pode haver simplesmente correferência entre a expressão anafórica e seu antecedente textual, ou ocorrer a recategorização deste (cf. Cavalcante, 2003). Em se tratando de anáfora sem retomada de referentes textuais, o referente da expressão nominal terá de ser construído com base em um elemento ou conjunto de elementos presentes no co-texto, a que se tem denominado *âncora* ou *gatilho do antecedente*. Para tanto, faz-se necessária a mobilização do contexto sociocognitivo e/ou de aspectos do próprio entorno interacional.

1. Anáforas com retomada de antecedentes textuais

No caso das anáforas com retomada de antecedentes textuais feitas por meio de formas nominais, o núcleo destas pode consistir na repetição (total ou parcial) do antecedente, ou, então, a retomada pode efetuar-se por meio de sinônimos ou quase-sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e descrições nominais. Nos dois primeiros casos, tem-se correferência sem recategorização, ao passo que, nos três últimos, ocorre uma recategorização do antecedente textual.

1.1. Anáforas correferenciais sem recategorização

1.1.1. Por repetição total ou parcial

Nesse caso, o núcleo da forma nominal repete, na íntegra ou parcialmente, o núcleo do antecedente que está sendo retomado, como ocorre em (1), onde temos repetições anafóricas totais e parciais:

(1) Doc. agora... êh::não não se fazia farinha?

Inf. o **fubá?**... ele é feito numa::... num **moinho de fubá**... o **moinho** tem uma pedra aliás aí acho que é:: igual pra... pra tudo né?... o **moinho** tem uma **pedra** que é a:: **mó**... e a **pedra** vai virando e... e vai moendo os grãos de milho... até transformar em **fubá**

Doc. e e... e é movida a quê?... essa **mó?**

Inf. a **mó** é:: era ... olha na na fazenda de Campinas sempre foi movida a eletricidade... (NURC/SP DID 18: 354-364)

Na retomada parcial, a escolha da parte do antecedente a ser retomada é significativa para a construção do sentido. Veja-se, por exemplo, a diferença entre (2) e (2'):

(2) Durante a conferência, o Professor Doutor José Mendonça pediu a palavra. **O professor** insinuou que o conferencista estava cometendo um sério engano.

(2') Durante a conferência, o Professor Doutor José Mendonça pediu a palavra.

Mendoncinha insinuou que o conferencista estava cometendo um sério engano.

1.1.2. Por sinonímia ou parassinonímia

A retomada de um antecedente pode efetuar-se por meio de expressões sinônimas ou ‘quase-sinônimas’ (parassinonímia). A seleção lexical de um sinônimo adequado para operar a remissão é, em grande parte, determinada pelo gênero textual e/ou pela variedade de língua utilizada, podendo ainda constituir uma opção estilística do produtor. Lembrando um exemplo bastante difundido: em se tratando de um instrumento jurídico, seria difícil encontrar, em lugar do termo *domicílio*, uma palavra como *lar*, *casa*, *moradia*, que, no entanto, constituiriam ocorrências normais tanto em gêneros coloquiais, como em muitos outros, em que *domicílio* pareceria inadequado; no caso de um contrato de compra e venda, por sua vez, o termo privilegiado é o hiperônimo *imóvel*. Em um contrato de locação, a designação da parte que vai habitar o imóvel é o *locatário* e não *inquilino* ou *morador*; termos estes que seriam comuns numa ata de reunião de condomínio, por exemplo. Termos como *casa*, *residência*, *moradia*, *mansão*, *palacete*, *tapera*, *mansarda*, *barraco* etc., embora todos designem ‘lugar onde se mora’, não entram nos mesmos contextos e produzem efeitos de sentido diversos; retomar, no texto, o agente de uma ação delituosa por palavras como *suspeito*, *criminoso*, *acusado*, *réu*, *elemento*, *facínora*, *meliante*, *marginal*, *crápula*, *tarado*, etc. tem suas implicações não só na identificação do próprio gênero, como também na construção mesma do sentido do texto em que se inserem, como também é o caso de outras séries como *morte*, *ôbito*, *falecimento*, *passamento*, *desencarne* etc. Portanto, a seleção de um sinônimo está ligada a questões de gênero e de contexto. Note-se que, no gênero divulgação científica, é comum encontrar-se um termo técnico retomado anafóricamente por uma palavra ou expressão sinônima de senso comum, que vai funcionar como anáfora definitória, como se pode ver em (3):

(3) **Os bugios** não precisam de muito espaço e se alimentam de quase tudo que existe na mata: folhas, brotos de árvores, frutinhas. O inverno, porém, é a estação de fartura para estes **símios** e outros animais da floresta, pela abundância de pinhões.

Os bugios, aliás, parecem a todo instante, comprovar as teorias de Charles Darwin. Nada mais parecido com um lutador de luta livre do que um desses **macacos** batendo no peito e roncando para amedrontar o adversário. (Zero Hora, 17/05/1992, p. 4)

É comum que um anafórico apreenda o referente sob uma denominação que constitui um sinônimo mais ou menos aproximado da designação presente no co-texto (parassinonímia), podendo trazer, inclusive, informações inéditas a respeito dele, justamente por designá-lo por outro nome, nem sempre previsível pelo destinatário. Veja-se o exemplo abaixo:

(4) A **polêmica** parecia não ter fim. Pelo jeito, **aquele bate-boca** entraria pela noite a dentro, sem perspectivas de solução.

Muitas vezes, não é evidente a equivalência entre as duas denominações usadas para designar o referente, como nos casos em que o estabelecimento deste depende de conhecimentos lexicais e/ou enciclopédicos não necessariamente partilhados por todos os falantes, por exemplo, quando se recorre a um termo técnico ou científico:

(5) Deixe-me examinar melhor o seu **artelho**. À primeira vista, não me parece que o **dedo** esteja fraturado.

A variedade de língua empregada é outro fator que interfere na seleção do anafórico. Numa conversação entre dois falantes de uma mesma variedade regional, a escolha mais comum seria a de termos dialetais, o que, para evitar dificuldades de compreensão, provavelmente não ocorreria se os interactantes fossem falantes de variedades diferentes.

1.2. Anáforas correferenciais recategorizadoras

Em muitos casos de retomadas correferenciais, ocorre uma recategorização (em grau maior ou menor) do referente. É o que se dá nas retomadas por hiperonímia/hiponímia, por termos genéricos e por meio de descrições nominais definidas ou indefinidas.

1.2.1. Hiperonímia

A retomada referencial por meio de um hiperônimo é estratégia referencial bastante comum. Também aqui a seleção dos termos anafóricos a serem utilizados é de relevância para a construção do sentido. A retomada, por meio de um hiperônimo, de um objeto-de-discurso previamente introduzido por um hipônimo constitui estratégia referendada pela norma, que assegura um mínimo de estabilidade informacional, visto que a anáfora por hiperonímia funciona necessariamente por recorrência a traços lexicais. Isto é, o hiperônimo contém, em seu bojo, todos os traços lexicais do hipônimo. Por esta razão é que se pode afirmar que, nesses casos, tem-se um 'menor grau' de recategorização, visto que a carga semântica do hiperônimo, ao ser usado anaforicamente, se 'ajusta' ao antecedente, i.é, selecionam-se na compreensão apenas aqueles de seus traços que a ele convêm, como se pode ver em (6):

(6) A **aeronave** teve de retornar à pista. O **aparelho** (aeronave) estava com defeito. (a)

(6') Tive de levar o **líquidificador** para o conserto. O **aparelho** (líquidificador) está com defeito.

Por vezes, o uso de um hiperônimo tem a função de glosar um termo raro e, desta forma, atualizar os conhecimentos do interlocutor, como ocorre com **esses macacos**, no exemplo (3), se **símios** não tiver sido uma pista suficiente para a compreensão do que sejam **bugios**. Nestas glosas por meio de um SN, geralmente introduzido por um demonstrativo, o hiperônimo pode vir acompanhado de uma expansão adjetival de caráter classificatório, que vai permitir capturar o referente como uma sub-espécie ('hiperônimo corrigido', cf. Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995:69)). Veja-se o exemplo seguinte:

(7) "Em meio à retransmissão generalizada dos investidores, um punhado de empresas não se deixou impressionar, mantendo suas estratégias, tocando a vida. Acreditando no Brasil, enfim. Entre elas destacou-se a Nestlé, que cumpria oito décadas de operações no país naquele ano. Em pleno carnaval, **a empresa suíça** anunciou a compra, por 500 milhões de reais, da Garoto, seriamente ameaçada por causa de divergências intransponíveis entre seus controladores". (*Exame*, 18/02/04)

Não é rara, também, a exploração da seqüência hiperonímia/hiponímia. Tem-se, neste caso, uma *anáfora especificadora*, que ocorre nos contextos em que se faz necessário um refinamento da categorização inicial do referente. Embora de certa forma condenada pela norma, já que, em muitos casos de retomada de um hiperônimo por um hipônimo, o enunciado se torna ambíguo, esse tipo de anáfora permite trazer, de forma compacta, esclarecimentos ou especificações a respeito do objeto-de-discurso, como em (8):

(8) **Uma catástrofe** ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. **Uma epidemia** de Ebola já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

Interessante é observar que, nesses casos, é comum vir o hipônimo introduzido pelo artigo indefinido, o que contraria a posição da maioria dos autores, segundo a qual o indefinido é sempre introdutor de referentes novos (cf. Koch, 1998, 2002 ; Lima, 2004).

Cabe observar, também, que paráfrases anafóricas construídas com a ajuda de um hiperônimo podem servir, por exemplo, para elaborar definições:

(9) Vocês já ouviram falar dos **argonautas**? Pois conta-nos a lenda grega que esses **tripulantes** da nau mitológica Argos saíram à busca do Velocino de Ouro.

Em exemplos como este, podem-se verificar os efeitos que vêm sendo chamados ‘definicionais’ e ‘didáticos’, que permitem, introjetar na memória um item lexical novo.

Segundo Apothélos & Reichler-Béguelin (1995), a anáfora denominada didática é aquela que apresenta direção inversa à da definicional, ou seja, tem o *definiens* na expressão introdutora, e o *definiendum*, na expressão referencial, como é o caso de (10):

(10) Para orientar as manobras dos aviões, os aeródromos são dotados de **aparelhos** que indicam a direção dos ventos de superfície. As **birutas**, que têm a forma de sacola cônica, são instaladas perpendicularmente à extremidade de um mastro.

A vantagem dessa estratégia é permitir ao locutor adaptar-se simultaneamente às necessidades de dois públicos distintos. Permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais concisa possível, esse tipo de anáfora torna-se um auxiliar valioso no discurso de divulgação científica.

Outra questão importante: quando ocorre a retomada por hiperônimo, é preciso atentar para o grau de hiperonímia, ou seja, se o termo a ser mobilizado é um hiperônimo imediato ou mais distante na escala hiperonímica. Observe-se o exemplo (11), no qual se pode verificar que os efeitos de sentido passíveis de serem produzidos não são exatamente os mesmos:

(11) No canto da cozinha, estava um rato. Ao ver o **roedor**, que segurava um pedaço de queijo, Maria deu um grito e pôs-se a correr.

(11’) No canto da cozinha, estava um rato. Ao ver o **mamífero (o vertebrado)**, que segurava um pedaço de queijo, Maria deu um grito e pôs-se a correr. (ocorrência pouco provável)

(11”) No canto da cozinha, estava um rato. Ao ver o **animal (o bicho)**, que segurava um pedaço de queijo, Maria deu um grito e pôs-se a correr.

É evidente, também, a diferença de orientação argumentativa no caso de se usar o diminutivo: Ao ver o **bichinho...**

1.2.2. Retomada por termo genérico

Outra forma de retomada anafórica é a que se faz por meio de nomes genéricos, tais como *coisa, pessoa, negócio, criatura, indivíduo*. Também aqui a seleção do termo anafórico pode estar ligada à variedade regional ou social dos interlocutores. O uso de ‘*trem*’ (= *coisa*) seria, provavelmente, indicativo do dialeto mineiro, enquanto *cara* indicaria o estilo coloquial ou da gíria, e *companheiro, camarada* poderiam ter, dependendo do contexto discursivo, conotações políticas.

O uso de termos genéricos é extremamente comum na língua falada, mesmo entre falantes da norma culta, como atestam os inquéritos do Projeto NURC. Este fato pode ser explicado em termos cognitivos: na fala, em que planejamento e verbalização são quase simultâneos, a busca de um termo mais específico teria maior custo processual, de modo que se torna mais fácil recorrer a um termo imediatamente acessível. Vejam-se alguns exemplos:

(12) Doc. ... e quando você tem um problema dentário você escolhe um:: dentista com uma determinada especialidade ou qualquer um serve?

Inf. Eu...pro/... em geral a gente procura um... o dentista de quem a gente tem recomendação de:: recomendações de colegas... ou de familiares... o que seria o meu caso inclusive que freqüento um dentista... há mais de quinze anos porque... me foi recomendado por pessoas... ora não entro num consultório dentário... qualquer às vezes eu prefiro até suportar um pouquinho de dor... esperando chegar o meu dentista... do que entrar em qualquer clínica... isso::... também com... com médicos e posteriormente com outras... **coisas** que eu deva recorrer... né?... que nem um advoga: do... a gente procura... eu procuro pelo menos... sempre recorrer a essas **pessoas** quando indicadas né? (NURC/SP DID 251: 214-230)

(13) Inf. ... então... ah:: eu acho que é ESSE o GÊnero que realmente atrai que realmente faz sucesso... porque todos os espetáculos... que partem para esse campo... fazem sucesso em São paullo... ou então... os monólogos humorísticos como:: os espetáculos do uh::uh:: Chico Aní::sio... do Juca Cha::ves... eh:: Ari Tole::do... José Vasconcelos e outros que sempre faz sucesso... com algumas :: raras exceções... às vezes a peça não agrada tanto... ma::s normalmente... éh:: esse:: esses **indivíduos** esses humoristas fazem muito sucesso com (todos) seus monÓlogos teatrais (NURC/SP DID 161: 535-546)

O exemplo (13) revela claramente como se dá o processamento da fala do informante: **indivíduos**, termo genérico, é o primeiro acessado; logo a seguir, porém, ocorre uma correção referencial (cf. Koch & Marcuschi, 1998; Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1995). Isto é, o falante corrige a expressão **esses indivíduos** no momento em que consegue mobilizar, ainda no fluxo do discurso, o termo mais específico –**humoristas**, já que, de fato, falava-se de humoristas, em se considerando os quatro artistas citados.

Também em textos escritos é comum a retomada anafórica por termos genéricos:

(14) Mistério no zôo

A polícia que investiga as mortes dos animais do Zoológico de São Paulo trabalha com duas hipóteses: envenenamento criminoso ou transmissão do veneno via ratos. Na última semana, a polícia apreendeu em uma loja de São Paulo frascos de um veneno cuja fabricação e venda estão proibidos no Brasil. **O material apreendido** contém a mesma substância encontrada nas vísceras dos animais mortos, o fluora-cetato de sódio. (*Época*, 16/02/04)

Note-se, ainda, no exemplo acima, a catáfora referencial efetuada por meio do nome genérico em *duas hipóteses*.

1.2.3. Retomada por descrições nominais

O uso de uma descrição nominal implica sempre uma escolha dentre as propriedades ou qualidades capazes de caracterizar o referente, escolha esta que será feita, em cada contexto, em função do projeto comunicativo do produtor do texto (Koch 1984, 1989, 1999, 2002). Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos pressupostos como partilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar.

A escolha de determinada descrição definida pode, assim, ter função avaliativa, isto é, trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido (exemplo 15). Por outro lado, o locutor pode também ter o objetivo de, pelo uso de uma descrição definida, sob a capa do dado, dar a conhecer ao interlocutor, com os mais variados propósitos, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro (exemplo 16).

(15) Voltando à pergunta inicial: há sim quem tenha esquecido o relatado acima. Entre **o pessoal de memória curta**, está a maioria dos conselheiros do Cade, que, após uma inacreditável demora de dois anos, anulou a compra da Garoto, recolocando-a na trilha da incerteza. (*Exame*, 18/02/04).

(16) O prefeito é especialmente exigente para liberar novos empreendimentos imobiliários, principalmente quando estão localizados na franja da cidade ou em áreas rurais(...). “O crescimento urbano tem de ser em direção ao centro, ocupando os vazios urbanos e aproveitando a infra-estrutura, não na área rural que deve ser preservada”, repete **o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia**. (Quem matou Toninho do PT? In: Caros Amigos 78, setembro de 2003, p. 27)

Não é difícil constatar como o emprego de expressões nominais anafóricas opera a recategorização dos objetos-de-discurso, isto é, de que forma tais objetos vão ser reconstruídos de determinada forma, atendendo aos propósitos comunicativos do falante/escritor. Nessa recategorização, muitas vezes feita por meio de termos metafóricos, a seleção do núcleo da forma nominal desempenha, sem dúvida, um papel crucial, como se pode comprovar no seguinte exemplo:

(17) À medida que a campanha eleitoral avançava e os indicadores econômicos se deterioravam, poucos meses depois, bem que a Nestlé poderia ter desistido da com-

pra, que começara a ser analisada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

O que fez a Nestlé? Em vez de usar **o pedal do freio**, optou pelo **acelerador**. No dia 7 de junho, uma Sexta-feira que encerrava uma semana particularmente difícil, a Nestlé lançou a pedra fundamental de uma nova fábrica em Araras, no interior de São Paulo, na qual investiria 95 milhões de reais. (*Exame*, 18/02/04).

O *pedal do freio* e o *acelerador*; ambos metafóricos, funcionam o primeiro anafórica e o segundo, cataforicamente.

1.3. Anáforas não-correferenciais

1.3.1. Anáforas indiretas

Têm-se anáforas indiretas toda vez que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Um subtipo dessas anáforas são as chamadas anáforas associativas.

A anáfora associativa explora relações meronímicas, ou seja, todas aquelas em que entra a noção de ingrediência, tal como descrita por Lesniewski (1989). Incluem-se, pois, aqui não somente as associações metonímicas, mas também todas aquelas relações em que um dos elementos pode ser considerado ‘ingrediente’ do outro, conforme se verifica em (18), em que **vagões** e **bancos** podem ser considerados ‘ingredientes’ de **trem**:

(18) Uma das mais animadas atrações de Pernambuco é o **trem** do forró. Com saídas em todos os fins de semana de junho, ele liga o Recife à cidade de Cabo de Santo Agostinho, um percurso de 40 quilômetros. Os **vagões**, adaptados, transformam-se em verdadeiros arraiais. Bandeirinhas coloridas, fitas e balões dão o tom típico à decoração.

Os **bancos**, colocados nas laterais, deixam o centro livre para as quadrilhas.

Já em (19), é ‘pichações’ que vai ancorar a interpretação de **as gangues**, embora não se trate aqui de uma relação léxico-estereotípica (condição estabelecida por Kleiber (1994, 2001), como também por vários outros autores, para a existência de uma anáfora associativa), mas sim de uma relação indireta que se constrói inferencialmente, a partir do co-texto, com base em nosso conhecimento de mundo. Trata-se, portanto, de uma anáfora indireta.

(19) Há alguns anos, as **pichações** que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo – e de outras grandes cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema – ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, **as gangues** reúnem-se semanalmente com hora e local marcados. Merecem apoio iniciativas que possam, de forma positiva, atrair os pichadores para atividades menos predatórias.

É fácil verificar a importância da seleção lexical quando se trata das anáforas em tela. Na anáfora associativa, é preciso selecionar convenientemente termos pertencentes a um mesmo *campo lexical*, de modo a permitir, por meronímia, a construção dos

referentes (exemplo 20). Nas anáforas indiretas em geral, é a seleção adequada dos possíveis gatilhos que vai permitir a mobilização das inferências necessárias à ativação do referente.

1.3.2. Anáforas rotuladoras

Fato bastante comum é o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes do contexto, resumizando-os e encapsulando-os (Conte, 1996) sob um determinado rótulo (Francis, 1994). Trata-se, nesses casos, segundo Schwarz (2000), de anáforas “complexas”, que não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como *estado, fato, circunstância, condição, evento, atividade, hipótese* etc. São, nomes-núcleo genéricos e inespecíficos, que exigem realização lexical no co-texto, realização que vai constituir uma seleção particular e única dentre uma infinidade de lexicalizações possíveis, efetuada a partir das proposições veiculadoras das informações-suporte. Tais expressões nominais, que são, em grande parte, introduzidas por um demonstrativo, desempenham duas funções textuais importantes: rotulam uma parte do co-texto que as precede e, com isso, estabelecem um novo referente que, por sua vez, poderá constituir um tema específico para os enunciados subsequentes. Como formas de remissão a elementos anteriormente apresentados no texto ou sugeridos pelo co-texto precedente, elas possibilitam a sua (re)ativação na memória do interlocutor, ou seja, a *alocação ou focalização* na memória ativa (ou operacional) deste; por outro lado, ao operarem uma recategorização ou refocalização do referente, elas têm, ao mesmo tempo, função predicativa. Trata-se, pois, de formas híbridas, referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada, como de informação nova. Schwarz (2000) denomina essa função de *tematização remática*.

Podem-se distinguir dois tipos dessas formas anafóricas: as que simplesmente rotulam um segmento anterior do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e abrindo, assim, a possibilidade de progressão textual (exemplo 19) e as que procedem a operações de nominalização, por meio de nomes deverbiais ou não, consideradas por Francis (1994) como rotações resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subsequentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como objetos-acontecimento na memória discursiva dos interlocutores. Do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresenta-se, *pressupondo* sua existência, um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) *posto* (exemplo 20).

(19) É fácil apontar as razões de sucesso – ou fracasso – de um projeto após sua conclusão. O complicado é antecipá-las. Os executivos da Petrobrás, a maior empresa brasileira, enfrentaram **um desafio assim** há quatro anos, quando iniciaram a implantação do programa de gestão R/3 da SAP, batizada de projeto Sinergia. (*Exame*, 18/02/04)

(20) A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. **A determinação** cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999. (FSP, 2/08/00, A-14).

A rotulação encerra, na maioria dos casos, valor persuasivo isto é, os rótulos (avaliativos) mobilizados para construir o objeto-de-discurso – freqüentemente metafóricos

– têm o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões, como fica patente nos exemplos abaixo:

(21) Ontem o secretário de estado de Bush, Collin Powell, e outros assessores menores foram à mídia dizer que Sharon havia entendido o recado de Bush. As tropas de Sharon deveriam parar ‘já’. Isto é, assim que fosse possível, pois exércitos não se retiram de uma hora para outra, Bush não pode ‘dar ordens’ a outro chefe de Estado etc. Enfim, **a pantomima toda** era para mitigar a impressão geral de cumplicidade de Bush no caso. (Vinícius Torres, FSP, 8/04/2002, A2).

Um tipo particular de rotulação é aquele em que não se sumariza o conteúdo de um segmento textual precedente, mas focaliza-se a própria atividade enunciativa (cf. Jubran, 2003), qualificando esse segmento como determinado tipo de ação ou atividade metadiscursiva; ou seja, como afirma Jubran (2003:97), “os referentes rotulados metalingüística ou metadiscursivamente (...) são claramente entidades do discurso, no sentido de que focalizam a atividade enunciativa, a *mise-en-scène* do discurso”. E ainda:

em todas as ocorrências de rotulação metalingüística ou metadiscursiva, há esse jogo multipiano em que referentes textuais constitutivos do elemento-fonte anaforizado desempenham uma função informacional no texto e passam, no anaforizador, a se constituir como objetos de menção e qualificação no contexto da atividade enunciativa. O discurso dobra-se sobre si mesmo, em um movimento auto-reflexivo típico da metadiscursividade, figurando como discurso e objeto-de-discurso”.

Não há, no caso, portanto, retomada referencial, nem correferencialidade, já que se opera um desdobramento: é o próprio discurso que se transforma em objeto-de-discurso.

É aqui que se situam os diversos tipos de rotulações metalingüísticas e/ou metadiscursivas (discutidas por Francis, 1994, que as denomina “nomes-de-ação” e nomes metalingüísticos), por meio das quais, como foi dito, se *menciona* um segmento anterior do texto, qualificando-o metadiscursivamente:

1. como concretização de determinado ato ilocucionário (afirmação, declaração, promessa, conselho, advertência etc.); 2. como um tipo de atividade linguageira (descrição, explicação, relato, esclarecimento, comentário, sondagem etc.); 3. como determinado processo cognitivo (análise, reflexão, avaliação, opinião, etc.); 4. por meio de denominações metalingüísticas (frase, sentença, pergunta, palavra etc); 5. por recurso a aspas de distanciamento, ironia etc. Observem-se os exemplos abaixo:

(22) (...) mas o que se viu na última quarta-feira, quando o suposto espetáculo deveria estrear, abrindo o 1^o. Festival Recife do Teatro Nacional, foi uma leitura dramatizada mal concebida e conduzida em cena. **A opinião** não é pessoal (...) (Muitas vaias para Romero A. Lima e Ariano Suassuna, Jornal do Comércio, 22/11/97, Caderno C).

(23) (...)“O programa mata a fome, mas não ajuda a diminuir a pobreza nem estimula a economia das regiões mais carentes”, diz Terra, a propósito do corte das cesta básicas para as famílias mais pobres.

Tem-se, nessa única **sentença**, os dois lados essenciais do governo FHC. Primeiro, o academicismo. Segundo, o economicismo. (Clóvis Rossi, FSP, 28/11/00).

(24) Entrevista do presidente do TSE Nelson Jobin

Folha – Houve uma leitura no meio político de que o TSE tomou a decisão [verticalização das coligações] por causa da amizade entre sr. e Serra. A verticalização beneficiaria a pré-candidatura dele?

Jobim – Em primeiro lugar, a decisão não foi monocrática [individual]. Foi tomada por 5 a 2. **Esse pressuposto** é equivocado. Por outro lado **essa afirmação não verdadeira** parte também desse paradigma político-eleitoral. Ela parte da idéia de que, como beneficia alguém, foi tomada com esse objetivo. Isso não tem sentido. (Entrevista concedida pelo Presidente do TSE à FSP, publicada em 27/04/2002, A-6).

Muitas vezes, anáforas deste tipo constituem fatos de polifonia, quando a recategorização do objeto é atribuída a uma outra voz que não a do enunciador, como se pode ver em (25):

(25) "Fernando Henrique Cardoso não gosta de ser chamado de neo-liberal. Quando alcançado por **essa "ofensa"**, responde, sempre irritado, que defende um Estado forte, dotado de poder de regulamentação, que não se confunde com o Estado desenvolvimentista, sempre inclinado a se meter onde não deveria.

Não seria justo chamar esse bate-boca de controvérsia de "nefelibatas". Descendo das nuvens, o panorama fica mais claro: nos quase seis anos de "**política modernizadora**", o governo FHC executou diligentemente as reformas que estão no cardápio do Consenso de Washington."(FSP,19/11/2000)

Note-se que a escolha de cada um destes nomes, dentre as várias opções possíveis, é importante indicio da opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso (cf. van Dijk, 1988 a; b); Marcuschi, 1991). Marcuschi (1991:2), ao estudar os *verbos introdutórios de opinião*, mostrou a importância da seleção destes verbos na construção da proposta de sentido pelo produtor do texto. Ao apresentar sua proposta, diz ele:

Mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, tentarei analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação. Quanto à seleção, não se trata da escolha de tópicos a reproduzir, mas da seleção dos verbos usados. Como pressuposto de trabalho, parto da premissa de que apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informações, também uma certa tomada de posição diante do exposto. Assim, a avaliação lingüística terá **um caráter não meramente estilístico**, mas sobretudo interpretativo e avaliativo. O mais notável é que isso se processa através do instrumento lingüístico usado e não mediante uma interpretação explícita paralela. Não me refiro, portanto, aos comentários; refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de felicidade ao pensamento do autor.

O mesmo se pode dizer, evidentemente, dos nomes selecionados para qualificar metadiscursivamente uma ação ou atividade de linguagem, ou um processo mental que se atribui a uma pessoa mencionada no texto, bem como para ironizar, contestar, distanciar-se de algo que ela disse, como fica comprovado nos exemplos acima.

Também van Dijk, em diversos de seus trabalhos sobre o discurso jornalístico (cf., por exemplo, 1988 a; b), tem mostrado diferenças ideológicas na seleção de termos deste tipo, conforme a pessoa ou grupo a quem se atribui uma fala ou cuja fala se trans-

creve. Enquanto membros de uma elite (política, cultural, econômica ou outra qualquer) *asseveram, expõem, argumentam, refletem, ponderam, constataam, determinam, evidenciam* e assim por diante, os membros de minorias apenas *falam, dizem, depõem, negam, mentem*. Desta forma, quando se qualifica a fala dos primeiros, atribuem-se-lhes *asserções, constatações, exposições, reflexões, explicações, ponderações, confirmações comentários*; ao passo que os enunciados dos segundos são qualificados simplesmente como *afirmações, negativas, falas, respostas* ou, no máximo, como *declarações, confissões* ou *recusas*.

Considerações finais

Caberia, ainda, retomar o tema da relação entre determinadas estratégias de seleção lexical e gêneros textuais. As observações feitas a respeito da sinonímia, bem como das anáforas definicionais ou didáticas, permitem entrever tal relação: em se tratando de anáforas por sinonímia, em gêneros do domínio jornalístico, como notícia, reportagem, matérias opinativas; ou do campo contratual ou deliberativo, como contratos, atas de reunião, em contraposição com gêneros informais, como interações face-a-face, entre outros; no caso das anáforas definitórias ou didáticas, em gêneros como artigo acadêmico, conferência científica, matéria de vulgarização científica, aula, palestra, e outros mais.

A seleção do nome-núcleo das expressões referenciais é importante também, como vimos, não somente para a identificação do estilo (de gênero ou individual), como também da variedade lingüística em que o texto se encontra vazado. Não faltam exemplos preciosos na literatura sobre variação.

Dentro dos limites deste trabalho, não caberia desenvolver mais a fundo a temática aqui esboçada. Acredito, porém, que ele abre perspectivas para uma série de reflexões que poderão comprovar a correlação íntima entre seleção lexical e progressão referencial por meio da (re)construção de objetos-de-discurso. E, portanto, sobre a vital importância de serem levadas em conta as questões de ordem lexical no estudo da progressão referencial, para uma melhor compreensão dos modos de constituição dos textos e de seu funcionamento nas práticas sociais.

BIBLIOGRAFIA

- APOTHÉLOZ, Denis (1995), “Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques”, in Berrendonner, Alain. & Marie-José Reichler-Béguelin (orgs. 95, pp. 143-173.
- APOTHÉLOZ, Denis e REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (1995), “Construction de la référence et stratégies de désignation”, in Berrendonner, Alain & Marie-José Reichler-Béguelin (orgs.) 1995, pp.142-173.
- BERRENDONNER, Alain e REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (orgs.) (1995), Du syntagme nominal aux objets-de-discours. Neuchâtel: Université de Neuchâtel.
- CAVALCANTE, Mônica (2003), Expressões referenciais – uma proposta classificatória in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 44, Campinas, IEL/Unicamp, pp. 105-118.
- CONTE, Elisabeth (1996), Anaphoric encapsulation, in *Belgian Journal of Linguistics: Coherence and anaphora*, v. 10, pp. 1-10.
- FRANCIS, Gill (1994), Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion, in Coulthard, Malcolm (org.), *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge.
- JUBRAN, Clélia (2003), O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas, in *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 44, Campinas, IEL/Unicamp, pp. 93-104.
- KLEIBER, Georges (2001), *Anaphore Associative*. Paris: P.U.F.
- KOCH, Ingedore (2002), *Desvendando os segredos do texto*, São Paulo, Cortez.
- ____ (2000), Expressões nominais indefinidas e progressão referencial, in *Revista Planalto*, Brasília, n.1, pp.118-125.
- ____ (1997), *O texto e a construção dos sentidos*, São Paulo, Contexto.
- ____ e MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998), Processos de referenciação na produção discursiva, in *D.E.L.T.A*, v. 14: 169-190 (número especial).
- LESNIEWSKI, S. (1989), *Sur les fondements de la mathématique. Fragments*, Trad. de G. Kallinowski, Paris, Hèrmes.
- LIMA, Maria Luíza (2004), Indefinido, anáfora e construção textual da referência, tese de doutorado, IEL/Unicamp.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio e KOCH, Ingedore (1998), Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada, in Abaurre, Maria Bernadete (org.), *Gramática do Português Falado*, vol. VIII, Campinas, Edunicamp/Fapesp, pp. 31-58.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1991), A ação dos verbos introdutores de opinião, in *INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, ano XIV, n. 64, pp. 74-92.
- MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danielle (1995), Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation, in Alain Berrendonner & Marie-José REICHLER-BÉGUELIN (op. cit.), pp. 273-302.
- SCHWARZ, Monika (2000), *Indirekte Anaphern in Texten*, Tübingen, Niemeyer.

Inmaculada C. Báez

M.^a Carmen Cabeza

Universidade de Vigo; cbaez@uvigo.es; cabeza@uvigo.es

Algunas reflexiones sobre el estatus de las lenguas de señas de los sordos en el contexto de la globalización

0. Introducción¹

Queremos agradecer la generosa invitación de los colegas de la Universidade do Porto por permitirnos dar palabra a la lengua, en este caso a lenguas articuladas a través de signos gestuales, participando con nuestra aportación en este volumen de homenaje al profesor Vilela, que no nos queríamos perder.

Nos planteamos unas breves reflexiones sobre el estatus de las lenguas de señas utilizadas por las comunidades de sordos en el mundo actual, teniendo en cuenta el fenómeno de la globalización y su influencia en los hábitos lingüísticos de las personas.

1. Los efectos de la globalización en las lenguas

1.1. El concepto de globalización

Aunque algunos escritores consideran que las raíces de la globalización son muy antiguas, producto de una historia, y hasta resultado de la ambición de origen renacentista², el concepto de globalización es muy reciente, surgió a finales de la década de los 80-90 cuando el mundo, según el historiador Eric Hobsbawm (2000), había llegado a un estado crítico con manifestaciones como la caída del muro de Berlín, el desmembramiento de la Unión Soviética, el avance imparable de las tecnologías de la información que unían al mundo en forma de redes, etc. A finales de los 80 terminaba una era de la historia mundial y empezaba una nueva: la era de la globalización definida como el cambio de control local a global. El escritor chileno Jorge Edwards cree que “la globalización empezó como un intento de superación de los límites aldeanos

¹ Este trabajo se ha desarrollado en el marco de una investigación más amplia sobre la Lengua de Señas Española, para la cual contamos con la subvención del Ministerio de Educación y Ciencia español (referencia BFF2003-05696).

² Entre otros Jorge Edwards (2004: 147).

y provincianos, un propósito de salir y apropiarse del vasto mundo” (2004: 147). Sin embargo, Ramonet, Chao y Wozniak (2004:, 7-8) inciden en que la globalización, aunque alcanza a todos los rincones del planeta, no tiene en cuenta ni la independencia de los pueblos ni la diversidad de lenguas, regímenes políticos, etc., llegando incluso a considerarla “pillaje planetario”. Consideran que en la era de la globalización el interés por dominar el mundo presenta nuevas características porque los motores que impulsaban los cambios antes aspiraban a conquistar países pero en la actualidad aspiran a conquistar mercados. También los agentes del cambio, hasta ahora los estados, cedieron el relevo a las empresas y a los grupos industriales y financieros. También Jeremy Fox en su trabajo sobre *Chomsky y la globalización* insiste en que como resultado de la globalización parece que se debilita "la capacidad de cada país de controlar su propio destino, y las decisiones importantes se toman cada vez más a niveles superiores, a escala global. La influencia de los gobiernos nacionales se ve reducida" (Fox, 2004: 31). Sin embargo, el objetivo del cambio cultural, en el sentido más amplio del término (incluido el cambio social revolucionario), es la búsqueda de la justicia, no la conquista del poder (Chomsky, 1999: 23-27).

1.2. El impacto de la globalización en las lenguas

En el diccionario titulado *El abecedario subjetivo de la globalización*, Ramonet, Chao y Wozniak (2004) nos presentan, bajo la voz *lenguas*, el impacto de la globalización en las lenguas. Señalan, en primer lugar, que las tecnologías de la información favorecen las comunicaciones (orales y escritas a distancia) y como consecuencia la globalización supone básicamente “una intensificación, extensión y crecimiento del volumen de la información que circula” (2004: 299). La información está codificada fundamentalmente en lenguas naturales que son los sistemas de comunicación básicos y los más utilizados por los seres humanos. Será pues, especialmente importante, el impacto de la globalización en las lenguas. Insisten estos tres autores en que además de la creación de nuevas redes (no vinculadas a los estados ni a las lenguas) y a pesar del aumento de los desplazamientos y migraciones individuales o en masa, libres o forzadas, la comunicación alcanza en la era de la globalización dimensiones inusitadas: las configuraciones interlingüísticas y los intercambios no solo son cada vez más frecuentes sino también más variados. Como consecuencia, surge una necesidad de control de los contenidos, los formatos y los soportes de la información, que generan numerosas obligaciones tendentes a reducir los costes de producción y transporte, y a optimizar la explotación mediante transformación, tratamiento y cesión. Así explican también el gran desarrollo no siempre uniforme de la ingeniería lingüística y más concretamente de la lingüística computacional que durante los años 70 y 80 se preocupó principalmente por el procesamiento del lenguaje natural³.

La acentuación de las desigualdades de estatus entre lenguas es la primera consecuencia de la globalización (Ramonet, *et al.*, 2004: 290). El desarrollo de la ingeniería

³ Algunos proyectos que pretendían desarrollar algunas sofisticadas herramientas informáticas como los sistemas de traducción automática, analizadores, etc. no han respondido plenamente a las expectativas y han llegado a frustrarse, entre otras cosas, por el desfase que se produce entre el vertiginoso avance de la tecnología informática y la lenta minuciosidad que exige la tarea de crear los sistemas de procesamiento del lenguaje.

lingüística refuerza las posiciones de las lenguas de mayor difusión planetaria, suprarregional o regional por lo que “la competencia se reduce a las lenguas hipercentrales (inglés), sobrecentrales (una decena de ellas: árabe, español⁴, francés, hindi, etc.) y centrales hasta un máximo de casi doscientas (turco, húngaro, lingala, catalán, etc.)” En contrapartida, entre 3000 y 7000 lenguas se verán marginadas a un uso estrictamente local que, salvo escasas excepciones, las llevará a la desaparición.

En las lenguas centrales e hipercentrales la consecuencia más destacada de las tecnologías de la información es la dialectalización tanto geográfica como social, hecho que provocará, por un lado, la aparición de nuevas covariantes sociales motivadas por su uso en las redes o los soportes (lengua de los chats, internet, etc.) y por otro, el nacimiento de formatos semiartificiales que permitan superar los problemas de traducción. Se impone una gran permeabilidad interlingüística y por eso estamos asistiendo a un proceso, cada vez más frecuente, de unificación terminológica explicable, entre otros motivos, por la deslocalización de la producción y por la adaptación del léxico a la onomástica comercial para facilitar la importación y exportación de productos. Al mismo tiempo, los medios de comunicación aseguran la renovación fraseológica, las nuevas tecnologías estandarizan los alfabetos básicos, y, en aras de una mayor intercomprensión, nacen o evolucionan numerosas mezclas lingüísticas sectoriales o locales, de tipo pidgin.

También en lo respecta a las lenguas minoritarias cabe mencionar la influencia de las nuevas tecnologías, tal como apuntan autores como Garatea (2002) o Yzaguirre (2001), entre otros, para mitigar los efectos negativos de la globalización.

2. El estatus de las lenguas de señas

Shopen (1979) presenta la cuestión del estatus en las lenguas de una manera que nos ha parecido muy adecuada: definir el estatus de una lengua equivale a preguntarse “¿qué significa ser hablante de la lengua x?” Por ejemplo, ¿Qué significa ser usuario de mohaqués, lengua de la familia iroquesa, hablada hoy en día por unos dos mil indios que habitan en reservas de los Estados Unidos y Canadá? ¿Y ser hablante de (alguna de las variedades del) chino, con su censo de unos mil millones de personas y su antiquísima tradición escrita? O, centrando el objeto de nuestro interés en este artículo: ¿qué significa ser sordo y usuario de una lengua de señas?

Centrando un poco más la cuestión, podemos encuadrar la noción de estatus en alguno de estos dos contextos (o en ambos):

- a) En el contexto sociopolítico
- b) En el contexto de las actitudes lingüísticas

Desde el punto de vista sociopolítico, el estatus de una lengua viene dado por el reconocimiento oficial. Son los gobiernos de los estados los que tienen la facultad de otorgar o denegar un determinado estatus a una lengua o a un conjunto de variedades (Bastardas, 1996). Como consecuencia de su acción se conforma un *estándar* que ser-

⁴ “A su manera, con la tecnología de su época, Cristóbal Colón fue protagonista de una primera, rudimentaria y a la vez poderosa acción globalizadora. [...] El español fue el lenguaje de la primera de las globalizaciones, la de la extensión del imperio de Isabel la Católica, de Carlos V, de Felipe II, pero después de esa etapa arrolladora se empezó a quedar rezagado”. (Jorge Edwards, 2004: 147)

virá de modelo socialmente aceptado y, frente a él, otras variedades *vernaculares* quedarán confinadas a un uso privado. También se decide qué lenguas formarán parte de los programas educativos y en qué lenguas se expresarán los maestros en las aulas.

En el contexto de las actitudes lingüísticas, el estatus de una lengua proviene del estatus social de sus hablantes. El uso de una u otra variedad se asocia a valores sociales y culturales, entre los que la noción de prestigio juega un importante papel. Los hablantes saben que las lenguas sin prestigio social o lenguas minoritarias no son útiles para el ascenso social. Sin embargo, existen razones de carácter afectivo (en particular, de lealtad lingüística), que llevan a valorar positivamente las lenguas y variedades minoritarias por parte de sus hablantes.

Tradicionalmente las lenguas de señas utilizadas por los sordos han recibido poca atención por parte de la lingüística⁵. También desde el punto de vista social se puede observar una paradójica invisibilidad, paradójica porque nos hallamos ante sistemas de comunicación visuales, cuyo desarrollo ha surgido ante la necesidad de comunicar entre individuos privados del canal auditivo. En buena medida, el tratamiento de la sordera como una discapacidad ha incidido en esa ausencia de reflexión sobre la naturaleza lingüística de los sistemas viso-gestuales de intercambio comunicativo de los sordos, así como también en que no se reconozca a la comunidad sorda de cada estado como una minoría lingüística, incluso en aquellos en que sí hay conciencia de los derechos lingüísticos (Krausneker, 2000: 142).

Lo cierto es que las sociedades contemporáneas, cada vez más preocupadas por la integración de las minorías y por el reconocimiento de los derechos de los ciudadanos, ofrecen más y más espacio a los sordos, aunque todavía no es suficiente. Un ejemplo banal pero sintomático lo encontramos en la presencia que tiene la interpretación de la lengua oral a la lengua de signos en algunos debates parlamentarios que se transmiten por televisión o en los mítines de los partidos políticos en campaña electoral⁶.

Para valorar en términos objetivos la situación hemos hecho algunas calas en el *Ethnologue*, observando las noticias que dan sobre el estatus de ciertas lenguas de señas que hemos elegido con criterios geográficos, para representar diferentes regiones del planeta con situaciones de desarrollo económico y social muy diverso: lengua de señas de Uganda, lengua de señas del Brasil, lengua de señas de Suecia y lengua de señas de la India.

⁵ No obstante, las cosas están cambiando paulatinamente. En los Estados Unidos las investigaciones desde la óptica de la lingüística se iniciaron en los años anteriores a 1960. En esta fecha se publicó la primera obra que estudiaba la lengua de señas americana (ASL) desde una perspectiva estructuralista (Stokoe, 1960). Luego el interés se extendió a otros países de América y Europa. En la actualidad existen ya publicaciones especializadas y se celebran congresos dedicados específicamente a este tema.

⁶ El periódico *El País* del pasado 5 de octubre, bajo el titular "Con el alma en las manos" se hacía eco de que por primera vez en la historia del senado español, hubiese interpretación simultánea a la lengua de signos española.

	Uganda SL⁷	LS Brasil⁸	LS Suecia⁹	LS India¹⁰
Unificación/ dialectalización	Unificada desde 1988	Dialectalizada Ininteligible Amazonia	Unificada desde 1860	Dialectalizada
Escuelas dialectalización	USL desde 1962	1857 Escuelas oralistas en S. Paulo	1809 Escuelas LSS Universidad	Oralismo Programas LS
Administración	Parlamento y Juzgados	Sin datos	Siempre Fondos públicos	Sin datos
Investigación	Diccionario	Diccionario	Abundante	Incipiente
Lengua oficial	Desde 1995	Sin datos	Minoría bilingüe	Sin datos
TV	Sin datos	Adaptada	Muy adaptada	Sin datos
Prestigio	En aumento	Sin datos	Difusión oyentes	Sin datos

A continuación ofrecemos los datos que el mencionado catálogo de lenguas (Grimes, 2000) ofrece sobre el estatus de estas. Se refieren a la extensión de su uso dentro del territorio de cada estado, su uniformidad, a su empleo en el sistema educativo y en otros ámbitos de la vida pública. También hay alguna mención al reconocimiento oficial (cuando lo hay) y, de manera poco sistemática, a otros recursos (diccionarios, subtítulos) disponibles como apoyo a la enseñanza y a los medios de comunicación, así como referencias a movimientos asociativos de sordos o de profesionales relacionados con la sordera. La pesquisa arroja datos muy dispares, que reflejan situaciones sociales igualmente diversas.

⁷ Según el *Ethnologue* la *Lengua de señas de Uganda (USL)*: Se unificó en 1988, es utilizada en todo el país, pero sobre todo en las ciudades. Desde 1962 los niños sordos pueden acudir a escuelas primarias en las que se permite el uso de la LS en las aulas. La LS del colegio y la de los adultos sordos es la misma, tiene algunos intérpretes en los juzgados, es reconocida como lengua minoritaria en 1995, un parlamentario sordo consiguió intérpretes para el parlamento, la Asociación Nacional de Sordos de Uganda es muy activa y el prestigio de la USL está creciendo, tienen un diccionario de USL.

⁸ *Lengua de señas del Brasil (LSB)*: Usada en São Paulo, Río de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina y en otros lugares de Brasil. Los dialectos de la LSB parecen mutuamente inteligibles, con la excepción de los del entorno del Amazonas. La primera escuela para sordos data de 1857, en Río de Janeiro y le siguió otra en Porto Alegre. En São Paulo la educación es oralista en líneas generales. Televisión adaptada para sordos.

⁹ *Lengua de señas de Suecia (LSS)*. Usada desde el año 1800. En Suecia hay 8.000 sordos que la usan como primera lengua, además de muchos oyentes hijos de sordos. Hoy en día los sordos están considerados como una minoría bilingüe. El primer colegio de sordos se fundó en 1809. En la actualidad hay 5, y en ellos se usa la lengua de señas sueca como lengua de instrucción en todas las materias. También se enseña en la Universidad de Estocolmo. Muchas clases de LS para oyentes. Hay intérpretes, pagados con fondos públicos, para los contactos de los sordos con instituciones oficiales y privadas. Los profesores de LS están organizados. Hay un diccionario, gramáticas y mucha investigación. Televisión y vídeos adaptados.

¹⁰ *Lengua de señas de la India (LSD)* Se habla en la India, Bangladesh y Pakistán. Tiene varios dialectos: en Nueva Delhi, en Calcuta, en Bombay. Comparten un 75% de las señas. Hay poca relación entre estos dialectos y la LS utilizada en los colegios de sordos. La enseñanza no se imparte en LS, pero existen programas de voluntariado en que sí se usa. La población sorda escolarizada en colegios para sordos no llega al 5%. A pesar de la colonización británica, el influjo de la lengua de señas británica se reduce a la dactilología. En 1986 había alrededor de un millón de sordos adultos y medio millón de niños.

Para entender el estatus de las lenguas de señas debemos hacer referencia también a la experiencia bilingüe de las personas sordas. Puesto que son siempre minoría con respecto a la mayoría oyente, se ven obligados a adquirir destrezas en la lengua oral de contacto, y su lengua de señas experimentará los fenómenos característicos de las sociedades bilingües (préstamos, interferencias, mezcla de códigos). En el siguiente apartado analizaremos estos fenómenos viendo las lenguas de señas como lenguas amenazadas, pero ahora describiremos brevemente lo que hay de particular en el bilingüismo desde la perspectiva del desarrollo.

La situación menos habitual en las familias donde hay niños sordos es la monolingüe (Marchesi, 1987: 124; Amate & Giménez, 2000: 205), esto es, con padres sordos e hijos también sordos, signantes todos, de tal manera que se produce el entorno propicio para adquirir la lengua de señas en un contexto natural. Sin embargo, lo más frecuente es que los niños sordos crezcan en familias oyentes, donde la lengua de señas no se conoce. En estos casos, salvo que la familia ponga los medios para aprender la lengua signada, el único input lingüístico que recibe el niño es oral, y al recibirlo deficitariamente el desarrollo lingüístico se verá afectado¹¹. Como ejemplo ilustrativo del componente léxico, un niño sordo de cinco años que no haya recibido una intensiva instrucción oral conocerá unas veinticinco palabras de la lengua oral. Un niño oyente de la misma edad supera las 2.100 (Amate & Giménez, 2000: 214).

Otra situación de bilingüismo en la familia, de consecuencias menos negativas para el desarrollo lingüístico, es el de los niños oyentes hijos de padres sordos. En estos casos lo esperable es que la primera lengua adquirida sea la de señas, si bien el entorno pronto propiciará el contacto con la lengua oral, a través de los intercambios con otros familiares, de la escuela, etc.

En el corto espacio de que disponemos no podemos sino apuntar muy someramente dónde están las dificultades de la escolarización de los niños sordos¹². Recientemente están atrayendo la atención los programas llamados bilingües en las escuelas de sordos. Sin embargo, el término bilingüismo aplicado a la escuela se usa en la práctica para hacer referencia a realidades muy diversas, con tal de que la lengua de señas tenga algún protagonismo en la vida escolar. Así, se denominan bilingües tanto los colegios donde se utilizan las señas como apoyo en situaciones concretas, para transmitir conocimientos allí donde la lengua oral no alcanza, como aquellos en que la lengua de señas es el principal soporte de la enseñanza y la oral se plantea, en sus modalidades hablada y escrita, como una segunda lengua¹³. (Vid. Plaza, en prensa, para un análisis de los programas bilingües en Europa).

¹¹ Sin embargo, los niños sordos hacen gestos de manera natural. Estos gestos de invención casera no superan el umbral de lo prelingüístico si no hay un input en lengua de señas.

¹² Siguen vigentes en la educación del sordo los “dos grandes temas polémicos” (Santana 1999: 149): el de si es preferible priorizar la lengua de señas o la lengua oral y el que se refiere al tipo de centro más idóneo: colegio integrado o colegio específico de sordos. La defensa de los programas bilingües a la que hacemos referencia en este trabajo supone una toma de posiciones hacia la lengua de señas, pero reconociendo la realidad del contexto social en que se desarrolla el niño sordo. Es una opción que requiere unas condiciones especiales en lo afecta a la preparación del profesorado y los medios materiales disponibles, pero no exige necesariamente que en el colegio haya solo niños sordos.

¹³ Para un análisis de los programas bilingües de los colegios de sordos de Barcelona y Madrid véase el estudio recientemente publicado de Esperanza Morales, 2004. Para un análisis de la situación europea Carolina Plaza (2004).

3. Los efectos de la globalización en el futuro de las lenguas de señas

3.1. Las lenguas de señas como lenguas amenazadas

De acuerdo con la presentación de Junyent (1993: 79-81), las lenguas pueden desaparecer por alguno de estos tres motivos:

- Por exterminio de todos sus hablantes
- Por cambio lingüístico (caso del latín)
- Por “sustitución lingüística”

Esta última puede tener como consecuencia la “muerte” de una lengua, entendiéndose por tal su desaparición como fase final de un proceso de abandono progresivo de su uso por parte de los hablantes, a favor de otra lengua más prestigiosa. La sustitución lingüística se produce, pues, en contextos de bilingüismo como consecuencia de la presión de otra lengua.

Son lenguas amenazadas las habladas por comunidades lingüísticas presionadas en lo social, lo político o lo cultural, cuyos individuos optan por otra lengua coexistente, que tiene las marcas positivas del prestigio y va a propiciar, por tanto, el ascenso social.

La cuestión de si es esta la situación de las lenguas de señas en el mundo ya ha sido planteada (Báez & Cabeza, 1996; Padden, 2002), y de hecho es habitual percibir en las personas sordas adultas el temor a que la lengua de señas en que se expresan deje de existir¹⁴. A continuación consideramos los factores que pueden poner en situación de riesgo a las lenguas de señas de los sordos. Después, valoraremos aquellos otros que constituyen fuerzas contrarias y que podrían, por lo tanto, contribuir al mantenimiento de las mismas.

a) Factores demográficos

La comunidad sorda no está vinculada a un territorio particular, sino que, al tener su origen en una insuficiencia sensorial dependiente de factores genéticos y patológicos de diversa índole, se desarrolla en medio de la sociedad oyente, sin que existan fronteras naturales que creen lazos entre los sordos. Lo dicho en el apartado anterior a propósito de que estos crecen mayoritariamente en familias de oyentes da una idea de hasta qué punto esto es así.

Por otra parte, las necesidades comunicativas producen fuertes movimientos de cohesión, que dan como resultado un movimiento asociativo muy activo en la actualidad¹⁵. De hecho, en muchos casos, los lazos de cohesión surgen ya en los colegios, cuando el sistema educativo propicia el agrupamiento de niños sordos en el mismo centro¹⁶.

¹⁴ Este temor contribuye a reforzar el sentimiento de identidad de la comunidad sorda, que encuentra en su lengua la expresión simbólica más importante. Es representativo el debate en torno a los implantes cocleares, considerados por muchos sordos una auténtica amenaza para la supervivencia de las LS.

¹⁵ Para comprobarlo se pueden consultar las páginas web de algunas de ellas: Confederación Estatal de Sordos de España (CNSE), European Union Deaf (EUD), World Federation of the Deaf (WFD), etc. Están citadas con las referencias bibliográficas.

¹⁶ Hasta tal punto es así que se han descrito fenómenos de variación dentro de las lenguas de señas que vienen dados por el colegio de procedencia. Así, por ejemplo, Parkhust y Parkhust (2000) incluyen este factor entre los parámetros de variación de la LSE y Padden (2001) se refiere a las diferencias apreciadas en la ASL de la población negra de los Estados Unidos que había recibido una educación segregacionista.

b) Factores de estatus

Las lenguas signadas de los sordos no son nunca la única lengua de una comunidad lingüística. Necesariamente conviven con otra u otras lenguas orales con una posición inferior a estas en lo que se refiere al prestigio social. De hecho, en muy pocos estados una LS goza de algún tipo de reconocimiento oficial (Krausneker, 2000).

Como consecuencia de lo anterior, el impacto de las lenguas de señas en la confección de los programas educativos es mínimo, con escasas excepciones en el caso de colegios bilingües que la han adoptado como primera lengua vehicular dentro de las aulas (Plaza, en prensa).

Otro factor que juega en contra del estatus de las LS consiste en que los sordos están mayoritariamente confinados a profesiones poco prestigiosas¹⁷, debido a que la ausencia de adaptaciones a sus necesidades comunicativas produce un escaso éxito de los sistemas educativos. Esta situación tiene asimismo una repercusión en la posición de escasa influencia en los focos de poder.

La presión de la lengua oral de contacto se realiza a diferentes niveles. Citaremos sus efectos en la elección y conformación de registros y en la entrada de préstamos. Ambos aspectos merecen un estudio sistemático para valorar su alcance y su evolución y amortiguar sus efectos¹⁸.

Como ocurre con otras variedades vernaculares, las lenguas signadas necesitan consolidar una variedad formal no dependiente de la lengua estándar. En las emisiones de discurso público en lengua de señas española (LSE) se observa una cierta dependencia del español mayoritario en la medida en que no son tan frecuentes como en el habla espontánea los recursos más específicos de la LSE, en particular los derivados de la iconicidad. El resultado es un discurso que podría calificarse de neutro o “sin acento” y más fácilmente accesible por parte de los oyentes no usuarios habituales de la LSE. La fuerte conciencia de identidad lingüística contribuye a frenar esta tendencia en cierta medida.

En cuanto a los préstamos, estos tienen su entrada a través del alfabeto dactilológico. Ejemplificaremos con los topónimos, donde ha habido una enorme creación con este recurso sustentado en las letras del alfabeto, pero, como en el caso de la conformación de la variedad formal, ya ha aparecido la tendencia contraria, guiada por el impulso de mantener lo vernacular. Así, una gran cantidad de topónimos de la LSE se forman sobre la letra inicial del nombre del lugar. La vuelta a las formas más propias de la LSE consiste en sustituir la seña de base dactilológica por una creación de base más imagética, que representa un rasgo característico de la población denominada.

¹⁷ Al menos en el contexto social que conocemos, entre los sordos de Galicia. Sin embargo, Pad-den (2002: 249) señala que ya se han producido cambios en los Estados Unidos en lo que a esto se refiere, debido a que la educación propicia el acceso a una clase media profesional que antes era inaccesible para los sordos. Comenta la autora que los efectos de este cambio social pueden poner en peligro el sistema de relaciones en el interior de la comunidad sorda, ya que repercute en la creación de nuevas redes en las que la sordera no es ya el centro de la vida social.

¹⁸ Como es de esperar, los fenómenos de la interferencia lingüística varían en función del contexto y del grado de conocimiento de los interlocutores en las situaciones de contacto, y dan lugar a fenómenos de mezcla de códigos. En el caso de las LS, el efecto más habitual es la aparición de sistemas de comunicación bimodales, esto es, con soporte léxico gestual y un mayor o menor grado de presencia gramatical de la lengua oral de contacto. Lucas y Valli (1992) ofrece un estudio del contacto lingüístico en el contexto de la comunidad sorda de los Estados Unidos.

3.2. Aspectos positivos de la globalización para el estatus de las lenguas de señas

Creemos que algunos aspectos de la actual sociedad de la información benefician a los sordos, en la medida en que las formas de transmisión de esa información están cambiando y algunos de los cambios suponen adaptaciones hacia una modalidad visual. Vamos a comentar someramente cómo inciden en las vertientes de la comunicación, la información, la educación y la política lingüística.

En el terreno de la comunicación hay que señalar aquellos avances tecnológicos que facilitan la transmisión de mensajes escritos, en particular el correo electrónico y los mensajes SMS, y los audiovisuales, como la videoconferencia. Los mensajes escritos no solo contribuyen a la comunicación sino que, en el caso de los sordos, también inciden favorablemente en el grado de alfabetización, en la medida en que constituyen un medio poco formal de transmisión, lo cual hará que se venzan las barreras impuestas por los criterios de corrección, a los que estas modalidades no están tan sometidos como otros géneros clásicos de escritura. En lo que respecta a la videoconferencia, es preciso comentar que permite la comunicación visogestual a distancia entre usuarios particulares. Si bien es cierto que el sistema todavía está poco generalizado, creemos que su popularización es cuestión de poco tiempo, ya que los avances tecnológicos en telefonía van en la línea de ofrecer cada vez más prestaciones a precios asequibles¹⁹.

En referencia a la información, no nos cabe duda de que los cambios producidos en los soportes de transmisión han contribuido a hacerlos más adaptados a las necesidades de la comunidad sorda. Nos referiremos a internet como fuente de información, así como también a otros sistemas como el subtítulo o el teletexto de la televisión. Por lo que respecta a la red mundial, en ella los sordos encontrarán muchísimas páginas concebidas y dirigidas a sus intereses e inquietudes y, como en el caso de los mensajes escritos, la curiosidad que suscitan en ellos contribuye al desarrollo de habilidades de lectura, a veces en más de una lengua, debido al uso mayoritario del inglés en la red, que con frecuencia no es la lengua de la comunidad mayoritaria de contacto. En cuanto al teletexto, no solo permite el acceso al subtítulo de las cadenas de televisión, sino que también incluye páginas de información dirigida específicamente a la comunidad sorda. Las reivindicaciones de esta están teniendo repercusiones en el aumento del tiempo de subtítulo en la programación televisiva. Por otra parte, la generalización del sistema DVD como soporte de películas permite el subtítulo en diferentes lenguas, aunque en la práctica esta opción está todavía poco adaptada a las necesidades de los sordos.

Lo dicho anteriormente ayudará a comprender los efectos beneficiosos de las nuevas tecnologías aplicadas a la educación, no solo a través del acceso a internet desde los colegios, sino también por las posibilidades que ofrecen a la hora de adaptar los métodos de enseñanza a los nuevos soportes de transmisión²⁰.

¹⁹ Recientemente se ha difundido la noticia de que una empresa sueca de telefonía móvil había lanzado una campaña dirigida a los sordos para que estos pudieran usar el teléfono móvil para la comunicación visogestual a distancia.

²⁰ Todavía existen pocos materiales adaptados específicamente al aprendizaje de los niños sordos. Sin embargo, se pueden citar algunas iniciativas interesantes, como los materiales didácticos editados por el *Departament de Documentació i Elaboració de Materials Didàctics* de la Federación de Sordos Catalana.

Finalmente, atendiendo al objetivo concreto de este trabajo, nos referiremos al uso de internet como soporte de las reivindicaciones para mejorar el estatus de las lenguas de señas. Creemos que el efecto más positivo que tiene es el de la globalización del movimiento reivindicativo de la comunidad sorda. Las páginas web de las asociaciones y federaciones que existen a nivel local, nacional o supranacional pueden ser consultadas desde cualquier lugar, así como también los anuncios de los congresos internacionales (ver apartado de páginas web en las referencias finales). Contribuyen también a hacerse eco y a crear opinión sobre las noticias que se producen en relación a las mejoras en el estatus de las lenguas signadas.

3.3. Claves para el mantenimiento en el caso de las lenguas de señas

El trabajo de Padden (2002) transmite el temor de que las nuevas formas de vida, en las cuales las nuevas tecnologías juegan un importante papel, minen los cimientos de la lengua y la cultura de los sordos de los Estados Unidos de Norteamérica. Sus reflexiones se centran especialmente en cómo van desapareciendo algunos referentes que tenían el valor de símbolos de unidad.

Por otro lado, el reconocimiento del peligro que conllevan las nuevas formas de vida, menos cohesionadas geográficamente, y con menos apoyos en las instituciones que tradicionalmente constituían una referencia de unidad para los sordos (particularmente, los colegios y las asociaciones), conlleva un sentimiento de ansiedad que contribuye a conjurar el peligro:

(...) our constant anxiety about the demise of sign language (and its culture) has served as the salvation from peril. This constant anxiety and expectation of the demise of the culture, moves us forward into a constant cycle of rebuilding and preparing for the rebuilding of the culture. Acting out this anxiety in positive ways provides us with the hope that we will not let go. (Padden 2002: 258-259)

Padden (2002: 256), a partir de la observación de algunas LS de nueva creación, considera que la iconicidad es un rasgo que va a contribuir a la supervivencia de las LS, debido a su enorme potencial creador. La autora también atribuye el desarrollo gramatical y la complejidad de la lengua emergente a la existencia de un soporte institucional, que puede ser la escuela en la que los niños sordos entran en contacto (como ocurrió en Bluefields, Nicaragua, en un caso de creación de una lengua de señas que suscitó una enorme atención por parte de los lingüistas).

Desde nuestro punto de vista, la misma existencia de un grupo social constituido por personas sordas garantiza la continuidad de la lengua, en la medida en que crea la necesidad de comunicar a través de un canal viso-gestual.

Compartimos con Padden la idea de que el estado de alerta de los sordos es un factor de mantenimiento. El deseo de preservar la especificidad lingüística y cultural es una forma activa de lealtad lingüística.

Discrepamos, en cambio, en la consideración de la iconicidad como factor de supervivencia, al menos tal como lo defiende la autora, ya que relacionarlo con la capaci-

Son una colección de cuentos adaptados al público infantil sordo. Utilizan el formato de vídeo (vídeo analógico en los que están en soporte VHS y vídeo digitalizado en el CD-ROM) para las narraciones de los cuentos en lengua de signos catalana (LSC).

dad de crear recursos lingüísticos equivale a ignorar que todas las lenguas desarrollan procedimientos de creación. Lo que sí es cierto es que los de las lenguas de señas son peculiares, ya que se sustentan en la dimensión pluridimensional (en el tiempo y en el espacio) de los significantes signados. En nuestra opinión, esta especificidad de los recursos imagéticos propios de estas lenguas puede amortiguar la presión ejercida por la lengua oral que “rodea” a la lengua de signos, en el sentido de que la gramática de los hablantes competentes se vea afectada mínimamente por la gramática de la lengua oral mayoritaria. Sin embargo, faltan todavía estudios sobre este particular que permitan hacer afirmaciones más categóricas. No creemos que por ser lenguas visuales deban prescindir de las estrategias de defensa planteadas, entre otros por Yzaguirre (2001) para las lenguas minoritarias:

No es suficiente intentar promover iniciativas para la conservación e incluso la tecnificación de la mayoría de las lenguas (evitando aquellos casos donde la tecnificación conllevara la destrucción de las pautas sociales tradicionales, como en el caso de algunas lenguas amazónicas): hay que preservar para el mañana documentación rica de todas las lenguas en trance de desaparecer. Futuros hallazgos arqueológicos o progresos científicos en el conocimiento de la genealogía de las lenguas podrían verse malogrados por la imposibilidad de ser verificados en las lenguas hoy agonizantes. Creemos, pues, que hay que producir unos recursos lingüísticos básicos para todas las lenguas, sin consideración de su posible supervivencia: corpus de referencia de lengua escrita de 50 millones de palabras, corpus de referencia de lengua oral de 10 millones de palabras, corpus oral sistemático con todos los fonemas y difonemas y el vocabulario básico producido por una variedad significativa de locutores, inventario léxico exhaustivo con equivalencias en las lenguas del entorno, recopilación de textos escritos culturalmente significativos, inventario sintáctico (treebank), atlas dialectal- todas las obras gramaticales de su historia, 900 horas de grabaciones orales (cultura material / memoria cultural), 100 horas de grabaciones audiovisuales. Con más razón aún hay que desarrollar recursos lingüísticos para las lenguas que se pretenda preservar, especialmente los que mayormente puedan condicionar su plenitud de uso social, como los sistemas de reconocimiento o de síntesis del habla o la traducción mecánica.

Creemos que algo similar se puede aplicar también a las lenguas de señas, en el sentido de que es posible aprovechar las nuevas tecnologías para la grabación, procesamiento digital y almacenamiento de “textos” en lenguas signadas y, en el sentido de Yzaguirre, esto contribuirá a una rentabilización de los recursos a favor de las lenguas minoritarias. Así mismo, la posibilidad de crear programas de concordancias, procesadores de textos, gestores léxicos, analizadores etc., adaptables a diferentes lenguas, signadas en este caso, propiciará la democratización de las tecnologías.

BIBLIOGRAFIA

- AMATE GARCÍA, Mar e GIMÉNEZ LÓPEZ, Ana I. (2000), "Adquisición del lenguaje", in Martínez Sánchez, Francisco *et al.* (eds.), *Apuntes de lingüística de la lengua de signos española*, Madrid, CNSE, pp. 193-217.
- BÁEZ, Inmaculada e CABEZA, Carmen (1996), "A LSE: unha lingua minoritaria", in *XIII Semana Galega de Filosofía. Filosofía e Lingua*, Pontevedra, Aula Castelao de Filosofía, pp. 45-49.
- BASTARDAS, Albert (1996), "Política y planificación lingüísticas", in Martín Vide, Carlos (ed.), *Elementos de lingüística*, Barcelona, Octaedro, pp. 341-360.
- CHOMSKY, Noam (1999), *Language and politics*, Montreal, Black Rose Books.
- EDWARDS, Jorge (2004), "Los idiomas de la globalización", in *El País 10.000*, Madrid, 148-150.
- FOX, Jeremy (2004), *Chomsky y la globalización*, Barcelona, Gedisa.
- GARATEA, Jokin (2002), *El desarrollo y preservación de las lenguas minoritarias mediante las nuevas tecnologías*, (Traducción al español del original en euskera). GAIA, Asociación Cluster de Telecomunicaciones, del País Vasco, con el apoyo de la Comisión Europea y la colaboración de Eusko Ikaskuntza y el Grupo IXA, 2º Encuentro Internacional de los Multimedia y las Lenguas Minoritarias, 8 y 9 de noviembre, Donostia.
- GRIMES, Barbara F. (ed.) (2000), *Ethnologue: languages of the world*, Dallas, Summer Institute of Linguistics, 14ª edición.
- HOBSBAWN, Eric (2000), *Entrevista sobre el siglo XXI*, Barcelona, Editorial Crítica.
- JUNYENT, Carme (1993), *Las lenguas del mundo. Una introducción*, Barcelona, Octaedro.
- KRAUSNEKER, Verena (2000), "Sign Languages and the Minority Language Policy of the European Union", in Metger, Melanie (ed.), *Bilingualism & Identity in Deaf Communities*, Washington DC, Gallaudet University Press, pp. 142-158.
- LUCAS, Ceil e VALLI, Clayton (1992), *Language Contact in the American Deaf Community*, San Diego, Academic Press.
- MARCHESI, Álvaro (1987), *El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos*. Madrid, Alianza.
- MORALES, Esperanza (2004), "Educación bilingüe en lengua de signos y lengua(s) oral(es) en Barcelona y Madrid", in *Papers d'apansce*, nº 8.
- PADDEN, Carol (2001), "How Sign Language Works", in *I Congreso Nacional de Lengua de Signos Española*, Alicante (editado en vídeo por la Universidad de Alicante, cinta 8, 2002).
- PADDEN, Carol (2002), "The Future of American Sign Language", in Armstrong, David *et al.*, *The Study of Signed Languages. Essays in Honor of William C. Stokoe*, Washington DC, Gallaudet University Press, pp. 247-261.
- PARKHUST, Steven e Parkhust, Diana (2000), "La variación en las lenguas de signos: un estudio de causas y una metodología analítica", in Martínez Sánchez, Francisco *et al.* (eds.), *Apuntes de lingüística de la lengua de signos española*, Madrid, CNSE, pp. 219-246.
- PLAZA PUST, Carolina (2004), "The path towards bilingualism: Problems and perspectives with regard to the inclusion of sign language in deaf education", in Vermeer-

- bergen, M. & Van Herreweghe, M. (eds.), *To the Lexicon and Beyond. Sociolinguistics in European Deaf Communities*, Washington DC, Gallaudet University Press.
- RAMONET, Ignacio; RAMÓN, Chao e WOZNIAK, Jacek (2004), *Abecedario (subjetivo) de la globalización*, Barcelona, Seix Barral.
- SANTANA, Rafael (1999), "La educación del alumnado deficiente auditivo en el marco de una escuela para todos", in Torres Monreal, Santiago *et al.*, *Deficiencia auditiva. Guía para profesionales y padres*, Málaga: Aljibe, pp. 147-169.
- SHOPEN, Timothy (ed.) (1979), *Languages and their status*, Philadelphia, University of Pennsylvania.
- STOKOE, William (1960), *The sign structure: an outline communication systems of the American Deaf*, Studies in Linguistics, Occasional Papers 8, University of Buffalo.
- YZAGUIRRE, Maura Lluís de (2001), *Ingeniería lingüística y lenguas minoritarias*, UR Enginyeria lingüística-Institut de Lingüística Aplicada-Universitat Pompeu Fabra de yza@upf.es Euskonews & Media 107.zbk (2001 /1/19-26).

Páginas web citadas:

- Associação Portuguesa de Surdos: <http://www.apsurdos.pt/>
- Confederación Estatal de Sordos de España (CNSE): <http://www.cnse.es/>
- European Union of the Deaf (EUD): <http://www.eudnet.org/>
- Federació de Persones Sordes de Catalunya: <http://www.fesoca.org/>
- World Federation of the Deaf (WFD): <http://www.hearinglossweb.com/res/hlorg/wfd.htm>

Isabel Margarida Duarte

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto
(Unidade I&D 22/94); iduarte@letras.up.pt*

Falar claro a mentir

Neste trabalho, começaremos por fazer uma brevíssima reflexão acerca da relação entre os conteúdos ditos ou explícitos de um texto e os seus conteúdos implícitos. Passaremos, também de passagem, por algumas questões que dizem respeito ao relato de discurso na imprensa escrita. Exemplificaremos algumas convicções, por fim, analisando um texto de Joaquim Fidalgo¹, modo também de nos debruçarmos sobre as manobras argumentativas do discurso político que esse texto reproduz e comenta.

Quando falamos, para além daquilo que as palavras dizem claramente, há o que, não dizendo explicitamente, implicitam e, embora parecendo não dizer, o locutor comunica. O falante comunica quase sempre mais do que aquilo que diz e, às vezes, comunica diferente daquilo que diz. Os conteúdos do dito podem, pois, ser explícitos, realmente ditos, ou implícitos. Todos os falantes de uma língua têm, em maior ou menor grau, uma competência para ler nas entrelinhas, para descodificar implícitos, entender metáforas, fazer inferências, perceber subentendidos, compreender ironias². Pelo seu lado, o locutor controla as inferências que ficam ao dispor do alocutário.

Grice (1975) desenvolveu uma teoria das relações entre uma expressão, o seu significado, o significado atribuído pelo falante e as implicações da enunciação. Os implícitos são aqueles processos em que o enunciado diz algo mais ou até algo diferente daquilo que é explicitamente dito. São implícitos as pressuposições, as implicações, as alusões, as insinuações, os subentendidos, etc. No conjunto dos conteúdos implícitos, consideram-se dois grandes grupos: os que são agregados ao dito, ou convencionais e os não-convencionais, agregados ao dizer, à enunciação. Se os subentendidos decorrem, sobretudo, do contexto enunciativo, os pressupostos, as implicações e as implicaturas convencionais ancoram-se numa marca linguística.

Um exemplo de subentendido existiria, por exemplo, no enunciado *Está um dia bonito* do qual se pode subentender, num dado contexto enunciativo, que o locutor não tem

¹ Trata-se do texto “Falar claro”, *Público*, 14 de Março de 2004 (em anexo).

² Do ponto de vista da didáctica da leitura, é fundamental trabalhar, com os alunos, leitores em formação, textos que exijam deles algum esforço inferencial, a compreensão de implícitos, baseados em dados textuais ou contextuais.

mais nada a dizer ao alocutário. A compreensão do que é subentendido para além daquilo que é dito exige que o alocutário faça inferências. Estamos a usar o termo subentendido, de acordo com a terminologia francesa, para um tipo de fenómeno que Grice incluiria na implicatura conversacional. A informação que poderia ser transmitida (“Não há nenhum assunto de que possa falar consigo”) é, talvez, desagradável para o alocutário. Por isso ela não é fornecida explicitamente, mas é fácil, cremos, implicá-la ou subentendê-la.

Já os implícitos convencionais não decorrem do contexto, mas possuem, no enunciado, uma base, um suporte textual. A implicação é uma espécie de “depois”, uma vez que decorre do dito (*João esqueceu-se de fechar a porta* implica que *João não fechou a porta*). De igual modo, da verdade de *João é solteiro* decorre, por implicação, a verdade de *João não é casado*. A implicação é afectada quer pela negação, quer pela interrogação.

Para completarmos este quadro rápido, podemos ainda ter em conta as pressuposições (*O carro do João avariou*, para além de afirmar um dado estado de coisas acerca do carro do João (o posto), pressupõe a verdade de *O João tem um carro* (o pressuposto)). A pressuposição equivale a uma inferência na base também do que é dito. Não é afectada nem pela negação, nem pela interrogação. A designação pressuposição recobre, cremos, casos de implicatura convencional. Por exemplo, *João é português, logo, é corajoso* implicaria *os portugueses são corajosos*, sobretudo pela força do conector “logo”, ou seja, estaríamos perante uma implicatura convencional. Nestes casos, o que permite o seu desencadeamento é a presença de uma marca linguística associada, convencionalmente, ao valor implícito. Em *Até o Pedro faltou*, pela força de “até”, pressupõe-se que faltou mais gente para além do Pedro, faltou muita gente e não era previsível que o Pedro faltasse.

Resta ainda referir as chamadas implicaturas conversacionais: *Podes passar-me o sal, se fazes favor?* não é uma mera pergunta sobre a possibilidade que o interlocutor tem para passar o sal ao locutor, mas um pedido que este faz àquele, pretendendo agir sobre ele, no sentido de conseguir que o interlocutor lhe chegue, de facto, o sal e não lhe responda, apenas, *Posso*, ou *Não posso*.

As implicaturas não-convencionais não decorrem do dito, mas sim do contexto enunciativo. Podemos considerar as implicaturas não-convencionais, não-conversacionais, que têm que ver com o Princípio de Cortesia e das quais não vamos ocupar-nos e as implicaturas conversacionais, aquelas em que Grice (1975) se centra e que relevam do contexto de enunciação. Mesmo dentro deste grupo, Grice estabelece uma distinção entre as implicaturas conversacionais generalizadas, portadoras, ainda, de uma marca linguística (*Podes fechar a janela?*, embora seja uma pergunta à qual o interlocutor pode responder *Posso* ou qualquer outra resposta que recaia sobre a possibilidade que tem de executar o acto sobre o qual se pergunta algo, é entendida pelo interlocutor, no contexto em que é feita, eventualmente com uma janela próxima dos falantes, que está aberta, como um pedido para que ela seja fechada) e as implicaturas conversacionais particularizadas que decorrem apenas do contexto e do conhecimento que os interlocutores têm da comunicação humana, dos diferentes cenários e dos estados de coisas: a afirmação *Está corrente de ar* é normalmente entendida, por alguém que a ouve, como um pedido para que seja fechada a porta ou a janela pela qual o ar entra³.

³ O exemplo de subentendido que demos, anteriormente (“Está um dia bonito”), poderia ser incluído neste grupo.

Estas e outras considerações que venha a propósito fazermos são esclarecedoras, cremos, para a leitura, no sentido pleno, de muitos textos dos *media*, e também de muito do discurso político que por meio deles circula e neles é ampliado e comentado. As pressuposições e outros implícitos são estratégias discursivas utilizadas pelo locutor para, indirecta e subrepticamente, impor determinadas ideias ou opiniões: “Os políticos têm, de facto, uma enorme habilidade (ou necessidade...) de dizer-não-dizendo ou de não-dizer-dizendo – o que, para o caso, vem a dar no mesmo”.

Se os textos de imprensa escrita são construídos, sobretudo, com base em palavras ditas por outros locutores que não o jornalista, porque usam fontes, ou o que alguém disse ou declarou, como matéria com que se faz o texto, marcado por diferentes vozes que o atravessam, tem crucial importância, nesses textos, o modo como o jornalista usa as palavras dos outros interlocutores: os cortes que nelas opera, a selecção que faz, a forma como as cita, os arredores contextuais das palavras relatadas.

Faz portanto parte deste conjunto de questões o uso de aspas para delimitar, no texto, uma palavra ou expressão. Estas aspas isolam, graficamente, aquilo a que Jacqueline Authier (1978) chamou “ilhas textuais”, quer dizer, palavras que, num determinado discurso de um locutor, pertencem a um outro. O efeito que o relator pretende obter com estes marcadores de uma discontinuidade enunciativa são vários, sobretudo a não-assunção da responsabilidade por palavras de que não é, efectivamente, responsável, mas também, por vezes, a marcação de ironia distanciadora.

Em “não-qualquer-coisa”, “não-posição”, “não-assunto”, “não-resposta”, o jornalista cita alguns políticos portugueses que, à data da escrita da crónica, vinham utilizando estes eufemismos para falar de questões acerca das quais não queriam, verdadeiramente, ter de tomar posição pública (a descriminalização do aborto era uma delas). Quando se fala de discurso “aberto”, com aspas, está-se a citar ironicamente o senso comum, ou o jargão político, numa expressão mais uma vez eufemística, ou mesmo mentirosa, porque o discurso não é “aberto”, mas sim de tal modo ambíguo que não comprometa o seu enunciador com a verdade das palavras ditas. Quanto às aspas em “desafio”, é porque a palavra é de Paulo Portas, mas subentende-se que, no entender do locutor, este de que se fala é um falso desafio (como, aliás, o discurso é falsamente “aberto”), não passa de uma tentativa de Portas se credibilizar perante a opinião pública portuguesa (o mesmo acontece, algumas linhas abaixo, com a palavra “repto”, usada com valor semelhante e em que as aspas têm idêntico funcionamento distanciador ao das que isolam “desafio”). A expressão “à velha maneira” remete os leitores mais velhos e politizados para debates televisivos famosos em que Mário Soares entrou. Já a palavra “menino” referida a Portas e entre aspas, não pode ser atribuída a Soares, mas sim, com toda a carga irónica que tem, ao próprio cronista. É, neste contexto, claramente depreciativa, sobretudo por contraste com a outra palavra que vem, a seguir, entre aspas, desta vez referida a Soares: “patriarca”.

Contrariamente a estes casos, as aspas que constituem uma fronteira de discurso, nos outros dois exemplos da crónica, são marcadores citacionais que delimitam seqüências de discurso directo. Uma delas está introduzida mais ou menos canonicamente: “Falou assim o ex-Presidente:”. A outra é um discurso directo incluído num discurso indirecto: “Se, amanhã, perguntarmos a Mário Soares se ele disse a Paulo Portas “Cresça e apareça!”, ele dirá que não disse isso, de modo nenhum.”

Outros discursos indirectos são “[...], Soares lá sugeriu com o seu sorriso bonacheirão que o “menino” ainda tinha muito que pedalar para ter acesso a um tal confronto. Que tinha, primeiro, que fazer obra que visse.” Neste caso, o relator tem toda a conveniência em usar uma forma de transposição do discurso relatado que lhe permita sumariar, refazer o discurso do outro, relatando não o que Mário Soares efectivamente disse, mas sim aquilo que podemos subentender daquilo que disse. À frase que se inicia pela conjunção integrante falta, mesmo, a oração subordinante, que temos de subentender, do tipo de “E Soares sugeriu ainda”. Estamos perante um mecanismo como aquele que Bally descreveu em 1912 e que pode estar na base de algo semelhante ao discurso indirecto livre: uma intervenção que começa por ser relatada em discurso indirecto canónico, para «escorregar» lentamente para um modo mais livre de discurso indirecto. Estas são ocorrências de discurso indirecto «impressionista»⁴. O efeito de discurso indirecto livre é conseguido, neste texto, não só por este relato indirecto que não está precedido de oração subordinante, mas também pela abundância de expressões e palavras entre aspas, da responsabilidade de outros enunciadores que não o cronista. Para o mesmo efeito, concorre a expressão “de modo nenhum” (em “[...] ele dirá que não disse isso, *de modo nenhum*”), em que pressentimos o eco das palavras de Mário Soares, de forma relativamente nítida.

Tal como o discurso de imprensa, também o discurso político é extremamente hábil e até ardiloso na forma de citar, permitindo sempre a abertura de uma porta por onde o locutor possa fugir, dizendo que não queria dizer aquilo que dizem que ele disse, ou que deturparam as suas palavras retirando-as do contexto original, ou atribuindo-lhes um sentido que não era o delas, ou até dizendo que não se disse aquilo que se disse, porque não se falou claro⁵. É não só possível como até frequente “dizer-não-dizendo” ou “não-dizer-dizendo”, formulações que nos reenviam, simultaneamente, para a teoria dos actos indirectos de Searle (1976) e para o célebre artigo de Henri Paul Grice, “Logic and Conversation” (1975). Quer dizer: o discurso político pode utilizar (e utiliza frequentemente) a palavra para implicar um sentido que não é explicitamente dito, mas facilmente dedutível daquilo que é efectivamente dito e que está contido no sentido convencional das palavras realmente usadas. Mas o sentido, como sabemos, não decorre, exclusivamente, do significado convencional dessas palavras. Tem também a ver com a identidade dos interlocutores e suas intenções comunicativas e outras, com as relações que entre eles estabelecem e com o estado de coisas a que as suas palavras se referem, o momento e o lugar da enunciação, e umas quantas regras e princípios conversacionais e não só (de cortesia, p.e.), que regem a comunicação entre as pessoas. Locutor e alocutário partilham saberes e crenças anteriores ao momento em

⁴ Para utilizarmos a terminologia de Bakhtine, M. (1929), 1977, *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.

⁵ O ex-Ministro Gomes da Silva falou, a propósito das relações entre *media* e Governo, da existência de uma “cabala” entre os jornais *Expresso*, *Público* e o ex-comentador da TVI, Marcelo Rebelo de Sousa. Dadas as reacções violentas à teoria da cabala, fez um desmentido formal. Afirmou “que as suas declarações tinham sido truncadas na sua totalidade” (in *Público*, 21 de Outubro de 2004). Perante isto, e para que o dito não pudesse vir a ser dado por não-dito, as televisões “repetiram na íntegra a parte do diálogo que [o Ministro] manteve com os membros da AACs [Alta Autoridade para a Comunicação Social] sobre a cabala. E, para que não restassem dúvidas, até incluíram legendas”. Eis como, apesar de tudo, nem sempre se pode dizer que não foi dito o que realmente se disse e ficou gravado.

que comunicam e, se isso é válido para as trocas verbais entre actores que são políticos, também o é para o jornalista que escreve um texto e os leitores que o lêem.

A ideia básica de Grice é que as nossas trocas de palavras são o resultado de esforços de cooperação, de que existe um Princípio de Cooperação, segundo o qual todas as pessoas contribuiriam sempre, de modo pertinente, para as tocas conversacionais em que se vêem envolvidas. Tal princípio diria mais ou menos o seguinte: que a tua contribuição conversacional corresponda ao que te é exigido na situação em que ocorre. Mas, por vezes, parece que, pelo menos em aparência, algumas das trocas não estão a respeitar esse Princípio de Cooperação. O que se passaria então, segundo Grice? Mesmo quando tal não pareça e dado que os interlocutores sempre cooperam conversacionalmente, é porque, ao parecer que estão a desrespeitar o princípio cooperativo, estão, antes, a violar alguma das Máximas Conversacionais que Grice também enuncia, no mesmo estudo de 1975. Ou seja: às vezes, a regra é violada a nível daquilo que é dito, mas é respeitada, ou melhor, o Princípio de Cooperação é respeitado, a nível daquilo que é implicado. Esta teoria é fundamental para se compreender a habilidade retórica de Mário Soares, de que o texto de Joaquim Fidalgo se ocupa.

A familiaridade entre o autor do texto e o seu destinatário, sem a qual este não se sentirá sequer predisposto a entrar no jogo de subentendidos que lhe é proposto, constrói-se de vários modos, entre eles o recurso à interacção locutor / alocutário de que é sinal a interrogativa (“Confuso?...”), bem como o uso frequente de fraseologias oralizantes que tornam a leitura da crónica uma espécie de conversa cúmplice entre dois interlocutores que partilham saberes (linguísticos e extra-linguísticos) e um sistema de crenças anteriores ao pacto de leitura.

As partículas modais incluídas no discurso do cronista contribuem, igualmente, para a oralização do seu estilo, isto é, para tornar mais verosímil o tom de conversa e intimidade com o leitor: “lá sugeriu”, “cá para nós”. “Lá” indicia que, como era previsível, a posição de Soares era a esperada: não aceitar o “desafio” de Portas, acrescentando à recusa um comentário de que o seu adversário saísse depreciado e enfraquecido. O “cá” parece instituir um espaço enunciativo de proximidade cúmplice entre o autor e o leitor, não sendo de descartar a hipótese de esse espaço incluir também Soares: “[...] – porque, cá para nós (não é, dr. Soares?...), foi isso mesmo que ele quis dizer, [...]”.

As fraseologias de teor familiar são variadíssimas: “cresça e apareça”, “continua aí para as curvas”, “a bem dizer”, “para o caso, vem a dar no mesmo”, “com quem ele se foi meter!”, “tinha muito que pedalar”. Muitas destas fraseologias envolvem também metáforas cuja compreensão exigiria que um leitor pouco eficiente em língua portuguesa fizesse inúmeras inferências para as tentar compreender. Se tal não é necessário, é porque essas metáforas entraram na língua e se cristalizaram e banalizaram, dentro ou fora das fraseologias em que as vamos encontrar (cf. Vilela, 2003): “continuar para as *curvas*”, “*cortante* perfídia”, “ficar *gravado*”, “*cena* política”, “*jogos* de poder”, “discurso *aberto*”, “*envoltas numa capa*”, “*desafio*”, “*pedalar*”, “*atestado*”, “*jogo de espelhos* da política”, “*jogo* de insinuações”. Na metáfora, a primeira regra da qualidade de Grice (1975) é violada: as palavras não podem ser compreendidas no seu sentido literal. O que diz a máxima da qualidade é “Que a tua contribuição seja verdadeira” e a segunda regra específica: “não afirmes aquilo de que te faltam provas.” Quando se diz que Paulo Portas terá muito que “pedalar” para poder discutir com Mário Soares, não

se está a afirmar que o líder do PP terá de andar de bicicleta durante muito tempo. Esta metáfora irónica pertence a um registo familiar de língua e tem um outro sentido que o leitor facilmente descodifica. O que o locutor quer mesmo dizer é que Paulo Portas não está ao mesmo nível nem político nem de capacidade de argumentação de Mário Soares e que este não lhe concede sequer o direito de se considerar digno de um debate público com ele.

Como vimos, a presença do alocutário no texto é um convite à cumplicidade, dado que ele é directamente interpelado. “Confuso?...”. Uma outra hipótese de interpretação é a de o locutor estar, por meio desta interrogação, a antecipar um comentário previsível do alocutário. Este está ainda presente, em comunhão com o locutor, na primeira pessoa do plural englobante que aparece na crónica: “**todos** adivinhávamos”, “**nos** ficou”. A partilha de um sistema de crenças é visível, por exemplo, nas palavras e expressões através das quais é caracterizado o Dr. Mário Soares: “paternal bonomia”, “sorriso bonacheirão”, “patriarca”, “ironia bonacheirona”. Isto porque tal caracterização coincide com a que o senso comum e a maioria dos portugueses fariam do ex-Presidente da República. Para saber ler a crónica (ler no sentido de compreender), o destinatário tem de conhecer as personagens que nela intervêm, nomeadamente Mário Soares e Paulo Portas.

A mesma cumplicidade locutor/alocutário é pressuposta (e reforçada) nos parêntesis que o cronista intercala no seu texto e que parecem meros desabafos, que são do locutor, mas poderiam, igualmente, ser atribuídos ao alocutário, ou à voz do senso comum. É o caso, por exemplo, de “(com quem ele se foi meter!...)”.

Igualmente necessário para que locutor e alocutário se sintam parte de uma mesma comunidade de crenças e saberes é que este consiga perceber e descodificar a ironia presente no discurso daquele. A asserção inicial e as orações consecutivas do excerto seguinte, que concorrem para superlativar a ideia da instabilidade dos tempos de hoje – juntamente com os adjectivos “fugaz”, “incerto” e “complicados”, todos apontando num sentido disfórico –, criam um cenário de leitura que o leitor tem de fazer corresponder, não ao que o locutor pensa do mundo, mas sim ao que finge que pensa do mundo, apropriando-se das pseudo-crenças de um enunciador outro, que seria o político, cujas opiniões e actuação não partilha:

Compreende-se: a realidade é sempre tão fugaz, o dia de amanhã sempre tão incerto, os jogos de poder sempre tão complicados, que é útil ter um discurso suficientemente “aberto” a todas as hipóteses futuras, [...].

Voltemos a Grice e às sugestões do seu texto “Logic and Conversation” (1975). Mário Soares disse *p*

Se eu fosse uma pessoa pretensiosa – que não sou –, dir-vos-ia: o dr. Paulo Portas cresça e apareça. Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido nenhum.

e observa o Princípio de Cooperação e as suas regras, já que tal princípio seria sempre respeitado, segundo a opinião algo ingénua de Henri Paul Grice. Mário Soares sabe (e sabe que o destinatário sabe que ele sabe) que esse destinatário percebe ser necessário subentender que ele pensa $\sim p$, mas, antes, *q* (o Dr. Paulo Portas não tem craveira política para ser digno de discutir comigo). Por outro lado, não há nada que impeça

quem ouve Mário Soares de pensar *q*, pelo contrário. Mário Soares quer pois que o destinatário, ou, pelo menos, deixa o destinatário pensar que *q*, portanto, deduz-se que implicou, conversacionalmente, *q*.

Mais. Mário Soares diz que não vai dizer *q*. Mas “o não-dito [*q*] é o que fica dito. E, tendo sido dito, pode ser invocado como não-dito”. Repare-se: “se eu fosse uma pessoa pretensiosa – que não sou –, dir-vos-ia: *q*. Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido”. *Q* pode ser invocado como não-dito. Mas foi, de facto, dito, como citação hipotética ou provável, em discurso directo dependente de uma oração subordinada condicional de valor contrafactual. Por isso temos o imperfeito do conjuntivo (“fosse”) e o condicional (“dir-vos-ia”).

Eis uma prova de que o discurso directo não é, como costuma afirmar a gramática tradicional, a reprodução textual e objectiva de palavras previamente ditas por um locutor, mas sim um recurso, entre outros, de reproduzir palavras que podem nem sequer ter sido ainda pronunciadas, mas fazer apenas parte de um cenário de hipóteses. A estratégia política consiste em, dizendo quais são as palavras que se diriam numa determinada circunstância (“se eu fosse pretensioso”), circunstância que é negada a seguir (“que não sou”), elas ficarem de facto ditas, registadas e passarem, a partir daí, por força do peso simbólico do locutor que as disse, a ser citadas, reproduzidas e comentadas. É a este fenómeno de estratégia discursiva que Joaquim Fidalgo se refere ao escrever:

[...] **ora** dizendo em meias palavras para amanhã poder invocar as outras meias não ditas, **ora** não dizendo mas apenas sugerindo para que o recuo seja possível, **ora** – suprema sofisticação – dizendo que não se vai dizer aquilo que se diz de facto. E o não-dito é o que fica dito. E, tendo sido dito, pode ser invocado como não dito.

A disjuntiva sublinhada sugere a volubilidade das posições dos actores políticos, incapazes de manter uma atitude coerente em matéria de produção de discurso. O jornalista, partilhando, previsivelmente, a opinião dos seus também previsíveis leitores, utiliza adjectivação claramente valorativa para se referir às manobras verbais de Mário Soares (“**suprema** sofisticação”), pelas quais quer ele quer os destinatários da crónica sentem, apesar de tudo, uma evidente admiração e talvez simpatia:

Nada melhor que o **delicioso** exemplo recente de Mário Soares, figura **superlativa** do exercício de retóricas **hábeis** e, por vezes, tremendamente corrosivas, mesmo se envoltas numa capa de paternal bonomia⁶.

Mas, ao mesmo tempo que reconhece habilidade ao “exercício de retóricas hábeis” realizado por Mário Soares, o cronista considera-as “corrosivas”, escreve que, – e esta é a orientação argumentativa fundamental do texto –, “o jogo de espelhos da política”, permitindo “salvar certas aparências”, não permite salvar “nada mais, se falarmos claro”. Ao acrescentar, quase no final do texto (mesmo antes do último parágrafo que é uma conclusão), a oração subordinada condicional, “se falarmos claro”, Joaquim Fidalgo sugere, indicia que Mário Soares entrou no jogo, foi habilidoso, mas não falou claro, isto é, não disse a Paulo Portas “cresça e apareça”, que era o que queria dizer. Não o

⁶ Sublinhados meus.

dizendo claramente, apesar de tudo “foi isso que nos ficou gravado”, “pois foi isso mesmo que ele quis dizer”. Ou seja, possivelmente, o que o ex-Presidente da República fez foi não falar claro, mas falar verdade a mentir: “Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido”. A verdade é que a “coisa” já tinha sido dita.

O último parágrafo inicia-se, justamente, pela asserção da tese que o jornalista defende através do exemplo analisado (e por isso temos uma topicalização): “O problema é que, em política, só muito raramente se fala claro.”

Comentando o “lamentável jogo de insinuações e de silêncios, por parte de alguns políticos espanhóis, a propósito da autoria do massacre de Madrid”, Joaquim Fidalgo pergunta, numa tentativa de implicar o leitor no seu próprio raciocínio: “E qual foi o resultado de não se ter falado claro?” Dado que estávamos perante uma pergunta de retórica, o locutor responde, numa fórmula típica de, em registo familiar, se corroborar, com alguma ironia, uma opinião (“Viu-se...”), neste caso subentendida, já que locutor e alocutário conhecem qual foi o resultado a que a pergunta de retórica se refere: a penalização eleitoral de quem não falou claro. O seu ponto de vista fica marcado pela anteposição do adjectivo de vincado pendor judicativo (“lamentável”), pelo valor pejorativo da metáfora (“jogo de insinuações e de silêncios”) e pelos pressupostos decorrentes da mesma expressão: houve “insinuações e silêncios” condenáveis, pelo menos apreendido o sentido do episódio do lugar de onde Joaquim Fidalgo lê o mundo.

Esse ponto de vista aproxima-se daquele que o cronista espera que o seu leitor tipo adopte. Antecipa que, tal como ele, o leitor admira a habilidade política de Mário Soares e aplaude (mais ou menos implicitamente) a resposta que este dá a Paulo Portas, que pretenderia receber, de Soares “uma espécie de atestado de credibilidade” que o ex-Presidente não está disposto a conceder-lhe. Mas Joaquim Fidalgo procura, desmontando o artifício retórico de Soares, que consiste em dizer que não irá dizer o que realmente diz, fazer com que o leitor tome partido a favor da necessidade de se falar claro, contrariando o mais ou menos ardiloso hábito dos políticos de falarem claro, mas a mentir.

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER, Jacqueline (1978), “Les formes du discours rapporté – Remarques syntaxiques et sémantiques à partir des traitements proposés”, in *DRLAV* n° 17, pp. 1-87.
- BAKHTINE, Mikahil (1929) [1977]), *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BALLY, Charles (1912), “Le Style Indirect Libre en Français Moderne”, I e II, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, Heidelberg, pp. 549-556 e 597-606.
- GRICE, Henri Paul, “Logic and Conversation”, in *Syntax and Semantics*, vol. III, *Speech Acts*, ed. Cole, & Morgan, Academic Press Inc., pp.41-58
- VILELA, Mário (2002), *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra, Almedina.

In *Público*, 04-03-17 [Pg 87]

Falar claro

JOAQUIM FIDALGO

A moda do "não-qualquer-coisa" ("não-posição", "não-assunto", "não-resposta") continua aí para as curvas. Aliás, a bem dizer, ela sempre teve o seu lugar, sobretudo na cena política, embora conjugada de modos mais diversos, mais subtis. Os políticos têm, de facto, uma enorme habilidade (ou necessidade...) de dizer-não-dizendo ou de não-dizer-dizendo – o que, para o caso, vem a dar no mesmo. Compreende-se: a realidade é sempre tão fugaz, o dia de amanhã sempre tão incerto, os jogos de poder sempre tão complicados, que é útil ter um discurso suficientemente "aberto" a todas as hipóteses futuras, ora dizendo em meias palavras para amanhã poder invocar as outras meias não ditas, ora não dizendo mas apenas sugerindo para que o recuo seja possível, ora – suprema sofisticação – dizendo que não se vai dizer aquilo que se diz de facto. E o não-dito é o que fica dito. E, tendo sido dito, pode ser invocado como não-dito.

Confuso?...

Nada melhor que o delicioso exemplo recente de Mário Soares, figura superlativa do exercício destas retóricas hábeis e, por vezes, tremendamente corrosivas, mesmo se envoltas numa capa de paternal bonomia. Respondendo ao "desafio" de Paulo Portas (com quem ele se foi meter!...) para um debate de ideias "à velha maneira", uma espécie de frente-a-frente televisivo, Soares lá sugeriu com o seu sorriso bonacheirão que o "menino" ainda tinha muito que pedalar para ter acesso a um tal confronto. Que tinha, primeiro, de fazer obra que se visse. Porque debater de igual para igual com Mário Soares não é para qualquer um – e muitos desejá-lo-iam apenas para, com isso, receberem do "patriarca" uma espécie de atestado de credibilidade.

Até aqui, tudo normal. Daqui para diante, tudo também normalíssimo (a reacção de Soares ao "repto" de Portas foi a que todos adivinhávamos), mas com um toquezinho de cortante perfídia. Falou assim o ex-Presidente: "Se eu fosse uma pessoa pretensiosa – que não sou –, dir-vos-ia: o dr. Paulo Portas cresça e apareça. Mas eu não vou dizer uma coisa dessas, porque não tem sentido."

Cá está. Se, amanhã, perguntarmos a Mário Soares se ele respondeu a Paulo Portas "Cresça e apareça!", ele dirá que não disse isso, de modo nenhum. Mais, até dirá que disse que não o dizia. Mas dizendo que o não dizia, disse-o... E foi isso que nos ficou gravado – porque, cá para nós (não é, dr. Soares?...), foi isso mesmo que ele quis dizer, e foi isso mesmo que ele realmente disse. Com a ironia bonacheirona de um "não-dito", que no plano meramente formal (de que tanto vive o jogo de espelhos da política) permite salvar certas aparências. Mas nada mais, se falarmos claro.

O problema é que, em política, só muito raramente se fala claro. E o que fica por dizer em certos momentos pode dizer muito mais, muito mais alto, do que o berro mais gritado. Atente-se no lamentável jogo de insinuações e de silêncios, por parte de alguns políticos espanhóis, a propósito da autoria do massacre de Madrid, tendo como fundo algum aproveitamento eleitoral. E qual o resultado de não se ter falado claro? Viu-se...

Jaime Ferreira da Silva

*Departamento de Romanística da Faculdade de Filologia da Universidade de Bochum;
jaime.dasilva@t-online.de*

“Onde está Madrid?”, “Onde é Madrid?” e “Onde fica Madrid?”

(Algumas considerações acerca do uso do verbo <estar> em situações deícticas, e dos casos em que o verbo <ficar> pode ou não substituir <ser> e <estar>. Achega para uma nova edição da *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mário Vilela)

O problema

No seu (aliás excelente) manual de língua portuguesa para Alemães, que tão bons serviços prestou aos cooperantes da antiga República Democrática Alemã enviados para Angola e Moçambique, após a independência destas colónias portuguesas, escreve Helmut Rostock, entre outras coisas, o seguinte, acerca do uso do verbo <estar>:

„estar“ wird in Aussagen über Zustände oder zufällige Merkmale verwendet. Dazu gehören Aussagen, die eine Ortsangabe, z.B. in Form der Wörter „*aqui* – hier“, „*onde* – wo“ oder in Form der Präposition „*em*“ bzw. mit „*em*“ zusammengesetzter Wörter enthalten (em casa – zu Hause) [...]. (Rostock, 1988: 24). [‘estar’ é usado em enunciados acerca de estados ou de características acidentais. Disto fazem parte enunciados contendo uma indicação de lugar, por exemplo sob a forma das palavras “*aqui*”, “*onde*” ou sob a forma da preposição “*em*” ou em grupos de palavras com “*em*” (em casa)].

Os exemplos aduzidos pelo autor, como seria de esperar, não estão em desacordo com esta regra:

“Onde está a vizinha?” – “A vizinha está aqui.” “Estou em casa.” “Estão no correio.” (*Id., ibid.*).

Se quisermos, porém, sair do âmbito de “indicações de lugar” de carácter não transitório, portanto diferentes das que são apresentadas nas frases exemplificativas citadas, caímos numa situação que já não pode ser, adequadamente, descrita pela regra de Rostock, supra mencionada:

“Onde é Madrid? – Madrid é em Espanha”, “Onde é a Patagónia?”, “Onde é o correio?”, “Onde é o novo banco?”, “Aqui é o Ministério dos Negócios Estrangeiros e acolá é o das Finanças”, “Ali é a Embaixada da Austrália”, “Acolá é o Jardim Zoológico”.

Para que os aprendentes de Português possam produzir correctamente estas frases, a regra de Rostock (aut. cit., _1988: 23), acerca do uso do verbo <ser>, deverá ser completada com o que, a seguir, vai em itálico, uma vez que não contempla este caso especial do emprego desta cópula, que aqui também se afasta do Castelhana, aquele idioma tão parecido com o Português:

*„ser“ wird in Aussagen über Eigenschaften oder Merkmale verwendet, die vom Sprecher als ‚nicht veränderlich‘ betrachtet werden. Dazu gehören Aussagen, die eine Ortsangabe enthalten, die sich auf geographische Begebenheiten oder Standorte von Einrichtungen, Gebäuden, Behörden usw. bezieht. [„ser“ emprega-se em enunciados sobre qualidades ou características que o falante considera como ‚imutáveis‘. Disto fazem parte enunciados **que contêm uma indicação de lugar; que se refere a dados geográficos ou à localização de instituições, edifícios, repartições públicas, etc.**]*

Há, porém, contextos, em que é possível usar o verbo <estar> para “indicações de lugar” deste último tipo (sendo este, de resto e como é sabido, o uso normal do Espanhol, ao contrário do Português):

“Diga-me, se faz favor, onde está agora o novo edifício dos correios? – Olhe, o novo edifício está ali, ao lado daquele banco, 100 metros à sua esquerda”. “O Ministério dos Negócios Estrangeiros já não é no Palácio das Necessidades? Onde está agora?”

Por outras palavras: caso tenha havido uma deslocação do lugar anterior em que se encontrava um edifício ou uma instituição, pode empregar-se o verbo <estar>.

Relativamente ao uso de <estar> ligado a indicações geográficas, também há um contexto déitico em que isto é possível. Por exemplo, diante de um mapa-mundi, pendurado na parede, pode-se usar este verbo da seguinte maneira:

“Mostre-me, aqui neste mapa, onde está Madrid”, “Diga-me onde está a Austrália”, “Aponte para que lado está o Vale do Ruhr: para o Ocidente ou para o Leste?”.

Outra situação déitica deste tipo é a seguinte: Num ponto alto, ou num miradouro, poder-se-ão fazer perguntas como, por exemplo:

“Aqui, no cume da Serra da Estrela, em que direcção está o Atlântico? Para que lado está a Serra de Gredos? Onde está a Beira Baixa?”, “Aqui, no piso oitavo deste edifício da Universidade de Bochum, mostre-me onde está a Biblioteca Geral? Onde está a Cantina Universitária? Onde está a secretaria da Universidade? Onde está o edifício GA? Onde está o Jardim Botânico?”.

Entra em cena o verbo <ficar>

Tanto nos exemplos dados para as “indicações de lugar” de carácter não transitório (em que se usa o verbo <ser>) como para todos os exemplos, elencados supra, do uso do verbo <estar>, pode-se empregar, em vez destes dois verbos – e sem que o significado se altere – um terceiro: <ficar>. Assim:

“Onde é Madrid?” ou “Onde fica Madrid?”, “Madrid é em Espanha” ou “Madrid fica em Espanha”, etc. Do mesmo modo: “Mostre-me, no mapa, onde está Madrid” ou “Mostre-me, no

mapa, onde fica Madrid”, “Onde está, agora, o novo edifício dos correios?” ou “Onde fica, agora, o novo edifício dos correios?”, etc.

<Ficar>, neste contexto, poderá portanto parafrasear-se como <ficar situado>. Daí que possa substituir tanto <ser> como <estar>, neutralizando a oposição que há entre os dois mencionados verbos, nos casos já referidos.

Por outro lado, tratando-se das “indicações de lugar” de carácter transitório, há uma diferença entre o uso de <estar> e de <ficar>, ou seja, aqui, estes dois verbos já estão, efectivamente, em oposição. Por conseguinte:

“Onde está a vizinha?” não é a mesma coisa que “Onde fica a vizinha?”, e “A vizinha está em casa” é diferente de “A vizinha fica em casa”. Neste contexto, o verbo <estar> corresponde ao alemão “sich befinden/aufhalten”, enquanto que o verbo <ficar> se deverá traduzir por “bleiben”. Portanto teríamos, em alemão, as seguintes oposições, respectivamente: “Wo ist/befindet sich [sc. jetzt] die Nachbarin?” vs. “Wo bleibt/soll bleiben die Nachbarin [sc. jetzt oder heute Nacht]?” e “Die Nachbarin ist zu Hause” vs. “Die Nachbarin bleibt zu Hause”.

Conclusão

O assunto que tratei é do conhecimento de qualquer falante da língua portuguesa, em especial dos que usam este idioma conscientemente. Por isso é tanto mais estranho que, até agora, nada tenha sido publicado a este respeito, que eu saiba. Fica aqui esta breve sugestão, para que outros retomem o tema, com maior desenvolvimento.

Por outro lado, e uma vez que o Castelhana está sendo tomado muito a sério, actualmente, tanto em Portugal como no Brasil (e ainda bem que assim é), temos aqui mais uma diferença entre estas duas línguas ibero-românicas pelo que diz respeito ao uso dos verbos <ser> e <estar> (para já não referir <ficar>, que apresenta características muito especiais também).

Finalmente é um pormenor a levar em conta por quem ensina Português a quem já sabe Espanhol. E vice-versa.

Bochum, 4 de Outubro de 2004.

BIBLIOGRAFIA

ROSTOCK, Helmut (1988), *Lehrbuch der portugiesischen Sprache*, Leipzig, München, Enzyklopädie, Langenscheidt.

Jeroen Dewulf

Faculdade de Letras da Universidade do Porto; jdewulf@letras.up.pt

E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística*

1492 não é só um ano histórico por causa da descoberta da América, é também o ano em que aparece a primeira gramática da língua espanhola. Em resposta à pergunta da rainha Isabel, que queria saber para que podia servir uma tal gramática, o bispo de Ávila disse-lhe as palavras mágicas: “Serve para governar, Vossa Majestade”. Por mais distintos que estes dois acontecimentos possam parecer, na verdade têm muito a ver um com o outro. Com a descoberta da América, a Espanha passou a ser a primeira potência mundial, tornou-se num império orgulhoso, convicto da sua missão de espalhar pelo mundo todo os seus valores, a sua religião e...a sua língua. De facto, a história de uma língua é sempre o espelho da história política de uma região. Dito doutra forma, a história de uma língua tem tudo a ver com poder.¹ Nada exemplifica melhor esta realidade do que a famosa expressão em *Jiddisch*, segunda a qual “uma língua não é mais do que um dialecto com um exército”.

Na linguística contemporânea, o poder tem-se tornado numa questão fundamental. Isto enquanto durante várias décadas, a linguística tradicional tentava a todo o custo manter uma posição objectiva e apolítica. Para designar a razão desta viragem significativa na linguística, costuma-se recorrer à expressão inglesa: „The Others speak back“. A expressão refere-se àquelas pessoas, que desde o início do colonialismo tinham sido condenadas à passividade, mas que recentemente têm tomado a palavra para questionar o que nunca dantes tinha sido questionado. A primeira ciência a sentir as consequências desta viragem pós-colonial nas ciências humanas foi a antropologia, a “criada do colonialismo” como Claude Lévi-Strauss alguma vez lhe chamou. Depois

* A presente comunicação insere-se no projecto “literatura e identidades” do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Unidade I & D, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI) do Quadro Apoio III.

¹ Cfr. Ashcroft: „One of the main features of imperial oppression is control over language. The imperial education system installs a ‚standard‘ version of the metropolitan language as the norm, and marginalizes all ‚variants‘ as impurities.“ (Ashcroft *et al.*, 1989:7)

seguiram-se a história, a sociologia, os estudos literários e, recentemente, também a linguística.

De facto, o tempo em que a linguística era o monopólio de cientistas brancos, oriundos quase exclusivamente de países ocidentais, pertence definitivamente ao passado. Sobretudo universidades norte-americanas têm, nos últimos anos, seguido uma política no sentido de diversificar a origem étnica dos seus docentes e não é por acaso que as vozes mais críticas em relação à linguística tradicional, que tanto medo tinha em abordar questões ligadas ao poder, têm surgido fundamentalmente a partir dos Estados Unidos.

Ilustrativo neste contexto foi o que aconteceu no âmbito de uma conferência sobre criouliismo na Universidade de Chicago em Outubro de 1999. Numa discussão que se seguiu a uma das palestras ali apresentadas surgiu a questão se a diferença entre línguas consideradas crioulas e línguas “não-crioulas” não se baseava, afinal, num modelo ocidental, imperialista e racista.²

Estas dúvidas não são novas. Já há algum tempo, certos linguistas têm insistido no facto de que a linguística não oferece critérios objectivos que permitam distinguir entre línguas crioulas e não-crioulas. Assim, em *Language Creation and Language Change* (2001) Michel de Graff escreveu que “[...] any property found in creole languages is [...] also found in some noncreole language. In Hall’s words, ‘There are no structural criteria which, in themselves, will identify a creole as such, in the absence of historical evidence.’ (DeGraff, 2001:11) Tem-se tornado cada vez mais forte a convicção de que esta distinção na realidade não se faz com base em critérios científicos, mas antes com base em convenções, que, de uma forma ou outra, têm a ver com poder. Em *The Ecology of Language Evolution* (2001) Salikoko Mufwene defende, por isso, que “[...] creoles have been grouped together and distinguished from other languages more because of similarities in the sociohistorical conditions of their development than for any other convincing reason.” (Mufwene, 2001: XII)

Portanto, se nós distinguimos entre uma língua crioula e não-crioula, baseamo-nos em primeiro lugar em condições sócio-históricas; os critérios linguísticos, por sua vez, só aparecem em segundo plano, devidamente adaptados à situação. Mufwene vai até mais longe ao afirmar que estas tais “condições sócio-históricas” são na prática nada mais nada menos que a etnicidade dos falantes: “The main implicit criterion [to identify some new colonial vernaculars as creoles] which is embarrassing for linguistics but has not been discussed, is the ethnicity of their speakers.” (Mufwene, 2001: XIII)

Essas teorias pós-coloniais que põem em questão teorias que ainda há poucas décadas pareciam indiscutíveis, têm tido consequências fora da linguística. É interessante ver, por exemplo, como o antropólogo sueco Ulf Hannerz escreve que “there are a number of English-based creole languages in the world, yet hardly anybody would seriously argue that the English language is historically pure.” (Hannerz, 1996: 67) Vejamos também o escritor Édouard Glissant, oriundo da ilha de Martinique, que defende o seguinte: “Quand on étudie raisonnablement les origines de toutes langues données, y compris de la langue française, on s’aperçoit que toute langue à ses origines est une langue créole.” (Glissant, 1996: 21)

² Cfr. <http://clos.uchicago.edu/txtonly/regthemes/mest.html>

Com esta sua tese, Glissant coloca uma bomba debaixo de toda a linguística tradicional. O que faz é defender que todas as línguas, sejam elas o português, o neerlandês, o papiamento ou o japonês,³ poderiam ser consideradas línguas crioulas, já que cada uma delas é, no fundo, o resultado de um processo secular de contacto e de mistura.

É um facto que até há meio século atrás, os linguistas teimosamente ficavam presos ao mito da pureza das línguas e que por causa da obsessão com a pureza adâmica e com a estruturação e fixação geográfica e histórica das línguas⁴ não se queria aceitar que as mais variadas influências estrangeiras têm sido fundamentais para o desenvolvimento de qualquer língua. Uma cultura em que a alegada pureza da língua chegou a ter um estatuto quase mítico é a alemã. Nos seus famosos *Discursos à Nação Alemã* (1808), o pai do romantismo alemão, Gottlieb Johann Fichte, sublinhava a importância da pureza da língua alemã e o perigo que parte de qualquer tipo de influência estrangeira, já que esta levaria inevitavelmente a uma decadência.⁵ Erradamente, Fichte considerava o facto de a língua alemã não ser de origem latina como uma prova da sua pureza; por consequência, a presença de tropas napoleónicas em território germânico era muito mais que uma simples humilhação – era vista como um primeiro e irreversível passo em direcção à degeneração. A ilusão da alegada pureza alemã conseguiu manter-se durante vários séculos e culminou com a chegada da ditadura nazi, na qual se usava constantemente a língua para “provar” a pureza da cultura alemã e a impureza das outras. O linguista nazi Wilhelm Blaschke, por exemplo, argumentava que a ortografia inglesa reflectia o “escândalo racial” da língua e do espírito inglês.⁶ Quando então Mussolini decidiu tomar medidas para purificar o italiano, também na Alemanha se intensificaram os apelos para se avançar com uma purificação da língua. Em consequência, o ministério alemão da cultura ficou repleto de listinhas de palavras, enviadas por professores que pretendiam contribuir para a nobre causa da purificação da língua – aparentemente sem que ninguém se desse conta que nem a palavra “Ministerium”, nem “Kultur” são de origem germânica. A obsessão era tal que o ministro não teve alternativa senão proibir por lei a publicação de artigos críticos sobre a ortografia alemã e o ministro de propaganda, Joseph Goebbels, chegou mesmo a acusar os zelosos professores de germanomania. (cfr. Birken-Bertsch, 2000: 44)

Contudo, reacções contra influências estrangeiras nas línguas parecem ser de todos os tempos. A língua portuguesa não é excepção. Veja-se, por exemplo, a cruzada contra palavras de origem estrangeira do linguista brasileiro António de Castro Lopes (1827-1901), que as designava de „vícios de raça“. Castro Lopes pretendia, por isso, substituir “turista” por „lunâmbulo“, “reclame” por „preconício“, “massagem” por “premagem” ou “avalanche” por „runimol“. Para a língua inglesa podem ser referidas aqui as tentativas de William Barnes no sentido de purificar a língua inglesa da influência francesa

³ Glissant menciona explicitamente linguistas japoneses que defendem a teoria segunda a qual a língua japonesa pudesse ser considerada uma língua crioula. (cfr. Glissant, 1996: 28f.)

⁴ Cfr. Labov: „Orthodox linguistic theory deals exclusively in terms of static models.“ (Labov, *apud* Ashcroft *et al.*, 1989: 46)

⁵ Cfr. “Die ersten, ursprünglichen und wahrhaft natürlichen Grenzen der Staaten sind ohne Zweifel ihre innern Grenzen. [...] Ein solches kann kein Volk andrer Abkunft und Sprache in sich aufnehmen und mit sich vermischen wollen [...]“ (Fichte, 1943: 206f.)

⁶ Cfr. “Die englische Orthographie ist ein Zeichen der Rassenschande der englischen Sprache und damit des englischen Geistes.“ (Blaschke, *apud* Birken-Bertsch, 2000: 46)

ao substituir „music“ por „gleecraft“, „enthusiasm“ por „faithheat“ ou „photograph“ por „sunprint“. Na sua obra *Minima Moralia* (1951), o filósofo alemão Theodor W. Adorno chamou as palavras de origem estrangeira os “judeus da língua”. Neste contexto, o linguista norte-americano Thomas Y. Levin acusou os planos do governo francês em 1994, que visavam proibir o uso de palavras estrangeiras na linguagem oficial, de reflectirem uma atitude de “anti-semitismo linguístico”. (cfr. Levin, 1995: 87) De facto, os planos franceses de 1994 só podem ser explicados com base num pensamento imperialista e ahistórico, que considera uma fase específica dentro de um processo histórico como ideal e, por isso, inalterável. Ora, quem quiser mesmo purificar a língua francesa acabará por voltar a escrever em latim e terá de constatar que mesmo o latim clássico já estava cheio de influências estrangeiras.

É importante, no entanto, sublinhar que essas teorias de uma crioulização global na linguística fazem parte de uma corrente geral nas ciências humanas. Assim escreve Pnina Werbner:

Organic, unconscious hybridity is a feature of the historical evolution of all languages. Applying it to culture and society more generally, we may say that despite the illusion of boundedness, cultures evolve historically through unreflective borrowings, mimetic appropriations, exchanges and inventions. There is no culture in and of itself. (Werbner, 1997: 4f.)

Estas novas correntes de pensar são claramente o resultado da crescente globalização do mundo. De facto, vivemos hoje num mundo no qual passou a ser cada vez menos óbvio que alguém aceite viver no mesmo lugar onde por acaso nasceu. Porém, como demonstrou James Clifford na sua obra *Routes* (1997), durante séculos a ciência limitou-se a mostrar interesse por aqueles que decidiram sempre permanecer em casa. Isto inevitavelmente causou uma série de imagens fixas, uma delas é a ideia estranha de que as línguas têm raízes. Em *Rhizome* (1976), os franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari mostraram os resultados catastróficos desta obsessão com raízes. Como alternativa, propuseram um pensamento “nomadista”, no âmbito do qual raízes passivas são substituídas por rixomas activos.

Este tipo de pensamento nomadista e crioulo tem-se tornado popular nos últimos anos, embora nas mais variadas designações. Néstor Garcia Canclini fala em “Culturas Híbridas”, Serge Gruzinski em “La pensée métisse”, Édouard Glissant usa a expressão “Créolisation”, Wilson Harris “Cross-Culturality”, Ulf Hannerz “Transnational Connections”, Hugo Loetscher “Mulattisierung”, Roger Bromley “Syncretism”, Jan Nederveen Pieterse “Global Mélange” enquanto François Laplatine e Alexis Nouss falam em “Métissage”. Divertida neste âmbito é a expressão “Pós-Neolítico”, usada pelo filósofo Vilém Flusser, segundo o qual a humanidade só agora se está lentamente a afastar do ideal da cultura sedentária do neolítico. Segundo Flusser, os “valores” tradicionais, como a posse de terra, a inferioridade da mulher ou a defesa da pátria só agora estão a ser desvendados como funções primárias de sociedades sedentárias e agrícolas. (Flusser, 1992: 248)

Não queria debater aqui as diferenças – às vezes bastante pequenas – entre estas expressões;⁷ mais interessante parece-me considerar a sua perspectiva comum de que

⁷ Glissant rejeita a expressão “métissage”. Na sua opinião, o crioulo dá sempre origem a consequências desconhecidas, enquanto o resultado final de uma mistura pode ser previsto. (cfr. Glissant, 1996:

um pensamento baseado em raízes já não é capaz de oferecer soluções para os problemas do século XXI.⁸

Se ultimamente o apelo para que haja novas línguas se tem feito sentir com cada vez mais frequência, seja por Salman Rushdie que procura “new languages to understand the world” (Rushdie, 1991: 130), pelo escritor suíço Hugo Loetscher, que sonha com uma língua cíclica que se orienta pelo globo e já não pelo mapa (Loetscher, 1988: 40), Édouard Glissant que diz procurar uma língua na qual todas as línguas do mundo se reflectem (Glissant, 1996: 27), por Frederic Jameson, que defende a necessidade de um novo vocabulário já que as línguas que antigamente eram necessárias para falar da cultura e da política deixaram de ser adequadas para o presente momento histórico (Jameson, *apud* Marcus, 1994: 49) ou por Iain Chambers, que propõe a recriação da gramática e da língua do pensamento moderno (Chambers, 1994: 110), uma resposta crioula talvez possa ser útil. De facto, a solução que ela apresenta é simples: não precisamos tanto de novas línguas, precisamos sim de uma nova consciência linguística, uma consciência híbrida, sem raízes, que parte do princípio que todas as línguas e culturas são profundamente crioulas,⁹ tal como defende o sociólogo holandês Jan Nederveen Pieterse ao dizer: „The West itself may be viewed as a mixture and Western culture as a creole culture“. (Pieterse, 1995: 54)

Admito voluntariamente que uma maneira crioula de pensar sobre cultura contém por sua vez uma certa ingenuidade em relação às estruturas de poder, já que são raros os casos de contacto cultural de igual para igual, pois (quase) sempre há uma cultura que domina em relação à outra. Todavia, considero que uma crioulaização universal é um processo natural, “un processus perpétuel”, como afirma Édouard Glissant. O pior erro que se pode fazer num processo destes, é ficar parado no mesmo lugar.¹⁰ De facto, aceitar o pensamento crioulo significa necessariamente rejeitar todas as formas de verdades absolutas e considerar qualquer teoria como relativa e transitória. É um tipo de pensamento que se reflecte bem no seguinte pensamento do escritor suíço Peter Bichsel acerca da evolução linguística: “Ficaria muito contente se o texto que estou agora a escrever deixasse de ser legível daqui a cem anos, uma vez que a língua

19) Canclini vira-se contra as palavras “sincretismo” e “mestizaje” porque, na sua opinião, lembram demasiado as teorias racistas do séc. XIX. (Canclini, 1995: 11). Bromley, por sua vez, defende exactamente o oposto e rejeita a expressão “hybridity” por ter surgido no âmbito de teorias racistas. (Bromley, 2000: 189) Pieterse considera que “creolism” e “mestizaje” estão demasiado ligados à colonização do continente americano no séc. XVI (Pieterse, 1995: 54) enquanto Laplantine e Nouis rejeitam “mélange”, “mixité”, “hybridité” e “syncrétisme” porque, na sua opinião, estes termos consistem em “la dissolution des éléments dans une totalité unifiée”. (Laplantine & Nouis, 2001: 7)

⁸ Veja Okwui Enwezor na sua introdução ao Workshop Platform 3 “Creolité and Creolization” da 11ª Documenta, organizado em St. Lucia, em Janeiro de 2002 : “Trans-national, trans-urban, trans-diasporic, trans-cultural practices are deeply transforming the ways in which we understand the world. The notions of Creoleness and Creolization offer a strategy of reading the configurations that are emerging today.” (<http://www.documenta.de/data/english/platform3/index.html>)

⁹ Esta visão é parecida com o apelo de Ulf Hannerz por uma nova consciência social a nível mundial: “There were always interactions, and a diffusion of ideas, habits, and things, even if at times we have been habituated to theories of culture and society which have not emphasized such truths”. (Hannerz, 1996: 18)

¹⁰ Cfr. Laplantine & Nouis: „Ne pas rester en place, être en marge, être en marche. Être métis dans le rapport à la pensée des autres mais non moins par rapport à sa propre pensée.“ (Laplantine & Nouis, 2001: 192)

teria de tal modo evoluído. Mas infelizmente, professores puristas deverão estragar as minhas esperanças.”¹¹

Talvez esta ideia da crioulização do mundo não seja mais do que um sonho, um mito ao lado de tantos outros. Mas mesmo se for um sonho, é de certeza um sonho bonito, quase tão bonito como aquele que é contado por Hugo Loetscher, um conterrâneo de Peter Bichsel, no seu romance *Die Augen des Mandarin* (1999), onde a crioulização global foi formulada de uma maneira genial através de uma história sobre o Ano Novo:

A cada Ano Novo, as pessoas fazem promessas. Poucas semanas depois, já deixaram de as cumprir e então é preciso esperar muitos meses até que, no Ano Novo seguinte, se possam fazer novas promessas. Não seria assim se, três ou quatro semanas após o primeiro de Janeiro, no Ano Novo chinês, já se pudessem fazer novas promessas e, depois disso, bastaria esperar pelo Ano Novo budista, para renovar as promessas que entretanto se tenham deixado de cumprir. E, assim sendo, as promessas feitas no Ano Novo muçulmano e que não forem cumpridas, poderão ser renovadas no Ano Novo judeu, podendo-se começar mais uma vez no primeiro de Janeiro seguinte e assim por diante. Chamámos a isto de a “Ciranda do Recomeço” ou, menos poeticamente, o “Ano Novo Cíclico”.¹²

O que poderíamos desejar mais ao mundo de hoje que um tal Ano Novo Cíclico e Crioulizado?

¹¹ Cfr. “Ich würde mich sehr freuen darüber, wenn dieser Text – den ich hier schreibe – in hundert Jahren nicht mehr lesbar wäre, weil die Sprache inzwischen gewachsen wäre. Aber leider werden das schulmeisterliche Sprachpuristen verhindern.” (Bichsel, 2000: 145)

¹² “An jedem Neujahr fasst man Vorsätze, nach einigen Wochen sind sie gebrochen, und man muss viele Monate warten, bis man an einem neuen Neujahr neue Vorsätze fasst. Das ist anders, wenn man schon drei bis vier Wochen nach dem ersten Januar am chinesischen Neujahr von neuem Vorsätze fasst und man nur bis zum buddhistischen Neujahr zu warten braucht, um zu erneuern, was man inzwischen gebrochen hat – ja, was man sich am Neujahr der Muslime vorgenommen und woran man sich hinterher nicht gehalten hat, das könnte am jüdischen Neujahr erneuert werden, und das, was von jenen Vorsätzen nicht eingehalten wird, könnte man am ersten Januar erneuern, dessen gebrochene Vorsätze wiederum... Wir nannten dies den «Reigen des Neuanfangs» und weniger poetisch das «runde Neujahr» (Loetscher, 1999: 332)

BIBLIOGRAFIA

- ASHCROFT, Bill *et al.* (orgs.) (1989), *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, London & New York, Routledge.
- BICHSEL, Peter (2000), *Alles von mir gelernt*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- BIRKEN-BERTSCH, Hanno (2000), *Rechtschreibreform und Nationalsozialismus: Ein Kapitel aus der politischen Geschichte der deutschen Sprache*, Göttingen, Wallstein Verlag.
- BROMLEY, Roger (2000), "Multiglobalismen – Synkretismus und Vielfalt in der Populärkultur", in Robertson, Caroline Y. & Carsten Winter (orgs.), *Kulturwandel und Globalisierung*, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, pp. 189-205.
- CANCLINI, Néstor García (1995), *Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity*, Minneapolis, Univ. of Minnesota Press.
- CHAMBERS, Iain (1994), *Migracy, Culture and Identity*, London, Routledge.
- CLIFFORD, James (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Harvard, Harvard University Press.
- DEGRAFF, Michel (org.) (2001), *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony, and Development*. Cambridge & London, MIT Press.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix (1976), *Rhizome: Introduction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- DEWULF, Jeroen (1999), *Hugo Loetscher und die "portugiesischsprachige Welt" – Werdegang eines literarischen Mulatten*, Bern, Peter Lang.
- FICHTE, Gottlieb Johann (1943 [1808]), *Reden an die deutsche Nation*, Stuttgart, Alfred Kröner Verlag.
- FLUSSER, Vilém (1992), *Bodenlos. Eine philosophische Autobiographie*, Bensheim & Düsseldorf, Bollmann Verlag.
- GLISSANT, Édouard (1996), *Introduction à une poétique du divers*, Paris, Gallimard.
- GRUZINSKI, Serge (1999), *La Pensée Métisse*, Paris, Fayard.
- HALL, Stuart (1996), "When was 'the postcolonial'? Thinking at the limit", in Chambers, Iain (org.), *The Post-colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*, London, Routledge, pp. 242-260
- HANNERZ, Ulf (1996), *Transnational Connections: Culture, People, Places*, London & New York, Routledge.
- HARRIS, Wilson (1983), *The Womb of Space: The Cross-Cultural Imagination*, Westport, Greenwood Press.
- LAPLANTINE, François e NOUSS, Alexis (2001), *Métissages*, Paris, Pauvert.
- LEVIN, Thomas Y. (1995), "Nationalitäten der Sprache – Adornos Fremdwörter: Multikulturalismus und bzw. als Übersetzung", in Kessler Michael & Jürgen Wertheimer, *Multikulturalität: Tendenzen, Probleme, Perspektiven im europäischen und internationalen Horizont*, Tübingen, Stauffenburg, pp. 77-90.
- LOETSCHER, Hugo (1983), *Der Waschküchenschlüssel oder Was - wenn Gott Schweizer wäre*, Zürich, Diogenes.
- LOETSCHER, Hugo (1999), *Die Augen des Mandarin*. Zürich, Diogenes.
- LOETSCHER, Hugo (2000), *A nice accent: On impurities in language*. Zürich: Vontobel.

- MARCUS, George E. (1994), "After the Critique of Ethnography: Faith, Hope, and Charity, But the Greatest of These is Charity", *in* Robert Borofsky (org.), *Assessing Cultural Anthropology*, New York, Mc Graw-Hill, pp. 40-53.
- MUFWENE, Salikoko S. (2001), *The Ecology of Language Evolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PIETERSE, Jan Nederveen (1995), "Globalization as Hybridization", *in* Featherstone, Mike *et al.* (orgs.), *Global Modernities*, London, Sage Publications, pp. 45-65.
- RUSHDIE, Salman (1991), *Imaginary Homelands*, London, Granta Books.
- SAID, Edward W. (1993), *Culture and Imperialism*, New York, Vintage Books.
- VEER, Peter van der (1997), "The enigma of arrival. Hybridity and authenticity in the global space", *in* Werbner, Pnina & Tariq Modood (orgs.), *Debating cultural hybridity; multi-cultural identities and the politics of anti-racism*, London & New Jersey, Zed Books, pp. 90-105.
- WERBNER, Pnina e MODOOD, Tariq (orgs.) (1997), *Debating Cultural Hybridity: Multi-Cultural Identities and the Politics of Anti-Racism*, London & New Jersey, Zed Books.

Jesús Pena

Universidad de Santiago de Compostela

Interferencias entre paradigmas derivativos. A propósito de los sustantivos en *-ncia*, *-ada* y *-ería*

Uno de los posibles objetivos de la morfología léxica consiste en describir la relación entre la forma y el significado de la palabra derivada, la denominada ‘relación derivativa’. Desde hace ya tiempo la naturaleza de dicha relación es objeto de diversas interpretaciones, que pueden agruparse en torno a dos posturas antagónicas: las conocidas como tesis asociativa y tesis disociativa, según que se defienda el estudio conjunto o separado de las relaciones formales y semánticas (vid. Corbin, 1987: 208–260).

El propósito de este artículo es comprobar que la noción de ‘paradigma derivativo’, tal como ha sido formulada en el seno del modelo asociativo, resuelve solo una parte de los casos de discordancia o falta de correlación formal y semántica en la relación derivativa. Con tal fin, se describen dos situaciones donde se perciben claramente las interferencias entre paradigmas: la situación de los sustantivos en *-ncia*, que permite descubrir cómo un afijo se desplaza de un paradigma a otro, y la de los sustantivos en *-ada* y *-ería*, que permite comprobar cómo un afijo puede figurar en dos paradigmas derivativos ocupando un lugar central en uno y un lugar periférico en otro.

1. La asimetría morfológica y la noción de paradigma derivativo

Los ejemplos de (1) nos muestran un fenómeno muy frecuente en la formación de palabras, conocido generalmente como ‘asimetría morfológica’, cf.

(1)	RC	significado	–ía	otros sufijos
a.	A → S	cualidad	<i>alegría</i>	<i>mediocridad, belleza, finura</i>
b.	S → S	colectivo	<i>cofradía</i>	<i>electorado, ejemplario</i>
c.	S → S	locativo	<i>abadía</i>	<i>confesionario, conejera</i>

Se puede ver cómo, desde el punto de vista semasiológico, a una misma forma afijal *–ía* corresponden distintos significados y distintas relaciones categoriales (RC) entre la pabra base y la derivada y, desde el punto de vista onomasiológico, el mismo significado y la misma relación categorial están codificados mediante diferentes formas afijales. La asimetría o falta de correspondencia entre forma y significado, tal como se

muestra en (1), es un fenómeno muy frecuente en la morfología de nuestras lenguas y parece subrayar la tesis de quienes defienden que en la representación de la relación derivativa hay que disociar la relación formal y la relación semántica.

Existe una manera de resolver en parte este entrecruzamiento o superposición entre procedimientos de formación y significados. Es la siguiente: en aquellos casos en que a un mismo significado corresponden varios procedimientos morfológicos (conurrencia de afijos, afijación y composición, sufijación y prefijación, afijación y conversión, etc.), asociar a una sola regla de formación de palabras (RFP) aquellos procedimientos que reúnan los dos requisitos siguientes: (a) que expresen el mismo significado (y uno solo) y (b) que plasmen una relación categorial única entre la clase de la palabra base de derivación y la clase de la palabra derivada, por ejemplo, nombres deadjetivales, nombres deverbales, adjetivos denominales, etc.

Si ahora interpretamos los ejemplos de (1) de acuerdo con los dos requisitos mencionados, tendremos tres RFP distintas: (a) la que crea sustantivos deadjetivales con el significado “cualidad de” mediante los sufijos *-ía*, *-idad*, *-eza* y *-ura*, (b) la que forma sustantivos denominales con significado “colectivo” por medio de la sufijación con *-ía*, *-ado* y *-ario*, y (c) la que permite crear sustantivos denominales con el significado “locativo” mediante sufijación de *-ía*, *-ario* y *-era*.

Esta manera de proceder responde a un modelo asociativo débil tal como lo proponen, por ejemplo, Zwanenburg (1984) o Corbin (1987). Así define esta autora una ‘règle de construction de mots’:

Une règle de construction de mots (RCM) associe une structure morphologique mettant en jeu un rapport catégoriel (orienté) entre deux et seulement deux catégories lexicales semblables ou différentes, une opération sémantique et un ensemble d’opérations morphologiques (Corbin, 1987:257).

En dicho modelo la RFP (= RCM) aparece caracterizada por la asociación entre un significado + una relación categorial + uno o más afijos o procedimientos de formación. Este conjunto de diversos procedimientos morfológicos asociados a una misma RFP lo denomina Corbin ‘paradigme d’opérations morphologiques’ o ‘paradigme morphologique’ y Zwanenburg ‘dérivation type’. La RFP así formulada recibe también otras denominaciones por parte de otros autores: ‘categoría de formación de palabras’, ‘categoría derivacional’, ‘paradigma derivativo’, etc.

La noción de paradigma morfológico o tipo de derivación, tal como la definen los autores mencionados, no resuelve, ni mucho menos, todos los casos de entrecruzamiento o de asimetría morfológica. Aun descartando el requisito de la relación categorial única entre las clases de las palabras base y derivada por ser demasiado fuerte (vid. Pena, 2003: 511-514), también resulta problemático el otro requisito, el de la unicidad semántica, dada la frecuencia con que concurren dos o más significados en un afijo o en la palabra derivada resultante.

Hay situaciones en las que la presencia de más un significado en el afijo no tiene por qué ser interpretada como homonimia afijal. Ocurre cuando la coexistencia de tales significados puede describirse partiendo de un significado básico, del que derivan otros significados secundarios por medio de desplazamientos metonímicos fundamentalmente (vid. Zwanenburg, 1984: 132). Así, en los sustantivos deadjetivales, del signifi-

cado básico “cualidad de A”, se puede pasar a significar la entidad portadora de esa cualidad: **novedad** “cualidad de nuevo” (**la novedad de este método**) y “cosa nueva” (**las últimas novedades en artículos estampados**). En los sustantivos deverbales, del significado básico parafraseable como “acción de V”, se puede pasar a indicar cualquier actante o circunstancia de la acción expresada por el verbo base: **visita** ‘acción de V’ (**la visita al museo**) y ‘persona que V’ (**hay muchas visitas (= visitantes) en el salón**).

Hay otras situaciones, sin embargo, donde el recurso a la distinción entre significado básico y secundario no es factible, porque la palabra derivada soporta dos o más tipos de significado correspondientes a distintos paradigmas derivativos, tipos de derivación o, si se prefiere, a distintas RFP. Por poner un ejemplo, dentro del subsistema de los nombres denominales hay varios paradigmas, entre ellos, el paradigma de los nombres “colectivos” mostrado en (2) y el de los nombres que indican “acto propio de” ejemplificado en (3):

- | | |
|-------|--------------------------|
| (2) | colectivo |
| –ada | boyada, arcada |
| –ado | alumnado, teclado |
| –aje | andamiaje, cortinaje |
| –amen | barrilamen, pelamen |
| –ario | epistolario, ejemplario |
| –ería | chiquillería, cubertería |
| –ero | cancionero, refranero |
| –ía | cofradía, marinería |
| ... | |
| (3) | acto propio de |
| –ada | bribonada, cacicada |
| –ería | niñería, haraganería |

Si se contrastan ambos paradigmas se observará que los dos sufijos del paradigma de los nombres que significan “acto propio de” están también presentes en el paradigma de los nombres colectivos. De ahí que figuren en la lengua española nombres en **–ada** y, sobre todo, nombres en **–ería** (por ser el sufijo más rentable en la formación de nombres colectivos) que expresan ambas nociones: **granuja** Æ **granujería** “conjunto de granujas” y “acto propio de un granuja”, **chiquillo**, **–a** Æ **chiquillería** “conjunto de chiquillos” y “acto propio de chiquillos”, y lo mismo **chulería**, **gallegada**, **gitanería**, **golfería**, **trubanada** ~ **trubanería**, etc.

Ejemplos como los que acabamos de mencionar permiten ver que los significados codificados en los distintos paradigmas no siempre aparecen diferenciados con fronteras nítidas o discretas. Pasamos ahora a describir dos casos donde el afijo participa en más de un paradigma, esto es, dos hechos claros de interferencia o solapamiento entre paradigmas derivativos: el afijo se desplaza de un paradigma a otro, ejemplificado con los sustantivos en **–ncia** (§ 2), y el afijo es central en un paradigma y periférico o marginal en otro, comprobado con los sustantivos en **–ada** y **–ería** (§ 3).

2. El afijo se desplaza de un paradigma a otro: los sustantivos en *-ncia*

Como se sabe, *-ncia* es un sufijo productivo en la formación de nombres deverbales sobre verbos de los tres temas vocálicos: en *-a-* (*ganar* Æ *ganancia*), en *-e-* (*absorber* Æ *absorbencia*) y en *-i-* (*concurrir* Æ *concurrencia*) y son parafraseables por la “acción de V”¹. El sufijo *-nte*, por su parte, forma adjetivos deverbales: *ignorar* Æ *ignorante*, *absorber* Æ *absorbente*, *concurrir* Æ *concurrente*.

Pues bien, resulta que hay sustantivos en *-ncia* que no están asociados a un verbo, sino a un adjetivo en *-nte*, cf.

(4)	decente	decencia
	coherente	coherencia
	elocuente	elocuencia

En ejemplos como estos la asociación formal y semántica ocurre entre un adjetivo en *-nte* y un sustantivo en *-ncia*². En cuanto a la relación formal, caben dos posibilidades de análisis: o bien el sustantivo se forma mediante adición de *-ia* al adjetivo en *-nte* (*decente* Æ *decencia*, con cambio de la dental del sufijo en interdental ante *-i-* no silábica), o bien mediante sustitución de *-nte* por *-ncia*. No importa aquí.

Lo que sí interesa destacar es que en el estado actual del español las formaciones en *-ncia* aparecen en dos situaciones básicas: una en la que el verbo base originario está ausente y, por tanto, el sustantivo en *-ncia* forma una serie binaria con el adjetivo en *-nte* (cf. *elocuente* *elocuencia*); y otra donde el verbo base de derivación se mantiene y, por tanto, el sustantivo en *-ncia* forma una serie ternaria con el verbo y el adjetivo en *-nte* (cf. *concurrir* *concurrente* *concurrencia*).

En la primera situación tenemos, pues, adjetivos deverbales que han pasado a interpretarse como simples al haber desaparecido el verbo base de derivación. Estos adjetivos suelen indicar “cualidad” o “estado” y forman un conjunto limitado, pues en su mayoría son heredados del latín³. En esta lengua *-ntia* se desarrolla preferentemente sobre verbos de tema en *-e:-* y en consonante (Pena, 1980: 175–176), cf.

(5)	<i>-E:-</i>		CONSONANTE	
	haere:re	haerentia	loqui	loquentia
	cohaere:re	cohaerentia	e:loqui	e:loquentia
	inhaere:re	inhaerentia	contingere	contingentia
	e:mine:re	e:minentia	di:ligere	di:ligentia
	immine:re	imminentia	intelligere	intelligentia
	prae:e:mine:re	prae:e:minentia	sequi	sequentia
	displce:re	displcentia	obsequi	obsequentia

¹ La variante popular *-nza* aparece solo sobre verbos de tema en *-a-* (*matar* → *matanza*). De los sustantivos que se adjuntan a la VT del verbo base y correspondientes a las conjugaciones II y III, solo los en *-dura* mantienen una solución distinguidora en la vocal temática (y no siempre, cf. *bender* → *bendedura* ~ *bendidura*, *cerner* ~ *cernir* → *cernidura*). Los demás presentan la misma vocal: *-e-* los en *-ncia*, e *-i-* los en *-ción*, *-miento*, *-do* y *-da*.

² Hay muy pocas excepciones: *brillante* *brillantez*, *pesante* *pesantez*, *tirante* *tirantez*, *ardiente* *ardentía*.

³ Claro está que queda la posibilidad de incrementar el número de formaciones por medio de la prefijación, por ejemplo: latín *valens*, *-tis* → *aequivalens*, *-tis*, español *equivalente*, y, creados en esta lengua, *polivalente* o *plurivalente*.

Al lado está el adjetivo verbal en *-nt-*, incorporado durante algún tiempo en el latín literario al paradigma flexivo⁴:

(6)

cohaere:re	cohaerens, -tis	cohaerentia	e:loqui	e:loquens, -tis	e:loquentia
inhaere:re	inhaerens, -tis	inhaerentia	contingere	contingens, -tis	contingentia
e:mine:re	e:minens, -tis	e:minentia	di:ligere	di:lignens, -tis	di:lignentia

La desaparición del verbo base y la fijación de la formación en *-nte* como adjetivo, desligada del paradigma flexivo, producen la nueva situación donde el sustantivo, aislado del verbo base, pasa a relacionarse con el adjetivo en *-nte*:

(7)

coherente	coherencia	elocuente	elocuencia
eminente	eminencia	contingente	contingencia
inminente	inminencia	diligente	diligencia
preeminente	preeminencia	inteligente	inteligencia
displícite	displícencia	obsecuente	obsecuencia

La segunda situación ocurre, como queda indicado, cuando el adjetivo en *-nte* y el sustantivo en *-ncia* coexisten con el verbo base de derivación. Esta situación presenta, a su vez, tres variantes posibles, ejemplificadas en

(8a) asistir asistente asistencia
(8b) adherir adherente adherencia
(8c) absorber absorbente absorbencia

En (8a) *asistencia* es parafraseable por la “acción de V” o “el hecho de V”, esto es, remite directamente al verbo sin que la formación en *-nte* interfiera semánticamente. Es un nombre de acción deverbal, lo mismo que *exigencia, fluencia, influencia, insistencia, militancia, obediencia, observancia, persistencia, preferencia, vigilancia*, etc. en la serie

(8a)

exigir	exigente	exigencia	obedecer	obediente	obediencia
fluir	fluyente	fluencia	observar	observante	observancia
influir	influyente	influencia	persistir	persistente	persistencia
insistir	insistente	insistencia	preferir	preferente	preferencia
militar	militante	militancia	vigilar	vigilante	vigilancia

En (8b) se da ya una situación intermedia: *adherencia* funciona como nombre de acción correspondiente a *adherir(se)* (*el polvo se adhiere a la ropa* → *la adherencia del polvo a la ropa*) y como nombre de cualidad correspondiente al adjetivo *adherente* (*el asfalto es (muy) adherente* → *la (gran) adherencia del asfalto*). Lo mismo sucede en la serie *ignorar ignorante ignorancia*: *ignorancia* puede parafrasearse por “el hecho de V” (*ignorar la ley* → *la ignorancia de la ley*) o como nombre de cualidad

⁴ Ernout & Thomas (1964: § 71): “Avec les participes présents, le génitif de rélation exprime la qualité permanente: *miles patiens frigidus*, “un soldat endurant (relativement) au froid”, tandis que l’accusatif s’applique à l’action momentanée: *miles patiens frigus*, “un soldat qui endure (actuellement) le froid” [...] Le génitif correspond à l’emploi du participe come adjectif, l’accusatif à sa fonction verbale”.

correspondiente a *ignorante* (*Pedro es (muy) ignorante* → *la (gran) ignorancia de Pedro*). Hay algunos casos más como el de *resistencia* o *repelencia*.

(8b)

el polvo se adhiere a la ropa	→	la adherencia del polvo a la ropa
el asfalto es (muy) adherente	→	la (gran) adherencia del asfalto
ignorar la ley	→	la ignorancia de la ley
Pedro es (muy) ignorante	→	la (gran) ignorancia de Pedro

La situación más frecuente es la ejemplificada en (8c): frente a *absorción*, nombre de acción parafraseable por la “acción/hecho de V” (*absorber el humo* → *la absorción del humo*), *absorbencia* es la cualidad de *absorbente*, no la acción de *absorber* (*la esponja es (muy) absorbente* → *la (gran) absorbencia de la esponja*).

(8c) Absorber el humo → La absorción del humo

La esponja es (muy) absorbente → La (gran) absorbencia de la esponja

La diferencia entre nombre de “acción” y de “cualidad”, codificada en *absorción/absorbencia*, lo está en algún caso más: *sedar sedación/sedancia* o *contener contención/continencia*⁵. Pero en la mayoría de los casos figura solo el nombre en *-ncia* como nombre de cualidad o estado. Son bastantes las series de verbo, adjetivo en *-nte* y sustantivo en *-ncia* donde el sustantivo indica la cualidad o el estado correspondiente al adjetivo. Algunos ejemplos más, indicativos de esta serie:

(8c)

astringir	astringente	astringencia	convalecer	convaleciente	convalecencia
carecer	carente	carencia	convenir	conveniente	conveniencia
decaer	decadente	decadencia	depender	dependiente	dependencia
diferir	diferente	diferencia	divergir	divergente	divergencia

La situación intermedia del adjetivo en *-nte* en la serie ternaria de derivación hace que el sustantivo gire semánticamente en torno a él⁶. Bien es verdad que una observación global de estas series permite comprobar que los verbos base de derivación son en su mayoría verbos estativos. Pero resulta evidente la tensión que en esta serie ternaria ejerce el adjetivo en *-nte* sobre el sustantivo y que se plasma también en diferencias de significado léxico de ambas formaciones con respecto al verbo. Es lo que ocurre, por ejemplo, entre

(9)	arrogar	arrogante – arrogancia
	consistir	consistente – consistencia
	constar	constante – constancia
	exceder	excedente – excedencia

⁵ Quizá puedan incluirse también *abstenerse abstención / abstinencia, repeler repulsión / repelencia*.

⁶ Un ejemplo interesante es el del sustantivo *complacencia*. El verbo *complacer* es un verbo de cambio de estado; pues bien, *complacencia* tiene una doble lectura: a) como nombre de cualidad correspondiente al adjetivo *complaciente* (“dispuesto o propenso a complacer/a la complacencia”), cf. *es complaciente con el público* → *su complacencia con el público*; b) como nombre de estado correspondiente a *complacido*, *-a* (“estado de la persona complacida”): *observaste complacido/con complacencia tu nueva fábrica; Ramón nos enseñaba complacido/con complacencia las fotos de sus hijos*.

Siguiendo en esta misma línea de distanciamiento del bloque adjetivo-sustantivo respecto del verbo, se percibe también cómo van cayendo en desuso algunos de los verbos de esta serie, especialmente los estativos: es lo que está sucediendo, a juzgar por los datos del *DRAE 2001*, con los verbos de series como

(10) <i>concomitar</i>	concomitante	concomitancia
<i>deferir</i>	deferente	deferencia
<i>exuberar</i>	exuberante	exuberancia
<i>flagrar</i>	flagrante	flagrancia
<i>solver</i>	solvente	solvencia

El verbo *concomitar* ya no aparece en el *DRAE 2001*; los demás sí, pero con alguna marca de uso: *deferir* y *exuberar* figuran como “poco usados”, *flagrar* como “poético” y *solver* como “desusado”.

3. El afijo es central en un paradigma y periférico en otro: los sustantivos en *-ada* y *-ería*

De entre la veintena de sufijos que figuran en el paradigma de los sustantivos deadjetivales del español, *-ería* (*galante* _ *galantería*) y *-ada* (*borracho* _ *borrachada*) son los sufijos más periféricos. Su lugar central está en el sistema de los sustantivos denominales, concretamente en las categorías semánticas de nombres “colectivos” (tipo *vaca* → *vaquería* ~ *vacada*) y nombres que indican “acto propio de” (tipo *fanfarrón* → *fanfarronería* ~ *fanfarronada*).

El carácter marginal de ambos sufijos en el ámbito de los nombres de cualidad se muestra en varios hechos. En primer lugar, participan cuantitativamente muy poco en la formación de sustantivos deadjetivales: de entre los adjetivos sufijados, sólo aparecen sobre bases sufijadas en *-ón, a* (*bribón* → *bribonada* ~ *bribonería*) y, en cuanto a los adjetivos no sufijados, solo figuran 38 adjetivos (de los 274 del corpus⁷) con sustantivos en *-ada* o *-ería*: 25 en *-ería* (tipo *bellaco* → *bellaquería*), 6 en *-ada* (tipo *borracho* → *borrachada*) y 7 en *-ada* y *-ería* (tipo *tonto* → *tontada* ~ *tontería*).

En segundo lugar, la baja participación se comprueba también en que, así como ambos comparten bastantes bases entre sí (tipo *bellaco* → *bellacada* ~ *bellaquería*), apenas las comparten con otros sufijos del subsistema: *-ada* comparte 3, *-ería* 12, *-ada* y *-ería* 9:

(11a) <i>-ada</i> y otros sufijos			
bruto	brutada	brutidad	bruteza
burro	burrada	burricie	
memo	memada	memez	
(11b) <i>-ería</i> y otros sufijos			
beato	beatería	beatitud	
bravo	bravería	braveza	bravura

⁷ En el corpus elaborado se utiliza como fuente el *DRAE* en las tres últimas ediciones [1984, 1992 y 2001]. Los neologismos están tomados de Rainer (1993) y se marcan con el símbolo * antepuesto, por ejemplo, **sosez*.

coqueto	coquetería	coquetismo			
culto	cultería	cultedad			
cutre	cutrería	cutredad	cutrez		cutrerío
gárrulo	garrulería	garrulidad			
majo	majería	majeza			
mojigato	mojigatería	mojigatez			
ñoño	ñoñería	ñoñez			
pobre	pobrería	pobreza			
soso	sosería	sosedad	°sosez		sosera
zozzo		zoncería	zoncera		

(11c) *-ada*, *-ería* y otros sufijos

bisoño	bisoñada	bisoñería	bisoñez		
borracho	borrachada	borrachería	borrachez	borrachera	
bobo	bobada	bobería	bobera	°bobez	
español	españolada	españolería	españolidad	españolía	españolismo
gitano	gitanada	ginatería	gitanismo		
mentecato	mentecada	mentecatería	mentecatez		
muchacho	muchachada	muchachería	muchachez		
salvaje	salvajada	salvajería	salvajismo		
tonto	tontada	tontería	tontedad	tontera	°tontez

En tercer lugar, los sustantivos en *-ería* y *-ada* muy ocasionalmente expresan sólo la “cualidad”; normalmente soportan también otros significados. Concretando más, los sustantivos en *-ada* nunca expresan la cualidad en aislado, si exceptuamos el sustantivo *borrachada*, que indica un “estado”, al igual que *borrachez* y *borrachera*. En las poquísimas formaciones en que aparece la noción de “cualidad”, coexiste con la de “acto propio de” cf. *cochinada*, *tontada* y *gorrinada*. Las formaciones restantes indican “acto propio de” y el adjetivo base está recategorizado como sustantivo; entran, por tanto, en una de las categorías de sustantivos denominales⁸.

En lo que concierne a *-ería*, de las 27 formaciones existentes que no comparten la base con otro afijo, 11 expresan sólo “cualidad” (*blandenguería*, *finustiquería*, *flamenquería*, *gandulería*, *gazmoñería*, *poltronería*, *zorrería*; *bobaliconería*, *bonachonería*, *machaconería*, *santurronería*), 12 “cualidad” y “acto propio de” (*bellaquería*, *pazguatería*, *pedantería*, *tacañería*, *mundanería*, *tunantería*; *cabezonería*, *glotonería*, *gorronería*, *ramplonería*, *socarronería*, *vagabundería*) y 4 “acto propio de” (*porquería*, *soplonería*, *trotonería*, *zalamería*).

⁸ Los nombres portadores del significado “acto propio de” derivan de nombres de personas caracterizadas por su manera habitual de actuar o proceder, casi siempre valorada peyorativamente: *marrano* → *marranada*, *baragán* → *baraganería*. Bajo la paráfrasis “acto propio de” se esconde una determinada modalidad aspectual, la ‘habitualidad’, entendida como “actividad que suele realizarse de manera discontinua, pero general o constante” (Pena 1993: 242). Realmente, la habitualidad no es privativa de los sustantivos pues “ya viene dada por el nombre base y simplemente hay un “filtrado de rasgos” de la palabra base a la palabra derivada” (Pena 1993: 243). Con frecuencia los sufijos *-ada* y *-ería* comparten la misma base, lo que da lugar a dobles (*bellaco* → *bellacada* ~ *bellaquería*, *bribón* → *bribonada* ~ *bribonería*, *fanfarrón* → *fanfarronada* ~ *fanfarronería*).

Por último, se percibe muy bien el carácter marginal de ambas formaciones en las series donde coexisten con otros sufijos, y el carácter más marginal de **-ada** con respecto a **-ería** en las series donde coexisten ambos:

(12) **-ada** y/o **-ería** con otros sufijos

“cualidad” / “acto propio de”: brutez ~ bruteza / brutada, burricie / burrada, beatitud / beatería, bisonéz / bisonada ~ bisonería, españolidad ~ españolía / españolada, muchachez / muchachada ~ muchachería, salvajismo / salvajada ~ salvajería, tontedad / tontada

“cualidad” / “cualidad” y “acto propio de”: mojigatez / mojigatería, mentecatez / mentecatada

“cualidad” y “acto propio de” / “acto propio de”: memez / memada, ñoñez / ñoñería
“cualidad” / “colectivo”: pobreza / pobrería

(13) **-ada** y **-ería**

i) comparten el mismo significado

“cualidad” y “acto propio de”: bellacada ~ bellaquería, chabacanada ~ chabacanería, cochinateda ~ cochinería, bribonada ~ bribonería, bufonada ~ bufonería, gachonada ~ gachonería, pamplinateda ~ pamplinería, bisonada ~ bisonería (bisonéz “cualidad”), gorrinateda ~ gorrinería

“acto propio de”: salvajada ~ salvajería

“acto propio de” y “objeto”: bobada ~ bobería

“acto propio de” y “persona, animal u objeto poseedor de la cualidad”: monada ~ monería

“acto propio de” y “colectivo”: muchachada ~ muchachería

ii) de significado (parcialmente) distinto

-ería indica “cualidad”

mentecato mentecatería mentecatada “acto propio de”

charrán charranería charranada “acto propio de”

-ería indica “cualidad” y “acto propio de”

bravucón bravuconería bravuconada “acto propio de”

fanfarrón fanfarronería fanfarronada “acto propio de”

español españolería españolada “acto propio de”

-ería indica “cualidad”, “acto propio de” y “colectivo”

chulo chulería chulada “acto propio de” y “cosa chula”

cursi cursilería cursilada “acto propio de” y “cosa cursi”

pillito pillería pillada “acto propio de”

-ería indica “acto propio de” y “colectivo”

golfo golfería golfada “acto propio de”

granuja granujería granujada “acto propio de”

truhán truhanería truhanada “acto propio de”

gitano gitanería gitanada “acto propio de”

-ería indica “cualidad”, “acto propio de” y “objeto”

tonto tontería tontada “acto propio de”

4. Recapitulación

La noción de paradigma derivativo (paradigma morfológico, tipo de derivación etc.) surge en el seno de la tesis asociativa con el fin de resolver el problema que plantean los hechos de asimetría morfológica en el ámbito de un determinado afijo o, más generalmente, en el ámbito de un determinado procedimiento de formación de palabras.

Los dos fenómenos aquí descritos a propósito de los sustantivos en *-ncia*, de un lado, y de los sustantivos en *-ada* y *-ería*, de otro, permiten comprobar claramente la coexistencia en un afijo, y en la palabra derivada resultante, de dos significados correspondientes a dos paradigmas o, si se prefiere, a dos RFP diferentes. La solución adoptada dentro de la tesis asociativa, que consiste en hablar en estos casos de dos afijos homónimos (y, por tanto, también de dos palabras derivadas homónimas), viene condicionada precisamente por el requisito de la unicidad semántica presente en la definición del paradigma morfológico o derivativo. Pero sostener que hay un nuevo afijo homónimo siempre que aparece un significado distinto puede resultar antieconómico o simplemente inadecuado para resolver el problema de la asimetría morfológica.

BIBLIOGRAFIA

- CORBIN, Danielle (1987), *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*, Tübinga, Max Niemeyer Verlag.
- DRAE*: Real Academia Española: *Diccionario de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe. Ediciones de 1984, 1992 y 2001.
- ERNOUT & THOMAS (1964), Ernout, Alfred & François Thomas, 1964, *Syntaxe latine*, París, Klincksieck.
- PENA, Jesús (1980), *La derivación en español. Verbos derivados y sustantivos verbales*, Universidad de Santiago de Compostela, anejo 16 de *Verba*.
- PENA, Jesús (1993), “La formación de verbos en español: la sufijación verbal”, in Varela, Soledad (ed.), *La formación de palabras*, Madrid, Taurus Universitaria, pp. 217-281.
- PENA, Jesús (2003), “La relación derivativa”, in *ELUA*, vol. 17, pp. 505-517.
- RAINER, Franz (1993), *Spanische Wortbildungslehre*, Tübinga, Max Niemeyer Verlag.
- ZWANENBURG, Wiecher (1984), “Word formation and meaning”, in *Quaderni di Semantica*, vol. 5, n° 1, pp. 130-142.

João Veloso

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
Centro de Linguística da Universidade do Porto;
(Unidade de I&D da FCT n.º 22/94); jveloso@letras.up.pt*

Estrutura interna e flexão de número dos nomes terminados em “-ão”: onde reside a “irregularidade”?

1. Introdução

Em gramáticas descritivas tradicionais e/ou históricas do português – como, p. ex., as de Vázquez Cuesta & Luz (1971: 373, 374-375) e Cunha & Cintra (1984: 181-183) –, é frequentemente referida, no âmbito da apresentação da flexão nominal, uma aparente excepção verificada com os nomes ortograficamente terminados em “-ão”. Citando uma regularidade consignada no âmbito da tradição gramatical que postula que a formação do plural nominal do português se processa, na maior parte dos casos, através da posição do morfema de plural (/s/) à forma do singular dos nomes (Vázquez Cuesta & Luz, 1971: 373; Cunha & Cintra, 1984: 181), tais descrições da língua apresentam como um procedimento excepcional e irregular o verificado com os nomes que no singular terminam no ditongo nasal [ẽw̃]¹, aos quais correspondem três terminações distintas no plural: [ẽw̃ʃ] (exº: “irmão - irmãos”), que obedeceria à referida “regra”, *vs.* [õʃ] (exº: “discussão - discussões”) e [ẽʃ] (exº: “alemão - alemães”), que configurariam excepções (já que, no plural, a forma de superfície do singular não é integralmente mantida antes de /s/).

Em obras de pendor mais histórico – como a já citada gramática de Vázquez Cuesta & Luz (1971) e os estudos de Vasconcelos (1966) e Teyssier (1980) –, regista-se a tentativa de fazer corresponder esta “discrepância” entre a terminação singular [ẽw̃] e as terminações plurais [ãw̃ʃ], [õʃ] e [ẽʃ] a uma regularidade do latim entretanto perdida na

¹ [ẽw̃] é, ao nível fonético, a realização do ditongo decrescente nasal ortograficamente representado por “-ão” na maior parte dos falantes dos dialectos centro-meridionais do português europeu. Junto dos falantes dos dialectos setentrionais, é possível encontrar outras realizações (o que constitui, de resto, uma das marcas individualizadoras de tais normas dialectais), como reconhecido, p. ex., em Cintra (1971: 133), Vázquez Cuesta & Luz (1971: 61), Teyssier (1980: 47) e Ferreira *et al.* (1996: 495). Voltaremos a esta questão na parte final da secção 3 deste texto.

história do português. De acordo com Vasconcelos (1966: 131 e ss.), Vázquez Cuesta & Luz (1971: 247-248, 374-375) e Teyssier (1980: 45-47), cada uma destas três terminações plurais do português descenderia de uma de três terminações latinas distintas, correspondentes estas últimas a três terminações singulares igualmente distintas. Assim:

- a correspondência [ẽw̃]/[ẽw̃j] proviria da correspondência latina *-anum/-anos*, como lat. “*germanum - germanos*” → port. “*irmão - irmãos*”;
- a correspondência [ẽw̃]/[õjʃ] proviria da correspondência latina *-onem/-ones*, como lat. “*leonem - leones*” → port. “*leão - leões*”;
- a correspondência [ẽw̃]/[ẽjʃ] proviria da correspondência latina *-anem/-anes*, como lat. “*panem - panes*” → port. “*pão - pães*”.

Esta explicação diacrónica afigura-se, à luz dos conhecimentos contemporâneos, discutível (se não mesmo insatisfatória), dado que, para além do argumento teórico que nos impede de ver na diacronia a única explicação para factos atestados na sincronia, é possível encontrar um número significativo de casos não explicáveis por causas de natureza exclusivamente histórica. Conforme é posto em destaque, entre outros, por Câmara (1967: 1312; 1970: 75; 1971: 60, 61), o padrão [ẽw̃]/[õjʃ] acabou por se impor como o mais frequente na formação dos plurais destas palavras **independentemente da etimologia**, como demonstrado pela sua aplicação a nomes de origem não-latina (ex^{os} do próprio autor, em Câmara (1970: 96): “*alazão - alazões*” e “*gavião - gaviões*”) e pelas palavras com singular [ẽw̃] que admitem mais do que uma das três terminações plurais em apreço (cf. os exemplos listados em Cunha & Cintra (1984: 183), de entre os quais seleccionamos, a título ilustrativo, os seguintes: “*aldeão - aldeãos - aldeões - aldeães*”; “*bortelão - bortelãos - bortelões*”). Estes casos demonstram, precisamente, a insuficiência, para a compreensão da formação do plural destas palavras, de uma explicação exclusivamente diacrónica e baseada no latim, justificando-se, por conseguinte, a busca de uma explicação alternativa, de natureza *sincrónica*, para os mesmos².

Será então nosso objectivo, nas páginas que se seguem, problematizar alguns aspectos tradicionalmente associados a estas palavras e discutir algumas questões essenciais da sua estrutura interna (fonológica e morfológica).

Mais concretamente, serão objectivos específicos deste estudo:

- determinar qual a *forma teórica* destas palavras a partir da qual se processa a sua flexão de número, com um destaque particular para a especificação da última vogal do radical flexional e a pertença destas palavras a uma classe temática;
- demonstrar que, a haver alguma *irregularidade* associada à flexão de número destas palavras, ela é mais aceitável nas formas do singular do que nas do plural.

² No tocante a este aspecto em particular, tenhamos em consideração as seguintes observações de Câmara (1967):

It is also inexact to assert that only historical grammar is able to give us a theoretical explanation of these plural patterns, by focusing on the singular and plural Latin accusatives and bringing to the fore the phonetic laws that for Portuguese have worked there.

Synchrony has its theoretical explanation too for those Portuguese plural patterns. It does not explain their origin, of course, for this is the task of a diachronic study; but it explains their morphological relations within the Portuguese grammatical system.

(Câmara, 1967: 1312)

2. Forma teórica das palavras com singular terminado em “-ão”; a questão da última vogal do seu radical flexional e a sua pertença a uma classe temática do português

Considerações prévias sobre a morfologia dos nomes em português

De acordo com um ponto de vista clássico em linguística, especialmente assumido no modelo *standard* da fonologia generativa (cf. Chomsky & Halle, 1968: 7 e ss.) e de alguma forma recuperado pela teoria da optimidade (cf. Kager, 1999: 413 e ss.; Costa, 2001: 41), as estruturas de superfície das palavras resultam da aplicação de um certo tipo de operações formais sobre formas teóricas abstractas que, de certo modo, constituem a “matéria-prima” que dá origem às estruturas de superfície, seja através da aplicação de regras cíclicas, como proposto pelo primeiro dos modelos teóricos citados através, nomeadamente, da noção de *derivação* (Chomsky & Halle, 1968: 60-61), seja através da confrontação de um *input* com uma série de restrições hierarquizadas com vista à selecção, de entre vários candidatos, do *output* óptimo que viole as menos importantes de tais restrições, como defendido pela teoria da optimidade (cf. Kager, 1999: 8; Costa, 2001: 18-19, 21 e ss.).

Em quadros teóricos anteriores ao da linguística generativa, Câmara (1970: 95-96; 1971: 61) defende igualmente a noção de *forma teórica* na explicação de um grande número de fenómenos linguísticos. De acordo com a nossa interpretação das propostas gramaticais do autor citado, a forma teórica da palavra deve ser encarada como uma forma abstracta que reconstitui, independentemente de variações como as determinadas pela alomorfia e de processos de sobreregularização atribuíveis a certos fenómenos históricos ou de outra natureza, o alinhamento morfológico teórico da palavra no seu estado mais “primitivo”. Segundo o autor, as entradas lexicográficas das palavras deveriam mesmo conter, em lugar da forma citacional tradicional (que é em português, para os nomes, o masculino do singular), estas mesmas formas teóricas (Câmara, 1971: 61), pois é a partir delas que se formam todas as formas flexionais do nome, inclusive a do masculino singular, seguindo-se modelos paradigmáticos maximamente regulares.

Ora, de acordo com a perspectivização da morfologia nominal do português encontrada em Câmara (1970: 69-76, 81-96; 1971: 47-64), as representações teóricas das formas nominais desta língua apresentam, obrigatoriamente, os seguintes morfemas³:

Radical Flexional + Vogal Temática + Sufixo de Género + Sufixo de Número

TEMA

SUFIXO

FLEXIONAL

Em relação, especificamente, à vogal temática (VT) dos nomes – constituinte morfológico que muitas gramáticas tradicionais normalmente não aceitam quando se debruçam sobre esta classe gramatical (ao contrário do que sucede com a vogal temática dos verbos; cf. as observações de Câmara (1970: 86) a este propósito)⁴ –, os pon-

³ Em termos gerais, esta proposta coaduna-se com propostas mais recentes, desenvolvidas no âmbito de modelos teóricos mais elaborados e formalizados, como a de Villalva (2000: 9).

⁴ A justificação para a aceitação de uma vogal temática também na estrutura morfológica dos nomes basear-se-á nos mesmos argumentos que a sustentam relativamente aos verbos: em ambas as classes lexicais mencionadas, a VT permite a inclusão das palavras em paradigmas flexionais sistemáticos, funcionando como um *marcador de classe* (cf., p. ex., Carstairs-McCarthy, 1998: 331 e ss.).

tos essenciais da descrição da morfologia do português encontrada em Câmara (1970; 1971) são, resumidamente, os seguintes:

- tal como nos verbos, a VT é um elemento sem realização fonética obrigatória na forma de superfície das palavras (Câmara, 1970: 69-76, 81-96; 1971: 47-64), estando sujeita a um número significativo de fenómenos de alomorfia e apagamento morfológicamente motivados;
- a forma nominal em que a VT é mais estável – isto é, em que é menos sujeita a tais fenómenos e em que, concomitantemente, encontra uma frequência de realização quase obrigatória – é a do masculino plural (ou, nas palavras sem masculino, a forma de feminino plural) (cf. Câmara, 1970: 86). Nestas formas, a VT é a que se encontra imediatamente à esquerda da realização de superfície do morfema de plural (/s/). Exemplos: “*professores, alunos, artistas, rosas*”. Efectivamente, as propostas gramaticais de Câmara (1970; 1971) definem como padrão geral da flexão nominal de género⁵ e número em português a manutenção sistemática da VT nas formas do masculino plural e a possibilidade da sua supressão, em algumas classes paradigmáticas, nas restantes formas (Câmara, 1970: 89 e ss.; 1971: 63-64);
- assim sendo, são identificáveis em português três vogais temáticas nominais, prevendo-se ainda que alguns nomes sejam privados de VT, o que permite a reparição de todos os nomes pelas quatro classes temáticas seguintes⁶ (Câmara, 1970: 86, 91, 95-96; 1971: 52, 60-61, 63, 64):
 - (i) nomes de tema em *-o*. São aqueles que, no masculino plural, exibem um “*-o*” (foneticamente [u] em português europeu (PE)) antes do morfema de número. A vogal temática está presente também nas formas do masculino singular, sendo suprimida nas formas do feminino (“*o menino - a menina - os meninos - as meninas*”);
 - (ii) nomes de tema em *-a*. São os que, no masculino plural (ou no feminino plural, na falta da primeira forma), apresentam um “*-a*” ([ɐ] na realização fonética em PE) antes do morfema de número (“*o flautista - a flautista - os flautistas - as flautistas*”);
 - (iii) nomes de tema em *-e*. Integram esta classe temática os nomes que no masculino plural (ou no feminino plural, no caso de nomes cuja flexão não preveja formas masculinas) contemplam um “*-e*” antes do morfema de plural. Esta vogal é geralmente realizada na maior parte dos dialectos do PE como [i] (ou, devido ao apagamento a que a vogal alta central é frequentemente sujeita nesta língua, como ∅) (“*o senhor - a senhora - os senhores - as senho-*

⁵ Em Câmara (1967; 1970; 1971), bem como na generalidade das descrições gramaticais tradicionais do português, o género nominal corresponde a uma categoria flexional, contrariamente a propostas mais recentes, como as de Villalva (2000: 218 e ss.) e Mateus *et al.* (2003: 927 e ss.), que consideram que as oposições de género realizam, nesta língua, “[...] uma categoria morfo-sintáctica cuja especificação é lexicalmente determinada ou resultante da intervenção de um processo morfológico não-flexional” (Villalva, 2000: 233).

⁶ Esta descrição deste ponto preciso da gramática do português distancia-se assim das propostas encontradas em Villalva (2000: 116 e ss.) e Mateus *et al.* (2003: 921 e ss.), que associam sistematicamente a terminação de cada forma flexionada ao constituinte temático dos nomes, dando origem a inúmeros casos em que o mesmo radical, com formas masculina e feminina dotadas de terminação diferente, é associado a constituintes temáticos diferentes (ex^o: “*aluno - aluna*” – cf. Mateus *et al.*, 2003: 922).

ras”). Esta é a classe temática em que a VT é mais instável, visto deter uma realização sistemática apenas nas formas de masculino plural, estando ausente de numerosas formas de masculino singular e de feminino;

- (iv) nomes atemáticos. Pertencem a esta classe temática, principalmente, os nomes cuja forma de masculino singular (ou de feminino singular, na inexistência de masculino) termina em vogal oral tónica (“*café, tupi, rubi, peru, orixá*”), bem como os nomes com masculino singular paroxítono terminado em /s/ (“*lápís, pires, alferes, simples, ónus, ourives*”). No caso destas palavras, não se pode dizer, como o fazemos para algumas formas das palavras das classes temáticas anteriores, que a VT é, em algumas circunstâncias, suprimida, pois na verdade o que se admite é que estas palavras não prevêem, já no nível do seu tema teórico, uma especificação da VT, não sendo portanto inseríveis em nenhuma dessas classes temáticas (Câmara, 1970: 86).

Aspectos morfológicos dos nomes com singular terminado em “-ão”

Regressando agora ao caso mais específico das palavras de que aqui nos ocupamos, verificaremos que, aplicadas as generalizações mencionadas na secção anterior aos nomes cujo singular termina em “-ão”, eles se repartirão pelas classes temáticas dos nomes com VT *-o* (plural [ẽw̃j]) e dos nomes com VT *-e* (plurais [õj] e [ẽj]), atendendo a que essas são as duas vogais que, em tais plurais, ocorrem imediatamente antes de /s/.⁷

O quadro seguinte reúne alguns exemplos destas duas situações distintas.

Quadro 1 – Exemplificação da repartição dos nomes com singular terminado em “-ão” pelas classes temáticas previstas por Câmara (1967; 1970; 1971)

Tema em -o (terminação no plural: [ẽw̃j])	Tema em -e (terminação no plural: [õj] e [ẽj])
<i>irmão - irmãos</i>	<i>alemão - alemães</i>
<i>bênção - bênçãos</i>	<i>pão - pães</i>
<i>órfão - órfãos</i>	<i>cão - cães</i>
<i>mão - mãos</i>	<i>serão - serões</i>
<i>cidadão - cidadãos</i>	<i>ladrão - ladrões</i>
	<i>beirão - beirões</i>

Estabelecida esta divisão dos nomes com singular terminado em “-ão”, impõe-se subsequentemente o estabelecimento de uma divisão suplementar, verificada no interior dos nomes com essa terminação no singular e que, de acordo com o exposto, são considerados como pertencentes à classe dos nomes com VT *-e*. Olhando aos exemplos do Quadro 1, verifica-se que, no último grupo referido, a vogal que ocorre antes da VT é,

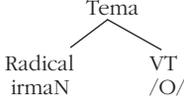
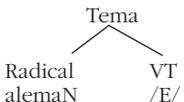
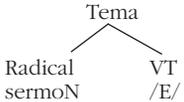
⁷ A identificação da VT *-o* ou *-e* nestas palavras parece mais imediata se olharmos sobretudo à sua representação ortográfica (conservadora, em português, da forma teórica e de aspectos morfofonológicos abstractos das palavras – cf. Veloso, 2003: 142). Com efeito, a nível fonético, a realização da VT destas palavras é determinada por um conjunto de variáveis que aqui não discutiremos e que determinam a imposição, ao nível fonético, de certas propriedades articulatórias que, de certa forma, podem contribuir para um “mascaramento” de superfície da VT: a nasalização e a semivocalização. Por este motivo, e dado o carácter teórico desta discussão, passaremos então a representar estas vogais como /E/ e /O/.

foneticamente, [ẽ] ou [õ]. Sendo estas vogais fonologicamente interpretáveis como a sequência de uma vogal oral e de segmento nasal teórico, de um autosegmento nasal ou de um segmento flutuante (cf., p. ex.: Andrade, 1994: 134; Mateus & Andrade, 2000: 21-23, 72-73) – o que passaremos a representar como /aN/ e /oN/, respectivamente –, conclui-se que também a última vogal do radical flexional destas palavras apresenta duas possibilidades distintas de realização. Ou seja: relativamente às palavras com singular “-ão” que têm VT -e, haverá ainda que distinguir entre aquelas cuja última vogal do radical flexional é /o/ (plural [õj]), com uma forma teórica /oN_{Radical Flexional}+EVogal Temática+SMorfema de Plural/) e aquelas em que a última vogal do radical flexional é /a/ (plural [ãj]), a que corresponderia uma forma teórica /aN_{Radical Flexional}+EVogal Temática+SMorfema de Plural/).

Independentemente dos formalismos adoptados, esta é a representação teórica destas palavras assumida por diversos estudos anteriores, tais como, p. ex., Câmara (1967: 1313-1314; 1970: 90, 95-96; 1971: 60-61), Pardal (1977: 34), Morales-Front & Holt (1997: 418 e ss.), Mateus e Andrade (2000: 21-23, 72-73, 133) e Mateus *et al.* (2003: 1019-1020) (ainda que, no caso das três últimas obras citadas, a existência de uma VT /E/ nas palavras com os plurais [ãj] e [õj] não seja explicitamente reconhecida).

Deste modo, numa tentativa de identificarmos, ao nível da forma teórica dos temas destas palavras, os seus constituintes morfológicos, poderíamos isolar os três casos contemplados no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura interna teórica dos nomes com singular terminado em [ẽw]

<p>(1) Palavras com VT -o (/O/). Terminação no plural: [ẽw̃j]. Última vogal do radical flexional: /a/; Tema teórico: /aNO/. Ex^o: <i>irmão</i>.</p> <div style="text-align: center;">  <pre> graph TD Tema --> Radical[irmaN] Tema --> VT["/O/"] </pre> </div>
<p>(2) Palavras com VT -e (/E/). Terminação no plural: [ãj]. Última vogal do radical flexional: /a/; Tema teórico: /aNE/. Ex^o: <i>alemão</i>.</p> <div style="text-align: center;">  <pre> graph TD Tema --> Radical[alemaN] Tema --> VT["/E/"] </pre> </div>
<p>(3) Palavras com VT -e (/E/). Terminação no plural: [õj]. Última vogal do radical flexional: /o/; Tema teórico: /oNE/. Ex^o: <i>sermão</i>.</p> <div style="text-align: center;">  <pre> graph TD Tema --> Radical[sermoN] Tema --> VT["/E/"] </pre> </div>

Os argumentos em favor das formas teóricas dos temas nominais propostas no Quadro 2 não se esgotam exclusivamente na sua extracção a partir da forma do masculino plural (ou, no caso de nomes defectivos desta forma, a partir do feminino plural). Tal como Pardal (1977: 29 e ss.) e Morales-Front & Holt (1997: 397), p. ex., consideramos um argumento bastante importante em sua defesa a existência de formas derivadas nas quais é preservada, ao nível da forma de superfície, a forma teórica da última vogal do radical prevista pela presente proposta e obliterada, em certas palavras, pela terminação [ɛw̃] do singular (vd. os casos sob (3) do Quadro 2), como é possível inferir a partir dos exemplos transpostos para o Quadro 3.

Quadro 3: A preservação da última vogal (teórica) do radical nas formas flexionadas do plural e em formas derivadas

Forma teórica do tema nominal	Formas do masculino	Formas derivadas com preservação da última vogal do radical
1. Palavras com tema teórico /aNO		
irmã _a N _{Radical} +O _{VT} cidadã _a N _{Radical} +O _{VT} cristã _a N _{Radical} +O _{VT}	<i>irmão - irmã_{os}</i> <i>cidadão - cidadã_{os}</i> <i>cristão - cristã_{os}</i>	<i>irmã_{nar}</i> , <i>irmã_{ndade}</i> <i>cidadã_{nia}</i> <i>cristã_{ndade}</i>
2. Palavras com tema teórico /aNE/		
pã _a N _{Radical} +E _{VT} cã _a N _{Radical} +E _{VT} capitã _a N _{Radical} +E _{VT}	<i>pão - pã_{es}</i> <i>cão - cã_{es}</i> <i>capitão - capitã_{es}</i>	<i>panif_{icação}</i> <i>canil</i> <i>capitã_{nia}</i>
3. Palavras com tema teórico /oNE/		
serõ _o N _{Radical} +E _{VT} ladrõ _o N _{Radical} +E _{VT} camiõ _o N _{Radical} +E _{VT} leõ _o N _{Radical} +E _{VT}	<i>serão - serõ_{es}</i> <i>ladrão - ladrõ_{es}</i> <i>camião - camiõ_{es}</i> <i>leão - leõ_{es}</i>	<i>serõ_{ar}</i> <i>ladrõ_{agem}</i> <i>camiõ_{nagem}</i> , <i>camiõ_{nista}</i> <i>leõ_{ino}</i>

3. A flexão das palavras com singular terminado em “-ão”: plurais irregulares ou *singulares irregulares*?

Como tentámos fazer ver ao longo do ponto 2, as terminações [ɛw̃ʃ], [ɛɹʃ] e [õɹʃ] nos plurais de nomes que, no singular, terminam em [ɛw̃] são absolutamente predizíveis a partir da forma teórica dos temas nominais respectivos. Tal forma teórica, ao contrário da forma etimológica que algumas descrições históricas referidas em 1 davam como explicação para estas três terminações plurais, afigura-se intuitível pelos falantes da língua, nomeadamente a partir de certas formas derivadas que a preservam, como resumido no Quadro 3.

Assim, podemos identificar uma relativa isomorfia entre a representação teórica destas formas e a representação de superfície dos seus plurais, nomeadamente quanto à especificação da última vogal do radical e da VT, como pretendemos simbolizar nos exemplos do Quadro 4.

Quadro 4 – Isomorfia entre formas teóricas e formas de superfície do plural em palavras terminadas em “-ão”

<i>irmãos:</i>				
Forma teórica: irmaN _{Radical Flexional} +OVogal Temática+S _{Morfema de Plural}				
Forma de superfície:	irmã	+	o	+ [j]
<i>capitães:</i>				
Forma teórica: capitaN _{Radical Flexional} +EVogal Temática+S _{Morfema de Plural}				
Forma de superfície:	capitã	+	e	+ [j]
<i>sermões:</i>				
Forma teórica: sermoN _{Radical Flexional} +EVogal Temática+S _{Morfema de Plural}				
Forma de superfície:	sermão	+	e	+ [j]

Consequentemente, e tomando uma posição inversa da que é corrente na tradição gramatical portuguesa, não nos parece aceitável ver nestes plurais formas excepcionais. Pelo contrário, manifestamos concordância com o ponto de vista de Morales-Front & Holt (1997), quando é afirmado que “[...] in spite of its surface array of manifestations, Portuguese pluralization is systematic and unitary at its root” (Morales-Front & Holt, 1997: 393).

Reperspectivando a questão, afirmaremos mesmo que, no tocante a estas palavras, as formas que apresentam alguma modalidade de excepcionalidade serão as formas do singular e somente nos nomes com VT *-e*. Em defesa desta nossa afirmação, invocaremos os dois argumentos principais que passamos a expor.

Em primeiro lugar, repetimos que, à exceção dos nomes com terminação singular “-ão” que pertencem à classe dos nomes com VT *-o* (p. ex., “irmão - irmãos”), a forma de superfície do singular não preserva a forma teórica do radical ou do tema da palavra, como se observa nos exemplos contidos nos Quadros 3 e 4.

Em consequência, nas palavras com singular terminado em “-ão” que pertencem à classe dos nomes com VT *-e* essa terminação do singular pode apresentar dois tipos de “excepcionalidade”:

- nas palavras cujo plural termina em [ɐ̃j] (tema teórico: /a_NRadical Flexional+EVogal Temática/) – as quais, obedecendo ao padrão geral da formação do singular referido em 1 (cf. Câmara, 1970: 89 e ss.; 1971: 63-64), deveriam apresentar singulares terminados em /a_N(E)/ (p. ex.: **alemã(e)*”, masc. sing.) –, a semivogal nasal [w̃] encontrada, na maior parte dos dialectos da língua, em posição final absoluta

- da forma do masculino singular é morfologicamente imprevisível, por não corresponder à realização fonética esperada de /E/ em português (a menos que a considerássemos, nesta situação particular, uma *variante alomórfica* da VT nominal /E/)⁸;
- nas palavras cujo plural termina em [õj] (tema teórico: /oN_{Radical Flexional}+E_{Vogal Temática}/) – para as quais esperaríamos singulares terminados em /oN(E)/ (p. ex.: **leõ(e)*”, masc. sing.) –, além da mesma falta de correspondência entre a terminação [w̃] e a VT *-e* destas palavras, nos termos explicados no parágrafo anterior⁹, verifica-se ainda uma falta de correspondência entre a última vogal do radical teórico (/o/) e a vogal nasal [ẽ] encontrada em [ẽw̃].

Em conclusão, e reiterando um ponto de vista já expresso anteriormente, a irregularidade morfológica destas palavras parece ser a que se encontra na terminação [ẽw̃] do singular nas palavras com VT *-e*, devido à sua falta de correspondência directa com as formas teóricas dos radicais e temas correspondentes. Trata-se, com efeito, de uma terminação que, além das incorrespondências discutidas nos parágrafos precedentes, é *morfologicamente inanalísável*, na medida em que não permite, no seu interior, a marcação de fronteiras entre constituintes morfológicos importantes como o radical flexional e a VT.

Causas históricas para a irregularidade da terminação [ẽw̃]

A fixação da terminação “-ão” nas palavras com temas teóricos /aNE/ e /oNE/ corresponde, na verdade, ao resultado histórico de um processo de “*sobrerregularização*” que se terá consumado ainda antes do final do século XV (Vázquez Cuesta & Luz, 1971: 188; Teyssier, 1980: 46) e que terá sido determinado por causas essencialmente *analógicas* (segundo Câmara, 1971:61) ou, conforme defendido em Teyssier (1980:46), por uma interacção de causas fonéticas intrínsecas com factores analógicos.

Estas formas, sendo distintas no português contemporâneo apenas ao nível das formas teóricas, das formas de plural e das formas derivadas, terão sido porém, segundo os historiadores da língua atrás referidos, foneticamente distintas nas formas de superfície do singular até ao século XV¹⁰.

Por outro lado, há que referir que este processo de “imposição” da terminação [ẽw̃] a *todos* os nomes com tema teórico /aNO/, /aNE/ ou /oNE/ é típico e exclusivo dos dialectos centro-meridionais do português apenas. Com efeito, noutras línguas românicas, bem como em vastas áreas abrangidas pelos dialectos setentrionais do português europeu (Cintra, 1971: 133; Vázquez Cuesta & Luz, 1971: 55, 61; Teyssier, 1980: 47; Fer-

⁸ Por esta razão, Mateus e Andrade (2000: 133) consideram que, em palavras como “*irmão*” (palavras em que [w̃] é a realização fonética de uma vogal temática “nasalizada”), o ditongo corresponde a duas posições esqueléticas na palavra (ocupadas por [ẽ] e [w̃] separadamente); pelo contrário, nas restantes palavras terminadas em “-ão”, [w̃], não correspondendo a uma realização esperada da VT, não é associado a nenhuma posição esquelética em separado, cabendo ao ditongo uma única posição esquelética. Este é, de resto, um dos argumentos invocados pelos autores para distinguirem entre ditongos “*leves*” (com uma só posição esquelética) e ditongos “*pesados*” (com duas posições esqueléticas), em Mateus e Andrade (2000: 55-57).

⁹ Vd. também a nota anterior.

¹⁰ A subsistência, a nível dos registos escritos, da terminação gráfica “-om” a partir do século XV é entendida por Vázquez Cuesta & Luz (1971: 188) como um arcaísmo.

reira *et al.*, 1996: 495), subsistem, nas variedades contemporâneas, terminações de formas de singular mais conformes à sua forma teórica, mais precisamente com uma maior preservação da última vogal do radical e/ou da VT.

Relativamente à situação verificada noutras línguas românicas, esta afirmação é ilustrada pelos exemplos incluídos no Quadro 5, no qual são comparadas diversas palavras em português, castelhano e italiano.

Quadro 5: Comparação de algumas palavras em português, castelhano e italiano com étimos latinos comuns

Português	Castelhano	Italiano
1. Palavras com tema teórico /aNO/ em português		
<i>mão</i> <i>cris<u>ti</u>ão</i>	<i>mano</i> <i>cris<u>ti</u>ano</i>	<i>mano</i> <i>cris<u>ti</u>ano</i>
2. Palavras com tema teórico /aNE/ em português		
<i>pão</i> <i>cão</i>	<i>pan</i> <i>can</i> (<i>ant. ou lit.</i>)	<i>pane</i> <i>cane</i>
3. Palavras com tema teórico /oNE/ em português		
<i>ladrão</i> <i>leão</i>	<i>ladrón</i> <i>león</i>	<i>ladro, ladrone</i> <i>leone</i>

Relativamente à situação atestada em grande parte dos dialectos setentrionais do português europeu, verifica-se que, ao contrário dos dialectos centro-meridionais, os primeiros contemplam, no estágio actual da língua e no tocante aos nomes com tema teórico /oNE/, uma quantidade elevada de palavras que preservam a forma teórica destes temas nominais, o que se torna patente em formas como [lɐ'drõw] (“*ladrão*”) e [li'õw] (“*leão*”), p. ex., com uma estrutura fonológica e uma realização fonética próximas das correspondentes palavras do castelhano e do italiano (vd. Quadro 5)¹¹.

Como refere Teyssier (1980: 47), também nestes dialectos se verificou, na verdade, uma confluência fonética de terminações que teoricamente correspondem a estruturas abstractas distintas, na medida em que, para as palavras com singular “-ão” com os temas teóricos /aNO/ e /aNE/, não foram mantidas terminações distintas (como foram nas palavras correspondentes do castelhano e do italiano, de acordo com o Quadro 5), tendo-se fixado a terminação fonética [õw] para todos os singulares de /aNO/, /aNE/ e /oNE/ (da mesma forma como, nos dialectos centro-meridionais, a terminação [ẽw] se impôs indistintamente em todos os singulares dessas mesmas formas teóricas¹²).

¹¹ Esta situação, como deixámos implícito no próprio texto, não se verifica na totalidade da área genericamente pertencente aos dialectos setentrionais. Como reconhecido, p. ex., em Ferreira *et al.* (1996: 495), trata-se de uma marca típica da área subdialectal do Baixo Minho e Douro Litoral.

¹² No entanto, e em nosso entender, merece um aprofundamento futuro a co-existência, em dialectos setentrionais do português, das terminações [ãw] e [õw], empiricamente constatada pelo autor deste trabalho. Representará esta coexistência uma forma de sobrevivência da antiga distinção entre formas de tema teórico /aNO/ e /oNE/? Será possível encontrar, no estágio actual da língua, falantes que continuem a preservar, através das terminações distintas [ãw] e [õw], a distinção /aNO/ vs. /oNE/? Igualmente digna de investigação futura nos parece a questão da produção destas terminações, em alguns dialectos seten-

Desse modo, a terminação [õw̃] presente em alguns dialectos setentrionais da língua, embora conserve o tema teórico /oNE/ (perdido nas formas de superfície dos dialectos centro-meridionais terminadas em [ẽw̃]), apresentaria irregularidades morfológicas comparáveis à da terminação [ẽw̃], nos termos atrás expostos: em primeiro lugar, por não assegurar, nas palavras de tema em /aNO/ e /aNE/, a preservação da correspondente forma teórica do tema; em segundo lugar, por tal terminação apresentar, ao nível da realização de superfície, uma semivogal final [w̃] que, no caso das palavras com VT -e, não corresponde a uma realização fonética esperada de um segmento teórico /E/ (o que se verifica também, como foi dito, na terminação [ẽw̃])¹³.

4. Observações finais e questões em aberto

Nas páginas precedentes, tentámos defender o ponto de vista segundo o qual, e contrariamente ao que é corrente encontrarmos nas descrições gramaticais do português, a existência de três terminações plurais para os nomes cujo singular termina em “-ão” não representa uma irregularidade na morfologia da língua, já que tais plurais se tornam em nosso entender predizíveis a partir da reconstituição da forma teórica das palavras em causa. Como afirmámos também, esta forma teórica parece-nos recuperável pelos falantes do português a partir de certas formas flexionais e derivacionais das palavras (e também, podemos dizê-lo, a partir de certas comparações dialectais). Concomitantemente, defendemos que a excepcionalidade destas palavras se verifica nas formas do singular e não nas formas do plural.

De fora do âmbito deste estudo ficou o tratamento de algumas questões que teriam merecido um outro aprofundamento. De entre estas, salientamos desde já as seguintes, deixando expresso o objectivo de futuramente nos determos sobre os aspectos que elas implicam:

- o lugar da nasalidade destas formas, que, diversamente do que se verifica noutras línguas românicas, assume um carácter autosegmental *flutuante*, podendo ser foneticamente associado quer ao Núcleo silábico (nas terminações [ẽw̃] e [õw̃], p. ex.), quer à posição de Ataque (em formas como “irmanar” ou “camionista”, p. ex.) – cf. estudos anteriores, como, entre outros, Andrade (1994: 131-138) e Mateus & Andrade (2000: 72-73, 130-134);
- a pertença temática de palavras com singular “-ão” que admitem, no português contemporâneo, mais do que um plural (vd. os exemplos referidos em 1, tais como “*bortelão - bortelões - bortelões*”);
- o caso particular das palavras com terminação “-ção” ou “-são” (plural: “-ções/-sões”; ex⁹⁵: “*contorção - contorções*”; “*acção - acções*”; “*excursão - excursões*”; “*visão - visões*”). Além de constituírem, com frequência, um caso muito particular de nomes com VT -o sem forma de masculino, a sua forma teórica parece incluir, a seguir à fricativa alveolar de [sẽw̃] (ou [zẽw̃]), uma vogal alta anterior que, embora excluída das formas derivantes, se encontra sistematicamente presente nas formas derivadas (ex⁹⁵: “*contorcionismo*”, “*accionista*”, “*excursionista*”,

trionais, com uma vogal (“epentética”) final [i] (p. ex.: [lɛˈdrõw̃i]). Poderá esta vogal final ser um resquício da VT que é suprimida, na maior parte dos dialectos, da terminação [ẽw̃]?

¹³ Vd. nota 8.

“visionário”). Com efeito, a aplicação a estas palavras de argumentos atrás expostos relativos à reconstituição das formas teóricas das palavras terminadas em *“-ão”* (vd., nomeadamente, as secções 2 e 3 deste artigo) leva-nos a supor, para estas palavras, a existência de formas teóricas com uma terminação /sioNE/ (ou /zioNE/). Na terminação [sẽw̃] (ou [zẽw̃]) das formas de superfície destas palavras verificar-se-ia, por conseguinte, não só o “mascaramento” da última vogal do radical (nos dialectos centro-meridionais) e a introdução, ao nível dos segmentos fonéticos, de uma semivogal [w̃] que não corresponde a uma posição de esqueleto (Mateus e Andrade, 2000: 133)¹⁴, como também o apagamento da vogal “teórica” /i/ antes da última vogal do radical, mantida em formas derivadas como as acima mencionadas e preservada, numa perspectiva comparativa, noutras línguas românicas, como o castelhano e o italiano (vd. exemplos como cast. *“acción”* e it. *“azione”*).

¹⁴ Vd. novamente a nota 8.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Ernesto d' (1994), *Temas de Fonologia*, Lisboa, Colibri.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1967), “A note on Portuguese noun morphology”, in *To Honor Roman Jakobson. Essays on the Occasion of His Seventieth Birthday*, 11 October 1966, The Hague/Paris, Mouton, vol. II, pp. 1311-1314.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1970), *Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, Vozes [19ª ed., 1989].
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1971), *Problemas de Lingüística Descritiva*, Petrópolis, Vozes [13ª ed., 1988].
- CARSTAIRS-MCCARTHY, Andrew (1998), “Paradigmatic Structure: Inflectional Paradigms and Morphological Classes”, in Spencer, Andrew & Arnold M. Zwicky (eds.), *The Handbook of Morphology*, Oxford, Blackwell, pp. 322-334.
- CHOMSKY, Noam e HALLE, Morris (1968), *The Sound Pattern of English*, New York, Harper & Row.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1971), “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”, in *Boletim de Filologia*, XXII, pp. 81-116. Reproduzido in Cintra, Luís F. Lindley, 1983, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 117-163.
- Costa, João (2001), *Gramática, Conflitos e Violações. Introdução à Teoria da Optimidade*, Lisboa, Caminho.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa [7ª ed., 1990].
- FERREIRA, Manuela Barros *et al.* (1996), “Variação linguística: perspectiva dialectológica”, in Faria, Isabel Hub *et al.* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 479-502.
- KAGER, René (1999), *Optimality Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MATEUS, Maria Helena e D'ANDRADE, Ernesto (2000), *The Phonology of Portuguese*, Oxford, Oxford University Press.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. rev. e aum., Lisboa, Caminho.
- MORALES-FRONT, Alfonso e HOLT, D. Eric (1997), “On the interplay of morphology, prosody and faithfulness in Portuguese pluralization”, in Martínez-Gil, Fernando & Alfonso Morales-Front (eds.), *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages*, Washington DC, Georgetown University Press, pp. 393-437.
- PARDAL, Ernesto d'Andrade (1977), *Aspects de la phonologie (générative) du portugais*, Lisboa, INIC.
- TEYSSIER, Paul (1980), *Histoire de la langue portugaise*, Paris, Presses Universitaires de France. Trad. port. de C. Cunha: *História da Língua Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1990.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1966), *Lições de Filologia Portuguesa*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e MENDES DA LUZ, Maria Albertina (1971), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições 70 [reimp. de 1989 da trad. port. da 3ª ed. espanhola].

- VELOSO, João (2003), *Da Influência do Conhecimento Ortográfico sobre o Conhecimento Fonológico. Estudo Longitudinal de um Grupo de Crianças Falantes Nativas do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- VILLALVA, Alina (2000), *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Joaquim Barbosa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto; jbarbosa@letras.up.pt

Foco e Tópico: algumas questões terminológicas*

1. Introdução

O termo foco, bem como o termo tópico a ele geralmente associado, nem sempre têm designado o mesmo conceito, variando a sua referência quer com os investigadores, quer com o quadro teórico em que se desenvolvem as investigações. Por outro lado, os conceitos referidos por aqueles termos têm sido designados por outros termos.

Na maioria das investigações desenvolvidas na trilha de Chomsky (1971) e, sobretudo, de Jackendoff (1972), o termo é usado para descrever proeminências prosódicas que têm uma função semântica e pragmática. Assume-se, nesta perspectiva, que o foco “is marked as a feature on phrases in a syntactic description, a feature which is to have both a semantic/pragmatic and phonological/phonetic interpretation” (Rooth, 1996:271)

Ligado de um modo geral à ideia de novidade informativa, o foco tem constituído nas últimas décadas um vasto campo de investigação nos campos da fonologia, da sintaxe e – sobretudo após o aparecimento das teorias dinâmicas da *DRT* (Teoria das Representações Discursivas), de Hans Kamp (1981), e da *File Change Semantics*, de Irene Heim (1982) –, nos campos da semântica e da pragmática. As tentativas de identificação do foco, a determinação da sua posição na estrutura da frase e o seu papel na interpretação dos enunciados têm ocupado muitos investigadores, como o demonstra a extensa bibliografia que vai sendo publicada. A relação do foco com a pressuposição, a quantificação, e com algumas *partículas focalizadoras* como, por exemplo, *only*, são alguns dos temas mais explorados.

Situado, tal como a pressuposição, na zona de 'fronteira' entre semântica e pragmática, as investigações sobre o foco têm levado a soluções formais avançadas que fazem as 'fronteiras' vacilarem. Muitas das investigações sobre o foco procuram determinar não só o seu papel na forma como as diversas línguas organizam gramaticalmente a distribuição da informação na frase – uma vez que se reconhece que os diver-

* Agradeço as considerações e sugestões feitas pelos colegas do “Grupo de Semântica” do Centro de Linguística da Universidade de Porto, a quem fiz uma apresentação oral da versão preliminar deste trabalho.

tos constituintes da frase podem ter, e geralmente têm, estatutos informativos diferentes –, mas também o seu papel na interpretação do discurso. Lambrecht (1994), por exemplo, cujos trabalhos influenciaram fortemente as investigações posteriores, designa por *estrutura focal* a organização da informação na frase, e propõe para o foco, uma definição relacional que, na linha de Jackendoff, defende que o “foco de uma frase” é a parte da informação que o locutor assume não ser partilhada por si e pelo alocutário, e relaciona-o com a “pressuposição de uma frase”, a parte da informação que o locutor assume ser partilhada por si e pelo alocutário.

Na linha de Lambrecht, Erteschik-Shir propõe a existência de uma estrutura focal, “an annotated structural description (SD) in which topic and focus constituents are marked. F-structure feeds both PF (Phonological Form), and semantics and is sensitive to lexical information” (1997:3). Na sua teoria, (*F-structure theory*), Erteschik-Shir considera que a *estrutura-f* é um “componente básico da linguagem” sendo responsável “for syntactic constraints even in a language such as English, which lacks morphological or (overt) syntactic devices for marking focus or topic (in most cases).” (Erteschik-Shir, 1997: 6).

Apesar da extensa investigação já desenvolvida, e de ser comumente aceite que o foco tem efeitos semânticos e pragmáticos, a noção de foco está ainda longe de ser consensual. Nirit Kadmon, num trabalho que trata de forma muito abrangente as diversas abordagens do foco no quadro da linguística generativa e da semântica formal, afirma que “There is no general agreement in the literature about what it is that defines 'focus', and it is difficult to point to a single basic (pre-theoretic) intuition that lies behind this notion, . [...] Some researchers think, in fact, that we must distinguish different kinds of 'foci', each playing a different role.” (Kadmon, 2000:252/253).

Num quadro teórico diferente, o da tradição funcionalista da Escola Linguística de Praga e dos seus desenvolvimentos mais recentes, o foco “is not some accidental surplus of certain utterances, but an essential constituent of every meaningful and 'point-full' utterance” (Peregrin, 1995a:51). O realce entoacional, acrescenta, é apenas uma forma de marcar o foco quando isso não é feito pela sintaxe da frase. Por isso é defendida a tese de que “all sentences have informational focus” (Jaszczolt, 2001:1652).

As preocupações dos investigadores do Círculo Linguístico de Praga centram-se mais na descrição da estrutura informacional, i.e., no modo como se distribui a informação na frase e nos seus efeitos semântico-pragmáticos, do que na prosódia ou na estrutura sintáctica, o modo como se distribuem na frase os seus diversos constituintes. Afirmando, contudo, que a estrutura sintáctica e a estrutura informacional estão ligadas por diversas formas. A análise (do significado) da frase na tradição funcionalista não é feita em termos de constituência, como na Gramática Generativa, mas de dependência. A representação da frase – *representação tectogramatical* – pretende descrever as relações (de dependência) existentes entre o verbo principal e os *elementos* que dele dependem e não as relações de constituência entre os vários *constituintes* da frase. Deste modo, a representação não dá conta só da forma, mas também do *dinamismo comunicativo* (CD) da frase, já que oferece uma visão da articulação entre seus desenvolvimentos formais mais recentes, nomeadamente no quadro teórico da *Descrição Generativa Funcional* (FGD), e sobretudo com os trabalhos de Eva Hajiřová e Petr Sgall. Apesar disso, diz Peregrin, “the mainstream of the Chomskian movement, which

has dominated the linguistic world since the sixties, has left them almost unnoticed” (Peregrin, 1995b:235), acrescentando, todavia, que a situação parece estar a mudar, porque a articulação tópico-foco começa a constituir um desafio para outras correntes que não a de Praga. Frederick Newmeyer lembra que “formal functionalists and their natural allies in formal semantics have discovered many points of mutual agreement with recent work in the Prague School. Recent years have seen productive collaboration between these groups of scholars – a collaboration that promises to intensify.” (Newmeyer, 2001: 121)

Um exemplo de aproximação e de colaboração entre diferentes tradições é o trabalho conjunto de Eva Hajiřová, Barbara Partee e Petr Sgall cujo objectivo afirmado é precisamente “to bring together some ideas that have played central roles in two disparate theoretical traditions in order to contribute to a better understanding of the relationship between focus and the syntactic and semantic structure of sentences.” (Hajiřová, Partee & Sgall, 1998:1). Este trabalho procura explorar a intuição de que o conceito de *estruturas tripartidas*, utilizado em semântica formal, nomeadamente por Barbara Partee, apresenta algumas semelhanças com o conceito de *articulação tópico-foco* explorado por Hajiřová e Sgall, entre outros, na Moderna Escola de Praga. Da mesma data, 1998, é a dissertação de doutoramento de Ivana Korbayová que se propõe “extend the Praguian FGD framework with a formal approach to discourse representation, and, on the other hand, to modify the fundamentals of the DRT in order to take information structure in account.” (Korbayová, 1998:IX)

2. A organização da informação na frase: terminologias mais comuns

Como já foi dito, nas abordagens que pretendem descrever o foco em termos dos seus efeitos semântico-pragmáticos o conceito de foco está, quase sempre, ligado à ideia de novidade, de informação nova, i.e.. a informação que contrasta de algum modo com porções da informação antecedente, pré-existente, no contexto de enunciação (*background*). É a forma como estas porções de informação se organizam na frase que condiciona o seu dinamismo comunicativo. Veremos como nestas abordagens ocorre, explícita ou implicitamente, uma (bi)partição da frase que, de algum modo, reflecte essa articulação.

Nos desenvolvimentos actuais da Escola de Praga isso é explícito: “Topic and focus are two aspects of a single articulation pattern which is basic for every sentence” (Peregrin, 1995a: 56). Jackendoff (1972), tal como Chomsky (1971) também consideram uma dicotomia, pressuposição-foco, que, como veremos, não corresponde exactamente à dicotomia tópico-foco da Escola de Praga. Mesmo nas abordagens em que a organização da informação não é a preocupação dominante, o foco constitui um traço – fonológico ou sintáctico – que marca um contraste, uma saliência, de um constituinte que fica assim destacado de (em oposição a) o restante da frase.

Nas tentativas de descrição e de definição da partição intuitiva da frase misturam-se por vezes não só as organizações sintáctica e semântica, mas também uma outra organização, a organização da informação que, interagindo quer com a sintaxe quer com a semântica da frase, parece ser algo que funciona a um nível diferente, uma vez que as alterações na distribuição da informação nem sempre alteram o significado da frase.

Tendo presente que, como lembra Heusinger, “During the last 100 years a confusing proliferation of terminology has been used to capture this dichotomy. Most of the terms are used by different theories in different ways” (Heusinger, 1999:100), vou tentar fazer um levantamento, incompleto, dos termos e dos conceitos mais usados nas tentativas de dar conta de forma coerente da bipartição da frase.

a) *Sujeito Psicológico e Predicado Psicológico*

Na literatura actual sobre o tema, Herman Paul (Paul, 1880) é referido como dos primeiros autores a reclamar a necessidade de estabelecer uma distinção entre a relação gramatical, sintáctica, e a relação a que ele chama – possivelmente por influência das teorias psicológicas então em pleno desenvolvimento –, relação psicológica, que lhe é anterior. “O sujeito psicológico é a primeira quantidade de ideias existente no consciente do que fala, do que pensa, e a ela associa-se uma segunda, o predicado psicológico [...]” (Paul, [1880] 1983:133).

Compare-se a distinção estabelecida por Paul com a distinção descrita por Inês Duarte (Duarte, 2003:316): “...à estrutura sintáctica **sujeito-predicado**¹ corresponde a estrutura temática **tópico-comentário**, i.e., o sujeito designa aquilo acerca de que se afirma, nega ou questiona a propriedade expressa pelo predicado, que constitui o comentário acerca do tópico”. Sem “sairmos de casa” podemos ver como os termos *sujeito* e *predicado* são usados para designar conceitos diferentes. Confronte-se, por exemplo, a distinção de Inês Duarte acima referida com a que é apresentada na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra que apresentando o sujeito e o predicado como “termos essenciais da oração” os definem como: “O **Sujeito** é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o **predicado** é tudo aquilo que se diz do sujeito.” (Cunha & Cintra, 1988:122). Esta é, de facto, a definição tradicional de sujeito e predicado. No entanto mistura a relação sintáctica, entre expressões linguísticas, com a relação semântica, entre *objectos*, relações que Paul afirma ser necessário distinguir “porque nem sempre coincidem” (Paul, [1880] 1983:133).

A organização da informação na frase parece ter mais a ver com as estratégias discursivas dos falantes do que com a organização sintáctica, ainda que os meios ao serviço dos falantes possam variar de língua para língua e possam constituir constrangimentos àquelas estratégias: o acento prosódico e a ordem de palavras, quando a gramática da língua o permite, são dois desses meios, já referidos no trabalho de Paul.

Na oração isolada o predicado psicológico é sempre mais fortemente acentuado, como sendo o mais significativo e mais recente” [...] É verdade que a noção de sujeito está sempre primeiro no consciente da pessoas que fala, mas começando esta a falar, a noção de predicado, mais significativa, pode ir-se esforçando já de tal modo por atingir o primeiro plano, que seja expressa primeiro, sendo o sujeito acrescentado ulteriormente.”(Paul, [1880] 1983: 135).

A ligação do foco e do tópico ao acento e à ordem das palavras viriam a constituir um importante objecto de investigação relacionado, nomeadamente, com tipologias de línguas.

¹ Os negritos são dos autores citados.

b) Tema e Rema

Os primeiros desenvolvimentos de uma teoria da organização da informação na frase surgem com os trabalhos de Mathesius e dos seus seguidores no Círculo Linguístico de Praga, de que foi o fundador. Nos seus estudos comparativos das estruturas sintáticas das línguas checa e inglesa, Mathesius (1929) usa os termos *tema* e *rema* para referir não exactamente a relação psicológica apontada em Paul – ainda que a esta dicotomia tenha sido influenciada pela dicotomia *figura/fundo* da Psicologia da Forma (Gestalt Psychology), proposta pelo psicólogo Max Wertheimer –, mas antes para referir as partes da frase em que se organiza a distribuição da informação. Estes termos foram introduzidos por Hermann Ammann (1928) a fim de evitar os termos da tradição latina *sujeito* e *predicado* para designar uma relação que não é sintáctica, mas informacional: sendo a frase antes de tudo mensagem, que, por natureza, se divide em duas partes, é esta divisão que está na base da dicotomia sujeito-predicado que, no entanto, se tornou ambígua. (cf. Heusinger, 1999:112).

De facto, em Mathesius e nos seu seguidores – sobretudo Jan Firbas e František Daneš – o contraste tema-rema não é unicamente psicológico. Os fundadores da Escola de Praga vêem a linguagem “as a tool for communication and the information structure is important for both the system of language – and for the process of communication” (Heusinger, 1999:115). É, de resto, esta *Perspectiva Funcional da Frase* da Escola de Praga que a distingue das restantes abordagens estruturalistas².

Firbas considera que a relação tema-rema não é dicotómica, mas hierárquica, funcionando a um nível mais vasto na frase (e no discurso) e introduz o conceito de *dinamismo comunicativo* para designar essa relação. O tema será o elemento com o mais baixo dinamismo comunicativo; o rema será a parte com o mais alto dinamismo comunicativo. Mas, como a relação não é dicotómica, podem existir graus intermédios de dinamismo comunicativo.

c) Tópico e Comentário

De qualquer modo, a organização tema-rema está ligada à estrutura informacional da frase e não ao seu conteúdo. Para este é utilizada a dicotomia tópico-comentário, termos que referem, nos termos de Daneš (1970:134), aquilo de que se fala no tema da frase; e o que, no rema, se diz sobre aquilo de que se fala no tema.

Nos seus trabalhos, Daneš considera que, para além da sua estrutura informacional e do seu conteúdo, podemos ainda olhar o acto de comunicação sob uma perspectiva contextual constatando que, em geral, a primeira parte, tema/tópico, contém *elementos dados*, conhecidos, que funcionam como “ponto de partida” do enunciado, enquanto a outra parte, rema/comentário, contém *elementos novos* que constituem o “cerne” do enunciado.

Daneš alarga a relação frásica tema-rema à análise do discurso, estudando o modo como se distribui a informação em unidades maiores do que a frase. É este aspecto dos trabalhos da Escola de Praga que vai ser mais usado nas investigações ocidentais, sobretudo devido aos trabalhos de Halliday de que falarei mais adiante. Julgo que é

² Algumas das considerações acerca dos trabalhos da Escola de Praga e algumas referências bibliográficas são resultado das notas das conferências do Prof. Jaromír Tláškal, da Universidade Carolina, de Praga, na Faculdade de Letras e no Centro de Linguística da Universidade do Porto, em Janeiro de 2004.

por esta razão que a utilização de termos como *tópico*, *comentário*, *estrutura temática*, *progressão temática* e mesmo *tema* e *rema*, que integram algumas das nossas gramáticas, só aparecem, em geral, nos capítulos dedicados ao estudo do discurso ou do texto, especialmente quando tratam da coesão e coerência. (vd., p. ex., Mateus *et al*, 2003: cap. 5; ou Vilela, 1999: cap 3).

d) Tópico e Foco

Das investigações de Dane? resulta claramente uma abordagem tripla da frase: a sua organização, que corresponde à divisão tema-remata, o seu conteúdo, que corresponde à divisão tópico-comentário, e a sua relação com o contexto, que corresponde à divisão elementos conhecidos-elementos novos, que constituem, respectivamente, o *ponto de partida* e o '*cerne*' ou *núcleo* do enunciado. São estes *ponto de partida* e *cerne* do enunciado que a Moderna Escola de Praga designa por *tópico* e *foco* do enunciado. O modo como o tópico e o foco se organizam na frase é designado por *articulação tópico-foco*, que corresponde aproximadamente à ideia de dinamismo comunicativo de Firbas. O tratamento formal da *articulação tópico-foco* constitui actualmente um objecto privilegiado da investigação de Praga.

e) Dado e Novo

Na sua investigação sobre o sistema de entoação em Inglês, Michael Halliday adoptou muito da análise funcionalista da Escola de Praga, mas adaptando-a ao estudo dos aspectos fonológicos do Inglês, língua com uma ordem de palavras bem menos flexível do que as línguas eslavas, nomeadamente o checo, que constituíram o *corpus* principal das investigações de Mathesius e dos seus seguidores. Halliday considera o enunciado organizado numa sequência de unidades tonais, com uma estrutura própria, que constituem a *estrutura informacional (information structure)* da frase. Esta estrutura integra quer a distribuição das unidades de informação, a que chama *estrutura temática*, quer a organização interna de cada unidade informacional. A estrutura temática é responsável pela ordem linear das unidades de informação. Em geral o objecto de que fala a frase (*aboutness*), que designa também por *tema*, ocorre no início da frase precedendo aquilo que sobre ele se diz, o *rema*.

Em Halliday, a organização interna das unidades informacionais está, como vemos, associada directamente a aspectos prosódicos. "Information structure is realized phonologically by 'tonality', the distribution of the text into tone groups" (Halliday 1976b: 200), cujo núcleo é constituído por acentos tonais (*pitch accents*) que marcam os *focos informacionais*. Uma definição, não muito rigorosa, parece-me, da organização tema-remata é apresentada em Halliday (1985): "The Theme is one element in a particular structural configuration which, taken as whole, organizes the clause as a message; this is the configuration Theme+Rheme. A message consists of a Theme combined with a Rheme" (Halliday, 1985:39). Halliday considera igualmente os termos *dado e novo*, relacionados com o contexto como em Dane?:

One part [da unidade de informação] is the news: what the listener is being invited to attend to as new, or unexpected, or important. The other part is the old stuff: what is presented as being already known to the listener, that which he can take as 'given'. The 'new' is signalled by the tonic accent[...](Halliday 1985:59).

f) *Foco e pressuposição*

A dicotomia *foco-pressuposição* é introduzida por Chomsky (1971) ao estudar o papel dos contrastes entoacionais na semântica da frase, um caso em que “semantic interpretation seems to relate more directly to surface structure than to deep structure” (Chomsky, 1971:199). Chomsky define foco como

[...] a phrase containing the intonation center; the presupposition, an expression derived by replacing the focus by a variable. Each sentence, then, is associated with a classe of pairs (F,P) where F is a focus and P a presupposition, each pair corresponding to one possible interpretation. (Chomsky, 1971:295/6)

Como Halliday, Chomsky admite a marcação prosódica do foco, mas, ao contrário daquele, postula um nível de independência da estrutura informacional, considerando que as noções de *foco* e de *pressuposição* devem ser determinadas a partir da interpretação semântica da frase. (cf. 1971:205).

Partindo de Chomsky (1971), Jackendoff (1972) considera o foco como um conceito semântico que é marcado pelo acento tonal e considera que as noções de foco e de pressuposição denotam, respectivamente, “the information in the sentence that is assumed by the speaker not to be shared by him and the hearer” e “the information in the sentence that is assumed by the speaker to be shared by him and the hearer” (Jackendoff 1972:230).

Contrariando a ideia de que o acento e a entoação em Inglês possam ser meros fatores estilísticos “which do not contribute to the essential meanings of sentences”, Jackendoff propõe-se descrever os efeitos semânticos do acento e da entoação em Inglês, mostrando que não só se enquadram na sua teoria da interpretação semântica na gramática generativa, como numa possível teoria do discurso. (cf. Jackendoff, 1972: 229).

Lambrechta usa igualmente a oposição foco-pressuposição em que o foco é a “parte da asserção que não faz parte da pressuposição pragmática” (Lambrechta 1994:52, 213).

3. Algumas aplicações

Embora em algumas investigações surjam outras oposições como, entre outras, *foco-complemento* ou *foco-background*, que pretendem ser definições mais *finas*, sobretudo em semântica formal; e que seja também frequente encontrarmos referidos diferentes tipos de *foco*, independentemente da noção que este termo designa, para os objectivos deste trabalho as oposições descritas são suficientes.

Vejamos agora como podemos usar as diversas terminologias para analisar algumas frases do português Europeu. Para ilustrar melhor o dinamismo discursivo associado, em geral, ao foco, vou servir-me da *metáfora do catálogo*, introduzida por Tanya Reinhart (1981) e usada por Irene Heim na teoria da *file change semantics* (Heim 1982). Nomi Erteschik-Shir (1997) usa-a também, com adaptações, na sua teoria sobre a dinâmica da estrutura focal³. Simultaneamente, o uso desta metáfora vai servir também, ainda que de modo não formalmente rigoroso, para ilustrar a noção dinâmica do significado presente nas propostas de Heim (1982) e de Kamp (1981) em que abandonando

³ Em trabalhos anteriores, (Barbosa, 1997, 2001) utilizei a metáfora do catálogo para ilustrar a actualização pressuposicional do contexto.

a ideia de que o significado é uma relação estática entre a linguagem e as *coisas* do mundo, se aceita que numa situação de comunicação a enunciação de uma dada frase é uma *instrução* para actualização do contexto em que a mesma se realiza. (cf. Heim 1982). Tendo isto em conta, consideremos (1)

1) O Mário é professor.

Se imaginarmos os saberes dos falantes como um catálogo de, digamos, uma biblioteca, que pode ser actualizado quer pela adição de novas fichas (novos objectos) quer pela adição de nova informação às fichas existentes (especificações dos objectos existentes), a enunciação de (1) será, numa perspectiva dinâmica do significado, uma instrução para que i) o alocutário seleccione do *seu catálogo* a ficha correspondente à entidade 'Mário' e nela especifique que 'é professor'; ou, no caso de tal ficha não existir no seu catálogo, para que ii) o alocutário crie, no seu catálogo, uma nova ficha correspondente a 'Mário' para depois nela inscrever a especificação referida.

Resumindo, a actualização do contexto em que (1) ocorre é feita de forma dinâmica em duas fases: na primeira, é seleccionada uma porção de informação (que deve ser) partilhada pelos participantes no acto comunicativo; na segunda fase é introduzida no contexto informação nova que é, no caso de (1) alguma especificação relativa à informação anteriormente seleccionada.

Parece claro que no momento da enunciação de (1) tem de existir no catálogo dos participantes na cena em que (1) se desenrola uma ficha correspondente a "Mário", isto é, o locutor de (1) tem de admitir a existência de Mário. Se assim não fosse, o enunciado não teria sentido. Seria como se dissesse: *Eu estou a afirmar que o Mário é professor mas não sei se tal indivíduo existe*. O mesmo se passa com o alocutário: para que possa processar (1) precisa de admitir a existência da entidade Mário porque a informação genuinamente nova veiculado por (1), a especificação de *alguém* ser professor, não pode "cair do céu". Tem de ter como âncora, como referente acessível, alguma informação a que possa ligar-se, num processo anafórico. Por isso, e antes de mais nada, se o alocutário não possui esta informação, tem de "abrir uma nova ficha", num processo de acomodação da informação base, e só depois pode processar, ligar, a informação recebida⁴. Dito de outro modo, (1) pressupõe a existência da entidade acerca da qual fala, e assera uma especificação sobre essa entidade, confirmando, no essencial algumas das abordagens referidas atrás, nomeadamente, Peregrin (1995:51): "The point of an utterance is to get from something known and agreed to something new and informative".

Numa frase simples como (1) é relativamente fácil avaliar a validade das dicotomias discutidas atrás, já que se pode intuitivamente dividi-la em duas partes distintas: uma expressão nominal, [O Mário] e uma expressão verbal, [é professor] que, do ponto de vista sintáctico, correspondem, respectivamente, às funções de sujeito e predicado⁵. Dispensamo-nos de apresentar os testes que provam esta distribuição.

Do ponto de vista informacional aquelas expressões corresponderão às dicotomias tema-remata, tópico-comentário e dado-novo, ainda que tema-remata designe a organiza-

⁴ Vd. Barbosa (1987, caps. 5 e 6) para uma descrição mais detalhada dos conceitos de ligação e de acomodação da informação pressuposta.

⁵ Ainda que persistam entre nós alguns 'compêndios de gramática' que continuam a considerar que a função Predicado é desempenhada pela forma verbal.

ção da informação na frase; tópico-comentário designe o seu conteúdo informacional; e dado-novo designe a relação da informação com o contexto de enunciação. Pela forma com foi ilustrada a produção de (1) é fácil perceber também que na relação tópico-foco, o foco será designado pela mesma expressão que designa o predicado, o rema, e o comentário.

Para a determinação do tópico da frase podemos utilizar o teste proposto por Reinhart (1981) em que, no diálogo (2), o tópico é representado pela expressão que corresponde à variável x .

2) A: Fala-me de x .

B: x é professor (x = Mário=Tópico)

Para determinar o par *foco-suposição* proposto por Chomsky (1971) precisamos de ter em conta a entoação que em Português Europeu, em frases declarativas na ordem básica SVO, parece ser pouco relevante, ao contrário do que acontece, por exemplo, em Inglês. Consideremos contudo a possibilidade de (1) responder a uma pergunta sobre Mário. (Como é já tradicional, assinalo o elemento focalizado com maiúsculas.)

3) P: Que é (faz) o Mário?

R: (O Mário) é PROFESSOR

Identificado o foco, obteremos a suposição substituindo-o pela variável x . Assim, em (1), se o foco for PROFESSOR, a suposição será 'O Mário é x '. Numa descrição formalmente mais rigorosa, a natureza copulativa do predicador *ser*; em (1), obrigaria a algum cuidado. Ainda assim, parece ficar claro que o foco não corresponde nem ao rema, nem ao comentário das terminologias referidas. Em boa verdade, o foco é um elemento do comentário, já que o realce prosódico recai sobre a expressão [professor] e não sobre todo o SV [é professor], que corresponde ao comentário.

Para se apreciar a influência da prosódia na determinação do foco, voltemos a (1), imaginando a possibilidade de o alocutário não ter escutado muito bem a frase, pelo que pergunta:

4) Quem é professor?

Neste momento o alocutário tem uma instrução para actualizar uma ficha do seu catálogo, mas não sabe qual, i.e., partilha com o locutor a informação de que *alguém* é professor mas não sabe *quem*. A resposta a (4) terá de marcar de algum modo a informação relevante para o alocutário. Os meios de marcação variam de língua para língua, mas em Português Europeu o realce prosódico e a ordem de palavras são dois desses meios. Na resposta (5a), que só tem foco, este é, julgo, marcado pela entoação; na resposta (5b) foi alterada a ordem de palavras para que o foco ocorra em último lugar, que é, na ordem básica, o lugar da informação nova.

5) a. (O) MÁRIO!

b. Professor é o MÁRIO.

Na formulação de Chomsky teríamos, em (5b), após a substituição do foco por uma variável x , a suposição 'Professor é x ', o que confirma a teoria. A determinação da suposição de (5a) exigiria uma descrição mais detalhada que não cabe no objetivo deste trabalho.

Vimos que numa frase simples como (1), a parte que veicula saberes (que devem ser) comuns corresponde ao sujeito e que a parte que veicula informação nova, ao predicado. Não é por acaso que, nas concepções tradicionais destas funções se mistura forma e conteúdo. Vejamos, no entanto, o que acontece num enunciado *menos simples*, (6), realizado num contexto já actualizado por (1).

6) O Mário é professor do Joaquim.

Nesta frase, a expressão [O Mário] continua a ter a função sintáctica de sujeito, enquanto o predicado é agora constituído pela expressão [é professor do Joaquim] que designam, na dicotomia tópico-comentário, o tópico e o comentário, respectivamente. De facto a frase fala acerca do “Mário”, o tópico, dele dizendo que “é professor do Joaquim”, o comentário. O teste de Reinhart confirmará esta partição.

Mas sabemos que uma parte do comentário – a ideia do Mário ser professor – era já partilhada por locutor e alocutário depois da enunciação de (1) pelo que o que é verdadeiramente novo é a informação de que o é 'do Joaquim'. Então, na oposição tópico-foco, o foco será referido pela expressão [do Joaquim] sendo o tópico referido por [O Mário é professor]. Temos assim claramente ilustrada a distinção entre duas noções de *tópico*: a primeira, que se opõe a *comentário*, usada nos inícios da Escola de Praga e seguida por outras teorias pós-Halliday, designa o objecto de que fala a frase (*aboutness*); a segunda, que se opõe a *foco*, usada pelos investigadores actuais da Escola de Praga, designa a informação não nova, a informação antecedente à enunciação. O teste de Reinhart indicar-nos-á, em princípio, a primeira noção.

Tentemos aplicar a formulação proposta por Chomsky. Como vimos, o foco é marcado pela prosódia sendo a pressuposição derivada a partir do foco. De novo, tentemos determinar o foco a partir de pares pergunta-resposta, aceitando que, nas condições descritas, (6) constituirá a resposta à pergunta: *O Mário é professor de quem?* Neste caso, o foco de (6)=(7) é efectivamente representado pela expressão *do Joaquim*, de onde derivará a pressuposição *O Mário é professor de x*.

7) O Mário é professor do JOAQUIM.

– Press.: *O Mário é professor de x*

8) P: O Mário é quê?

R: (O Mário) é PROFESSOR DO JOAQUIM.

– Press.: *O Mário é x*

9) P: O Mário é quê do Joaquim?

R: (O Mário) é PROFESSOR (do Joaquim)

– Press.: *O Mário é x do Joaquim*

Nestes casos, a informação nova, a informação realmente necessária para o processamento do enunciado, é marcada prosodicamente, o que parece aproximar-se daquilo que, num quadro teórico distinto, defende Jaroslav Peregrin: “intonational highlighting can be seen as a mere way of marking focus in cases where the topic-focus articulation cannot be read of the syntax...” (Peregrin, 1995a:51). Repare-se que, pelo menos em alguns casos, podemos em Português Europeu recorrer à alteração da ordem de palavras.

10) P: Quem é professor do Joaquim?

R 1: Professor do Joaquim é o MÁRIO.

R 2: É o MÁRIO.

R 3: MÁRIO.

Uma nota antes de terminar: não estou a ignorar que *professor* não tem o mesmo valor semântico em (1) e em (6). Em (1), *professor* é um predicado de grau 1, $P(x)$, cuja extensão é constituída pelo conjunto de *indivíduos x*, tais que x é $P(\text{professor})$; mas em (6), *professor* é um predicado de grau 2, $P(x,y)$, cuja extensão é o conjunto de *pares ordenados de indivíduos x e y*, tais que x é $P(\text{professor})$ de y . Contudo, como o meu objectivo neste trabalho não é discutir as noções de foco, tópico, etc., mas apenas enumerar e comparar algumas das diversas designações por que são referidas essas noções, a natureza dos predicados utilizados não será relevante.

4. Conclusão

O pouco que mostrei sobre algumas questões terminológicas relacionadas com o foco, parece confirmar o que afirma Jaszczolt (2001:1651): “linguists' understanding of the term is still profoundly muddled by terminological confusions on one hand, and the difficulty of reconciling theories of information structure with formal syntax and semantics on the other”, ainda que a grande atenção sobre o tema pareça contrair esta ideia.

Espero contudo ter contribuído para algum esclarecimento dos conceitos utilizados nestas questões e das designações que os referem. Fica para outra investigação a discussão dos fenómenos em si mesmos.

BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, Hermann (1928), *Die menschliche Rede. Sprachphilosophische Untersuchungen, 2. Teil* (Cit. Por Heusinger, 1999).
- BARBOSA, Joaquim (1997), *Pressuposição e atualização de informação*. Diss. Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da U. do Porto.
- BARBOSA, Joaquim (2001), Atualização pressuposicional de contextos, *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 101-114.
- CHOMSKY, Noam (1971), Deep structure, surface structure and semantics interpretation, in Steinberg & Jakobovits, eds. – *Semantics*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 183-216.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1988), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 5ª ed. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DUARTE, Inês (2003), Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras, in Mateus *et al*, orgs. (2003), pp. 275-319.
- ERTESCHIK-SHIR, Nomi (1997), *The dynamics of focus structure*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FIRBAS, Jan (1964), On Defining the Theme in Functional Sentence Analysis, *Travaux de Linguistique de Prague*, 1, pp. 267-280.
- FRANTIŠEC, Daneš (1970), One Instance of Prague School methodology: Functional Analysis of utterance and text, in Garvin, org. – *Method and Theory in Linguistics*, Paris, The Hague, pp. 132-146.
- HAJIČOVÁ, Eva; PARTEE, Barbara e SGALL, Petr (1998), *Topic-Focus Articulation, Tripartite Structures and Semantic Content*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- HALLIDAY, Michael (1967), *Intonation and Grammar in British English*, The Hague, Mouton.
- HALLIDAY, Michael (1967b), Notes on Transitivity and Theme in English (Part 1 & 2), *Journal of Linguistics*, 3, pp. 37-81; 199-244.
- HALLIDAY, Michael (1985), *An Introduction to Functional Grammar*, London, Arnold Publ.
- HEIM, Irene (1982), *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*, PhD Thesis, University of Massachusetts, Amherst.
- VON HEUSINGER, Klaus (1999), *Intonation and Information Structure*, Habilitationsschrift, accepted by the Faculty of Philosophy, University of Konstanz.
- JACKENDOFF, Ray (1972), *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, MA, MIT Press.
- JASZCZOLT, K.K. (2001), [Recensão de Bosch, *et al.*, orgs. – *Focus: Linguistic, cognitive and computational perspectives*] *Jornal of Pragmatics*, 33, pp. 1651-1663.
- KADMON, Nirit (2000), *Formal Pragmatics*, Oxford, Blackwell Publishers.
- KAMP, Hans (1981), A theory of truth and semantic representation, in Groenendijk *et al.*, orgs. – *Formal Methods in the Study of Language: Proceedings of the Third Amsterdam Colloquium. Mathematical Centre Tracts*, Amsterdam, pp. 277-332.
- KORBAYOVÁ, Ivana Kruijff (1998), *The dynamic Potential of topic and Focus: a pragmatic approach to Discourse representation Theory*, PhD Diss. Universidade Carolina, Praga.

- LAMBRECHT, Knud (1994), *Information structure and sentence form*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MATEUS et al., eds., *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed. Lisboa, Caminho.
- MATHESIUS, Vilém (1929), On linguistic characterology with illustrations from modern English, *Actes du Premier Congrès International de linguistes à la Haye*, pp. 56-63, [Repr. In Vachek, J. org. (1964): pp. 59-67.]
- MATHESIUS, Vilém (1929), Functional linguistics, in Vachek, J. org. (1964), pp. 121-142.
- NEWMAYER, Frederick J. (2001), The Prague School and North American functionalist approaches to syntax, *Journal of Linguistics*, 37, pp. 101-126.
- OLIVEIRA, Fátima (1996), Semântica, in: Faria, Isabel H. et al., orgs. – *Introdução à linguística geral e portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 333-379.
- PAUL, Herman (1880), *Prinzipien Der Sprachgeschichte /Princípios Fundamentais da História da Língua*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PEREGRIN, Jaroslav (1995a), Topic, Focus and the Logic of Language, *Proceedings of the Göttingen Focus Workshop*, Heidelberg, pp. 50-57.
- PEREGRIN, Jaroslav (1995b), Topic and Focus in a Formal Framework, in Partee, B. Sgall, P., orgs. – *Discourse and Meaning: Papers in Honor of Eva Hajičová*, Amsterdam, Benjamins, pp. 235-254.
- REINHART, Tanya (1981), Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics, *Philosophica*, 27, pp. 53-94.
- ROOTH, Mats (1992), A Theory of Focus Interpretation, *Natural Language Semantics*, 1, pp. 75-116.
- ROOTH, Mats (1996), Focus, in Lappin, Shalom, org. – *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*, Oxford, Blackwell Publishers, pp. 271-297.
- SGALL, Petr; HAJIČOVÁ, E. e PANENOVÁ, J. (1986), *The Meaning of the sentence in its semantic and pragmatic aspects*, Dordrecht, Reidel.
- VACHEK, J. org. (1964), *A Prague School reader in linguistics*, Bloomington & London, Indiana University Press.
- VILELA, Mário (1999), *Gramática da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Coimbra, Almedina.

Jorge Baptista

Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Construções simétricas: argumentos e complementos

1. Introdução

Apesar de há já bastante tempo terem sido referenciadas na literatura (Borillo 1971; Gross 1975; Boons, Guillet & Leclère 1976; Picabia 1978), as construções simétricas não têm sido objecto de descrição explícita nas gramáticas do Português, já que – tanto quanto sabemos – só muito recentemente (Duarte 2003: 209-210) a elas se fez breve alusão. Não obstante, existem já alguns estudos sobre construções simétricas em Português (Fonseca 1984, 1993), bem como descrições sistemáticas deste tipo de frases (Casteleiro 1981; Arruda 1987; Ranchhod 1990; Baptista 2005; Chacoto 2005). Mas é sobretudo nos dicionários gramaticais ou sintácticos de verbos (Borba (coord) 1991; Busse (coord) 1994), que este tipo de construções tem merecido algum tratamento, embora nem sempre sistemático. Neste sentido, é particularmente interessante a descrição que delas faz Borba (1992: *passim*) sobre a propriedade de coordenação dos constituintes simétricos, dizendo que “podem coordenar-se e, então, condensar-se numa forma indicativa de plural” (veja-se, por exemplo, as entradas de *casar* e de *namorar*).

A esta aparente ausência da simetria das obras de referência da gramática do Português – excepção feita a Duarte (*op. cit.*) – não serão provavelmente alheias nem a complexidade do fenómeno nem a ambiguidade (ou polivalência) com que o termo tem sido utilizado na literatura especializada. Assim, veja-se, por exemplo, uma definição semântica da propriedade de simetria, dada em Oliveira (1996: 364), segundo a qual este termo aplica-se aos predicados P com dois argumentos X e Y para os quais as proposições X P Y e Y P X são equivalentes; naturalmente, esta definição abrange não só as construções simétricas que aqui tratamos, mas também numerosos outros tipos de frases. Já em Casteleiro (1981: *passim*) o termo *simetria* foi empregue para as construções adjectivais que apresentam duas completivas, uma na posição de sujeito e outra na posição de objecto – trata-se, pois, de uma simetria sobretudo de natureza estrutural, que nada tem a ver com o fenómeno de que aqui falamos. O mesmo termo foi igualmente utilizado (Dubois 1967 e Lagagne 1967, *apud* Fonseca 1984) para descrever as construções causativas ou (diateticamente) neutras (Boons, Guillet & Leclère 1976), do tipo da oposição ilustrada pelas frases: *O sol secou a roupa / A roupa secou*.

Na sequência de Borillo (1971) e de Fonseca (1984), não utilizaremos o termo *simetria* em nenhuma destas acepções, conquanto, por um lado, algumas construções adjetivais identificadas por Casteleiro (1981) sejam efectivamente construções simétricas – no sentido que explicamos a seguir; e, por outro lado, certas construções simétricas possam também ser afectas pelo fenómeno da neutralidade (ver adiante).

O objectivo deste texto é, pois, o de precisar o conceito sintáctico e semântico de simetria, ilustrar a diversidade de construções sintácticas que apresentam esta propriedade e referir brevemente os diversos fenómenos sintáctico-semânticos que com ele se relacionam e interagem, a fim de melhor propor um programa de investigação sistemática das construções simétricas em Português. Começaremos, assim, por caracterizar o quadro geral da propriedade de simetria no âmbito da descrição das construções verbais para, em seguida, alargarmos a dimensão do fenómeno a outro tipo de construções.

2. Quadro geral do fenómeno de *simetria*

2.1. Definição

Por *simetria* entende-se as propriedades sintácticas e semânticas de certas construções, em que dois constituintes, de igual natureza distribucional, estabelecem com o elemento predicativo uma idêntica relação semântica, que implica necessariamente uma reciprocidade e de que resulta poderem trocar de posições ou aparecerem coordenados numa dada posição sintáctica sem que, apesar disso, o significado global da frase se altere. Assim, por exemplo:

- (1a) *O Pedro misturou a farinha com o açúcar*
- = (1b) *O Pedro misturou o açúcar com a farinha*
- = (1c) *O Pedro misturou a farinha e o açúcar*
- = (1d) *O Pedro misturou o açúcar e a farinha*

Nas frases (1a)-(1b), os grupos nominais (*GN*) dos dois complementos de *misturar* podem trocar de posições sem que o significado da frase se altere. Já em (1c) e (1d), estes mesmos *GN* aparecem coordenados na posição de complemento directo, podendo, naturalmente, permutar entre si. Em todas as frases, o significado global não se altera.

2.2. Tipos de simetria

Nas construções verbais, podemos considerar os dois tipos de simetria (Borillo 1971; Duarte 2003: 309-310): (a) *simetria de objectos* e (b) *simetria sujeito-objecto*. O primeiro é exemplificado pelos exemplos (1a-d); ao segundo tipo correspondem os seguintes exemplos (2a-d) e (3a-d)¹:

- (2a) *O Pedro concorda com a Ana*
- = (2b) *A Ana concorda com o Pedro*
- = (2c) *O Pedro e a Ana concordam* (E + *um com o outro*)
- = (2d) *A Ana e o Pedro concordam* (E + *um com o outro*)

¹ Os elementos entre parênteses ligados por '+' podem comutar na mesma posição sintáctica; o símbolo 'E' representa o elemento vazio da comutação; o símbolo '=' indica equivalência transformacional (sintáctica e semântica) entre frases.

- (3a) *O Pedro combinou com a Ana irem esta noite ao cinema*
 = (3b) *A Ana combinou com o Pedro irem esta noite ao cinema*
 = (3c) *O Pedro e a Ana combinaram irem esta noite ao cinema* (E + *um com o outro*)
 = (3d) *A Ana e o Pedro combinaram irem esta noite ao cinema* (E + *um com o outro*)

No caso das construções com simetria sujeito-objecto, o verbo pode apresentar outros complementos além do constituinte simétrico ao sujeito; tal é o caso do verbo *combinar* em (3), que, além com complemento *com N*, simétrico ao sujeito, apresenta também um complemento directo preenchido por uma completiva-objecto. Os complementos do verbo podem, porém, serem ambos complementos preposicionais, como sucede nas seguintes construções de *falar*:

O Pedro falou com a Ana (em + sobre) este assunto

2.3. Cópias pronominais (complementos de eco) e construções recíprocas

À cópia pronominal *um com o outro* chamamos *complemento de eco* (Guillet & Leclère 1981:116-117, n. 12)². Como se sabe, a cópia pronominal concorda em género e número com os seus antecedentes coordenados (Cunha e Cintra 1986: 405; Duarte 2003: 809).

Nas construções simétricas, estes complementos são facultativos, podendo geralmente ser omitidos sem que nem a aceitabilidade nem o significado global da construção se alterem.

Esta propriedade distingue as construções simétricas das *construções recíprocas*. Estas são obtidas a partir da mera coordenação, por meio da conjunção *e*, de duas frases independentes, contendo o mesmo verbo, o qual pode apresentar inclusive uma construção não simétrica, mas em que dois *GN*, da mesma natureza distribucional, de cada uma das frases, aparecem em posições (simetricamente) inversas em cada uma delas;

(4a) *O Pedro conta com a Ana e a Ana conta com o Pedro <para isso>*

Na frase coordenada, os elementos repetidos reduzem-se a zero; no entanto, nestas construções recíprocas, a cópia pronominal é obrigatória:

= (4b) *O Pedro e a Ana contam (*E + um com o outro) <para isso>*

É possível imaginar uma derivação idêntica para (2c-d) e (3c-d) a partir da coordenação de (2a) com (2b) e de (3a) com (3d), respectivamente:

(5a) *O Pedro concorda com a Ana e a Ana concorda com o Pedro*

² O termo complemento de eco (*complément écho*) tal como o utilizam os autores, em Boons, Guillet & Leclère (1976a: 64 ss.) e em Guillet & Leclère (1992: 109), recobre, porém, outros fenómenos sintácticos. Usamo-lo aqui de acordo com a definição de Guillet & Leclère (1981): trata-se de um tipo de complementos “que «torna precisa», retomando-a, uma parte do significado do enunciado [...] pode-se chamar complementos de eco a outros tipos de complemento como os pronomes de: J’ai un appartement à moi (Tenho um apartamento meu), j’ai fait ça (E + de + par) moi-même (Fiz isso eu próprio/mesmo ou Eu fiz isso por mim próprio), que têm a mesma característica de redundância parcial ou total” (tradução nossa).

- (5b) *A Ana concorda com o Pedro e o Pedro concorda com a Ana*
- (6a) *O Pedro combinou com a Ana irem esta noite ao cinema e a Ana combinou com o Pedro irem esta noite ao cinema*
- (6b) *A Ana combinou com o Pedro irem esta noite ao cinema e o Pedro combinou com a Ana irem esta noite ao cinema*

Porém, tal não explica a possibilidade de redução facultativa do complemento de eco, acima ilustrada. Essa propriedade só se explica pela *reciprocidade intrínseca* das relações que se estabelecem entre os *GN* simétricos e o elemento predicativo da construção. Por outras palavras, é semanticamente impossível *misturar A com B* sem *misturar B com A*.

Naturalmente, deverão distinguir-se os complementos simétricos dos complementos *com N* que exprimem outro tipo de relação semântica, como por exemplo os comitativos, os complementos de causa, e outros. No caso dos comitativos, em particular, os dois *GN* (sujeito e complemento) podem também aparecer coordenados na posição de sujeito e a frase apresentar até uma cópia pronominal

- O Pedro foi ao cinema* (E + *com a Ana*)
O Pedro e a Ana foram ao cinema (E + *um com o outro*)

mas nestas frases está claramente ausente a intuição de reciprocidade intrínseca que caracteriza as construções simétricas.

Além da cópia pronominal *um com o outro*, é possível observar igualmente o complemento de eco *entre si*. A aceitabilidade deste segundo complemento de eco parece depender do verbo da construção:

- O Pedro e a Ana casaram* (E + *um com o outro* + **entre si*)
O Pedro e a Ana combinaram (E + *um com o outro* + *entre si*) *fazer isso*
O Pedro e a Ana disputaram o livro (E + *?um com o outro* + *entre si*)

Embora até aqui tenhamos visto apenas exemplos de construções simétricas em que o complemento é introduzido pela preposição *com* (a qual é, de facto, a preposição que mais vezes ocorre nas construções simétricas), há também verbos que parecem apresentar a propriedade de simetria mas que seleccionam outras preposições. Naturalmente, nesses casos, a cópia pronominal apresenta uma preposição diferente de *com*:

- O Pedro discorda da Ana*
 = *A Ana discorda do Pedro*
 = *O Pedro e a Ana discordam* (E + *um do outro*)
- A recta A converge (com + em) a recta B*
 = *A recta B converge (com + em) a recta A*
 = *A recta A e a recta B convergem uma (com + em) a outra*
- O plano A equivale ao plano B*
 = *O plano B equivale ao plano A*
 = *O plano A o plano B equivalem-se um ao o outro*

2.4. Grupos nominais coordenados e a propriedade nome plural obrigatório (*Npl_obr*).

As frases com *GN* coordenados permitem, por redução da coordenação, que nessa posição estrutural possam figurar *GN* cujo núcleo seja um nome comum no plural³:

(7) *A Ana misturou os ingredientes* (E + *uns com os outros*)

(8) *Os alunos conversaram* (E + *uns com os outros*)

Nesta construção, os verbos simétricos não admitem *GN* singulares:

**A Ana misturou o ingrediente*

**O aluno conversou*

Contudo, no caso das construções com simetria sujeito-objecto, é possível, por vezes, a omissão do complemento preposicional (simétrico do sujeito):

(9) *O Pedro (concordou + casou + ...)*

que, porém, deverá considerar-se sempre como subjacente à construção:

(9) = (9a) *O Pedro (concordou + casou + ...) com alguém*

A redução de grupos nominais coordenados a um nome no plural, ilustrada por (7) e (8) estará, provavelmente, na origem da descrição deste tipo de construções como requerendo um grupo nominal plural (*Npl*) nas correspondentes posições de sujeito ou de complemento – como o faz, por exemplo, Busse (1994). Tal, porém, não se nos afigura adequado, já que idêntica representação foi adoptada para as construções não simétricas do tipo de *abundar* ou *coleccionar* (*op.cit.*, *s/v*):

Os peixes abundam no rio

*O Pedro colecciona (moedas + *moeda)*

No caso de *coleccionar*, o complemento é obrigatoriamente plural. Com *abundar*, porém, é possível construir o verbo com um sujeito singular

O peixe abunda no rio

mas que recebe, necessariamente uma interpretação **plural** ou, pelo menos, de natureza **genérica**:

A carpa abunda no rio (= a espécie a que se chama *carpa*)

**Um peixe abunda no rio*

Por essa razão, parece-nos preferível reservar a propriedade distribucional *Npl* para este último tipo de construções e, em contrapartida, derivar os grupos nominais plurais das construções simétricas da redução de grupos nominais coordenados.

³ Apesar de ser possível coordenar nomes próprios, estes prestam-se mal à formação de plural. Quando tal é possível, a interpretação simétrica é autorizada: *As Anas concordaram* (E + *uma com a outra + entre si*) *em ir ao cinema*.

2.5. Desdobramentos lexicais e empregos simétricos/não-simétricos da mesma construção

Quando um mesmo verbo apresenta mais do que uma construção, ainda que estas possam ser semanticamente ‘próximas’, pode acontecer que apenas uma delas seja simétrica e outra não. Assim, por exemplo, no caso do verbo *acordar*, deverá considerar-se existirem no léxico (pelo menos) duas entradas léxico-sintáticas independentes, na medida em que cada uma apresenta diferentes significados e diferentes estruturas e propriedades sintáticas:

(10) *O Pedro acordou <às 7 da manhã>*

(11) *O Pedro acordou com a Ana irem ao cinema esta noite*

A construção intransitiva ilustrada em (10) distingue-se, pois, claramente da construção simétrica do exemplo (11), razão por que cada uma deve ser considerada uma entrada léxico-sintática independente.

Contudo, nem sempre a distinção entre construções simétricas e não-simétricas é tão evidente.

Assim, por exemplo, o verbo *falar* apresenta entre as suas várias construções, semanticamente muito próximas uma construção não simétrica, com complemento dativo:

O Pedro falou à Ana (em + sobre) esse assunto

≠ *A Ana falou ao Pedro (em + sobre) esse assunto*

Só quando o primeiro complemento preposicional é introduzido pela preposição *com* é que a construção assume a propriedade de simetria:

O Pedro falou com a Ana (em + sobre) esse assunto

= *A Ana falou com o Pedro (em + sobre) esse assunto*

= *O Pedro e a Ana falaram (em + sobre) esse assunto (E + um com o outro)*

= *A Ana e o Pedro falaram (em + sobre) esse assunto (E + um com o outro)*

Do mesmo modo, a construção transitiva-directa de *namorar*:

O Pedro namorava a Ana <bá muito tempo>

poderá, eventualmente, ser posta em relação com a construção simétrica preposicional (ver adiante):

= *O Pedro namorava com a Ana <bá muito tempo>*

enquanto que tal não sucede com o emprego seguinte:

O Pedro namorava aquela casa <bá muito tempo>

**O Pedro namorava com aquela casa <bá muito tempo>*

Retomando o caso do verbo *concordar*, é possível considerar diferentes construções:

(12a) *O Pedro concordou com a Ana em ir ao cinema*

(12b) *O Pedro concordou com a Ana (que + em como) era necessário fazer isso*

(13a) *O Pedro concordou com a proposta da Ana*

(13b) ?*O Pedro concordou com ir ao cinema*

em que, naturalmente, apenas as estruturas com dois *GN* da mesma natureza distribucional (12a-b) permitem as operações características da simetria:

(12c) *O Pedro e a Ana concordaram em ir ao cinema*

(12d) *O Pedro e a Ana concordaram (que + em como) era necessário fazer isso*

cp. **O Pedro e a proposta da Ana concordaram*

**O Pedro e ir ao cinema concordaram*

Um caso mais complexo (Boons, Guillet & Leclère 1976: 208-209) é o de frases como:

(14) *Amor rima com langor*

em que a interpretação do sujeito e do complemento não-humanos é parafraseável por *a palavra* “Amor” *rima com a palavra* “langor”. Esta frase, que tem um estatuto metalinguístico (Harris 1976), e é obtida por redução das duas ocorrências do operador metalinguístico *palavra*; trata-se, sem dúvida, de uma construção simétrica cujo significado se opõe nitidamente ao de frases como:

(15) *A sua indumentária rimava com as suas funções*

(16) *As laranjas não rimam com limão*

nas quais, embora sejam também construções simétricas, aqueles autores descrevem as restrições ao preenchimento lexical das posições argumentais de sujeito e complemento através da noção de nome não-restrito, *Nnr* (Gross 1975). Todas estas construções permitem as transformações sintáticas associadas à propriedade de simetria. Contudo, a frase (14) pode ser considerada ambígua, já que é possível imaginar uma interpretação, semelhante à de (15) ou (16), em que não intervem o operador metalinguístico *palavra*.

2.6. Outros complementos (não-simétricos)

As construções simétricas podem, como vimos atrás, apresentar outros complementos, além dos constituintes simétricos. De um modo geral, estes complementos não são afectados pela relação de simetria, mantendo-se nas frases com os dois *GN* simétricos coordenados. Por outro lado, a natureza distribucional desses constituintes também não interfere na propriedade de simetria. É o caso, por exemplo, das completivas de (12c-d).

Caso curioso é o do verbo *apostar*, provavelmente um dos raros verbos com três complementos, em que se observa a simetria sujeito-complemento:

O Pedro apostou com a Ana 10 euros em como iria ganhar a corrida

= *O Pedro e a Ana apostaram 10 euros em como iria ganhar a corrida*

2.7. Construções simétricas e construções ‘causativas’

Certos verbos simétricos apresentam, a par de uma construção com dois argumentos, uma outra construção com um constituinte suplementar:

(17a) *O Pedro casou com a Ana*

(17b) *O Padre João casou o Pedro com a Ana*

(18a) *O preto combina com o vermelho*

(18b) *O João combina o preto com o vermelho*

Nas frases (17b) e (18b) observa-se entre os dois complementos uma relação sintáctica e semântica semelhante à que se estabelece entre o sujeito e o complemento nas frases (17a) e (18a). O novo constituinte (o sujeito) tem, grosso modo, um papel de agente causador.

Ora, como se sabe, as relações sintácticas e semânticas entre estes dois tipos de construção são de natureza complexa e podem assumir diversas formas. Assim, por exemplo, o sujeito de (17b) é de natureza distribucional bastante restrita (interpretado como o celebrante de uma cerimónia formal), enquanto que em (18b) o sujeito (humano) é distribucionalmente livre e tem um valor semântico agentivo.

As duas frases distinguem-se quanto à possibilidade de parafrasear por um *verbo-operador* (Gross 1981) a relação causal entre o sujeito e o conjunto formado pelo verbo e os seus complementos. No caso de (17):

(17b) ≠ (17c) *O Padre João fez o Pedro casar com a Ana*

≠ (17d) *O Padre João fez o Pedro e a Ana (casar + casarem)*

≠ (17e) *O Padre João fez (casar o Pedro com a Ana + casar o Pedro e a Ana)*

o verbo *fazer* é interpretado como sinónimo de *obrigar* interpretação que está ausente de (17b); o mesmo parece suceder com os constituintes simétricos colocados após o verbo *casar* (neste caso, o verbo está obrigatoriamente no infinitivo não flexionado). No caso de (18b), as frases correspondentes com *fazer* parecem alterar de forma mais evidente o significado da construção transitiva.

(18b) ≠ (18c) *?O João fez o preto combinar com o vermelho*

≠ (18c) *?O João fez o preto e o vermelho (combinar + combinarem)*

≠ (18e) *?O João fez combinar (o preto com o vermelho + o preto e o vermelho)*

Parece, pois, difícil relacionar transformacionalmente estas construções. Em contrapartida, no caso de:

(19) *O ponto A coincide com o ponto B*

A frase com *fazer* é natural:

(19a) *O Pedro fez o ponto A coincidir com o ponto B*

(19b) *O Pedro fez o ponto A e o ponto B (coincidir + coincidirem)*

(19c) *O Pedro fez coincidir (o ponto A com o ponto B + o ponto A e o ponto B)*

mas não existe uma construção transitiva directa correspondente:

**O Pedro coincidiu (o ponto A com o ponto B + o ponto A e o ponto B)*

Como veremos na secção seguinte, o estudo deste tipo de relação deverá ser conjugado com a descrição das construções pronominais.

2.8. Construções pronominais

Em alguns casos (raros), a construção simétrica apresenta uma construção pronominal equivalente:

(19) *O Pedro casou (E + -se) com a Ana*

Trata-se, nestes casos, de uma construção pronominal em que o pronome reflexo tem um valor expletivo, semelhante ao que se observa na construção (não-simétrica) do verbo *rir*:

(20) *O Pedro riu (E + -se) da Ana*

Há, porém, casos de construções simétricas intrinsecamente pronominais, isto é, na qual o pronome é obrigatório:

*A figura 1 assemelha (*E + -se) (a + com) a figura 2*

Noutras situações, relacionadas com construções transitivas com simetria de complementos:

(21a) *A Ana misturou a água com o vinho*

o verbo apresenta igualmente uma construção (aparentemente) pronominal com simetria sujeito-complemento:

(21b) *A água misturou-se com o vinho*

Preferimos analisar (21b) como uma forma passiva com *-se*. Embora o quadro geral deste fenómeno seja particularmente complexo e não seja ainda bem conhecido, estas construções deverão postas em relação com as construções causativas e as frases com verbo-operador. Note-se que (21a) permite uma paráfrase com *fazer* mas nela o verbo apresenta-se necessariamente na construção pronominal:

(21c) *A Ana fez a água misturar (*E + -se) com o vinho*

(21d) *A Ana fez a água e o vinho misturar (*E + -se)*

(21e) *A Ana fez a água e o vinho misturarem (*E + -se)*

embora nas frases com os *GN* simétricos pospostos ao verbo deixe de haver uma equivalência com a construção transitiva directa (o sujeito de *fazer* e de *misturar* não são necessariamente correferentes); nesta situação, o verbo também não pode apresentar a construção pronominal:

≠ (21f) *A Ana fez misturar (E + ?*-se) a água com o vinho*

≠ (21g) *A Ana fez misturar (E + ?*-se) a água e o vinho*

Dada a complexidade da questão, deixá-la-emos para outro momento.

2.9. Construções aparentadas.

Além das construções pronominais do tipo de *casar* ilustradas em (19), em que se observa a presença facultativa de um pronome reflexo expletivo, certos verbos simétricos apresentam variantes formais, como por exemplo, o verbo *namorar* em que a preposição do complemento simétrico se pode reduzir:

O Pedro namorava (E + com) a Ana <bá muito tempo>

A extensão lexical deste tipo de fenómeno (Boons, Guillet & Leclère 1976: 66-67) é ainda mal conhecida, mas afecta igualmente outros tipos de verbos não simétricos:

A flecha acertou (E + *em*) *o alvo*
 (mas: *A flecha atingiu* (E + **em*) *o alvo*)

2.10. Síntese

Nas secções precedentes apresentámos os aspectos mais salientes da sintaxe particular das construções verbais simétricas, tendo verificado, apesar da especificidade das suas propriedades sintácticas e semânticas, o seu comportamento pode ser visto numa perspectiva mais abrangente, em relação com fenómenos observados noutras construções verbais não simétricas. Nas secções seguintes alargamos a descrição da simetria a outro tipo de construções, não-verbais.

3. Construções adjectivais e nominais

Até aqui, temos apresentado aspectos das construções verbais. Ora, conhece-se hoje várias construções adjectivais que apresentam também a propriedade de simetria (Casteleiro 1981):

- (22a) *O ponto A é coincidente com o ponto B*
- = (22b) *O ponto B é coincidente com o ponto A*
- = (22c) *O ponto A e o ponto B são coincidentes* (E + *um com o outro*)
- = (22d) *O ponto B e o ponto A são coincidentes* (E + *um com o outro*)

O mesmo acontece nas construções nominais, isto é, aquelas em que o núcleo da frase é um nome predicativo (*Npred*) auxiliado por um verbo-suporte (*Vsup*; Gross 1981; Ranchhod 1990; Baptista 2005), independentemente da existência ou não de construções verbais e ou adjectivais transformacionalmente associadas. Até ao momento, verificou-se que os principais tipos de construções nominais⁴, algumas das quais já foram estudadas sistematicamente para o Português Europeu, apresentam um subconjunto de construções simétricas:

a) as construções com *Vsup* =: *estar Prep* (Ranchhod 1990):

- (23a) *O Pedro está em total sintonia com a Ana*
- = (23b) *A Ana está em total sintonia com o Pedro*
- = (23c) *O Pedro e a Ana estão em total sintonia*
- = (23d) *A Ana e o Pedro estão em total sintonia*

b) as construções com *Vsup* =: *ser de* (Baptista 2005):

- (24a) *O Pedro é de uma aparência impressionante com a Ana*
- = (24b) *A Ana é de uma aparência impressionante com o Pedro*
- = (24c) *O Pedro e a Ana são de uma aparência impressionante*
- = (24d) *A Ana e o Pedro são de uma aparência impressionante*

⁴ À excepção das construções com verbo-suporte *dar* (Vaza 1988; Baptista 1997), que, aparentemente, nunca admitem a simetria visto caracterizarem-se justamente pela natureza 'orientada' da relação que se estabelece entre os dois GN argumentos do nome predicativo. Aliás, é essa relação orientada que está na base de certas operações formais que invertem a direcção da relação e a que G. Gross (1989) chamou *Conversão*.

c) as construções com *Vsup* =: *ter* (Arruda 1987):

- (25a) *O Pedro teve um conflito com o João*
- = (25b) *O João teve um conflito com o Pedro*
- = (25c) *O Pedro e o João tiveram um conflito*
- = (25d) *O João e o Pedro tiveram um conflito*

d) as construções com *Vsup* =: *fazer* (Chacoto 2005):

- (26a) *O Pedro fez um acordo com o João*
- = (26b) *O João fez um acordo com o Pedro*
- = (26c) *O Pedro e o João fizeram um acordo*
- = (26d) *O João e o Pedro fizeram um acordo*

e) as construções com *Vsup* =: *haver*, estas últimas caracterizadas pelo complemento *entre N1 e N2*, argumentos do nome predicativo:

- (27a) *Há uma certa analogia entre o texto A e o texto B*
- = (27b) *Há uma certa analogia entre o texto B e o texto A*

Ora, muitos dos aspectos referidos na secção 2 a propósito das construções verbais são igualmente pertinentes para descrever as propriedades das frases de núcleo predicativo nominal e verbo-suporte.

4. Construções fixas idiomáticas.

Finalmente, a compreensão global do fenómeno da simetria não estaria completa se não referíssemos certas construções fixas idiomáticas (Baptista *et al.* 2004; Baptista *et al.* (em preparação)), que apresentam a igualmente esta propriedade:

- (28a) *O Pedro juntou os trapinhos com a Ana*
- = (28b) *A Ana juntou os trapinhos com o Pedro*
- = (28b) *O Pedro e a Ana juntaram os trapinhos (E + um com o outro)*
- = (28b) *A Ana e o Pedro juntaram os trapinhos (E + um com o outro)*

mesmo quando a correspondente construção livre desse verbo não a permite. Compare-se, por exemplo, a frase (29a-d) e (30a-d):

- (29a) *O Pedro acertou agulhas com a Ana*
- = (29b) *A Ana acertou agulhas com o Pedro*
- = (29b) *O Pedro e a Ana acertaram agulhas (E + um com o outro)*
- = (29b) *A Ana e o Pedro acertaram agulhas (E + um com o outro)*

- (30a) *O Pedro mediu forças com a Ana*
- = (30b) *A Ana mediu forças com o Pedro*
- = (30b) *O Pedro e a Ana mediram forças (E + um com o outro)*
- = (30b) *A Ana e o Pedro mediram forças (E + um com o outro)*

com a construção livre, não simétrica, de (31) e de (32):

- (31) *O Pedro acertou (o relógio + as boras)*
- (32) *O Pedro mediu (as suas forças + as dimensões do quadro)*

Em alguns casos, porém, é possível a coordenação de complementos mas a possibilidade de os permutar pode ser bloqueada, não obstante a natureza simétrica do verbo, quando numa construção livre:

- (33) *O Pedro confunde (albos com bugalbos = albos e bugalbos)*
 * *O Pedro confunde (bugalbos com albos + bugalbos e albos)*

Encontramos ainda construções simétricas com dois complementos preposicionais:

- (34a) *O Pedro chegou (à fala + a vias de facto) com a Ana*
 = (34b) *A Ana (à fala + a vias de facto) com o Pedro*
 = (34b) *O Pedro e a Ana chegaram (à fala + a vias de facto)*
 = (34b) *A Ana e o Pedro (à fala + a vias de facto)*

5. Extensão do conceito de simetria: construções adverbiais

Certos advérbios simples e compostos (Gross 1986; Ranchhod 1991; Palma (em preparação)) operam exclusivamente sobre predicados simétricos (nestes exemplos, a frase matriz está indicada entre parêntesis rectos):

- (35) [*O Pedro e a Ana dão-se (E + um com o outro)*] *como o cão e o gato*
 [*O Pedro e a Ana parecem-se (E + um com o outro)*] *como duas gotas de água*
 [*O Pedro e a Ana entendem-se (E + um com o outro)*] *como Deus com os anjos*
 [*O Pedro falou com o João (de homem para homem + de igual para igual)*]
 [*O Pedro (partilhou + dividiu) a comida com o João*] *irmãmente*

Outros advérbios, indubitavelmente relacionados com construções nominais com *Vsup*, parecem requerer a presença de dois *GN* ou de um *GN* plural na frase matriz:

- (36) [*O Pedro agiu em (uníssonos + em cooperação)*] *[com o João]*
 [*O Pedro e o João agiram em (uníssonos + em cooperação)*]

Embora para *cooperação* estejam atestadas várias construções simétricas com *Vsup*:

- O Pedro tem uma cooperação com o João*
 = *O Pedro está em cooperação com o João*
 = *Há uma cooperação entre o Pedro e o João*

para *uníssonos* apenas parece existir a frase com verbo-suporte *estar*:

O Pedro está em uníssonos com o João

A partir das com *estar*, é possível, por um processo de redução da frase com *Vsup* a um adverbial (Ranchhod 1990), obter os advérbios de (36), os quais, de resto, mantêm as restrições sobre os determinantes do *Npred* observáveis nas frases com *estar*.

Contudo, para os advérbios compostos:

- (37) [*O Pedro e o João agiram (de comum acordo + por mútuo consentimento)*]

e apesar de *acordo* e *consentimento* serem claramente *Npred*, não é possível, à luz dos conhecimentos actuais, derivar os advérbios compostos de (37). De facto, só *acordo* apresenta uma construção formalmente semelhante com *estar*, mas nela não é possível observar o adjectivo *comum*:

*O Pedro está de (E + *comum) acordo com o João*

6. Conclusão

Apesar da já relativamente longa história que o conceito de simetria apresenta na literatura especializada, só recentemente (e de forma ainda incipiente) é que o conceito foi introduzido nas gramáticas da língua ou se reflectiu, sem o aprofundamento desejável ou, até, com questionável imprecisão, na prática lexicográfica.

A diversidade, a complexidade e a extensão lexical do fenómeno da simetria fazem dele um aspecto importante da gramática da língua, que abrange todas as principais construções predicativas conhecidas (verbais, adjectivais e nominais), intervindo igualmente na sintaxe desse campo não menos relevante das construções fixas idiomáticas.

A interacção da simetria com outros fenómenos linguísticos (construções reflexas e intrinsecamente pronominais, construções recíprocas, passivas com *-se*, relação de neutralidade e paráfrase com verbo-operador, escolha e compatibilidade de cópias pronominais) tornam a descrição das construções simétricas um campo demasiado vasto para ser tratado neste curto espaço. Foi nosso objectivo levantar aqui apenas algumas dessas questões que trabalhos futuros poderão aprofundar e, esperamos, esclarecer.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, L. (1987), *Contribuição para o estudo das nominalizações com o verbo-suporte* ter. (Tese de Mestrado), Lisboa, FLUL (policopiado).
- BAPTISTA, J. (2005), *Sintaxe dos Predicados Nominais com Ser de*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BAPTISTA, J.; CORREIA, A.; FERNANDES, G. e PALMA, C. (em preparação), *A preliminary survey of frozen sentences of European Portuguese*.
- BAPTISTA, J.; Correia, A. e Fernandes, G. (2004), Frozen Sentences of Portuguese: Formal Descriptions for Natural Language Processing, *Second Workshop on Multiword Expressions: Integrating Processing*, International Conference of the Association for Computational Linguistics, Barcelona (Spain), ACL, Barcelona, pp. 72-79.
- BAPTISTA, J. (1997), Baptista, Jorge. *Sermão, tarefa e facada*: Uma classificação das construções conversas *dar - levar*. *Seminários de Linguística* 1: 5-37, Faro, Universidade do Algarve.
- BOONS, J.-P.; GUILLET, A. e LECLÈRE, Ch. (1976), *La structure des phrases simples en français: constructions intransitives*, Genève, Droz.
- BORBA, F. (coord.) (1991), *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*, (2ª. ed.), São Paulo, UNESP.
- BUSSE, W. (coord.) (1994), *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*, Coimbra, Almedina.
- BORILLO, A. (1971), Remarques sur les verbes symétriques, *Langue Française* 11: 17-31, Paris, Larousse.
- CASTELEIRO, J. M. (1981), *Sintaxe Transformacional do Adjectivo*, Lisboa, INIC.
- CHACOTO, L. (2005), *O verbo fazer em construções nominais predicativas*, (Tese de Doutoramento), Faro, Universidade do Algarve.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. (1986), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa.
- DUARTE, I. (2003), Relações Gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras, in Mateus, M.H.M.; Brito, A.M.; Duarte, I.; Faria, I.H., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 275-321.
- DUBOIS, J. (1967), *Grammaire structurale du français: le verbe*, Paris, Larousse.
- FONSECA, J. (1984), Verbos simétricos, *Boletim de Filologia* 29, pp. 381-403, Lisboa, INIC/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- FONSECA, J. (1993), *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto, Porto Editora.
- GROSS, G. (1989), *Les constructions converses du français*, Paris/Genève, Droz.
- GROSS, M. (1975), *Méthodes en Syntaxe*, Paris, Hermann.
- GROSS, M. (1981), Les bases empiriques de la notion de prédicat sémantique, *Langages* 63: 7-52, Paris, Larousse.
- GROSS, M. (1986), *Grammaire transformationnelle du français: 3 - Syntaxe de l'adverbe*, Paris, ASSTRIL.
- GUILLET & LECLÈRE (1981), Restructuration du groupe nominal, *Langages*, 63: 99-126, Paris, Larousse.

- GUILLET, A. e LECLÈRE, Ch. (1992), *La structure des phrases simples en français: constructions transitives locatives*, Genève/Paris, Droz.
- HARRIS, Z. S. (1976), *Notes du Cours de Syntaxe*, Paris, Seuil.
- LAGANE, R. (1967), Les verbes symétriques: économie morpho-syntaxique et différenciation sémantique, *Cahiers de Lexicologie*, 10-1, 21-30.
- OLIVEIRA, F. (1996), Semântica, in Faria, I.; Pedro, E; Duarte, I.; Gouveia, C. (Org.) 1996, *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, pp. 333-379, Lisboa, Caminho.
- PICABIA, L. (1978), *Les constructions adjectivales en français*, Paris, Droz.
- RANCHHOD, E. (1990), *Syntaxe dos Predicados Nominais com Estar*, Lisboa, INIC.
- RANCHHOD, E. (1991), Frozen adverbs – comparative forms como C in Portuguese, *Linguisticae Investigationes*, 15-1: 141-170, Amsterdam, John Benjamins Pub. Co.
- VAZA, A. (1988), *Estruturas com nomes predicativos e o verbo-suporte dar*. (Tese de Mestrado), Lisboa, FLUL (policopiado).
- PALMA, C. (em preparação), *Advérbios compostos: Análise contrastiva Português-Espanhol* (Tese de Mestrado).

Jorge Morais Barbosa

Universidade de Coimbra; jmobarbose@mail.telepac.pt

Verbos impessoais?*

1. Se há ponto onde, seguindo a tradição latina, parece estar de acordo a generalidade das gramáticas de língua portuguesa é na consideração da existência de um grupo de verbos que classificam de impessoais e definem como sendo aqueles “que apenas se conjugam na terceira pessoa do singular”. Registam-se, é certo, diferenças na nomenclatura preferida por cada uma delas ou em pormenores taxinómicos. Assim, por lhes faltarem na conjugação as restantes formas, incluem algumas delas tais verbos entre os defectivos, dos quais constituiriam um subgrupo. Outras, ou as mesmas, distinguem verbos impessoais de unipessoais, ao passo que terceiras, não estabelecendo tal distinção, usam como equivalentes estas duas designações. Há ainda as que diferenciam verbos “essencialmente impessoais” de “verbos acidentalmente impessoais” ou falam de verbos pessoais que em certos usos se tornariam impessoais. No fundamental, porém, mantêm-se consonantes.¹

2. Na peugada de João de Barros, que cita, sintetizou ou antecipou Jerónimo Soares Barbosa muito do que a propósito fora ou viria a ser escrito:

Chamão-se verbos *Pessoaes* aquelles, que se usão em todas as pessoas de ambos os numeros, como *Bastar; Cumprir; Haver; Parecer; Relevar; Ser*, e infinitos outros. Mas estes mesmos, e outros passam a impessoaes, quando se empregão só nas terceiras pessoas do singular indeterminadamente sem expressar o sujeito, como: *A mim* convem *dar doutrina*, *a ti* releva *aprender sciencia*, *aos homens* apraz *ter dinbeiro*, *às mulberes* cumpre *honestidade*, e *a todos* *obedecer aos preceitos da Igreja*. // Os verdadeiros impessoaes são aquelles, que se não usão nunca se não na terceira pessoa do singular, como: *Amanbece*, *Anoitece*, *Chove*, *Neva*, *Orvalha*, *Troveja* ou *Trovôa*, *Venta*, etc. Os sujeitos destes verbos, que podem ser *Deos*, *O Ceo*, *A nuvem*, etc., pela maior parte se sobentendem; ás vezes porém se expressão, como: *Se amanbece o Sol*, *a todos* *aqueita*; e *se chove o Ceo*, *a todos* *molba*.” (Soares Barbosa, 1830:242-243).

Antes dele, escrevera Moraes:²

Alguns verbos não tem variações respondentes á primeira, nem á segunda pessoa, que

* Investigação realizada no âmbito do Projecto PLUS 1999/Lin/15156, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ O gramático que mais desenvolveu a exposição do assunto terá porventura sido Pereira (1919:484-488).

² É esta a data em que Moraes concluiu o epitome da *Grammatica Portugueza* aqui citado.

são de commum homens, porque os attributos dos táes verbos não podem cõpetir a homens; assim não dizemos, *eu chovo, eu corisco, eu trovejo*. (Moraes:1831, cap. V, §15)

Em síntese, existiriam verbos pessoais que passariam a impessoais e verbos impessoais que passariam a pessoais e estes últimos sê-lo-iam por se empregarem apenas na terceira pessoa e por carecerem de sujeito ou o terem subentendido.

3. O primeiro ponto levaria a precisar os critérios de classificação dos verbos e a supor a multiplicação destas unidades lexicais, na medida que haveria um verbo *bastar* pessoal e outro verbo *bastar* impessoal, um verbo *parecer* pessoal e outro verbo *parecer* impessoal, e assim por diante, exactamente como sucederia admitindo, com quase todos os autores, a existência de verbos “meteorológicos” como *chover* ou *amanbecer* (*Hoje choveu, No Verão amanbece mais cedo*) e de homónimos seus não “meteorológicos”, estes também copiosamente representados na literatura: “*cujos pés e mãos estão chovendo sangue divino*”, “*amanbeceste hoje, sabe Deus se anoitecerás*” (Moraes, 1830: ss.uu. *Chover, Anoitecer*)³ ou nos mais correntes *Choviam insultos sobre a assistência*, ditos de uso figurado.

Na linha do que já temos feito (Morais Barbosa, 2004), recordaremos aqui, em primeiro lugar, que considerar a existência de sentidos “figurados” pressupõe admitir a existência de um sentido próprio, do qual decorreriam aqueles. Ora, como é sabido, nenhuma unidade linguística tem sentido por si mesma fora de contexto ou situação, incluída nesta a situação de enunciação, ou, melhor dizendo, o que tem sentido não é qualquer unidade no seu contexto ou situação, mas sim o todo enunciativo de que ela participa. Por exemplo, *operação* teria diferentes sentidos em colocação com *bancária*, com *cirúrgica*, com *aritmética*, com *mental*, etc., mas, para ser exacto, o que tem sentido não é propriamente *operação*, mas *operação bancária*, *operação cirúrgica*, etc. Identicamente, o monema representado por *-va* em *Gostava de te ver* terá o sentido de algo que ficou para trás no tempo (“nas últimas férias”, “quando te vestias assim”...) ou sentido “potencial” (“gostaria”), consoante a situação enunciativa, *Dar com o nariz na porta* quererá dizer, em certa enunciação, que se bateu com o apêndice nasal e não com a testa numa porta, não numa janela, em outra enunciação haver-se tentado algo em vão. Sendo assim, todo e qualquer sentido figura um valor significativo, o qual com propriedade se dirá ser o significado linguístico de um termo, identificável por oposição ao valor de qualquer um dos termos susceptíveis de com ele comutarem, seja o termo uma “palavra” seja um segmento mais vasto.

Nesta ordem de ideias, tão “figurados” serão os sentidos “meteorológico” quanto o não “meteorológico” de *chover*, *amanbecer*, etc., pelo que, sendo cada um destes verbos um só e o mesmo, é de esperar que mantenha as suas propriedades sintácticas independentemente do sentido com que se use, o que não implica que se actualizem necessariamente todas elas. O mesmo é dizer que nem todos os argumentos de um verbo são sempre preenchidos, facto já reconhecido pelas gramáticas que deixaram de distinguir verbos transitivos de intransitivos e passaram a falar de usos transitivos ou intransitivos de um mesmo verbo.

³ Para estes e outros abundam ilustrações no *Diccionario*.

Não nos demorando na variedade dos critérios de classificação dos verbos, que serão sintácticos ou semânticos, apenas mencionaremos os primeiros, por se encontrar agora em causa a presença ou ausência de um sujeito.

4. Sem entrar na discussão do problema das “classes de palavras” ou “classes gramaticais”, que decorre da velha questão das “partes do discurso”, diremos que em si mesma, do mesmo modo que não tem sentido antes de actualizada, nenhuma unidade lexical (e outro tanto se dirá de muitas das chamadas gramaticais) pertence por natureza a qualquer “classe”. Por exemplo, se se vê, e bem, em *cantor* o mesmo sufixo de *pintor* e em *cantavas*, *cantei*, *cantemos*, etc. “formas conjugadas” do verbo *cantar*, é porque naquela e nestas se encontra uma mesma unidade *cant-*, que, não sendo nome nem verbo, está disponível para a partir dela se formarem verbos e nomes (*cantatarolar*, *canto*, o mesmo *cantor*, etc.). Por outras palavras, como lembrou Alarcos (Alarcos, 1994:§192), uma palavra não se conjuga porque é verbo, é verbo porque se conjuga.

A primeira propriedade sintáctica que em português permite atribuir a uma unidade estatuto verbal reside em ser determinada por monemas de certas classes, “tempo”, “perspectiva”, “modo”, “aspecto” e “pessoa”,⁴ sendo esta última a única indispensável à formação de qualquer sintagma verbal, excepto o gerundivo;⁵ isto é, para que dado monema se actualize como verbo é indispensável que com ele concorra um monema pessoal (P): *canto* = *cant* + P1, *cantamos* = *cant* + P4, etc. Não constituem excepção os sintagmas verbais invocados como exemplos de verbos ditos impessoais ou usados impessoalmente, já que em todos eles figura o monema P3: *amanbece* e *chove*, *amanbeceu* e *choveu*, *amanbecerá* e *choverá* estão para *amanbecer* e *chover* como *bebe*, *bebeu*, *beberá* estão para *beber*.

Entre o que se pode designar por determinantes imediatos do verbo, possui a classe “pessoa” a característica de, além da mencionada indispensabilidade, preencher uma função sintáctica, na ocorrência a de sujeito. Na verdade, ninguém negará a existência de sujeitos em *Cbegou*, *viu* e *venceu* e outro tanto se dará em *Cbegámos cansados*, onde creio que nenhuma gramática deixará de julgar *cansados* predicativo do sujeito e de assim aceitar a presença deste, ainda que eventualmente dizendo-o aqui e ali elidido ou subentendido. No entanto, além de a noção de subentendido relevar do sentido, se se quiser da semântica, nunca da sintaxe, convirá abandonar, por não pertinente, o conceito de elisão ou elipse. Bastará, de facto, confrontar *O professor disse que sabe francês* e *O professor disse que ele sabe francês* para se concluir que, ao menos em português europeu, a presença ou ausência de manifestação do sujeito no exterior do sintagma verbal convoca sentidos diferentes:⁶ ali o referente da P3 de *sabe* coincide com o da P3 de *disse*, aqui não, pelo que se trata de questão de natureza referencial e não sintáctica no que concerne ao sujeito, o qual, no nosso quadro, nunca

⁴ Morais Barbosa, 1998^a e 1998^b.

⁵ Notar-se-á, todavia, do ponto de vista sintáctico, que, tendo toda a frase como núcleo um sintagma verbal, os sintagmas gerundivos não dão lugar a frases.

⁶ Embora com intervenção de outros factores, dos quais não cumpre tratar agora, algo semelhante sucede em casos como *Paguei eu os cafés* em confronto com *Paguei os cafés* ou nos mais distantes *Eu compro o café, tu (compras) a fruta* vs. *Compro o café, compras a fruta*.

será “nulo”. Curiosamente, apesar da omnipresença da figura da elipse na *Minerva* do Brocense, entendeu o gramático salmantino que

si toda oración debe constar de nombre y verbo, erróneamente enseñan los gramáticos que existen verbos impersonales sin sujeto, como *miseret, licet, currit, egetur*; se engañan radicalmente, porque no vieron que el sujeto está oculto en el propio verbo o está incluso en la oración” (Sánchez, 1587:87).

5. Deixando sem comentário a contradição nos termos que consiste em chamar-se “impessoais” a verbos de que afinal se diz conjugarem-se numa “pessoa”,⁷ o que importa salientar é a evidente confusão entre funções sintácticas e papéis semânticos, confusão que, compreensível em outros tempos, o parece hoje menos. Sabe-se há muito, e seria supérfluo repeti-lo, que a uma função sintáctica, digamos de sujeito, correspondem papéis semânticos diversos, os quais, não apresentando manifestação formal própria, se podem multiplicar quase indefinidamente: agente, causador, paciente, destinatário, experienciador, localizador, etc. Assenta aí a distinção entre actantes, cujo estatuto é essencialmente sintáctico e portanto linguístico, e participantes, que se reportam aos intervenientes no processo referido pelo verbo e são portanto de natureza extralinguística. Em português, para que haja frase, excepto em interrogativas do tipo de *Que fazer?*, é obrigatório o actante sujeito. O facto de a um actante se associar muitas vezes um participante, como é o caso de *Mariana*, a um tempo actante-sujeito e participante, em *A Mariana tem sempre boas notas*, não permite concluir pela indispensabilidade de tal associação: nos usos ditos de “sujeito indeterminado”, *Dizem que os impostos vão baixar, Bateram à porta* está presente o actante sujeito na forma de P6, e está-o igualmente na forma de P3 em *Diz-se que os impostos vão baixar, Trabalha-se, trabalha-se e não se vê nada*, mas não existem ou não se conhecem participantes nos respectivos processos. Justamente por faltar manifestação formal inequívoca à categoria “participante”, torna-se por vezes difícil, senão impossível, afirmar ao certo se há ou não verdadeiros participantes num processo: por exemplo, em *Trabalha uma pessoa a vida inteira e não vê nada*, “*Eles não sabem, nem sonham*, / [...] / *Que sempre que um homem sonha* [...]”, serão verdadeiros participantes *pessoa, eles* e *homem*, que prolongam nominalmente o sujeito fora do sintagma verbal? A resposta dependerá da relação que se estabelecer entre os conceitos de participante e referente, mas não é agora relevante para o nosso propósito.

6. É à luz do que se acaba de escrever que cumpre ponderar a alegada impessoalidade de certos verbos ou usos.

Do mesmo modo que se reconhece a existência de sujeito, representado por P3, em *Chegou*, sem que para tanto seja necessária a co-presença de um nominal como *A Mariana* ou *Ela*, assim também se há-de reconhecê-la em *Chove* ou *Amanheceu*. A diferença reside no facto de ao actante P3 de *Chegou* corresponder um participante,

⁷ « rien de plus éloigné de ce sens véritable indiqué par l'étymologie du mot [impersonnel], que l'application, qu'en font les grammairiens, à des verbes dans lesquels ils reconnoissent néanmoins une inflexion relative à la troisième personne du singulier » (Beauzée, 1767 : tomo II, 370-371). Na mesma linha do Brocense, pronunciou-se longamente Beauzée, *ib.*, 368-381, contra o conceito de verbo impessoal; no Índice escreveu que « Les prétendus Verbes *impersonnels* ne le sont point.

que o contexto ou a situação enunciativa permitirão identificar (*A Mariana, O Inverno*) – e a prová-lo estará *Vivo em Coimbra*, cujo participante será indiscutivelmente o emissor da mensagem –, ao passo que ao mesmo actante P3 de *Chove* ou *Amanbeceu* nenhum participante se associa. Aliás, não raro se ouvem construções do tipo de *Ele chove que Deus a dá, Ele tropejava que até metia medo*, onde será admissível crer que o expletivo *ele* prolonga fora do sintagma verbal o sujeito, como em *Ele chegou*, e também em *Ele diz-se que vai chover, Ele parece que o tempo vai mudar*, com a diferença de, no primeiro caso, *vai chover* ser complemento directo e, no segundo, tratando-se de uma equativa, tanto poder *o tempo vai mudar* representar o sujeito como o seu predicativo, ou ainda em *Ele já me constou que a Nucha anda com o Tó, Ele há dias em que é melhor nem sair à rua*, etc.⁸ É claro que a circunstância de aparecer o nominal *ele* não o torna participante do processo, o que confirma, por um lado, que a presença de um nominal (de um “sujeito lexical”, como impropriamente se diz) não basta para identificar um participante e, por outro, que é possível reconhecer um participante na ausência de nominal.

Foi, portanto, o entendimento do sujeito como participante no processo representado pelo verbo que levou inúmeros autores, desde pelo menos Port-Royal,⁹ a procurar nominais que constituíssem o sujeito “oculto” de *Chover*, de *Haver*, etc. (*Chove = A chuva cai, Há bomens = O mundo há* [“tem”] *bomens*, etc.).¹⁰

7. Do ponto de vista sintáctico merecem breve reflexão as construções de verbos chamados impessoais não “meteorológicos”, como *convir, cumprir, bastar, parecer, haver*.

Um dos critérios mais utilizados para a identificação da componente lexical do sujeito¹¹ consiste, conforme se sabe, na possibilidade da sua comutação pela forma tónica, não precedida de preposição, do pronome pessoal de P3, *ele*, e para a identificação do complemento directo a comutação pela forma átona o (*A Mariana tem sempre boas notas > Ela tem-nas*). Este critério não funciona, porém, em exemplos paradigmáticos como os de Soares Barbosa e outros: *Convém-me dar doutrina > *Ele convém-me, Às mulheres cumpre honestidade > *Ela cumpre às mulheres, Basta-me sair > *Ele basta-me*, etc. Apesar disso, têm de considerar-se *dar doutrina, honestidade* e *sair* como sujeitos das respectivas frases, porque, por um lado, não admitem a pronominalização própria do complemento directo (**Convém-mo, *Cumpre-o, *Basta-mo*) e, por outro, o comprova a concordância resultante da comutação daqueles seg-

⁸ Mereceriam tratamento à parte os usos de *ele* “expletivo” do tipo de *Ele eram jóias, ele eram vestidos, ele eram festas*, nos quais *eram jóias, eram vestidos, eram festas* poderão talvez considerar-se cada um como uma unidade sintáctica de plural interno, o que explicaria a falta de concordância de *ele*, algo à semelhança, ainda que distante, de *Deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer*.

⁹ Arnauld & Lancelot, 1993 [1660]: II, cap. XIX.

¹⁰ O primeiro em Portugal terá sido Bacelar, 1996 [1783]: §77, n. (b): “*Ha bomens* [...] fáz este sentido: *Há numero d’ bomens* [...] *Ha muitas flores*; i.e. ha sortimento de muitas flores”, logo seguido por Lobato, 2000 [1787]: 319-320, n. (a): “*Ha muitos homens*, que amão as ciencias; aonde parece que ao verbo *Ha* na terceira pessoa do singular do presente do indicativo lhe serve de Nominativo o substantivo *Homens* no número plural; porém não he assim, por faltarem palavras, que se subentendem, e quer dizer: *Ha número de pessoas, que são muitos bomens, que amão as ciencias*: onde claramente se vê, que ao verbo *Ha* só lhe serve de Nominativo o substantivo occulto *número*, com quem concorda”. No seu citado Epítome, Moraes divulgou entre nós a tese, que foi sendo aceite ao longo do século XIX.

¹¹ Daqui em diante, por razão de comodidade, usar-se-á para esta componente a designação de *sujeito*.

mentos por *estes livros* ou *obrigações*: *Convêm-me estes livros*, *Bastam-me estes livros*, *Cumprem-lhes obrigações*. Nada há, aliás, de estranho no facto de um sintagma infinitivo ocupar o espaço de uma função sintáctica, sujeito nos exemplos, complemento directo em outros (*Quero sair*, *Penso comprar aqueles livros*).

Algo de semelhante, ainda que com diferenças, ocorre com *parecer*. A semelhança reside na possibilidade de este verbo ter como sujeito um nominal, um sintagma infinitivo ou uma oração conectada por *que*: *Os alunos parecem inteligentes*, *Parece que ela não vem*, *Os alunos parece estudarem muito*, *Os alunos parece que estudam muito*, exemplificando os três últimos o uso dito impessoal do verbo. A diferença está em *parecer* não admitir complemento directo, mas sim determinação predicativa do sujeito: a pronominalização daqueles espaços também por *o* distingue-os do complemento directo na medida que não são nem pluralizáveis nem susceptíveis de variarem em género (*Os alunos parecem-no*, *As alunas parecem-no*), ao passo que o complemento directo o é (*Comprei as maçãs* > *Comprei-as*). Encontrar-se-á ainda tal determinação nos adverbiais de *Parece longe*, *Parece certo que ela não vem*, nos sintagmas infinitivos de *Parece certo ela não vir*, *Os alunos parecem estudar muito*, *Agora pareço ter-me libertado da alergia*, nos adjectivais de *Parece bonita*, *Parece em pé*, *Parece de borracha* (cf. parece constante).

O caso de *haver* afigura-se mais complexo. De acordo com a gramática prescritiva, este verbo, considerado impessoal e portanto desprovido de sujeito, apenas admitiria complemento directo. Tal é, de facto, o seu uso consagrado: *Há bomens* > *Há-os*, *Há mulheres* > *Há-as*. A par desse, no entanto, são correntes empregos onde o nome tem claramente estatuto de sujeito, como *Haviam bomens*, *Houveram bomens*, *Se houvessem bomens*, *Aqui costumavam haver festas*, etc., e Moraes, tecendo longas considerações sobre este verbo, registou inclusive *Hão dias* (Moraes, 1831: s.u. *Haver*); e também já se ouviu “*Havia lá muita gente, havia o padre, havia o Presidente da Junta, e depois havíamos nós*” e “*Não há ninguém senão eu para escrever*”.

Sendo certo que *nós* e *eu* não representam o complemento directo, igualmente o é que **havia-nos* e **havia-me* seriam inaceitáveis. Embora condenada, está, porém, longe tal sintaxe de ser apenas “popular”, recente ou rara. Ficou célebre a polémica a seu propósito travada entre Camilo e Carlos de Laet, a qual pôs em evidência que o romancista português a praticara.¹² Num artigo a que deu por título um passo do *Romance de Um Rapaz Pobre*, de Camilo, “*Houveram Coisas Terríveis*”, recenseou Cândido Jucá duzentas e trinta e duas abonações dessa sintaxe do século XIV ao século XX, em autores tão respeitáveis como Fernão Lopes, Zurara, Gândavo, Vieira, Fr. Manuel do Cenáculo, Jerónimo Soares Barbosa, Herculano, Castilho, Camilo (pelo menos sessenta! Inocêncio, Eça, entre muitos (Jucá & *al.*, 1943: 113-145).¹³ E numas *Lições de arte poética*, de 1861, pode ler-se: “*Olhando para o rigor das regras e o mais que torna o soneto uma peça onde tanto labora a Arte; podêmos conjecturar que houverão circunstancias com que lhe derão o ser*” (Um anónimo, 1861: 240). Talvez por isso não

¹² Relatam a polémica Nascentes, 2003: 190 e Elia, 2003: 144-145.

¹³ Devo ao colega e amigo Evanildo Bechara, a quem agradeço a possibilidade que tive de ler este artigo.

¹⁴ A data de elaboração do trabalho foi proposta pela organizadora do volume, Maria da Conceição Neto Póvoa Ferreira, a páginas XV.

surpreenda ler-se o seguinte em uma gramática escrita na Bahia possivelmente entre 1817 e 1821: “O infinito *baver* substantivado pede verbo em qualquer numero, v. g.: *Podem ou pode baver homens que etc.*” (Caneca, 1972: 64).¹⁴

Quer isto dizer que, no sentido de “existir”, *baver* apresenta dois comportamentos sintáticos distintos: um que não admite sujeito exterior ao sintagma verbal e aceita complemento directo (*Havia homens*), outro que admite aquele tipo de sujeito, manifestado pela concordância entre o nominal não participante e P6, e não aceita complemento directo (*Haviam homens*). Idêntico é o caso de *dar*, *soar*, *bater*, *fazer* em *Deu duas horas*, *Deu-lhe as dores*, *Soou as duas horas*, *Bateu as ave-marias*, *Faz seis dias* versus *Deram duas horas*, *Deram-lhe as dores*, *Soaram as duas horas*, *Bateram as ave-marias*, *Faziam seis dias*.

8. Consoante se vê, em nenhum destes casos propomos distinguir dois verbos, pessoal e impessoal, *convir*, *cumprir*, *bastar*, *parecer*, *baver*, *dar*, *soar*, o que, a fazer-se, não só traduziria uma desnecessária pulverização do léxico, mas também contrariaria o princípio que se postula de acordo com o qual as unidades linguísticas se encontram disponíveis para diversas actualizações. E igualmente não distinguimos, nestes ou em quaisquer outros, usos pessoais e impessoais, por entendermos que na sintaxe de todos se encontra sempre representada no sintagma verbal a função sujeito.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCOS LLORACH, Emilio (1994), *Gramática de la Lengua Española*, Madrid, Espasa Calpe.
- ANÓNIMO (1861), Lições de Arte Poética, em vista de J. Soares Barbosa e de outros autores [...] Por um anonymo, Madeira, TYP do Noticiario.
- ARNAULD & LANCELOT, (1993 [1660]), *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, Genève, Slatkine Reprints.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo, (1996 [1783]), *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, Reprodução fac-similada da edição de 1783, Introdução e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- BEAUZÉE, Nicolas (1974 [1767]), *Grammaire générale* [...], reimpressão fac-similada com Introdução de Barrie E. Bartlett, Estugarda, Friedrich Frommann Verlag.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, (1972 [1817-1821²]), *Gramática Portuguesa * Tratado de Eloquência*, Rio de Janeiro, Colégio Pedro II.
- ELIA, Sílvio (2003), *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna. A data de conclusão deste livro póstumo, 1997 ou 1998, é apontado como possível por Evanildo Bechara no prefácio que para ele escreveu.
- JUCÁ (filho), Cândido; PINHEIRO, Domingues e TORRES, Artur (1943), “Houveram coisas terríveis”, *in Revista Filológica*, n.º 22, Rio de Janeiro.
- LOBATO, Reis (2000 [1797]), *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*, Estudo e edição crítica de Carlos Assunção, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- MORAES, António da Silva (1823), Dicionário da Lingua Portugueza [...], 3.ª ed., Lisboa, Typographia de M. P. de Lacerda. Id, 1831, 4.ª ed., na Imprensa Regie.
- MORAIS BARBOSA, Jorge (1998a), “Modalidades verbais portuguesas”, *in Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n.º 16, pp. 49-64.
- MORAIS BARBOSA, Jorge (1998b), «Le système verbal portugais», *in* Fernand Bentolila (ed.), *Systèmes verbaux*, Lovaina, Peeters.
- MORAIS BARBOSA, Jorge (2004), «Sur le statut des soi-disant expressions figées», comunicação ao 28.º Colóquio da Société internationale de linguistique fonctionnelle, Santiago de Compostela, Setembro de 2004, entregue para publicação nas Actas.
- NASCENTES, Antenor (2003), *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. O artigo citado é possivelmente de 1939.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1919), *Grammatica Historica*, 2.ª ed., São Paulo, Secção de Obras de “O Estado de S. Paulo”.
- SOARES BARBOSA, Jerónimo (1822), *Grammatica Philosophica da lingua Portugueza*, Tipografia da Academia das Ciências. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres, Lisboa, Academia das Ciências, 2004.

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: jleon@utad.pt

O léxico obsceno na prosa medieval portuguesa

1. Introdução

É por demais conhecida a linguagem desbragada de algumas personagens das obras de Gil Vicente. O Parvo e o Sapateiro do *Auto da Barca do Inferno* são dois dos exemplos paradigmáticos. Poderá à primeira vista pensar-se que são casos isolados na literatura portuguesa anterior ao século XX. Acontece, porém, que a utilização de uma linguagem que hoje entenderíamos como obscena ou brejeira, atravessa toda, ou quase toda, a história da literatura portuguesa. Como veremos adiante, o ponto mais alto fixa-se na Idade Média.

No século XVI, temos o exemplo de Gil Vicente. No século XVII, todo ele cheio de salamaleques barrocos, surge, praticamente isolado, D. Tomás de Noronha, com sonetos pornográficos de uma linguagem sexualmente explícita que certamente fazia corar as senhoras dos salões. No século XVIII surge Bocage, com as suas composições pornográficas lidas e recitadas nos botequins de Lisboa. No século XIX, romântico e moralista, não há exemplos que possam servir de termo de comparação. Os autores, ou evitavam a linguagem obscena, ou substituíam-na por metáforas e eufemismos. Eça de Queirós, um dos romancistas mais ousados, emprega no romance *Os Maias* três vezes a palavra *prostituta*, outras três em *O Crime do Padre Amaro* e uma vez em *O Primo Basílio*. A palavra *barregã* surge uma vez em *O Crime do Padre Amaro*, num contexto que poderemos considerar indecoroso: «Afirmava-se então nas grossas roscas do pescoço da S. Joaneira, como para descobrir nelas as marcas das beijocas do cônego: ah! tu, não há dúvida, és "uma barregã de clérigo". Mas Amélia! com aquelas longas pestanas descidas, o beijo tão fresco!... Ignorava decerto as libertinagens da mãe.»

As palavras *prostituta* e *barregã* são, no entanto, o máximo que se pode encontrar e, embora pertencentes ao campo lexical da sexualidade, não poderão ser consideradas obscenas no sentido restrito. No século XX, depois de um longo período pseudo-moralista que termina em 1974, os escritores, na sua maioria, passam a utilizar todos os registos de linguagem disponíveis. António Lobo Antunes tem sido um dos escritores da actualidade que mais tem utilizado o calão.

A linguagem obscena tem as suas origens no próprio homem, como aliás tudo o que foi criado pela sua imaginação e pela necessidade de sobrevivência. Os testemunhos literários vêm desde a Antiguidade até aos nossos dias. Na Idade Média, Giovanni Boccaccio (1313-1357), em muitas das novelas do *Decameron*, é sem dúvida o máximo expoente quer na utilização do léxico obsceno, quer na sua substituição por eufemismos e metáforas que ajudam à descrição de cenas pícaras, eróticas e pornográficas¹. A este processo chama Santo Isidoro de Sevilha *vocabuli translatis nominibus*, que consiste em substituir um termo sórdido ou obsceno por uma metáfora. Refere Cristina Álvares num seu estudo sobre o equívoco nalguns romances idílicos do século XIII que, «se a metáfora é a solução para o termo obsceno, isso significa que o termo obsceno é próprio, literal, decerto o mais próprio e literal que pode haver, de tal maneira que (quase) coincide com o referente num colapso do sentido. Daí o interdito que o exclui de toda a enunciação: a palavra obscena é sentida como o próprio real, a própria Coisa. Enunciá-la é passar por cima de convenções e mediações simbólicas» (Álvares, 1994: 260). E acrescenta a mesma autora: «Que a metáfora, utilizada para desviar a linguagem do obsceno, produza novas ambiguidades – e novas obscenidades –, é o resultado inevitável da intrincação das dimensões retórica e sexual da linguagem» (*Ibidem*).

2. O léxico obsceno na prosa medieval portuguesa

Na Idade Média, as Cantigas de Escárnio e Maldizer são uma das mais importantes fontes para o estudo do léxico obsceno. Pelo facto de já terem sido estudadas², centrámo-nos apenas na prosa medieval. Para isso servimo-nos de um *corpus* existente e por nós elaborado no âmbito do programa *Pbrasis*³ para organizar o campo lexical⁴ da obscenidade. O *corpus* é constituído por um conjunto de textos e de obras, que vai desde os finais do século XII até meados do século XVI.

Através do motor de busca do programa *Pbrasis*, verificámos a existência dos seguintes termos que, na linguagem actual, consideramos calão: *cornudo* (*Foro Real* de Afonso X); *cornudos* (*Crónica de D. João I*, parte I e II, de Fernão Lopes); *piça* (*Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*); *fideputa* (*Crónica Geral de Espanha de 1344*); *fideputas* (*Crónica de D. João I*, parte II, de Fernão Lopes); *fidesputas* (*Crónica de D. João I*, parte I, de Fernão Lopes); *puta* (*Foro Real* de Afonso X; *Crónica de D. João I*, parte I e II, de Fernão Lopes); *Livro das Histórias da Bíblia*); *puto* (*Vida e Feitos delRey Dom João Segundo* de Garcia de Resende); *putanheiro* (*Livro das Histórias da Bíblia*);

¹ Justificando o estilo desabrido das suas novelas, diz assim o autor: «Se, porventura, surgem alguns pormenores ou alguma palavra mais liberal do que possa convir às mulheres beatas, as quais pesam mais as palavras do que os factos e procuram mais parecer do que ser honradas, digo-lhes que não mereço mais censura por tê-las escrito do que merecem geralmente os homens e as mulheres que passam o dia inteiro a dizer "buraco", "cavilha", "almofariz", "pilão", "salsicha", "mortadela", tudo palavras cheias de mau sentido» (Boccaccio, II, 1984: 298).

² Américo António Lindeza Diogo publicou em 1998 um extenso estudo intitulado *Leitura e Leitura do Escárnio e Mal Dizer*, em que trata, entre outras, a questão da obscenidade.

³ www.ipn.pt/literatura/phrasis.htm

⁴ Para a elaboração deste campo lexical, seguimos de perto a caracterização que Mário Vilela faz do mesmo nas obras: *Estruturas Lexicais do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1979, pp. 60-62; *O Léxico da Simpatia*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, pp. 217-219; e *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 33-36.

putarya (*Livro das Histórias da Bíblia*); *foder* (*Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes); *fodudo* (*Crónica de D. João I*, parte I, de Fernão Lopes); *colbõees* (*Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial); *cuu* / *cu* (*Crónica de D. João I*, parte I e II, de Fernão Lopes); *mijar* (*Crónica de D. João I*, parte I, de Fernão Lopes). Estes termos tinham na Idade Média a mesma carga pejorativa que ainda hoje mantêm e, excepto no *Livro das Histórias da Bíblia* e no *Sacramental*, surgem em contextos do anedótico ou do insulto pessoal, como veremos mais à frente.

Constatámos ainda a existência de outros termos que, pertencentes embora ao campo lexical da sexualidade, consideraríamos menos desabusados. São eles *barregã*, que surge amiúde nas crónicas de Fernão Lopes, na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, no *Livro das Histórias da Bíblia*, no *Castelo Perigoso*, na *Demanda do Santo Graal* e no *Livro de Marco Polo*; *forniqueira*, *fornizio* / *fornicio*, *fornicação*, *fornicar*, que surgem, ora uns, ora outros, no *Foro Real* de Afonso X, na *Demanda do Santo Graal*, no *Livro das Histórias da Bíblia*, no *Tratado de Confissom*, no *Penitencial* de Martim Pérez, no *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial, no *Castelo Perigoso* e no *Leal Conselheiro* de D. Duarte.

Passamos a apresentar os contextos em que o léxico obsceno ocorre.

No *Foro Real* de Afonso X surge uma vez o termo *cornudo* e outra o termo *puta*, ambos no mesmo contexto legislativo: «Qual quer que [deostar] outro ou lhy disser falso ou trehedor ou fudodinculi ou *cornudo* ou erege, ou a molher de seu marido disser *puta*, desdigao ante o alcaide e antos omes boos ao prazo que lhy poser o alcaide & peyte CCC soldos, a meyadade a al rey & a meyadade ao quereloso, [e] se negar ca nõno disse e non ho poderẽ prouar, saluesse como mãda a lee.»

Na *Crónica Geral de Espanha de 1344* surge uma vez o termo *fideputa*. Lopo Diaz, filho de Diego dAlpharo, volta-se para seu pai antes de partir para a batalha contra Miramolim e diz-lhe esperar que, depois da batalha, não lhe venham a chamar filho de traidor. O pai responde-lhe: «Chamarvos poden *fideputa* mas nõ de treedor, ca fio na mercee de Jhesu Cristo que taaes obras farey eu oge que en todo o mundo sera falado.»

Na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (1419), diz o rei D. Afonso IV acerca da índole dos Portugueses: «Sabee sem duvida que tres cousas nunqua portugueses reçarom, convem a saber, usar de luyta e averem guera com castelhanos e demandar de boa mente molheres. E certeficovos que nõ ha muito tempo que mandei enforcar hum azemel de hum meu cavaleyro porque dormira com sua senhora, e não pasaram depois muytos dias quando outro homem de pequena conta a começava de demandar. E portanto os que gaboom os portugueses dizem deles que erom bõos de pee e de mão e de *piça*.»

Na *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes surge uma vez o termo *foder*. O contexto em que ocorre insere-se no capítulo intitulado «Como foi trautada paz antre elrei dom Henrique e elrei dom Fernando, e com que condições». Uma das condições era a obrigação de D. Fernando dar a sua filha em casamento, condição esta que o rei considerava difícil de outorgar. Servindo-se de um provérbio conhecido na época, «diziamlhe algũus que juras de *foder* nom eram pera creer: que jurasse ell foutamente este capitullo, ca nom minguaría quem tomasse por elle o pecado deste juramento sobre ssi.»

Na primeira parte da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes surgem os termos *puta velha* (2 vezes) e *fodudo no cuu* num contexto que, não fosse o cronista contá-lo como

autêntico, seria pura anedota. Conta Fernão Lopes que a vila de Portel, havendo tomado o partido de Castela, foi cercada por Nuno Álvares Pereira, que acabou por obrigar Fernão Gonçalves, o seu fronteiro, à rendição. Fernão Gonçalves, que «era o mais saboroso homem que em Portugall avia, e mui solto em suas pallavras», foi autorizado a partir com a mulher para Castela. Acrescenta o cronista: «Quando Fernam Gomçallvez e sua molher ouverom de partir da villa, pero pouco prazer tevesse, começou dizer que lhe chamassem as trombas pera tanger, dizemdo a sua molher: "Amdaa per aqui, boa dona, e hiremos balhamdo, vos e eu, a ssoom destas trombas; vos por maa *puta velba*, e eu por villaão *fodudo no cuu* ca assi quisestes vos.» Em seguida, a personagem sugere que será melhor que ambos cantem:

Pois Maria baillou,
tome o que ganhou;
melhor era Portell e Villa Ruiva,
que nom Çafra e Segura,
tome o que ganhou,
dona *puta velba*.

No capítulo da mesma crónica intitulado «Per que modo tinham hordenado de matar ho Meestre, e descubriam seus segredos», surgem os termos *fideputas cornudos*: «E mais lhe faziam saber, que omde sse possesse alguñ dos seus, e começasse de doestar os da villa, açenamdo com a mão, que per alli hia a cava; e assi o faziam de feito que lhe chamavom *fidesputas cornudos*, vassallos do alfenado, fazemdohe certas sinaaes, per que os avisavom de todo, de guisa que com esto e com o maa comsselho que ao Meestre davom, em todallas cousas que comtra elles fazia, seus trabalhos aproveitavom pouco.»

No capítulo, também da mesma crónica, intitulado «Das cousas que passavom os dAlmadaã per mingua dagua», surge a forma *mijavom*. D. João I cercara a vila e os habitantes começaram a sofrer a ter falta de água. Diz o cronista «que demtro na villa eram huñs quareemta cavallos, afora outras bestas de serventia; e quando lhe a agua foi mingumdo, ouverom comsselho de nom darem de beber aas bestas; e foi tamta a sede em ellas, que alli homde *mijavom* os homeẽs, hiam as bestas chuchar, e comiam aquella terra molhada.»

Na segunda parte da *Crónica de D. João I*, surgem novamente os termos *fideputas cornudos* no capítulo que narra a fuga do rei de Castela para Santarém após a derrota do seu exército na batalha de Aljubarrota. Conta o cronista que, os que tinham o encargo de prover aos aposentos do rei, mandaram aos servos portugueses que os limpassem. «E amdandmo varrendo hũa sala em que el Rey era de presentemte, foy huñ seu escudeiro e deu huñ graõ couçe a huñ portugues daquelles que variaõ e dise: *Varer azinnba pera fideputas cornudos*.» O rei não gostou do insulto e repreendeu o escudeiro: «Deixaiois, deixaiois muito em ora ma que os portugueses saõ boõs e leãis e naõ avees porque lhe ffazer mal, que quontos foraõ em minha companhia eu hos vy morrer todos amtemỹ e os meus me roubaraõ a coroa de minha cabeça.»

Também na segunda parte da mesma crónica surge uma vez o termo *puta*. O contexto é retirado do capítulo intitulado «Como foi tomado Badalhouce». Os Portugueses arranjaram um estratagemma para entrarem na vila com a ajuda do porteiro. Mas a mulher

do porteiro descobriu e tentou dar o alarme, o que levou um dos Portugueses a proferir o insulto. Diz o cronista: «E ella, quomdo os vio, apertou as mãos e dise: "Jesus, que nora malla es esta!" Guomçalle Annes emtam lhe lamçou mão da garguamta rijo, de guisa que a feez pousar amte sy, e dise loguo ao seu homem: "Trazes tu punhall ou adagua? – Sy, traguo", dise elle. – "Pois deguolla esta *puta*, nam brade". – "Señor Guomçalle Annes", dise ella, "nam me mates; yo me callare!" E elle ouve della doo, e meteo a na casa e hapagoulhe a camdeia, e deu a em guoarda ao seu homẽ.»

Ainda na segunda parte da mesma crônica, no capítulo intitulado «De como hos da cidade de Lixboa foraõ receber as bandeiras quue lhe el rey emviou e da preguação que hẽ frade fez», surge o termo *cu*. O frade, na pregação, refere um conjunto de sinais miraculosos que, na sua opinião, auspiciavam a elevação ao trono do Mestre de Avis. Um dos sinais é descrito do seguinte modo: «Quẽ costramgeo a boqua da filha dEsteve Anẽs Derreado, morador em Evora, moça pequena de oito meses nada, que no berço homde jazia se levantou ã *cu* tres vezes, dizemdo cõ a maõ alçada: "Portuugual, Portugal, Portugal, por el Rey dom Joaõ"?»

Na *Vida e Feitos delRey Dom João Segundo* de Garcia de Resende, obra datada de 1533 e contemporânea de Gil Vicente, surge o termo *puto* com a significação de invertido ou pederasta passivo. Conta Garcia de Resende que Monsenor de Escalas irmão da rainha de Inglaterra participar na tomada de Granada e regressou por Lisboa, onde o rei D. João II lhe fez muita honra e mercê. Quando voltou, o rei de Inglaterra perguntou-lhe qual foi a coisa que melhor lhe parecera em Portugal. Ele respondeu-lhe que vira uma «de que vinha muy sastifeyto, a qual era ver hum homem *que* mandava todos e ninguem mandava a elle. E isto dizia elle por elrey Dom Joam, o qual foy sempre tanto contra sua condiçam ser mandado que disse hum dia, *que* por menos mal averia a hum rey ser *puto* ou erege que eram as piores partes que podia ter que ser mandado.»

No *Livro das Histórias da Bíblia* (de meados do século XIV) surgem os termos *puta*, *putanbeiro*, *putarya* e, menos forte, *testicolos* e *sua natura*, em três contextos diferentes. Os dois primeiros contextos ocorrem no capítulo «Das leis que o senhor Deos deu aos judeus no momte Synay per Moyses», retiradas do livro do Deuteronomio. Uma das leis diz o seguinte: «Nam emtrara o çujo ou sovalhados ou *cortados os testicolos ou sua natura* em a cassa do senhor, nem emtrara manzil e naçido de *putanbeiro* em cassa do senhor ate decima geraçam». Esta passagem é bastante fiel à da Vulgata, onde se baseou: «non intrabit eunuchus adtritis vel amputatis *testiculis* et abs-ciso *veretro* ecclesiam Domini non ingredietur mamzer hoc est de *scorto* natus in ecclesiam Domini usque ad decimam generationem» (Deut. 23, 2-3). O termo *testiculis* foi traduzido por *testicolos*, *veretro* (de *veretrum*, órgãos sexuais masculinos) por *sua natura* e *scorto* (de *scortum*, homem prostituto), por *putanbeiro*. A tradução portuguesa dos Capuchinhos afasta-se significativamente quer de uma, quer de outra, optando o tradutor por termos mais inócuos: «Aquele que se tornou eunuco, por acidente ou por mutilação, não será admitido na assembleia do Senhor. O filho ilegítimo também não será admitido na assembleia do Senhor; nem mesmo a sua décima geração poderá ser ali admitida.»

Outra das leis diz o seguinte: «Nam sera *puta* das filhas de Isrrael nem *putanbeiro* dos filhos de Israel nem offereçeras merçe de *puta* nem preço de cam em a cassa do senhor Deos teu porque abominaçam e çugidade he açerqua do senhor Deos teu.» Esta

passagem é bastante fiel à da Vulgata: «Non erit *meretrix* de filiabus Israhel neque *scortator* de filiis Israhel, non offeres *mercedem prostibuli* nec pretium canis in domum Domini Dei tui quicquid illud est quod voverint quia abominatio est utrumque apud Dominum Deum tuum non fenerabis fratri tuo ad usuram pecuniam nec fruges nec quamlibet aliam rem» (Deut. 23, 18-19). O termo *meretrix* é traduzido por *puta*, *scortator* por *putanheiro* e *mercedem prostibuli* (de *prostibulum*, *prostíbulo*, *lupanar*, mas também *prostituta*, *meretriz*) por *merçe de puta*. A tradução portuguesa dos Capuchinhos é bastante mais suave nos termos utilizados: «Não haverá prostituta sagrada entre as filhas de Israel, nem prostituído sagrado entre os filhos de Israel. Não levarás à casa do Senhor, teu Deus, como oferta votiva de qualquer espécie o salário de uma cortesã ou o que receberes em troca de um hierodulo porque, uma e outra coisa, são abominadas pelo Senhor.»

O terceiro contexto ocorre no Livro de Job, capítulo XIX: «Se o meu coração foy emganado sobre molher e se assechey aa porta do meu amigo, seja a *minba molber putarya de outrem e sobre ela se deytem outros*; ca isto he grande maldade e grande aleive; e he fogo que destrue ate o acabamentoo de todo e que arranca todallas gerações.» Esta passagem é bastante fiel à da Vulgata: «Si deceptum est cor meum super mulierem et si ad ostium amici mei insidiatus sum *scortum* sit alteri uxor mea et super illam incurventur alii hoc enim nefas est et iniquitas maxima ignis est usque ad perditionem devorans et omnia eradicans genimina» (Job 31, 9-12). A palavra latina *scortum* significa neste contexto *meretriz*, podendo por isso ser traduzida por *putarya*. Já na tradução portuguesa dos Capuchinhos, para evitar o termo indecoroso, o tradutor optou por uma metáfora: «Se o meu coração se deixou seduzir por uma mulher e estive à espreita à porta do meu próximo, *que a mulher gire a mó para outro* e que os estrangeiros a possuam! Porque é um grande crime e uma iniquidade horrenda, fogo que devora até à destruição e que arruinará todos os bens.»

O *Sacramental* (1488) e o *Tratado de Confissom* (1489), pelo facto de serem manuais religiosos para o uso dos clérigos com cura de almas, onde estes poderiam tirar dúvidas a respeito da doutrina da Igreja, particularmente no que diz respeito às orações, aos sacramentos, aos mandamentos, aos pecados mortais e às obras de misericórdia, contêm um sem número de referências à vida sexual dos fiéis cristãos em forma de conselhos, proibições, regras e excepções, numa tentativa de a controlar de acordo com a moral então vigente. Ângela Mendes de Almeida considera que uma das características do estilo deste género de manuais «é o seu tom francamente desabusado [...] tom que os aproxima, apesar da intenção piedosa, das actuais publicações pornográficas. Não apenas porque, como o havia detectado o senso de pudor do século XIX, usam palavras cruas e directas, como porque imaginam e descrevem os pecados com minúcia» (Almeida, 1994: 62). Descontando o facto de esta opinião se dever a certo preconceito em considerar obsceno determinado vocabulário utilizado no âmbito sexual ou à descrição de determinada prática sexual, preconceito este que não existiria na época em que estes manuais foram redigidos, pelo menos de acordo com os moldes actuais, o que é certo é que são frequentes as passagens que podem de algum modo considerar-se obscenas, ou com carga semântica obscena.

No *Tratado de Confissom*, embora não haja nenhum termo que possamos integrar no campo lexical da obscenidade propriamente dita, há inúmeras passagens que podem

ferir a susceptibilidade do leitor actual. É usual a utilização de metáforas, eufemismos ou termos eruditos para mencionar as práticas sexuais. Damos alguns exemplos: *sua natura*, para designar o sexo masculino; *membro*; *estormento*; *fazer lixo*, ou seja, ejaacular fora do vaso; *polucom*; *pecado contra natura*; *pecado sodomítico*; *apalpamento*; *apalpar as molheres*; etc.

Num dos capítulos a propósito do sexto mandamento, transcrito como «nom forni-garas», em vez do actual recatado «gardarás castidade nas palavras e nas obras», o tradadista, sem cair no tom desabusado, mas também sem deixar de tratar as coisas pelo próprio nome, enumera dezasseis perguntas que o confessor deveria fazer ao ou à penitente:

A primeyra com quem fez adulterio. A segunda quantas uezes e cõ quaes pessoas. E se for molher a que se confessa pregãtelhe se ouue alguũ auer dalguũ homem que perteecece a ygreia ou o mosteiro. A terceyra se for homem preguntelhe quantas foram as molheres casadas ou uirgens ou uihuuas ou dordem ou con quantas parentas suas fornigou ou com quantas solteyras da mancibya e se outrosy dormio con alguna sua cunhada. A quarta se fez aquel pecado se nom como he custume de se fazer. Ou se andaua cada hũa desas molheres con sua frol porque este pecado he muyto graue. A quinta se se aiuntou a sua molher saluante por fazer filhos de beçom porque as uezes o casado pode pecar mortalmente cõ sua molher. A sexta se ouue polucom. A septyma se fez esto em logar sagrado. A oytaua se o fez em dias sanctos ou de ieiũs. A .ix. se iazia nuu com a molher nua. A .x. se era fremosa se fea. A .xi. se o faz em ieiuum se depois de comer. A .xii. se cobiçou alguna que nom podese auer. A .xiii. se a alcouetou alguem. A .xiiii. se iouue con ellas trebelhamdo. A .xv. se prometeo de casar com alguna molher seemdo seu marido uiuo. A .xvi. faça pergunta a pessoa se he casada e se o he dereytamente.

No *Tratado de Confissom*, o pecado da luxúria é o que tem um número de penitências mais extenso, quer pela gravidade do pecado, quer pela variedade, quer pelas condições e circunstâncias em que é praticado. Pelo facto de a passagem ser demasiado extensa, transcrevemo-la com supressões:

Item todo homẽ que tomar sua natura na maano e faz lixo esto he pecado comtra natura. E por quantas uezes o fezer iaiũe .xv. sextas feiras a pã e agua por cada hũa uez. Itẽ todo homẽ que meter sua natura ãtre suas pernas ou doutro homẽ e fezer lixo este outrosi he pecado muy maaõ e desapraz com el muyto a Deus e deue por cada uez iaiũar quinze sextas feyras a pam e agua [...]. Item todo homẽ que faz fornizio com besta deue ieiũar duas coresmas a pam e agoa e a primeyra deue ieiunar a porta da ygreia se poder. E se esto fezer com muytas bestas deue dauar moor peemdemça e deue de ieiũar as sextas feyras por sete anos. [...] Outrosy o macho que este pecado fezer ã na molher outra tal peẽdẽça faça tirãdo das sete coresmas iaiũe as duas a pã e agoa pois logar ha departido para aquelo fazer, em outro logar o faz moor pecado faz. Outrosy todo homẽ que faz aquela poluçõ cõ sua maõ ou cõ outro mẽbro, iaiũe sete coresmas [...]. Se macho fezer luxuria cõ besta pello logar de besta, iaiũe sete coresmas. [...] Se uarõ se poser com molher, cõ aquele stormento que soõe a fazer as molheres para comprir sua maldade tal pena soffra como aquel que fez pecado sodomítico, e a molher que pecado sodomítico soffrer. A molher que se soper a besta, iaiũe .xiiii. coresmas a pã e agoa tirãdo os domẽgos nẽ uista panos de linho nẽ este ã egreja. [...] E da molher que iouuer cõ outra molher cõ aquel estormẽto que fazẽ as molheres, iaiũe sete coresmas a primeira a pã e agoa.

Nesta passagem, temos referência à masturbação, à homossexualidade masculina e feminina, à sodomia, à bestialidade e à utilização de artefactos sexuais.

O *Sacramental*, bem mais discreto na enumeração dos pecados da luxúria, quiçá para evitar que a própria obra caísse em mãos erradas, ensinando pela leitura o que não se sabia pela prática, não deixa todavia de ser também ele um repositório de referências à vida sexual. Termos como: *meretrix*; *molheres publicas*; *molheres do mûdo*; *maas molheres*, *puluçon*; *puluçõeas*; *cousas çujas e torpes*; *sua natura*; *pecado contra natura*; *sodomia*; etc.

No que se refere ao pecado da luxúria, a passagem mais significativa ocorre no capítulo «da maneira como ho homen sse deue confessar»:

Pequey por luxuria ã obra por fornicaçõ con molher solteira ou viuua ou cõ corrupta ou por adulteryo cõ molher casada ou por inçesto cõ parenta ou cõ mõja. Outrosi en logar sagrado hũa ou muytas vezes em *tempo* santo, asi como ã jejuũs ou festas e alguũas vezes por delecte ou por *proueyto* ou por malquerẽça fyz força alguũa tangendo ou tocando con as mãaos, ã diuersas maneiras me mouia a pecar e por espeçias *quemtes* *procrey* luxuria, fiz alguũas cousas ou algũa arte *por* que mais me delectase na luxuria, por meu aqueyramento e siguimento algũas molheres cayrõ en este pecado, muytas vezes foy honde as molheres estauan polas enganar con palauras fageyras e de jograrias e por signaes de olhos, polo qual muytas puluçõeas me *aqueçerõ* velando e dormindo.

Há, no entanto, ao longo da obra referências esporádicas às práticas sexuais. Numa delas é utilizado um termo obsceno: *colbõees*. O contexto em que ocorre é retirado da explanação dos impedimentos ao matrimónio: «Ho que he crastrado de todo que non ten *colbõees* que lhe foram cortados despois que naço sen elles non pode casar, por quanto non pode dar o diuedo que se rrequere no matrimonio.» Na edição castelhana impressa em Sevilha em 1477, esta passagem surge transcrita do seguinte modo: «El que es castrado del todo que no tiene *testiculos* que le fuerõ cortados despues que nascio. O nascio sin ellos non puede casar por quãto nõ puede dar el debdo que se requiere en el matrimonio.»

Noutra passagem, o autor chama a atenção para a possibilidade de os adolescentes, pela sua malícia, poderem engravidar uma mulher. Começa por referir que os moços pecam de cinco maneiras. Na última, os moços pecam «cometẽdo fornicaçõ e adulterio.» E explica porquê: «Ca algũas vezes [em] esta ydade a malicia antecipa. Ca se lee no dialego de ssam Gregorio que huũ moço de noue annos *emprenhou* a ama que ho criaua. E dizem que Salamon seẽdo de onze annos geerou huũ filho. Como quer que as taeas cousas espiciaees nom deuẽ ser trazidas a consequẽcia.»

No entanto, os pecados da luxúria cometidos pelos homens, sejam moços ou adultos, comparados com os das mulheres, são menos graves. E a razão é simples: as mulheres são muitas vezes a causa de os homens pecarem. É que, como diz Clemente Sanchez de Vercial, «a luxurya da mulher pior he *que* ha do homen».

3. Conclusão

Há testemunhos da utilização do léxico obsceno na poesia trovadoresca (Cantigas de Escárnio e Maldizer) e na prosa medieval portuguesa. Esta utilização na prosa não se limita apenas a determinado tipo de textos e a determinada temática. O léxico obsceno surge ora em obras de cariz historiográfico, ora em obras de cariz moral e reli-

gioso, como os manuais de teologia pastoral e os próprios textos bíblicos. A carga semântica desse léxico não difere, a nível geral, da carga que hoje ainda tem no âmbito do calão utilizado em determinados contextos que, na visão actual, se considera marginal e fora dos bons costumes e da boa educação. Nos textos onde detectámos o léxico obsceno, a carga semântica de obscenidade parece não inquietar os seus autores, que o empregam sem grandes, ou nenhuns preconceitos, ao lado do léxico mais pudico ou apudorado.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ângela Mendes de (1994), *O Gosto do Pecado. Casamento e Sexualidade nos Manuais de Confessores dos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Rocco.
- ÁLVARES, Cristina (1994), «O equívoco nalguns romances idílicos do século XIII», in *Diacrítica*, Universidade do Minho, nº 9, pp. 259-279.
- Bíblia Sagrada*, 1984, 11ª ed., Lisboa, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos).
- BOCCACCIO, Giovanni (1984), *Decameron*, vol. II, Mem Martins, Publicações Europa-América, Tradução do italiano de Fernando Melro.
- DIOGO, Américo António Lindeza (1998), *Leitura e leituras do Escarnh' e Mal Dizer*, s.l., A.A.L.D.
- MACHADO, José Barbosa (2003), *Tratado de Confissom - Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático-Linguístico*, Braga, APPACDM.
- ____ (2004), *Tratado de Confissom - Edição Actualizada, Glossário e Listagem de Palavras*, Braga, APPACDM.
- Programa Pbrasis*, versão 1.5, Projecto Vercial, 2004.
- VILELA, Mário (1979), *Estruturas Lexicais do Português*, Coimbra, Livraria Almedina.
- ____ (1980), *O Léxico da Simpatia*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- ____ (1994), *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Vulgata* (2000), publicada por *The World from Online Bible*, versão 1.0, Ontario, Timnathserah Inc.

José Esteves Rei

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Universidade Fernando Pessoa
Portugal; jrei@utad.pt*

Habilidades e competências do jovem investigador em comunicação

1. “Habilidades” e “competências” – Os termos, as noções e a sua compreensão ou a *competência auto-reguladora*

Os dicionários de psicologia e os tratados de psicologia educacional por nós consultados raramente apresentam estas entradas. Quando o fazem, não só os tratam, de modo redutor, por os limitarem ao âmbito escolar, como pouco adiantam, por se ficarem por uma superficialidade nocional que em nada nos ajuda: é o que acontece com o termo **habilidade** no *Dicionário de Psicologia* de Mauro Laeng (Laeng, 1978).

Creemos mesmo que, se tivermos em conta os investigadores actuais, como Philippe Perrenoud¹, e os documentos mais recentes, como as competências mínimas dos alunos, no ensino básico², haveria que rever o território conceptual atribuído a cada um dos termos, *aptidão* e *habilidade* – caso a sua fronteira seja de facto clara e consistente – para o mesmo ser redistribuído entre eles e o novo termo de *competência*.

Com efeito, 1) Laeng distingue esses termos de aptidão e habilidade quando define a **habilidade** como *a capacidade adquirida (no que se distingue [s.n.] da aptidão, que se considera inata ou congénita) de agir e fazer, com o máximo de resultado e o mínimo de esforço*. Todavia, 2) afirma na linha seguinte que a *habilidade exige* (o termo é seu) a *aptidão*: (Citamos) *A habilidade pressupõe um elevado grau de adaptação entre meios e fins: o que exige [s.n.], além da aptidão, o exercício [...] (fim de citação)*. O autor refere esta exigência sob a relação de *pressuposição* ao definir a aptidão, na respectiva entrada: *Indica [a aptidão] uma característica individual considerada do ponto de vista do rendimento, ou seja, uma disposição natural para ser bem sucedido em determinada actividade*. E ainda, *as aptidões são o pressuposto fundamental [s.n.] da habilidade a adquirir*.

¹ Philippe Perrenoud, “Savoirs et compétences” in *Résonances. Mensuel de l’école valaisanne*, n° 3, novembre 1998, pp. 3-7.

² *Português. Competências Essenciais*, in <http://www.deb.min-edu.pt/NewForum/brochuraPortugues.htm>.

Concluimos, assim, que o termo **competência**, hoje tão em voga, não é aí considerado provavelmente devido a) ao seu *carácter recente*, em termos de emprego; b) ao *tratamento* meramente *escolar* ou de *orientação vocacional* em que o autor se situa, visto tratar-se de um dicionário pedagógico. Estamos, deste modo, em condições de avançarmos para uma abordagem, porventura, mais académica ou até profissional, cujas categorias e confronto dos termos com elas, sintetizamos deste modo.

Habilidades	Categorias Tendencialmente	Competências
X	Inatas Adquiridas	X
X	Instrução Aprendizagem Prática até Manual	X
X	Perfeição da Obra (realizada)	X
X	Aceitabilidade da Obra	X
X	Excelência da Obra	X
X	Bondade da Obra	X
X	Acento no Processo Acento no Produto	X
X	Equação do Problema Resolução do Problema	X
X	Satisfação do Público / Observador	X
X	Exigência do Público / Observador	X

2. O investigador e a investigação ou a competência heurística

Porque a investigação não surge de geração espontânea, investigar é um acto volitivo, de partida sem regresso e com destino incerto. Investigar é, nas palavras do Professor Vitorino Magalhães Godinho (Godinho, 1981: 18, 22, 67), *problematizar a realidade nossa [...] é lançar hipóteses [...] concebidas e enunciadas com coerência [...] é tudo passar ao crivo da crítica, é desfazer evidências*. Por isso, investigação é, ainda segundo o mesmo autor – que foi Professor na Universidade de Clermont Ferrand, antes do 25 de Abril de 1974 e, de regresso a Portugal, Professor catedrático, da Universidade Nova de Lisboa –, *a investigação é essencialmente uma atitude, um conjunto de valores [...] um esforço de compreensão* (Godinho, 1984: 249).

A investigação, se não trata da *construção do real*, *corresponde sempre a um esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade*. Como se chega a esse conhecimento? *Pelo confronto entre os dados, as evidências, as informações colectadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado sobre ele* (Ludke & André, 1998).

Na origem da investigação encontra-se sempre *um desejo real, forte e de longa data, em explorar um objecto X*; o importante é *que o tema nos interesse [...], a partir daí ser-se simples e começar* (Metz, 1977: 179, 199). O ponto de partida é *o gosto em sondar, em fazer perguntas de uma maneira que não é normal as pessoas fazerem* (Rodrigues, 1986).

As dificuldades, os obstáculos, levantados ao investigador são muitos e de vária ordem. Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1980: 8) alerta-nos em concreto para *a sua lentidão e a complexidade, próprias a desencorajar; a sua impessoalidade abstracta e o afastamento de projecções gratificantes próprias do discurso de outros actores sociais: políticos, gente do desporto, jornalistas...* Ao mesmo tempo, lembra as qualidades pessoais – nas quais poderíamos ver outras tantas competências – a desenvolver na investigação: *maturidade intelectual, imaginação controlável, resistência ao cansaço, espírito crítico.*

Consideremos, ainda – como lembra a UNESCO (1980) e o que nem sempre é fácil de admitir pelo investigador – que *a investigação deve permitir a aquisição de uma mentalidade onde o conhecimento não é considerado como um produto acabado mas antes em evolução e em elaboração contínua.*

3. Competências e saberes ou a competência pragmático-nocional ou prático-intelectual

A noção de competência produziu, ultimamente, um forte impacto nos programas escolares, em especial, pelo facto de os objectivos a alcançar pelas diversas aprendizagens passarem a ser expressos em *competências*. Talvez o próprio título desta comunicação não seja alheio a esta mudança expressiva. A primeira reserva com que tal opção se confrontou foi com o papel da escola perante a oposição entre saberes e competências: deve a escola proporcionar aqueles ou estas?

Subjacente estaria a ligação de competência às práticas do quotidiano, recorrendo a saberes da experiência e do senso comum. Em oposição, estaria o papel da escola como transmissora de saberes disciplinares. Ora não é esta a compreensão correcta do conceito de competência, na perspectiva de Philippe Perrenoud, para quem, *uma competência mobiliza sempre saberes vários*. Que permite fazer uma competência? “Uma competência permite fazer face regular e adequadamente a um conjunto de tarefas e de situações, apelando a noções, conhecimentos, informações, processos, métodos e técnicas diversas” (Perrenoud, 1998).

Por outro lado, uma competência realiza-se sempre na acção. É que, não basta possuir conhecimentos ou capacidades, conhecer técnicas ou regras para se ser competente: basta que se não consiga mobilizá-las de modo pertinente, basta que os recursos a mobilizar não existam; basta que tais recursos, embora existentes, não sejam mobilizados em tempo útil – e tudo se passa como se tais elementos não existissem.

Deste modo, conviria lembrar que a escola – desde a trilogia do ler escrever e contar – sempre se preocupou com as competências compreendidas como um misto de saberes e de práticas, o que nos leva a vermos como um regresso ao passado esta aparente novidade colocada sobre este termo competência e a sua vaga definição.

4. O cientista, o poeta e a natureza ou a competência introspectiva

Freud, o pai da psicanálise científica, acha que o cientista e o poeta têm idêntico conhecimento da natureza e, em particular, da alma humana. É a tese que desenvolve em breves páginas na análise que faz da obra *Gradiva* de Jensen³, bebendo, segundo ele, ambos da mesma fonte, ou seja, ambos trabalham a mesma matéria prima.

³ Sigmund Freud, *Délire et rêves dans la “gradiva” de Jensen*, Paris, Idées / Gallimard, 1949, pp. 241-244.

Com efeito

- 1) O primeiro segue uma “*observação consciente [...] nos outros, a fim de descobrir e enunciar as leis*” (Freud, 1949: 242); o segundo “*concentra a sua atenção no inconsciente de si próprio, ouve todas as suas virtualidades e atribui-lhe uma expressão artística*” (ibid.)
- 2) O primeiro “*aprende as leis [...] nos outros*, e procura “*exprimi-las e percebê-las*”; o segundo, em si próprio e procura “*dar-lhes corpo [visibilidade] nas suas criações*”
- 3) E conclui Freud: o cientista encontra nas obras do poeta “*essas leis do mesmo modo que as destrinça [ou descobre] nos casos reais*”.

Esta passagem de Freud é de fundamental importância para o investigador em Ciências Humanas e, em especial, em comunicação. É que ela *válida e legítima* aquela observação empírica, secularmente chamada *introspecção*. O investigador em comunicação deve olhar-se, deve ouvir-se, deve analisar-se constantemente para que se conheça cada vez mais profundamente. É que, como classicamente se afirma, quanto melhor te conheceres melhor conhecerás os outros.

Também Aristóteles, bem antes de Freud, e sem qualquer preocupação científica mas com máximas tão verdadeiras quanto as que brotam de elaborados percursos de investigação psicológica, nos dá um retrato da *natureza humana* que um investigador não pode desconhecer nem descurar. Na verdade, o estudo das paixões (Liv. II 1-11) e o estudo dos caracteres (Liv. II, 12-17, são indispensáveis, tanto ao orador como ao investigador em comunicação, ontem e hoje.

A proximidade da retórica clássica com o trabalho heurístico do investigador nasce da própria *função de retórica* dada pelo estagirita que a compara à da medicina: “*a função da retórica não é persuadir, mas, sim, buscar os meios de persuadir que cada assunto comporta*”, do mesmo modo que, como lembra Aristóteles, “*não é próprio da medicina dar a saúde ao doente, mas avançar o mais possível no caminho da cura*” (Aristóteles, *Retórica*, Liv I : 75).

A introspecção de que falámos e a máxima socrática “conhece-te a ti mesmo” estão bem no âmago do fazer científico como no centro do fazer poético, mas também no coração do fazer retórico e heurístico do investigador em comunicação, através dos dois instrumentos clássicos: o *entimema* e o *exemplo* – o primeiro porque próximo do silogismo e o segundo porque ligado à indução. Ambos são fundamentais no percurso do concreto para o abstracto e do singular para o geral – vias obrigatórias para a investigação.

5. O pensamento e a linguagem na investigação ou a competência linguística

Há verdades, a respeito da escrita, que urge lembrar. Destacamos as seguintes: **1)** “a invenção da escrita corresponde, nas sociedades humanas, a uma revolução cultural”; é que **2)** “a passagem a escrito permite: a entrada na memória de homens e acontecimentos e a constituição de arquivos, onde se conserva a inscrição do devir social”⁴.

⁴ Georges Gusdorf, *Les Écritures du moi*, Paris, Editions Odile Jacob, 1991, p. 129.

Outra dimensão da escrita – para nós aqui mais relevante – é a *dimensão heurística* ou *cognitiva*. Pode ser formulada deste modo: “a escrita também serve para tirar a limpo ou clarificar uma situação impossível de suportar por mais tempo de forma confusa”.⁵ A verdade desta afirmação é observável em tempos e locais vários, por reputadas individualidades que lhe proporcionam maior ressonância.

Registemos três casos.

1) Matias Aires, no “Prólogo ao Leitor” da sua obra *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* (1752), afirma:

*“Escrevi das vaidades, mais para instrução minba, do que para doutrina dos outros, mais para distinguir as minbas paixões, que para que os outros distingam as suas [...]”*⁶.

2) Henry Mintzberg, no prefácio da obra *Estrutura e Dinâmica das Organizações* (1979, ed. ingl., 1995, ed. port.) exemplifica a função cognitiva da escrita deste modo:

*“Escrevo antes de tudo para mim próprio. É assim que eu consigo aprender: Escrevi este livro porque estou profundamente interessado [em descobrir, compreender] no modo como as organizações formulam as suas estratégias e pensei que primeiro tinha que aprender [s.n.] como é que elas se estruturam.”*⁷

3) António Damásio, no seu best-seller, *O Erro de Descartes* (1995), atribui o mesmo objectivo à sua escrita:

*“Escrevi este livro como a minba versão de uma conversa com um amigo imaginário [...] Fizemos um acordo: a conversa tinha de ter benefícios mútuos. Para o meu amigo, esses benefícios consistiam em aprender coisas novas acerca do cérebro e daquelas misteriosas coisas mentais; para mim, consistia em esclarecer as minhas próprias ideias à medida que explicava o que são o corpo, o cérebro e a mente [s.n.]”*⁸

A relação entre o pensamento e a linguagem ou a expressão daquele por esta não são ainda muito claras para os psicolinguistas. Há, porém, realidades que se nos impõem, como os testemunhos destas figuras, insuspeitas para o nosso propósito: o conhecimento e o domínio da língua ou a competência linguística são adjuvantes preciosos para o investigador em comunicação.

6. O norte na investigação ou a competência criativa

Afirmava Jean Piaget⁹ que “a educação consiste em produzir criadores, mesmo que não sejam muitos, mesmo se as criações de um são limitadas em relação às criações de outro. Mas é preciso produzir inventores, inovadores [...] Há sempre um domínio no qual o sujeito pode ser criador.” Por seu lado, David Bohm e Davir Peat¹⁰ dizem que

⁵ *Ibid.*, p. 125.

⁶ Matias Aires, *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*, Lisboa, INCM, Biblioteca de Autores Portugueses, 1980.

⁷ Henry Mintzberg, *Estrutura e Dinâmica das Organizações*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.

⁸ António Damásio, *O Erro de Descartes*, Mem Martins, Europa-América, 1995, p. 19.

⁹ Jean Piaget, “A propósito de criatividade: os três métodos”, in *Análise Psicológica*, nº 1, Out, 1977, p. 69.

¹⁰ David Bohm e Davir Peat, *Ciência, Ordem e Criatividade*, Gradiva, Lisboa, 1989, p. 349.

“em todos os aspectos da vida deverá estar presente algo como uma criatividade penetrante e para isso é imperioso pôr em causa a assunção de que a criatividade só é necessária de tempos a tempos e apenas em áreas especiais, como a arte e a ciência”. Se a propósito de todos os educandos, se a propósito de todos os aspectos da vida é essencialmente e imperiosamente avançada a presença da criatividade, o que diremos do investigador? E, porque mais recente a sua chegada à cena, mais em concreto, do investigador em comunicação?

Resta-nos tentar *compreender o funcionamento da criatividade*. Ora a sua essência estriba-se na capacidade de ter novas percepções... e a criação nasce tanto do fluxo de ideias entre as pessoas como da compreensão, por parte do indivíduo isolado. O ponto de partida é sempre um problema, ou seja, toda a situação marcada por uma ausência, uma dificuldade ou insatisfação, perante o qual sentimos necessidade de reorganizar os nossos esquemas e modelos interiores para melhor podermos dar conta da realidade. Nesse momento, se nos envolver um ambiente favorável, recorreremos à criatividade.

O Professor A. Fernandes da Fonseca¹¹, ilustre docente desta Universidade e estudioso do tema, sintetiza assim o funcionamento da criatividade: “corresponde à capacidade de estabelecer relações até aí não conhecidas, ou seja, de inventar novas relações com o ‘sujeito’ ou com o ‘objecto’. Tais relações constituirão então o conteúdo de um novo conhecimento, elaborado, definido e apresentado pela erudição ou pela emoção poética, a partir de determinados conceitos e estruturas psicológicas, nomeadamente, da intuição, do pensamento e da imaginação”.

Como percurso para desenvolver a criatividade poderíamos recorrer ao desenvolvido por Pierre Bach¹² nos cinco pontos seguintes:

- a) *Tomar contacto* – trata-se de expor os seus desejos e as suas expectativas;
- b) *Libertar-se de condicionantes e bloqueios* – procura-se o “ilógico” e o “insólito”, quer dizer, uma certa espontaneidade que está para além dos condicionamentos afectivos, sociais e educativos;
- c) *Recorrer ao imaginário e percorrer o campo das possibilidades* – recorre-se à bagagem sócio-cultural e experiencial de cada indivíduo.
- d) *Realizar* – trata-se da invenção concreta, da descida do imaginário à obra que o exprime; da passagem da criatividade à criação;
- e) *Avaliar* – por ela justificam-se certas escolhas, exerce-se o espírito crítico e revê-se o percurso.

7. O percurso natural das práticas às teorias ou a competência analítico-objectal

O problema da teorização das práticas é uma questão sempre em aberto, desde Aristóteles com os seus tratados da *Poética* e da *Retórica* até Pierre Bourdieu com a sua obra *Tbéorie da la Pratique*. Vale a pena, porém, analisarmos o esforço de teorização feito por alguns investigadores no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, e o esforço teórico, metodológico que lhe corresponde sempre que um investigador toma uma temática como objecto de investigação.

¹¹ A. Fernandes da Fonseca, *A Psicologia da Criatividade*, Lisboa, Escher, 1990. p. 25.

¹² Pierre Bach, *Ecriture Buissonnière*, Neuchâtel / Paris, Delachaux et Niestlé, 1987, p. 45.

O exemplo que apresento intitula-se *A Crítica Literária como Ciência*, é datado do início do século XX, tendo surgido como ensaio em 1912, e o seu autor é Fidelino de Figueiredo. Tal ensaio reflecte a tentativa de em Portugal se sistematizar o esforço de rigor e saber no espaço dos estudos literários, chamando-lhe o seu autor a esse esforço *ciência*. A sua pertinência para aqui advém da vantagem em olharmos o que se passa nos campos vizinhos daquele em que trabalhamos. Sejam comuns ou sejam diferentes os problemas, a sua resolução proporciona sempre a observação de métodos e soluções que criativamente nos podem interessar.

Em *A Crítica Literária como Ciência*, apresenta o autor os problemas do modo seguinte: “[...] o fenómeno literário consiste na produção da **obra** [s.n.] pelo autor. *Deste fenómeno basilar é que partem [...] todos os problemas: constituição e orientação mental do artista, acção sobre o público, reacção sobre o autor; transformações do gosto, processos de satisfação dessas variantes, etc.* As obras são assim “o objecto próprio e directo”¹³ de estudo do crítico literário. Para aceder a elas, propõe Fidelino de Figueiredo um *método eclético*¹⁴, assente numa sequência de passos que o crítico não pode dispensar e que viriam a constituir-se em norma, pano de fundo ou referência de crítica literária.

1 – A primeira preocupação do crítico há-de ser a de inventariar, agrupar, sistematizar – para que as relações possam sobressair – os dados bibliográficos, biográficos, psicológicos ou críticos, relativos à obra ou ao autor.

O percurso, tratando-se de *um autor*, poderia ser:

- I – Biografia cronológica das obras;
- II – Estudos e referências críticas nacionais: dividindo-se em quatro Secções: a vida, o homem, a obra e a bibliografia;
- III – Traduções e referências críticas estrangeiras;
- IV – Apêndices: variedades.

Se se trata de *uma época*, o percurso pode tomar duas vias: i) ou se considera a época como uma justaposição de nomes, e então só há que juntar a biografia dos autores; ou ii) se toma a época como a época como uma *unidade típica* e, nesse caso, há que representá-la em *quadros cronológicos*, contemplando os *géneros* subdivididos em *espécies* e podendo constituir-se o *quadro do sincronismo* político, social, literário, nacional e estrangeiro.

2 – A construção de um quadro cronológico implica a adopção de uma *classificação de géneros*, que Fidelino de Figueiredo organiza de modo original *afastando-se* das três formas de literatura do século XVIII – lírica, épica ou narrativa e dramática.

3 – A divisão histórica é uma outra questão que o crítico deverá enfrentar e cuja resolução passará pela comparação das obras das várias épocas na busca do que é comum e do que é diferente, “escolhendo a generalidade das semelhanças para marcar a duração duma época, a generalidade das diferenças para fixar os seus limites e para opor umas às outras as diferentes épocas”¹⁵.

¹³ Fidelino de Figueiredo, in *A Crítica Literária como Ciência*, Porto, Empresa Literária e Tipográfica, s/d., p. 11.

¹⁴ *Ibid.*, pp. 23-35.

¹⁵ *Ibid.*, p. 26.

4 – Feito o exame intrínseco e extrínseco da obra, passará o crítico à sua *explicação*. Aqui o subjectivismo não só não é rejeitado como é indispensável para a análise, consistindo o grande problema do crítico em saber até onde o deve aceitar e quando o deve colocar de lado, depois de ter encontrado a justa medida.

Refere o autor que foi G. Lanson quem consagrou a *impressão pessoal no método crítico da obra literária*¹⁶, “como elemento de valor, na crítica objectiva”¹⁷. A respeito da busca do equilíbrio entre o subjectivo e o objectivo, Lanson escreve: “Todo o nosso método, já o disse, é constituído para separar a impressão subjectiva do conhecimento objectivo, para a limitar, a controlar e a interpretar em favor do conhecimento objectivo.”¹⁸

A respeito da *cientificidade* procurada pelo crítico, há que distingui-la da das ciências exactas, onde ela consiste na determinação das leis ou regularidades de um fenómeno. Aqui, essas leis não existem. “O crítico verifica, explica, procura a variação, classifica sucessões, mas não exprime repetições [...]. Procura então as variações típicas, o estádio da evolução, e *faz ciência, mas ciência de sucessão, de desenvolvimento. A feição mais característica destas ciências é não comportarem leis* [s.n.]”¹⁹

O autor conclui, afirmando que a própria natureza da crítica se opõe à constituição de leis, permanecendo a história literária como ciência quanto ao método e quanto a algumas conclusões, não as podendo fazer convergir em leis. Como síntese, apresenta os estádios da acção crítica: *catalogar, inventariar, classificar, indagar semelhanças e diferenças, procurar suas causas, avaliar e formular o juízo*. Os apoios vêm da bibliografia, da análise literária para a classificação, da mesma análise literária para a destrição dos caracteres, da história, da psicologia e da filosofia para construir juízos de valor.

8. A narração do curso heurístico ou a competência retórico-intencional

Entendamo-nos quanto ao termo *retórica*. Com Yvon Belaval, relevo a noção seguinte: “*uma busca ponderada e [...] experimental sobre os meios de expressão, com vista a um fim prático*” [s.n.]. Ao contrário da ideia de discurso palavroso, ela está sim no centro do discurso mais comprometido da *polis* grega ao *forum* romano, da patrística eclesial às cortes medievais e renascentistas, do funcionário, régio ou estatal, ao militar superior, mas também, na contemporaneidade, da direcção executiva ao atendimento do balcão, do negociador ao dirigente sindical ou desportivo, do jornalista entrevistador ao seu colega repórter, e ainda, do estudante universitário ao posterior investigador – em comunicação ou em qualquer outro campo.

Se a retórica é assim essa *téchnê* / técnica comunicativa desde Atenas, ela é também, desde esse espaço cultural, um comércio ou um negócio de intenções. A *intenção* é provavelmente a palavra-chave da retórica e, como tal, da comunicação. E a intenção retórica ou comunicativa, essencialmente, *é aquilo que quero fazer surgir na mente do*

¹⁶ Fidelino de Figueiredo cita o ensaio de Lanson *La Méthode de l'Histoire Littéraire*, (Revue du Mois, Outubro de 1910), e mais tarde traduzido em português, *O Método nas Ciências Literárias*. Por G. Lanson, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, s/d..

¹⁷ Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, p. 31.

¹⁸ G. Lanson, *op. cit.*, p. 33.

¹⁹ Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, p. 32.

meu interlocutor, seja ao nível da informação e do conteúdo, seja ao nível do sentimento e do afecto ou, ainda, da acção, do consenso, da gestão das opiniões, dos bens, serviços, produtos...

O exemplo por excelência da gestão da intenção retórica ou comunicativa talvez seja o *contador de histórias* tradicional. De tal modo que, ontem como hoje, cientistas há que a esse modelo recorrem para transmitirem o percurso e os resultados das suas investigações, de modo a tornarem a leitura da sua escrita mais cativante, como se tivessem presentes os três níveis de eloquência de Pascal: a compreensão, facilitando a vida ao ouvinte/leitor; o prazer comunicativo, ao ouvir ou ler o discurso; e a pena, por não poder repetir esse prazer, relendo ou ouvindo, outras vezes.

É o que acontece, como sabem, em *O Erro de Descartes* de António Damásio²⁰, radicado nos Estados Unidos da América e pai da inteligência emocional. Aí podemos ler o passo já referido (em 5.):

“Escrevi este livro como a minha versão de uma conversa com um amigo imaginário, curioso, inteligente e sensato, que sabia pouco acerca de neurociência mas muito acerca da vida. Fizemos um acordo: a conversa teria de ter benefícios mútuos. Para o meu amigo, esses benefícios consistiam em aprender coisas novas acerca do cérebro e daquelas misteriosas coisas mentais; para mim, consistia em esclarecer as minhas próprias ideias à medida que explicava o que são o corpo, o cérebro e a mente.”

Deste modo, acrescentaríamos a investigação em comunicação às instituições, as quais necessitam de bons contadores de histórias, na expressão feliz de Max de Free²¹, ao afirmar: *“Todas as famílias, colégios, empresas e instituições necessitam de contadores de histórias tribais. A pena por não os escutar consiste em perderem a sua história, o contexto da sua história, os seus valores vinculativos.”* É a *história da investigação* feita e da conclusão a que chegámos que veiculamos na comunicação científica, mesmo quando se investiga em comunicação.

Edgar Poe afirma, a dado passo de *Filosofia da Composição*, não entender a dificuldade dos escritores em narrarem o percurso de produção de uma composição literária e nunca nenhum o ter feito até hoje. E continua: “ Quanto a mim, não partilho a repugnância de que falava há pouco, e não encontro a menor dificuldade para recordar-me da marcha progressiva de todas as minhas composições; e [...] para desvendar o *modus operandi* graças ao qual pude construir uma das minhas próprias obras [...] escolhi o “Corvo” por ser [um poema] geralmente muito conhecido. A minha intenção é demonstrar que nenhum ponto da composição pode ser atribuído ao acaso ou à intuição, e que a obra avançou, passo a passo, para a solução, com a precisão e a lógica rigorosa dum problema matemático.”²²

Ora tentarei também eu fazer o mesmo, relativamente a um caso já referido no resumo desta comunicação, ou seja, apresentar *breve relatório de uma investigação feita*:

- a) Delimitação de um campo de investigação,
- b) Constituição do objecto,

²⁰ António Damásio, *O Erro de Descartes*, Mem Martins, Europa-América, 1995, p. 19

²¹ Max de Pree, *Liderar é uma Arte*, Lisboa, Difusão Cultural, 1990, pp. 79-80.

²² Edgar Poe, “Filosofia da composição”, in *O Corvo e outros poemas*, Lisboa, Ulmeiro, 1992, p. 36.

- c) Escolha de um método,
- d) Aplicação deste
- e) Etapas
- f) Resultados
- g) Forma de apresentar a sua comunicação
- h) Estrutura e partes do livro / comunicação

Refiro-me a José Esteves Rei, *Uma tradição Cultural do Porto Capital Europeia da Cultura 2001. As Quadras de S. João - Jornal de Notícias. Antologia e estudo linguístico, retórico e didáctico*, Porto, Edições UFP, 2000.

Ponto de partida:

A relação **Comunicação Social / Cultura** – tema de Congresso em Allariz – Galiza

Tema / Objecto: **Concurso das Quadras de S. João**, do Jornal de Notícias, Porto, desde 1929

Perspectivas do estudo:

cultural, linguística, retórica e didáctica

Questão preambular: *Noção de cultura – autenticidade, dinamismo e actividade de todo o cidadão enquanto sujeito/agente cultural*

Constituição do corpus: recolha e junção de **150 quadras** dispersas por várias décadas – as três vencedoras de **1929 a 1997**, em exemplares do jornal disponíveis na Biblioteca Pública do Porto.

Dimensões tomadas pelo estudo:

1ª a linguística ou dos campos semânticos – vocabulário mais frequente e ligado às Festas do S. João;

2ª a retórica ou da tipologia discursivo-textual pela qual se estendem as quadras em estudo

3ª a didáctica ou das figuras de estilo mais frequentes.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

Estudo dos campos semânticos mais representativos.

Lexemas mais frequentes, indicadores de *campos semânticos*, e sua exemplificação:

(S.) João – 34	sorte – 16	peito – 12
fogueira – 24	trevo – 15	cravo – 12
noite – 23	olhos – 15	balão – 11
fonte – 19	rusga – 14	festa – 10
vida – 18	gente – 13	

Não se toma em consideração o primeiro pelo seu carácter temático abrangente. O lexema *Fogueira* será estudado a seguir de modo desenvolvido.

0. *Fogueira*

1989

Mesmo velhos, companheira,
Também nós vamos à festa,
Acender uma fogueira
com a lenha que nos resta²³.

2. *Fonte*

1935

Junto à fonte me sentei
Para lhe ouvir o cantar:
Tantas mágoas lhe contei
Que ela acabou por chorar.

4. *Sorte e trevo*

1941

O trevo de quatro folhas,
De quatro folhas iguais...
Alguém mo deu: – que esperasse,
Esperei! – não voltou mais!...

6. *Rusga*

1953

Lá vai na rusga que passa...
Chama-lhe o mundo perdida!
Quem canta e ri na desgraça
não perdeu tudo na vida.

8. *Amor*

1929

Quem me dera, meu amor,
Ser a erva dos caminhos

1. *Noite*

1929

Ao saltar de uma fogueira,
Na noite de São João,
Não sei bem de que maneira,
Chamusquei o coração.

3. *Vida*

1948

Eu não sei ver de olhos secos
Eu não sei ver de olhos secos
O “fogo-presos”, querida.
– Nós também somos bonecos
No “fogo preso” da vida!...

5. *Olhos*

1929

Os teus olhos são fogueiras
Onde os meus querem bailar.
Hei-de cansar os meus olhos
À volta do teu olhar.

7. *Gente*

1931

Quando as saias arregaça,
Para bailar livremente,
Maria, cheia de graça,
Faz a desgraça da gente...

9. *Peito*

1946

Sempre que danças comigo
Não atino por que jeito

²³ Mantivemos a grafia da época na transcrição das quadras..

P'ra sentir no S. João
O saltar dos teus pesinhos.

10. Cravo

1951

O cravo que me roubaste
Teve mais sorte do que eu:
– Com tanto jeito o embalaste
Que ao teu peito adormeceu!

1982

Eu sou como o **tojo** bravo,
Que a própria sede enrijece
Viva de mimos o **cravo**,
Que à falta deles fenece.

13. Festa

1988

É noite de São João!
E, em cada rua modesta,
Cada pedaço de chão
É um pedaço de festa.

E's [sic] tão leve nos meus braços
E pesas tanto em meu peito...

11. Outras ervas e arbustos

1974

Raro apareces e eu fico
Mais sedento cada vez;
Ninguém vinga um **manjerico**
Regado de mês a mês.

12. Balão

1970

Sou velhinha, S. João,
Mas não nego que me afoite
A ir de ramo e balão
Nos braços da tua noite.

ANÁLISE DE UM CAMPO SEMÂNTICO – O DE FOGUEIRA:

O do lexema **Fogueira**

Noção de campo lexical:

"uma área de significação coberta por uma palavra ou grupo de palavras"²⁴.

1) Presença: 29 vezes, **distribuídas pelos termos:**

acender – 4

cinza(s) – 5

queimar – 8

apagar – 5

fogo – 2

roda – 9

brasa(s) – 5

lenha – 5

saltar –

chama – 2

lume – 5

2) Contextos – *Um exemplo para cada*

2.1. Acender

1989

Mesmo velhos, companheira,
Também nós vamos à festa,
Acender uma fogueira
com a lenha que nos resta.

2.2. Apagar

1949

Não sejas tão presumida,
Oh [sic] fonte do meu lugar!
– Olha que há sêdes no lugar!
Que não podes apagar!...

²⁴ Jean Dubois et alii, *Dicionário de Língua Portuguesa*, S. Paulo, Cultrix s/d. (ed. fr. 1973).

2.3. brasas

1970

Meu S. João, bem podias
Dar-me brasas que já tive
Porque a roda dos meus dias
É só de cinzas que vive!

2.5. Cinza

1975

Ó S. João, quem me dera
Ter o que não mais voltou!
Ser a fogueira que era
E não a cinza que sou!

2.7. Lenha

1966

S. João, vê como é triste
Depois da lenha queimada,
Sentir que a vida 'inda existe
E ser fogueira apagada.

2. 9. Queimar

1937

Neguei-lhe um beijo. Fugi...
E as cartas dele queimei!
Finda a fogueira, tremi...
Depois as cinzas beije!...

2.11 saltar

1929

Ao saltar de uma fogueira,
Na noite de São João,
Não sei bem de que maneira,
Chamusquei o coração.

2.4. Chama

1939

Fogueiras – Deus vos mantenha! –
Vida e chama ardei assim...
Nós somos a pobre lenha
Desta fogueira sem fim.

2. 6. Fogo

1948

Eu não sei ver de olhos secos
O "fogo-presos", querida.
– Nós também somos bonecos
No "fogo-presos" da vida!...

2.8. Lume

1954

Quis ser lume de fogueira
P'ra queimar o meu ciúme
E passei a vida inteira
A deitar água no lume.

2.10. Roda

1941

Andas na roda da vida
Passando de mão em mão
– Mesmo a semente perdida
Também às vezes dá pão!

ANÁLISE RETÓRICO-DIDÁTICA

Vestígios de uma **tipologia discursivo-textual**, subjacente às quadras de S. João

1. Avisos e ordens de amor

1930

Não cobices o craveiro
Que tenho no meu jardim.
Só se quer's ser jardineiro:
Olhas por ele e por mim...

2. Crónicas

2.1. Crónica Amorosa

1953

Não peças que eu te conte
A causa da minha mágoa.
Quem passa bebe da fonte
E deixa correr a água...

2.2. Crónica familiar

1933

Recordaste outras noitadas,
Chorando, junto ao bercinho,
E a pensar nas orvalhadas,
Orvalhaste o teu filhinho!...

2.4. Crónica Militante

1959

O que é triste é ser mulher!
Se não, reparai e vede:
– Nasce uma fonte onde quer,
Onde quer se mata a sede.

2.6. Crónica Sanjoanina

1954

De saudades ficou cheia
A terra que tu pisaste
Do teu pezinho sem meia,
da forma como bailaste!

3. Declaração amorosa

1937

Eu amo duas meninas
De grandes saias de folhos:
– Essas doiradas traquinas
que bailam nesses teus olhos!...

5. Diálogo animista

1933

Guitarra cheia de laços
Anda pr'á rusga mais eu ...
Que eu quero dormir nos braços
De quem os laços te deu.

7. História de vida

1950

De nós dois fez quatro a Vida;
Dos quatro fez três a Morte:
– Por uma folha perdida,
Perdido o trevo da sorte!

9. Máxima / sentença de vida

1944

Da imensa cascata erguida
Sobre este mundo bizarro
Apenas somos, na vida,
Pobres bonecos de barro...

2.3. Crónica intimista

1949

Coração, bate com jeito,
Que a fogueira da saudade
Arde mansinho no peito
E dura uma eternidade...

2.5. Crónica /teoria Po(i)ética

1994

Ah, Poeta! Tu desfolhas
Tua sorte em tons diversos
No trevo de quatro folhas
Na trova de quatro versos...

2.7. Crónica Social

1931

Orvalhadas são as rendas
Do bragal dos pobrezinhos...
O Senhor também dá prendas
A quem dorme nos caminhos...

4. Diálogo Amoroso

1933

Porque esta mágoa sentida,
Que me adivinhas na voz?
– Há tanta dôr escondida
Que canta dentro de nós!...

6. Dissertação filosófica

1950

Contradição desmedida
É ver, meu filho, o balão
Que deva subir, na vida,
Sem que nos saia da mão!...

8. Instruções culturais sanjoaninas

1980

Com certas moças não brinco
Em noite de S. João.
São como porta sem trinco
Que faz um homem ladrão.

10. Oração

1945

S. João, se puder ser,
Deixa-me casar mais cedo
'Stou mortinha por trazer
Uma aliança no dedo...

11. Quadra devota

1930

Deste hoje ao noivo adorado
Trêz cravos ... (Também Jesus
Com trêz cravos foi pregado
Por muito amor, numa cruz).

12. Retrato / Cena

1930

Passa o rancho – e uma velhinha
Que já foi linda e que amou
Fica na sombra, sozinha,
A chorar quem Deus levou

ANÁLISE ESTILÍSTICA

Figuras de estilo mais frequentes e exemplos

1. Comparação:

1938

Parece véu de rainhas
A tua saia de folhos.
Quem lhe orvalhou camarinhas?
Foi a noite ou os meus olhos?

2. Metáfora:

1981

O eco de uma cantiga
Na noite de S. João
Pode ser aquela espiga
Que dá flor, farinha e pão.

3. Personificação ou prosopopeia:

1939

Desde que à fonte sorriste,
Inda ninguém descobriu
Se chora porque fugiste,
Se canta porque te viu.

4. Hipérbole:

1969

Sempre que bailo contigo,
Sinto a alma em dois pedaços:
– Em penitência a teus pés,
Em pecado nos teus braços!

5. Metonímia

1983

Na rusga, vão, lado a lado,
Neto verde e avô maduro
– O lindo é ver o passado
Encorajando o futuro!

6. Antítese:

1935

Noitada de S. João
Velha a corar, moça a rir:
Uma chora os que lá vão
Outra espera os que hão-de vir.

7. Oxímoro

1988

Em namoro ia atrás dela,
A rusga de amor é assim.
Casámos, agora é ela,
Sempre em rusga atrás de mim.

8. Quiasmo

1945

Nunca o mundo está contente
Até quando canta e dança.
Se é criança, quer ser gente.
Se é gente, quer ser criança.

Em Síntese

Que competências são hoje requeridas na investigação comunicacional? De entre tais competências destacámos: a competência *auto-reguladora*, relativa a termos e sua compreensão; a competência *heurística*, reportando-se ao investigador e à investigação; a *pragmático-nocional* ou prático-intelectual, tendo a ver com a relação entre os saberes e as competências; a *introspectiva* o confronto entre mundo observado ou referencial e o mundo interior do indivíduo; a *linguística*, ou seja, a linguagem oferecida como lastro ou campo do próprio pensamento; a *criativa* enquanto bússola do próprio investigador; a *analítico-objectal* ou o distanciamento do investigador em relação às suas práticas, fazendo desta objecto de estudo e a *retórico-intencional*, quer dizer, a capacidade de o investigador narrar interessadamente o curso e a chegada da sua investigação.

Na parte final da nossa exposição, apresentámos um caso de investigação em comunicação, conducente à nossa obra *Uma Tradição Cultural do Porto Capital Europeia da Cultura 2001. As Quadras de S. João - Jornal de Notícias*. Antologia e estudo linguístico, retórico e didáctico (Porto, Edições UFP, 2000). Com ele pretendemos ilustrar algumas opções concretas num percurso de investigação concreto. Tais passos foram da delimitação de um campo de investigação e da constituição do objecto de estudo à escolha de um método e à aplicação deste, das etapas a percorrer aos resultados alcançados e à forma de os apresentar em comunicação a congresso ou em livro.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV (2001), *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto, Porto Editora.
- AIRES, Matias (1980), *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*, Lisboa, INCM.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit.
- CORMARY, Henri (dir.) (1984), *Dicionário de Psicologia*, Lisboa, Verbo.
- DAMÁSIO, António (1995), *O Erro de Descartes*, Mem Martins, Europa-América.
- FREUD, Sigmund (1949), *Délire et rêves dans la "gradiva" de Jensen*, Paris, Idées / Gallimard.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (s/d.), *A Crítica Literária como Ciência*, Porto, Empresa Literária e Tipográfica.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1981), *As Ciências Humanas, o Ensino Superior e a Investigação em Portugal. Algumas Achegas Preliminares*, Lisboa, SPCH.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1984), "O papel da Biblioteca Nacional na investigação científica", in *X Encontro de Professores Universitários Brasileiros da Literatura Portuguesa e I Colóquio Luso-Brasileiro de Literatura de Expressão Portuguesa*, Lisboa e outras, ICB-UL.
- LAENG, Mauro (1978), *Dicionário de Psicologia*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- LUDKE, M. e ANDRÉ, Meda (1986), *Pesquisa em Educação. Abordagem Qualitativa*, S. Paulo, EPU.
- METZ (1977), *Le Signifiant Imaginaire*, Paris, Union Générale d'Éditions.
- PERRENOUD, Philippe, "Construire les competences est-ce tourner le dos au savoir?", in *Résonances. Mensuel de l'école valaisanne*, n° 3, Dossier " Savoirs et compétences ", novembre 1998, pp. 3-7.
- POE, Edgar (1992), "Filosofia da composição", in *O Corvo e outros poemas*, Lisboa, Ulmeiro.
- PREE, Max de (1990), *Liderar é uma Arte*, Lisboa, Difusão Cultural, 1990.
- REI, J. Esteves (1991), "Criatividade e Métodos Pedagógicos: o caso da composição na aula de línguas", in *Actas do 2º Encontro Nacional de Didáticas e Metodologias de Ensino*, Aveiro, UA.
- REI, J. Esteves (2000), *Uma tradição Cultural do Porto Capital Europeia da Cultura 2001. As Quadras de S. João - Jornal de Notícias. Antologia e estudo linguístico, retórico e didáctico*, Porto, Edições UFP.
- REI, J. Esteves (2001), *Estudos de Comunicação: O Texto*, Edições da Universidade Fernando Pessoa.
- UNESCO (1980), *3ª Conferência dos Ministros Da educação da Região Europeia*, Sofia, ED80, MIN EDEUROPE/3.

José M. García-Miguel
Universidade de Vigo; gallego@uvigo.es

Verbos aspectuales en español. La interacción de significado verbal y significado construccional

1. Introducción¹

Es un hecho bastante evidente que las unidades léxicas suelen presentar variaciones de significado y que pueden entrar en diferentes esquemas construccionales, los cuales se asocian en mayor o menor medida con las diferencias de significado. El problema para la teoría lingüística es determinar hasta qué punto podemos derivar la estructura sintáctica del significado léxico o deben mantenerse aparte estas dos dimensiones. En distintos modelos teóricos más o menos formalizados se ha recurrido a una enumeración de entradas verbales –parcialmente– diferentes para cada construcción admitida por un mismo verbo (por ejemplo, Dik 1989, Rappaport-Levin 1998). Así, la estructura sintáctica viene estando determinada por el léxico, pero surge el inconveniente de que se oscurece o se pierde la unidad que muestran por un lado los diferentes sentidos de un verbo y por otro las diferentes realizaciones de un esquema.

Como alternativa, entiendo que los significados se construyen dinámicamente en contexto integrando significado verbal y significado construccional. El análisis desarrolla y corrige parcialmente ideas presentes en García-Miguel (1995), contemporáneas de propuestas similares de Goldberg (1995). Más específicamente, entiendo que en una cláusula el verbo proporciona un marco conceptual modulado por el esquema construccional y los elementos léxicos combinados con el verbo. Por su parte, el esquema sintáctico proporciona una conceptualización de la escena basada en el contraste semántico entre elementos sintácticos. El significado resultante de una expresión compleja está, pues, motivado por el del esquema y el de los elementos combinados; pero no es enteramente predecible, pues el uso puede fijar convencionalmente unas interpretaciones sobre otras igualmente plausibles con los mismos elementos.

¹ Este trabajo forma parte del proyecto ADESSE, financiado por el Ministerio español de Ciencia y Tecnología, utilizando en parte fondos FEDER, (BFF2002-01197) y por la Xunta de Galicia (PGI-DIT03PXIX30201PN).

2. Construcciones de infinitivo

Como acabamos de ver, se construyen con infinitivo los verbos aspectuales que perfilan la fase de transición (inicial o final) que delimita un evento. Sea el proceso durativo consistente en leer un libro, representado en las figuras siguientes mediante un segmento delimitado, en (1) se perfila –se designa– la fase inicial de ese evento, su inicio, y en (2) la fase final, su culminación y terminación.

- (1) Empezó/comenzó a leer el libro



- (2) Acabó/terminó de leer el libro



La combinación verbo aspectual + preposición + infinitivo ha sido sistemáticamente tratada en los estudios gramaticales del español como perífrasis verbal (por ejemplo, Gómez Torrego, 1988, y Fernández de Castro, 1999, entre otros). A veces se explica la formación de las perífrasis, en general, como pérdida de significado por parte del auxiliar (por ejemplo, Gili Gaya, 1961: §89). Sin embargo, en el caso de los verbos aspectuales, ni carecen de significado ni tienen como básicos usos no perífrásticos con un significado más específico que el que encontramos en las perífrasis aspectuales. Los verbos aspectuales que estamos considerando significan cierta fase de un evento, pero es cierto que no toman como base ningún dominio cognitivo específico (como pudieran ser el movimiento en el espacio, la comunicación, la percepción, la posesión, etc) y que esta base conceptual la proporciona por entero el verbo auxiliado o principal (en los ejemplos de [1] y [2], el verbo *leer*). Esta propiedad es correlativa de una propiedad aparentemente más sintáctica: no es el verbo auxiliar sino el auxiliado el que selecciona sujeto y complementos. Es decir, los verbos auxiliares como los aspectuales no implican actantes propios sino que, si acaso, toman los implicados en la escena descrita por el verbo principal

Escena:	<Lector	LEER	Texto>
Fase:	acabar de		
Esquema sintáctico:	SUJETO Aux	V	OBJ DIR
	<i>Él</i>	<i>acabó de</i>	<i>leer el libro</i>

Es más, el hecho de no seleccionar argumentos propios es utilizado, por ejemplo por Gómez Torrego (1988), para sugerir como test para identificar verbos auxiliares de perífrasis la posibilidad de combinación con verbos unipersonales, que no seleccionan sujeto³:

³ No obstante, los verbos aspectuales no cumplen en ciertos casos el test de omisibilidad propuesto por Olbertz (1998) para identificar perífrasis. Compárese **Son cosas que tienen que pasar y un día empiezan* [<a pasar>] con *Sigues leyendo, cuando acabes* [<de leer>], *apaga la luz*. Olbertz (1998: 96 y ss) considera que el verbo principal en infinitivo puede omitirse si el sujeto es agente y que en tales

(3) Recuerdo con seguridad que eran casi las cinco y empezaba a llover (CRO:60)

Así pues, en las perífrasis aspectuales el verbo principal aporta la base conceptual y los participantes en la situación, mientras que el verbo auxiliar dirige la atención a la iniciación o culminación del evento que sirve de base. Sin embargo, no suele abordarse en los estudios gramaticales cuál es la motivación de la preposición *a/de* que une verbo auxiliar y verbo principal. ¿Está motivada semánticamente la presencia de esa preposición? Mi respuesta es que sí lo está. Para comprobarlo no tenemos más que observar qué otros verbos encontramos en las construcciones <V *a* Infinitivo> y <V *de* Infinitivo>.

Construidos con *a* más infinitivo, pero sin llegar a constituir perífrasis, encontramos verbos dispositivos, como *atreverse, disponerse o negarse* (a hacer algo).

(4) La gente sabía que Santiago Nasar iba a morir, y no se atrevían a tocarlo. (CRO:102)

Pero sobre todo encontramos verbos de movimiento y similares, dada la contigüidad entre el destino de un desplazamiento y las acciones que se pueden realizar en tal lugar. Tanto la localización final como la acción que se pretende realizar puede expresarse conjuntamente; o bien sólo alguna de estas indicaciones

(5) Ella va al lavabo a lavarse la cara. (MORO:91)

(6) Ya se siente bien como para ir a ver al enfermo (BAIRES:486)

De esta última estructura surgen las perífrasis de verbos de movimiento gramaticalizados como prospectivos. Es decir, el desplazamiento literal en el espacio se sustituye metafóricamente por la indicación de futuro inmediato (*ir*), fase inicial de un proceso (*poner[se]*, *echar[se]*), secuencialidad (*pasar*), reiteración (*volver*), etc... En ninguno de los ejemplos siguientes hay desplazamiento literal en el espacio, pero sí un recorrido mental de unas situaciones a otras

(7) a. Escucharme con atención, que **voy** a proponeros un plan. (IINF:18)

b. Después me **puse** a pintar paisajes urbanos y sin más **pasé** a hacer cabezas y caritas de niños (DIE:43)

Lo interesante es que la construcción perifrástica con *a* más infinitivo presenta un significado similar con verbos que no son de movimiento, pero que se gramaticalizan también en significados aspectuales initivos, como es el caso de *romper*; lo cual muestra que el significado termina asociándose con la construcción más que con los verbos particulares

(8) Al oír aquello, sin poderse contener, Juan rompe a reír (PAS:29)

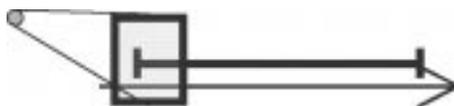
Por su parte la construcción perifrástica <V + *de* + Inf> la encontramos con verbos que pueden gramaticalizarse como terminativos: *Parar, cesar, dejar*

(9) Jano **dejó** de escribir. Le dolía mucho la cabeza (CAR: 118)

casos tenemos una semiperífrasis. Más adelante, utilizaré una perspectiva alternativa que considera en sí mismas las construcciones transitiva e intransitiva con los verbos aspectuales.

En todos los casos, incluyendo por supuesto los verbos aspectuales, la preposición usada con el infinitivo codifica el punto de vista desde el que el hablante observa la fase del proceso perfilada. Ese punto de vista sirve de referencia en un recorrido mental que va en dirección al comienzo de un evento (uso de la preposición *a*) o que procede metafóricamente de la culminación del evento (uso de la preposición *de*)

A: Punto de vista > Transición:



DE: Transición > Punto de vista:



La ordenación punto de vista > transición vale también para perífrasis catalogadas por Gómez Torrego (1988: 121 y ss) como terminativas (*llegar/alcanzar a* + infinitivo). Muchos de los ejemplos que encontramos con esta perífrasis denotan el comienzo de un estado, o la realización de un logro puntual. Pero incluso si se perfila la culminación de un proceso durativo, se contempla desde antes de llegar a él, como logro buscado y alcanzado

(10) Habían llegado a crear su propia verdad (USOS:45, 25)



Una faceta importante del significado de la categoría aspecto en general, y de los verbos aspectuales en particular, es que resulta sensible a la constitución temporal interna de las situaciones, esto es, el tipo aspectual o *Aktionsart*. Al fin y al cabo, resulta difícil dirigir la atención hacia las fases (inicial, medial o final) de una situación sin estructura temporal interna, bien porque es puntual, bien porque es estática⁴. Por eso, de los tipos reconocidos desde Vendler (1967), los verbos auxiliares inceptivos y completivos son, en principio, incompatibles con los estados (situaciones no dinámicas, esto es, no cambiantes) y con los logros (situaciones puntuales o no durativas)

(11) ? Empezó a estar aquí a las 12

(12) ? Terminó de llegar a casa a las 12

No obstante, la construcción inceptiva o completiva es aceptable imponiendo una interpretación durativa y cambiante. Por ejemplo, una transición expandida o gradual:

⁴ Cf. Lamiroy (1987: 284): "Since all the phases in a state are identical, and since states are intrinsically unbounded, they lack an internal dynamic structure. Aspect, however, crucially deals with the internal structure of situations. Therefore states and the expression of aspect are naturally incompatible".

(13) El juego empezó a ser aburrido

(14) Ellos son moribundos que no acaban de morir (HIST:12, 7)

Lo más normal es que los verbos de significado transicional, pero sobre todo *acabar* y *terminar* que perfilan la fase final de un proceso, los encontremos con predicados que designan “realizaciones”, esto es, situaciones durativas y delimitadas por un término inherente. Los verbos completivos *acabar* y *terminar* perfilan un punto temporal (y de ahí la posibilidad de combinarse con circunstanciales puntuales como *a las 5*), pero significan la culminación de un proceso, de modo que implican una lectura durativa y delimitada (tética) del proceso base

(15) Acabó/terminó de leer el libro a las 5



Esta interpretación durativa y tética se aplica igualmente a predicaciones puntuales como la de (14) o a actividades no delimitadas o atéticas, que podrían prolongarse indefinidamente sin dejar de ser la misma, como la de (16)

(16) Acabó/terminó de hablar a las 5

Olbertz (1998) nos proporciona una explicación adecuada de la compatibilidad entre los auxiliares completivos y diferentes clases aspectuales:

Since *acabar/terminar de* express the fact that some SoA has reached its inherent end point, the combining SoA must potentially lead to such an end point. [...] By this I do not mean that the combining predicate of *acabar/terminar de* must express a telic SoA. What I mean is that the SoA must have the potential of being turned into a telic SoA, the latter being precisely the function of *acabar/terminar de* (Olbertz, 1998: 100-1)

En este punto es conveniente prestar atención a una distinción observada para el español por Keniston (1936), Olbertz (1998: 337) y Fernández de Castro (1999: 258 y ss.): los verbos completivos *acabar* y *terminar* son diferentes de los verbos cesativos *dejar*, *parar* *cesar* <de + inf>. Estos últimos significan la interrupción del proceso sin llegar a su culminación, de modo que implican una lectura no delimitada (atética). Con los predicados delimitados o téticos, los verbos cesativos implican que el término inherente no ha sido alcanzado

(17) Dejó / paró de leer el libro a las 5



Por otro lado, los verbos *acabar* y *terminar* presentan una variante que otorga prominencia al significado culminativo⁵, el hecho de que una situación llega a ocurrir por completo, más que a la progresión que lleva a un término inherente en la fase final. Es

⁵ Olbertz (1998) distingue este sentido como aspecto cualitativo completivo, frente al anterior, más frecuente, que trata como semiperífrasis de aspecto fasal egresivo-completivo.

el sentido que encontramos en (18), más frecuente en combinación con procesos cognitivos y negación, como en (18b)

- (18) a. Aquel gesto acabó de desconcertarlo
b. ... una razón tan imprevista que el mismo instructor del sumario no acabó de entenderla (CRO:55, 12)

Una extensión semántica análoga, pero en dirección contraria, la encontramos con el verbo *acabar*, pero no con *terminar*, casi siempre en formas verbales imperfectivas. *Acabar* y *terminar* son sinónimos en (19), pero no necesariamente lo son en (20)

- (19) Acabó de escribir la carta ^a Terminó de escribir la carta
(20) Acababa de escribir la carta π Terminaba de escribir la carta

En este sentido de *acabar de* hay un desplazamiento desde la culminación del evento hacia el estado inmediatamente posterior.



Esta lectura gramaticaliza *acabar* como anterioridad inmediata (perfecto) y es compatible con cualquier clase aspectual en la base

- (21) Acaba de estar aquí [estado]
(22) Acaba de llegar [logro]

Es decir, un esquema formal como V+*de*+Inf no tiene un significado monolítico, pero sí una serie coherente de sentidos conectados

3. Construcciones de gerundio

En otras lenguas románicas es posible construir los equivalentes de los verbos continuativos *continuar* y *seguir* con *a* más infinitivo, igual que las perífrasis inceptivas. Sin embargo en español, el significado de los verbos continuativos sólo se combina coherentemente con el significado cursivo y no delimitado del gerundio. Las construcciones continuativas pueden aplicarse a actividades y realizaciones, pero no a situaciones puntuales (**Juan sigue llegando*). Contra lo defendido por Lamiroy (1987) son también compatibles con estados (*el libro sigue teniendo todas las páginas*).

- (23) Continuó leyendo el libro



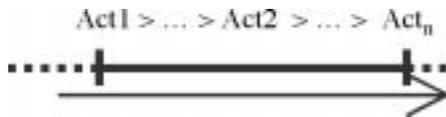
A priori resulta más problemática la combinación de verbos aspectuales de transición con una forma continuativa en gerundio. Y sin embargo, tanto los verbos inceptivos como los completivos entran en combinaciones semiperifrásticas⁶ con el gerundio:

⁶ Así las considera Gómez Torrego (1988). Olbertz (1998) entiende que *empezar y comenzar* son

- (24) Empecé dando clases de español (SEV:277, 16)
 (25) Usted siempre acaba hablando de lo mismo (HOT: 12)

Lo solución consiste en disociar el significado de transición aportado por el verbo inceptivo o completivo del significado cursivo aportado por el gerundio. Esto suele resolverse haciendo que el gerundio se refiera al desarrollo de una actividad incluida en una serie, mientras que el verbo aspectual designaría a la iniciación o terminación de esa serie:

- (26) Empecé dando clases de español, y acabé dirigiendo mi propia academia



Además de la inclusión en una serie, el significado complejo resultante muestra la simultaneidad del gerundio con la fase designada por el verbo aspectual. Este valor de simultaneidad es dominante en construcciones no perifrásticas de gerundio como la del ejemplo siguiente (tomado de Olbertz 1998: 272), en el que el gerundio expresa lo que ocurre cuando termina un evento diferente:

- (27) Plácido Domingo acabó <de interpretar su canción favorita> desafinando

Esto emparenta las construcciones de gerundio a construcciones con Locativo o con Predicativo que veremos más adelante.

4. Construcciones transitivas e intransitivas

Hemos visto que los verbos aspectuales no describen un dominio cognitivo sino que dirigen la atención hacia cierta fase de una situación descrita por otros medios, fundamentalmente mediante el verbo principal en infinitivo. La combinación de verbos aspectuales con nominales en vez de con infinitivo o gerundio ha recibido explicaciones de diversos tipos:

- (a) Verbos diferentes. Es la solución implícita en la mayoría de los trabajos sobre perífrasis, que no se preocupan por dar cuenta de los usos no perifrásticos
 (b) Omisión de verbo auxiliado. Viene siendo la postura de Olbertz (1998), que traslada el problema a la estructura Vaspectual + Prep + Inf, reconociendo diferentes construcciones según se pueda omitir o no el infinitivo.

- (28) Tengo que cepillarme el pelo, así que empiezo (Olbertz 1998: 96)

(c) Coerción, una operación semántica que convierte un argumento al tipo esperado por una función (Pustejovsky, 1995: 111): “In this view, the NP *the book* in [29b] is coerced to the appropriate type required by its governing verb, in this case an event [...] It is important to point out that this is a semantic ‘reconstruction’ rather than a syntactic one” (Pustejovsky & Bouillon, 1995: 135-6)

semiauxiliares, pero que con *acabar y terminar* hay combinaciones tanto perifrásticas como no perifrásticas.

(29) John began the book

Esta reconstrucción metonímica es posible gracias a la estructura de “Qualia” del nombre, la cual incluye la información de que los libros los escribe alguien (“agentive role”) y están hechos para ser leídos (“telic role”). Por eso, “in the case of NP, *the book*, for example, the coercion operators provide two event interpretations, namely, *reading the book* and *writing the book*” (Pustejovsky & Bouillon, 1995: 136).

La solución lexicalista (a) tiene el inconveniente de que se tiene en cuenta la unidad semántica de los verbos aspectuales. La solución (b), más sintáctica, tiene el inconveniente de que pocas veces se pueden explicar las construcciones sin infinitivo a partir de una omisión contextual del infinitivo. La perspectiva semántica de (c) es la más próxima a la que adoptaremos aquí, pero tiene el inconveniente de que la interpretación no está determinada siempre por la estructura de “Qualia”, sino muchas veces por factores contextuales inmediatos (Egg, 2003).

Intentaré una explicación construccionista, que ve el significado de estas construcciones como el resultado de la integración del significado del verbo y de los nominales con el significado del esquema construccional. Prestaremos menos atención a posibles derivaciones de unos esquemas a otros y más a la relación con propiedades generales del esquema.

Construcción transitiva

Las propiedades prototípicas de las construcciones transitivas han recibido considerable atención en las últimas décadas, especialmente a partir del trabajo de Hopper y Thompson (1980) que enumeró una serie de rasgos morfosintácticos que definen la transitividad cardinal. Desde una perspectiva cognitiva, Langacker (1991) caracteriza el evento transitivo canónico como interacción asimétrica entre dos participantes. Desde una perspectiva diferente, Dowty (1991) concibe los papeles semánticos de sujeto y objeto como proto-roles, definidos por un conjunto de propiedades. Los participantes que presenten características más próximas a proto-agente y proto-paciente serán los que ocupen, respectivamente, las funciones de sujeto y objeto. Las más destacadas son las siguientes:

<i>Proto-Agente</i> [A]	<i>Proto-Paciente</i> [P]
Causa un cambio de estado	Cambia de estado
Volitivo	“Tema incremental”
Existe con independencia del evento	No existe con independencia del evento

Pues bien, los verbos aspectuales no especifican los detalles de situación, sólo una fase, pero en la construcción transitiva denotan un evento esquematizado con un Agente y un Paciente casi prototípicos:

(30) Pepe ha acabado la tesis

El problema con la construcción transitiva se reduce a inferir sobre qué base se aplica la denotación de fase inicial, medial o final por parte del verbo. El concepto clave es el de “tema incremental” (Dowty, 1991), que consiste en un homomorfismo entre la extensión del evento y la extensión del nombre. Es por tanto el objeto de la construcción transitiva el que directa o indirectamente va a referirse a una extensión

sobre la que el verbo señala una fase. Esto ocurre de manera directa con nombres de eventos, que designan situaciones durativas y delimitadas y que se combinan naturalmente con verbos aspectuales (cf. Gross & Kiefer 1995).

- (31) a. Juan ha acabado la carrera de Derecho
b. Juan ha comenzado la lectura del poema

En caso de que el objeto sea un nombre concreto, necesitamos una interpretación metonímica: Un nombre evoca (y puede denotar en el discurso) un conjunto de actividades en las que participa.

- (32) Acabó los libros
a. de leerlos
b. de escribirlos
c. de venderlos
d. de quemarlos (?)

Las lecturas metonímicas son inducidas por el verbo aspectual, que significa el comienzo o la culminación de un evento durativo. Además, está nuestro conocimiento sobre la naturaleza y uso de los libros, que Pustejovsky (1995) intenta formalizar en la “Qualia structure” con cuatro dimensiones o “roles” (formal, constitutivo, agentivo y final), y que nos da como interpretaciones más inmediatas (32a) y (32b), pero esto no es suficiente (cf. Egg 2003): en (32) puede inferirse sin dificultad que lo que se ha hecho con los libros es quemarlos en un contexto en el que hay personas que se dedican a hacer eso. Es decir, parece que lo que podemos inferir es una actividad característica; pero cuál sea esta no es algo que podamos establecer para cada nombre a priori y de una vez por todas, sino que debe construirse a partir del conocimiento del mundo y del conocimiento del contexto inmediato.

Por lo demás, el objeto directo en tanto que tema incremental puede ser afectado por el proceso, no afectado como en (32a),⁷ puede ser efectuado como en (32b), o también consumido o destruido como en (32d). Por su parte, el verbo *acabar* impone sobre el proceso las mismas restricciones que cuando funciona como auxiliar de perífrasis: deber ser durativo y poseer o admitir un término inherente. Sin embargo, la construcción parece imponer algunas restricciones adicionales:

- (33) a. La sequía acabó de estropear la cosecha
b. ?? La sequía acabó la cosecha
(34) a. Juan está empezando a odiar el ruido
b. # Juan está empezando el ruido

Probablemente debido al significado esquemático del verbo aspectual, que obliga a inferir de qué actividad se trata, la construcción transitiva polariza el contraste semántico entre sujeto y objeto, aproximándolos a proto-agente y proto-paciente, excluyendo sujetos no agentivos tales como fuerzas naturales o experimentadores de estados psíquicos.

⁷ Debe entenderse aquí “no afectado” en el sentido de que el objeto no cambia sus propiedades inherentes. Sí cambian las que Moreno Cabrera (2003) llama propiedades ‘adherentes’, es decir, las relaciones de una entidad con su entorno, el libro pasa de no estar leído a estar leído.

En conjunto, lo que tenemos no es el problema sintáctico de con qué se combina un verbo aspectual sino la cuestión semántica y pragmática de cómo interpretamos el significado de fase, a partir de lo que sabemos sobre los elementos combinados y de las restricciones específicas que impone la construcción sintáctica.

Construcciones intransitivas

En la construcción monoactancial intransitiva SUJ-V se neutraliza el contraste existente en las cláusulas transitivas entre A y P y el significado del sujeto intransitivo resulta subespecificado entre un valor más próximo al proto-agente (humano y volitivo) como en (35), o más próximo al proto-paciente (no humano, y tema incremental) como en (36)

(35) Esa es la Química, cuando **acabes** me la pasas, que yo mientras copio la Física (MADRID:328)

(36) Al **acabar** la guerra fue fusilado (SON:171)

El carácter más próximo a A o más próximo a P del sujeto intransitivo se ha presentado como oposición binaria entre verbos “inergativos” e “inacusativos”, respectivamente, pero es una gradación tanto en esta construcción con verbos aspectuales, como en otras construcciones en español y, en general, en construcciones intransitivas en las lenguas del mundo (lo que afecta a la marcación de caso de S). Con todo, es cierto que con los verbos aspectuales también aquí los valores tienden a polarizarse, facilitándose así el proceso de interpretación, bien hacia un sujeto agentivo, bien hacia un sujeto dotado inherentemente de duración, evitando objetos concretos no inherentemente durativos:

(37) a. La película / el concierto / la fiesta / el año acabó / empezó

b. ?? El libro / el agua acabó / empezó

Si queremos aludir a un proceso durativo y delimitado en el que intervienen estas entidades concretas (y en particular a que tal entidad ha dejado de existir) debemos recurrir a la construcción pronominal, que orienta los verbos transitivos hacia el cambio de estado en el paciente:

(38) a. Los legendarios buques de rueda alimentados con leña estaban a punto de acabarse (CRO:23)

b. Se acaba el campo, si no llueve (HIST:89)

Situaciones concurrentes

Las construcciones que acabamos de ver sirven de base para esquemas que incluyen también un locativo, una frase adjetiva o similar:

(39) a. Si los ánimos estaban mejor dispuestos acabábamos en algún café del Barrio de Brera (CAR:81)

b. Como acabaste medio borracha, me confesaste que te habías colado por ... (OCH:11)

El locativo, frase adjetiva o similar expresa un estado del tema incremental o del participante principal en la situación. Ese estado es concurrente con la fase perfilada por el verbo aspectual: indica cómo o donde esté el participante principal al empezar o acabar la situación que sirve de base o la serie de estados de la que forma parte la localización o la atribución.

A veces, la situación inicial o final puede conceptualizarse alternativamente como localización o como trayecto

- (40) a. ...adjetivos que empiezan en in y terminan en ble (RAT:273)
b. El gusto por las palabras que empiezan por in y terminan por ble (RAT:21)

Esta variación es paralela a la que existe entre la construcción con gerundio y la construcción V – *por* - Infinitivo:

- (41) a. Terminó confesando que sentía una particular pasión por la ornitología (TER:35)
b. Había acabado por confesar lo del miedo a los ríos (JOV:172)

Un caso particular especialmente relevante de la construcción intransitiva más complemento oblicuo lo constituye el esquema sintáctico <Sujeto – V – *con* – FN>. Al esquema monoactancial intransitivo se añade una frase preposicional que, sin contradecir el significado de la preposición *con*, designa literal o metonímicamente una actividad, dentro de una serie de actividades, concurrente con la fase perfilada. Si partimos de la variante “inacusativa”, con un nombre durativo como sujeto, la frase preposicional expresa una actividad incluida dentro del intervalo temporal definido por el tema incremental

- (42) La fiesta empezó con una cena y acabó con un baile

Si partimos de la variante “inergativa”, con un sujeto agentivo, lo que expresa la frase preposicional, literal o metonímicamente, es una actividad realizada por el sujeto, en concurrencia con la fase perfilada en otra actividad primaria (por ejemplo, un discurso en 43a) o, en un nuevo desplazamiento metonímico, perfilando la fase inicial o final de la actividad a la que se alude en la frase preposicional, como en (43b)

- (43) a. Acabaré con una de las últimas frases de Max Weber (RAT:269)
b. Estoy en la etapa de las cremas y los tratamientos de belleza. Dentro de poco empezaré con la cirugía estética (CINTA:68, 6)

Este último ejemplo con *empezar* nos lleva a un uso convencionalmente fijado de *acabar / terminar con algo* con el significado de ‘destruir’.

- (44) Venimos a conspirar. Vamos a acabar con la tiranía (TER:13)

La posible ambigüedad de V-*con*-FN muestra que hay aspectos del significado de una construcción inicialmente subespecificados y que una construcción puede adquirir un significado convencional no enteramente predecible de las partes que los constituyen. Esto no impide reconocer varias facetas que lo motivan. En primer lugar, el hecho de que tengamos un sujeto iniciador, no necesariamente agentivo-volitivo, como vemos en (45)

- (45) Un aumento en las radiaciones ultravioleta podría acabar con el fitoplancton (2VOZ:69)

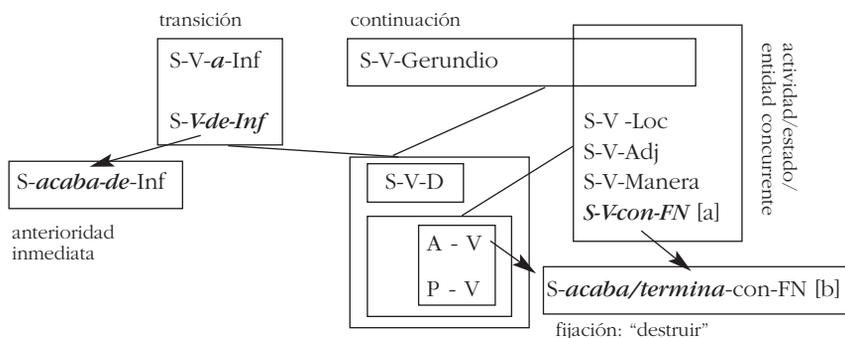
En segundo lugar, al tratarse de una construcción intransitiva no hay objeto directo ni tema incremental explícito; pero el verbo aspectual sigue implicando el término de un proceso durativo o entidad susceptible de extensión temporal. Por eso, la FPrep, que codifica simplemente una entidad concurrente, se interpreta convencionalmente como equivalente al tema incremental. Se trata de una inversión de la relación figura –

fondo. Por último, este tema incremental se interpreta convencionalmente como consumido / destruido (y no, por ejemplo, como afectado), con lo que estamos ante una especificación convencional de una construcción subespecificada.

5. Conclusión

La Figura 1 muestra un pequeño mapa de las relaciones entre las principales construcciones que hemos ido viendo en las páginas anteriores. En ellas, El significado de los verbos aspectuales –perfil de cierta fase de un evento– se mantiene (más o menos) constante de una construcción a otra. Los esquemas sintácticos (por ej. Suj-V-OD) y los elementos gramaticales (por ej. *a, de, con*) proporcionan un significado que está motivado por su significado en otras instancias del esquema

Figura 1: Familia de construcciones con verbos aspectuales



Las construcciones básicas son las perífrasis o semiperífrasis con infinitivo o gerundio, pero operaciones conceptuales como la metonimia son permiten obtener una combinación semánticamente coherente en construcciones transitivas e intransitivas (S-V-D y S-V), a las que puede añadirse una entidad, estado o actividad concurrente con la fase perfilada.

Sobre esas líneas maestras, algunos esquemas permiten ajustes adicionales de significado. Por ejemplo, subesquemas como Suj-*acabar-con-FN* están subespecificados en cuanto a una interpretación particular (es decir, el significado verbal más el significado construccional no determina su interpretación por completo) y pueden asociarse convencionalmente con alguna rutina de interpretación. Eso no quita que sigan estando (parcialmente) motivados.

BIBLIOGRAFIA

- DIK, Simon C. (1989), *The Theory of Functional Grammar. Part I: The Structure of the Clause*, Dordrecht, Foris.
- DOWTY, David (1991), "Thematic protores and argument selection", in *Language*, vol. 67, pp. 547-619.
- EGG, Markus (2003), "Beginning Novels and Finishing Hamburgers: Remarks on the Semantics of *to begin*", in *Journal of Semantics*, vol. 20, pp. 163-191.
- FERNÁNDEZ DE CASTRO, Félix (1999), *Las perífrasis verbales en el español actual*, Madrid, Gredos.
- GARCÍA-MIGUEL, José M. (1995), *Transitividad y complementación preposicional en español*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- GILI GAYA, Samuel (1961), *Curso superior de sintaxis española*, Barcelona, Bibliograf.
- GOLDBERG, Adele E. (1995), *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, Chicago, University of Chicago Press.
- GÓMEZ TORREGO, Leonardo (1988), *Perífrasis verbales. Sintaxis, semántica y estilística*, Madrid, Arco Libros.
- GROSS, Gaston e FERENC, Kiefer (1995), "La structure evenementielle des substantifs", in *Folia Linguistica*, vol. 29, nº 1-2, pp. 43-65.
- HOPPER, Paul e THOMPSON, Sandra (1980), "Transitivity in grammar and discourse", in *Language*, vol. 56, pp. 251-299.
- KENISTON, Hayward (1936), "Verbal Aspect in Spanish", in *Hispania*, vol. 19, pp. 163-176.
- LAMIROY, Béatrice (1987), "The complementation of aspectual verbs in French", in *Language*, vol. 63, nº 2, pp. 278-298.
- LANGACKER, Ronald W. (1991), "Transitivity, case, and grammatical relations", in *Concept, Image, and Symbol*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 209-260.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos (2003), *Semántica y Gramática. Sucesos, papeles semánticos y relaciones sintácticas*, Madrid, Antonio Machado Libros.
- OLBERTZ, Hella (1998), *Verbal Periphrases in a Functional Grammar of Spanish*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- PUSTEJOVSKY, James (1995), *The Generative Lexicon*, Cambridge, MIT Press.
- PUSTEJOVSKY, James e BOUILLON, Pierrette (1995), "Aspectual Coercion and Logical Polysemy", in *Journal of Semantics*, vol. 12, pp. 133-162.
- RAPPAPORT HOVAV, Malka e LEVIN, Beth (1998), "Building verb meanings", in Miriam Butt and Wilhelm Geuder (orgs), *The projection of arguments: lexical and compositional factors*, Stanford, CSLI, pp. 97-134.
- VENDLER, Zeno (1967), *Linguistics in philosophy*, Ithaca, Cornell University Press.

José Marques*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Dois humanistas italianos no Alto Minho, no século XV**

1. Introdução

A exposição do tema em epígrafe exige que tenhamos presentes as variadas e intensas relações entre Portugal e a Itália, durante o mencionado período, em que os aspectos culturais assumem uma posição relevante, no quadro da internacionalização ou, se preferirmos, da europeização da cultura humanística dos séculos XV e XVI. Na verdade, apesar de Portugal ser um reino geograficamente periférico em relação à Europa, na centúria de *Quatrocentos*, estava profundamente relacionado com ela, quer sob o ponto de vista económico, através das relações comerciais com Génova, Veneza, Florença¹, com o levante espanhol, o sul de França, e de modo muito particular com a Flandres² e a Europa do Norte, incluindo a Liga Hanseática³, Ilhas Britânicas e os portos franceses de Lille, Rouen, Nantes, La Rochelle e tantos outros, inclusive da Cantábria⁴, que nos dispensamos de enumerar.

Deixando de lado os aspectos de natureza económica, não poderemos olvidar os intensos contactos mantidos com a Cúria Pontifícia, ao longo do século XV, não só por motivos de natureza eclesiástica, mas também académica, por parte de numerosos estudantes, em busca das ansiadas respostas afirmativas às *súplicas* apresentadas, quer no

* Prof. Catedrático da Faculdade de Letras, aposentado.

** Neste breve artigo, retomamos, com as necessárias alterações, parte do texto da comunicação intitulada *L'écriture de Francesco Cavalcante, une nouveauté au Portugal - 1482*, apresentada na sessão de encerramento do XI^o Colóquio da Comissão Internacional de Paleografia Latina, realizada na abadia beneditina de Maredsous, Bélgica, em 21 de Outubro de 1995, publicada em francês na «Revista da Faculdade de Letras. História», vol. XII, 1995, pp. 151-182.

¹ *Alguns documentos para servirem de provas à Parte 2^a das Memórias para a História e Theoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrarão pelos tres Estados do Reino*, coligidos pelo 2^o Visconde de Santarém, Lisboa, 1828, p. 219.

² MARQUES, A.H. de Oliveira – *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV*, in *Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, pp. 219-267.

³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal e a Hansa: Navegação prussiana para Portugal nos princípios do século XV*, in *Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, pp.181-215.

⁴ FERREIRA, João Cordeiro – *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI. Vila do Conde - Organização e movimento*, Lisboa, Universidade Nova, FCSU, 1983, pp. 212-336.

sentido da obtenção de *benefícios* que ajudassem os suplicantes a suportarem melhor as despesas com os estudos no estrangeiro ou, mesmo, dispensas de promoção a ordens sacras, incluindo o presbiterado, por períodos que podiam chegar aos sete anos (*ad septenium*). Elevam-se também a algumas centenas os pedidos de dispensa apostólica da prestação de provas públicas nas universidades para a obtenção dos graus académicos, deferidos pelos Romanos Pontífices, a fim de se apresentarem a exame privado perante um júri quase sempre presidido por um qualificado membro da hierarquia eclesiástica e integrado do por dois lentes, doutores, mestres ou bacharéis, conforme os casos⁵.

O contacto dos portugueses com o movimento cultural do Humanismo processou-se, de forma muito intensa, através dos numerosos estudantes que frequentaram, entre outras, as universidades italianas de Bolonha e Pádua, onde cursavam, respectivamente, Direito Civil e Canónico, e se relacionaram com os centros culturais de Florença, e com a Cúria Pontifícia, onde muitos deles realizaram frutuosa estadias, que muito úteis lhes haveriam de ser nos altos cargos da administração eclesiástica portuguesa – nomeadamente à frente de bispados – ou da própria Corte, que mais tarde viriam a ser-lhes confiados.

2. Humanistas italianos em Portugal

Conhecemos alguns destes antigos estudantes em Itália que ficaram célebres pelo seu esforço em favor da introdução e desenvolvimento do estudo das línguas e da cultura clássicas e de novas correntes literárias, em Portugal, no século XVI, bastando citar os nomes de D. Diogo de Sousa e Francisco Sá de Miranda, que em relação a D. Frei Justo Baldino e Francisco Cavacante, que, especialmente, nos interessam agora, são um pouco tardios.

Neste fluxo inerente às relações culturais entre Portugal e a Itália, temos de assinalar e dar o devido relevo a um reduzido número de humanistas do centro-norte da Itália, expressamente convidados, no século XV, por ordem dos reis D. Afonso V e D. João II, para exercerem funções específicas de grande importância imediata no plano cultural, na esperança de que viessem a ter larga repercussão política nos meios internacionais europeus. Referimo-nos a Mateus Pisano, Frei Justo Baldino e Cataldo Parísio Sículo, cujos motivos das respectivas vindas para Portugal são bem conhecidos dos estudiosos da literatura novilatina portuguesa. Assim, enquanto a Mateus Pisano, aqui chegado em 1435 para ser mestre de latim do futuro D. Afonso V, foi incumbido de compor em latim, por volta de 1460, a obra intitulada *Gesta Illustrissimi Regis Iobannis De Bello Septensi, acta per Reverendum Matheum de Pisano, Artium Magistrum Poetamque Laureatum*⁶, Frei Justo Baldino terá feito o mesmo em relação às *Crónicas* da Expansão Portuguesa, que se terão perdido. Quanto a Cataldo Parísio Sículo, chegado à Corte de Lisboa, em 1485, sabe-se que veio expressamente para educar ou instruir no latim o filho bastardo de D. João II, D. Jorge, após a morte do primogénito D. Afonso, em vão

⁵ Vejam-se as inúmeras *súplicas* neste sentido dirigidas aos romanos pontífices, benevolmente deferidas, dispersas no *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, coordenado por A. Moreira de Sá e outros, vols. I a XI. Lisboa, IAC, INIC, JNICT, 1966 a 1993.

⁶ *Mateus de Pisano*, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III, Porto, Livria Figueirinhas, 1971, p.404.

perspectivado na mente e nos esforços políticos do monarca para seu sucessor, como os acontecimentos comprovaram.

É certo que, se os humanistas italianos chamados da Itália não se podem colocar ao nível daqueles que na pátria de Petrarca e Bocaccio, ocupavam os primeiros lugares, entre nós situam-se em posições cimeiras, não só pela realização do trabalho específico confiado a cada um deles, mas também pelo contributo dado para a implantação do movimento Humanista em Portugal. De entre os três supramencionados, o mais notável é, sem dúvida, Cataldo Parísio Sículo, cuja obra encontrou no professor de Coimbra, Américo da Costa Ramalho, o seu maior especialista⁷.

2.1. Frei Justo Baldino

Embora as informações até aqui fornecidas ultrapassem a amplitude do título do presente artigo consideramo-las indispensáveis para se compreender o contexto em que os dois humanistas italianos, de que neste momento nos ocupamos – D. Frei Justo Baldino e o doutor Francisco Cavalcante – aparecem no Entre Minho e Lima: o primeiro, como bispo de Ceuta, e o segundo, *doutor in utroque iure* e notário apostólico, até agora desconhecido, como seu escrívão.

Teremos, por isso, de acrescentar mais algumas notas explicativas, mas agora relativas ao dominicano Frei Justo Baldino, cuja biografia e itinerário cultural se conhecem nas suas linhas gerais. Oriundo da família dos Baldinos de Pádua – *«de Baldinis de Padua»*⁸ – figura como subdiácono em Pádua e depois como cônego da igreja de Sta Maria de *Agacomitis*, na diocese de Utreque. Sendo já doutor *in utroque iuris*, proto-notário apostólico e humanista de grande erudição, segundo informa Damião de Góis, foi chamado por D. Afonso V a fim de traduzir para latim as *Crónicas* dos Reis de Portugal da autoria de Fernão Lopes. A sua actividade, porém, não ficou restringida ao mundo da latinidade, pois, em 15 de Março de 1478, pela bula *Dum ad universas*, o Papa Xisto IV nomeou-o bispo de Ceuta e primaz de África e administrador da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, essencialmente constituída pela região situada entre os rios Minho e Lima, onde exerceu uma acção pastoral relevante, quer directamente, quer através dos seus vigários-gerais, merecendo particular referência as *constituições sinodais* de 1482 e de 1486⁹. No âmbito das funções eclesiásticas por ele exercidas, foi ainda nomeado nuncio em Portugal por breve de 12 de Fevereiro de 1481, participou no consistório convocado para S. Pedro do Vaticano por Inocêncio VIII para tratar da canonização de Leopoldo, duque de Áustria, em 6 de Janeiro de 1485, governou interinamente a diocese do Porto, em 1487, na ausência de D. João de Azevedo, vindo a morrer, em Almada, vítima da peste, pouco depois de 26 de Abril de 1493¹⁰.

⁷ Vejam-se, entre outras, as seguintes obras: RAMALHO, Américo da Costa – *Estudos sobre a época do Renascimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1969; IDEM – *Alguns aspectos da introdução do Humanismo em Portugal*, Coimbra, 1979; IDEM – *Para a História do Humanismo em Portugal*, Lisboa, F. C. Gulbenkian – JNICT, 1994. SICULO, Cataldo Parísio – *Epistolae et orationes*. Edição fac-similada, com introdução de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1988.

⁸ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 188 v.

⁹ *Synodicon hispanum. II. Portugal*, dirigido por António García y García, Madrid, BAC, 1982, pp.447-456.

¹⁰ *D.H.I.P.*, II, p. 116.

2. 2. Francisco Cavalcante

É precisamente no contexto da acção pastoral deste prelado humanista, administrador da Administração Eclesiástica de Valença do Minho que aparece Francisco Cavalcante, doutor em *in utroque iure*, notário apostólico e escrivão de D. Frei Justo Baldino – «*decretorum doctor notarius apostolicus et prefati reverendi episcopi Septensis scriba*»¹¹, identificando-se noutros casos simplesmente como «*doctor canonum et notarius apostolicus ac prefato reverendi domini episcopi Septensis scriba*»¹² –, não faltando também as referências na terceira pessoa, atribuindo ao prelado que ele servia a sua apresentação: – «*Rogatus de instrumento collacionis Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et scriba noster*»¹³ ou «*...Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et prefate nostre auctoritate episcopalis scriba*»¹⁴.

Em relação à procedência de Francisco Cavalcante, pensamos que terá vindo de Florença, onde, no século XV, a família dos Cavalcante se reuniu e entrou na órbita dos Médicis, em especial de Lourenço de Médicis, irmão de Cosme o Velho, abrindo-se-lhe de novo a porta de acesso a cargos de importância¹⁵.

Pouco mais sabemos da vida deste humanista, cuja principal função conhecida é ter sido notário apostólico e escrivão ao serviço do grande humanista D. Frei Justo Baldino. Desconhecemos quando chegou a Portugal, mas se não acompanhou o culto humanista dominicano desde a sua entrada em Portugal ou nos tempos imediatos, não há dúvidas de que, pelo menos durante o ano de 1482, esteve ao seu serviço, com ele se encontrando na cidade de Évora, no dia 3 de Junho de 1482¹⁶, e em Valença do Minho nos meses de Julho Agosto e Setembro desse mesmo ano, tendo acompanhado também o referido prelado à vila de Monção, onde, no dia 5 de Setembro, proveu e confirmou o minorista Álvaro Fregueira na metade sem cura da paróquia de S. Miguel de Sago, tendo Francisco Cavalcante exarado no livro das *Confirmações de Valença* a cópia integral deste acto de administração eclesiástica¹⁷. No dia seguinte, de novo no castelo de Valença, redigiu a carta de provisão e confirmação do clérigo Gomes Afonso como cônego prebendado na Colegiada de Santo Estevão de Valença do Minho¹⁸.

3. Manuscritos conhecidos

Depois do registo do teor desta provisão, encontramos apenas mais um documento saído da mão de Francisco Cavalcante, sem dúvida o mais longo que nos deixou. Trata-se da carta de erecção ou instituição do ofício de *sacristão* dessa mesma colegiada, cujo teor publicamos sob o n.º 9 da colecção documental, bastando, no entanto, afirmar que revela um domínio perfeito da língua latina e dos formulários jurídicos, o que

¹¹ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl.188v.

¹² A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl.188.

¹³ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 189v.

¹⁴ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 190v.

¹⁵ *Enciclopedia Italiana do Scienze, Lettere ed Arti*, pubblicata sotto l'alto patronato se S.M. el Re d' Italia, vol. IX, Milano-Roma, Istituto Giovanni Treceani, 1931, p. 515. A família dos Cavalcanti também se expandiu até Portugal, a partir de 1538 (*Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4º, Lisboa, Editorial Verbo, 1966, col. 1611).

¹⁶ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 188.

¹⁷ A.D.B., *Registo geral*, nº 313 fl. 191.

¹⁸ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 191v.

é perfeitamente compreensível, dado tratar-se de um doutor em Cânones¹⁹ e em Decretos²⁰, isto é, doutor *in utroque iure*, e notário apostólico. Lamentavelmente, a data do documento ficou omissa, tendo escrito apenas: *Datum etc.*, facto que poderemos equiparar a tantas outras situações expressas pelos termos *ut supra*, sendo por isso legítimo atribuir-lhe a mesma data de 5 de Setembro de 1482²¹.

Não conseguimos detectar mais documentos da sua autoria, mas admitimos a hipótese de poderem vir a ser encontrados, dado que, mais de vinte anos depois, em 27 de Fevereiro de 1493, sendo cônego da diocese de Ceuta, de que a Colegiada de Santo Estêvão de Valença, na prática servia de sé, foi-lhe concedida, por autoridade apostólica, a vigararia de S. Salvador de *Corbone*, da diocese do Porto²², e seria muito estranho que tivessem desaparecido todos os documentos por ele escritos durante mais de dois decénios, vividos em Portugal.

Sumariamente apresentados os contextos histórico e cultural em que Francisco Cavalcante chegou a Portugal e em que aqui viveu, é tempo de entrarmos em contacto com os seus escritos, que já tivemos oportunidade de apreciar sob o aspecto paleográfico. Classificámos, então, a sua escrita como *humanística cursiva*, tendo-os apresentado em *fac-simile*, essencialmente destinados a serem apreciados pelos membros da Comissão Internacional de Paleografia Latina. Agora, os destinatários destes documentos são outros, impondo-se, por isso, torná-los acessíveis, devidamente transcritos, na língua original latina. Mesmo assim, não queremos privar os leitores do contacto com este tipo de escrita, através das reproduções, que, a título de exemplos, ilustram este artigo.

Os documentos exarados por Francisco Cavalcante, nas *Confirmações de Valença*, são dos primeiros e raros textos em *humanística cursiva* até agora conhecidos em Portugal, convindo acrescentar que saíram da mão de um humanista italiano, que, pelo menos temporariamente, acompanhou D. Frei Justo Baldino, não só no Entre Minho e Lima, mas também na visita às regiões alentejanas do arcediagado de Olivença, como as de Entre Minho e Lima, integrado na diocese de Ceuta.

4. As transcrições

Recordadas estas breves referências às particularidades da escrita de Francisco Cavalcante, pela importância que teve no plano paleográfico dos finais do século XV, pretendemos agora divulgar a transcrição desses documentos, chamando particularmente a atenção para o contributo que eles oferecem para a história de algumas paróquias e de algumas instituições a que se referem, que mais à frente especificaremos.

Trata-se de um conjunto de nove documentos, relativos a actos administrativos de D. Frei Justo Baldino, redigidos em latim por Francisco Cavalcante, enquanto exerceu

¹⁹ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 188: - «Franciscus Cavalcanti **doctor canonum et notarius apostolicus**».

²⁰ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 188 v.: - «Franciscus Cavalcante **decretorum doctor notarius apostolicus et prefati reverendi domini episcopi Septensis scriba**».

²¹ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, fl. 192-194v.

²² *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. IX (1491-1500), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, pp. 106-107: - «...*supplicatur humiliter eidem S.V. devotus illius vester Franciscus de Cavalcantibus, canonicus Septensis, decretorum doctor; quatenus sibi specialem gratiam facientes, de vicaria predicta ... eidem oratori providere dignemini de gratia speciali ... - Concessum ut petitur, in presentia domini nostri pape. A cardinalis sancte Anastasie...*».

as funções de seu secretário e escriba, pelo menos entre Junho Setembro de 1482. Na sua qualidade de jurista, formado em direito civil e canónico, tinha mais facilidade em redigi-los em latim do que em português. D. Frei Justo Baldino e Francisco Cavalcante, entre si, tanto poderiam falar em italiano como em latim ou mesmo em português, mas para Francisco Cavalcante, na redacção dos documentos de expediente corrente, na chancelaria deste prelado ceptense, era-lhe, sem dúvida, mais cómodo, recorrer ao latim. Assim se explica que no extenso livro das *Confirmações de Valença*, do século XV, apenas se encontrem em latim os documentos da autoria de Francisco Cavalcante²³.

Estes documentos, material e formalmente, são da autoria de Francisco Cavalcante, mas D. Frei Justo Baldino, que teve conhecimento directo de cada um deles, dado que se tratava de registar, de forma condensada, documentos que consagravam e materializavam actos formais do seu governo pastoral e da sua exclusiva jurisdição, não sendo de excluir a hipótese de, alguma vez, o citado prelado ter mandado alterar ou mesmo corrigir alguma destas actas, que, em última instância, aprovou.

Para melhor se compreender o teor dos documentos redigidos por Francisco Cavalcante, é necessário ter presente que a zona de Entre Minho e Lima pertenceu à diocese de Tui, desde o período suevo até 1381, ano, em que por motivos bem conhecidos²⁴, mas que não é possível reproduzir aqui, alguns membros do Cabido de Tui, originários de paróquias portuguesas, decidiram separar-se da corporação capitular e do bispado de Tui e declarar a independência eclesiástica da zona sul dessa diocese, abrindo, assim, um grave conflito administrativo-eclesiástico, que assumiu também contornos políticos, com a terceira guerra fernandina e, depois, com a crise de 1383-1385 e a guerra da Independência. A igreja de Santo Estevão de Valença, logo transformada em colegiada, passou a servir de sede administrativa desta região, que nos finais do século XIV e durante toda a centúria de Quatrocentos até ser integrada na Arquidiocese de Braga, em 1514, foi sucessivamente denominada «*diocese de Tui na parte de Portugal*», «*Administração Eclesiástica de Valença*» e, finalmente, «*da diocese de Ceuta*», de acordo com os diversos estatutos que foi alcançando, à medida que o processo ia evoluindo²⁵.

Note-se que esta zona cedo começou a ser governada por bispos, sendo poucos os *administradores* não bispos, ao longo desse período de indefinição, até 1514.

Como acima dissemos, o objectivo deste artigo é, essencialmente, divulgar as actas das decisões administrativas tomadas por D. Frei Justo Baldino, redigidas por Francisco Cavalcante, seu escrivão ou secretário.

²³ A.D.B., *Registo geral*, nº 313, pp. 188-194 v.

²⁴ O pretexto mais conhecido foi o facto de Castela, no Cisma, então vigente, obedecer ao antipapa de Avinhão, ao passo que Portugal seguia o Papa de Roma, Urbano VI. Esta opção no plano eclesiástico agradava também aos monarcas portugueses, especialmente a D. João I, que, posteriormente, procurou e conseguiu subtrair à jurisdição de bispos castelhanos os territórios portugueses que deles estavam dependentes, incluindo a própria cidade de Lisboa, integrada na província eclesiástica de Santiago de Compostela.

²⁵ Sobre este assunto vejam-se as seguintes obras: COSTA, P.^e Avelino de Jesus da – *A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo*, Ponte de Lima (1-5 de Setembro de 1981), publ. em 1983; e RODRIGUES, Teresa de Jesus – *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002, pp. 47-51.

Respondendo às perguntas que, certamente, estão na mente do leitor – «*mas de que tratam estes documentos? qual é o seu conteúdo?*» –, podemos adiantar que os oito primeiros documentos registam actos correntes do seu governo pastoral, maioritariamente confirmações de benefícios, na íntegra ou, simplesmente, alguma das suas partes.

Para quem não esteja familiarizado com estes processos, convirá esclarecer que alguns destes benefícios e respectivas rendas estavam divididos em duas partes ou *metades*: uma, com *cura de almas*, pelo que a responsabilidade pastoral de todos os fiéis residentes dentro dos limites do benefício cabia exclusivamente ao clérigo que nela fosse confirmado, e outra, sem *cura de almas*, cujo titular tinha apenas o direito de receber *metade* dos rendimentos, mas ficava completamente isento de exercer cura pastoral.

Além das expressões *metade com cura* e *metade sem cura*, cujo sentido acabámos de esclarecer sumariamente, poderão ser estranhas as designações de *meio cónego* da Sé do Porto e da Sé de Coimbra e *quaternário* da de Lisboa. São fórmulas bem documentadas, decorrentes da necessidade que a crise económica dos séculos XIV-XVI impôs aos cabidos e colegiadas de solicitarem autorização à Santa Sé para reduzirem o número de conezias e de, através do recurso à distribuição de rações e consequente aumento do número de raçoeiros, poderem dispor dos clérigos necessários para assegurar os serviços a que os cabidos eram obrigados.

As rendas das conezias extintas eram divididas, conforme as necessidades das várias dioceses, mas, geralmente, o esquema seguido era este: as rendas de algumas delas eram distribuídas pelas conezias subsistentes, a fim de assegurar aos seus titulares o sustento indispensável para poderem continuar a servir os ofícios inerentes àquelas de que eram titulares; quanto às rendas das outras extintas, eram divididos em duas, três ou quatro partes, conforme as necessidades das dioceses, sendo cada uma dessas partes atribuídas a clérigos, que, não pertencendo aos cabidos, lhes prestavam serviço, bem como às sés ou colegiadas, recebendo o correspondente a uma das partes ou *rações* em que tinham sido divididas as conezias extintas. Assim, no Porto, as rendas de cada conezia extinta eram divididas em duas – *duas rações* –, sendo designados os clérigos que as recebiam *meios cónegos*²⁶, o mesmo acontecendo em Coimbra²⁷; em Braga, a divisão de cada uma dessas conezias era feita em três partes, pelo que os seus novos titulares se chamavam *terçanários*²⁸; em Lisboa, a divisão era feita em quatro partes, sendo os beneficiários de cada uma destas rações conhecidos por *quaternários* e cada ração em si como *quaternária*.

A explicitação destes conceitos era indispensável para se compreender o sentido da formulação canónica dos registos das cartas de confirmação, outorgadas por D. Frei Justo Baldino – «*iuris utriusque doctor*»²⁹ – e redigidos por Francisco Cavalcante, notário apostólico e doutor em Cânones e em Leis, o que equivale a dizer doutor *in utroque iure*.

Antes de passarmos à leitura da transcrição dos registos das confirmações elaborados por Francisco Cavalcante, na qualidade de secretário ou «*escriba*» do Bispo de Ceuta,

²⁶ Doc. n.º 3, 5.

²⁷ Doc. n.º 5.

²⁸ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 362.

²⁹ Ver doc. n.º 1.

D. Frei Justo Baldino, podemos adiantar que os benefícios de Santa Maria de Loivo³⁰, da capela curada de Santa Marinha de Verdoejo³¹, de uma conezia e respectiva prebenda da Colegiada de Valença³² e a sacristia com a conezia a que foi anexa e a prebenda correspondente³³ foram confirmadas cada um deles, na íntegra, a um único titular, mas em relação às *metades sem cura* de São Cipriano de Pinheiros, Monção³⁴, S. João da Portela³⁵, S. Lourenço de Prado, Melgaço³⁶, e S. Miguel de Sago³⁷ foram confirmadas a outros tantos beneficiários, tendo o mesmo Francisco Cavalcante redigido também o registo da confirmação na *metade com cura* de S. Miguel de Sago³⁸.

Note-se que estes registos correspondem a decisões administrativas do Bispo de Ceuta tomadas entre 3 de Junho e Setembro de 1482, faltando, apenas, a data da instituição da *sacristia* da Colegiada de Valença, com o respectivo regimento, que ficou omissa neste registo, sendo de admitir que seja posterior a 6 de Setembro desse mesmo ano.

A atenção prestada às datas de outorga destes documentos permite verificar a mobilidade deste prelado desde Évora³⁹, Valença⁴⁰, Monção⁴¹ e Valença⁴², cujo conhecimento pode ser ampliado com outros documentos do mesmo livro n.º 313 do *Registo geral* do Arquivo Distrital de Braga.

Muitas outras informações se podem recolher da análise destes registos, com especial relevo para os anteriores titulares dos benefícios, cujas confirmações aqui agora divulgamos, e para os assistentes à outorgada das mesmas e às testemunhas destes actos notariais.

Feitas estas observações, destinadas a facilitar a compreensão deste tipo de documentos, passemos à leituras dos mesmos, começando pelos sumários, que facilmente introduzirão os leitores na temática dos registos a que dizem respeito:

Doc. n.º 1

1482, Junho, 3 (2.ª-feira) – Évora

D. Frei Justo Baldino confirma Luís Álvares, clérigo minorista da diocese de Coimbra, na paróquia de Santa Marinha de Loivo, da diocese de Ceuta, vaga por morte de D. João de Abreu, bispo de Viseu e seu último comendatário.

A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 188.

³⁰ Doc. n.º 1.

³¹ Doc. n.º 2.

³² Doc. n.º 8.

³³ Doc. n.º 9.

³⁴ Doc. n.º 3.

³⁵ Doc. n.º 4.

³⁶ Doc. n.º 5.

³⁷ Doc. n.º 6.

³⁸ Doc. n.º 7.

³⁹ Doc. n.º 1.

⁴⁰ Docs. n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6.

⁴¹ Doc. n.º 7.

⁴² Doc. n.º 8.

«Collacio Sancte Marine de Loveo

Anno Nativitatis Domini Nostri Jesu Christi millesimo quadringentesimo octuagesimo secundo die lune: tertia mensis Junii, in civitate Elborensis in domibus habitacionis reverendi in Christo patris et domini domni Justi episcopi Septensis iuxta Monasterium Sancte Clare vacante ecclesia parrochiali Sancte Marine de Loveo eiusdem diocesis Septensis in administracione olim vocata Tudense, nunc autem perpetuo unita ecclesie Septensis auctoritate apostolica per obitum reverendi et domini domni Ioannis de Abreo, olim episcopi Visensis, ultimi et immediati comendatarii sive rectoris et possessoris eiusdem, reverendus in Christo pater et dominus domnus Justus Baldinus iuris utriusque doctor episcopus Septensis summi domini nostri Pape refferendarius domesticus per anuli sui tradicionem investivit de dicta ecclesia parrochiali sicut premititur vacante et cuius collatio provisio et omnimoda dispositio ad dictum episcopum Septensem et eius ecclesiam iure ordinario pleno iure spectat et pertinet Ludovico Alvari clerico colimbriensi in minoribus constituto, etatis legitime et ex legitimo matrimonio nato familiari et continuo comensali. Qui Ludovicus sic institutus et confirmatus in dicta ecclesia parrochiali currata iuravit servare omnia que de iure et ex consuetudine dicte diocesis iurare alii beneficiati consueverunt. Rogatus de collacione et institucione ac confirmacione huiusmodi Franciscus Cavalcanti doctor canonum et notarius apostolicus ac prefati reverendi domini episcopi Septensis scriba, presentibus ibidem Ugucione d' Abrillis clerico Adriensis diocesis et Andea Gundissalvi clerico Ulixbonensis diocesis die et anno quo supra».

Doc. 2

1482, Agosto, 9 – Castelo de Valença

D. Frei Justo Baldino, a apresentação do abade e convento do mosteiro S. Fins de Friestas, confirma ao presbítero João Martins a capela curada de Santa Marinha de Verdoejo, vaga por morte de João Dias, seu último reitor.

A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 188v.

«Capella curata Sancte Marine de Verdoueyo

Vacante capella curata Sancte Marine de Verdoueyo diocesis Septensis in administracione olim vocata Tudensis, nunc autem auctoritate apostolica perpetuo unite ecclesie Septensi per obitum Ioannis Didaci olim ultimi et immediati rectoris eiusdem reverendi in Christo pater et dominus domnus Iustus *de Baldinis de Padua* iuris utriusque doctor episcopus Septensis et primas Affrice, summi domini nostri Pape refferendarius domesticus, ad presentacionem abbatis et conventus monasterii Sancti Felicis de Friestes dicte diocesis, instituit et confirmavit in legitimum rectorem dicte capelle curate Ioannem Martini presbiterum secularem ad hoc idoneum reputatum per anuli impositionem comittendo illi curam et regimen in spiritualibus et temporalibus cum condicionibus de quibus in literis investitucionis sue cavetur, et in instrumento presentacionis. Rogatus de confirmacione et institucione huiusmodi Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et prefati reverendi domini episcopi Septensis scriba. In oppido Valencie super Minium dicte diocesis die Veneris nona Augusti anno Incarnacionis Dominice millesimo quadringentesimo octuagesimo secundo, presentibus

ibidem reverendo patre Fratре Philippo Iordanus abbate monasterii de Ganfei dicte diocesis, Petro Fernandi presbytero et medio canonico ecclesie Portugallensis et Andrea Gondissalvi clerico Ulixbonensis diocesis et aliis».

Doc 3

1482, Agosto, 9 (6.^a-feira) – Castelo de Valença

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, a apresentação do D. Abade do mosteiro beneditino de S. Fins de Friestas, confirmou Frei Gonçalo, monge professo deste mosteiro e clérigo de ordens sacras, na metade sem cura de S. Cipriano (Cibrão) de Pinheiros, Monção, vaga por morte de João Dias, seu último reitor.

A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 189.

Ver *fac-simile* na gravura n.º 1

«Medietas sine cura Sancti Cipriani de Pinhero

Vacante medietate sine cura Sancti Cipriani de Pinhero diocesis Septensis in administratione olim Tudense, nunc unita perpetuo episcopatu Septensi, nos Iustus Dei et Appostolice Sedis gracia episcopus Septensis et primas Affrice, summi domini nostri Pape Sixti refferendarius domesticus ad presentationem abbatis et monasterii Sancti Felicis de Friestas eiusdem diocesis qui stat⁴³ in possessione presentandi ad dictam medietatem cum illam vacare contingit, que medietas vacavit per mortem Ioannis Didaci ultimi et immediati rectoris et possessoris eiusdem investivimus et confirmavimus in eadem auctoritate nostra ordinaria per bireti nostri in capiti eius impositionem Fratrem Gondisalvum monacu ordinis Sancti Benedicti professum dicti monasterii in sacris ordinibus constitutum, illique regimen dicte ecclesie sive medietatis sine cura comisimus in spiritualibus et temporalibus qui ut moris est ad Sancta Dei Evangelia iuravit nobis et successoribus nostris obedienciam etc. Rogatus de instrumento confirmacionis et institucionis Franciscus Cavalcante doctor notarius appostolicus et scriba noster. In oppido Valencie supra Minium dicte diocesis, die Veneris nona mensis Augusti, anno Incarnacionis Dominice millesimo quadringentesimo octuagesimo secundo. Presentibus ibidem Reverendo Domono Fratре Philippo Iordani abbate monasterii de Gampei et Petro Ferdinandi presbytero, medio canonico, in ecclesia Portugallense et Andrea Gondissalvi clerico Ulixbonensis diocesis et aliis».

⁴³ Abreviado: *st'*.

Medietas sine cura sancti Cipriani de pinheiro:

Vacante Medietate sine cura sancti Cipriani de pinheiro: dicitur Septem in ad-
 ministracione olim tuden: nunc unita perpetuo epatus Septem. Nos Iustus dei
 et apostolice sedis gratia episcopus Septem et primas Affrice. Summi domini nostri pape Sixti
 refferendarius domesticus: ad petitionem Abbatis et monasterii sancti feli-
 cis de frigidis eiusdem diocesis: qui sit in possessione petendi ad dictam me-
 dietatem in illam iurata contingit. Que medietas iuravit p mortem
 Joannis de: ultimi et immediati rectoris et possessoris eiusdem inuestivimus
 et confirmavimus in eadem auctoritate nostra ordinaria: p beati nostri in regi-
 stracione eius possessionem fructum condicionalium: monachi ordinis sancti benedicti
 possessionem dicti monasterii in sacris ordibz constituta illiq regni dicta
 ecclesie sine medietate sine cura commisit in spiritualibus et temporalibus
 qui ut moris est ad sancta dei evangelia iuravit nobis et successoribus
 nostris etiam nos et regem de hisce confirmationis et institutionis
 Franciscus revalente doctor notarius apertus et scriba noster: in
 oppido Valencie sup Minu: dicti die: die veneris nona mensis
 Augusti Anno incarnationis domini M. ccc. quadragesimo octavo -
 fimo secundo fribz Iohannem de dno fratre philippo Jordani Abbate: confessoris
 de gampsa et petro ferdinan puytore, medicos com: in curia portugallens
 et Andree condicionalium furo vlychconon deor a dno: ~

Doc. 4

1482, Agosto, 9 (6.^a-feira) – Castelo de Valença

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, institui e confirma Rodrigo Dias, minorista da diocese de Ceuta, na metade sem cura de S. João da Portela, vaga por morte do reverendo padre D. João de Abreu, seu último reitor.

A. D. B., *Registo geral*, nº. 313, fl. 189 v.

+ 1482. Medietas sine cura ecclesie Sancti Ioannis de Portella.

Vacante medietate ecclesie Sancti Ioannis de Portella diocesis Septensis in adminis-
 tracione Tudense olim vocata, nunc autem perpetuo unite ecclesie Septensi per mor-
 tem reverendi patris domni Ioannis de Abreo, olim ultimi et immediati rectoris et pos-
 sessoris eiusdem, nos Iustus Baldinus Dei et Appostolice Sedis gratia episcopus Sep-
 tentis et primas Affrice, summi domini nostri domini Pape Sixti refferendarius domes-
 ticus, auctoritate nostra ordinaria cuius medietatis sine cura collacio dispositio et omni-
 moda institutio ad nos et ecclesiam nostram pleno iure spectat et pertinet, de dicta

medietate sic vacante investivimus per bireti nostri inposicionem Rodericum Diez⁴⁴ clericum nostre Septensis diocesis in minoribus constitutum et illi providimus de eadem, comitentes ei plenam et liberam administracionem in spiritualibus et temporalibus etc. qui iuravit in manibus nostris secundum formam soliti iuramenti. Rogatus de instrumento collacionis Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et scriba noster. In oppido Valencie de Minio nostre diocesis die Veneris, nona die Augusti anni millesimi quadringentesimi octuagesimi secundi, presentibus Ferdinandi Roderici cantor collegiate ecclesie Sancti Stephani de Valencia vicario nostro et Alvaro Roderici laico Portucalensis diocesis et aliis».

Doc. 5

1482, Agosto, 11 (domingo) – Castelo de Valença

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, confirma André Gonçalves de Castanbeda, minorista da diocese de Lisboa, na metade sem cura de S. Lourenço de Prado, Melgaço, vaga por morte de João Esteves, seu último reitor

A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 190.

Ver fac-simile na gravura n.º 2

«+ 1482. – Medietas sine cura ecclesie Sancti Laurentii de Prado.

Vacante medietate ecclesie sine cura Sancti Laurentii de Prado diocesis Septensis in administracione Tudense olim vocata nunc autem perpetuo unita ecclesie Septensi per mortem Ioannis Stephani ultimi et immediati rectoris eiusdem et cuius collacio institucio presentacio et omnimoda dispositio ad nos et ecclesiam nostram Septensem pleno iure spectat et pertinet nos Iustus Baldinus Dei et Appostolica Sedis gracia episcopus Septensis et primas Africe, Summi Domini Nostri Pape refferendarius domesticus auctoritate nostra ordinaria de dicte medietate sicut premititur vacantis Andree Gondissalvi de Castegnado clerico Ulixbonensis diocesis in minoribus constituto familiari nostro providimus illum investiendum instituendo et confirmando per bireti nostri in capite suo impositionem comittendo illi administracionem in temporalibus et spiritualibus dicte ecclesie sine cura prestito nobis per ipsum solito et consueto obediencie et fidelitatis iuramento. Rogatus de instrumento collacionis et confirmacionis huiusmodi Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et scriba noster. In oppido Valencie de Minio nostre diocesis die dominica undecima mensis Augusti anni Nativitatis Domini millesimo quadringentesimo octuagesimo secundo, presentibus Petro Ferdinandi medio canonico in ecclesia Portugallense et Petro Gundissalvi medio canonico in ecclesia Colimbriense et aliis».

⁴⁴ No texto: *diç*, forma que se repete no doc. n.º 6.

1482 Medietas sine cura ecclesie Sancti Laurentij de
 tuzao

Vacante Medietate ecclesie sine cura Sancti Laurentij de tuzao: diebus septem in
 administratione iudici olim vocata nunc autem perpetuo unita ecclesie septem per
 mortem Joannis Stephani: ultimi et immediati rectoris eiusdem: et
 cuius relicto: presbitero et omnimoda dispositio: ad nos et ecclesiam
 nostram septem pleno iure spectat et pertinet. Nos Iustus Baldinus dei et
 app. p. gra. Episcopus septem et primas Affricae: S. d. n. n. p. p. referendarij
 domesticus auct. nra ordinaria de illa medietate sic ut f. m. t. n. r. u. r. o. n. g. e.
 J. n. d. e. r. e. g. u. l. a. l. i. d. e. r. e. g. u. l. a. t. i. o. n. e. t. u. o. u. l. t. i. m. o. d. i. e. b. u. s. i. m. e. o. r. u. m. r. e. s. p. i. c. t. o.
 p. m. i. s. e. r. i. c. i. n. o. r. u. m. p. r. o. v. i. d. i. m. u. s. I. l. l. i. i. n. s. p. e. n. d. o. p. r. e. s. b. i. t. e. r. e. t. c. o. n. f. i. r. m. a. n. d. o. p. a. r.
 t. u. r. i. n. i. i. m. p. e. t. i. t. e. s. u. o. p. r. o. p. r. i. e. t. a. t. e. m. C. o. m. i. t. a. n. d. o. i. l. l. i. a. d. m. i. n. i. s. t. r. a. t. i. o. n. e. m. e. p. i. s. c. o. p. i. s.
 e. t. p. r. i. e. b. i. t. e. r. i. s. d. i. e. b. u. s. e. c. c. l. e. s. i. e. s. i. n. e. c. u. r. a. p. r. o. s. t. i. t. u. t. n. o. b. i. s. p. e. r. e. p. u. m. s. o. l. u. t. i. o. n. e.
 c. o. n. s. u. e. t. o. a. b. e. t. e. f. i. d. e. l. i. t. a. t. i. s. s. u. r. a. m. e. n. t. o. B. e. n. e. d. i. c. t. u. s. d. e. i. m. p. r. o. c. o. l. l. a. t. i. o. n. i. s. e. t.
 c. o. n. f. i. r. m. a. t. i. o. n. i. s. h. u. i. u. s. m. o. d. i. f. r. a. n. c. i. s. c. a. u. a. l. t. r. a. n. t. e. d. o. c. t. o. r. n. o. t. a. r. i. u. s. a. p. p. n. o. b.
 p. r. o. s. t. i. t. u. t. n. o. b. i. s. i. n. o. p. p. o. s. i. t. o. u. a. l. t. a. n. t. e. d. e. M. a. r. t. i. n. o. n. r. e. d. i. e. b. u. s. d. e. i. d. o. m. i. n. i. c. a.
 V. i. d. e. n. t. i. a. m. e. n. s. i. s. A. u. g. u. s. t. i. a. n. i. n. a. t. u. s. d. n. i. M. i. l. l. i. o. q. u. a. d. r. i. n. g. e. s. i. m. o. c. o. n. s. u. e. t. u. s. i. m. o.
 p. e. n. d. o. q. u. i. b. u. s. p. e. t. r. o. f. e. r. d. i. n. a. n. d. i. m. e. d. i. c. o. r. o. m. o. i. n. e. c. c. l. e. s. i. e. p. o. r. t. u. g. a. l. l. e. n. s. i. s. e. t.
 p. o. s. t. e. r. p. r. o. v. i. d. i. c. a. l. i. u. s. m. e. d. i. c. o. r. o. m. o. i. n. e. c. c. l. e. s. i. e. c. o. l. i. m. b. r. i. e. n. s. i. s. e. t. a. l. i. j. s. ~

Doc. 6

1482, Agosto, 12 (2.ª-feira) – Castelo de Valença do Minho

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, confirma Pedro Fernandes, presbítero do Porto e quaternário da Sé do Porto, na metade sem cura de S. Miguel de Sago, Monção, vaga por morte de João Dias, seu último possuidor.

A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 191.

+ 1482 – Medietas sine cura ecclesie Sancti Michaelis de Çago.

Vacante medietate sine cura ecclesie Sancti Michaelis de Çago diocesis Septensis in Administratione olim vocata Tudensis, nunc autem in perpetuum unita ecclesie Septensis per mortem Ioannis Diez⁴⁵ ultimi rectoris et possessoris eiusdem, et cuius medietatis sine cura collatio presentacio institutio et omnimoda dispositio ad nos et ecclesiam nostram Septensem pleno iure spectat et pertinet, nos Iustus Baldinus episcopus Septensis antedictus et primas Affricae, auctoritate nostra ordinaria de illa sicut premiti-

⁴⁵ No texto, abreviado: *dieç*.

tur vacante investivimus, instituímus et per bireti tradicionem comfirmavimus in eadem Petrum Ferdinandi presbyterum Portugalensem ac in eadem ecclesia Portugallense quar-tanarium canonicum familiarem nostrum, comittentes eidem curam et administracionem bonorum spiritualium et temporalium dicte medietatis sine cura, prestito eidem prius solito et consueto fidelitatis et obediencie iuramento. Rogatus de huiusmodi institucione et confirmacione Franciscus Cavalcante doctor notarius apostolicus et prefate nostre auctoritate episcopalis scriba. Die lune duodecima mensis Augusti in oppido Valencie supra Minium⁴⁶ diocesis nostre predictae, anno Incarnacionis Dominice mollesimo quadringentesimo octuagesimo secundo, presentibus Roderico Leytom doctor et scolastico ecclesie Portugallensis et Andrea Gondisalvi de Castegnedo clerico Ulixbonensis et aliis».

Doc. 7

1482, Setembro, 5 (5.^a-feira) – Castelo de Monção

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, a apresentação do Abade e Convento do Mosteiro de S. Fins de Friestas, confirmou, a título de comenda temporária de seis meses, renovável por idêntico, o minorista Álvaro Fregeiro na metade com cura de S. Miguel de Sago, vaga por renúncia de Afonso Martins, seu último reitor. Atendendo a que o novo titular ainda não possuía a idade canónica para se ordenar de presbítero e a fim de prosseguir os estudos de Letras e de Direito Canónico e Civil, áreas em que a diocese de Ceuta estava muito carentiada, dispensou-o durante sete anos da obrigação de residência e da recepção do presbíterado durante os mesmos anos, impondo-lhe, contudo, a obrigação de receber o subdiaconado dentro de um ano.

A. D. B., *Registo geral*, n.º 313, fl. 191.

«+ 1482 – Medietas cum cura ecclesie Sancti Michaelis de Çago

Vacante Medietate cum cura ecclesie Sancti Michaelis de Çago per liberam resignacionem sponte in manibus nostris factam et per nos admissam per Alphonsum Martini ultimum dicte medietatis cum cura rectorem, nos Iustus Baldinus episcopus Septensis de dicta medietate sic vacante, ad presentacionem Abbatis et conventus Monasterii Sancti Felicis de Friestas nostre diocesis qui sunt in possessione iuris presentandi cum dictam medietatem vacare contingit ne diutine vacationis fatigaretur incomodis Alvaro Fregeira clerico in minoribus constituto nostre diocesis providimus in comendam. Et cum non sit etatis legitime favore studii literarum ut in nostra diocesis sit qui iura cognoscat et intelligat cum permaxime hoc egeat nostra diocesis eandem medietatem dicto Alvaro Fregeira comendavimus ad sex menses et in eorum fine ad alios sex menses progavimus eandem comendam. Et eius nomine suscipientem⁴⁷ Ioannem Carneirum abbatem parochialis ecclesie Sancte Marie de Moreira nostre diocesis investimus in comendam, qui dicto nomine obedienciam solitam et fidelitatem iuravit.

Insuper dicto studii favore, cum dicto Alvaro Freigera dispensavimus per septenium super residencia, et ne infra dictum terminum teneatur promoveri ad sacerdocium, dum tamen infra annum ad subdiaconatus ordinationem promoveatur iuxta formam cano-

⁴⁶ A seguir, cortado *die*.

⁴⁷ No texto, por evidente lapso: *scusipientem*.

num cum ex eo de electio libro VI^o et eidem ecclesie in divinis et cura animarum per idoneum substitutum deserviri faciat. Rogatus tam de comenda quam dispensacione Franciscus Cavalcante doctor notarius appostolicus et scriba noster. In oppido Monçom supra Minium nostre diocesis, die Iovis quinta mensis Septembris Anni millesimi quadringentesimi octuagesimi secundi. Presentibus Alvaro Roderici laico Portugallensis diocesis et Andrea Gondisalvi clerico ulixbonensis et aliis».

Doc. 8

1482, Setembro, 6 (6.^a-feira) – Castelo de Valença do Minho

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, confirma gomes Afonso, minorista da sua diocese, no canonicato e prebenda da Colegiada de Santo Estêvão de Valença, vagos por resignação de Alvaro Gonçalves de Cória, seu último titular, apresentada por Gonçalo Gomes, capelão cura da mesma Colegiada, credenciado para o efeito pela procuração feita pelo notário de Tui, Soeiro Peres.

A. D. B., *Registo geral*, fl 191 v.

«+ 1482 – Canonicatus et prebenda in Collegiata ecclesia Sancti Stephani de Valencia supra Minium diocesis Septensis.

Vacante canonicatu et prebenda in Collegiata Sancti Stephani de Valencia supra Minium diocesis Septensis, olim administracionis Tudensis, nunc unite auctoritate appostolica ecclesie Septensis, per liberam resignacionem in manibus nostris sponte factam et per nos admissam per Gondisalvum Gomeçii capelanum curatum predictae ecclesie Sancti Stephani, tanquam procuratorem et eo nomine Alvari Gondisalvi de Choria ultimi eiusdem canonicatus et prebende rectoris et possessoris, quo de sue procuracionis mandato docuit publico procuracionis instrumento manu Suueri Periz⁴⁸ notarii Tudensis sub die XV mensis Julii anni 1482, nos Iustus episcopus Septensis huiusmodi resignacionis admissa de dictis canonicatu et prebende sicut premittitur vacantibus, auctoritate nostra ordinaria, et quorum collacio institutio confirmacio et omnimoda disposicio ad nos et ecclesiam nostram Septensem pleno iure spectat providimus Gomecio Alphonsi clerico nostre diocesis in minoribus constituto illum per anulii nostri in digito suo impositionem investientes cum plenitudine iuris canonici regimen et administracionem bonorum omnium iurium et⁴⁹ pertinentiarum dictorum canonicatus et prebende sibi plenarie comittendo, adhibito⁵⁰ et prestito illi in manibus nostris solito fidelitatis iuramento secundum⁵¹ formam consuetam. Rogatus de instrumento collacionis institucionis et confirmacionis huiusmodi Franciscus Cavalcante doctor et scriba noster, die Veneris, die sexta mensis Septembris anni Incarnacionis Dominice M CCCC L XXXII in oppido Valencie supra Minium nostre diocesis. Presentibus ibidem Andrea Gondisalvi clerico Ulixbonensis diocesis et Aries Barroso⁵² domini Regis et aliis».

⁴⁸ No texto: *periç*. Notar a grafia do s final substituída por ç, para significar o som de z, como aconteceu antes com *Gomeçii*.

⁴⁹ Copulativa indicada pela nota tironiana, feita à semelhança da forma carolina: 7.

⁵⁰ Salientar o nexa constituído pelo d e o h com a parte da haste comum.

⁵¹ Abreviado por s cortado seguido de *m*.

⁵² A seguir está cortado *fti*, lapso de *scutifero*.

Doc. 9

S. d., s. l.

D. Frei Justo Baldino, bispo de Ceuta e primaz de África, tendo verificado por ocasião da visita canónica à Colegiada de Santo Estêvão de Valença que a falta de sacristão causava alguns inconvenientes ao normal funcionamento da mesma, instituiu a sacristia ou cargo de sacristão desta Colegiada, anexo a um canonicato e respectiva prebenda, estipulando no próprio documento de instituição as obrigações e direitos inerentes às funções de sacristão, para ele transferindo também algumas, até então, pertencentes ao tesoureiro, que continuou a ser o responsável pelos vasos sagrados.

A. D. B., *Registo geral*, fls. 192-194 v.

«+ 1482 – Errectio officii sacriste cum unione perpetua canonicatus et prebende in ecclesie Collegiata Sancti Stephani de Valencia supra Minium diocesis Septensis.

Iustus Baldinus iuris utiusque doctor, Dei et Appostolice Sedis gracia episcopus episcopus Septensis et primas Africe, summi domini nostri Pape refferendarius domesticus, dilecto nobis in Christo Ioanni Alphonsi presbytero nostre diocesis salutem in Domino sempiternam.

Quoniam pastoris officium esse comperimus ea que ad divinum cultum maxime pertinent totis conatibus intueri et que viderit opportuna ad augmentum eius et ordinationem ea omni studio prosequatur prout in Domino salubriter conspexerit expedire, siquidem nos quibus incumbit ex benignitate Appostolice Sedis cura omnium ecclesiarum nostre diocesis illis presertim providere debemus ad quas populi multitudo concurrat et venerabilium personarum collegium devocio et cetus exornat. Cum itaque superioribus diebus ecclesiam Collegiatam Sancti Etephani de Valencia supra Minium nostre diocesis pastoralis officio ut tenemur visitaremus et ea que emendanda et corrigenda erant in melius reformare studeremus inter cetera que ad divini cultus conservacionem, laudem, et augmentum, necessaria fore conspeximus sacristam qui ad campanas pro horarum distribucione tangendas et canonicis atque clericis ad divina celebranda et populum ad illa audienda convocaret quique ecclesiam ipsam tam luminarium accensione quam ecclesie mundicie atque aliarum rerum ad officium sacriste pertinencium ministrare summe necessarium esse conspeximus quam ubi canonicorum et prebendarum magnus numerus in ecclesia consistit et populi multitudo ad audienda divina concurrat summe necessarius est qui tali officio subministret. Et licet annis superioribus thesaurarius (fl. 192v) eiusdem ecclesie que ibidem dignitas antiquior non tamen principalis existit huiusmodi onus habuisse dicatur, cum sacra vasa eiusdem ecclesie sint eius custodie mancipata non tamen reliquiarum et obsequiorum eiusdem ecclesie cura et sollicitudo prefate thesaurarie demandata esse vel fuisse conspicitur quo fit ut nonnunquam scandala inter canonicos et clericos eiusdem ecclesie oriantur et ecclesia ipsa in necessariis obsequiis non parum patitur⁵³ et cum plurimorum scandalo detrimentum. Nos igitur cupientes tam divino cultui quam ecclesie prefate quantum cum dominio possumus providere ac omnes scandali seminarium amputare ne devocio

⁵³ A seguir cortado: *cle*.

populi ad dictam ecclesiam minuatur, invocata prius Sancta et Individua Trinitate Patris Filii et Spiritus Sancti, officium sacriste in dicta Collegiata ecclesia Sancti Stefani de Valencia nostre diocesis predictae auctoritate nostra ordinaria erigimus facimus creamus et deputamus ut deinceps et in perpetuum sit in dicta ecclesia sacrista, qui curam gerat pulsandarum campanarum pro temporum et horarum qualitate, qui ecclesiam mundet, missas distribuat, altaria et eorum ornamenta munda teneat, vascula ad vinum et aquam fundendam pro divino sacrificio mundet, luminaria accendat, lampades curet, curatum presbiterum ad curam animarum exercendam cum opus fuerit convocet, vestimenta omnia custodiat, exceptis vasis argenteis quos volumus ut in custodiam thesaurarii remaneant, et alia faciat que facere de iure vel consuetudine quilibet alius sacrista tenetur et debet, presenteque Bastiano Gondisalvi thesaurario dicte ecclesie et expresse consenciente ac in manibus nostris quoad huiusmodi officium sacriste dumtaxat spectat et pertinet sponte (fl. 193) et libere renunciante, atque omnium rerum⁵⁴ et cere summam ad dictam thesaurariam spectantem et pertinentem etiam renunciante, nos dicto officio sacriste ditorum rerum quantacumque fuerit officio dictique sacriste in perpetuum deputamus et concedimus ut ex ea sacrista futurus in perpetuum prefate ecclesie luminaribus in officiis divinis et aliis necessariis deserviat et utatur. Et ut dictum officium sacriste per nos ut premittitur factum, creatum, et erectum sive sacrista futurus dicto officio deserviens habeat unde sustentari valeat pro dicto officio et obsequio prestando ecclesie memorate canonicatum et prebendam dicte ecclesie Sancti Stephani vacantes ad presens per liberam et expressam renunciacionem de illis hodie in manibus nostris sponte factam per Sebastianum Gondissalvi thesaurarium dicte ecclesie procuratorem et procuratorem nomine Petri Ludovici Gondissalvi eius fratris, ultimi et immediati canonici ditorum canonicatus et prebende possessoris, quam resignacionem nos admittimus et⁵⁵ admisimus per presentes et dictos canonicatum et prebendam modo quo supra vacacionem censentes et quorum collatio institutio et omnimoda dispositio ad nos solum et ecclesiam nostram Septensem spectat et pertinet dictos canonicatum et prebendam sicut premittitur vacantes dicto officio thesaurarie ut premittitur erecto in perpetuum unimus anectimus et incorporamus ita ut deinceps et in perpetuum quicumque fuerit sacrista sit etiam canonicus in eadem ecclesia et habeat hanc unitam prebendam ut habeat unde se in divino obsequio valeat sustentare; habeatque sicut ceteri canonici dicte Collegiate ecclesie vocem in capitulo stalum in choro et quotidianas distribuciones. Que omnia et singula sicut premittitur per nos facta erecta, creata, unita et incorporata perpetue firmitatis robur obtinere decernimus interponentes (fl.193v) eis quantum de iure possumus et debemus nostre auctoritatis ordinarie decretum ut in perpetuum firma semper et illibata permaneant. Ne igitur dicti erectio officii et unio canonicatus et prebende frustra facta esse videantur et ne diutius dicta ecclesia Collegiata paciatur in spiritualibus detrimendum cupientes nos dicto officio sacriste sit erecto ut vacante cum nullus adhuc in eo fuerit institutus de persona idonea et dicte ecclesie utili providere, de religionis zelo vite ac morum honestate dilecti nobis in Christo Ioannis Alfonsi in sacerdocio constituti rectoris ecclesie curate Sancti Mametis de Ferreria cum sua unita plenius informati volentes dicto Ioanni Alfonsi gra-

⁵⁴ No original: *reram*.

⁵⁵ Nota tironiana com a forma: 7.

ciam facere specialem dictum Ioannem Alfonsi coram nobis flexis genibus constitutum et acceptantem, de predicto officio sacriste cum canonicatu et prebenda ut premittitur unitis quorum officii canonicatus et prebende collatio institutio et omnimoda dispositio ad nos et ecclesiam nostram Septensem solum et in solidum spectat et pertinet cum omnibus iuribus et pertinenciis suis auctoritate nostra ordinaria per impositionem bireti in capite suo providimus et providemus per presentes instituentes et confirmantes te dictum Ioannem Alfonsi in verum et legitimum sacristam et canonicum dicte ecclesie ut deinceps uti possis et valeas omnibus et singulis privilegiis indultis exemptionibus immunitatibus prerogativis et honoribus quibus ceteri canonici et sacriste in ista ecclesia et aliis similibus uti consueverunt, mandantes cantori, tesarario, scolastico, ceterisque dignitatibus canonicis et clericis dicte ecclesie admittant assignante tibi vel procuratori tuo ad hoc specialiter constituto stalum in choro, vocem in capitulo et assignent tibi omnia et singula (fl.194) vestimenta ceram et alia que ad usum et officium dicti officii sacriste spectant et pertinent. Et ut melius in dicto officio sacriste in dicta ecclesia in perpetuum serviatur decernimus atque auctoritate nostra predicta instituimus et ordinamus quod ex nunc deinceps et in perpetuum adveniente casu vacationis dicti officii sacriste cum canonicatu et prebenda sicut premittitur unitis, dignitates et canonici representantes capitulum dicte ecclesie Collegiate Sancti Stephanni de Valencia possint et valeant eligere infra quindecim dies virum idoneum et sufficientem supra quo consciencias eorum et cuiuslibet eorum oneramus quod dignus visus fuerit ad huiusmodi officium in dicta ecclesia fideliter exercendum quem sicut premittitur de communi consensu capituli vel maioris et sanioris partis electum teneantur infra quindecim alios dies presentare sic electum nobis vel successori nostro pro tempore existenti seu eius vicario ad hoc auctoritatem habenti qui illum sic presentatum si dignum et idoneum iudicaverit instituat in officio sacriste et canonicum creet cum canonicatu et prebenda. Alias elapsis prefatis XV diebus assignatis in elleccionem fienda de dicto sacrista statim dicte dignitates et capitulum sint pró ea vice iure eligendi private et electio pleno iure ad episcopum devolvatur. Similiter et elapsis aliis XV diebus ad presentacionem faciendam episcopo vel eius vicario de sacrista electo ius eligendi statim ut supra ad episcopum pro ea vice devolvatur. Et ut omnia et singula ut supra dictum est plenum sorciantur efectum mandamus in virtute sancte obediencie cantori thesaurario scolastico canonicis ceterisque clericis dicte collegiate ecclesie Sancti Stefani de Valencia necnon omnibus et singulis clericis curatis et non curatis ecclesiarum nostre diocesis ut dictum Ioannem Alfonsi sacristam et canonicum memoratum in dicti officii sacriste et canonicatu ac prebenda munus (?) realem actualem et corporalem possessionem iurium et pertinenciarum suarum quaruncunque auctoritate nostra (fl.194v) inducant et possant per tactum campane clavium ecclesie vestimentorum secundum morem et consuetudinem nostrae diocesis et ecclesie memorate insuper dictus Ioannes Alfonsi canonicus et sacrista institutus ut supra manu tactis Sacris Evangeliiis in manibus iuravit bene et laudabiliter exercere officium suum sacriste et obediens et fidelis esse nobis et successoribus meis etc. et quod non alienabit bona dicte sacristie et alia in iuramento fidelitatis solita contineri. In quorum omnium robur testimonium et fidem presentes litteras etc. Datum etc.⁵⁶.

⁵⁶ Com a simplificação do documento, introduzida pela utilização de « etc.», omitiu o dia e o mês, na data.

5. Conclusão

Para encerrar a apresentação destes documentos redigidos pelo humanista italiano Francisco Cavalcante, doutor *in utroque iure* e notário apostólico, poderemos dizer que, embora tratando-se de textos de natureza jurídica, denotam um domínio perfeito do latim, marcado pelo cariz restauracionista, da segunda metade do século XIV – século XVI. Apesar disso, se a marca humanista está vincadamente presente na designação dos dias da semana, ferida de acordo com o panteão romano: *die lune* (2.^a-feira)⁵⁷, *die Iovis* (5.^a-feira)⁵⁸, *die Veneris* (6.^a-feira)⁵⁹, não deixa de ser curioso verificar que seguia a contagem progressiva dos dias do mês, já fortemente implantada entre nós, segundo o calendário cristão, quer referido como ano da Incarnação (*Incarnacionis Dominice*)⁶⁰, com início em 25 de Março, segundo o costume predominante em Itália, quer, mais raramente, como ano do Nascimento (*Nativitatis Domini Nostri Iesu Christi*)⁶¹ ou, simplesmente, *Nativitatis Dominice*)⁶², com início em 25 de Dezembro⁶³.

Quanto a outros aspectos, sabemos que assimilou práticas fonéticas e consequentes formas escritas multisseculares, vigentes entre nós, merecendo referência particular o abrandamento do grupo *ti*, seguido de vogal, em *ci*, podendo servir de exemplos as palavras: *Incarnacionis, tradicionem, institucione, confirmacione*⁶⁴, *resignacionis*⁶⁵, *administracionem*⁶⁶, *institucionis*⁶⁷, *confirmacionis*⁶⁸, *devocio*⁶⁹, *renunciacionem*⁷⁰, *mundicie*⁷¹, *presentacionem*⁷², *collacio, vacacionem, disposicio, impositionem*⁷³, etc., não sendo aceitável a prática daqueles que insistem em transcrever, nestes e noutros casos semelhantes, substituindo o *c* por *t*, em nome de um purismo linguístico que, do ponto de vista diplomático, redundava numa adulteração do documento.

Captou e fixou a evolução do patronímico *Didaci* para *Dias*, na forma intermédia *Diez*, que grafou *diç (= Diz)*⁷⁴ e no documento n.º 6 escreveu *dieç (= Diez)*, equivalendo o *ç* à consoante *z*. A mesma grafia de *ç = z* utilizou-a no patronímico *Periç = Periz*.

⁵⁷ Docs. n.ºs 1 e 6.

⁵⁸ Doc. n.º 7.

⁵⁹ Doc. n.ºs 2, 3, 4 e 8.

⁶⁰ Docs. n.ºs 2, 3, 6 e 8.

⁶¹ Doc. n.º 1.

⁶² Doc. n.º 5.

⁶³ Neste contexto, vem a propósito recordar que foi em 22 de Agosto de 1422 (Era de 1460) que D. João I aboliu, em Portugal, o uso da *Era hispânica*, que andava 38 anos mais avançada em relação à *Era Cristã*. O início do ano, porém, continuou a ser em 25 de Dezembro. Só com o calendário gregoriano, que agora seguimos, aprovado em 1582, para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1583, projecto a que Portugal aderiu prontamente, é que o ano passou a ter início, entre nós, no dia 1 de Janeiro. Nem todos os estados aderiram logo ao novo calendário gregoriano.

⁶⁴ Docs. n.ºs 2, 3, 6 e 8.

⁶⁵ Doc. n.º 8, 9.

⁶⁶ Doc. n.º 8.

⁶⁷ Doc. n.º 8.

⁶⁸ Doc. n.º 8.

⁶⁹ Doc. n.º 9.

⁷⁰ Doc. n.º 9.

⁷¹ Doc. n.º 9.

⁷² Doc. n.º 3.

⁷³ Doc. n.º 9.

⁷⁴ Docs. n.ºs 4 e 6.

Quer isto dizer que, embora formado nos princípios do humanismo literário, não ficou imune às influências fonéticas e gráficas locais.

As considerações tecidas em torno de Francisco Cavalcante, a pretexto da divulgação dos escritos latinos que nos deixou no livro n.º 313 do *Registo geral*, do Arquivo Distrital de Braga – também identificado como *Confirmações de Valença* –. Permitiram-nos conhecer melhor este humanista italiano, que surpreendemos, no Verão de 1482, na companhia de D. Frei Justo Baldino, a quem serviu de secretário e escriba.

José Ramón Blánquez Vico

Universidade do Porto; joseblanquez@portugalmail.com

La adquisición de la preposición *de* en niños bilingües catalano-castellanos: separación de códigos lingüísticos y adquisición similar a los monolingües

1. Introducción

La mayoría de los niños son capaces de expresar sus intenciones comunicativas de manera muy parecida a la adulta alcanzados los cuatro años de edad y, para ello, han de atravesar por una serie de etapas en el proceso de adquisición del lenguaje independientemente de que sean monolingües o bilingües.

De Houwer (1999) ofrece un listado de los estudios más relevantes sobre la adquisición del lenguaje y en él vemos reflejado que éstos comienzan a desarrollarse a partir de la década de los setenta, aunque no será hasta los noventa cuando las investigaciones de adquisición bilingüe tengan su mayor auge. No obstante, es hoy día uno de los campos más necesitados de investigación.

Dentro del marco de la adquisición bilingüe, uno de los grandes debates gira en torno a la capacidad de los niños en diferenciar los códigos gramaticales a los que están expuestos desde el inicio mismo del desarrollo gramatical y si adquieren sus lenguas de manera similar a los monolingües. Encontramos estudios ya clásicos como los de Volterra & Taeschner (1978), Redlinger & Park (1980), Taeschner (1983) y Vihman (1985) que defienden que los niños comienzan el proceso de adquisición fusionando los dos códigos a los que están expuestos desde su nacimiento; sin embargo, otros autores sostienen que hay una separación de las dos lenguas desde el inicio del desarrollo gramatical (Meisel, 1986; De Houwer, 1998; Köppe, 1996; Barreña, 2000, 2001; Almgren & Barreña, 2001). Autores como Vila & Cortés (1991) hicieron un estudio longitudinal con dos niños bilingües familiares siguiendo las etapas propuestas por Volterra & Taeschner (1978) y la propia Taeschner (1983) y llegaron a la conclusión de que en un primer momento sí hay un período en el que se fusionan los léxicos, período muy breve que es superado cuando los niños alcanzan un vocabulario activo de aproximadamente ochenta palabras.

El objetivo de este trabajo es describir el proceso de adquisición de la preposición *de* en dos niños bilingües con el catalán y el castellano como primeras lenguas y constatar que no encuentran dificultades diferentes a las de los niños monolingües.

Teniendo en cuenta las dos posturas mencionadas anteriormente, la hipótesis central de este trabajo es la de la separación temprana de los códigos y el desarrollo simultáneo de las dos gramáticas. Se espera demostrar que los niños bajo nuestra investigación desarrollan las dos gramáticas de manera similar a los monolingües, al menos en cuanto a la adquisición de la preposición *de* –o su variante *d'*– tanto en castellano como en catalán.

2. Metodología

2.1. Los sujetos y los corpora

Los sujetos de este trabajo forman parte de dos proyectos de investigación que han seguido una metodología muy similar. Los niños han sido observados longitudinalmente en grabaciones realizadas, con excepciones, mensualmente con una duración media de unos cuarenta y cinco minutos en situaciones propias de la vida cotidiana y en las que el examinador se mantuvo al margen en la medida de lo posible. Por un lado tenemos a los dos niños bilingües catalano-castellanos: Josep, grabado desde la edad de 1;01 hasta los 4;00 años, y Caterina, desde el 1;09 hasta los 4;03; y por otro a la niña monolingüe castellana María, grabada desde 1;07 hasta los 3;11, y el monolingüe catalán Pep, desde el 1;01 hasta los 4;00.

Los dos niños bilingües y el monolingüe catalán forman parte del corpus Serra-Solé (1995) incorporado al proyecto CHILDES (McWhinney, 1995) y cuya transcripción se efectuó en el Departament de Psicologia Bàsica de la Universitat de Barcelona en formato CHAT. El corpus de la monolingüe castellana se incluye en el proyecto de investigación de López Ornat *et al.* (1994) y también se halla afiliado al proyecto CHILDES.

Por último, decir que los corpora están transcritos ortográficamente, hecho favorable para estudios gramaticales, pero que tiene el inconveniente de dejar de lado cuestiones como las fonéticas.

2.2. Emisiones lingüísticas analizadas

Son muchas las funciones que desempeña la preposición *de* y los valores que denota tanto en castellano como en catalán. Es habitual en el lenguaje infantil encontrar sintagmas con esta preposición expresando posesión o pertenencia (*La casa de Pedro*), materia (*Mesa de madera, de metal, de cristal*), el asunto (*Clase de geología*), medida, peso y edad (*Una niña de 3 años y de un metro y medio*), una simple asociación de entidades (*El libro de la biblioteca*), origen (*Bacalao de Portugal*), modo (*Se bebió el agua de golpe*), causa (*Se puso rojo de vergüenza*) o indicando período en el espacio y en el tiempo (*De Madrid a Bilbao, abierto de 5 a 8:30*).

También puede introducir complementos adverbiales (Rojo 1990) (*Vino de Barcelona*), predicativos (*Considero el asunto de interés*), suplementos (*Carece de vocación*), acompañar a adjetivos y adverbios (*Estoy vestido de pirata, después de estudiar*), formar parte de perífrasis verbales (*He de dormir un poco más*), constituir nombres compuestos (*Ave del paraíso*) o realizar construcciones partitivas o pseudopartitivas (Rigau, 1999) (*Un grupo de jugadores*).

Todos los ejemplos que acabamos de ver pueden ser aplicados en ambas lenguas, pero es importante tener en cuenta que en catalán cuando un adjetivo calificativo se refiere a un nombre sobreentendido o sustituido por el pronombre *en* se introduce con la preposición *de* en sentido partitivo (Badia *et al.*, 1997) (i). Si el verbo o el pronombre se omiten, también se mantiene la preposición delante de este tipo de adjetivos, es como si la preposición sustituyera el nombre sobreentendido (ii).

- (i) Vols taronges? *En* tinc unes *de* molt bones / '¿Quieres naranjas? Tengo unas muy buenas'.
- (ii) – Ens han dit que teniu mobles de segona mà / 'Nos han dicho que tenéis muebles de segunda mano'.
– Sí, però no pas *de* tan antics / 'Sí, pero no tan antiguos'.

Otro dato importante que diferencia a ambas lenguas es el hecho de que en catalán podemos introducir con la preposición *de* el sujeto de una oración cuando es de infinitivo (iii) y cuando el infinitivo es el CD¹ de verbos que expresan voluntad, intención, proyecto o deseo (iv), aunque no es posible con verbos como *voler* 'querer', *poder*, *saber*... En caso de dudas, los lingüistas recomiendan su uso.

- (iii) M'interessa *de* veure'l aviat / 'Me interesa verlo pronto'.
- (iv) M'han oferit *de* dirigir una empresa / 'Me han ofrecido dirigir una empresa'.

En este estudio no pretendemos describir todas las funciones de la preposición *de* ni vamos a poder mostrar todas sus realizaciones existentes en catalán y castellano, debido a la temprana edad de los niños y a las limitaciones de los corpora. Lo que esperamos es observar cómo los diferentes sistemas gramaticales se desarrollan en los niños bilingües y cómo adquieren una capacidad similar a la de los monolingües.

3. Resultados

Mostraremos el máximo número de realizaciones posible de los dos bilingües y de los monolingües para constatar las dificultades que un niño ha de atravesar en el proceso de adquisición y la aparente sencillez con las que las solventan, ya estén adquiriendo una lengua o dos desde el inicio.

Los cuatro niños analizados siguen un proceso de adquisición muy similar cuyos resultados los exponemos en los siguientes puntos:

a. En diferentes estudios se ha observado que en los primeros intentos de realización de sintagmas preposicionales la preposición se omite con una tendencia descendente de este error hasta llegar a la desaparición; así como el hecho de que estas omisiones no se producen de manera sistemática y siguen apareciendo incluso cuando el niño ya domina una determinada preposición.

Barreña (2000) halla que en las primeras emisiones españolas hay ausencia de la preposición *de* en contextos en los que es necesaria, así como en estructuras equivalentes en euskera, no sólo en niños bilingües, sino también en monolingües españoles y vascos.

¹ A partir de aquí vamos a utilizar las abreviaturas de SP(s) para sintagma(s) preposicional(es), SN(s) para sintagma(s) nominal(es), SAdj(s) para sintagma(s) adjetival(es), SAdv(s) para sintagma adverbial(es) y CD para complemento directo.

Estas omisiones de la preposición tienen un índice relevante únicamente al inicio del proceso de adquisición, cuando el niño comienza su utilización o está muy próximo a ella. Veamos algunas emisiones con estas ausencias:

- (1) coche **[del]** yayo (Josep 2;00); a porta[r] ca[s]co **[de]** l' Hu[gl]o / 'a traer casco Hugo' (Josep 2;03)
- (2) l'ull **[de]** [l]la mamà / 'el ojo la mamá' (Caterina 1;09); Pepa se diplata **[de]** lata / 'Pepa se disfrazata rata' (Caterina 2;02)
- (3) ése es **[de]** papá (María 1;10); es **[de]** mamá (María 1;11)
- (4) treu **[d']** aquí / 'saca aquí' (Pep 1;10); el cuento **[de]** la girafa / 'jirafa' (Pep 1;10)

b. En los cuatro niños analizados, el primer valor que expresa la preposición **de** es el de posesión o pertenencia, siendo éste el más abundante en sus emisiones. Nótese que en las primeras realizaciones, excepto en el monolingüe catalán, el SN al que hacen referencia se encuentra elidido y la función sintáctica que desempeña el SP es la de atributo del verbo **ser**, verbo que puede estar elidido y que es sobreentendido por el contexto:

- (5) e[s] **del** Hugo (Josep 2;03); això és **de** l'autobús / 'esto es del autobús' (Josep 3;00)
- (6) [és] **del** papá / 'del papá' (Caterina 1;09); e[s] **de** la Tània (Caterina 1;11)
- (7) eso **[de]** papá (María 2;00); éste no es tuyo, e[s] **de** mamá (María 2;01)
- (8) pinta la panxa **de** la girafa / 'pinta la barriga de la jirafa' (Pep 2;00); [és] **del** Pep (Pep 2;02)

Una vez dominadas estas estructuras y conviviendo con ellas, comienzan a surgir los primeros SPs en los que ya aparece el SN núcleo con su determinante pertinente:

- (9) este volante es **de** mi papá (Josep 3;00); se n'ha anat a casa **de** l'avia / 'se ha ido a casa de la abuela' (Josep 3;02); el cotxe **del** Max / 'el coche de Max' (Josep 3;04)
- (10) la casa **del** tiet / 'la casa del tío' (Caterina 2;03); el papá **de** la Pepa (Caterina 2;05); aquest és **de** la Tània / 'éste es de Tània' (Caterina 2;06)
- (11) [l]la pelota **d'**Aito (María 2;01); en la casa **de** Nines (María 2;02); con el secador **de** mamá (María 2;05)
- (12) una granja **dels** animalets / 'una granja de los animalitos' (Pep 2;01); a la col **de** la bruixa / 'en la col de la bruja' (Pep 2;03); el palau **del** príncep / 'el palacio del príncipe' (Pep 2;09)

c. Otro de los valores de la preposición **de** encontrados en los corpora y utilizados por los niños es el de materia (13-15) y en composición nominal (16-17).

- (13) és **de** plàstic / 'es de plástico' (Caterina 3;01); eren **de** paper / 'eran de papel' (Caterina 3;10)
- (14) **de** jamón (María 2;02); **de** leche (María 2;05)
- (15) **de** cartró / 'de cartón' (Pep 2;01); faig un pastel de sorra / 'hago un pastel de arena' (Pep 2;07)
- (16) un **bijo de puta** (Josep 3;02); vaig a la **sala d'estar** / 'voy a la sala de estar' (Caterina 3;01)
- (17) en el **cuarto de baño** (María 2;08); un **cotxe de carreres** / 'un coche de carreras' (Pep 2;06)

d. Se han observado en todos los niños analizados producciones de sintagmas con la preposición *de* expresando asociación de entidades u origen:

- (18) el barco *de* cocodrilos (Josep 3;11); a la casa *d'*ambulàncies no / 'en la casa de ambulancias no' (Josep 4;03)
(19) el gegant *del* pi / 'el gigante del pino' (Caterina 2;01); classe *del* Pato Donald / 'Clase del Pato Donald' (Caterina 2;06)
(20) los niños *de* aquí, *de* la casa (María 2;06); agua *de* la fuente (María 2;11)
(21) la capsa *del* colors / 'la caja de los colores' (Pep 2;05); és el senyor *de* Basenhau / 'es el señor de Basenhau' (Pep 3;03)

De igual forma hemos recogido emisiones en las que el SN núcleo se encuentra elidido y pronominalizado por su determinante:

- (22) vull *el* [llapis] *de* color d'aquest / 'quiero el [lápiz] de color de éste' (Josep 3;00); *la* [càmara] *de* papà (Josep 3;04)
(23) *el* [lleó] *de* blanc / 'el [león] de blanco' (Caterina 2;03); *la* [olor] *de* colonia (Caterina 2;05)
(24) ahora *la* [cançión] *de* Pulgarcito (María 2;03); *el* [osito] *del* cuento (María 2;05)
(25) com *el* [excavadora] *del* vidre / 'como el del vidrio' (Pep 2;05); *el* [contel] *del* tigre / '[cuento]' (Pep 2;09)

e. Los niños han utilizado también esta preposición para expresar el modo o la manera y para introducir complementos predicativos (26-29). En ocasiones resulta complicado interpretar si el sintagma introducido por la preposición es un predicativo, debido a que el verbo principal está omitido y no siempre es sencillo determinar cuál es el verbo que el niño elide.

- (26) el posarem *de* groc / 'lo pondremos de amarillo' (Josep 3;00); *d'*aquest color pinta / 'de este color pinta' (Josep 3;00)
(27) m'he posat *de* peu / 'me he puesto de pie' (Caterina 2;05); està *del* revés (Caterina 2;06); les pinto *de* vermell / 'las pinto de rojo' (Caterina 3;10)
(28) *de* ot[r]a manera (María 2;11); te la he hecho *de* mentira (María 3;01)
(29) *de* color lila (Pep 2;05); cauràs *de* nassos / 'caerás de narices' (Pep 3;02); els tinc *de* ferro / 'los tengo de hierro' (Pep 3;06)

f. Otras emisiones que encontramos en las producciones de los niños, aunque no en abundancia, son las que denotan tiempo (30-32). La expresión temporal es una de las que más preposiciones admite, pero resulta difícil de dominar a edades tempranas, al menos con preposiciones que limitan el tiempo, ya que no hemos de olvidar que los niños no lo estructuran en fracciones de minutos, horas o días hasta edades más tardías.

- (30) ya es *de* noche (Caterina 3;00)
(31) porque es *de* noche (María 2;06)
(32) aún no s'ha fet *de* nit / 'aún no se ha hecho de noche' (Pep 2;04)

Hemos observado que son capaces de expresar a partir de los tres años otras nociones temporales con preposición junto a adverbios u otras categorías y en construcciones que aparentemente son más complicadas:

(33) és *de* quan està malaltet / ‘es de cuando está malito’ (Caterina 3;00); *després de* venir / ‘después de venir’ (Caterina 3;00)

(34) *después de* la salchicha y [...] *de* la tortilla (María 3;06); quiero que me cuentes un cuento, *de antes* (María 3;07)

(35) *de seguida* se’n va amb el sabó / ‘en seguida se va con el jabón’ (Pep 3;06); *després de* dormir (Pep 3;08)

Queremos destacar también el uso de la estructura *ser + hora de + infinitivo* en el habla de la niña bilingüe para expresar tiempo y que en ocasiones adquiere cierto valor imperativo:

(36) *és hora d’anar* a dormir / ‘es hora de ir a dormir’ (Caterina 2;03)

(37) *és l’hora d’anar* a dormir / ‘es la hora de ir a dormir’ (Caterina 3;01)

g. Los cuatro niños producen SPs modificando a SAdjs (38-39) y a SAdv², siendo estos últimos locuciones preposicionales o adverbiales, todas ellas con valor espacial y muy numerosas en los corpora (40-42).

(38) vestida *de* dol / ‘vestida de luto’ (Josep 2;07); brut *de* xocolata / ‘sucio de chocolate’ (Josep 3;00); está lleno *de* dibujos (Caterina 2;06); no ple *de* pols / ‘no lleno de polvo’ (Caterina 3;00)

(39) lleno todo *de* juguetes (María 3;07); plena *de* cendra / ‘llena de ceniza’ (Pep 2;09); s’ha embrutat *de* caca / ‘se ha ensuciado de caca’ (Pep 3;00)

(40) damunt *del* cavall / ‘encima del caballo’ (Josep 3;00); posa’t a detrás *de* la xx [no se entiende la última palabra] / ‘ponte detrás de la xx’ (Josep 3;02); hi ha nens a prop *de* la barca / ‘hay niños cerca de la barca’ (Josep 3;07)

(41) dintre *de* la caixa / ‘dentro de la caja’ (Caterina 3;01); sota *de* la cadira / ‘debajo de la silla’ (Caterina 3;01); dins *de* la seva casa / ‘dentro de su casa’ (Caterina 3;10)

(42) ot[r]o encima *de* ot[r]o (María 2;04), detrás *de* una puerta (María 3;01); dentro *de* casa (María 3;07); a dintre *del* relotge / ‘dentro del reloj’ (Pep 2;03); a dalt *de* tot / ‘arriba de todo’ (Pep 2;09); a darrera *d’aquí* / ‘detrás de aquí’ (Pep 3;08)

h. Tanto los niños bilingües como los monolingües realizan construcciones pseudopartitivas o partitivas (43-46). En catalán, como regla general, un adjetivo calificativo se introduce con la preposición *de* en sentido partitivo cuando se refiere a un sustantivo sustituido por el pronombre *en* e incluso si el verbo y el pronombre están omitidos.

(43) *de* todo (respondiendo a “¿qué más has comido?”, Josep 2;10); no, *d’aquesta* / ‘de ésta’ (señalando una jarra, Josep 3;00); una mica *de* plastilina / ‘un poco de plastilina’ (Josep 3;04)

(44) me compraré una *d’aquesta* / ‘una de ésta’ (Caterina 2;05); té *de* molts colors / ‘tiene (de) muchos colores’ (Caterina 3;00); *n’hi* havien *de* cotxes / ‘había coches’ (Caterina 4;03)

(45) toma un poco *de* agua (María 2;01); algo *de* chuletas (María 2;04); un t[r]ozo *de* comida (María 2;09)

² En este apartado no mostraremos de nuevo los SAdv^s con valor temporal.

(46) no *en* trobo aquí *de* cargols / ‘no encuentro aquí caracoles’ (Pep 2;07); una mica *d’aigua* / ‘un poco de agua’ (Pep 3;06); no *en* tinc més *de* xiclets / ‘no tengo más chicles’ (Pep 3;10)

El único indicio que puede interpretarse como mezcla de códigos fue a la edad de 3;11 en un diálogo de Josep con su amigo Óscar (47). Los niños se hallaban en una situación de juego en la que el intercambio de lenguas era constante, es decir, se dirigían el uno al otro o bien en castellano o bien en catalán; por tanto, más que hablar de mezcla, estamos presenciando un *code switching*. Así mismo, el sintagma marcado con la preposición se encuentra en catalán y no en castellano, la mezcla resultaría más evidente si el único elemento en lengua catalana fuera la preposición y/o el otro niño no hablara ambas lenguas.

(47) JOS: que tengo más *de* pilotes / ‘pelotas’
ÓSC: ¿dónde?
JOS: xx muchas *de* pilotes
ÓSC: petites / ‘pequeñas’

i. En ambas lenguas encontramos perífrasis verbales con preposición, preposición que no constituye un SP con una función sintáctica con respecto a otro sintagma, sino que forma parte del paradigma verbal. Si bien en castellano, al menos en el lenguaje infantil, no es frecuente oír perífrasis con la preposición *de*, en catalán es muy habitual encontrar *haver de* + infinitivo para expresar necesidad u obligación (48-49), siendo *tener que* + infinitivo incorrecto.

(48) se l'*ba de tirar* a la basura / ‘se la tiene que tirar a la basura’ (Josep 3;00); això *ba de quedar* així / ‘esto tiene que quedar así’ (Caterina 2;08); encara *be de creixer* / ‘todavía tengo que crecer’ (Caterina 2;10)

(49) *baig de fer* un petó al Tapi / ‘tengo que dar un beso a Tapi’ (Pep 2;04); *bas de ser* a casa / ‘tienes que estar en casa’ (Pep 2;09); *s’ba de remenar* / ‘se tiene que remover’ (Pep 3;00)

j. Todos los niños han utilizado la preposición *de* para introducir complementos adverbiales y suplementos:

(50) [surt] *de* l’ou / ‘[sale] del huevo’ (Josep 3;07); treure el zapato *del* peu / ‘sacar el zapato del pie’ (Caterina 1;11); [se disfraz] *de* ratón (Caterina 2;02); *d’on* [és]? / ‘¿de dónde [es]?’ (Caterina 2;06); és *d’aquí* (Caterina 3;00); em canso *del* vermell / ‘me canso del rojo’ (Caterina 3;10)

(51) sacarme *de* la bañera (María 2;05); bájate *del* coche (María 2;06); ¿te acuerdas *de* que en Madrid salió María? (María 3;01); he venido *de* mi cole (María 3;07)

(52) venen *del* zoo / ‘vienen del zoo’ (Pep 2;03); va disfressat *de* mico / ‘va disfrazado de mono’ (Pep 3;01); surt *d’una* cova / ‘sale *de* una cueva’ (Pep 3;10)

Un verbo habitual en el lenguaje infantil y que todos los niños, a excepción del bilingüe Josep, han utilizado en sus emisiones es *hacer* o *fer* en catalán con la preposición *de*:

(53) està *fent de* pallassin / ‘está haciendo de payasín’ (Caterina 2;02)

(54) *haciendo de* guardia (María 3;10)

(55) *fent de* porter / 'haciendo de portero' (Pep 3;05)

k. Ya hemos visto que hay casos en catalán en los que una oración de infinitivo con la función de CD puede estar introducida por la preposición *de*. Únicamente hemos encontrado un ejemplo en Josep que puede ser interpretado como una conducta de imitación y por tanto una construcción no productiva (56). Este tipo de CDs no son muy comunes en el habla de los niños, como refleja el hecho de que ni la bilingüe Caterina ni el niño monolingüe Pep los producen a lo largo de todo el corpus.

(56) – en sap de conduir? / '¿sabe conducir?' (le pregunta su padre)

– sí que en sap *de* conduir / 'sí que sabe conducir' (Josep 3;00)

4. Conclusiones

En este estudio descriptivo, el objetivo principal era el de observar si los niños bilingües que adquieren el catalán y el castellano como primeras lenguas, y concretamente la preposición *de*, encuentran dificultades añadidas en su proceso de adquisición con respecto a los niños monolingües y si por ello han de atravesar una fase en la que se fusionen las dos gramáticas de sus lenguas.

Los resultados de los dos niños bilingües, Josep y Caterina, han sido expuestos junto a los de María, una niña monolingüe castellana, y Pep, un niño monolingüe catalán. Una vez que estos resultados han sido analizados y comparados, podemos sostener que los niños diferencian sus dos lenguas tempranamente y que el proceso de adquisición es prácticamente el mismo al de los niños que sólo están expuestos a una lengua. Podemos afirmar rotundamente que las similitudes entre niños monolingües y bilingües son mucho más asombrosas que las diferencias.

Como ha quedado mostrado, los niños han expresado las diferentes funciones de la preposición de acuerdo a las normas de sus lenguas y han respetado el orden que podemos considerar más frecuente tanto en castellano como en catalán: primero el núcleo y a continuación el SP. En este sentido, también han producido en ambas lenguas emisiones en las que el núcleo estaba pronominalizado por su determinante.

Los errores más destacables afectan de igual manera a los niños bilingües y a los monolingües y se limitan a no producir la preposición en contextos en los que es exigida. No obstante, estos errores de omisión tienen lugar, como era de esperar, muy tempranamente y al inicio del proceso de adquisición.

Un uso incorrecto de la preposición *de* que puede considerarse como una mezcla de códigos es el que hallamos en Josep a los 3;11 (47). En este ejemplo, el niño introduce la preposición en sentido partitivo como si se tratase de emisiones en catalán. Sin embargo, hemos confirmado que durante esta grabación el niño se encontraba en una situación de juego con otro niño bilingüe en la que el intercambio de lenguas era constante, así como el hecho de que el niño no introduce únicamente la preposición, sino también el sustantivo en catalán *pilotes*, palabra que en ese momento puede estar más saliente que su equivalente en castellano. Aún así, estamos frente a un solo ejemplo de todo un corpus.

Por todo ello, podemos afirmar que los dos niños bilingües desarrollan sus gramáticas de manera separada y que el proceso de adquisición es semejante al de los niños monolingües, al menos en cuanto a la preposición *de* se refiere.

BIBLIOGRAFIA

- ALMGREN, Margareta e BARREÑA, Andoni (2001), "Bilingual Acquisition and Separation of Linguistic Codes: Ergativity in Basque Versus Accusativity in Spanish", in Nelson, Keith *et al.* (orgs.), *Children's Language, Volume 11*, Mahwah, NJ, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 27-48.
- BADIA, Joan *et al.* (orgs) (1997), *El llibre de la llengua catalana: per a escriure correctament el català*, Barcelona, Castellnou.
- BARREÑA, Andoni (2000), "Diferenciación gramatical en procesos de adquisición bilingüe: La adquisición de la preposición *de* y de las estructuras equivalentes en euskara", in Borrego, Julio *et al.* (orgs.), *Reflexiones en torno a la Lengua Española*, Salamanca, Universidad de Salamanca-Instituto Caro y Cuervo, pp. 217-227.
- BARREÑA, Andoni (2001), "Grammar Differentiation in Early Bilingual Acquisition: Subordination Structures in Spanish and Basque", in Almgren, Margareta *et al.* (orgs.), *Research on child language acquisition*, Somerville, Cascadilla Press, pp. 78-94.
- DE HOUWER, Annick (1998), "Comparing error frequencies in monolingual and bilingual acquisition", in *Bilingualism: Language and Cognition*, 1, 3, pp. 173-174.
- DE HOUWER, Annick (1999), "Language Acquisition in Children Raised with two Languages from Birth: an Update", in *Revue Parole*, 9-10, pp. 63-87.
- KÖPPE, Regina (1996), "Language differentiation in bilingual children: the development of grammatical and pragmatic competence", in *Linguistics*, 34, pp. 927-954.
- LÓPEZ ORNAT, Susana *et al.* (1994), *La adquisición de la lengua española*, Madrid, Siglo XXI.
- MCWHINNEY, Brian (1995), *The CHILDES project: tools for analysing talk*, Hillsdale, NJ, LEA.
- MEISEL, Jürgen (1986), "Word order and case marking in early child language. Evidence from simultaneous acquisition of two first languages: French and German", in *Linguistics*, 24, pp. 123-183.
- REDLINGER, Wendy e PARK, Tschang-Zin (1980), "Language mixing in young bilinguals", in *Journal of Child Language*, 7, pp. 337-352.
- RIGAU, Gemma (1999), "La estructura del sintagma nominal: los modificadores del nombre", in Bosque, Ignacio & Violeta Demonte (orgs.), *Gramática descriptiva de la lengua española 1. Sintaxis básica de las clases de palabras*, Madrid, Espasa, pp. 311-362.
- ROJO, Guillermo (1990), "Sobre los complementos adverbiales", in *Jornadas de Filología (Homenaje al profesor Francisco Marsá)*, Barcelona, Publicaciones de la Universidad de Barcelona, pp. 153-171.
- SERRA, Miquel e SOLÉ, Rosa (1995), *Childes database. Romance language corpora*, in <http://childes.psy.cmv.edu>.
- TAESCHNER, Traute (1983), *The Sun is Feminine: A Study of Language Acquisition In Bilingual Children*, Berlin, Springer-Verlag.
- VIHMAN, Marilyn May (1985), "Language differentiation by a the bilingual infant", in *Journal of Child Language*, 12, pp. 297-324.
- VILA, Ignasi e CORTÉS, Montserrat (1991) "Aspectos relativos al desarrollo lexical y morfosintáctico de los bilingües familiares", in Idiazabal, Itziar (org.), *Adquisición*

del lenguaje en niños bilingües y monolingües: hizkuntz jabekuntza baur elebidun eta elebakarretan, San Sebastián, Servicio Editorial de la U.P.V., pp. 109-127.

VOLTERRA, Virginia e TAESCHNER, Traute (1978), "The acquisition and development of language by bilingual children", *in Journal Child Language*, 5, pp. 311-326.

José Teixeira

ILCH - Universidade do Minho; jsteixeira@ilch.um.pt

De *cá* para *lá* e de *aqui* para *aí*: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais *cá/lá/(acolá)* e *aqui/aí/ali*

1. A opção pela Semântica Cognitiva

Numa visão clássica componencial, o valor semântico das unidades linguísticas era analisado num conjunto de traços mínimos que procuravam ser caracterizadores positivos do item e simultaneamente diferenciadores dele em relação aos outros com os quais ele era contrastado. É a famosa semântica das cadeiras de Pottier ou do solteirão generativista (*bachelor*).

Numa análise deste tipo, tende-se a entender que cada unidade assenta a essência do seu valor linguístico nos traços de positividade ou negatividade que a opõem às outras com as quais forma mini-sistemas. Isto equivale a dizer que habitualmente este tipo de análise tem tendência a supervalorizar os aspectos que podem ser traduzidos binariamente (existência positiva e negativa) e a fazer deles a "essência" significativa da unidade linguística.

Defende-se aqui, diferentemente, que a descrição semântica a nível lexical se deve basear numa perspectiva cognitiva recorrente da noção de que cada unidade se estrutura num modelo mental que o indivíduo partilha numa comunidade linguística. Tal modelo pode alicerçar-se em traços opositivos mais ou menos binários, mas também em múltiplos aspectos cognitivos e pragmático-contextuais a que a linguística estruturalista negava lugar na rede semântica e aos quais punha o rótulo de "conhecimento enciclopédico" ou "conhecimento do mundo".

Através dos valores semânticos dos marcadores espaciais *cá/lá/(acolá)*¹ e *aqui/aí/ali* pretende-se mostrar que uma análise como a que se defende explica muito mais satisfatoriamente os problemas ligados à configuração linguística (neste caso, do espaço) do que a visão clássica da análise componencial.

¹ Ao indicar-se o marcador *acolá* entre parêntesis, pretende-se referir que, embora costume ser englobado no mesmo grupo de *cá/lá*, tal marcador assenta em valores um pouco diversos dos outros dois que se constituem em oposição binária, como à frente mais detalhadamente se analisará. Esta análise retoma e amplia a feita em Teixeira, 2001:135-142.

2. O longe e a distância

Para Pontes (1992) a oposição espacial entre *aqui/aí/ali/lá* é apenas uma questão de distância métrica. E vinca bem que este é o **único** traço:

Vê-se que *aí* opõe-se a *aqui* por um único traço: um indica próximo ao falante, o outro próximo ao ouvinte.

Já *ali* opõe-se a *aqui* por referir-se um a mais perto, outro a menos perto. É uma questão de gradação. Trata-se de um contínuum em que a relação de contigüidade é maior com *aqui* e menor com *ali*. Esta gradação se completa com *lá*. (Pontes 1992:13).

E a seguir apresenta quadros opositivos:

+	-	+	
próximo		distante	
aqui	ali	lá	(Pontes 1992:15)

O quadro abaixo tenta dar uma visão gráfica das relações semânticas que vigoram entre esses quatro advérbios. No eixo da distância, podemos também distinguir três graus, distância 1, 2 e 3, do mesmo modo que no de pessoa.

		Distância		
		1	2	3
Pessoa	1	aqui		
	2	aí		
	3		<i>ali</i>	<i>lá</i>

(Pontes 1992:15)

Assim, tudo direitinho, simetricamente oposto, só falta dizer a distância em metros. São quadros opositivos como estes que a Semântica Componential tanto aprecia.

A inexactidão desta análise quase que a leva à completa falsidade. O pré-conceito estruturalista de que as unidades se tendem a opor por um único traço opositivo não deixa Pontes ver que a distância é apenas um dos elementos que entra em todo o modelo e, por vezes, nem sequer o elemento mais importante, podendo mesmo ser "ignorado".

Em primeiro lugar, *lá* não pertence ao mesmo quadro opositivo de *aqui/aí/ali*. Pertencerá, antes, a um outro, constituído apenas por *cá/lá/(acolá)*. É evidente que os dois quadros se podem "misturar" numa situação de comunicação, embora a oposição *cá/lá* não se estruture em função das relações 1^a/2^a/3^a pessoa. Tal como *aqui*, *cá* pode referir-se apenas à situação da 1^a pessoa

- 1) Aqui, onde estou de férias, tem chovido muito.
- 2) Cá, onde estou de férias, tem chovido muito.

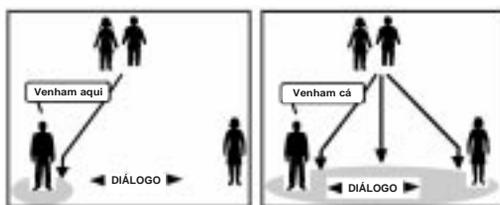
ou ao espaço conjunto do LOC(utor) e ALOC(utário):

- 3) Estou a falar contigo aqui, dentro do Café.
- 4) Estou a falar contigo cá dentro do Café.

Isto acontece já que os dois marcadores suportam uma espacialidade alargada que não se restringe obrigatoriamente a um ponto, podendo envolver o ALOC desde que inclua o LOC.

No entanto, *cá/aquí*, devido à oposição prototípica de [+/-espaço abarcado] que entre eles existe, não configuram da mesma forma o espaço do LOC. Imagine-se uma situação como a da figura 1, em que dois interlocutores conversam e um deles pede a um grupo para se aproximar:

Figura 1



Como o sombreado representa, a zona do "aqui" é prototipicamente a zona que tem por centro o LOC. Na verdade, o "aqui" do LOC tem de ser interpretado como opondo-se ao "ali" do ALOC. Já o espaço do "cá" é uma zona mais abrangente e não obrigatoriamente a do LOC. É, neste caso, essencialmente a zona em que decorre o diálogo, ou seja, o espaço em que se situam LOC e ALOC. O "cá" não deve, em princípio, ser entendido como o espaço do LOC por oposição ao do ALOC do diálogo, mas a zona do LOC-ALOC (a "zona do diálogo") por oposição ao espaço dos segundos ou posteriores alocutários.

Repare-se que *cá*, como espaço do LOC, nunca se pode opor a *lá* como **espaço situacional** do ALOC, mas a **aí**:

- 5) Nós já estamos **cá**, e tu ainda estás **aí**!
- 6) *Nós já estamos **cá**, e tu ainda estás **lá**!

Embora *lá* não possa representar o **espaço situacional** do ALOC, pode representar o seu **espaço habitual**:

- 7) **Lá** na China, onde tu **estás**, a comida é boa?

é uma frase que pode ser dita em Portugal; mas estando os dois em Portugal, não se pode formular com **aí**:

- 8) ***Aí** na China, onde tu **estás**, a comida é boa?

Por conseguinte, quer o grupo *cá/lá/(acolá)*, quer *aquí/aí/ali*, não se estruturam em função das três pessoas verbais, mas em função da situacionalidade de LOC e ALOC, o que não é a mesma coisa: as formas *ali/lá/acolá* não indicam o espaço da terceira pessoa, mas um espaço não pertencente quer ao LOC quer ao ALOC:

Espaço do LOC	<i>aqui</i>	<i>cá</i>
Espaço do ALOC	<i>aí</i>	
Espaço não pertencente ao LOC e ALOC	<i>ali</i>	<i>lá, acolá</i>

Por estas (entre outras) razões, é que a oposição *aí/lá* não pode figurar num único quadro, nem muito menos se estrutura em função de uma menor ou maior distância. Repare-se que ao telefone eu posso perfeitamente dizer:

9) Pela janela vejo a neve **lá** fora, mas sei que **aí** no Rio de Janeiro está muito calor.

Neste caso, a relação de distância é exactamente antagónica à apresentada por Pontes: o *lá*, que deveria corresponder a [+distância], corresponde a alguns metros e o *aí*, que deveria equivaler a [-distância] corresponde a muitos milhares de quilómetros.

Para se perceber que não é apenas, nem sobretudo, a distância, que estrutura o modelo destes configuradores espaciais, convém reparar em algumas situações. Veja-se, por exemplo, a representada na figura 2 que permitirá as frases:

Figura 2

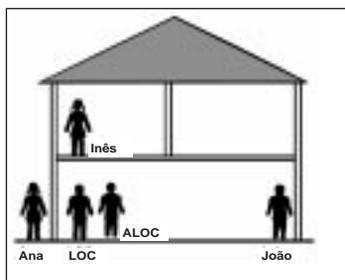


- 10) A bola ficou **lá** em cima.
- 11) A bola ficou **ali** em cima.

Como se adivinha facilmente, não será a **distância** a que a bola está que leva a usar-se muitas vezes *lá* de preferência a *ali*. Se estivesse no chão, mesmo que a bola se encontrasse a uma distância maior, era, com certeza preferido *ali* a *lá*.

Observemos uma outra situação (figura 3) onde se podem comparar facilmente as distância métricas relativas:

Figura 3



- 12) O João está **ali** junto à parede.
- 13) ?O João está **lá** junto à parede.
- 14) A Inês está **lá** em cima, no quarto.
- 15) ?A Inês está **ali** em cima, no quarto.
- 16) A Ana está **lá** fora.
- 17) ?A Ana está **ali** fora.

Como se vê, aqui uma menor distância (LOC-Ana, LOC-Inês) selecciona preferencialmente o uso de **lá**, ao passo que a distância maior (LOC-João) prefere o **ali**.
A "distância" exigida por **lá** pode ser mínima, apenas alguns centímetros:

Figura 4



- 18) Vês a aranha? Está **lá** ao fundo do tubo.
- 19) Vês a aranha? ?Está **ali** ao fundo do tubo.

E mesmo quando estão envolvidas distâncias maiores, na mesma situação global, o **lá** pode representar um ponto mais perto do que o **ali**:

Figura 5



- 20) O coelho está **lá** ao fundo da gruta.
- 21) Vou **ali** àquela árvore buscar um pau para lhe atirar.

Como se observa, a distância a que é suposto estar o coelho é menor do que a distância a que fica a árvore. Assim, também nesta situação, **ali** corresponde a uma distância maior que **lá**. E os dois localizadores não podem, ou pelo menos não devem, ser neste caso trocados.

A partir de situações como estas, constata-se facilmente que a "distância" não é critério único para a oposição espacial de *aqui/aí/ali/lá* e que em exemplos como os ilustrados a oposição faz-se exactamente ao contrário da proposta por Pontes: a uma menor distância corresponde *lá* e a uma maior distância *ali*.

É, por conseguinte, evidente que o elemento configurador não pode ser prioritariamente a distância. Por outro lado, todos os falantes têm a intuição que a vertente distância também não pode ser arredada do modelo destes configuradores espaciais.

O problema fica resolvido se atendermos aos aspectos cognitivos das experiências humanas. Estas, constantemente, provam que a posse e o acesso das coisas são dificultados por vários factores, entre os quais **o mais frequente** é a distância. Mas esta é apenas uma das condicionantes da **acessibilidade**. Por isso mesmo, o que constitui o verdadeiro factor do qual depende este quadro de marcadores espaciais é a **distância em função da acessibilidade**.

E assim, retornando a todos os exemplos apresentados, vemos que o local mais acessível é traduzido por *ali* e o menos acessível por *lá*, ainda que, ao inverso do que acontece usualmente, a uma menor distância não corresponda maior acessibilidade.

3. Os modelos diferentes de *aqui* e *cá*

Embora seja a distância em função da acessibilidade que enforma genericamente estes dois grupos de marcadores espaciais, tal vertente não é (até para justificar a respectiva existência) conceptualizada da mesma forma pelos dois grupos.

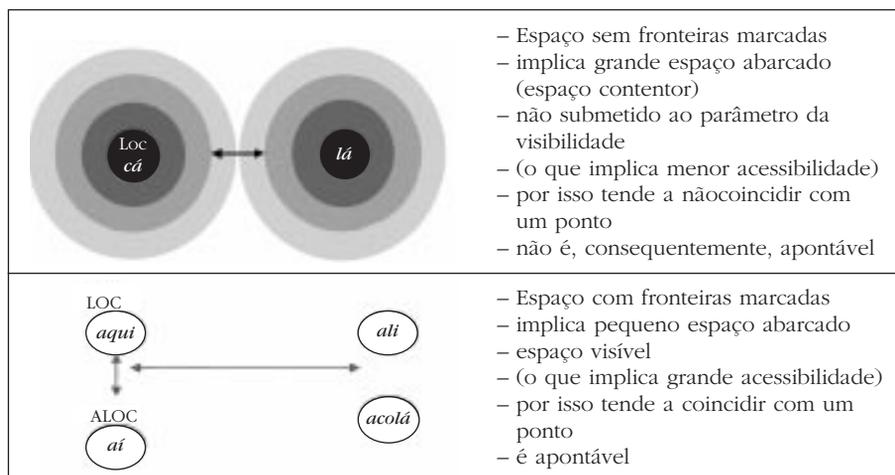
A diferença fracturante entre os dois grupos (*cá/lá/(acolá)*, por um lado e *aqui/aí/ali*, por outro) reside no facto de *cá/lá* assentar prototipicamente na metáfora do contendor, ou seja, *cá/lá* pressupõem um espaço englobante, um espaço que contém um determinado sujeito que ocupa uma centralidade. Ao inverso, *aqui/aí/ali* indicam não espaços, mas lugares, sítios. Pode dizer-se que enquanto *cá* é um espaço sem fronteiras marcadas onde o LOC se insere, *aqui* designa um espaço demarcável próximo do locutor. Esta diferença fundacional acarreta divergentes possibilidades de referencialidade para os dois marcadores: o espaço de *aqui* porque demarcável, pode coincidir com um ponto, pode apontar-se; o de *cá*, não.

Porque o espaço de *cá* é não demarcado, não pode ser facilmente abarcado pelo LOC e por isso é um espaço não dominado pelos mecanismos perceptivos, principalmente pelo mais importante, a visão: é, por isso, um espaço não necessariamente visível na sua totalidade, ao contrário do espaço de *aqui*. Por isso mesmo, também menos acessível, o que explica, como se viu, a tão frequente equivalência/substituição entre [visibilidade] e [acessibilidade].

Outra diferença importante entre os dois grupos é o valor da relação posicional LOC-ALOC. Verdadeiramente, só *aqui/aí/ali* se estrutura em função desta relação, já que em *cá/lá* não se referencia a posição do ALOC. Curiosamente, em *acolá* referencia-se a situação espacial de [espaço não englobando LOC e ALOC], o que, juntamente com o traço de [+visibilidade] faz com que este marcador seja semanticamente equivalente a *ali*. Talvez não seja alheio a este facto o processo diacrónico de formação de *acolá*, tido como vindo de *eccu illac*, ou seja "*eis ali*".

Imagética e prototipicamente talvez se pudessem esquematizar os valores nucleares em que assentam estes dois grupos de marcadores da seguinte forma:

Figura 6 e 7



Como se pode comprovar, os dois grupos de marcadores assentam em valências de espacialidade substancialmente diferentes. Repare-se, ainda, como *acolá* se insere muito mais facilmente no grupo *aqui/aí/ali* (sendo praticamente equivalente a *ali*) do que naquele com o qual partilha as semelhanças fônicas.

4. Valores centrais e valores periféricos

A descrição que acabou de ser feita não significa que estes marcadores possuem sempre a mesma valência espacial. Como todas as unidades linguísticas, juntamente com estes valores prototípicos, múltiplos usos mais periféricos, relativamente ao protótipo espacial, asseguram-lhes uma enorme plasticidade semântica. Por isso mesmo, em muitos usos, um marcador de um grupo pode ser substituído por um do outro quando o valor que está em causa não é o que os divide, mas o um valor partilhado. Assim, vimos que *ali* se opõe a *lá* na medida em que implica, por exemplo, [relação LOC-ALOC], [+visibilidade] e [espaço definido]. No entanto, se apenas estiver prioritariamente em causa a vertente [afastamento] e as outras puderem ser contextualizadas, estes marcadores tornam-se equivalentes:

- 22) Foi para Paris e lá viveu durante três anos.
- 23) Foi para Paris e ali viveu durante três anos.

Mesmo oposições aparentemente menos intermutáveis como *aí-lá* se podem neutralizar:

- 24) Foi para Paris e aí viveu durante três anos.

Há mesmo usos periféricos destes marcadores que são descritos como completamente desligados do núcleo espacial, apenas porque não se compreendem os princípios de implicação cognitiva que os originaram. Sirvam de exemplos os valores de *cá-*

lá classificados de forma variada (palavras denotativas de realce², partículas enfáticas) e dificilmente arrumáveis na morfologia gramatical clássica.

Como referimos, a distância é um dos factores da **acessibilidade** (melhor, da não-acessibilidade), vertente que também comporta a visualização ([+visível] → [+acessível]), ou a altura ([+alto] → [-acessível]).

É precisamente a preferência de [-acessibilidade] que *lá* engloba que originou usos aparentemente inexplicáveis, à luz de [+/-distância], como

- 25) Vocês sabem **lá** o que custa ser professor!
- 26) Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei **lá!**...
- 27) Preferes esse? Tu **lá** sabes...
- 28) Mas é **lá** possível emagrecer trinta quilos num mês!
- 29) O senhor sabe **lá** para quem está a falar...
- 30) Podes **lá** com 200 quilos!

Há dicionários que não registam esta acepção de *lá*³. Outros sinonimizam-na com um *pois*, sem mais nada⁴, ou com uma pequena explicação que pouco ou nada explica⁵. É também descrita como tendo valor enfático, de reforço ou afectivo⁶.

A presença de "afectividade" (pelo menos no sentido comum) é um pouco difícil de detectar, já que a partícula (se assim se lhe quiser chamar) marca um distanciamento entre o LOC e o ALOC, podendo mesmo marcar a anti-afectividade de uma confrontação, como acontece em 35).

Por outro lado, o valor enfático também é dificilmente perceptível se nos lembrarmos que uma partícula enfática dá ênfase a uma frase que sem essa partícula enfática teria **o mesmo sentido**, embora sem ênfase.

Ora não é o que se passa com estas verbalizações de *lá*. Se a tirarmos das frases em que aparece, o sentido tende a ser exactamente o oposto. Portanto, *lá*, nesta acepção, não vem dar ênfase a um sentido existente, já que sem essa "partícula" tal sentido não existe. Aliás, *lá*, nestes casos, funciona como **advérbio de negação**:

² Cunha e Cintra, 1984:548.

³ Moreno 1961; *Dicionário* Porto Editora, 7ª Ed.

⁴ Figueiredo 1996.

⁵ S/ Autor, 1996, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Sistema J: "Ora, pois. (Na linguagem familiar, é forma expletiva, concernente a pronomes da 1ª, 2ª ou 3ª pessoa: *sei lá isso; ouve lá; ele lá sabe.*")"

⁶ Vilela 1991: "quando *lá* tem valor enfático é uma PARTÍCULA (modalizadora) COM VALOR AFECTIVO". O Dicionário Aurélio (de Aurélio Ferreira) é o que mais desenvolvidamente valoriza e exemplifica este uso de *lá*: "6. Partícula de realce, reforço, que, anteposta ou posposta a um verbo, lhe imprime a idéia de começo imediato de ação: *Lá vou eu!*, ou que se usa, não raro com valor afectivo, após o pronome oblíquo referente à pessoa com quem se fala: *Conte-me lá como foi a festa; Diga-nos lá o que sabe do caso*; ou que, conforme a entonação que se lhe dê, assume, pelo menos aproximadamente, o valor de um advérbio de negação: *Sei lá!; Lá inventar potocas, isso ele não faz; Mas isso é lá possível; "Graciliano podia lá viver numa cidade assim!"* (Artur Azevedo, *Contos possíveis*, p.171); *"Tenbo lá cara de general!"* (Fernando Sabino, *A Falta Que Ela Me Faz*, p. 52). "- Eleição? ... cortou abruptamente o Jango. *Lá quero saber disso!*" (Vieira Pires, *Querências*, p. 49). [Se o verbo antecedente ou seguinte ao *lá* estiver na 1ª pess., é preferível (mas p. us. no Brasil) o *cá*: *Sei cá!*"]

31) Vocês sabem lá (=não sabem) o que custa ser professor!	31') Vocês sabem o que custa ser professor!
32) Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei lá! ... (=não sei)	32') Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei!
33) Preferes esse? Tu lá sabes... (=não sabes)	33') Preferes esse? Tu sabes...
34) Mas é lá (=não é) possível emagrecer trinta quilos num mês!	34') Mas é possível emagrecer trinta quilos num mês!
35) O senhor sabe lá para quem está a falar...	35') O senhor sabe para quem está a falar...
36) Podes lá com 200 quilos!	36') Podes com 200 quilos!

Será que **este lá** é o mesmo **lá** locativo?

Não e sim; não, porque sincronicamente não possui nem a mesma distribuição, nem a mesma validade semântica; sim, porque é "originário" do **lá** locativo espacial, mantendo com ele relações de implicação cognitiva. Tais relações, certamente, não são hoje conscientes para as modelizações semânticas dos falantes, mas foram essas mesmas relações implicativas que originaram que este **lá** derivasse do **lá** espacial. Podemos dizer que a palavra é a mesma, tendo abstractizado nocionalmente a vertente locativa (que não desaparece totalmente) e acentuado a vertente da inacessibilidade ou impossibilidade do que se afirma.

Assim, **lá** {[-acessibilidade] ⇔ [-proximidade] ⇔ [-possibilidade]} injecta todos estes valores (ou apenas algum(ns) deles), no verbo com o qual se junta:

saber+lá=
saber+{[-acessibilidade] ⇔ [-proximidade] ⇔ [-possibilidade]}=
saber inacessível, longínquo, impossível=
não saber.
ser+lá possível=
ser+{[-acessibilidade] [-proximidade] ⇔ [-possibilidade]} possível=
ser inacessível, longínquo, impossível possível=
ser impossível (ser) possível=
ser impossível.
poder+lá=
poder+{[-acessibilidade] ⇔ [-proximidade] ⇔ [-possibilidade]}=
poder inacessível, longínquo, impossível=
não poder.

Como já antes se disse e é um dado adquirido em qualquer análise semântica, nem sempre se actualizam todos os elementos semântico-cognitivos (traços, semas) que uma palavra comporta. Temos aqui, a este respeito, um caso tão curioso como interessante. Se o verbo **saber**, quando junto com **lá**, não quiser seleccionar os três traços apresentados, mas apenas os de {[-acessibilidade] ⇔ [-proximidade]} (ficando, por conseguinte de fora [-possibilidade]), pode fazê-lo, sendo evidente que o resultado final não

será "não saber", mas (aproximadamente) "saber longínquo". Só que quando isso acontece, quando *lá* se junta a *saber*, não para indicar impossibilidade, mas "possibilidade não acessível ao LOC", então o verbo, para evitar confusões com *saber lá=não saber* "obriga" *lá* a passar para antes do verbo.

Recorde-se

31) Vocês sabem **lá** o que custa ser professor!

32) Sabes quantos carros passaram hoje por esta rua? R/-Sei **lá!**...

compare-se com

33) Preferes esse? Tu **lá** sabes...

Temos assim uma selecção diferente feita pelo verbo:

lá+saber=

{[-acessibilidade] [-proximidade]}+saber=

saber inacessível, longínquo (para o LOC)

Ou seja: *saber lá = não saber, desconhecer*, mas *lá saber= conhecer em segredo, conhecer apenas o próprio*.

A construção *lá*+Verbo possibilita que por analogia sintáctica apareça a construção *cá*+Verbo, mas, diversamente do que se passa com *lá*, apenas quando o sujeito é o LOC:

37) Eu cá sei o que quero fazer.

38) *Tu cá sabes o que queres fazer

O traço [espaço/domínio do LOC] presente no protótipo de *cá* acarreta os valores de [acção pertencente ao domínio do LOC] o que fornece à construção *cá*+Verbo o sentido de "acção cujo domínio pertence totalmente ao LOC":

39) Eu cá sei por que digo isso!

40) Eu cá me responsabilizo por isso!

41) Eu cá me entendo com ele!

42) Eu cá me arranjo!

5. Conclusão

Penso ter explanado as razões que permitem concluir que as relações semânticas entre os marcadores em análise são bem mais complexas e linguisticamente produtivas do que a marcação da simples distância física relativamente ao LOC, como determinadas análises propõem. Vê-se, por outro lado que o grupo *aqui/aí/ali* se diferencia em muitos aspectos de *cá/lá*, sendo *acolá* mais situável dentro do primeiro mini-sistema referido do que deste último.

Por outro lado, verifica-se que uma análise semântica que se queira dar conta das verdadeiras oposições funcionais não pode cair no simplismo de pensar que é possível tirar da descrição linguística o conhecimento do mundo que uma comunidade falante partilha. É esse conhecimento do mundo, conjugado com a percepção que temos de nós mesmos enquanto actantes no processo cognitivo-referencial que as línguas suportam que, em última instância, molda o processo semântico das mesmas línguas.

Por último, fazer mais uma vez notar como os sentidos ligados à espacialidade são uma fonte incessante de posteriores valores nocionais. E ainda que sem querer cair numa qualquer versão mais dura das teorias localistas, acentuar como é fácil à língua, apoiada nos nossos mecanismos cognitivos, da noção de (muito) espaço passar à de (in)acessibilidade e desta à de (im)possibilidade de domínio. No fundo, é o mesmo que axiomáticamente o provérbio constata: "longe da vista, longe do coração".

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Sá da Costa, Lisboa.
- FIGUEIREDO, Cândido (1996), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 25ª ed., Bertrand.
- MORENO, Augusto (1961), *Dicionário Complementar da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Editora Educação Nacional, Porto.
- (s/ Autor) (1996), *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª ed., Lello-Editora Sistema J.
- TEIXEIRA, José (2001), *A Verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás*, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, Braga.
- VILELA, Mário (1991), *Dicionário do Português Básico*, 2ª ed., Asa, Porto.

Índice Geral

I Volume

<i>Elogio do Homenageado</i> Maria de Fátima Marinho	7
<i>Currículo do Homenageado</i> Mário Augusto do Quintero Vilela	13
<i>Três estratégias cognitivas da figuratividade na língua: sinestesia, metáfora e metonímia</i> Mário Augusto do Quintero Vilela	21
<i>Gramática e texto publicitário</i> Alexandra Guedes Pinto	39
<i>Parâmetros (co)implicados na ordenación de constituíntes oracionais en latín</i> Alexandre Rodriguez Guerra	51
<i>Verney e as correntes coeva e posterior do filosofismo gramatical</i> Amadeu Torres	71
<i>O português migrante: uma leitura da revista Peregrinação</i> Ana Paula Coutinho	79
<i>Ocorrências do MQP na 2ª e 3ª versões d'OCPA de Eça de Queirós: dados quantitativos para análise</i> Ana Paula Loureiro	89
<i>Novas notas sobre a construção com ser focalizador</i> Angela Bartens / Niclas Sandström	105
<i>Palavras e conceitos no tempo: para uma onomasiologia diacrónica e cognitiva do Português</i> Augusto Soares da Silva	121
<i>Le devoir faire et le pouvoir choisir dans le processus langagier</i> Bernard Pottier	141
<i>Características de variedades populares e rurais do português brasileiro contemporâneo que correspondem a documentação dos primeiros dicionários portugueses</i> Brian Franklin Head	147
<i>A arte de Grammatica da Língua mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus</i> Carlos Assunção / Maria do Céu Fonseca	161
<i>Criar ou pedir palavras?</i> Cristina Alves de Brito	177
<i>Dar a palavra à ciência: diálogos entre linguística e linguagens de especialidade a propósito de um dicionário terminológico</i> Fantina Tedim Pedrosa / Cecília Falcão / Cláudia Ferreira / Cláudia Martins / Manuel Silva	181
<i>Tentações de lucro ameaçam a Universidade</i> Fátima Sequeira	193
<i>Quantificação na língua e no discurso: o caso de parte em português</i> Fátima Silva	201

<i>Ensino médio: as contribuições da disciplina na integração da área de conhecimentos e suas interfaces com as demais áreas</i>	
Gilda Maria Lins de Araújo / Maria José de Matos Luna	213
<i>Organização de redes estruturais em morfologia</i>	
Graça Maria Rio-Torto	219
<i>Como não “pôr o pé em ramo verde” ou do papel da polissemia na construção do sentido</i>	
Hanna J. Batoréo	237
<i>Marcadores explícitos de tópico em Galego e Português: equivalências e divergências</i>	
Iago Bragado Trigo	253
<i>Léxico e progressão referencial</i>	
Ingedore G. Villaça Koch	263
<i>Algunas reflexiones sobre el estatus de las lenguas de señas de los sordos en el contexto de la globalización</i>	
Inmaculada C. Báez / M. ^a Carmen Cabeza	277
<i>Falar claro a mentir</i>	
Isabel Margarida Duarte	291
<i>“Onde está Madrid?”, “Onde é Madrid?” e “Onde fica Madrid?”</i>	
Jaime Ferreira da Silva	301
<i>E se todas as línguas fossem consideradas crioulas?</i>	
<i>Um olhar pós-colonial sobre a linguística</i>	
Jeroen Dewulf	305
<i>Interferenciais entre paradigmas derivativos. A propósito de los sustantivos en -ncia, -ada y -ería</i>	
Jesús Pena	313
<i>Estrutura interna e flexão de número dos nomes terminados em “-ão”: onde reside a “irregularidade”?</i>	
João Veloso	325
<i>Foco e Tópico: algumas questões terminológicas</i>	
Joaquim Barbosa	339
<i>Construções simétricas: argumentos e complementos</i>	
Jorge Baptista	353
<i>Verbos impessoais?</i>	
Jorge Morais Barbosa	369
<i>O léxico obscuro na prosa medieval portuguesa</i>	
José Barbosa Machado	377
<i>Habilidades e competências do jovem investigador em comunicação</i>	
José Esteves Rei	387
<i>Verbos aspectuales en español. La interacción de significado verbal y significado construccional</i>	
José M. García-Miguel	405
<i>Dois humanistas italianos no Alto Minho, no século XV</i>	
José Marques	419
<i>La adquisición de la preposición de en niños bilingües catalano-castellanos: separación de códigos lingüísticos y adquisición similar a los monolingües</i>	
José Ramón Blánquez Vico	439

<i>De cá para lá e de aqui para aí: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais cá/lá/(acolá) e aqui/aí/ali</i> José Teixeira	449
--	-----

II Volume

<i>A condição de Portuguesa da língua da Galiza</i> Júlio Dieguez Gonzalez	469
<i>Um estudo contrastivo dos demonstrativos em português, japonês e tupi</i> Kilpatrick Campelo	479
<i>A discrepância entre valência sintática e semântica nas construções anticausativas alemãs</i> Leonel Figueiredo de Alencar	493
<i>Da criação tecnológica à invenção das palavras numa perspectiva da engenbaria electrotécnica</i> Manuel G. Gericota	507
<i>A categoria gramatical de género do português antigo ao português actual</i> Maria Carmen de Frias e Gouveia	527
<i>Reflexões sobre a medialidade em português</i> Maria Claudete Lima	545
<i>A Poética do Futebol: análise de representações mescladas à luz do paradigma das Redes de Espaços Mentais</i> Maria Clotilde Almeida	557
<i>Da Psicolinguística: um verbete que se tornou ensaio</i> Maria da Graça L. Castro Pinto	571
<i>Revisitar o passado</i> Maria de Fátima Marinho	585
<i>El latín en la jurisprudencia del Tribunal Supremo español</i> Maria do Carmo Henriquez Salido	593
<i>A dupla tendência do português para a oxitonização e a monossilabação em comparação com o francês</i> Maria Elisete Almeida	611
<i>Oratorio requerimento de palavras portuguesas, agravadas, desconfiadas e pertendentes: uma perspectiva da dinâmica lexical nos alvares do Iluminismo</i> Maria Filomena Gonçalves	619
<i>Sobre o ensino da literatura: os ensinamentos de Xerazade</i> Maria Graciete Vilela	633
<i>O Brasil no contexto da construção de uma lingüística no mundo lusófono</i> Maria Helena de Moura Neves	643
<i>Proverbial style in novelistic José Saramago</i> Maria Helena Sampaio Sereno	657
<i>A estrutura "verbo + funcional" como núcleo predicativo: contributo para uma teoria da sintaxe frásica em português</i> Maria João Marçalo	667
<i>ÁRVORE - um olbar transversal</i> Maria João Reynaud	679

<i>Gramáticos y gramáticas humanistas en el contexto internacional del Occidente Europeo</i>	
Maria José Corvo Sánchez	685
<i>Os nomes e sua possível motivação</i>	
Maria Lucia Mexias-Simon	695
<i>ORNATUS - L'emblème en tant que métaphore</i>	
Maria Luísa Malato Borralho	711
<i>A escrita opaca de Invenção de Orfeu de Jorge de Lima</i>	
Maria Manuela da Costa Santos	721
<i>Crónicas de Alçada Baptista, Inês Pedrosa e Júlio Machado Vaz: uma análise lexicométrica</i>	
Maria Olinda Rodrigues Santana	731
<i>Unidades complexas do léxico</i>	
Maria Tereza Camargo Biderman	747
<i>Da polifonia à argumentação: re-exame de peu / un peu</i>	
Miguel Gonçalves	759
<i>A Ressonância Emocional em Boa tarde às coisas aqui em baixo</i>	
Olívia Maria Figueiredo	771
<i>A voz média em português: seu estatuto</i>	
Paulo Mosânio Teixeira Duarte	783
<i>Cronología da desaparición dos participios verbais terminados en -udo en fontes galegas medievais</i>	
Ramón Mariño Paz	795
<i>Para uma gramaticografia antijesuítica: o Exame da syntaxe e reflexoens sobre as suas regras (Lisboa, 1729) de Manuel Coelbo de Sousa</i>	
Rogelio Ponce de León	811
<i>Da(s) cultura(s) de ensino ao ensino da(s) cultura(s) na aula de Língua Estrangeira</i>	
Roza Bizarro / Fátima Braga	823
<i>Sobre algumas propriedades semânticas e pragmáticas de DEPOIS</i>	
Sérgio Matos	837
<i>Contributos para o estudo da polémica em Camilo Castelo Branco: a diversidade de formatos discursivos</i>	
Sónia Valente Rodrigues	849
<i>Text und Grammatikographie</i>	
Udo L. Figge	867
<i>As bandeiras da paixão: o Euro-2004 na publicidade escrita portuguesa</i>	
Urbana Pereira Bendilha / Rosa Lídia Coimbra	877
<i>O complemento preposicional perspectivado desde o marco teórico da gramática de valencias</i>	
Xosé Manuel Sánchez Rei	889
<i>O uso dos conectores contraargumentativos mais, pero, pro e porén no galego escrito actual en confronto co galego-português medieval</i>	
Xosé Ramón Freixeiro Mato	901
<i>Tabula Gratulatoria</i>	915